COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 2ª Reunião Realizada em 4 de março de 2004.

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e dezoito minutos, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Valdir Raupp e dos Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Josué Bengtson, Jamil Murad, Adão Pretto e Mário Assad Júnior, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência). cabe ao congresso nacional atuar no diagnóstico do problema e na identificação dos caminhos para sua solução." Presente também o Deputado Zé Geraldo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativa e destina-se a Apresentação da Proposta de Roteiro de Trabalho da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator da Comissão para apresentar sua Proposta de Roteiro de Trabalho, a qual está prevista a realização de audiências públicas, além de deslocamentos às cinco regiões do país para visitas a área de conflito agrário, assentamentos rurais e experiências-modelo de reforma agrária. O Relator destacou, ainda, que procurou contemplar neste Roteiro todas as Regiões do País e os casos paradigmáticos. Após, foram dadas as palavras aos Deputado Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Adão Pretto e Jamil Murad, que fizeram comentários acerca da Proposta de Roteiro e, também, parabenizaram o trabalho do Relator. O Senhor Presidente comunica aos presentes a próxima reunião da Comissão para quinta-feira, dia 11 do corrente, às 10:00 horas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Srªs e Srs. Senadores, declaramos aberta a 1ª Reunião Administrativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2003, com o objetivo de realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores que têm promovido ocupação de terras e de áreas de edifícios privados e públicos, por vezes com violência, assim como os movimentos de proprietários de terra que, segundo divulga-se, têm-se organizado para impedir as ocupações, por vezes, com violência.

Solicito ao Plenário a dispensa de leitura da Ata da reunião de instalação desta CPI.

Se as Srªs e os Srs. Senadores e Deputados concordarem, daremos por aprovada a Ata da 1ª Reunião. (Pausa.)

Na reunião de hoje, entendemos que é oportuno permitir aos Colegas integrantes desta CPI a análise de documentos antes da deliberação. O Relator, Deputado João Alfredo, apresentará o roteiro que sugere para os trabalhos desta CPI, a Secretaria o distribuirá às Srªs e aos Srs. Senadores e Deputados durante esta semana para que V. Exªs possam analisá-lo e, na próxima reunião, apresentar sugestões, a fim de que o mesmo seja votado, para iniciarmos definitivamente os trabalhos desta CPI.

Por outro lado, há um número expressivo de requerimentos propondo a convocação de depoentes. Faremos também a distribuição desses requerimentos aos integrantes desta CPI para que possamos deliberar sobre eles na próxima reunião.

Creio que é desnecessário discutir a importância desta CPI e sua complexidade em razão do inconformismo em relação a assuntos atinentes às reformas agrária e urbana. É evidente que não tem havido eficiência dos Governos – isso é histórico –, o que provoca

esta insatisfação popular, debitando à incompetência governamental os conflitos que ocorrem constantemente tanto na área rural quanto na área urbana.

De outro lado, temos de considerar a heterogeneidade dos quadros que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Certamente, teremos dificuldades de construir consenso em relação às propostas que surgirão dos debates e das audiências desta CPI. De qualquer maneira, é nosso dever realizar um grande esforço na construção do consenso.

Esperamos que esta CPI não seja, ao final, uma grande decepção, mas que possa oferecer uma grande contribuição no plano legislativo, com sugestões que permitam alterações na legislação que produzam efeitos concretos no campo da eficiência da execução do programa das reformas agrária e urbana no País. Também esperamos que esta Comissão produza sugestões inspiradas para que o Governo seja mais eficiente na execução do Plano de Reforma Agrária, sobretudo, assim como na reforma urbana do nosso País.

Espero que esta CPI seja objetiva. Entendemos que devemos nos esforçar para isso. O político, especialmente o parlamentar, tem a fama de ser evasivo, de ser, de certa forma, confuso, de falar muito. Nesta CPI, precisamos evitar o discurso excessivo, enfim, a conversa desnecessária para produzirmos resultados com eficiência no menor espaço de tempo possível.

Esse é o nosso dever. Esta CPI deve ser uma Comissão de resultados. É uma missão que cada um deve assumir com responsabilidade, pois certamente o Congresso Nacional terá muito a ganhar se apresentar um relatório final conclusivo com providências no campo legislativo e sugestões no campo do Executivo que possam realmente contribuir para mudar esse cenário de ineficácia tanto da reforma agrária quanto da reforma urbana.

Passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que possa sintetizar os objetivos do roteiro que propõe. A Secretaria da Comissão fará a distribuição desse roteiro a todos os Parlamentares para que, na próxima reunião, possamos deliberar sobre o assunto.

Estamos encurtando o tempo de duração desta primeira reunião de caráter administrativo, uma vez que o Senado Federal convocou sessão deliberativa para este mesmo horário, com a votação de medidas provisórias, inclusive do setor elétrico, o que impede que a Comissão se reúna e delibere no mesmo período da Ordem do Dia.

Por isso, estamos transferindo para a próxima reunião desta Comissão a deliberação sobre o roteiro e os requerimentos apresentados no dia de hoje.

Passo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (Bloco/PT-CE) – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias; Srs. Parlamentares aqui presentes, o roteiro que apresentamos nesta primeira reunião administrativa é fruto de dois debates realizados, ainda que de maneira informal, com Membros desta CPI.

Sr. Presidente, houve uma primeira reunião, convocada por V. Exª, com a presença também do Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, e uma segunda reunião bem mais ampla, realizada no restaurante do Senado Federal, com o conjunto dos Membros da CPI. Conforme os objetivos da Comissão e as contribuições que surgiram nessas duas reuniões, tentamos apresentar um roteiro de trabalho.

Creio que as Srªs e os Srs. Parlamentares já receberam a proposta de roteiro. Partimos do objeto da CPI, que é a realização de amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reformas agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terra e o diagnóstico do problema na identificação dos caminhos para sua solução.

Sugerimos, na fase de instrução, a realização simultânea de audiências públicas, deslocamentos e visitas, para que a CPI possa ter vida. É fundamental que a Comissão realize audiências públicas no Congresso Nacional e faça também visitas aos locais específicos.

Nas audiências públicas, procuraremos trabalhar em quatro momentos diferentes. No primeiro, seria feito um levantamento da situação dos conflitos existentes hoje no País com a realização de duas audiências públicas. A primeira envolveria o Desembargador Gersino José da Silva, Ouvidor Agrário nacional, que preside uma comissão para a paz no campo. S. Exª possui esse diagnóstico, com dados por Estados, ou seja, um mapeamento completo da situação atual do País. Os dados que possuímos são do ano passado, mas já estão sendo atualizados para este ano. Convidaríamos também o Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos, e o Presidente da Funai, já que existe a questão indígena.

Na segunda audiência, ainda nessa fase de levantamento do diagnóstico sobre os conflitos no campo, abordaríamos dois problemas de grande impacto. Um deles é o do trabalho escravo. Estamos chamando a Coordenadora do Projeto de Trabalhos Forçados e a

Secretária de Extensão de Trabalho, Patrícia Audi e Ruth Vilela, respectivamente; e a Coordenadora de Ações Afirmativas do MDA, que trabalha com a questão indígena e dos quilombolas. Penso que essas duas audiências trariam para nós todos este quadro geral – aspecto fundiário, questão indígena, questão dos quilombos, do trabalho escravo – e permitiriam que pudéssemos ter todo o diagnóstico.

Ainda quanto aos conflitos, uma outra audiência importante seria sobre a impunidade. Suscito isso porque foi uma sugestão – o Sr. Presidente deve se recordar disso – do Deputado Inaldo Leitão, segundo o qual, para além da questão dos conflitos, seria importante entender porque muitos deles ainda permanecem na impunidade.

Estamos propondo a presença do Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República; do Dr. Fernando da Costa Tourinho Neto, Desembargador federal; e de um representante da OAB, possivelmente alguém ligado à Comissão dos Direitos Humanos da OAB nacional.

Em seguida, passaríamos para um debate sobre a estrutura fundiária urbana e agrária, enfocando dados, inclusive onde é mais acentuada a concentração de terra no País, como isso influencia o problema urbano ou qual o impacto do problema urbano na questão rural.

Estamos propondo, então, a audiência de três pessoas: José Guilherme Lobo Cavagnari, engenheiro agrônomo e consultor da Federação de Agricultura do Estado do Paraná; o Prof. Plínio de Arruda Sampaio, que foi Deputado Federal, consultor da FAO e um dos que elaboraram o Plano Nacional de Reforma Agrária; e a Profª Raquel Rolnik, do Ministério das Cidades, que é Secretária Nacional de Programas Urbanos. Todos que militam nesta questão sabem que ela tem amplo conhecimento nesse setor.

Depois teríamos audiências com os Ministros de Estado, que poderiam vir acompanhados de seus respectivos **staffs**. Poderíamos conversar aqui um pouco antes com o Presidente. É interessante a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário. Evidentemente que o Presidente do Incra estaria presente, além do Ministro da Justiça, que teria a seu lado a Polícia Federal, etc.

Dessa forma, seriam as audiências com o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário; Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, Ricardo Berzoini, do Trabalho, em face da questão do trabalho escravo; e Olívio Dutra, das Cidades. Seriam esses os Ministros.

Teríamos também um outro momento que poderia desdobrar-se em mais de uma audiência, com representantes das entidades patronais e das entidades de trabalhadores rurais e de movimentos sociais no campo. Então, seria esse o roteiro de audiências públicas.

O segundo aspecto é a questão das visitas. Está nessa ordem apenas a título de explicação. Na verdade, seriam alternadas as audiências públicas.

Áreas de conflito agrário. Pensamos em um Estado ou uma região por macrorregião do País. O Estado do Pará seria representativo da Região Norte, porque lá encontramos todos os aspectos ligados a conflitos no campo. É trabalho escravo, violência, grilagem de terra, problema de natureza ambiental, a ponto de que o maior número de assassinatos no campo, no Brasil, ocorre no Estado do Pará. Os dados da CPT mostram que, em 2003, houve 22 assassinatos só naquele Estado. Um Deputado pelo Estado do Pará conhece bem essa realidade. No Centro-Oeste, seria o Estado do Mato Grosso, o segundo Estado com maior número de famílias acampados e o maior número de trabalhadores em condição análoga à de escravo. Foram libertados 1.463 entre 2000 e 2003. O Estado do Paraná representaria o Sul, porque se noticia a formação de grupos e de milícias armadas; o Estado de São Paulo, mais precisamente pela região de Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira, no Sudeste, pelo problema da grilagem das terras públicas; e Nordeste, os Estados de Pernambuco e Paraíba, que apresentam mais casos de violência. Seriam esses locais.

Na questão de conflitos em áreas indígenas, estamos propondo Roraima, onde temos a situação de Raposa Serra do Sol; e de Mato Grosso do Sul, recentemente, com todos os problemas que aconteceram naquela região.

Assentamentos de reforma agrária.

Entendo que podemos, concomitantemente, às áreas de conflito visitar as de assentamento sempre na perspectiva de visitar uma área de assentamento em que houve problemas ou onde ainda ocorrem problemas e também uma experiência positiva para podermos cotejar aquele assentamento que fracassou – por que fracassou e para podermos levantar suas causas –, que é o modelo até para que a CPI possa apresentar propostas.

Finalmente, no Item 4, há as áreas de conflitos urbanos em que teríamos ainda que fazer o mapeamento.

Evidentemente, a Professora Raquel Rolnik nos ajudará muito para sabermos onde se encontram os principais conflitos urbanos no País, desde a questão da grilagem de terras públicas da União, passando pelo problema grave dos moradores de conjuntos habitacionais, que estão inadimplentes com as Cohabs estaduais e com a Caixa Econômica, até o problema das favelas nas periferias que ocupam áreas de risco como, por exemplo, no Nordeste e no País como um todo pelo problema das enchentes.

Essa é a proposta.

Eu brincava dizendo que essa nossa CPI não é uma poesia, mas pode ser lembrada como o "vasto mundo", de Carlos Drummond de Andrade. Esta CPI é um vasto mundo, é imensa, mas estamos procurando, nesse roteiro, contemplar pelo menos todas as Regiões do País e todos os casos que consideramos que são paradigmáticos em cada um dos problemas como o trabalho escravo, a grilagem, mortes, desflorestamento, para que possamos traçar esse quadro de maneira geral.

Sei que o Sr. Presidente está um tanto quanto preocupado com o horário em razão da Ordem do Dia no Senado Federal, mas na medida em que teremos prazo para que os Srs. Parlamentares possam apreciar a matéria, parece-me importante que se possa ir a todos os demais que aqui não estiverem presentes e, evidentemente, essa Relatoria está completamente aberta a sugestões que possam surgir dos Srs. Parlamentares para aperfeiçoar o roteiro de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço o Sr. Relator pela apresentação da proposta, e como hoje estamos realizando uma reunião apressadamente, creio que vale – o Deputado Lupion chegou há pouco e não ouviu o que dissemos anteriormente – distribuir o relatório para que cada Senador e Deputado possa analisá-lo e, na próxima reunião, deliberaríamos a respeito com sugestões que possam advir da análise que os Srs. Parlamentares farão.

Da mesma forma os requerimentos, dos quais temos um volume enorme. É claro que muitos deles coincidem, convocando as mesmas pessoas. Peço à Secretaria que faça essa distribuição. O ideal seria até que o Parlamentar concordando subscrevesse o próprio requerimento e o apresentasse à Secretaria da Comissão.

Desta forma, o requerimento estaria aprovado na coleta de assinaturas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado estadual José Geraldo.

O SR. JOSÉ GERALDO – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo, em primeiro lugar, quero dizer que estou aqui ocupando a vaga do Deputado Paulo Rocha que cedeu a sua vez por estar na comissão do trabalho escravo.

Na próxima reunião, posso apresentar sugestões de mudanças ao relatório. Antecipando-me, digo que deveríamos ter aqui presente o Ministério do Meio Ambiente por que, em se tratando da Amazônia... Por exemplo, agora mesmo está na Casa Civil o pessoal do Ibama reunido com todos os comandantes do Exército da Amazônia para discutir o Plano Desmate. E os dois Ministérios, o MDA e o Ministério do Meio Ambiente, estão trabalhando muito juntos, porque os conflitos na Amazônia se dão muito a partir da situação fundiária. E devemos votar, já neste primeiro semestre na Câmara, um projeto de concessão de uso das terras na Amazônia.

Faço essa sugestão, vou oficializar isso, mas não podemos deixar de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, que está tendo propostas também nessa área da questão fundiária. Logicamente, depois, apresentarei algumas sugestões aqui no roteiro.

O clima de conflitos no Estado do Pará é gravíssimo. Neste final de semana, presenciei três mortes em Municípios... Porto de Moz, que está citado aqui. Inclusive em Porto de Moz um pistoleiro, que há seis anos trabalha para os fazendeiros da região, agora estava a serviço do prefeito daquele Município, que é um dos maiores grileiros de terra no Município, demarca em torno de 120 mil hectares, faz parte, é um madeireiro, e o pistoleiro foi todo cortado a facão. Foi uma briga de facão. O posseiro saiu com o braço quebrado, a orelha cortada, está em Altamira. Saiu ontem de Altamira. O advogado não pôde nem entrar no hospital para visitá-lo. E, em Anapu, também foi morto, um guarda de segurança que eles consideram como pistoleiro. Na região oeste do Pará, se não houver propostas concretas, a situação vai ser pior até do que o próprio sul do Pará. Acredito que esta CPI tem o trabalho de discutir a questão, mas muito mais de acompanharmos as ações do Governo.

Com relação a relatórios, o Gersino fez muitos relatórios, muitas audiências públicas. E quero ser franco com vocês: acompanhei algumas, e muitas vezes a violência é maior depois da audiência, certo? Inclusive estive agora no sul do Pará: em Conceição do Araguaia, o Gersino fez uma audiência. E nas audiências trouxe todo mundo. Traz a Polícia Militar, traz os fazendeiros, traz todo mundo. E aí o cidadão que em uma reunião fez uma denúncia na audiência pública, depois da reunião foi preso e, duas semanas depois, foi morto, certo? Porque depois das audiências não existe alguém que dê segurança. Por exemplo, o trabalho escravo hoje está passando tudo pelo Sindicato

dos Trabalhadores Rurais lá de Redenção. Quer dizer, essas pessoas nem são sindicalizadas, mas na hora de fazer as contas de quanto o cidadão vai receber, é o Sindicato quem vai fazer, sem nenhuma retaguarda. Não tem um segurança. E o Presidente do Sindicato está ameaçado de morte.

Realmente, temos um trabalho muito grande a fazer este ano. E acredito que ainda neste primeiro semestre, porque a partir de julho vamos viver um momento eleitoral no País, e mesmo esta Casa vai estar com suas atenções voltadas para esse momento eleitoral. Daqui até julho, temos muito a fazer. E considerando que a região amazônica é uma região inclusive mais difícil para trabalhar, creio que o Estado do Pará, na minha avaliação, hoje é o carro chefe de conflitos fundiários na Amazônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Continua livre a palavra. Dessa forma... Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Gostaria de parabenizar o Deputado João Alfredo pelo trabalho já apresentado, pelo roteiro muito objetivo apresentado; e o Senador Alvaro Dias, como de costume, extremamente previdente, equilibrado, nos dando oportunidade de fazer uma avaliação mais amiúde em toda a proposta de roteiro do trabalho.

O Relator tem logicamente nossa confiança para elaborar uma pauta de trabalhos. Gostaria só de estabelecer o contraditório em cada uma dessas audiências. Creio que isso seja importante, para que possamos fazer a avaliação, estabelecer o contraditório.

Eu gostaria de fazer o estudo e apresentar, para algumas dessas audiências, algumas pessoas que possam compor junto com esses, para podermos estabelecer esse contraditório, que acredito ser extremamente importante. Não conheço a realidade de certas regiões, e seria muito importante que pessoas dessas regiões viessem aqui fazer seus posicionamentos. Mas, como um todo, considero extremamente bem elaborado esse roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Deputado Adão Preto.

O SR. ADÃO PRETO (Bloco/PT-RS) – Quero cumprimentar o Presidente, o Relator e os demais Colegas. Esta CPI chega em boa hora. Parabenizo quem tomou a iniciativa de criar uma CPI para tratar desse assunto tão polêmico. Certamente, como já foi dito pelos Colegas, vamos ter muito trabalho durante esse período curto da CPI, em vista de os assuntos serem gritantes em todos os recantos brasileiros. E esta CPI, como é composta por gente séria, preocupada com o bem-estar da Nação brasileira, vai estar em debate aqui duas posições: defesa do capital, defesa dos seus interesses; e outros defendendo a vida, a liberdade. É isso que estará em disputa nesta CPI.

Portanto, como o Presidente muito bem disse, dificilmente chegaremos a um consenso, mas vamos fazer um esforço para que tudo ocorra bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo, represento aqui a Bancada do PC do B e nossos amigos trabalhadores do campo, produtores do campo.

Esta CPI tem um sentido histórico muito importante, o povo brasileiro não pode continuar pagando com a vida pela impunidade e pela falta de providência. As pessoas querem trabalhar para viver, mas não têm terra, e, ao lado disso, muita terra improdutiva, servindo apenas de guarda de capital, quer dizer, como guarda de um patrimônio. E chega-se ao extremo de usar da violência, de eliminação de pessoas. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi à minha casa, hospedou-se em minha casa lá de Rio Maria, sul do Pará. Ele foi assassinado. Aí entrou o filho dele como presidente do sindicato, e foi assassinado. É a família Canuto, um caso que foi até para a Anistia Internacional. Depois entrou um outro trabalhador, o Expedito, eleito presidente do sindicato, e foi assassinado. Quer dizer, será que essa situação vai continuar?

Nossa observação aqui é de que esta CPI tem um sentido histórico muito importante, e queremos contribuir para que tenhamos uma sociedade democrática, na qual democratizemos o acesso à terra.

Em qualquer país do mundo que fez a reforma agrária, houve desenvolvimento, aumento do mercado interno, aumento da produção, aumento dos que têm dinheiro para comprar o que precisa para sua família viver melhor. Só aqui no Brasil ainda se mantém esse atraso do latifúndio improdutivo, à margem de milhões embaixo de lona, querendo assentamento, terra para produzir, cuidar da sua família e ajudar a Nação brasileira a se desenvolver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se os Colegas concordam, marcamos a nossa reunião para a próxima quinta-feira neste mesmo horário, para deliberarmos sobre os assuntos apresentados no dia de hoje. (Pausa.)

Desta forma, fica convocada a próxima reunião para quinta-feira neste mesmo horário.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 10h47min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de março de 2004.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e vinte e nove minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Siba Machado, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Lúcia Vânia e Fátima Cleide e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Marcelo Siqueira, Rose de Freitas, Josué Bengtson, Edson Duarte, Jamil Murad, Adão Pretto, Marcelo Castro, Dr. Rodolfo Pereira e Sarney Filho, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião e de caráter administrativa e destina-se a Discussão e votação da Proposta de Roteiro de Trabalho da Comissão e Apresentação, Discussão e Votação de Requerimentos. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator da Comissão que discorreu sobre os temas propostos no Roteiro: levantamento de conflitos, estrutura fundiária brasileira, planos e ações do governo federal, entidades patronais e movimentos sociais de trabalhadores rurais. Após, o Senhor Presidente concede a palavra aos oradores inscritos para discussão da Proposta. Fizeram uso da palavra os Parlamentares Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Jamil Murad, Sarney Filho, Dr. Rodolfo Pereira, Adão Pretto, Rose de Freitas, Josué Bengtson, Siba Machado e Fátima Cleide. O Relator, Dep. João Alfredo respondeu a todos os questionamentos acerca da Proposta de Roteiro da Comissão. Em seguida, a Presidência coloca em votação a Proposta de Roteiro da Comissão, sendo aprovada pela maioria dos membros. Foram aprovados os seguintes Requerimentos em blocos. nº **001**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; nº **002**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro do Trabalho e Emprego; nº **003**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro da Justiça; nº **004**, de autoria do Senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; nº **005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário; nº 006, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo que as Assembléias Legislativas do Estado e a Câmara Legislativa do Distrito Federal remetam a esta CPMI os eventuais resultados de CPIs sobre Reforma Agrária e Urbana; nº **007**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Ministro das Cidades; nº **008**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal; nº **009**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Diretor Geral da Polícia Federal; nº **010**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária; nº **011**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação de um Representante do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); nº **012**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo convocação de um Representante do Conselho Indigenista Missionário; nº **013**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação de um Representante da Comissão Pastoral da Terra; nº **014**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista (UDR); nº **015**, de autoria do

senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); nº **016**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Sr. Manuel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); nº **017**, de autoria de senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Sr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); nº **018**, de autoria do senador Alvaro Dias, requerendo a convocação do Sr. João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); nº **019**, de autoria dos Deputados Sarney Filho e Edson Duarte, requerendo que seja convidada a Dra. Mary Allegertte, Ex-Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, para prestar informações; nº **020**, de autoria do Dep. Ary Vanazzi, requerendo a convocação do Ministro das Cidades e dos Representantes das seguintes entidades: Movimento Nacional de Luta pela Moradia, (MNLM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Fórum Nacional da Reforma Urbana e Central dos Movimentos Populares (FNRU) e Central dos Movimentos Populares (CMP); nº **021**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Dr. Alan Rodrigues Meirelles, Juiz Substituto da Comarca de São Félix do Xingu; nº **022**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Juiz Jorge Antônio Ramos Vieira; nº **023**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Luis Antônio Camargo de Melo, Coordenador Nacional de Combate ao Trabalho Escravo – Ministério Público do Trabalho; nº **024**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Dr. Petrus Emile Abi; nº **025**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação da Dra. Raquel Dodge, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; nº **026**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Alfredo Wagner Berno de Almeida; nº **027**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. João Pacheco de Oliveira; nº **028**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Carlos Spertto, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul; nº **029**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação da Sra. Maria da Graça Amorim, Diretora de Política Agrária da CONTAG; nº **030**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Bernardo Mançano Fernandes, Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiro; nº **031**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Jorge Pedro Perez, Delegado do Trabalho do Estado de Pernambuco; nº **032**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Carlos Calazas, Delegado do Trabalho em Minas Gerais; nº **033**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Marcos Menezes Prochet, Representante da UDR em Paranavaí-PR; nº **034**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. José Alberto Iegas, Chefe da Divisão de Polícia Federal em Guarapuava/PR; nº **035**, de autoria do Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Humberto Sá, do Primeiro Comando Ruralista do Paraná; nº **036**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Paulo Sérgio Domingos, Presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil; nº **037**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Olavo Bernardes Filgueiras Filho, Representante da União de Defesa da Propriedade Rural do Pontal do Triangula Mineiro; nº **038**, de autoria dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, requerendo a convocação do Sr. Fernando da Costa Tourinho Neto, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; nº **039**, de autoria do Deputado Adão Pretto Requerendo a convocação da Sra. Maria José de Sousa, Advogada da CONTAG; nº **040**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Proprietário da Empresa Senor LTDA.; nº **041**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Proprietário da Empresa Açaí Florestal LTDA.; nº **042**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Aziz Mutran Neto, Proprietário da Fazenda Mutamba, no Pará; nº **043**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Proprietário da Agropecuária Carajás LTDA; nº **044**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Décio José Barroso (Delsão); nº **045**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Gilberto Cervinski, do Movimento de Atingidos por Barragens/MAB; nº **046**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Cláudio Beirão, do Ministério da Justiça; nº **047**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. José Batista Afonso, Advogado da Comissão Pastoral da Terra; nº **048**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Departamento de Geografia da USP; nº **049**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Antônio de Sousa Carvalho, da Federação dos Trabalhadores da Agri-

cultura no Pará; nº **050**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Fernando Luiz Quagliato; nº **051**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Proprietário da Destilaria Gameleira em Mato Grosso; nº **052**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Jorge Mutran; nº **053**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. José Coelho Vitor, Responsável pela Fazenda Santa Lúcia no Pará; nº **054**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Josélio Barros Carneiro, Proprietário da Fazenda T-chata-u e Nova Deli no Pará; nº **055**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Proprietário da Agropecuária São Roberto S.A. no Pará; nº **056**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Lélio Bentes, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; nº **057**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários no Pará; nº **058**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação da Sra. Socorro Gomes, Delegada do Trabalho no Pará; nº **059**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Darci Frigo, Representante de ONG no Paraná; nº **060**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Narcísio Rocha Clara, Presidente do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais. Foi apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion uma Proposta sugerindo sejam convidados a prestarem informações a esta CPMI as seguintes pessoas Dep. Raul Jungman, Ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário; Professor Xico Graziano, Ex-Deputado, Ex-Presidente do INCRA; Professor José de Souza Martins, Sociólogo; Professor Zander Navarro,Professor e Pesquisador; Professor José Eli da Veiga; Professor Ricardo Abramoway; Professor Plínio de Arruda Sampaio; Dr. Orlando Muniz, Ex-Presidente do INCRA; Dr. Luiz Haffers; Dr. Antônio Rocha Magalhães; Dom Tomás Balduíno; Gal. Alberto Cardoso; Desembargador Gercino José da Silva, Ouvidor Agrário Nacional; Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos; Dr. Cláudio Fontelles, Procurador-Geral da República; Ministro Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Ministro Ricardo Berzoinni, Ministro do Trabalho; Ministro Olívio Dutra, Ministro das Cidades; Representantes do Setor Patronal e Representantes dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais, o que foi aprovada. Após, a Presidência sugeriu que as reuniões da CPMI acontecerão às terças-feiras, às 13:30 horas, sendo acatada. Ao final, o Senhor Presidente comunica aos presentes a próxima reunião da Comissão para terça-feira, dia 23 do corrente, às 11:00 horas. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Declaro aberta a reunião de caráter administrativo, solicitando aos Srs. Deputados e Senadores a aprovação da ata, sem a necessidade da sua leitura.

Gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados e Senadores que estamos procurando encontrar o melhor caminho para definição de datas para realização das reuniões desta CPMI. Estamos prejudicados exatamente em função do acúmulo de trabalho, tanto na Câmara quanto no Senado, pela realização de reuniões paralelas no mesmo horário envolvendo os integrantes desta CPMI. Dessa forma, o entendimento é que devemos realizar reuniões às terças-feiras a partir das 13h30min. Vamos definir este horário e verificar na evolução a conveniência da sua manutenção ou eventual alteração.

A reunião de hoje tem o objetivo de discutir o relatório, aliás, o roteiro preparado pelo Relator Deputado João Alfredo e distribuído na última semana. Ouvi considerações de Senadores e Deputados sugerindo alterações nesse roteiro, especialmente no que diz respeito a audiências públicas. Há aqueles que entendem ser conveniente priorizar, no início dos trabalhos desta CPMI, audiência com aqueles diretamente envolvidos de um lado e de outro, aqueles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e os representantes do setor rural, dos proprietários, através das suas entidades e, posteriormente, o Governo, em função daquilo que a CPMI recolher nos primeiros depoimentos.

Há entendimento também, e creio que consenso, de que a primeira audiência pública deve ser com a Ouvidoria, para que esta Comissão possa ter o roteiro dos problemas principais, dos conflitos, das invasões, e o mapa da situação rural do país.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que ele possa fazer considerações a respeito do roteiro que apresenta e, obviamente, recolher as sugestões para as devidas alterações sugeridas.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, na verdade farei uma síntese do roteiro para que nessa reunião de hoje possamos colher e, quem sabe, aprovar as sugestões.

Dividimos o nosso roteiro em duas grandes atividades, dois tipos de atividades diferenciadas: as audiências públicas a serem realizadas aqui no Con-

gresso Nacional e as diligências, as visitas às áreas de conflitos. Nas audiências públicas tivemos o cuidado de contemplar todas as áreas de Governo envolvidas com a questão, e na última reunião o Deputado José Geraldo lembrava que deveríamos incluir, e concordei, o Ministério do Meio Ambiente. Como já disse V. Exª, Sr. Presidente, iniciaremos com a Ouvidoria Agrária, justamente para termos o quadro dos conflitos no país.

Em um segundo momento, teríamos a presença das entidades, tanto entidades representantes de trabalhadores rurais como entidades representantes de proprietários.

V. Exª fez a ponderação, que já coloco em debate, de que deveríamos ouvir as autoridades do Governo após os representantes da sociedade, com exceção da Ouvidoria, que deveria ser o nosso primeiro ponto.

Quanto às visitas, nós as dividimos em quatro espécies:

1 – áreas de conflito agrário – uma por macrorregião do País, por razões óbvias e já citadas na última reunião, começando pelo Estado do Pará, onde há mais mortes no campo. Essa realidade contempla trabalho escravo, desmatamento, contrabando, mortes, violência contra trabalhadores. Há uma quantidade muito grande de situações como essas;

2 – conflitos em áreas indígenas;

3 – visita a assentamentos de reforma agrária, porque, na medida em que esta CPMI pretende diagnosticar a situação fundiária, é importante conhecer tanto as experiências bem sucedidas como as fracassadas de assentamentos de reforma agrária;

4 – e áreas de conflito urbano.

As visitas não precisam ser necessariamente nessa ordem. Além disso, a Assessoria chamou a minha atenção para o fato de que, em viagem a uma região, poderemos visitar uma área de conflito, uma área de assentamento etc. e realizar um debate sobre a questão urbana, se na capital da região visitada o tema é candente.

Esse é o roteiro. Creio que V. Exªs receberam essa proposta de roteiro na última reunião, mas a Secretaria poderá disponibilizá-la aos Parlamentares que não a receberam.

Neste momento, eu gostaria de receber as contribuições e as propostas de modificações, lembrando, mais uma vez, que o Deputado José Geraldo propôs também a inclusão, entre as autoridades governamentais, da Ministra do Meio Ambiente.

Sumariamente, essa é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Iniciaremos o debate.

Está livre a palavra. Peço aos que desejarem pronunciar-se que, se possível, se inscrevam para que possamos seguir a ordem.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se há número para deliberar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim. Há número de sobra para deliberarmos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, discutiremos inicialmente as áreas a serem visitadas e, posteriormente, as audiências ou discutiremos todos os pontos? Proponho que discutamos, primeiramente, a questão das áreas e das visitas, como fez o Relator, para depois iniciarmos o debate sobre a composição das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Precisamos deliberar sobre o roteiro e sobre os requerimentos já apresentados de convocação para audiências. Os assuntos podem ser discutidos ao mesmo tempo. Posteriormente, apresentaremos os requerimentos propostos. Quanto ao roteiro, já é possível iniciar a discussão.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, elaboramos, como sugestão, um roteiro alternativo para ser discutido pela Comissão. Estamos propondo alguns nomes e também uma análise mais aprofundada de certos temas. Gostaria de passar essa proposta ao Relator e ao Presidente da Comissão, para que V. Exªs pudessem avaliá-la e, posteriormente, discutirmos o assunto.

Sugerimos o estudo da estrutura fundiária existente hoje; a análise da estrutura fundiária brasileira, comparando com os modelos dos outros países; as experiências internacionais de Reforma Agrária; a tendência mundial que está acontecendo com respeito à Reforma Agrária; a avaliação da Reforma Agrária no Brasil; famílias assentadas; titulação; emancipação; processo de desapropriação; custo por família assentada; seleção dos assentados; produção e produtividade dos assentamentos; renda das famílias assentadas; parcela de assentamentos inscrita nos programas governamentais; impacto regional dos assentamentos; forma da condução dos trabalhos.

Estamos sugerindo a participação do ex-Ministro Raul Jungmann, para verificarmos a veracidade dos dados apresentados pela imprensa; do Prof. Chico Graziano, ex-Deputado, ex-Presidente do Incra e professor da Esalq; do Prof. José de Souza Martins; do Prof. Zander Navarro; do Prof. José Eli da Veiga; do Prof. Ricardo Abromovay; do Prof. Plínio de Arruda

Sampaio; do Dr. Orlando Muniz, que foi Presidente do Incra; do Dr. Luiz Hafers, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; do Dr. Antonio Rocha Magalhães; do Sr. Tomaz Balduíno, Presidente da CPT; do General Alberto Cardoso, que comandou a Secretaria Institucional no Governo anterior; do Desembargador Gercino, ouvidor agrário nacional; do Ministro Nilmário Miranda; do Dr. Cláudio Fonteles; do Ministro Miguel Rosseto; do Ministro Ricardo Berzoini; do Ministro Olívio Dutra; e de representantes do setor patronal e dos trabalhadores dos movimentos sociais.

Passo a proposta às mãos do Relator para que procuremos um consenso, tendo em vista o objetivo da CPMI, que é uma radiografia da reforma agrária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos o Deputado Abelardo Lupion pela contribuição. O roteiro hoje apresentado não será um instrumento estático. Temos que oferecer flexibilidade, porque, durante os trabalhos, vamos verificar a conveniência de ouvir este ou aquele, priorizar isto ou aquilo. Algumas figuras emblemáticas devem ser chamadas inicialmente, até para que a CPMI possa despertar maior interesse, como o Stédile, D. Tomás Balduínio. Essas pessoas devem abrir os debates desta CPMI.

Com relação ao roteiro, os Parlamentares poderão apresentar suas sugestões e, para apressarmos os trabalhos, poderemos votá-las ainda hoje, dentro do propósito da CPMI. O Relator depois as redigirá, até depositando um voto de confiança no Relator no sentido de que vai acolher todas as sugestões.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, esta CPMI tem importância histórica para o nosso País, porque, ao longo do tempo, sabemos que a estrutura fundiária do Brasil é inadequada. Temos, pois, que investigar o porquê da manutenção dessa estrutura fundiária perversa. Sabemos que isso é um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. À medida que a terra como meio de produção cumpre sua função social, o País se desenvolve. Ocorre um aumento do mercado interno. Há mais produtos para consumo interno e também para exportar. Portanto, o país cresce promovendo a inclusão social, trazendo o bem-estar, aumentando o poder aquisitivo do povo. A atual estrutura fundiária é perversa e tem sido um entrave, um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil.

Até hoje o acesso à terra não é democrático. Por quê? Esse é o motivo desta CPMI.

Leio aqui que têm sido promovidas ocupações de terras, áreas, edifícios privados e públicos, por vezes com violência, e que os proprietários de terra, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações, por vezes também com violência. Isso pode ser um erro de divulgação. Na verdade, a vida tem mostrado que a estrutura fundiária é mantida, é perversa, anti-social, contra o desenvolvimento do Brasil. Há por vezes violência de alguns proprietários e de instituições que pactuam com o **status quo**.

Já ouvi muitas autoridades, pois elas têm acesso aos meios de comunicação. Em sendo assim, gostaria que viessem nas primeiras audiências representantes do MST, da Pastoral da Terra, da Contag, da UDR, entre outros, para a CPMI montar uma linha de investigação.

Não vejo a CPMI como uma academia. Existe um fato concreto: a manutenção de um **status quo** perverso por meio de violência. Um companheiro meu, o Deputado do PcdoB do Pará, Sr. Paulo Fonteles, foi assassinado na véspera da votação da reforma agrária. Depois de muita investigação, descobriu-se que um proprietário rural mandou matá-lo.

Temos que partir dos acontecimentos vividos e sentidos, como a Corumbiara, a morte do Padre Josino e tantos outros.

A violência tem impedido a democratização do acesso à terra e gostaria de convidar, logo nas primeiras audiências desta CPMI, os representantes da UDR, da CPT, do MST, da Contag para termos um panorama mais vivo do que está acontecendo. Há proposta de ouvirmos pessoas que, durante vários anos, tinham acesso à imprensa e não ajudaram a resolver o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concordo plenamente com V. Exª e a CPMI fará muito bem se decidir por ouvir inicialmente essas pessoas. Certamente, com essas informações, os Parlamentares terão subsídios para prosseguir as investigações e, quem sabe, ao final, poderemos ouvir autoridades para que assumam o compromisso em relação a determinadas providências que serão sugeridas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – E com relação àquela proposta de ouvirmos a Ouvidoria?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que há consenso em relação a isso. O próprio Relator já concordou com essa proposta.

O próximo inscrito é o Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, na verdade, gostaria que colocássemos em discussão a metodologia do trabalho que vamos realizar.

É a segunda vez que participo de uma CPMI. Participei de uma quando Deputado Estadual. O Pará é um dos Estados que enfrenta grandes conflitos, e existe todo tipo de crime nas áreas rurais.

Minha primeira observação é a seguinte. Como serão as audiências em Estados, por exemplo, como o Pará, que possui quatro grandes regiões – o pólo de Santarém, o pólo de Altamira, o pólo Marabá e o pólo Belém? Podemos decidir por convidar pessoas dos vários pólos. Vamos ouvir essas pessoas em cada pólo ou vamos centralizar o trabalho em um determinado local?

Conheço a situação – e essa é minha segunda observação – de Décio José Barroso Nunes, Desão, de Rondon do Pará, PA-70. Esse cidadão, que se diz dono de 130 mil hectares de terra, fornece madeira para serrarias. Aliás, no Município de Rondon, apenas ele possui floresta atualmente. Além disso, é acusado de mandar matar o Presidente do Sindicato. Foi preso, mas está solto. Existe uma proposta de convidá-lo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Peço desculpas, Deputado Zé Geraldo. São requerimentos. Faremos a discussão dos requerimentos nas convocações. Apenas para separar uma coisa da outra, para esclarecer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tudo bem.

Quero saber também até quando podemos apresentar requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A apresentação de requerimentos pode se dar no decorrer dos trabalhos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tudo bem. Mas uma situação como essa envolve o âmbito federal e o estadual. Como se trata de grilagem de 130 mil hectares de terra no Pará, temos o Incra, o Interpa – Instituto de Terras do Pará –, e o próprio Ibama, responsável pelo manejo das terras. A CPMI não pode ouvir isoladamente esse cidadão que cometeu crimes, inclusive ambientais e fundiários, mas deve ouvi-lo juntamente com o Interpa, o Incra, o Ibama, e inclusive a própria DRT, pois existe a questão do trabalho escravo.

Estou preocupado porque a CPMI precisa avaliar a falta de ação dos governos. O que possibilita um cidadão continuar livre após tantos crimes? Nesse caso, o Incra tomará uma primeira atitude, que pretende ser articulada, porque, quando foi morto recentemente o Secretário do Sindicato, veio uma comissão para cá e o Ministério da Justiça determinou que algumas ações fossem iniciadas.

Apenas levanto a questão, pois quando falamos em Estado, em determinadas situações, devemos, na mesma audiência, ouvi-lo. Nesse caso, o Estado, tanto no âmbito federal quanto estadual, não tem agido, pois essa situação continua se repetindo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A sugestão de estabelecermos o contraditório pode ser acolhida pela CPMI.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Deputado José Geraldo, se tratarmos de assuntos individualizados, e temos tantas irregularidades em termos fundiários no País, vamos perder o foco. Se é grilagem ou não é um problema de Justiça. Se começarmos a individualizar o assunto, vai ficar complicado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas, Deputado, depois vamos ler os requerimentos e colocá-los em votação.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Só para entendimento, individualizei para poder levantar a questão aqui. Minha preocupação é uma proposta. Podemos ouvir os dois lados na mesma audiência? É só uma questão, não é que eu esteja...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Se individualizarmos, os trabalhos da CPMI se complicarão. Esse contraditório não existe. O sujeito que tem grilo de cento e poucos mil hectares não tem que ser contestado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas não se trata somente dessa questão. Esse foi apenas um exemplo. A tese é válida. Podemos, se possível e quando necessário, estabelecer o contraditório.

Deputado José Sarney Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, nobre Relator, Deputado João Alfredo, meus colegas Deputados e Senadores, primeiro gostaria de cumprimentá-los pela instalação desta CPMI, que tem um papel fundamental, talvez até histórico. A missão do Deputado João Alfredo não vai ser fácil, porque aqui mesmo já estamos sentindo que esse assunto envolve interesses legítimos, a maioria deles.

Gostaria também de enfatizar a preocupação maior do Partido do qual faço parte, o Partido Verde: a devastação das nossas áreas verdes no Brasil, a devastação da nossa biodiversidade. Já temos inúmeros relatórios, Deputado João Alfredo, que apontam de alguma forma a intersecção entre desmatamento e grilo, assentamento, grandes áreas de pecuária, grandes áreas para monocultura do plantio da soja. É lógico que não estamos aqui, antes que alguém diga, querendo engessar o desenvolvimento do País, mas esse desenvolvimento deve se dar de uma forma sustentável. Neste momento em que o Governo Federal, com muita propriedade, na segunda-feira desta semana, lançou as medidas para combate ao crescente desmatamento na Amazônia, é importante darmos uma ênfase muito especial a essa questão.

Dentro disso, dessa perspectiva, fico tranqüilo, porque o Deputado João Alfredo é um ambientalista. Já vi na sua exposição um parágrafo que aponta claramente sua preocupação com essa matéria. Mas

podemos, com o Relatório desta CPMI, apontar caminhos que contribuam para o desenvolvimento sustentável daquela região. Refiro-me aqui principalmente à região amazônica, onde me parece vai ser o foco maior desta CPMI.

Também estou propondo um requerimento, convidando para comparecer a esta CPMI a professora Mary Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia durante três Ministérios – quando fui Ministro do Meio Ambiente, quando o Sr. José Carlos Souza e Silva foi Ministro e, no ano passado; deixou o cargo quando a Senadora Marina Silva assumiu o Ministério. É uma pessoa com uma visão bastante ampla do assunto. É uma administrativa, uma executiva, sem nenhum viés político. Por isso, é importante contarmos com a preciosa colaboração da Srª Mary Allegretti nesta Comissão.

Ainda quero dizer que o membro do Partido por nós indicado, o Deputado Edson Duarte, é um militante da causa ambiental, um Deputado atuante. Certamente, com a competência que tem, irá representar os nossos interesses, que são os de um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Deputado Sarney Filho.

Passamos a palavra ao Deputado Rodolfo Pereira, do PDT.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Presidente, Relator, colegas Deputados. Esta CPMI vai mexer em algumas lacunas que nosso País tem deixado ao longo dos anos.

Quando realizarmos amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, encontraremos uma desordem, uma anomalia fundiária. Buscando os núcleos, as razões para os conflitos fundiários, encontraremos conflitos entre proprietários rurais – é certo que entre eles há alguns malfeitores, mas há também cidadãos de bem, com toda uma vida limpa – e sem-terras ou trabalhadores rurais também com vida limpa.

Aqui há duas diferenças. Uma agricultura é a familiar, em que o agricultor usa a terra para uma função social muito mais forte, porque é de onde tira o seu alimento, a sua sobrevivência. Ele vive pela terra e, às vezes, morre e até mata pela terra. Na outra parte predomina o agro-negócio. A terra é uma propriedade que produz para que o País possa ter condições de pagar as sua dívidas. O proprietário nem sempre vive dela. Precisamos dos dois: da agricultura familiar e do agro-negócio.

Para que não fiquemos diretamente ligados aos conflitos provocados por invasões, por denúncias de milícias e por demarcação de áreas indígenas imensas, para que não fiquemos diretamente ligados a grupos brigando contra essas demarcações, precisamos ter uma visão ampla, aberta da questão fundiária.

O Brasil é um dos únicos países que não tem uma justiça agrária. Aqui as questões fundiárias são julgadas com base no Código Civil, que é frio e não cabe para o julgamento dessas questões. Às vezes, no intuito de se fazer justiça, porque é a lei, comete-se uma injustiça. Posso dar um exemplo claro: quando um dos agricultores dos assentamentos do Incra falece ou vai embora, seu vizinho toma posse daquela terra – trata-se de uma área pequena de 100 hectares –, e passa a ser grileiro; um agricultor familiar pequeno que tomar posse de outro lote é considerado grileiro, e, perante a lei, é tratado igualmente a um latifundiário que tem 100 mil hectares. No sul do Pará, um grande latifundiário será tratado como um pequeno agricultor. Essa CPMI da reforma agrária precisa começar a ter essa visão.

A questão das áreas indígenas no meu Estado, Roraima, nos tem feito sofrer. Sou descendente de índios – eu, meus pais e meus avós nascemos na Raposa Serra do Sol –, mas sou um intruso naquela terra, perante a lei. Tratamos a questão fundiária no nosso País baseada em que lei? É o Código Civil que vai definir isso? Com certeza, vamos cometer injustiças.

Outro ponto é a questão fundiária. Não podemos esquecer o meio ambiente, e o meio ambiente não está só no verde; o meio ambiente está na água. Temos que discutir como vamos usar a água, pois precisamos dela para irrigar o nosso arroz, para beber, para várias coisas. Temos que começar a criar e propor normas aos Governos. Do contrário, vamos agir sobre demandas, que é o que tem acontecido. Se há um assassinato no sul do Pará, vamos tratar com a Polícia Federal e com o Ministério da Justiça, que não têm habilidade para resolver e tratar a questão fundiária. Se há um assassinato em Minas Gerais, para lá vai toda a equipe, a Presidência, o Congresso, mas, na maioria das vezes, não há uma solução. No sul do Pará, os casos de Paulo Fontelles e de Paulo Coelho, Deputados assassinados, nunca foram solucionados. Não temos uma lei. Precisamos de uma Justiça Agrária com membros do Judiciário que tenham sentimento agrarista.

No meu Estado, o Ibama, o órgão responsável pelo controle do desmatamento, chega a multar o agricultor familiar em R$15mil, mas esse agricultor recebe uma mensalidade de R$100 por mês. É o Governo multando o próprio Governo Federal. É o Ibama multando o Incra; é o Incra em divergência com a Funai. Estamos realmente numa desordem, numa anomalia fundiária neste País e, para discutirmos essas questões, precisamos ter uma visão ampla. O trabalho escravo, por exemplo, serve muitas vezes para belos discursos, mas,

não se faz um levantamento nas fazendas nas quais ele existia. Se isso for feito, observaremos que outros trabalhadores se propõem a realizar o trabalho escravo no lugar dos trabalhadores libertos e estes reincidem na prática. Será que é muito pior para onde eles foram do que o trabalho escravo? Temos que trabalhar a questão fundiária pensando de forma agrarista.

No cronograma das visitas, temos dois pontos críticos: o sul do Pará, na questão de trabalho escravo, e Roraima.

Estamos na iminência da homologação da Raposa Serra do Sol, o que, não tenho nenhuma dúvida, gerará conflito entre os próprios índios. Vivo lá dentro. Já contornamos duas vezes essa situação. O Presidente segura a homologação. São duas comissões, uma na Câmara e uma no Senado, mas não estamos conseguindo chegar a uma solução para as terras.

Sugeriria que a primeira visita fosse no Pará; a segunda visita, no Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado Rodolfo Pereira.

Solicito aos nossos colegas que sejam breves a fim de que possamos deliberar enquanto tivermos quorum. É importante que deliberemos hoje sobre roteiro e convocações.

Concedo a palavra ao Deputado Adão Preto, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, prezados colegas Senadores, Sr. Relator, a democracia é um dos melhores sistemas já vistos no mundo, e essa CPMI representa o retrato da democracia, onde há a chamada Esquerda, o Centro, a Direita. Há Deputados e Senadores que defendem a reforma agrária e há Deputados e Senadores que também a defendem, desde que ela não aconteça, porque ninguém se atreve a dizer que é contra.

O mundo inteiro acredita que é um absurdo o Brasil, com um território de milhares de hectares de terra fértil, um povo trabalhador e milhares de pessoas querendo trabalhar sem ter onde produzir, evitar que essa terra seja distribuída, usando a força bruta, assassinato, violência e trabalho escravo. É isso que vamos debater nesta CPMI.

Também apresentei vários ofícios e propostas de convocações de pessoas, assim como o Deputado Abelardo Lupion, porque queremos aproveitar esta CPMI para mostrar os benefícios que a reforma agrária traz para o País. Certamente, o outro lado alegará o benefício que traz o latifúndio. É isso que vamos analisar. Fazemos questão de mostrar os assentamentos que deram certo, os que não deram certo e por que não deram certo. Queremos, é claro, investigar o latifúndio. Como é que os grandes fazendeiros adquiriram essas enormes áreas de terra? Será que foi trabalhando? Se concordarmos que o proprietário de 10, 20 ou 30 mil hectares de terra conseguiu isso trabalhando, estamos chamando 90% do povo brasileiro de vadio. Por que uns tem 10 mil hectares e outros não têm nem 10? Será porque não trabalham? O que está por trás disso? A CPMI tem todo o poder e queremos chegar para investigar por que essa reforma agrária não acontece.

Esperamos que esta CPMI ajude a promover a reforma agrária sem a invasão de terras. Os agricultores sem-terra não fazem ocupação porque gostam. É perigoso entrar em uma fazenda na calada da noite. Estão sujeitos a tiros, a picadas de cobra. São mulheres, crianças, famílias inteiras que ocupam uma fazenda, ficam embaixo de uma lona preta durante meses, anos, agüentando insultos, calúnias, miséria, doenças. Será que as pessoas fazem isso porque gostam? Queremos que a reforma agrária aconteça para que esse povo bravo e corajoso não chegue ao extremo de precisar ocupar terra. Agem dessa forma porque não há reforma agrária no Brasil.

Esperamos que esta CPMI ajude para que isso aconteça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas, do Espírito Santo.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros Senadores e Deputados desta Comissão, estamos iniciando talvez o trabalho mais árduo desta Casa em uma comissão parlamentar. Por quê?

Li o relatório inicial apresentado por V. Exª e também as premissas desta Comissão. Dentre os itens elencados, há alguns que me chamam a atenção, porque não é possível conduzirmos uma comissão apenas com base em depoimentos. Precisamos de elementos e dados técnicos do Governo, deste e do anterior, desde o início da reforma agrária, para saber o que se fez, como se fez, o que se conseguiu atingir e qual o envolvimento do Governo. Ao final, com a visão da sociedade, do Movimento dos Sem-Terra e dos latifúndiários, não pretendemos terminar com o conflito dentro desta Comissão, porque não acabará, mas, pelo menos, mostrar onde o Governo tem falhado, onde a sociedade pode contribuir para melhorar, onde esta Casa pode aperfeiçoar os mecanismos de defesa dos que querem a terra para produzir.

É dito no relatório de V. Exª: "Realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária." Não há diagnóstico com base em depoimentos apenas.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Srª Deputada, deixe-me apenas fazer uma explicação para que não incorramos em erro. Na verdade, o objeto da CPMI não foi proposto por mim.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Não estou dizendo isso, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Foi copiado do requerimento aprovado. Até diria que, tanto quanto V. Exª, discordo de muito do que está dito aqui, mas no roteiro devo informar por que foi aprovado um requerimento nesses termos. Só para explicar, o objeto da CPMI, tal como está no roteiro de trabalho, é o que consta do requerimento apresentado pelos Srs. Deputados e Senadores. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para esclarecer também, Deputada, quero dizer que esse texto foi resultado de um acordo entre a Oposição e a Bancada do Governo para que fosse possível a instalação desta CPMI. Foi, inclusive, se não me falhe a memória, redigido pelo Senador Eduardo Suplicy para que pudéssemos, em função desse entendimento, instalar a CPMI, já que nos termos iniciais foi recusada pela Bancada do Governo.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Os esclarecimentos de V. Exªs vem ao encontro do que tenho a dizer. Na verdade, só podemos basear o trabalho da CPMI na finalidade para que foi criada. É útil acrescentar que esse diagnóstico sobre a estrutura fundiária não poderá ter, nesta Comissão, apenas duas visões: a do latifúndio e a do Movimento dos Sem–Terra. Precisamos de dados oficiais, técnicos, para saber se houve desperdício de dinheiro. Como se indicou essas terras para serem desapropriadas? Quanto custaram? Na verdade, quanto foi investido? Investe-se realmente em reforma agrária ou são apenas números fictícios e propagandas governamentais? O Governo passado investiu bastante nesse setor? Foi produtivo o que o Governo investiu? Esses elementos são necessários para que possamos debater, durante o processo, com vários setores, com vários representantes – inclusive o Sr. Stédile já foi citado por V. Exª e outros Srs. Parlamentares. Se isso não acontecer, as pessoas chegarão aqui e fornecerão uma série de informações, e nós apenas ouviremos, pois não teremos dados para comparações. Não poderemos falar nada. Não poderemos debater.

Os pontos mais importantes na conclusão desse trabalho são o problema e a identificação de caminhos para a solução. Esse é o nosso grande desafio, Sr. Presidente. Poderemos oferecer alguma contribuição efetiva para diminuir esse conflito, que infelizmente não acredito que vá diminuir na intensidade que gostaríamos.

Faço esses alertas para que esta CPMI não seja apenas um local de depoimentos importantes, mas que sinalize e dê visibilidade ao problema já existente. Que possamos identificar as razões pelas quais, como disse um orador que me antecedeu, o acesso à terra não é democrático, não é consubstanciado em fatos, atitudes e ações do Governo que contribuam para uma verdadeira reforma agrária de que este País tanto precisa!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado Deputada Rose Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Este Governo, com certeza, terá disponível dados suficientes para alimentar o trabalho desta CPMI. V. Exª quer que eu faça algum requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Já há requerimentos convocando a Ouvidoria do Incra e o Ministro do Governo anterior.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Estou mais preocupada com os dados técnicos oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Na leitura, depois dos requerimentos.

A Deputada tem razão. Esta CPMI deve ser flexível para priorizar a convocação, por exemplo, quando existirem denúncias – denúncias de desvio de dinheiro público em assentamentos, superfaturamento nas desapropriações etc. – baseadas em provas documentais ou fortes indícios. Esta CPMI não pode ignorar a existência de vítimas desse processo de conflagração no campo. Como está vivendo a viúva do líder sem-terra assassinado no Paraná? O Estado está oferecendo a ela o apoio a que tem direito em função do que ocorreu? Essas situações serão analisadas no decorrer dos nossos trabalhos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – É excelente a ponderação de V. Exª. Há muitos trabalhadores sem-terra que querem trabalhar, mas que estão presos ou sendo processados. Outros já estão ocupando cemitérios. Por que será que só eles?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Deputado Josué Bengtson do PTB do Pará.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, esta CPMI fornecerá muitas respostas ao povo brasileiro.

Não tenho fundo ideológico algum no que diz respeito ao problema que estamos vivendo no Brasil. Sou do Estado do companheiro Zé Geraldo.

O Deputado Adão Pretto, um grande lutador, fez uma pergunta que, no caso do Pará, é muito fácil de responder.

Quando cheguei ao Pará, há trinta anos, e me parece que o Deputado Zé Geraldo está lá há mais de vinte, havia um critério para as pessoas terem acesso

a terra, porque o Pará era uma terra sem dono, a terra era do Estado. O governo estabeleceu que a pessoa poderia arrecadar junto ao Incra o dobro daquilo que era desmatado. Isso causou um problema tremendo no Pará, pois as pessoas tinham pressa, Deputado Adão Pretto, em ampliar as áreas de desmatamento para poder receber o título do Incra. Algumas regiões do Pará, como Paragominas, uma das primeiras fronteiras pecuárias do Pará, praticamente tiveram liquidadas a sua área verde. Hoje, na região de Paragominas, que chegou a ter 300, 400 serrarias, não sei se há 30 ou 40. Naquela época, o Governo Federal estabeleceu esse critério para a pessoa possuir terras no Estado do Pará. Não sei se em outro Estado isso aconteceu.

Houve um tempo em que terra não valia nada no Pará. Hoje, principalmente próximo às grandes rodovias, tem grande valor; onde não há rodovia, continua não valendo nada. Um hectare de terra chega ao valor de R$30,00 (trinta reais), em algumas regiões de São Félix do Xingu, de Porto de Moz, longe do centro, onde não existe médico, nem hospital. São terras para aventureiros, como meus avós e meus pais. Quando meus avós vieram para o Brasil – foram pioneiros no interior de São Paulo –, enfrentaram doenças como a malária e tudo o mais.

Agora, conforme mencionou o Sr. Deputado José Geraldo, estamos tendo um terceiro problema no Estado do Pará, onde dificilmente existiam invasões violentas, até estranho existir sem-terras nesse Estado. No Pará, há muitos emigrantes, porque temos terra sobrando para quem quiser trabalhar. Hoje, no Pará, existem quadrilhas organizadas que estão invadindo propriedades, matando, para desvalorizar a terra e, depois, vender a um terceiro comprador. É outro problema que esta CPMI poderá também, já que vamos falar de violência no campo, observar. Mataram recentemente uma senhora em Redenção, uma pequena proprietária de 300, 400 hectares – incendiaram a sua casa – para, em seguida, alguém oferecer à família talvez 20% ou 30% daquilo que vale a propriedade. Isso também começou a acontecer em algumas regiões da Transamazônica.

Durante o andamento desta CPMI, poderemos também, Deputado José Geraldo, observar esse foco. Aqueles casos que não são de sem-terras, que não são de latifúndios, que não são de briga pela terra, mas são de briga pela desvalorização das propriedades que já existem.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado!

Com a palavra o Senador Sibá Machado, do PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, em um primeiro momento, esta CPMI não precisaria ter existido dado um trabalho exaustivo de outras CPMIs que trataram da questão do campo: a CPMI do latifúndio focou principalmente a questão da grilagem, inclusive apresentou um novo estoque de terras da União para serem imediatamente reaproveitadas; a CPMI do narcotráfico identificou a correlação entre narcotráfico e propriedade da terra. Mas agora, observando que muitas das missões não estão completas, que muitos dos trabalhos identificados não foram levados a cabo, vejo que esta CPMI pode dar a sua contribuição.

Há alguns fatos novos e bastante interessantes para começarmos o nosso trabalho.

Quando cheguei no Senado Federal, pensei que já existia em lei que todas as terras identificadas com a prática do trabalho escravo ou do narcotráfico, já nem eram desapropriadas, mas sim objeto de expropriação sumária, sem direito à indenização, pois o valor econômico desta terra seria fruto de uma criminalidade. Mas, depois do assassinato bárbaro daqueles três funcionários do Ministério do Trabalho, tomei conhecimento de que isso não está posto em lei.

Esta CPMI não pode se limitar a identificar as causas do problema – as principais já estão identificadas. Esta CPMI deve tomar providências, ou seja, deve estabelecer em lei a destinação da terra vinculada ao trabalho escravo ou ao narcotráfico. Nosso foco de trabalho é o conflito no campo, não podemos nos esquecer disso, mas o conflito no campo se dá pela questão da propriedade fundiária, e do ano passado para cá, tenho observado que muitas iniciativas do Governo sobre a questão do desmatamento acabam também caindo nesse tema.

A grande estrutura proposta no plano plurianual do Governo vai inevitavelmente induzir um novo comportamento no campo. Além disso, a sociedade tem clamado para o chamado ordenamento do território. Em sendo assim, a nossa CPMI sobre conflitos no campo poderia apresentar sugestões para ponto imediatos.

Lembro aqui que o assassinato dos funcionários do Ministério do Trabalho, em Minas Gerais, precisava de uma resposta imediata, e não há melhor resposta que tramitar em urgência o projeto de lei que está na Câmara dos Deputados e que autoriza o Estado brasileiro a confiscar, a expropriar a terra que se encontra nessa situação. A CPMI do narcotráfico identificou o caso de Hidelbrando Pascoal, cuja fazenda, no Acre, servia de entreposto para tráfico de cocaína, mas nada aconteceu.

Sr. Presidente, o trabalho da CPMI vai além da identificação do conflito, que é o resultado, é apenas

uma conseqüência de uma situação não resolvida. Como bem lembrou o Deputado, assusto-me com um depoimento desses e não duvido que esteja acontecendo isso. Também morei no Pará e conheço um pouco da região. É realmente possível que isso esteja acontecendo, porque, por exemplo, alguém que está pensando em aplicar seu capital naquela região nos próximos dez anos, já pode estar fazendo bons negócios antecipadamente.

Sr. Presidente, a CPMI chegou realmente em um momento certo. Podemos realizar um grande trabalho aqui sugerindo soluções, inclusive algumas mais imediatas, como é o caso de uma nova legislação ou de uma legislação complementar para o assunto. Podemos também, em alguns casos, conciliar outras medidas, que já estão sendo tomadas.

O Grupo Interministerial levantou, agora, o problema do arco do desmatamento na Amazônia e apontou uma situação complicada. Há um Município no Mato Grosso que está quase atingindo o índice de 95% de desflorestamento do seu território. Foram apresentadas várias sugestões neste Grupo de Trabalho. Devemos analisar, desde logo, as que já podemos implementar para que possamos dar celeridade à solução de problemas dessa natureza.

Concordo piamente com V. Exª que é no calor dos trabalhos que podemos decidir melhor as visitas que devemos fazer, ou seja, votaríamos um roteiro aqui, mas não ficaríamos presos a ele. No decorrer dos trabalhos, poderíamos alterá-lo para enriquecer ao máximo o resultado final.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado Senador Sibá Machado.

O Deputado Abelardo Lupion pede para fazer uma consideração. Posteriormente, passaremos a palavra ao Relator, que fará referência a sugestões recolhidas para que possamos deliberar.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Senador Alvaro Dias, fiz a apresentação de algumas propostas, mas é lógico, como V. Exª diz, que não temos nada estático. No correr dos nossos trabalhos poderemos corrigir muitos rumos, em função obviamente de emergências que deverão aparecer para cumprirmos o nosso papel dentro da Comissão. É óbvio que não podemos perder o foco, que é justamente fazer prevalecer a lei. Como representantes da Comissão, devemos fazer com que a lei seja cumprida.

Comparecerão à nossa Comissão representantes de entidades e de organizações, mas não podemos esquecer que está em voga hoje o surgimento de siglas "frias". Precisaremos checar se essas entidades realmente existem, sob pena de não poderem, sob hipótese nenhuma, falar em nome desse ou daquele movimento. Há mais de dez movimentos de invasores sem sigla, sem bandeira, sem um responsável. Ninguém pode se esconder atrás de movimentos inexistentes. Lei é isto: precisamos preservar a lei e a ordem neste País. É muito importante que o Relator atente para esses detalhes para que não incorramos no erro de convocar uma entidade sem responsável. A partir do momento em que se optar pela convocação, a entidade deverá existir e estar atuante no seu papel de representar. Uma organização só existe se registrada – não existe organização do "eu acho que..." –, e a nossa Comissão vai responsabilizar quem vier falar em nome de quem for.

É importante deixar isto muito claro: no momento em que eu sentar numa cadeira aqui, vou exigir que a organização esteja devidamente registrada. As entidades patronais, os trabalhadores e os movimentos sociais, todos precisarão estar registrados para prestar depoimento dentro desta Comissão. Gostaria de deixar claro isso para que o Relator possa nortear nossos trabalhos, sob pena de incorrermos em erro muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Certamente, Deputado Abelardo Lupion, o dever desta CPMI é respeitar a lei e, se possível, até aprimorá-la, com alterações que porventura possam surgir nos debates nesta Comissão.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto, rapidamente, para podermos ouvir o Relator.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria aproveitar esse minutinho que V. Exª me concede para dizer que têm procedência as observações do Deputado Abelardo Lupion. Somos defensores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), mas há dezenas de outros pequenos movimentos em busca da terra que, por estarem desorganizados, tomam atitudes desagradáveis na luta por seus direitos, mas os ônus dessas atitudes inadequadas vão para o MST, mesmo que este movimento não seja responsável por tais atos.

Mas eu queria, Sr. Presidente, aproveitar este minuto para fazer uma observação ao Deputado Josué Bengtson, que disse que no Pará não existem sem-terras, que são pessoas de outros Estados. Há sem-terras caindo da lua. As pessoas de um Estado, em geral, não integram os movimentos de seu Estado. Segundo dados oficiais do Ministro Raul Jungmann, da época em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso decretou que quem quisesse terra fosse aos Correios se inscrever, no Estado do Pará temos 53 mil inscritos e 14 mil famílias acampadas nos movimentos

pela terra. E diz S. Exª que não existe sem-terra? De onde está vindo essa gente?

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Fiz apenas um comentário bem ameno. Não sou paraense, mas sei que no sul e sudeste, principalmente, do Pará, não há nem 10% de paraenses vivendo ali. Não estou colocando nenhum óbice quando afirmei que esses conflitos da região de Marabá e de Redenção são muito mais de migrantes. O Pará tem terra para o Brasil inteiro, e se dermos um passo além, no Amazonas, misericórdia! O que temos de terra sem homem no Estado do Amazonas... O Pará tem pouco mais de 1,2 milhão quilômetros quadrados para uma população de 6,5 milhões de habitantes. Qual a área do Rio Grande do Sul, Deputado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Uns 400 mil quilômetros quadrados, pelo menos.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Qual a população do Rio Grande do Sul?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quatrocentas e vinte mil famílias de pequenos agricultores.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Não, refiro-me à população geral do Estado. O Pará tem terra sobrando, e o Amazonas nem pensar. O Estado do Amazonas não tem nem 2 milhões de habitantes. Esses conflitos são geralmente coisas que podem ser evitadas. Não coloco aqui nenhum cunho ideológico quando falo a respeito disso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, tentarei fazer aqui um sumário das contribuições e apresentar uma síntese para podermos votar essa matéria.

Primeiro, o Pará está na pauta. O fato de termos escolhido o Pará como a primeira área de conflito a ser visitada fez com que pelo menos cinco dos Srs. Parlamentares aqui se referissem a essa visita. Não entrarei na polêmica em si, mas isso mostra que há necessidade de a CPMI se voltar para aquela região.

O Deputado Rodolfo Pereira levanta a questão de Roraima, em função do conflito da Raposa Serra do Sol. Essa questão deverá ser calibrada. A nossa CPMI, pelo requerimento apresentado, é tão ampla que fica até difícil encontrar um foco. É uma CPMI para o Brasil todo, para praticamente 500 anos de história. Temos outras Comissões do Senado e da Câmara que estão tratando de matérias coincidentes as nossas. O problema do trabalho escravo foi levantado por mais de um Deputado, mas há uma comissão que trata dessa matéria. Teremos que definir qual atitude tomar, mas há um consenso com relação a essa visita.

O roteiro de trabalho apresentado pelo Deputado Lupion não é divergente da nossa proposta. A Deputada Rose de Freitas e S. Exª solicitam dados da situação fundiária e da reforma agrária. Já tivemos essa preocupação, Deputada Rose. Temos especialistas para tratar da questão fundiária. É evidente que nessa mesma área há requerimentos para a convocação de outros estudiosos, como os Srs. Plínio Arruda Sampaio, Bernardo Manzano, José Luís da Veiga etc, mas é bem-vinda a sugestão da Deputada Rose de Freitas e do Deputado Lupion de fazer uma solicitação a estudiosos e ao próprio Governo no sentido de que nos remeta informações sobre os pontos aqui colocados. Isso é possível e até adianta o nosso trabalho.

Se o Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário puder remeter para nós seus dados sobre a estrutura fundiária brasileira, sua avaliação do processo de reforma agrária, a própria CPMI já terá dados para trabalhar antes mesmo da presença do Sr. Ministro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Permita-me, Deputado. Podemos constituir um banco de dados e solicitar inclusive informações de universidades, como a Unicamp. Há um requerimento aqui que pede às assembléias legislativas que nos remetam o resultado de Comissões Parlamentares por elas realizadas.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – O Deputado Jamil advertiu que a CPMI não é academia, embora tenha que conviver com esse banco de dados. A nossa intenção é mergulhar nos problemas.

O Deputado José Geraldo levanta uma preocupação pertinente. Como se darão essas visitas? E aí volta à tona o Estado do Pará, que regiões e que pessoas serão ouvidas? Sugiro uma reunião administrativa, inclusive com a presença dos Srs. Parlamentares da Região Norte, para definirmos as áreas a serem visitadas, se vamos escolher uma área mais significativa etc. Não adianta visitarmos três ou quatro áreas em um Estado, se pudermos aproveitar essa visita, por exemplo, para uma audiência pública na Assembléia Legislativa com representantes de entidades. Temos que programar melhor as visitas.

Os Parlamentares Sibá Machado e Sarney Filho levantam o problema da questão ambiental, que se relaciona com o problema demográfico, a que se referiu o Deputado Josué Bengtson. A expansão da fronteira agrícola está vinculada ao problema da violência, e temos que trabalhar isso. Não vejo nenhum óbice, desde que o Deputado Sarney Filho e o Deputado Édison Duarte apresentem um requerimento para ouvir a Srª Mary Allegretti.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Já apresentou.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – O Deputado Rodolfo Pereira levanta a questão de Roraima, a que já me referi, e da justiça agrária.

Deputada Rose, já respondi a sua preocupação sobre a oitiva desses especialistas, mas S. Exª também pode fazer solicitações.

Para concluir, poderíamos aprovar o roteiro com uma flexibilização.

O roteiro, na parte das audiências, levantou cinco temas:

1) levantamento de conflitos: podemos começar convidando a ouvidoria; um representante do Ministério do Trabalho, para falar sobre o trabalho escravo; e alguém da Funai, para falar sobre a questão indígena.

2) impunidade: o problema da violência, das vítimas, da Justiça;

3) diagnóstico da estrutura fundiária;

4) planos e ações do Governo; e

5) diagnóstico dos movimentos e das entidades.

Esses cinco temas estão no roteiro e contemplam tanto o objetivo da CPMI como as preocupações expostas pelos Parlamentares aqui presentes.

Sugiro que sejamos flexíveis quanto ao número de audiências e à definição dos convidados.

O Sr. Presidente lembrou que devemos elaborar um diagnóstico. Na próxima audiência, então, discutiremos o diagnóstico e votaremos os requerimentos de convocação, entre outros temas. Há a proposta de tratarmos alguns temas gerais – conflitos, impunidade, diagnóstico, Governo e movimentos –, e nos adequaremos a ela. Parece-me que há um consenso de que a primeira audiência seja com o Desembargador Gercino da Ouvidoria Agrária Nacional, para apresentar o quadro geral dos conflitos, e de que o primeiro Estado a ser visitado seja o Pará.

O Sr. Presidente também apresenta uma questão sobre os representantes do Governo. Tais autoridades devem ser ouvidas em outro momento, até porque serão levantados pelos movimentos e pelos estudiosos tantos questionamentos que talvez tenha razão o Sr. Presidente na sugestão de inverter a nossa lógica. Os diversos representantes das diversas áreas de Governo devem, então, ser ouvidos em um segundo momento.

Proponho, Sr. Presidente, a aprovação do roteiro com todas as contribuições. Não vi nenhum conflito, nenhuma contraposição. Na verdade, todas sugestões convergem para o mesmo objetivo. Poderíamos também designar para a terça-feira da próxima semana a nossa audiência com a Ouvidoria Agrária Nacional.

Essa é a proposta que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos submeter à votação.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, gostaria que fossem votados os convidados que apresentei no meu relatório em bloco com os apresentados pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos submeter.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Os seus convidados já estão o roteiro, outros se encontram nos requerimentos. O Sr. Presidente poderá dizer o que pensa.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Exato. Somente considerar esses como convidados nossos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos submeter à votação a proposta de roteiro apresentada pelo relator, agregando as sugestões do roteiro alternativo, proposto pelo Deputado Lupion.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, pela ordem.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Estou chegando agora, sou suplente na Comissão. Tive um primeiro contato com o roteiro agora. Concordo plenamente com as sugestões, no entanto quero apresentar uma situação que penso ser pertinente: Amazônia é sempre vista numa situação de igualdade territorial com outras Regiões, o que não é real. A Amazônia ocupa mais de 50% do território brasileiro. Ir ao Estado do Pará é fundamental, mas na Amazônia, no Estado de Rondônia, os conflitos ocorrem diariamente e estão estampados na mídia nacional. Há inclusive uma CPMI em curso na Assembléia Legislativa naquele Estado. Em sendo assim, considerando o tamanho territorial e a diversidade amazônica, sugiro também uma visita ao Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

Se surgirem conflitos em Estados não incluídos no roteiro aprovado, poderemos agendar outras visitas, Os fatos vão determinar as prioridades, mas creio que não há nenhum inconveniente em incluirmos também Roraima e Rondônia, Sr. Relator. Podemos trabalhar com várias subcomissões. No decorrer dos trabalhos, certamente essas questões serão resolvidas.

Em votação a proposta apresentada pelo Relator.

As Srªs e Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação dos requerimentos.

Em votação requerimento, elaborado por esta Presidência, com a concordância do Relator, que solicita às Assembléias Legislativas dos Estados e à Câmara Legislativa do Distrito Federal que remetam a esta CPMI os eventuais resultados de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre reforma agrária e urbana.

As Srªs e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Apenas pergunto se a minha sugestão já foi aprovada como requerimento, inclusive com os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim, no contexto do requerimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não, aqui acertamos o seguinte: há uma série de outros nomes que serão colocados. Os nomes estão todos relatados aqui. Vamos fazer uma audiência sobre diagnósticos. Se todos os nomes sugeridos forem aceitos, teremos uma outra CPMI. Vamos discutir o diagnóstico e os nomes. V. Exª tem nomes, assim como o Deputado Adão Pretto e o Sr. Presidente. Os nomes já foram sugeridos, mas não necessariamente todos serão chamados. É essa a preocupação que o Sr. Presidente está tendo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A sugestão é que aprovemos todos os nomes, até em respeito a cada Senador e Deputado que o propôs, e que, no decorrer dos trabalhos, estabeleçamos prioridades em função do que ocorrer nas investigações e nos debates.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O primeiro requerimento convoca João Pedro Stédile, do MST.

Srªs e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Para contribuir, sugiro votarmos em bloco esses requerimentos, e o Relator os usaria quando necessitasse. Até, se a maioria concordar, poderia ser dispensada a leitura de todos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A sugestão é boa. A Presidência a acolhe. Vou ler apenas os nomes para que as Srªs e Srs. Parlamentares tomem conhecimento: Pedro Stédile; representante do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – nesse caso a Comissão solicita à entidade que designe o representante mais adequado para o debate.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – E, por favor, pedir junto o registro da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exato.

Continuando, Conselho Indigenista Missionário, da mesma forma; Comissão Pastoral da Terra; Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista; Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Sr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Esses são requerimentos de minha autoria.

O Deputado Sarney Filho apresenta requerimento propondo a convocação da Drª Mary Alegretti, ex-Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. O Deputado Adão Pretto – há aqui uma coleção – solicita a convocação do Sr. Carlos Esperoto, do Movimento Vistoria Zero; da Srª Maria da Graça Amorim...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Por favor, o Dr. Carlos Esperoto é o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Da Srª Maria da Graça Amorim, Diretora de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; do Sr. Bernardo Mansano Fernandes, geógrafo, professor, pesquisador, presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros; do Sr. Jorge Pedro Peres, delegado do trabalho do Estado de Pernambuco; do Sr. Carlos Calazans, delegado do trabalho do Estado de Minas Gerais; do Sr. Marcos Menezes Prochet, representante da União Democrática Ruralista de Paranavaí, Paraná – esses requerimentos são também assinados pelo Deputado Jamil Murad –; do Sr. José Alberto Iegas, Chefe da Divisão da Polícia Federal de Guarapuava, no Paraná; do Sr. Humberto Sá, médico, do Primeiro Comando Ruralista do Estado do Paraná; do Sr. Paulo Sérgio Domingos, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; do Sr. Olavo Bernardes Filgueiras Filho, da União de Defesa da Propriedade Rural, que atua no Pontal do Triângulo Mineiro; do Sr. Fernando da Costa Tourinho Neto, juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Srª Maria José de Souza, da Contag, requer a convocação do responsável da empresa Senor Ltda, do Estado do Pará e do proprietário da empresa paraense Açaí Florestal Ltda, Sr. Aziz Mutran Neto, para prestarem informações sobre os processos trabalhistas que envolvem agricultores rurais flagrados pela Delegacia Regional do Trabalho por trabalho escravo; do proprietário da Agropecuária Carajás Ltda, do Estado do Pará também; e do Sr. Décio José Barroso Nunes, proprietário de várias fazendas no Estado do Pará.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, estamos incorrendo aqui em erro, pois não conseguiremos ouvir todas essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Certamente não ouviremos a todos esses. Não temos condições de ouvir a todos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Se um jornal noticiar um conflito em tal lugar, teremos de convocar a pessoa aqui? Esse é um problema de polícia, não nosso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Como já definimos, a aprovação dos nomes não implica a obrigatoriedade da convocação. Somente haverá convocação se houver necessidade.

Continuando, do Sr. Gilberto Cervinski, membro da Direção Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; do Sr. Cláudio Beirão, servidor público do Ministério da Justiça responsável por conflitos agrários que envolvem comunidades indígenas; do Sr. José Batista Afonso, Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra; do Sr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Chefe do Departamento de Geografia e do Laboratório de Geografia da USP; do Sr. Antônio de Souza Carvalho, diretor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará; do Sr. Fernando Luiz Guagliato, proprietário responsável pela fazenda Rio Vermelho, do Estado do Pará; do Sr. proprietário da Destilaria Gameleira, no Estado do Mato Grosso; do Sr. Jorge Mutran, proprietário da Fazenda Cabaceira, no Estado do Pará; do Sr. José Coelho Victor, responsável pela Fazenda Santa Lúcia, no Estado do Pará; do Sr. Josélio de Barros Carneiro, Fazenda Nova Délhi, no Estado do Pará; do Sr. Proprietário da Agropecuária São Roberto S/A, no Estado do Pará; do Sr. Lélio Bentes, Ministro do TST; do Sr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários da Polícia Civil, no Estado do Pará; da Srª Socorro Gomes, Delegacia do Trabalho do Estado do Pará; do Sr. Darcy Frigo, Advogado representante da Organização Não Governamental Terra de Direito, no Estado do Paraná; do Sr. Narciso Rocha Clara, Presidente do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais.

Esses são os Requerimentos, Deputado Adão Preto.

Há mais aqui: do Dr. Alan Rodrigues Meirelles, Juiz substituto da Comarca de São Félix do Xingu; do Sr. Jorge Antonio Ramos Vieira, Juiz de Direito; do Sr. Antônio Camargo de Mello, Coordenador da Coordenadoria de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho; do Dr. Petrus Abi Abib, Procurador Federal; da Drª Raquel Dodge, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; do Sr. Alfredo Vagner Almeida, antropólogo especialista na questão fundiária da Amazônia, especialmente; do Sr. João Pacheco de Oliveira, professor especialista em questão fundiária, para falar da questão indígena; do Ministro Olívio Dutra; e dos representantes da União Nacional da Moradia Popular, da Confederação Nacional Urbana e Central dos Movimentos Populares, do Movimento Nacional de Luta.

Determinadas convocações podem ser realizadas com outras.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Aquelas que apresentei e que já li aqui estão incluídas?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim, assim como as do roteiro.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Estão incluídas as apresentadas pelo Relator no seu roteiro, as do Deputado Adão Pretto, as do Senador Alvaro Dias, todas elas. Quando marcarmos as audiências, estabeleceremos quem vamos chamar.

A SRª ROSE DE FREITAS (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois, não. Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

A SRª ROSE DE FREITAS (PSDB – ES) – Sr. Presidente, os requerimentos lidos serão aprovados em bloco. Mas pergunto a V. Exª se haverá uma triagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim.

A SRª ROSE DE FREITAS (PSDB – ES) – Essa triagem ficará a cargo da relatoria, da Presidência ou do Plenário? É impossível uma comissão atuar com esse número de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não deixaremos de submeter ao Plenário nenhuma convocação específica para determinada data, em razão da oportunidade. É a oportunidade que determina. Então, simbolicamente, colocaremos para deliberação, em bloco, os requerimentos citados.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Para dar um exemplo, já submeteremos a convocação, Sr. Relator, da Ouvidoria, para a primeira reunião, que seria na próxima terça-feira, às 13h30min.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, preciso entender um pouco melhor a dinâmica da CPMI. Os requerimentos que estão na mesa, mesmo havendo triagem, já são convocações para vir depor aqui ou no Estado? Não sei se convoco, por exemplo, o Iterpa para vir aqui ou para quando formos no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não, no Estado. Por exemplo, quando formos ao Paraná, certamente iremos ao Paranavaí e convocaremos a UDR local para uma audiência pública. É o melhor procedimento.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, os convocados do Estado do Pará serão ouvidos naquela região?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Serão ouvidos na nossa ida ao Estado, havendo inclusive uma grande economia de passagens. Já com relação às outivas em Brasília, elas serão deliberadas no curso da

CPMI. Por exemplo, hoje vamos colocar em votação a convocação do Sr. Ouvidor para a próxima reunião.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, fomos convocados para a eleição das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, na próxima terça-feira, às 14h. É a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Precisamos definir o horário, então, da reunião de terça-feira.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu sugiro 17h.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Depois das 18h, em função da Ordem do Dia do Senado Federal.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Ou depois das 18h, porque teremos, com certeza, votações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, nesta terça-feira podemos realizar às 18h30min e nas demais voltaríamos ao horário de 13h30min, que me parece ser mais conveniente para atender aos Srs. Deputados. Como, parece-me, a maioria nesta CPMI será sempre dos Srs. Deputados, temos que atendê-los em primeiro lugar em relação à conveniência de horário.

A SRª ROSE DE FREITAS (PSDB – ES) – Sr. Presidente, o horário é fundamental, porque temos eleição nas Comissões, e em algumas há conflitos; a Ordem do Dia e o Plenário do Senado Federal; e sessão na Câmara dos Deputados a partir de 16h30min para debate das matérias e da Ordem do Dia. Sugiro a V. Exª que a reunião seja às 11h. Não teremos Comissões funcionando nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se os Srs. Deputados concordarem, podemos realizar às 11h de terça-feira, sem problema algum no Senado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Na terça-feira, muitos dos Parlamentares estão chegando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas nesta terça-feira não poderiam chegar antes?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Ah, sim. Uma terça-feira, sim, mas não como regra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não. Nas demais terças-feiras, realizaríamos às 13h30min. Para esta, em função da eleição das Comissões na Câmara, precisamos adotar um horário alternativo. Se concordarem com terça-feira, às 11h, é claro que os Srs. Deputados chegarão mais cedo.

Realizaremos, então, na terça-feira, às 11h, a audiência pública para ouvir o Sr. Ouvidor. Se desejarem, podemos deliberar sobre a segunda audiência hoje, já que há quorum. Consulto o Sr. Relator se concorda com a convocação, para a outra terça-feira, do Líder do MST, Sr. Pedro Stédile?

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Bom, não há problema algum, desde que sejamos flexíveis com os nomes dos representantes das entidades. Para alguns movimentos e algumas entidades, V. Exª colocou a convocação em nome da entidade. Se o Sr. João Pedro não puder vir, temos o Sr. João Paulo Rodrigues e outras lideranças. É somente com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É conveniente aprovarmos hoje para concedermos mais tempo para que os convocados possam conciliar seus compromissos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, eu havia sugerido, e pensei que o Relator havia acatado, que primeiro levantássemos dados sobre o quadro fundiário com a Ouvidoria e técnicos, para posteriormente ouvir o...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas temos que ser rápidos e ágeis. Na audiência da próxima terça-feira, na nossa primeira audiência, teremos esse quadro. O Ouvidor poderá trazer técnicos para apresentar os dados que julgar importantes. Temos muitos para ouvir e não podemos perder tempo.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, tenho a mesma preocupação. Se começarmos as audiências com o cenário dos conflitos, quando precisarmos, não teremos elementos para alimentar a discussão da Reforma Agrária. Eu não os tenho, Sr. Presidente. A minha preocupação quando falei a respeito da triagem é a seguinte: se a cada momento o Plenário tiver que decidir sobre a convocação dessa ou daquela pessoa, perderemos a visibilidade do todo desse trabalho na Comissão. Gostaria de ter elementos e dados técnicos suficientes para saber que Reforma Agrária foi feita no País, a fim de que a CPMI possa nortear a discussão, seja com o Stédile, com a CNBB, com a Pastoral da Terra ou com quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Recolheremos esses elementos no decorrer dos trabalhos. É evidente que o próprio Pedro Stédile trará elementos, não há dúvida alguma. Se estabelecermos aqui um trabalho eminentemente burocrático e técnico, não teremos a participação ativa dos movimentos sociais, não despertaremos os movimentos sociais para uma participação mais ativa nos trabalhos desta CPMI.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, não estou propondo isso, absolutamente. Não é possível que, depois de cinco mandatos, eu não tenha a noção do que é uma CPMI, da importância que ela tem. Apenas estou pedindo elementos para trabalhar. Não estou pedindo que caiamos na malha da burocracia, da tecnocracia, do oficialismo. Não se trata disso. Apenas estou solicitando melhores condições de trabalho para receber o Sr. Stédile ou quem for convocado pelo Plenário. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tenho a convicção de que recolheremos elementos mais concretos daqueles que vivem o drama. Estes nos trarão dados mais importantes e significativos que os técnicos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, seria importante que pudéssemos dizer, no requerimento de convocação, o que queremos de quem vem falar. Sob esse enfoque, considero muito pertinente a questão levantada pela Deputada Rose. Nessas audiências devemos colher o máximo que pudermos sobre a realidade fundiária dos conflitos, sobre a execução dos planos de reforma agrária, sobre os assentamentos. É importante que, nessas convocações, solicitemos que tragam dados. E V. Exª até lembrou que o Ouvidor pode vir com outros técnicos. Não se trata de uma convocação pura e simples, mas de uma convocação na qual devemos explicitar o que queremos desses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas uma sugestão prática, pois até economizaremos pronunciamentos aqui. Já que há dúvidas em relação ao segundo depoente, deliberaremos a respeito na próxima reunião, depois da audiência com o Ouvidor. Até lá, os Srs. Parlamentares poderão discutir qual a melhor convocação para a segunda reunião.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Só queria acrescentar, pois sou Relatora em determinado momento. Suponhamos que estivéssemos diante da audiência do Sr. Stédile e que S. Srª nos fornecesse dados e denúncias que não pudéssemos contestar por falta de elementos, apenas ouviríamos e ficaríamos como cegos querendo saber se é fato ou não? Se viesse um Ministro e nos dissesse algo que não tivéssemos como contradizer?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Srª Deputada, mas isso acontece em todas as CPMIs. Não saberemos avaliar os primeiros depoimentos. Teremos um ano para isso. E, certamente, esta CPMI terá de ser prorrogada por mais um ano, porque, provavelmente, não teremos condições de concluir nossos trabalhos até dezembro.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, quero fazer um pedido para que, na próxima reunião, tenhamos uma lista dos nomes que aprovamos hoje para que todos Parlamentares saibam quem estamos convocando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecendo a presença de todos, encerramos esta reunião. A próxima será, portanto, na terça-feira às 11 horas.

(Levanta-se a reunião às 12h12min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO"

Ata da 4ª Reunião, realizada em 30-3-2004

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às treze horas e cinqüenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Siba Machado, Juvêncio da Fonseca e Ana Júlia e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Onyx Lorenzoni, Josué Bengtson, Edson Duarte, Jamil Murad e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir as Exposições do Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e da Dra. Maria de Oliveira, Ouvidora Agrária Nacional – Substituta sobre a Questão Fundiária Brasileira. A seguir, a Presidência concede a palavra inicialmente ao Dr. Gercino José da Silva Filho e, após, à Dra. Maria de Oliveira para suas considerações iniciais. Após, a Presidência passa a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator da Comissão para seus questionamentos e, após, aos expositores para

responderem as perguntas. Foi concedida Questão de Ordem ao Deputado Jamil Murad. O Senhor Relator solicita a Secretaria desta Comissão incluir na Relação de Requerimentos os nomes das pessoas relacionadas na Proposta de Roteiro da Comissão, que foi aprovada em reunião anterior. Fizeram uso da palavra para questionar aos expositores os Parlamentares Zé Geraldo, Adão Pretto, Jamil Murad, Onyx Lorenzoni e Edson Duarte. O Deputado Jamil Murad requereu a convocação do Sr. Narcísio Rocha Claro, obtendo a informação do Senhor Relator que o mesmo será convocado, conforme requerimento já aprovado nesta Comissão. A seguir, o Senhor Relator, João Alfredo solicita à Dra. Maria de Oliveira que seja encaminhado à esta CPMI dados relativos à situação atual do País sobre a Questão Fundiária. O Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias comunica aos presentes a próxima reunião da Comissão para o dia 01-4-2004, às 10 horas, ocasião em que serão ouvidos os depoimentos do Sr. João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e D. Tomás Balduíno, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra. Dando prosseguimento aos trabalhos, assume a Presidência, o Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente desta Comissão. Ao final, a Presidência agradece ao Desembargador Gercino e à Dra. Maria de Oliveira pela colaboração prestada a esta CPMI. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está aberta a CPMI da Terra. Como é tradição de toda CPI, consulto os Srs. Senadores e Deputados se podemos aprovar a Ata da última reunião. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir a exposição do Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, e da Drª Maria de Oliveira, Ouvidora substituta.

Vamos iniciar concedendo a palavra ao Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, agradecendo desde já a sua presença.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Alvaro Dias, Exmº Sr. Deputado João Alfredo, Vice-Presidente desta Comissão, Digníssimos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que compõem a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, antes de iniciar a minha fala, desejo passar a V. Exª e ao meu Relator uma cópia do material que constitui a nossa exposição, em CD e em material impresso. Se V. Exª desejar, temos aqui, para os demais componentes da Comissão, alguns exemplares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço à Secretaria que faça a distribuição desses exemplares aos Srs. Deputados e Senadores presentes.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Presidente, a Ouvidoria Agrária Nacional sente-se orgulhosa de comparecer a este Plenário e espera contribuir para o sucesso da colenda Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na elaboração do diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, com expectativa de encontrar as soluções para as demandas aflitivas que atingem as populações excluídas dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

A Ouvidoria Agrária Nacional foi criada com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural. O sucesso alcançado até agora é uma decorrência do resultado do processo de articulação na construção das parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais, interessados na garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários no campo.

A Ouvidoria Agrária Nacional instalou, para auxiliá-la no processo de prevenção e resolução dos conflitos agrários, ouvidorias nos Estados de Mato Grosso do Sul, Ceará e também no Estado do Pará. Por outro lado, encontram-se em processo de criação as ouvidorias agrárias nos Estados de Minas Gerais e do Maranhão. A meta é criar ouvidorias agrárias em todas as unidades da Federação.

As Ouvidorias Agrárias devem proporcionar condições para que o trabalhador rural seja dotado de instrumentos capazes de propiciar a defesa de seus direitos, principalmente os humanos, sociais e fundamentais, nos termos da Constituição Federal.

Com a Ouvidoria Agrária Nacional, o Governo Federal contribui extrajudicialmente na resolução e prevenção dos conflitos agrários, de forma simples, sem burocracia, afastando qualquer barreira que dificulte o conhecimento das reclamações do homem do campo. Cabe a esta a coordenadoria do sistema de reclamação denominado Disque Terra e Paz, pelo telefone 0800-787000. São atendidas gratuitamente chamadas de todo o País durante os sete dias da semana. Os interessados podem obter pelo referido telefone informações sobre questões fundiárias em todo o território brasileiro, assim como podem oferecer denúncias sobre violência no campo, irregularidades nos processos de reforma agrária, desrespeito aos direitos

humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários. A Ouvidoria Agrária Nacional responde todas as denúncias levadas a seu conhecimento, o que lhe proporciona respeito e credibilidade perante o homem do campo. A Comissão Agrária Nacional preside a Comissão de Combate à Violência no Campo, criada recentemente pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, conforme Portaria nº 20/2003, que objetiva elaborar um Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, principalmente no que se refere aos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais sem terra, dos quilombolas, dos indígenas e também dos proprietários rurais.

Paz no campo.

A Ouvidoria Agrária Nacional coordena o programa denominado Paz no Campo criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com as seguintes ações:

– Prevenção de tensão social no campo: mediante a estação, a Ouvidoria Agrária Nacional atua de forma preventiva, identificando e monitorando as famílias em situação de tensão e conflito no campo, por meio do Sistema de Informações de Conflitos Agrários, o Sica, no sentido de elaborar cenários, estratégias da real situação para embasar as decisões das autoridades superiores.

– Capacitação de mediadores de conflitos agrários: mediante a estação, a Ouvidoria Agrária Nacional forma e aperfeiçoa as pessoas que atuam diretamente na mediação e prevenção dos conflitos sociais, com o objetivo de alcançar eficiência na resolução dos conflitos agrários.

– Atendimento de denúncias: mediante a estação, a Ouvidoria Agrária Nacional recepciona, trata e apura as denúncias que envolvem conflitos sobre as várias ações do Plano Nacional de Reforma Agrária.

– Mediações de conflitos agrários: mediante a estação, a Ouvidoria Agrária Nacional intervém nos conflitos agrários instalados com a finalidade de buscar solução negociada e dirimir pacificamente as desavenças fundiárias.

– Implantação de ouvidorias agrárias: mediante a estação, a Ouvidoria Agrária Nacional pretende criar Ouvidorias Agrárias Federais em todas as unidades da Federação, com o objetivo de contribuir extrajudicialmente na resolução dos conflitos agrários de forma descentralizada, buscando soluções pacíficas, mediante parcerias com os Estados, com os Municípios e com a sociedade civil organizada, de forma desburocratizada, garantindo os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos conflitos agrários.

– Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas: articular junto ao Incra e às diferentes esferas governamentais e não-governamentais o atendimento às famílias acampadas, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, garimpeiros e trabalhadores atingidos por barragens, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para inclusão social e produtiva dessas famílias.

Sr. Presidente, a partir deste item, minha colega, Drª Maria de Oliveira fará sua apresentação e, após sua fala, voltarei a falar sobre o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, elaborado pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra a Drª Maria de Oliveira.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares nesta reunião de trabalho, daremos início a nossa fala pela questão da estrutura fundiária e da situação fundiária do Brasil, porque entendemos que a exclusão social vivida em nosso País é oriunda de uma não-distribuição fundiária, com conseqüência das questões das concentrações das riquezas. Passaremos a falar a respeito da estrutura fundiária no País.

Seria bom se pudéssemos ter a tela mais visível. Talvez melhore se apagarmos uma das luzes da frente.

Neste mapa, temos os 150 km de faixa de fronteira, que inicia no Rio Grande do Sul. Temos a malha fundiária das regiões Sul e Nordeste bastante forte, mas quando vamos ao centro do Brasil e à região Norte temos uma precariedade, o que é também um fator fortíssimo, que resulta na ausência do poder de Estado nessas regiões e, conseqüentemente, desdobra-se num fator enorme de violência.

Temos mapeadas as barragens tão necessárias para o desenvolvimento do País, mas que, por outro lado, também desalojam as pessoas que estão nesses territórios. Há os conflitos quilombolas bastante fortes. A questão dos assentamentos da reforma agrária, intervenção do Governo Federal. Temos os territórios quilombolas não estudados, que são as faixas em azul. Há a questão indígena, territórios já demarcados e territórios não demarcados. Há um confronto indígena no País, acampamentos de trabalhadores rurais semterra e os Estados.

O País não está estudado. Não temos ainda o ordenamento territorial do Brasil feito, o Brasil não tem um estudo fundiário, não conhece o seu território de forma precisa. Há uma disputa pelo mesmo território. À frente veremos que nos territórios indígenas existem projetos de assentamentos, áreas de preservação per-

manente, áreas ambientais, reservas e destinações para outros fins. Enfim, temos uma grande dificuldade, mas, nesse sentido, o Governo Federal está desenvolvendo um programa de ordenamento territorial e veremos logo na seqüência.

Com isso, o Governo construiu um projeto chamado de Projeto Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, tanto na Capital federal quanto nos Estados, juntamente com os demais órgãos, institutos e terras, tem um projeto um pouco mais amplo, que atinge todos os Municípios, por meio das prefeituras. Num trabalho combinado com a integração dos cartórios, é possível, por meio de um financiamento grande e pesado, mas fundamental para a Nação brasileira. Com certeza ele irá deslanchar.

O objetivo maior desse projeto é o Cadastro Nacional dos Imóveis Rurais – CNIR. Temos o programa de regularização fundiária, no qual alguns Estados avançam e outros não. Ele vem prioritariamente aos agricultores familiares em apoio ao desenvolvimento sustentado no Brasil, que é uma parceria que o Governo desenvolveu com o Ministério do Meio Ambiente e os demais Ministérios envolvidos com esses estudos e com os governos de Estado, no sentido de aprofundarmos o desenvolvimento sustentado no território brasileiro.

Objetivos específicos.

A nova lei de registros públicos no Brasil, a Lei nº 10.267, de 2001, que combate as grilagens de terras e estuda as terras devolutas federais e estaduais. Temos a integração dos cartórios de registros públicos, as instituições governamentais e não governamentais para o controle dessas terras. Com isso, vamos ter o Cadastro Nacional de Terras, a regularização fundiária, a modernização e o fortalecimento da integração institucional. Órgãos federais, estaduais e municipais vão fazer parte desse projeto de geoprocessamento das informações e da gestão da rede desse estudo tão grandioso que já está instalado por intermédio do Incra.

Quanto às metas maiores, há o cadastro georreferenciado. Trata-se do cadastro georreferenciado de 4,8 milhões de imóveis rurais, da regularização de 1,3 milhões de posses e do cadastramento e da regularização de todos os imóveis rurais em nove anos. Essa é a meta dos cinco anos na primeira fase. Nesses cinco anos, vamos trabalhar 45% dessa demanda, sendo 2,2 milhões de imóveis rurais; na regularização, 600 mil posses. A cobertura será de 45% da área total em cinco anos. A segunda etapa e final do projeto, em quatro anos, vamos fazer o restante de 2,6 milhões de imóveis, 55%; as 700 mil posses regularizam o restante, dando cobertura de 100% do projeto em nove anos.

Tudo isso vai fazer com que possamos avançar no projeto que pretende trazer o ordenamento territorial com estudos que serão usufruídos por todos no País para planejamento e para ordenação das políticas públicas etc.

O esquema técnico-operacional ficará a cargo do CNIR e do Incra, que fazem parte do Governo Federal. Estamos ligados aos cartórios, às prefeituras, ao sistema dos institutos de terras, aos sistemas central e estadual do Incra. As equipes móveis de trabalho hoje já têm 1.400 profissionais. Não vamos contratar empresas, estamos tratando pessoas especializadas em várias ações que precisamos para desenvolver esse projeto técnico.

Realmente, o cadastro de terras e regularização de terras no País avançou muito no País nesses últimos anos no Incra.

Mostro agora o **site** disponível com todo o sistema público de registro de terra, começando da legislação até a contratação das pessoas, dos profissionais para as diversas áreas de atuação do projeto na esfera nacional, estadual e municipal.

Quanto à norma técnica, há a lei, que está nessa apostila, e o decreto que a regulamenta.

Vemos uma imagem de satélite que estuda o Município e um Município, com a área do território, com a área cadastrada nesse Município, com o número de imóveis cadastrados, com o número de posses cadastradas e com as áreas de posse do Município. Estamos vendo informações sobre o Município, mas nos interessa o imóvel. Então, uma outra tela mostra para o Brasil o imóvel. Por imagem de satélite, vamos poder identificar, no momento que for necessário, não só o Município, mas como a propriedade. E vamos fazer a evolução do uso desse imóvel. Ele já vai estar todo georreferenciado, e vamos fazer o estudo do uso em cadeia de tempo, exatamente para entender a cadeia produtiva da propriedade e a forma de uso e exploração do imóvel e também a sua influência na região.

Vemos agora – não conseguimos visualizar melhor – o mapa fundiário na área da Amazônia Legal, que é metade do mapa. Há de se convir que esse território mais para o lado de cima do País ainda sofre com a questão da ausência das políticas públicas e da presença dos projetos de governo devido à forma em que se encontra essa região do País, a Amazônia Legal.

Vemos a faixa de fronteira, a área militar, os imóveis rurais já georreferenciados, os assentamentos do Incra, as áreas ambientais, os parques, as áreas de reservas já estudadas e demarcadas pelo Ibama, as áreas arrecadadas, as áreas discriminadas e os territórios indígenas.

Temos exemplos de vários Estados – Pará, Mato Grosso. Com um estudo relativo a Mato Grosso fizemos uma superposição. Há propriedades que têm até 15 títulos expedidos para o mesmo imóvel, para 15 proprietários diferentes. São posseiros, são titulados pelo Estado. Há ação na Justiça que tramita há muito tempo. Não se definem essas áreas. Nessas áreas verdes listadas, há territórios indígenas já demarcados, mas sobre elas há títulos a proprietários. há assentamentos da reforma agrária, assim como outros projetos especiais implantados.

Esses são os problemas que existem em relação à questão fundiária do País. Se não for possível desenvolver um estudo técnico e jurídico, em conjunto e de forma melhorada, para que possamos superar essas etapas das crises, vários tipos de conflitos se desdobrarão, porque a disputa por um imóvel é muito grande. Como alguns têm mais e outros menos razão, ocorrem até mortes nesses projetos.

Nesse ponto, está o Estado do Pará. Os territórios azuis maiores sofrem a influência do estudo da nova Lei de Registros Públicos. Por meio da Portaria Ministerial nº 558, foi possível estudar todas as áreas superiores a 10 mil hectares. As não-comprovadas foram georreferenciadas, e o Incra está arrecadando essas terras. Os territórios verdes vazios representam áreas indígenas não demarcadas. A parte amarela indica os territórios indígenas já demarcados, todos com projeto de superposição, com projeto do Governo Federal e dos Governos Estaduais. E outros estudos também vêm sendo desenvolvidos. Nessa área, há um grande confronto, porque a disputa é forte, os direitos são bastante disputados.

A próxima transparência mostra mais detalhes da mesma região.

Aqueles imóveis que pareciam pequenininhos agora aparecem de forma maior e mais ampliada. As imagens apontam os territórios georreferenciados na área da 5.568, área de grilagem de terras.

Esse eixo é fundamental. Neste mapa do Brasil, demonstra-se o número de propriedades grandes e não produtivas, os imóveis improdutivos. São as áreas mais escuras na região central do País. Essas áreas desdobram-se em um eixo de desenvolvimento de produção do Governo. Trata-se da BR-163, que sai de Cuiabá e vai ao Município de Santarém. E está ocorrendo uma intervenção nessa faixa enorme. Realizaremos estudos dos dois lados dessa faixa. Realmente já se iniciou a expulsão dos pequenos posseiros, o que resultou em vários pontos de crise em Cuiabá e Santarém.

O Governo Federal já georreferenciou essa área, o que consideramos bastante importante. O Incra já vem desenvolvendo estudos para que o Governo Federal possa orientar o trabalho referente a esses territórios, com um projeto desenhado e decidido para desenvolver esse plano de ação.

Nessa faixa preta, na parte inferior, encontram-se os Municípios e os imóveis que desdobramos em telas maiores. Já fizemos a entrega do material, e esses dados constam do CD.

O Estado do Pará está na parte superior; vê-se Mato Grosso, e surge a grande propriedade improdutiva: 913 no Pará; 566 no Mato Grosso; 529 imóveis. Esses imóveis foram adquiridos por meio da posse de terra. Entendemos que haverá, neste momento, uma disputa imensa, uma grande competição nessa faixa de grande valor. Já realizamos algumas reuniões na Ouvidoria sobre esse assunto bastante preocupante, que, de certa forma, quando bem conduzido, é necessário ao País.

Nesse mapa, estão os demais Estados e imóveis. Aqui há um mapa da reserva ecológica, destacando-se a Mata Atlântica, o cerrado, as caatingas, os pantanais. A área à esquerda representa o tipo de vegetação. Esse mapa nos permite visualizar que nessas regiões há dificuldade para desenvolver as agriculturas, se não forem bem coordenadas.

Existe também um mapa hídrico. Todas as intervenções brancas são assentamentos da reforma agrária. São áreas de assentamento em territórios com e sem água. Existe também uma grande dificuldade em razão dos confrontos por disputa de água. É um mapa orientador.

Aí está a ação do Governo Federal. Aquela área maior e mais comprida, que vai de Mato Grosso ao Pará, representa a BR-163, trecho a que me referi anteriormente. Aquelas duas áreas às suas esquerdas são outras BRs que estão sendo instaladas e aqui, do nosso lado direito, está a transposição do São Francisco, que também é uma área importante para a Nação brasileira e tem que ser bem coordenada. E o Governo já a referenciou e vem desenvolvendo trabalhos nesse sentido, para que possamos diminuir o nível da tensão dessas regiões.

Aqui, os conflitos agrários instalados no Brasil, percentuais por região geográfica: 5% na Região Norte, 37% na Região Nordeste, 20% no Centro-Oeste, 14% no Sudeste e 24% no Sul.

Aqui estão as famílias acampadas. Existem 39 mil famílias cadastradas no nosso banco de dados. Não foi possível cadastrar todas, mas existem mais de 200 mil famílias recebendo cestas de alimentos. Nesse sentido, há um número maior. Mas as áreas cadastradas apresentam estes percentuais: 20% da demanda das citadas cestas são destinadas à Região Norte; 41%,

Região Nordeste; 15%, Centro-Oeste; 12%, Sudeste; 12%,Sul.

Aqui estão os mapas dos conflitos. São os demandantes. Estes percentuais representam as ações por ocupações de terra. Vejam os bloqueios de rodovias, as mobilizações, as marchas, as pautas reivindicatórias; enfim, os demandantes pela reforma agrária.

Vejam o Estado do Pará pontuado, número de mortes, municípios onde houve mortes, manifestações, acampamentos de trabalhadores rurais, bloqueios das rodovias, ocupações de terras e prédios públicos. Então, aqui está pontuado como o Estado se porta hoje. É um Estado que realmente nos preocupa bastante. Há muitas ações do Governo, como Plano de Combate à Violência no Campo. Entretanto, temos grande preocupação com o País porque ainda se mata muito e muitas ações estão aguardando decisões definitivas.

Observem o Estado de Pernambuco. Estas áreas verdes são acampamentos e as vermelhas, acampamentos com enchentes. Pernambuco foi fortemente atingido por estas enchentes, como toda a Região Nordeste. Toda a área da reforma agrária foi atingida e tanto assentados quanto acampados ficaram desabrigados, tendo que enfrentar situações muito mais precárias do que as que já vinham sofrendo.

Então, o Estado de Pernambuco e todo o Nordeste são merecedores de toda a atenção do Governo Federal, estaduais e municipais no sentido de resgatarmos os direitos dessas pessoas.

Aí está o gráfico da morte, que mostra o índice de homicídio no campo no período de 1984 a 2004, a evolução do crime e o resultado de muitos processos que, na realidade, estão resguardados pela impunidade. Mas o Governo, fortemente atuando nesse sentido, vem desenvolvendo muitas ações, fazendo com que realmente possa diminuir a tensão, os conflitos sociais e os assassinatos no campo,

Já apresentamos nossas grandes dificuldades. Vamos partir agora para os encaminhamentos de solução. Para solucionar estes problemas emblemáticos, o Governo vem desenvolvendo o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e o Programa Paz no Campo, que, embora seja recente – foi incluído no último PPA –, é muito bom. Esses três programas de Governo são responsáveis pelos encaminhamentos que o Governo tem que desenvolver para fazer com que o Brasil fique dentro de um quadro talvez menos complicado. Então, tem havido a recuperação dos assentamentos. O Governo, no ano passado, fez estudos profundos e construiu o novo Plano Nacional de Reforma Agrária dentro de uma nova concepção. Com isso, obriga-se a fazer a recuperação dos assentamentos antigos, o que vai desenvolver mediante vários pontos. O Governo fará também a nova política de assentamentos, a qual se propõe assentar 115 mil famílias que estão neste novo projeto, 400 mil famílias até 2006. Mais de 200 mil famílias acampadas, assistidas com alimentos, a exemplo do que estamos fazendo agora, também é uma preocupação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Devemos promover assentamentos adequados a famílias especiais, como os Quirambolas.

Crédito Fundiário é outro programa forte do Governo que irá assentar também famílias de trabalhadores rurais, e o Cadastro Nacional de Terras, que é o georreferenciamento de que falamos há pouco.

O Plano Nacional de Reforma Agrária. Recuperação dos Assentamentos. Vai recuperar 100%, oferecendo assistência técnica. Vai aumentar o crédito nos valores de custeio e investimento. A renegociação da dívida que foi feita neste Governo. Há mais de mil assentamentos com energia elétrica no Governo Lula, cobrindo 100% dos assentamentos, e a garantia da comercialização dos produtos, uma das coisas bastante difíceis para a área da agricultura familiar porque eles têm o produto, mas não conseguem comercializar a preço competitivo. Com esse projeto, vão conseguir ter as suas vendas.

Outro projeto muito importante é a compra antecipada. Por intermédio do Governo, a Conab financia esses projetos da compra antecipada, garante à agricultura familiar e ao projeto de reforma agrária assentamentos que possam dar resultados positivos.

Novos assentamentos. Vamos assentar 115 mil famílias, e nesse sentido o concurso público do Incra é fundamental. Se não se resgatar o Incra teremos uma enorme dificuldade para cumprir o programa de reforma agrária. O Governo vem fazendo nova normatização nesse sentido. Nesta semana ainda, novas normas estarão adequadas para garantir que 115 mil famílias sejam assentadas.

O acesso a terras da União para fins de reforma agrária. Todas as terras federais serão revistas e destinadas para a reforma agrária; na retomada dos lotes irregulares, estamos trabalhando nesse sentido. No Sul do Pará já se tomaram mais de dez mil lotes.

Agilização do mecanismo de compra e venda: porque a reforma agrária há de se sustentar na desapropriação de propriedades, mas temos também que usar outros mecanismos comprando outras terras prioritárias para a reforma agrária. E vamos fechar convênios com os Governos dos Estados para a obtenção das terras devolutas.

Temos ainda a evolução das metas. No primeiro trimestre de 2004, assentamos 11.093 famílias, assentaremos até junho 47 mil famílias; e até o final de

novembro, 77 mil, fechando em dezembro com 115 mil famílias – é a nossa meta. Diferentemente dos demais exercícios de 2000, 2001, 2002 e 2003, assentamos mais de 50% dentro desse mesmo período.

Temos aqui os cadastros de terras que vão promover 150 mil famílias com títulos de propriedade em 2004, 500 mil famílias com título de propriedade até 2006. O cadastramento georreferenciado de todas as propriedades rurais em sete anos, e o início das atividades no trecho da BR-163, que é a nossa maior preocupação.

Sr. Presidente, encerramos a nossa fala com relação à situação fundiária no País. Temos um arquivo bem mais amplo em torno do assunto e podemos disponibilizá-lo. No PowerPoint, temos uma quantidade de documentos bem maior, mas ainda temos disponibilizados na Ouvidoria Agrária, no Ministério e no Incra, dados maiores e complementares. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, para concluir a sua exposição, o Dr. Gercino.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA – Sr. Presidente e demais componentes da CPI, devo dizer que esse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo sobre o qual falaremos agora foi feito com base nos dados protocolados na Ouvidoria Agrária Nacional.

Houve também a oitiva de vários órgãos governamentais e não-governamentais pela Comissão Especial de Combate à Violência no Campo, constituída por 22 representantes de vários ministérios, órgãos governamentais e não-governamentais, sociedade civil organizada.

Para combater a violência no campo, fazer a prevenção e resolver os conflitos agrários de maneira amigável, faz-se necessária a criação de ouvidorias agrárias federais. A intenção é criar pelo menos oito ouvidorias agrárias federais ainda este ano, nos principais Estados com maior número de conflitos agrários. Será um ato do Governo Federal. E, se for possível, gostaria de mostrar a nossa minuta do decreto. (Pausa.)

Esta é a minuta de um decreto que, se aprovado, depois de aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente.

Item 1. A idéia é que cada Estado tenha um ouvidor agrário federal, escolhido mediante duas listas tríplices, uma apresentada pelos trabalhadores rurais, por intermédio de seus representantes, e outra pelos proprietários rurais, escolha livre do Senhor Presidente da República. O ouvidor terá um mandato de dois anos, não podendo ser exonerado, a não ser com devido processo legal.

Item 2. Criação de Varas Agrárias Federais e Varas Agrárias Estaduais. A criação das Varas Agrárias Federais é muito importante para a resolução pacífica e prevenção dos conflitos agrários. E temos como grandes exemplos os Estados onde elas estão funcionando, como Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e Paraíba, onde existem as figuras das Varas Agrárias Especializadas. E isso tem se constituído em um processo de pacificação no campo. A idéia do Governo Federal é contribuir com os Tribunais de Justiça para a criação de Varas Agrárias em todas as unidades da Federação. Isso pode ser feito mediante resolução do próprio Tribunal de Justiça, quando a lei já prevê a criação da Vara Agrária; caso contrário, vai depender de um projeto de lei de iniciativa do Poder Judiciário com a conseqüente aprovação da Assembléia Legislativa para a criação.

Item 3. Criação de Promotorias Agrárias. É outro fator que entendemos que vai contribuir muito para a prevenção dos conflitos agrários no campo. E o exemplo maior é a Promotoria Agrária do Estado de Minas Gerais, que foi criada mediante lei. Mas essas promotorias agrárias podem ser criadas também mediante resolução do próprio Ministério Público, e vão contribuir e muito para a pacificação do campo.

Item 4. Oitiva prévia do Ministério Público, do Incra e dos Institutos Estaduais de Terra nas ações em que se estiver discutindo questões possessórias. A idéia é que os Tribunais de Justiça baixem resoluções orientando os juízes no sentido de que, antes de decidirem as liminares, ouçam o Incra, os Institutos de Terra e o Ministério Público. Ouvindo os Institutos de Terra, os juizes terão informações reais, concretas, objetivas, o que evita, por exemplo, a decisão de uma questão possessória única e tão-somente com base nas informações testemunhais. Lembro-me, quando eu estava na ativa como juiz, de que me sentia numa situação muito ruim e difícil de ter que decidir uma questão possessória com base apenas na oitiva das testemunhas, quando todos sabemos que o autor arrola as testemunhas para dizer aquilo que ele quer ouvir. Da mesma forma, o requerido também arrola testemunhas e já diz: olha, você só pode dizer isso e não pode dizer aquilo. Então, mentiras são levadas para o juiz, que acaba decidindo, com base nesses dados apresentados, uma questão fundamental do cidadão.

Necessário se faz, então, que ele tenha essas informações reais, concretas, pelos institutos de terra.

Item 5. Regulamentação do cumprimento dos mandados judiciais em ações possessórias coletivas, como fez, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que baixou o Provimento nº 11, onde a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas determina que o juiz, após conceder a liminar, tem a obrigação de comunicar ao Secretário de Segurança Pública, ao órgão dos direitos humanos e também ao

Incra que ele concedeu a liminar e que ela deverá ser cumprida. Esses órgãos têm a obrigação de contribuir para a melhor maneira de execução do despejo, do mandado de reintegração de posse.

Outra proposta. Participação do Ministério Público no cumprimento dos mandados judiciais das ações possessórias coletivas, como fez a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, quando aprovou esta lei. A Lei nº11.365 obriga o representante do Ministério Público do Município onde será cumprido o mandado de reintegração de posse a participar, junto com o oficial de justiça, junto com a polícia, que dá garantia para o cumprimento, exigindo que os direitos humanos e sociais de ambas as partes sejam respeitados.

Item 8. Mudança no art. 928 do Código de Processo Civil. É um projeto de lei do Governo Federal que será encaminhado para apreciação pelo Congresso no sentido de mudar o art. 928 do Código de Processo Civil, que passará a ter a seguinte redação: "Em se tratando de ações que envolvam conflitos coletivos pela posse da terra rural, de conformidade com o art. 82, inciso III, do referido Código, bem como de conflitos coletivos que tenham por objeto áreas e prédios urbanos, a execução dos mandados de reintegração de posse obedecerá ao disposto em regulamentação do Poder Executivo a ser executado no prazo de 30 dias."

Então, se aprovado pelo Legislativo, o Governo Federal baixará um decreto, especificando as maneiras de cumprimento para garantir a execução do mandado judicial de reintegração de posse.

Item 9. O Plano de Execução de Mandados Judiciais de Reintegração de Posse, elaborado pela Ouvidoria Agrária Nacional, será a minuta desse decreto do Governo Federal. Todos os comandantes de polícias militares aprovaram seu teor e sua execução numa reunião realizada em Aracaju, em dezembro de 2002, e se comprometeram, durante o cumprimento dos mandados de reintegração de posse, a cumprir os itens desse plano de execução.

Os principais itens são: articulação do comandante com o representante dos Municípios; utilização de máquinas filmadoras durante o despejo; conscientização da tropa de que ela tem que obedecer única e tão-somente ao ordenamento jurídico; esclarecer que o juiz, se quiser, tem o direito de fazer a inspeção judicial; o comandante da polícia militar local tem a obrigação de fazer uma inspeção no local para produzir um relatório e encaminhá-lo ao juiz, dizendo em que condições os trabalhadores se encontram; em havendo fatores adversos, o comandante deve recomendar a inspeção judicial; garantir a segurança física do magistrado, em caso de inspeção; a polícia militar deve apenas resguardar a segurança física dos oficias de justiça...

Aí há uma confusão, muitas vezes, o policial militar por vezes mal orientado, em vez de dar apenas a segurança ao oficial de justiça acaba executando diretamente o despejo, o que acaba provocando desrespeito aos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais.

Continuando a citar os principais itens do plano: a polícia militar não pode dar guarida a qualquer ação que não esteja prevista no mandado judicial – Isso acontece e já aconteceu na minha presença, quando a polícia militar cumpriu o um mandado com relação a um acampamento na fazenda tal e estendeu seus efeitos para outra fazenda não mencionada no referido mandado –; as informações sobre a execução do mandado judicial devem ser fornecidas de maneira clara; os policiais militares devem estar cientes de que a ação a ser desenvolvida possui uma conotação social; a polícia tem que estar ciente de que não se pode confundir discricionariedade com arbitrariedade; o poder de polícia deve ser exercido de acordo com o interesse social; os limites do poder de polícia encontram medida no interesse social.

Temos feito vários cursos na Ouvidoria Agrária Nacional, capacitando as Polícias Militares, para que entendam que, embora estejam cumprindo uma determinação legal e judicial, devem entender que essa medida tem um caráter social previsto nos Direitos Fundamentais da Constituição Federal.

Então, apontamos providências que o oficial responsável deve tomar: o oficial responsável pelo fornecimento do policial para cumprir o mandado deve contactar os representantes dos ocupantes, localizar um acampamento provisório com apoio das autoridades municipais, estaduais, e federais, inclusive a Ouvidoria Agrária Nacional e as ouvidorias agrárias estaduais, e indicar, também com apoio dessas autoridades, prédios para a guarda dos bens das famílas despejadas; o comandante deve comunicar a reintegração de posse coletiva às seguintes autoridades: ao representante do Ministério Público, ao prefeito do município onde estiver a ocupação, à câmara de vereadores do município, ao dirigente da Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, ao presidente da comissão de direitos humanos da assembléia legislativa, ao superintendente regional do Incra, ao ouvidor agrário estadual e, na sua falta, ao ouvidor agrário nacional. Além disso, ao juiz da comarca devem ser feitas as seguintes comunicações: o número de famílias instaladas na área a ser desocupada, a data e a hora em que deverá ser realizada a desocupação, a identificação das unidades da Policia Militar e a prévia indicação do local que servirá como alojamento.

Devo inclusive ressaltar que a Polícia Militar de Goiás, por exemplo, vem cumprindo rigorosamente esse modelo elaborado pela Ouvidoria Agrária Nacional, comunicando sempre previamente quando vai fazer a reintegração de posse.

Item 10. A intensificação de combate ao arrendamento de áreas indígenas a não-índios. Entendemos que esse arrendamento de áreas indígenas a não índios é um fator que contribui para a violência nessas áreas e o Governo Federal vai combater esse fator.

Item 11. Agilizar a regularização das terras indígenas tradicionalmente ocupadas, porque, quanto mais cedo regularizar essas áreas, menos conflitos agrários vai haver.

Item 12. Intensificação da segurança pública nas terras indígenas e quilombolas.

Item 13. Deflagração de campanha contra o alcoolismo indígena. Constatamos, por exemplo, na região indígena de Mato Grosso, que o alcoolismo é muito grande. Então, faz-se necessário combatê-lo.

Item 14. Agilizar o assentamento ou o reassentamento dos não-índios na regularização fundiária das terras indígenas. Temos duas situações: as pessoas que estão nas terras indígenas de maneira grilada e também algumas situações em que essas pessoas foram assentadas, mas depois constatou-se tratar de área indígena e que, portanto, teriam de ser reassentadas em outro local.

Item 15. Criação de ouvidorias indígenas regionais com base na ouvidoria agrária nacional. Entendemos que a criação de ouvidorias indígenas regionais vai contribuir para diminuir a violência contra o índio.

Item 16. Agilização da regularização das terras de quilombos. Isso já tem um grande impulso. Inclusive, o Presidente Lula já compareceu em alguns Estados, concedendo título dessas áreas dos quilombolas. E isso vai contribuir muito porque essas áreas dos quilombolas estão griladas por posseiros.

Item 17. Remoção dos ocupantes não-quilombolas das terras de quilombo.

Item 18. A implantação em cada território quilombola de escolas de ensino fundamental e médio e possibilitar o acesso à universidade.

Item 19. Desarmamento em áreas de conflito, nas comunidade quilombolas, nas fazendas, nos acampamentos, nos assentamentos e nas terras indígenas. A presença de armamento em todos os seus desdobramentos na área rural é uma presença que não se pode negar. Então, necessário se faz esse desarmamento geral.

Item 20. Obtenção de terras destinadas às comunidades remanescentes de quilombolas.

Item 21. Criação de ouvidorias quilombolas regionais. Da mesma forma como já existe a Ouvidoria Agrária Nacional e as ouvidorias agrárias federais que serão criadas, necessário se faz criar também as ouvidorias quilombolas regionais, para que o pessoal de quilombos tenha acesso a essas ouvidorias como órgão de ligação entre os quilombolas e o Governo Federal e todas as autoridades.

Item 22. Agilização do projeto de lei que federaliza os crimes praticados contra os direitos humanos. Isso é algo que se faz necessário. Lembro-me de que tivemos o caso do Acre. Eu era o Presidente do Tribunal de Justiça do Acre e vi naquele Estado – o Senador Sibá Machado não está presente, mas conhece bem essa história -, onde havia um grupo de extermínio comandado pelo ex-Deputado Federal Hildebrando Pascoal. E nós só obtivemos sucesso quando eu vim aqui no Distrito Federal e busquei apoio do Ministério da Justiça, do Governo Federal, do Supremo Tribunal Federal e da Polícia Federal.

Então, tivemos êxito e acabamos com o grupo do esquadrão de morte do Acre, condenando não só o Deputado Federal Hildebrando Pascoal, como também mais 40 capangas. Esse sucesso nós só conseguimos porque houve a federalização desses crimes. Porque lá no Estado do Acre, fiz uma reunião assim que assumi a Presidência do Tribunal de Justiça com todos os representantes do Estado pedindo apoio para acabar com esse grupo de extermínio e o apoio foi de 0%. Todos disseram que lá ninguém seria louco para mexer com o Deputado Hildebrando Pascoal e o apoio foi zero no Estado do Acre naquele momento em que iniciei o processo.

Item 23. Criação de polícias judiciárias especializadas em conflitos agrários nos Estados. O Estado do Pará, por exemplo, criou uma delegacia especializada em conflitos agrários, que trata única e exclusivamente de conflitos agrários em todo o Estado do Pará. A idéia é incentivar os Estados a criarem as suas delegacias regionais agrárias.

Item 24. Fiscalização da atuação das empresas de segurança particulares em imóveis rurais. Nesse caso, não se trata de fiscalizar a atuação formal dessas empresas de segurança. Já requisitei à Polícia Federal, várias e várias vezes, informações sobre essas empresas de segurança. A resposta foi sempre no sentido de que elas são constituídas legalmente. Mas o que queremos não é isso; queremos fiscalizar a atuação concreta, real desses seguranças, que, na prática, vão muito além do que a lei permite. Praticam violência sob uma pseudo-segurança. Fazem, indevidamente, ilegalmente as vezes da polícia.

Item 25. A intensificação do combate à grilagem de terras públicas. Esse tema foi explicado por minha colega Maria de Oliveira, no que se refere ao cadastro de terras.

Item 26. A fiscalização dos tabelionatos e cartórios imobiliários em uma parceria com as corregedorias-gerais dos tribunais de Justiça. Essa é uma medida altamente necessária. V. Exªs não imaginam o quanto esses cartórios imobiliários vêm contribuindo para a grilagem de terras públicas estaduais e federais, principalmente na Região Amazônica, onde os cartórios ficam a quilômetros e quilômetros das corregedorias e agem à vontade. A pessoa se apresenta como se fosse dona de uma área, como se essa área fosse particular, quando, na realidade, ela não é dona, e a área é pública. Mesmo assim, elas conseguem lavrar a escritura e registrá-la. E vai além: com base em um escritura ilegal, em um registro ilegal, conseguem uma decisão do juiz. Tal decisão, com base em um documento ilegal, despeja o pequeno ocupante, que é o legítimo destinatário daquela área pública, e mantém um grileiro de terra às vezes de 20 ou 30 mil hectares.

Esse é o Plano Nacional de Combate à Violência, aprovado pela Comissão Especial de Combate à Violência no Campo; e, agora, no mês de abril, ele será apreciado pelo Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda. Depois, será encaminhado ao Senhor Presidente da República para a solenidade de lançamento, se concretizada a sua aprovação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos ao Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional.

Queremos comunicar aos Srs. Senadores e Deputados que vamos antecipar a reunião da próxima terça-feira em função da Semana Santa. Provavelmente haverá uma agenda diferenciada tanto na Câmara quanto no Senado em virtude do feriado. Estamos antecipando para esta quinta-feira; portanto, depois de amanhã, às 10h, a reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Para a reunião, estamos determinando à Secretaria a convocação de Pedro Stédile, do MST; de Manoel José dos Santos, da Contag, e de um representante da Comissão Pastoral da Terra. Estamos formulando, portanto, um convite para três dos já convocados por meio da aprovação de requerimentos feitos na última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É da maior importância esse depoimentos em função dos últimos fatos que a imprensa noticiou de forma ampla.

Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que faça indagações aos nossos convidados, eu gostaria, exatamente justificando a convocação do MST para esta quinta-feira, de formular uma pergunta ao doutor Gercino José da Silva, a respeito das últimas informações que dizem conta de uma ação organizada no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra para este mês de abril, conforme pronunciamento do Sr. Pedro Stédile, Coordenador-Geral do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Visando a forçar o Governo a cumprir a meta de 115 mil famílias em 2004, o Sr. Pedro Stédile informou que o movimento vai infernizar a vida do Governo no mês de abril. Se o Governo não cumprir a meta de assentar, no primeiro semestre, 47 mil famílias, o MST anuncia que vai pedir a cabeça de dirigentes do Ministério e do Incra.

Gostaríamos de indagar qual a influência do movimento junto ao Governo para essa solicitação, ou seja, para que o movimento possa pedir a cabeça de funcionários do Governo ou de ocupantes de cargo de confiança do Governo, tanto no Ministério quanto no Incra.

O Jornal **O Globo** também publica que o movimento pretende fazer a ocupação de 30 novas áreas até o início de abril. Aliás, a notícia é de que já ocupou 22 áreas nestes últimos dias.

Indagamos da Ouvidoria, por meio do Dr. Gercino, qual a providência que o Governo está adotando diante desses fatos novos e qual a posição da Ouvidoria em relação a esse anúncio do MST de que vai, inclusive, pedir a cabeça de dirigentes do Ministério e do Incra, se o Governo não cumprir a meta de 47 mil famílias já no primeiro semestre.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Presidente, o Governo Federal entende que os movimentos sociais são importantes na reforma agrária e tem tido diálogo constante com eles. Desde que essa ação dos movimentos sociais seja feita dentro do Estado Democrático de Direito, ela é bem vinda e contribui, evidentemente, para a melhoria da reforma agrária e também para a diminuição dos conflitos agrários e da violência no campo.

É evidente que, quando os dirigentes ou os trabalhadores, na busca da reforma agrária, praticam ilegalidades, a Justiça tem sido buscada diretamente pelas partes que se julgam prejudicadas e vários dirigentes desses movimentos sociais estão respondendo a inquéritos e, em alguns casos, já a processos.

O Governo Federal tem uma meta de assentamento no ano de 2004 que está sendo cumprida religiosamente e de que os movimentos sociais estão cientes. Quando temos algum caso de conflito agrário em si-

tuações pontuais, cabe à Ouvidoria Agrária Nacional, como representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deslocar-se até o local e dirimi-lo, como estamos fazendo, no momento, no Estado de Alagoas, de onde chegamos nessa madrugada, resolvendo, por exemplo, a questão que envolve o MST e o Município de Maragogi. Mais uma vez, conseguimos chegar a um acordo que foi bom tanto para o Município, quanto para o próprio MST. Vamos celebrar esse acordo numa reunião depois de amanhã, em Maceió.

Sr. Presidente, Srs. Componentes da CPMI, temos trabalhado na Ouvidoria Agrária Nacional com a incumbência de enfrentar, resolver e, sobretudo, prevenir os conflitos agrários.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Passo a palavra ao Relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni; nossos convidados; Desembargador Gercino José da Silva Filho; Drª Maria Helena de Oliveira; demais companheiros Parlamentares.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço uma retificação na Ata, inclusive já falei com a Secretaria, por não contemplar os nomes na relação dos convocados que estão no roteiro que apresentei. Na verdade, aprovamos cerca de 70 nomes, alguns são coincidentes dentre os requerimentos apresentados por V. Exª, pelo Deputado Adão Pretto, pelo Deputado Jamil Murad, pelo Deputado Abelardo Lupion e outros não. Portanto, na relação, percebei essa omissão, e pedi que fosse a feita a correção.

Em segundo lugar, sugiro a V. Exª que, após a reunião, nós pudéssemos, hoje ou na quinta-feira, a critério de V. Exª, marcar uma outra reunião administrativa para acertarmos a nossa ida ao Estado do Pará.

Sr. Presidente, eu perguntaria ao Desembargador Jacinto se posso fazer todas as perguntas de uma só vez ou se as faço uma por uma. (Pausa.)

Uma de cada vez. É melhor.

A primeira pergunta é justamente sobre o Estado do Pará. Observei, segundo levantamento realizado pela Ouvidoria, que, a despeito de a Região Norte ter apenas 5% dos conflitos, lá existe o maior números de mortes no campo. Mortes decorrentes de conflitos agrários, em 2003, 42; 31 na Região Norte, das quais 19 no Estado do Pará.

Evidentemente que V. Exªs já trataram do assunto aqui, mas penso que é importante, até porque existe a compreensão por parte desta Comissão de que o Estado do Pará deve ser o primeiro a ser visitado, o que explica essa quantidade de mortes naquele Estado. Quais são as causas e em quais localidades do Estado há maiores conflitos? Essa a primeira pergunta.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Relator, a situação do Pará realmente é grave. No entendimento da Ouvidoria Agrária Nacional, o fato de ocorrer o maior número de assassinatos no Estado do Pará é em decorrência da ausência de políticas públicas naquele Estado.

Eu explico essa posição.

Por exemplo, no Município e Comarca de Rondon do Pará, já ocorreu, nesses últimos dois anos, dois assassinatos de trabalhadores rurais. Por que existe essa grande ocorrência no Estado do Pará? Pela ausência do delegado de polícia. Muitas vezes, embora o Município seja de grande extensão territorial e populacional, não tem um delegado titular, nem mesmo a figura provisória de um juiz de Direito. Portanto, não há representante do Ministério Público, o número de policiais Militares é insuficientes e o de policiais Civis menor ainda. Faltam condições para o delegado exercer, de maneira científica, o seu cargo e contribuir para o combate à impunidade, porque ele não tem computador, não tem viaturas e nem carro, enfim, não tem a mínima estrutura. Isso nós temos discutido, Sr. Relator, com o próprio Secretário Especial de Defesa Social, Dr. Manoel Santino. Portanto, para resolver essa questão, o Dr. Manoel Santino marcou para o mês de maio um seminário, que faremos no Município de Novo Progresso, onde estarão presentes todos os representantes da segurança pública do Pará, assim como os representantes do Governo Federal, com o objetivo de melhorar a segurança pública naquele Estado e, conseqüentemente, diminuir o número de assassinatos na zona rural, tendo como fundamento, como base a disputa pela terra.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Só para completar, seria só a questão da disputa pela terra, ou há outros fatos que a explicam? Por exemplo, eu até já faria um adendo: vi que foi relatado o caso da BR –163, que liga Cuiabá a Santarém. Nesse caso teremos valorização, problema ambiental etc. Então, questiono a V. Exª ou a Dr. Maria quais seriam as principais causas dessa violência e quais as áreas mais conflagradas do Estado do Pará. Pergunto isso porque deveremos visitar o Estado do Pará e precisamos definir para onde vamos, porque é um Estado muito grande e precisamos saber, efetivamente, qual seria a mais importante intervenção desta CPMI.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Quanto ao que se refere à estrutura fundiária, vou deixar para a Drª Maria Helena de Oliveira falar.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Com relação aos graves problemas do Pará, reserva-se, em especial, a questão da estrutura fundiária daquele Estado, que possui territórios imensos e ricos no solo e subsolo. Não

que os outros Estados não sejam ricos, mas o Estado do Pará tem uma particularidade, ele tem uma riqueza de subsolo enorme, uma riqueza de solo imensa e uma disputa enorme.

Grande parte do território do Pará é de áreas públicas federais expostas, e é onde há uma atuação muito forte dos grileiros de terras na região. Muitas vezes não interessa a esses grileiros a terra, mas a riqueza do subsolo e a madeira nobre, de forma que expulsam quem está em cima desses territórios e geram gravíssimos conflitos. A disputa não se resume em sem-terras e proprietários rurais, mas vai muito além. Se um território demarcado é do seu interesse, o grileiro passa a tirar desse território fazendeiros, pequenos sitiantes, trabalhadores rurais, agricultores familiares, índios e quilombolas. E quem ali estiver vai estar na mira e terá que sair. Ou sai vivo ou sai morto. Então, o confronto é inevitável porque essas famílias têm raízes, têm histórias, têm compromisso, nascem nessas áreas, enfim, é uma situação bastante delicada.

E como disse o Desembargador, a presença do Estado nesses territórios é distante. De um ponto a outro, às vezes dá oitocentos quilômetros, e você caminha muito sem encontrar nenhum tipo de abrigo. Não há posto de combustível, restaurante, posto policial, posto da polícia rodoviária federal ou da polícia rodoviária estadual, enfim, é o chamado território das distâncias perdidas. Com isso, há um chamamento, um convite aberto para os grileiros de terras e para os madeireiros irregulares.

Temos dois tipos de madeireiros, aqueles que realmente empreendem de maneira sustentável, que tiram suas madeiras, são legalmente reconhecidos pelo IBAMA e coordenados pelo Governo Federal e Estadual; mas temos os ladrões de madeira também. É inevitável falar nesse assunto.

Então, o estudo do território brasileiro, esse georreferenciamento, é fundamental para a nação brasileira, porque vamos identificar todos esses territórios, vamos georreferenciar e vamos tomar conhecimento de onde está a nobre forma de se desenvolver.

Depois que o Governo do Estado criou essa nova Secretaria para desenvolver políticas no Estado do Pará, já se preocupou em levar para o Estado vários pontos da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Militar. É uma ação que já está sendo desenvolvida em parceria com o Governo Federal. O nosso Ministro tem ido muitas vezes ao Pará e tem feito uma soma de esforços com o Governo do Estado e alguns Municípios no sentido da evolução da identificação desses focos de tensão e conflito social no Estado do Pará e as suas soluções.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Ainda sobre o Pará, porque perguntei e não foi respondido. Sei que foi tratado, mas penso que é importante detalhar. Já faço outra pergunta: quais as principais ações que estão sendo feitas ao longo da rodovia BR-163 e se a Ouvidoria está atuando também no caso da demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol? Sei que é uma questão ligada, vamos dizer, à Funai. No entanto, há o problema da chamada desintrusão, que é justamente a retirada dos não-índios dessas áreas. Pergunto se a Ouvidoria está tendo uma atuação específica nessas duas áreas e quais as principais medidas emergenciais tomadas tanto com relação à BR-163 quanto com relação à questão da Raposa Serra do Sol.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Vou falar a respeito da BR-163 e o Desembargador falará sobre as questões indígenas.

O estudo das áreas de atuação do Governo naquele mapeamento que colocamos é em função de que o Governo já visualiza a grandiosa necessidade de iniciar estudos georreferenciados e a identificação dos territórios e das pessoas que estão sobre as áreas da BR-163, com o objetivo maior de não cairmos no desastre do conflito em função da competição desses territórios tão valorizados depois do anúncio desse grandioso projeto.

O projeto é importante, necessário e compreendido, mas temos uma grande preocupação, que é justamente a questão da expulsão dos pequenos agricultores e posseiros que estão sobre esses limites de território onde essa BR está se instalando. O Incra vem desenvolvendo fortemente um estudo georreferenciado. E vamos, com os Governos do Estado e Municipais... O Desembargador Gercino fez, em Confresa, várias audiências públicas e já tem um mapeamento muito forte das denúncias, queixas e, inclusive, assassinatos em torno da disputa dos espaços que estão sobre a BR.

O outro ponto que também está difícil é a questão ambiental sobre esses espaços já limitados que vão ficar à disposição da BR-163. Realmente, é muito preocupante para o Governo Federal. Assim, junto com os demais governos, vamos estudar e fazer encaminhamentos o mais rapidamente possível, principalmente o de informações. Penso que temos que manter o povo informado da real situação para que possamos ter menos erros e diminuir a tensão que já se instalou nesse eixo da BR de que estamos falando neste momento.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Relator, a Ouvidoria Agrária Nacional, na condição de Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo, vai fazer, possivelmente no mês de

abril, atendendo alguns requerimentos de Parlamentares, autoridades públicas e, principalmente, dos índios, uma audiência pública em Roraima, onde vamos discutir, com toda a sociedade e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal a questão de disputa de terra na Raposa Serra do Sol. Vamos fazer essa audiência pública no mês de abril para verificar, ouvir diretamente e fazer os encaminhamentos aos órgãos competentes no sentido de solucionar aquela questão que tanto aflige os indígenas e também os não-indígenas que estão dentro da terra indígena.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sobre a questão da violência de um modo geral, V. Sª ou a Drª Maria Oliveira têm algum dado, nesses últimos anos, pelo menos do que já foi levantado pela Ouvidoria, de quantos mandantes ou pistoleiros foram presos, processados e condenados em razão dos conflitos no campo? Evidentemente, por outro lado, quantos estão impunes? Um dos dados que decidimos no nosso roteiro, na semana passada – até por sugestão de um dos Deputados da Comissão, que hoje não está aqui, o Deputado Inaldo Leitão –, foi levantar o problema da impunidade, ou seja, aqueles casos em que houve mortes, mas que ainda permanecem impunes. Até para entendermos as razões da impunidade e para a CPI ajudar na pressão sobre a punição.

Em termos de números ou de percentuais, o que temos de punição, de processos, de condenação e de prisão e o que temos, por outro lado, de casos impunes até agora, pelo menos em termos gerais?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Relator, o número de pessoas punidas que cometeram homicídios na zona rural, quando se trata de fazendeiros, madeireiros, ou seja, grandes empresários, pessoas importantes, quer seja politicamente ou economicamente, é quase zero. Não temos dados reais em mãos para passar para V. Exª, mas temos documentos na Ouvidoria e podemos nos comprometer a passá-los.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Seria importante que os recebêssemos.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Remeteremos a V. Exª os documentos fornecidos pela CPT, pelo MST e pelo próprio Governo do Pará, Estado onde há maior número de levantamentos.

No entanto, digo a V. Exª, sem medo de errar, que aproximadamente 90% das pessoas que cometeram crime na condição de mandantes estão impunes. O pequeno sucesso que a Justiça tem alcançado para punir os responsáveis por esses crimes tem acontecido na área do executor, aquele que executa o crime a mando de alguém. Quase sempre essas pessoas acabam em liberdade, mediante um **habeas corpus,** e nunca mais a Justiça colocará as mãos na pessoa que consegue a liberdade mediante um **habeas corpus**, um relaxamento de prisão ou uma revogação. Isso é muito preocupante.

A intenção de V. Exªs é salutar e contribuirá, sem dúvida, para acabar com a impunidade que existe no campo, no que se refere aos assassinatos cometidos por pessoas influentes, econômica e politicamente falando.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Desembargadora Maria, chamou-me a atenção um dos quadros, a questão dos conflitos sociais.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Relator, peço a palavra pela ordem. O Dr. Gercino foi Presidente do Tribunal de Justiça, portanto, é um Desembargador, um conhecedor da nossa Justiça. Eu gostaria que S. Exª comentasse conosco o porquê dessa impunidade. É falha na investigação? É falha no julgamento? Por que há punição só do pobre, do trabalhador?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço compreensão ao Deputado Jamil Murad e ao Desembargador Gercino, para que o Relator possa concluir, falta pouco. A complementação do questionamento do Deputado Jamil Murad será feita logo a seguir.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Por uma questão de ordem, seria importante terminar, mas a preocupação do Deputado Jamil Murad é importante. Poderíamos ouvir a resposta para que eu retome minhas perguntas, que estão ligadas à Justiça.

No Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, há uma série de medidas, como a criação de varas agrárias, de promotorias agrárias; a oitiva do Ministério Público antes da concessão de liminares; a oitiva do Incra nos pedidos de liminares em ações possessórias; a regulamentação do cumprimento dos mandados judiciais; a participação do Ministério Público nesse cumprimento. Essas medidas estão ligadas ao Poder Judiciário. Em sendo assim, a pergunta do Deputado Jamil é importante, porque essa impunidade pode estar ligada à Justiça e ao Plano Nacional de Combate à Violência, depende de uma série de ações no âmbito da Justiça. Já complementando a pergunta do Deputado Jamil Murad, sob a ótica da impunidade – da apuração do caso, do processo legal etc –, como está a Justiça brasileira nesses casos?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não é somente em relação à Justiça, mas ao setor de investigação...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – A todo setor ligado ao Judiciário.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ...e aos outros componentes da sociedade. O resultado final é

esse. A justiça, como termo final, é cega e igual para todos.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Quando falei em Justiça, referi-me a esse sentido mais amplo, ou seja, a todos os organismos que a ela estão ligados. Várias dessas ações do Plano Nacional dependem da Justiça. Há casos em que os tribunais já estão tomando as suas providências, e assim já foi relatado, mas e nos outros Estados, nesses casos em que existem mais conflitos, como se comporta a Justiça?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Deputado Jamil Murad, essa impunidade, no que se refere ao delinqüente de maior poder aquisitivo, ocorre por fatores negativos da própria Justiça – Justiça no sentido amplo, alcançando a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública.

Nas comarcas, principalmente as do interior – e há município que não é comarca e, em não sendo comarca, evidentemente, não tem juiz, promotor ou defensor –, o que ocorre? Por essa falha de estrutura, falta de delegado, de Ministério Público e de Juiz, a Justiça não atua como deveria quando se trata de uma pessoa poderosa, porque ela tem condições de contratar as melhores bancas de advocacia. Qualquer falha, seja processual, seja por excesso de prazo, na instrução do inquérito, que é uma deficiência da Polícia, ou na instrução processual, que já um defeito do Ministério Público e do Judiciário, vai fatalmente provocar a liberdade da pessoa que tem condições de contratar os melhores advogados; enquanto o pobre não tem condição sequer de contratar um advogado, e nas comarcas do interior não há Defensoria Pública. Já a pessoa sem recursos é presa e, em não tendo advogado ou defensor público, fica meses e meses em condição de excesso de prazo na formação da culpa ou em condição de um inquérito mal formulado. Não há ninguém que proceda à defesa dele, que acaba sendo preso, processado e condenado, enquanto que o lado positivo, o lado rico, por essa estrutura toda que está ao seu lado, consegue aquilo que nós, do Direito, chamamos o favor da lei. Ele procura aquelas falhas processuais. O que é preciso, Deputado João Alfredo Pinto, para acabar com essa impunidade? Precisamos melhorar essa estrutura com juizes, promotores e defensores definitivos.

Ontem, fiquei surpreso, por exemplo, em Maragogi, no interior de Alagoas, quando deparei com um defensor público e falei "Nossa, que coisa maravilhosa haver, lá no interior de Alagoas, um defensor público, o que praticamente não existe em nenhuma comarca do interior de qualquer Estado".

É necessário que a Justiça seja melhorada no sentido de ter não somente o promotor, o delegado, o juiz, o policial, mas também os meios de fazer uma produção de prova científica.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Eu farei somente mais duas perguntas, para permitir a palavra aos demais. E as farei de uma vez aos nossos dois convidados. Primeiro, chamou-me a atenção, nesse mapa dos conflitos sociais no Brasil, a quantidade de movimentos que existem. Nós sempre nos referimos mais ao MST. É claro que aqui o MST participa com metade, mas há uma série de outros movimentos de trabalhadores. Então, mais ou menos, qual é a quantidade, e o que explica essa proliferação de movimentos de trabalhadores rurais no campo?

Segundo, ainda junto dessa mesma pergunta dos movimentos, quantos são os movimentos dos proprietários rurais, os latifundiários? Dentro desses movimentos, quais são os que estão ligados a milícias privadas? Ainda dentro dessa mesma linha, qual o comportamento desses movimentos – considero muito importante saber – nesse processo de mediação? Eu acho que V. Exªs, como ouvidores, fazem muito esse trabalho de mediação. Como tem sido o comportamento de cada um desses movimentos, como eles se caracterizam? Finalmente, para concluir – teria sido mais prático fazer as perguntas de uma vez –, em que fase está o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo? Como falei, isso envolve leis estaduais, convênios com os Governos, projetos de lei na área de emissão de posse, enfim, é um projeto ambicioso, com 26 itens, em que as atribuições não são só do Governo Federal e do Executivo. Portanto, por último, pergunto em que fase ele está.

Então, uma pergunta é relacionada aos movimentos; talvez a Drª Maria Oliveira pudesse dar esse quadro mais completo. E pergunto ao Sr. Desembargador com relação à questão do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, à fase em que se encontra e às perspectivas de efetivamente ser implantado.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Temos catalogadas na Ouvidoria Agrária Nacional 72 facções de trabalhadores rurais sem terra no Brasil, incluindo as questões indígenas e dos quilombolas. Há 13 organizações de proprietários rurais. A questão da geopolítica dos trabalhadores rurais está bastante forte, praticamente em todo País, sendo que alguns movimentos têm atuação em todo o território nacional. Alguns movimentos, em determinadas regiões, promovem ações conjuntas; em outras, atuam de forma individual.

Nós somos sabedores de que, das facções no País, o MST é o movimento mais forte e estruturado, de maior extensão territorial, ou seja, está presente

em todo o território brasileiro. Cinqüenta por cento das ações de cobrança para o Governo brasileiro vêm do MST.

Há a Contag, que possui uma forma diferente de ação até na sua estrutura de origem, por meio dos seus sindicatos de trabalhadores rurais. Também tem cobertura nacional e diversificação de atuação. Ela exercia sua atividade, inicialmente, só com os pequenos agricultores; hoje, atua em acampamentos de trabalhadores rurais e trabalha com agricultura familiar.

A CPT é do seio da Igreja Católica; bastante expressiva, também tem demanda nacional. O MPA, que é o Movimento dos Pequenos Agricultores, também tem atuação bastante forte no Rio Grande do Sul, na Região Sul do País, mais na região central, tem em Rondônia, também tem na Região Nordeste. Então, há um movimento dos pequenos agricultores demandando pelas políticas públicas, pela produção e comercialização. Temos o MLST. Enfim, temos 72 facções organizadas em todo o País. Ainda bem que temos muitas organizações de trabalhadores rurais, porque essa é a população excluída, essa é a população que está fora de um processo. E, se elas estão organizadas, é melhor para todos nós, é melhor para o Brasil que realmente existam essas organizações, porque essas populações estão sob orientação, essas populações estão sob o processo reivindicatório. O Governo acompanha essas populações, e isso facilita, e muito, o trabalho do Governo, o trabalho do País, o trabalho estratégico, o trabalho político. Enfim, são bastante saudáveis para a Nação Brasileira essas organizações de trabalhadores rurais.

Por quê tantas? Porque a nossa forma de contar essas facções é, por exemplo: cada federação de trabalhador rural, em cada Estado, contabilizamos como uma organização, porque, apesar de federação, elas pensam diferentemente, estão de acordo com as suas realidades, nos lugares onde estão instaladas. Então, elas agem de forma diferente. Os sindicatos de trabalhadores, não, porque eles estão ligados à federação. Então, contamos as federações.

Com relação aos demais movimentos, eles são, às vezes, dissidências e, às vezes, políticas novas implementadas, como o Movimento de Mulheres – que não é uma dissidência, mas uma construção, um projeto diferenciado – ou a Organização de Jovens Rurais. É bastante importante também a questão de como está sendo construída, no campo, a juventude, o seu pensamento, o que os jovens precisam, e já determinado, dentro do conceito de como desenvolver o campo, em competição não com o jovem da cidade, mas com competição de onde se vive melhor, qual o seu real espaço. Então, o jovem do campo não está com nenhuma preocupação de sair do campo. Existe uma mobilização de idéias, de projetos. Estão construindo uma nova realidade no campo brasileiro, vinda por meio dos jovens – jovens moças, jovens moços –, e estão construindo toda a pauta da estrutura, da cultura, resgatando cultura e insistindo que o moderno também pode ser no campo, e que é vantajoso hoje permanecer no campo, desde que as políticas públicas, desde que o Governo ofereça também, em uma demanda de ações, a estrutura suficiente para que eles também possam usufruir igualmente com os jovens das cidades. Então, trata-se de um projeto novo essa pedagogia do campo, fundamental.

Não abordei o Pronera, na minha fala – mencionei muito rapidamente –, mas o Pronera já desenvolve mais de 100 mil trabalhadores rurais na escola, tanto de nível médio, quanto de nível superior, dentro de uma metodologia de educação diferenciada, que o Ministério da Educação aprovou e que está sendo desenvolvida. Então, para nós é fundamental.

Com relação aos produtores, aos proprietários rurais, logicamente, inseridos em uma cultura totalmente diferenciada, é bom também que são organizados. São menos organizados do que os trabalhadores rurais, são mais soltos, falam menos entre si, a organização é sempre com o poder, visando ao econômico, visando a divisas, a massas de produção, ao agronegócio, que também é saudável, também é importante, mas com uma outra visão meio individualista, de uma forma em que eles se unem apenas em última e extrema instância, para debater a questão fundiária principalmente.

Na realidade, eles estão estruturados com milícias armadas. Essas milícias armadas vêm por intermédio dessas empresas de segurança, algumas delas legalizadas, algumas delas não legalizadas. O armamento no País é violentíssimo, é fortíssimo, e temos muito que nos cuidar com essas questões. Este é o lado dos ruralistas.

Temos a organização dos proprietários rurais, que vem pela Federação da Agricultura, um instrumento forte que tem uma visão lógica do País, que dá contribuições e que, quando não gosta, esclarece isso de forma responsável para a Nação brasileira.

Há a sociedade rural brasileira e as estaduais. Há a Sinapro, que é uma organização dos produtores rurais com muitos processos judiciais. Recentemente foi preso esse comando, comando incitador, coordenador de milícia armada. O comando é complicado para a Nação brasileira, mas faz parte da lógica de um processo. Temos pontuado e estudado esse processo e temos conversado muito.

Há o Sindicato de Produtores, que é diferente da associação chamada Sindicato Nacional dos Produto-

res Rurais, com sede em Mato Grosso do Sul, e que também trabalha de forma bastante radical junto com as milícias armadas e que coloca em risco a saúde da reforma agrária e do povo brasileiro – e não só dos trabalhadores rurais. Com isso, gera-se uma certa tensão. E nós temos esses estudos na Ouvidoria Agrária, onde fazemos leituras desses quadros, que são importantes porque eles são fortemente orientadores.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Eu só queria, antes de o Desembargador Gercino falar, solicitar que fosse remetida a esta CPI a relação dessas organizações, inclusive aquelas que estão vinculadas a milícias armadas, legalizadas e não-legalizadas, porque é importante termos esse quadro completo, até por conta do problema da violência.

O Presidente tinha saído. E acho importante ele explicar o estado em que se encontra o Plano Nacional de Combate à Violência, que é a minha última pergunta.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais componentes da Comissão, o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo foi aprovado na primeira reunião dos componentes da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo. Como eu disse, essa Comissão tem representação de 22 órgãos governamentais e não-governamentais. Agora no mês de abril será feita a última apreciação e os últimos retoques e, em seguida, o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, encaminhará a minuta do Plano ao Senhor Presidente da República para as medidas que forem necessárias para sua implantação.

No que se refere à implantação propriamente dita, o Plano divide-se em duas ou três fases. Algumas medidas dependem única e exclusivamente do Governo Federal, como é o caso, por exemplo, da criação das Ouvidorias Agrárias Federais. E a intenção do Sr. Ministro Nilmário Miranda é criar oito Ouvidorias Agrárias Federais o mais rápido possível. Não posso garantir, mas, possivelmente, serão nos Estados do Pará – aliás, Pará, não, porque já tem uma Ouvidoria Estadual – Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco; esses Estados com certeza neste ano ainda terão as Ouvidorias Agrárias Federais, se o plano for definitivamente aprovado e encaminhado ao Senhor Presidente da República.

A criação das Ouvidorias Indígenas Regionais e Quilombolas são atos que dependem unicamente do Senhor Presidente da República.

Agora em algumas medidas temos parceria com os tribunais de justiça, mas algumas podem ser realizadas mediante resoluções. E a idéia, Srs. Parlamentares, uma vez aprovado o Plano, é a Ouvidoria Agrária Nacional reunir-se com todos os Presidentes de tribunais e aí solicitar deles a imediata lavratura dessas resoluções destinadas aos juízes e também aos promotores por parte do Ministério Público, evidentemente. E aquelas medidas que dependerem de projeto de lei, no que se refere à competência do Governo Federal, ele vai fazê-lo imediatamente. Aquilo que for da iniciativa do Ministério Público ou do Judiciário Estadual vamos também atuar junto aos seus titulares para que esses projetos sejam encaminhados às Assembléias Legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado José Geraldo, do PT do Pará.

O SR. JOSÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Mesa, aproveito a oportunidade para fazer uma pergunta ao Dr. Gercino.

Já participei de algumas audiências públicas no Estado do Pará, uma das quais, no Município do Anapu. Sobre as empresas de segurança pública, Dr. Gercino afirmou que elas precisam ser fiscalizadas. Dr. Gercino, precisamos agir imediatamente, porque, no Município de Anapu, um cidadão que resolveu grilar uns 30 mil hectares de terra, glebas de 3 mil hectares, tem uma área documentada, localizou os seguranças nessa área e fez aquele correntão famoso, aquela gurita no meio da estrada para impedir as famílias de atravessarem-na. Quem passava tinha que prestar obediência aos seguranças, que os trabalhadores de lá chamam de capangas. Acionamos a polícia federal, que foi para área, retirou o correntão e pediu que eles fossem para dentro da sede da área. Disse a polícia que eles poderiam ficar, não poderiam vir para a estrada nem para as outras áreas onde estavam os poceiros. Depois de a Polícia Federal se retirar, daí alguns dias, eles começaram a ir para onde estavam os poceiros atirar nos barracos, furar panela. Fazer aquilo que já conhecemos. De repente, eles voltaram com a corrente para dentro da estrada novamente. E como inicia agora o período de chuvas, numa região de muita malária – vocês conhecem – e o pessoal não tinha como não sair para enfrentar aquela corrente. Não deu outra coisa: os poceiros e os seguranças atiraram. Morreu um segurança, saíram dois baleados, um poceiro levou um tiro na mão. Daí, nessa hora, a polícia desce o pau. A polícia vai estar do lado das empresas de segurança, prendendo os poceiros. Queimaram tudo que é barraco. E a situação continua. E o Estado não consegue agir.

Então, no caso do Estado do Pará, temos alguns avanços, mas o problema não é só porque a polícia está desestruturada para agir; é porque a grande par-

te da polícia ainda age muito mais contra os poceiros – que estão ocupando áreas – do que contra os grileiros de terra.

Tenho acompanhado essa situação nesses últimos quinze anos no Estado do Pará, inclusive em Rondon do Pará. Naquela região é isso mesmo. Quando fui lá, descobri um cemitério clandestino; e descobrimos, depois de rodar três dias dentro daquelas fazendas. Os caras abriam uma tora de pau lá no meio do mato, matavam os peões, botavam pneu e queimavam-no. E a filha do principal matador fazendeiro era promotora e nenhum processo passava. Lutamos um ano com o Ministério Público para tirar a promotora de lá. Hoje a promotora voltou para lá.

Agora fomos com o Ministro da Justiça, por exemplo, para tirar o processo, federalizar o processo para tirar de dentro da comarca o grileiro que mandou matar o Presidente do Sindicato, que é dono de 130 mil hectares de terra. E agora, recentemente, foi morto o secretário do sindicato, no mesmo município. Estou na expectativa de que agora, no Estado do Pará, a questão se resolva. Apresentei três requerimentos nesta Casa solicitando que sejam convidados o Secretário de Segurança Pública, um representante do Iterpa, Instituto de Terras do Pará, e um representante do comando da Polícia Militar para discutir a questão. Também pretendo apresentar um requerimento solicitando que seja convidado algum representante da Defensoria Pública.

Precisamos ter defensores públicos. É preciso fazer concurso público para a Defensoria. Em Porto de Moz, cidade que V. Exª conhece, o defensor público é um parente do Prefeito e foi colocado por ele na Defensoria. Esse defensor endossa aquilo que faz o Prefeito, que é o maior grileiro de terra do Município. Precisamos pressionar a Defensoria Pública para contratar mais defensores para o Pará, porque, dos 143 Municípios, apenas 40 têm defensor. No oeste do Pará, em toda a Transamazônica, só em Altamira há defensor. Os outros Municípios não têm defensor. Na Cuiabá-Santarém, nem sabem o que é isso. Nessas regiões, ainda que a comarca tenha um titular, o juiz ou o promotor passam apenas uma semana por mês na cidade, e não fica a agendada próxima vinda. Muitas vezes, a comunidade nem sabe qual será agenda do juiz ou do promotor, pois não há data estabelecida por causa das distâncias etc. Então, precisamos avançar em todos os sentidos.

O Governo está deixando de tratar algumas questões. O Governo Federal fez um convênio com o Governo do Estado no ano passado, no valor de R$16 milhões, para reforçar e qualificar a segurança pública no Estado do Pará. Quando fazemos um convênio dessa natureza, devemos pôr em pauta algumas questões para serem cumpridas. Dois ou três meses depois de assinado o convênio, vejo as mesmas práticas se repetirem. Repetem-se situações como essa de Anapu.

Há mais ou menos seis meses o senhor, o Ibama e a Polícia Federal foram ao Município da Anapu soltar aquelas pessoas que estavam presas com correntes, mas outros continuam. Morreram dois, e morrerão mais. Essa situação é muito pequena.

Se os Governos Federal e estadual não têm capacidade para resolver uma questão tão pequena, imaginem como será com a Cuiabá-Santarém, região ainda mais distante. Em Castelo do Sonho, por exemplo, há uns 50 escravos uma área tão distante que a única presença do Estado são alguns membros da Polícia Militar que, na maioria das vezes, são levados por fazendeiros para tirar os posseiros. Há muitas questões para serem tratadas. Precisamos avançar.

Creio que a saída da CPI no Pará servirá para novamente debatermos essas questões e para trabalharmos com encaminhamentos concretos a fim de avançarmos. Não dá para avançar em tudo, mas em alguns pontos, sim, localizando áreas de conflito, levando o Governo do Estado, o Iterpa, a Polícia Civil, a Sectam no local em que os crimes ambientais estão ocorrendo. É importante a presença do Governo Federal, por meio do Ibama, do Incra, do Ministério do Trabalho.

É inadmissível que um cidadão grile 130 mil hectares de terra. Ninguém é capaz de calcular o tamanho dessa área, pois envolve quatro Municípios daquela região – e o Pará é um Estado grande. Naquele Município, o único dono de madeireira detém uma mata. Todos compram madeira dele atualmente, porque nas outras matas já acabou. Até então, uma única pessoa detém essa área. O Incra fez uma operação na área, entrou em campo, mas, até agora, tanto o Incra quanto o Ibama e o Iterpa não fizeram uma ação. O cidadão está solto; é suspeito, ficou preso durante quinze dias, mas está solto. Um cidadão morreu na área, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, e recentemente foi o Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Rondom do Pará.

Precisamos cobrar ações da segurança pública no Estado do Pará, porque é impossível a Polícia Militar se envolver tanto, sem ordem judicial, em conflito de terras. Não estou falando de reintegração de posse, porque, neste caso, seria cabível a atuação da polícia. Mas lá, fora das reintegrações de posse, alguém leva a Polícia Militar, que, representando o Estado, age contra o indefeso, o pobre do posseiro, que, muitas vezes, está doido para que o arroz amadureça e que ele, enfim, possa fazer o angu e comê-lo.

A situação é grave no Estado do Pará, mas espero que façamos um bom trabalho, propondo ao Governo do Estado que qualifique o plano de segurança, que nos foi apresentado no início do ano. Precisamos acelerá-lo. A presença do Governo Federal e participação maior Estado, consigamos, nos próximos anos, acabar com a violência tão dramática, exposta para o Brasil e para o exterior, naquele Estado.

As audiências públicas permitiram fazer uma radiografia daquele Estado, e penso que, agora, com base nessa radiografia, seja hora de começarmos a agir. Do contrário, de audiência em audiência... Recentemente, o senhor esteve na cidade de Redenção, no Pará, onde verificou-se a existência de trabalho escravo em fazendas. Lá, trabalhadores iam ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais para acertar as contas com os patrões e, muitas vezes, aquele pessoal nem filiado ao Sindicato era, e o presidente do Sindicato sendo exposto a eles. Quando há uma audiência pública lá, todos se juntam, um membro do sindicato fez uma denúncia; depois que vocês saíram de lá, ele foi preso e, 15 dias depois, foi morto. Isso também foi tratado aqui com o Ministério da Justiça. Então, essas audiências públicas também acabam acirrando os ânimos, expondo pessoas que na audiência pública, confiando na presença das pessoas daqui de Brasília, fazem denúncias, mas, depois, quando vocês saem de lá, essas pessoas não têm retaguarda nenhuma. Foi o que aconteceu com o Presidente da uma associação de Redenção. Numa audiência pública, ele fez uma denúncia, envolvendo a própria Polícia Militar do município, sobre a conivência dela com aquela máfia toda de lá; não demorou 24 horas, ele foi preso e, quinze dias depois, morto.

Então, são essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Gercino.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – No que se refere às empresas de segurança, o senhor disse muito bem que tem que haver uma medida para acabar com as ilegalidades cometidas por elas.

Entendo que o Governo Federal tem que fazer como está fazendo, por exemplo, o Ministério Público de Minas Gerais, que, recentemente, ingressou com medidas judiciais para fechar duas ou três empresas de segurança que trabalham no Triângulo Mineiro, exatamente por causa dessa situação. Elas são legais no que se refere à parte formal, mas ilegais quanto à execução do seu serviço. Penso que o Governo Federal e a Ouvidoria podem provocar isso, para que o Ministério Público do Estado do Pará ingresse com as ações judiciais e fechem essas empresas de segurança particulares que vêm praticando essas ilegalidades.

Esse vínculo que algumas autoridades locais têm com a própria sociedade é um fato notório. Agora, por exemplo, acabamos de requerer, atendendo solicitação da CPT de Marabá e também do MST, tendo sido deferido pelo Ministério Público de Rodon, o pedido de desaforamento do julgamento das pessoas envolvidas no assassinato do Dezinho, aquele caso ocorrido, se não me engano, no ano de 2000. Se esse processo for julgado na Comarca de Rondon do Pará, fatalmente, vai haver absolvição, porque as pessoas que têm interesse na absolvição desses processados vão influenciar o corpo de sentença, que, embora sejam 21 pessoas, todos ficam sabendo quem são pela imprensa. Eles vão em cima, e acaba-se na impunidade. Então tem esse fator.

Deputado, quando entrar em vigor o conselho externo da magistratura, vai melhorar muito essa situação. Esse conselho se faz necessário para evitar que os representantes do Judiciário quando "denunciados", quando existe representação contra eles, sejam analisados pelo própria Corregedoria. Evidentemente, é um colega examinando a situação de outro colega. E muitas vezes não prospera aquela representação, embora tenha fundamentação. Penso que esse conselho externo com aquela participação de representantes da sociedade civil organizada vai contribuir muito para a melhoria do Judiciário, embora isso não seja do agrado dos meus colegas do Poder Judiciário.

Outra coisa em que V. Exª tem toda a razão – venho, inclusive, pedindo isso ao Secretário Nacional de Segurança Pública: é essa necessidade que V. Exª falou de que o Governo Federal ao repassar os recursos para os Estados exija que parte deles seja aplicada em situações graves de conflito, de violência, como temos em vários casos no Estado do Pará. É necessária essa exigência do Governo Federal na mudança do repasse dos recursos federais para o Estado pontuando alguns fatos concretos que vão contribuir para a melhoria da violência no campo – isso se o Governo Federal exigir essa aplicação nos Estados, respeitado, evidentemente, o princípio da autonomia da Unidade Federativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Adão Preto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados, eu queria fazer três perguntas bem simples aos nossos convidados: quando o MST, a Contag, a CPT, vários movimentos pela terra, fazem uma ocupação, nem é necessário que o proprietário entre na Justiça; se o próprio capataz ou até o arrendatário, alguém que está em cima da terra entrar na Justiça com pedido de reintegração de posse, no prazo de 24 horas é dada a liminar de despejo, que se executa. Isso é normal, é comum. E o que faz

a Justiça, e o que o Incra está fazendo quando os fazendeiros, inclusive com a força das armas, impedem a vistoria de latifúndio? Essa é uma pergunta. As outras: de 1995 para cá, quantos trabalhadores rurais foram assassinados nesse período, e, nesse mesmo período, quantos fazendeiros foram assassinados. Se houver documentação a respeito eu gostaria de obter cópia. Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Dr. Gercino.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Deputado Adão Pretto, no que se refere a esses "despejos" sem ordem judicial, quando ocorrem, e ocorrem de vez em quando, a Ouvidoria atua imediatamente, representando contra a Polícia Militar ou a Polícia Civil, seja qual for o órgão que executou essa reintegração de posse sem ordem judicial. Nós apresentamos a representação para o Comandante-Geral, para o Secretário de Segurança Pública, mostrando que não é possível acontecer esse fator nessa nova situação em que vivemos, mesmo que exista a previsão que os proprietários entendem que podem fazer uso através do chamado desforço pessoal. Mas é muito diferente o desforço pessoal, previsto no Código Civil, de uma medida que tenha um caráter tão violento quanto esse de fazer um despejo sem ordem judicial.

Então, além de nós representarmos contra a Polícia Militar e contra polícia Civil, nós também cientificamos o proprietário de que ele está descumprindo o comando emergente do art. 184, inciso IV da Constituição Federal, ou o art. 186, inciso IV – não me lembro exatamente – que diz que a propriedade rural só cumpre a sua função social, quando essa exploração é feita respeitando-se os direitos do trabalhador. A Lei nº 8. 629/93 vai mais além e diz que a propriedade só está cumprindo a sua função social, quando respeita os direitos do trabalhador – e, aí, o trabalhador nos dois sentidos, tanto empregado quanto trabalhador rural sem terra – e que esta propriedade não esteja provocando conflito agrário. Então, nós cientificamos o proprietário, dizendo que a propriedade dele não está cumprindo a função social e que ele está cumprindo uma ilegalidade, quando faz um despejo sem ordem judicial.

Quando há o impeditivo – o proprietário impede que o Incra faça a vistoria de maneira administrativa – , a Procuradoria do Incra entra na Justiça Federal. E nós temos tido cem por cento de obtenção de autorização judicial para realizar vistoria nos casos que são submetidos ao Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, queria dirigir uma pergunta à Drª Maria Helena. Não entendi bem o nome. O nome da entidade é Proef?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Pronera, Pronaf.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não, é uma entidade que entendi que age, pela discrição, muitas vezes, fora da lei.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sinapro – Sindicato Nacional dos Produtores Rurais.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sinapro.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sinapro.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Se é sindicato, deve ter diretoria, deve ter sede; está estabelecido, está registrado.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Ele não apresenta essa diretoria. Há apenas ele, o Sr. Narciso. A sede dele é em Brasília, mas nós nunca tivemos acesso ao endereço. Ele está todo dia fornecendo. Agora, nós sabemos que ele fica em São Paulo, temos telefone de contato, os processos, os inquéritos. Ele é muito insistente, busca muito a Ouvidoria Agrária Nacional para avisar que vai haver conflitos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Então, Sr. Presidente, sugiro que seja convocado este cidadão, porque, pela descrição, S. Srª age fora da lei, com abuso de poder, julgando-se impune. Gostaríamos, então, que S. Srª fosse convocado o mais rápido possível, porque há sinais de uma organização ilegal, pela descrição feita aqui pela Ouvidoria, de uma organização criminosa pelo lado patronal.

Outra pergunta: qual o papel da TFP nessa situação? Há queixas? Chegam informações sobre o papel da TFP em relação ao conflito agrário atualmente?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Aquela mineira?

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Tradição, Família e Propriedade.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Deputado, não há qualquer atuação da TFP no que se refere à reforma agrária, pelo menos nos Arquivos da Ouvidoria nada existe no que se refere à atuação dessa entidade na questão da reforma agrária.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Doutor, de vez em quando vemos algum panfleto sendo distribuído, com manifestações organizadas contra a reforma agrária.

Então, a Ouvidoria não tem informações da atuação da TFP contra a reforma agrária?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Exatamente, Excelência, não temos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Outra pergunta: as entidades têm armas? Foi detectado que existem armas? São armas registradas, legalizadas,

armas ilegais, armas de uso privativo das Forças Armadas?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – V. Exª está fazendo a pergunta para mim ou para a Drª Maria Helena?

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Ela descreveu as entidades. Então, pode ser para a doutora. Mas V. Sª pode ficar à vontade para responder.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – O que temos de certo é que o armamento voltado à questão fundiária, agrária, usado por milícias armadas, por encomenda dos fazendeiros, é publicamente anunciado, como aquela apreensão no Rio Grande do Sul, aliás, no Mato Grosso do Sul, em que havia, sim, armas usadas na Guerra do Iraque. Então, teve lá toda...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – A senhora pode descrever um pouquinho?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Fuzil, AR-15, 22, outras armas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Essas foram detectadas onde? Foram localizadas onde?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Foram apreendidas por uma ação da Polícia Federal, quando a Ouvidoria Agrária solicitou desarmamento e acompanhamento, em razão de denúncias. A Polícia Federal atuou naquela região e apreendeu armamentos, muitas armas, um armamento muito grande. Por muitas semanas foram anunciados e saíram nas primeiras páginas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Onde era?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Em Mato Grosso do Sul.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Mato Grosso do Sul?

A SRª MARIA HELENA DE OLIVEIRA – Entrada pela fronteira de Mato Grosso do Sul. Não, Rio Grande do Sul, desculpem-me. Entrou pelo Rio Grande do Sul.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Era destinada a algum proprietário ou a alguma organização?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Pelo menos nas casas. O esquema é que essas armas entrariam, passariam por algumas residências montadas para recepcionar o equipamento. Elas foram recepcionados nas casas vistas como áreas destinadas para esse fim. A Polícia Federal chegou, encontrou o armamento, registrou esse armamento. Ficou decidido que parte daquelas armas serviriam para o confronto da reforma agrária, para os fazendeiros se autoprotegerem com relação ao programa de reforma agrária. Ou seja, contra os trabalhadores rurais, ocupação de terras, outras áreas já ocupadas, níveis de violência nesse sentido, amedrontamento, e assim por diante.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Existem trabalhadores sem terra nesse grau de organização e de armamento?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Que eu saiba, não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Presidente, essa pergunta é extremamente importante para o tema que estamos tratando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso mostra que os trabalhadores desejam a terra para trabalhar, para viver. No entanto, aqueles que procuram impedir a reforma agrária de maneira ilegal se armam, inclusive com armas provavelmente oriundas do contrabando, para, ao arrepio da lei, impedirem a reforma agrária, inclusive matando trabalhadores e seus familiares.

Terminando, gostaria de dizer que entendi o comentário sobre o João Pedro Stédile, quando ele pediu a cabeça do Ministro, porque isso aqui é muito comum. Eu vi a Oposição, recentemente, pedir a cabeça de vários Ministros. Essa não é uma expressão de violência. É uma expressão sugerindo que "a", "b" ou "c" seja substituído, porque eu o conheço e sei que é uma pessoa preocupada não só com a reforma agrária, como também com o destino do País.

Portanto, queria prestar este testemunho, dizendo que isso não é nenhuma ameaça ou manifestação de violência por parte do João Pedro Stédile.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

Quando formulei a pergunta foi no sentido da demissão e não da violência, é evidente. Mas o esclarecimento está feito.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu poderia fazer só uma perguntinha a Drª Maria?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – A Drª Maria falou que esse "sindicalista", lá de São Paulo, entra em contato seguidamente com a ouvidoria. Ele faz isso através de telefone ou por ofício?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Por telefone.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Se fosse por ofício, eu ia querer uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Edson Duarte, do PV.

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero cumprimentá-los e também ao Dr. Gercino e Drª Maria Oliveira pela presença, pela explanação. Trata-se realmente de uma proposta avançada, a mais completa que particularmente já vi em relação à reforma agrária. Existe a compreensão de toda a complexidade que envolve esse assunto e de que ele não poderá ser resolvido apenas com uma ação pontual ou isolada, mas como um conjunto de

ações. Isso envolve o Governo Federal, todos os governos e a sociedade brasileira como um todo.

Com relação a essa proposta apresentada, sobretudo com relação a esse plano de paz no campo, eu questiono: primeiro, há recursos para esse projeto, para o desafio desse projeto, sobretudo em relação ao cadastramento georreferenciado que se propõe fazer, em sete anos, todo esse mapeamento nacional, em um País com as dimensões territoriais que temos? Ou seja, há garantias de recursos, de pessoal, de estrutura para que esse plano seja efetivado? Há vontade política para isso? Não me estou referindo somente ao Governo Federal, foram citados os governos estaduais e municipais como parceiros; se já há esse entendimento e que tipo de receptividade os senhores têm tido a respeito desses contatos já mantidos.

Falo também dos movimentos sociais e da sociedade brasileira, qual a receptividade que tiveram, porque, ao tempo em que os senhores estão apresentando um plano tão avançado, tão bom, no meu entendimento, há, neste momento, uma pressão na sociedade brasileira. Há anúncios muito fortes, estamos vivendo um momento de ocupação em todo o País. Pergunto: o que está acontecendo? Não houve diálogo? Os movimentos sociais não tomaram conhecimento desse plano ou esse plano não foi acordado com todos esses segmentos que são tão importantes nesse debate e nessa discussão? Falta paciência? Enfim, o que está acontecendo? Ou falta agilização dessas medidas, dessas propostas? Estamos assistindo às mortes no campo.

Esse tema é muito sério, muito grave. É, talvez, um dos mais importantes da atualidade no nosso País. Basta analisar os números apresentados pelos senhores no ano passado: quarenta e três mortes. Quarenta e três vidas, quarenta e três sonhos; pessoas que morreram, brasileiras e brasileiros sonhando com a terra, sonhando com um país mais justo, mais igual. E essas pessoas continuam morrendo.

Portanto, o que falta em relação a esse plano? É claro também que não se constrói reforma agrária da noite para o dia, mas, enfim, o que está faltando para que haja essa compreensão, para que possamos avançar?

Eu gostaria ainda de perguntar a respeito da questão ambiental.

Ora, vi nas transparências da apresentação uma série de propostas para os conflitos entre quem tem terra e quem não tem, mas não percebi como funcionaria a estrutura para os conflitos ambientais, porque, a princípio, não há um dono do interesse ambiental. Somos todos nós, inclusive aqueles que não nasceram. Quem falará por eles, por nós, por todos, no caso do conflito ambiental, para que as áreas de preservação não sejam utilizadas como cano de escape? Porque, a princípio, não haveria, digamos assim, interessados em estabelecer ali um conflito imediato.

Último ponto. Foi apresentado, no ano passado, o Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenado pelo Plínio de Arruda. Pergunto: o que foi aproveitado desse plano, dos indicativos desse plano? Que lições podemos tirar do mesmo e o que poderíamos dizer para todos aqueles que construíram essa proposta?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Vamos dividir as respostas.

Vou falar sobre os recursos para o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, e a Drª Maria falará sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os recursos financeiros para a implantação das medidas que visam a diminuir a violência no campo com esse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo não são grandes recursos para a sua efetivação, e aqueles que dependem do Governo Federal tão-somente serão implantados de imediato, porque são de pequeno custo. Por exemplo, a criação das Ouvidorias Agrárias Federais. Praticamente, o único encargo vai ser a criação, a utilização de um cargo para esse Ouvidor agrário; um cargo em comissão para ele exercer esse ofício. A Ouvidoria Agrária já dispõe inclusive de recursos financeiros para repassar aos Estados, aos Tribunais de Justiça e ao Ministério Público para implantação das varas agrárias, das promotorias agrárias. Já fizemos isso em alguns casos, como no Estado do Pará, onde estamos implantando, possivelmente no mês de maio, mais duas varas agrárias, com convênios com MDA, INCRA, Ouvidoria Agrária e Tribunal de Justiça. O Governo Federal repassa os recursos.

A explicação que temos, no que se refere à atuação dos movimentos sociais, no que se refere às ocupações, advém de dois fatores que eles elegeram que iriam e estão aumentando a atuação deles a partir de 2003 e 2004.

Os movimentos sociais vêm dizendo, desde o início do ano passado, que agora o inimigo deles não é mais o Governo Federal e elegeram como seus principais inimigos dois fatores que têm provocado esse aumento da ocupação, aumento das movimentações, dos movimentos sociais rurais, que são: a luta para combater o latifúndio – essa é uma das principais medidas de todos os movimentos sociais, e aumentar o número de ocupação, para deixar bem caracterizado o inconformismo dos movimentos sociais quanto à existência de propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social. Isso é público e notório por qualquer entrevista dada pelos representantes dos movimentos sociais, quando insistem nesses dois

pontos: que tenham parceria com o Governo Federal, mas que vão continuar a movimentação, para deixar bem caracterizado o seu protesto contra o latifúndio, que se caracteriza muito pela grilagem de terra pública e pelo latifúndio improdutivo. São esses os dois pontos que entendemos como de sustentação do aumento de ocupação de imóveis rurais e também das suas movimentações neste ano.

As questões ambientais, nos projetos de assentamento, acredito que o senhor esteja mais preocupado com as áreas de projetos de assentamento, são o objetivo maior do atual Governo. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rosseto, e o próprio Presidente Lula vêm dizendo, constantemente, que a reforma agrária deve ter qualidades. Uma dessas qualidades, sem dúvida, é resolver a questão ambiental.

O Presidente do Incra e o Ministro do Desenvolvimento Agrário querem criar projetos, mas projetos que respeitem várias questões, principalmente a questão ambiental.

As outras perguntas, peço à Drª Maria que responda, pois está mais habilitada a fazê-lo do que eu.

A SRª MARIA HELENA DE OLIVEIRA – Sr. Desembargador, queria cumprimentá-lo, se o senhor me permite, com relação à questão ambiental. Os Ministérios envolvidos com a questão ambiental discutiram e já assumiram o termo de ajuste de conduta com relação à questão ambiental no País.

Há uma discriminação muito forte em torno desse assunto. Para nós, é fundamental que a reforma agrária continue contribuindo com a questão do meio ambiente no Brasil. Com isso, esse termo de ajuste orienta desde a obtenção das terras até os assentamentos e o futuro do País na questão ambiental. Entendendo que a questão ambiental envolve hídrico e todas as suas reservas, solos, alternativas de exploração, até porque as pequenas propriedades têm cumprido melhor o papel da questão ambiental no País.

Então, esse termo de ajuste vai ser altamente orientador dos pequenos até aos grandes. É muito importante que os demais Ministérios assumam o conduzido pela Ministra Marina Silva e pelo nosso Ministro. Foi um trabalho repetitivo, insistente, chegando-se à exaustão nas discussões para a construção desse ajuste importantíssimo. Ao contrário de imaginar que não possamos estar dentro de algumas áreas, por serem consideradas reservas ambientais, temos que entender qual é a alternativa para esse ambiente, inclusive o homem faz parte dele, que deve ser respeitado para poder ser conduzido.

Repito: discutimos as questões à exaustão. Por isso que o Incra está preparado para conduzir a reforma agrária, tanto no processo de recuperação daquelas áreas, que já são assentamentos, quanto em áreas em processo de obtenção e destinação. Realmente muito bem lembrados os conflitos ambientais, bastantes relevantes nos encaminhamentos de solução.

Voltando ao que me resta, Desembargador, penso que são duas questões, caso não consiga anotá-las adequadamente, peço-lhe que ma repita.

Com relação se há recursos para esse cadastramento importante do georreferenciamento, quero dizer que os custos são elevadíssimos, do tamanho do projeto, sem dúvida alguma, que está sendo financiado pelo BIRD. Trata-se de um grande financiamento, mas possível. Na realidade, exige-se, desde equipamento altamente sofisticado – e o Incra já está aparelhado para isso, já que recentemente foi possível uma experiência em torno desse tema –, então, o Incra já o adquiriu, iniciando a capacitação melhorada nesse sentido. Isso custa caro. Mas entendemos que não há volta. Esse projeto terá uma soma de esforços de todas as instâncias para que seja exatamente executado e não "durma" na gaveta e não se repita, como outras tentativas que fizemos.

O Incra está preparado, precisando ser reaparelhado. Penso que existe uma enorme diferença entre a atribuição e a capacidade operacional de execução dessa tarefa monstruosa, que a reforma agrária no País. O Incra tem um quadro muito importante, uma experiência muito longa, sendo capaz de desenvolvê-la. Temos essa oportunidade. Tecnologia de ponta, para nós, já não é mais o problema. Na realidade, ela já existe instalada. O que precisamos é de uma capacidade operacional de ponta, ou seja, que vá para os lugares onde se faça presente o Estado.

Penso que isso precisa ser revisto no Incra. O nosso Ministro fez reuniões internas, preparou o projeto, que já está em andamento, e já se fala em sua aprovação. Inclusive está em andamento edital para um primeiro concurso público, para um mínimo de 300 profissionais, a ser realizado imediatamente – nossa demanda é muito maior do que isso, inclusive já há a disposição de se fazer um segundo concurso também. Então, há toda uma disposição em torno do projeto, da capacidade operacional e do orçamento para que possamos avançar. Vontade política de fazer. Durante todos esses anos, o Incra discutiu, politicamente, como a reforma agrária precisa avançar no Brasil. E, em todas as oportunidades, encontrou resposta, eco, para esse trabalho, tanto no Parlamento quanto no Judiciário, além de outros órgãos. Os entraves são processos burocráticos que ainda persistem em incomodar e atrasar o andamento desse processo social tão importante e necessário.

Então, a vontade política foi discutida com os Estados, por intermédio dos institutos de terras dos Estados. Discutiu-se exaustivamente; chegamos ao limite da discussão. Inclusive se fez uma construção por Estado, respeitando-se as diferenças de cada um. Isso está construído, e o Estado é parceiro nesse sentido, assim como estendemos aos Municípios, porque também o Município é um poder local, é onde as coisas acontecem. Não podemos desvincular dessa oportunidade de ter todos no mesmo caminho, na mesma direção e com a mesma responsabilidade, tanto é que a estrutura do projeto do reordenamento territorial do Brasil envolve a todos, inclusive o Exército participa dessa missão, porque tem uma cartografia especializada, porque é um parceiro importante, e isso já está dentro do processo de discussão, todo ele já de prática superada.

É a oportunidade de se colocar o Plano Nacional de Reforma Agrária dentro do que Plínio Arruda e sua equipe discorreram e colocaram para o Governo Lula e para a sociedade, acompanhados desse projeto de anos de discussão dentro do Incra, da oportunidade da nova lei de registros públicos, que foi o grande avanço brasileiro, que dependemos do Parlamento, que foi possível superar essa etapa, essa lei, realmente, regulamentada, já está aí, disponível para a Nação brasileira, e era um dos grandes entraves que temos. Se vemos o art. 10 da lei, há toda a orientação e formatação de como vamos atuar no campo, na base, no local. Então, bastante importante.

O Plano Nacional de Reforma Agrária, que incorpora a esse projeto de ordenamento territorial, eleva o Brasil na sua capacidade de resposta da reforma agrária; foi escrito dentro de suas reais possibilidades, talvez pelos melhores pensadores nesse campo, na área, na arte da reforma agrária, não só no aspecto técnico, nos possíveis, nos territórios, nas questões ambientais, conflitos sociais, e assim por diante, mas também no que diz respeito à capacidade de resposta em função de demandas.

Imagino, então, que esse é um plano nacional que aprendemos, está dentro dele a capacidade de resposta de nosso Governo. Agora, é óbvio que, quando se olha para frente, o Plano Nacional de Reforma Agrária é muito bem-vindo, é um plano nacional que vamos cumprir, que poderá ser alterado em determinado momento se for para maior; agora, quando se olha para trás, temos uma demanda exigente, uma demanda reprimida, uma demanda excluída, que empurra o Governo, esse movimento movimenta o Governo do ponto de vista de cumprir essas etapas do Plano Nacional de Reforma Agrária, ou desse tamanho ou maior que esse, em função de demanda – é lógico – mas acho que, dentro do que o Plínio Arruda coloca com sua equipe, é muito bom.

Agora, o fundamental e que não ficou todo clareado pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, que é uma coisa à parte, sensível, difícil, mas que está toda ela estudada também, é o processo da legislação. Temos que melhorar nossa legislação, fazer com que ela fique à disposição dessa sociedade excluída, para criar a velocidade, ou seja, precisamos encurtar esses caminhos – há caminhos longos demais. Internamente, quanto a isso, o Incra já fez revisão de todas as suas instruções e procedimentos internos, está sendo publicado esta semana por intermédio de nosso Ministro e do Presidente do Incra, mas temos ainda as instâncias externas, que, tanto a Ouvidoria Agrária, na pessoa do Desembargador Gercino, quanto o Procurador-Geral do Incra, quanto a equipe de Procuradores que compôs esse estudo do Plano Nacional de Reforma Agrária, também já avançou, já concluiu, há minuta pronta, e acho que isso também não custa mais a se avançar, porque faz parte de um contexto do projeto como um todo, e não de uma particularidade.

Acredito que não fiquei lhe devendo uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

Para a próxima reunião, vamos disciplinar o tempo, em função de que certamente teremos dois ou três depoentes em cada reunião. Vamos disciplinar o tempo não só de quem indaga, mas também de quem responde, para que as reuniões possam ser sempre bem objetivas, com resultados, a fim de que possamos ter ao final um relatório conseqüente.

Pois não. Deputado Adão Pretto, pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria dizer que, na pergunta que fiz, um item ficou sem resposta; perguntei se podia nos informar sobre, de 1995 até aqui, quantos agricultores foram assassinados e quantos fazendeiros foram assassinados no mesmo período. Não sei se há resposta para isso.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Excelência, não sei dizer de cabeça, mas no material que distribuímos existe essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado e vice-Presidente desta Comissão, Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, aqueles que nos auxiliam no dia de hoje, o Ouvidor Gersino, a Drª Maria Oliveira, inicialmente, gostaria de fazer uma ressalva: penso que a nossa Comissão Parlamentar tem uma missão fundamental no momento que vive o Brasil. E reduzir o debate à investigação de uma dualidade – de um

lado estão os bons; de outro, os maus – significa conduzir o trabalho desta Comissão para um terreno que dificilmente trará resultados positivos ao País, que é responsabilidade de todos. Digo isso porque daqui a pouco se construiu aqui, em uma ou duas perguntas, em uma ou duas respostas, uma figura de que existe, do lado dos produtores rurais brasileiros, a organização de milícias que estão contrabandeando armas pesadas para realizar uma dizimação em massa de movimentos sociais.

Não sou ingênuo de pensar que os dois lados não têm problemas. Eles existem e são graves. Temos o exemplo da Fazenda Capivara, no Rio Grande do Sul, que foi tomada por um comando de assalto, encapuzado e armado, com testemunho no meu Estado. No Rio Grande do Sul, no acampamento Rondinha, foi abatido a tiros pelo MST, na frente da sua família, um acampado porque queriam que ele saísse do lote, devido a problemas internos. É investigado no meu Estado, dentro do MST, problemas gravíssimos de coação, de ameaças, de ferimentos físicos, de seqüestros internos e até de tortura.

Então, é evidente que temos de ter clareza de que não podemos tolerar nem de um lado e nem de outro. A nossa missão aqui é buscar caminhos para um País chamado Brasil – caminhos que serão trilhados dentro do Estado democrático de direito, dentro dos princípios republicanos e democráticos, na salvaguarda de princípios fundamentais, como a vida humano e o direito de propriedade, balizadores da prosperidade de um povo. Não há nação neste mundo que tenha prosperado sem direito de propriedade. Alguém poderia avocar que a China prosperou, mas eu estava lá, há 10 dias, durante o Congresso do Povo, quando foi aprovado o retorno do direito à propriedade ao país chamado China, diante do regime comunista.

Portanto, deixo muito claro que há problemas. E vou repetir as palavras do Prefeito Rudolph Giuliani, um dos mais consagrados administradores públicos que se tem notícia contemporaneamente, independente da posição doutrinária e ideológica, que dizia uma frase que serve para todo mundo, para político e para administrador público: "Não pressuponha nada, duvide sempre, investigue a fundo e conheça a realidade".

Digo isso porque, no meu Estado, tive uma experiência parlamentar e, nas cartilhas do Movimento, sou um inimigo a ser destruído. O meu nome, inúmeras vezes, é confundido. A grafia no jornal raramente sai correta. No entanto, na Cartilha do MST, apreendida na cabana Santa Bárbara, em São Jerônimo, consta o meu nome como alguém a ser destruído – não é a ser enfrentado mas a ser destruído.

Por essa razão, não cultivo ódio nem antagonismo irresponsável. Eu fui uma das pessoas que mais trabalhou para que esta CPMI se constituísse dentro da Câmara e do Senado e desejo apenas que possamos fazer uma discussão muito madura, evidentemente, nunca descurando desse drama ou dessa chaga social que este País tem. Porém, não vou me prestar a, de maneira calada, seguir uma dualidade maniqueísta que não nos levará a lugar algum. Há armas dos dois lados, há maldade dos dois lados, há bondade dos dois lados, há direitos dos dois lados, e temos que construir um termo mediano para este País avançar.

Nesta colocação, faço um preâmbulo da minha participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e pergunto ao Sr. Ouvidor o seguinte: as estatísticas da Ouvidoria são muito claras. Em 2000, ocorreram 226 invasões; em 2001, 157 e, em 2002, 103; em 2003, foram 222 invasões. A tendência da queda de invasões são, no meu ponto de vista, diretamente proporcionais aos assentamentos feitos nesse mesmo período. Para se comparar, em 2000 – segundo dados que tenho em mão –, foram 108 mil famílias; em 2001, 102 mil famílias; em 2002, 50 mil e, no ano passado, 36 mil famílias. Qual é a avaliação que o senhor faz? Havia um discurso histórico do Partido que está no Governo – da sua aliança de sustentação – de que a reforma agrária não era realizada por falta de vontade política. Isso estava errado, ou houve, na condução do processo, neste ano que passou e no atual momento, o anúncio do recrudescimento, ou houve incapacidade gerencial, por parte do Poder Executivo para trazer paz ao campo no Brasil? Essa é a primeira pergunta que lhe faço.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Vice-Presidente da CPI, como disse anteriormente, o aumento das ocupações é uma decorrência da atitude dos próprios movimentos sociais, que, a partir do ano de 2003, logo no início, em janeiro, em fevereiro, antes de haver qualquer possibilidade de se dizer se o número de assentamentos, de desapropriação, número de incorporação de imóveis rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária estava ou não dentro da meta preconizada, muito antes disso, os movimentos sociais já estavam dizendo e reiterando que aumentariam o número de ocupações, apesar de confiar na política do Presidente Lula, mas esse aumento seria para caracterizar esse protesto dos movimentos sociais quanto ao grande número de latifúndios, quanto ao grande número de áreas griladas e quanto ao grande número de áreas improdutivas.

Então, a Ouvidoria Agrária Nacional vê essa atuação dos movimentos sociais de forma independente dos próprios movimentos sociais e independente da

atuação da política pública de reforma agrária implantada a partir do Governo do Presidente Lula. Entendemos que ela não tem essa vinculação com o programa de reforma agrária implantado a partir de 2003 e, sim, é uma decorrência de uma atuação dos próprios movimentos sociais que não se conformam quanto à existência desses fatores, repito, latifúndio, grilagem de terra pública e improdutividade de imóveis rurais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No meu Estado, no ano passado, o Ministro de Desenvolvimento Agrário, o Incra e o Ministério protagonizaram a desapropriação de uma área no Município de São Gabriel de 13 mil hectares, do Sr. Alfredo Southall e sucessores.

Esse ato desencadeou um complexo de ações no Estado do Rio Grande do Sul, numa marcha que foi construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e num processo de reação dos proprietários rurais no Município de São Gabriel, onde, por inúmeras vezes, estivemos a ponto de ter um conflito de gravíssimas proporções.

Desde o início, foi alegado, em defesa do proprietário, que as terras eram produtivas, que havia havido ilegalidade, irregularidade no decreto de desapropriação dos teóricos 13 mil hectares, um latifúndio produtivo no meu Estado.

Transcorridos dez meses do início do processo, depois de duas decisões judiciais desfavoráveis, o próprio Incra e o próprio Ministério reconheceram que haviam desapropriado irregularmente e ilegalmente uma propriedade de 13 mil hectares e que, por muito pouco, mas é muito pouco mesmo, não houve um conflito social de extraordinárias proporções. Inúmeras vezes, as forças de segurança do Estado tiveram que intervir para conter lado a lado.

A pergunta: como é que a Ouvidoria encara, analisa e processa uma situação desse tipo? Como é que o senhor encara isso? Quer dizer, o Incra toma uma atitude que poderia gerar um convulsão social de extraordinárias proporções e, passados dez meses, ele mesmo reconhece que errou, que foi irregular, que havia ilegalidades e não poderia ter feito o que fez? Isso não ajuda a criar esse processo conflituoso no campo na sua opinião, ou isso não influencia nem para melhor, nem para pior?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Vice-Presidente, vou dizer e peço a V. Exª que tenha a compreensão com o que vou dizer, porque entendemos de maneira diferente quanto à não-incorporação da Fazenda Sotal, localizada no Município de São Gabriel. Essa não-incorporação não aconteceu pelo fato de o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário entenderem que esse imóvel estaria exercendo sua produtividade, conforme a Constituição Federal estabelece. Contudo, esse imóvel só não foi incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária, porque o Supremo Tribunal Federal anulou o processo administrativo do Incra por formalidade processual. Esse Tribunal entendeu que o Incra, ao notificar o proprietário de que adentraria sua propriedade, não o fez de acordo com a lei e, conseqüentemente, anulou o processo.

Evidentemente, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário quedaram-se, porque é lógico que questão decidida pelo Supremo Tribunal Federal sempre será acatada, respeitada e executada. Por isso, peço perdão a V. Exª por discordar do entendimento no que se refere à não-incorporação da Fazenda Sotal no programa de reforma agrária. Na nossa visão, isso ocorreu de forma diferente da exposta por V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, trarei toda a documentação referente a esse episódio, para que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, fique registrado claramente como as coisas ocorreram nesse processo e para que se evidencie o acerto das afirmações que este Parlamentar fez.

O Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, defendeu, no ano passado, a invasão de terras improdutivas, desde que não haja violência e vandalismo. Recentemente, houve um movimento referendado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em documento denominado Carta de Olinda, divulgada na última quinzena de março, a respeito da revogação da Medida Provisória nº 2.183/56, de 2001, que garante que propriedades invadidas de maneira arbitrária, unilateral e ilegal, sem o devido processo legal, sejam retiradas de qualquer processo de desapropriação.

Eu gostaria de saber se V. Exª é contra ou a favor da manutenção dessa medida provisória.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – A Medida Provisória nº 2.183-56 também foi objeto de apreciação do Supremo Tribunal Federal, conforme despacho exarado pelo Ministro Celso de Mello. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a Medida Provisória nº 2.183/56 não contraria a Constituição Federal e, portanto, é matéria que não tem ilegalidade em seu bojo.

Quanto a apoiar ou não a medida provisória, a Ouvidoria Agrária não tem essa autonomia, não tem poder de manifestar sua posição. Peço a V. Exª que me escuse de dizer qual é a posição da Ouvidoria porque somente meus chefes superiores hierárquicos – o senhor Presidente do Incra e o Ministro do Desenvolvimento Agrário – poderão dizer qual a política da Ouvidoria Agrária Nacional no que se refere a apoiar ou não essa medida provisória.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Enfatizo que argüi a V. Sª qual era a sua visão sobre essa medida provisória. V. Sª considera que ela é válida para o processo conturbado do campo brasileiro, é salvaguarda de princípios constitucionais ou, ao contrário, deve ser revogada como mecanismo facilitador para processos que sejam da sua leitura e do seu entendimento?

Como Ouvidor Agrário Nacional, V. Sª é uma das personalidades mais importantes nesse processo pela sua contribuição ao Congresso e ao Poder Executivo brasileiros. Não quero lhe colocar em nenhuma situação difícil, mas creio que esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisa saber qual é a sua leitura sobre esse instrumento, ou seja, se ele, na sua opinião, é importante, no momento que vive o País, ou é dispensável.

Compreendo que a condução do Governo a que V. Sª pertence é uma decisão que cabe às pessoas que estão hierarquicamente em outras posições, porém, é importante para nós, que estamos querendo construir soluções para o Brasil, que vive um momento como este, saber a opinião do Ouvidor Agrário deste País, do alto da sua experiência, da sua vivência, sobre essa medida provisória. Ela é um instrumento a ser mantido ou a ser revogado? Ela é um instrumento que facilita a administração dos conflitos ou a dificulta? Essa é uma contribuição que V. Sª daria à nossa reflexão.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Posso dizer, sem medo de errar, que a Ouvidoria vem agindo da seguinte forma, no que se refere à medida provisória: quando chega ao conhecimento da Ouvidoria Agrária Nacional uma ocupação de uma fazenda, se essa ocupação não estiver de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Ouvidoria toma a iniciativa de comunicar que aquele imóvel ocupado, cujo proprietário teve impedido o livre exercício do direito de propriedade, estará fatalmente fora do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Porém, quando essa ocupação acontece de maneira setorizada – o Supremo Tribunal Federal já examinou alguns casos concretos e autorizou o Incra a prosseguir com o processo administrativo de desapropriação –, o entendimento da Ouvidoria é que essa medida provisória não inviabiliza a desapropriação de áreas rurais objeto de ocupação setorizada, que não impediu o exercício de propriedade do dono dessa área.

Do contrário, se essa ocupação, além de ocupar, revestiu-se de alguns caracteres de ilegalidade – por exemplo, fazer pessoas reféns, matança de gado, destruição de patrimônio –, então, a Ouvidoria toma a iniciativa e comunica ao MDA e ao Incra que essa ocupação se revestiu de ilegalidade, e é evidente que este imóvel fica imune ao programa de reforma agrária.

É como posso responder concretamente à pergunta que V. Exª acaba de me fazer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Ouvidoria Agrária poderia fornecer a esta CPMI a relação, ano a ano, das fazendas invadidas nos últimos cinco anos? Se possível, também, a relação, ano a ano, das fazendas em que há impedimento de realização de vistoria para fins de desapropriação, bem como as pessoas impedidas de serem beneficiadas da reforma agrária? Isso tudo seria possível de ser enviado ao nosso Relator?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Perfeitamente. Encaminharemos a relação a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado. Tenho dois gráficos em mãos, e é evidente que há uma correlação entre os números de invasões de terras, confrontados com mortes e conflitos agrários e pareados com o número de famílias assentadas no Brasil. Diminuem claramente os conflitos quando aumentam os assentamentos; diminuem claramente as mortes quando há um maior volume de famílias assentadas no Brasil.

Diante das circunstâncias em que se encontra o atual Governo, existe na Ouvidoria um número do que seria um ponto de equilíbrio, ou seja, uma meta mínima a ser cumprido pelo Governo brasileiro em termos de assentamentos, a fim de facilitar o trabalho de conseguir a paz no campo.

Vi que, em todo projeto de combate à violência, há muitos instrumentos legais, ampliação de jurisdição, transferências de jurisdição, incremento de instrumentos de ação do Governo. Tenho absoluta identidade com aqueles que pensam que devemos construir um processo de aumentar os assentamentos com apoio tecnológico, com apoio de recursos financeiros, como forma de pacificar, de uma vez por todas, amplas áreas da sociedade brasileira.

A Ouvidoria teria um número baseado num quadro estatístico comparativo com as incidências dos últimos dez anos? Na minha opinião, isso é perfeitamente viável. Há um número próximo do ideal de quantos mil assentamentos precisaríamos fazer ao ano, para que houvesse a preparação orçamentária, a preparação da identificação das áreas e, acima de tudo, um trabalho de tranqüilização dos movimentos sociais, na medida em que, nos próximos dez anos, haveria um número mínimo a ser perseguido por este ou qualquer Governo. Esse é um problema que supera, no meu entendimento, questões ideológicas e doutrinárias. Temos que buscar uma saída para o Brasil. Qual seria um número sinalizador de arrefecimento dos conflitos? Isso depois de superados os problemas de grilagem, os problemas que têm origem na ilegalidade e são um pouco

diferentes de outras áreas do Brasil onde há apenas um conflito por ocupação de espaço, um conflito não permeado por ilegalidades ou irregularidades na obtenção da posse original da área. Há um número ou não? Essa é a minha última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes da resposta do Desembargador, peço ao vice-Presidente da Comissão que assuma a Presidência, pois estou sendo convocado para votação nominal em Plenário. Antes de me retirar, gostaria de lembrar que há convocação, para a próxima quinta-feira, do MST, da Contag e da Comissão Pastoral da Terra. Por isso, chamamos a atenção dos Colegas Deputados e Senadores para importância de estarem presentes na quinta-feira, às 10h.

Peço ao Vice-Presidente, sem prejuízo de suas indagações, que assuma a Presidência. (Pausa)

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sr. Vice-Presidente, agora Presidente, posso responder afirmativamente e, com base nas informações que os próprios movimentos sociais passam para nós, da Ouvidoria Agrária Nacional, podemos dizer que existe um anseio dos próprios movimentos sociais no sentido de que, se o Governo Federal fizer um assentamento em torno de 100 mil famílias por ano, esse número satisfaz os próprios movimentos sociais de acordo com os documentos que temos protocolados na Ouvidoria Agrária Nacional, conforme as reuniões que fazemos costumeiramente com os movimentos sociais. Acredito que esse é um número que, além de satisfazer os movimentos sociais, terá o condão de, sem dúvida, tirar um grande número de pessoas da condição de excluídos da sociedade e, evidentemente, diminuir o número de conflitos e de violência no campo, porque, onde há cidadania, onde há respeito aos direitos humanos, a situação fica muito melhor e as pessoas têm, então, sua condição respeitada, de acordo com a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto e depois o Deputado Jamil Murad.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Vice-Presidente, agora como Presidente, pedi a palavra exatamente para dar minha opinião sobre as indagações que V. Exª fez ao Nelson.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Fique à vontade.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Como Presidente, fica mais... Mas vou...

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Deputado Adão Pretto, tenho imenso respeito por V. Exª, temos um convívio de muitos anos em nosso Estado. Respeito muito sua história política e V. Exª pode fazer as observações parlamentares que julgar adequadas. Sei que também V. Exª tem respeito por mim. Então, não vai haver problema. V. Exª use sua liberdade parlamentar no limite.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Muito obrigado. Meu silêncio poderia ficar como concordância com tudo o que V. Exª afirmou, sendo que somos do mesmo Estado e meu ponto de vista é diferente. Quanto ao direito à propriedade, somos tão favoráveis que até queremos que cada um tenha uma propriedade. Não somos contra a propriedade; somos contra o latifúndio. Foi dito aqui por colegas que, no Pará, há pessoas com 130 mil hectares de terras. Quero que fique claro que isso é que nos agride, quando há milhões de agricultores sem terra.

Sobre ao crime de Rondinha, consta no regimento do MST que quem consegue o lote não pode vendê-lo. Isso está no regimento do movimento, e o Governo sempre fez de conta que não estava vendo isso acontecer. Desde toda a luta do MST, o próprio movimento é que preserva os lotes para que não sejam vendidos. Se o cidadão que conseguiu um lote não quiser mais trabalhar, que o devolva para o Governo fazer um outro assentamento, para pôr ali outro agricultor. E esse foi o caso da briga que aconteceu na fazenda de Rondinha. Assim como em outras comunidades acontece desavença de vizinhos, nesse assentamento aconteceu essa desavença. Então, não é uma coisa extraordinária, foi uma desavença por um companheiro não ter respeitado as normas do regimento, houve esse conflito e acabou numa morte.

Quanto à marcha do movimento a São Gabriel, realmente estivemos à beira de um conflito, mas não provocado pelo MST. O MST saiu em caminhada rumo a São Gabriel, inclusive com destino certo. Eles iriam à propriedade de um amigo que tinha cedido para eles fazerem o acampamento. Mas é claro que eles não diriam que iriam para lá. Eles estavam indo a São Gabriel, onde sairia uma terra, e os fazendeiros acompanharam toda a caminhada, andando a cavalo por cima dos barrancos das estradas, exibindo armas, dando tiros e, inclusive, não deixando as crianças dormirem à noite. A cada meia hora, soltava-se um foguete; além disso, os arrozeiros do Rio Grande do Sul usam máquinas movidas a ar, que são semelhantes a um tiro de espingarda para espantar os pássaros dos arrozais. Eles usavam essas máquinas programadas, que davam um tiro a cada 40 segundos. Inclusive, chegou a ponto de os próprios policiais, pela primeira vez, reagirem contra os fazendeiros.

Penso que essa história não poderia deixar de ser contada após sua história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A Dona Maria relatou que a Polícia Federal localizou e apreendeu armas ilegais, contrabandeadas, que não têm autorização para circular entre civis. V. Exª partiu para uma argumentação em que há um acirramento de posições. Não queremos acirramento de posições. Já está provado no mundo inteiro que a realização da reforma agrária é um fator de pacificação, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. O Brasil tem pago um preço muito alto por não ter realizado a reforma agrária, já que em outros países, como nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, já houve a reforma agrária e aumentou-se o poder aquisitivo, o mercado interno e a produção.

Estou do lado das pessoas que defendem a reforma agrária. Não temos armamentos, temos vítimas. Tenho companheiros do PC do B, que, por serem presidentes de sindicato em Rio Maria, foram assassinados; o filho entrou e foi assassinado; o Expedito, que posteriormente foi eleito, foi assassinado. O Deputado Paulo Fonteles, na véspera da votação da reforma agrária, em 1988, foi assassinado num posto de gasolina. Houve uma investigação longa, mas se chegou a um mandante, que era um proprietário rural. O Chico Mendes, a Margarida Alves, o Padre Josimo, o massacre de Eldorado de Carajás são casos em que se mistura aquele que defende o latifúndio, o poder público, etc. Essa é a história. Do nosso lado, quem entra nos acampamentos não tem armas, tem fome, tem a panela vazia, tem a vontade de trabalhar e a esperança. Essas são as nossas armas. Não estamos aqui para radicalização, mas para ouvir a realidade.

Agradeço a discrição. O senhor é um homem muito calmo e sereno. Parabenizo V. Sª nesta oportunidade e por ter enfrentado com coragem o Deputado Hildebrando Pascoal num serviço sem precedentes para a sociedade brasileira. Gostaria que houvesse muitos Gercinos no nosso País, para acabar com essa covardia que se comete contra os trabalhadores, contra o povo e contra a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – A palavra está à disposição de quem dela quiser fazer uso. (Pausa.)

Não há mais nenhum parlamentar que queira se inscrever.

Esta CPMI vai permitir que, com calma, vagar e tolerância, possamos construir alternativas para o País. Pretendo contribuir com ela e com o nosso Relator trazendo as evidências dos nossos Estados, exatamente como na descrição feitas pelo Deputado Jamil, mostrando apenas um lado da questão. Mas vou mostrar que há outro lado, de igual intensidade, documentado pela Polícia, como, por exemplo, as armas registradas. Não há problema nenhum, vamos trazer isso também.

Ao concluir esta audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito, quero lembrar as minhas palavras iniciais, quando disse que entendo não ser esse o caminho que nos conduzirá a um bom resultado. Volto a dizer que teremos que fazer um grande esforço para superar as nossas diferenças de conteúdo programático, ideológico e doutrinário, no interesse maior do Brasil. Vamos ter que buscar um ponto de equilíbrio para a construção de uma proposta. Confio muito no talento do nosso Relator, no equilíbrio do Deputado João Alfredo, que tem essa espinhosa missão, mas tenho certeza de que seremos capazes de fazer pontualmente enfrentamentos aqui e acolá. Tenho certeza da maturidade e principalmente na construção da tolerância, das quais esta Casa é a nossa grande mestra, no sentido de buscar um caminho melhor para o País.

Agradeço ao Dr. Gercino pela contribuição dada esta Comissão, à Drª Maria de Oliveira.

Os Srs. Deputados e Senadores estão convocados para a reunião de quinta-feira, às 10 horas, conforme já anunciado pelo nosso Presidente.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h10min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO"

Ata da 5ª Reunião, realizada em 01-4-2004

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às dez horas e vinte e cinco minutos, na

sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Valdir Raupp e os Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Inaldo Leitão, Josué Bengtson, Edson Duarte, Jamil Murad, Adão Pretto, Ary Vanazzi, Kátia Abreu e Marcelo Castro, membros e, ainda, com as presenças de não membros dos Deputados João Fontes, Luiz Heihzze, Luci Choinacki, Orlando Denonsi, Ivam Valente, Luis Griwause, Terezinha Fernandes e José Nazareno e do Senador Efraim Morais, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Depoimento do Sr. João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, convidando-o para tomar assento à mesa dos Trabalhos. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que gostaria que o Sr. Stédile, em sua exposição, explicasse as declarações recentes de que os movimentos sociais deveriam promover um "abril vermelho", "Vamos infernizar o mês de abril". Ainda o Senador Álvaro Dias indaga "Essas expressões fortes são um grito de guerra ou apenas um desabafo"? Após, a Presidência concede a palavra ao Sr. João Pedro Stédile para dar início à sua exposição. Após, foi concedida a palavra, pela ordem, ao Senador Suplicy para fazer uma pergunta ao Sr. Stédile, que após deixa o Plenário da Comissão. Retoma a fala o Sr. Stédile para concluir a sua explanação. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo para iniciar seus questionamentos e, após, ao expositor para responder. De acordo com a Lista de Inscrição, fizeram uso da palavra para questionar ao expositor em bloco de 4 os Senhores Parlamentares Ivam Valente, Pedro Simon, Kátia Abreu, Abelardo Lupion, José Nazareno Fonteles, Jamil Murad, Edson Duarte, Ary Vanazzi, Josué Bengtson, Adrão Pretto, João Fontes, Luiz Carlos Heihzze, Luci Choinacki, Inaldo Leitão e Orlando Denonsi. A Presidência concede a palavra ao Relator para suas considerações finais. Após, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias agradece a presença do Sr. João Pedro Stédile pela colaboração prestada a esta Comissão e, aos Parlamentares pela participação ativa e expressiva. Ao final, a Presidência comunica aos presentes a realização da próxima reunião da Comissão, no dia 13 de abril, às 13:30, ocasião em que será ouvido o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista – UDR. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Havendo número legal, declaro aberta a 5ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA) – Sr. Presidente, sugiro a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Sr. Deputado.

Como não há óbice dos demais Parlamentares, consideramos aprovada a ata da reunião anterior.

Convido o Sr. João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, para tomar assento à Mesa.

Agradecemos a presença dos Srs. Parlamentares, da Imprensa e dos Srs. Visitantes.

Concedo a palavra, para exposição inicial, ao Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, agradecendo a presença de S. Sª, sobretudo em razão da urgência do convite formulado. A dois dias desta reunião, convidamos S. Sª, que, prontamente, acolheu o convite para prestar o seu depoimento, contribuindo para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para maior objetividade, ao passar a palavra ao Sr. João Pedro Stédile, gostaria de sugerir que, na sua exposição inicial, S. Sª possa esclarecer algumas afirmativas fortes, veiculadas pela Imprensa nos últimos dias:

"O abril vermelho"; "Abril vai pegar fogo"; "Abril vai ser o mês vermelho"; "Vamos infernizar o Governo em abril".

Essas são expressões fortes, e gostaríamos que, na sua exposição inicial, o Sr. João Pedro Stédile pudesse esclarecer sobre os objetivos dessas expressões: são um grito de guerra, ou apenas um desabafo, um protesto, uma manifestação de indignação diante da paralisia do processo de reforma agrária no País?

Creio que esta é uma indagação fundamental que pode, sem dúvida nenhuma, ser explorada já na exposição inicial do Sr. João Pedro Stédile.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Senador Alvaro Dias, creio que é pertinente a sua preocupação, mesmo porque, anteriormente, nós nos pronunciamos sobre isso. Sabemos que essas declarações têm boas intenções, ou seja, visam agilizar a reforma agrária. Mas gostaria de solicitar que, também na sua exposição inicial, o João Pedro apresentasse um diagnóstico das vítimas daqueles que lutam pela reforma agrária, as dificuldades desse processo no Brasil nesses 500 anos e, particularmente, no Século XX, em que se tentou fazer a reforma, assim como as dificuldades atuais desse processo.

Queria declarar, Sr. João Pedro, que seu depoimento é muito importante para a sociedade brasileira, porque você comanda quase um milhão de pessoas, que são aqueles desvalidos, desdentados, sofredores, que lutam para ter um pedaço de terra para viver com dignidade, para ter poder de compra, para ajudar a desenvolver o Brasil, a fim de que o nosso País e o nosso povo tenham melhores dias. Esse depoimento é muito importante, pois pode acabar com preconceitos. A reforma agrária já foi feita em tantos países desenvolvidos! Enquanto não acabarmos com esse obstáculo ao desenvolvimento, que é o latifúndio, não teremos melhores dias.

V. Sª tem autoridade para falar, na sua exposição inicial, sobre essas questões, enfatizando o seguinte tema: a violência daqueles que querem manter o latifúndio contra aqueles que nada têm e querem apenas ter também o direito de viver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos celebrar um pacto entre nós de que ofereceremos o máximo de tempo possível para o Sr. João Pedro Stédile se pronunciar. Teremos oportunidades outras de expressar a nossa opinião sobre questões referentes à reforma agrária.

Para que essa exposição inicial seja bastante proveitosa, cito uma afirmativa feita pelo Sr. João Pedro Stédile, no dia 23 de julho do ano passado: "A luta camponesa abriga 23 milhões de pessoas. Do outro lado, há 27.000 fazendeiros. Será que 1.000 perdem para um? É muito difícil. O que nos falta é nos unirmos para cada 1.000 pegarem um. Não vamos dormir até acabarmos com eles".

Essa afirmação reflete a opinião do Sr. João Pedro Stédile e a posição institucional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Por isso, creio que seria muito importante que V. Sª explorasse essa questão na exposição inicial do Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a quem agradecemos e concedemos a palavra a partir deste momento.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Prezado Senador Alvaro Dias, prezado Deputado João Alfredo, agradeço lisonjeado a oportunidade que V. Exªs me deram de vir a esta Casa discorrer sobre como o movimento vê o processo da reforma agrária, em especial, na conjuntura atual. Agradeço a presença dos Parlamentares e dos militantes da reforma agrária – vejo vários aqui. Sei que a maioria dos que aqui estão representam os anseios do povo brasileiro que, acima de tudo, quer construir uma nova sociedade na qual todos os brasileiros – e cada um deles – tenham assegurados seus direitos e a melhoria das condições de vida.

Aproveito a oportunidade também para cumprimentar esta Casa e esta Comissão por propor o debate. É da natureza do Parlamento debater sobre os problemas da sociedade brasileira e sobre as alternativas e soluções que temos. Este é o espaço ideal para fazer o debate de idéias. Há tempos não víamos um debate mais aprofundado. Lembro-me de que, há uns cinco anos, o Senador Eduardo Suplicy nos convidou para virmos ao plenário do Senado participar de um debate, e foi muito proveitoso.

Visando contribuir com os senhores, trazer elementos e informar como o nosso movimento vê a questão agrária, a reforma agrária, participamos deste debate com muito prazer e, de imediato, atendemos ao convite. Tenho certeza de que outros convidados, ao longo do ano, comparecerão aqui, sejam eles representantes de outros movimentos sociais – já somos muitos –, sejam de outros setores da sociedade brasileira envolvidos com a questão agrária, para que possam aqui também trazer o seu depoimento e suas considerações.

Queria trazer à consideração de todos vocês e do povo brasileiro, que certamente vai nos acompanhar pelos meios de comunicação que estão presentes, algumas reflexões gerais da questão agrária e da reforma agrária, para que a gente não se perca simplesmente em analisar detalhes ou frases de efeitos que todos praticamos, mas que, de fato, adentremos aos temas centrais do que é hoje o problema agrário brasileiro.

Como todos vocês sabem – e há um consenso na Academia Brasileira, nas ciências, nesta Casa e no Governo –, a sociedade brasileira padece de um grave problema, que é a concentração da propriedade da terra. É essa concentração de propriedade da

terra que os teóricos chamam de problema agrário da nossa sociedade.

O fato de um bem da natureza que deveria ser utilizado por todos, que pertence a essa nossa sociedade, seja monopolizado apenas por uma parcela minoritária da nossa sociedade, acaba gerando, então, distorções econômicas, sociais e políticas em toda a sociedade. Com isso, quero trazer à reflexão que o problema agrário não é apenas um problema de uma contradição antagônica entre a existência de latifundiários e sem-terras.

O problema agrário é um problema de toda a sociedade brasileira e é só por isso que até nossas declarações repercutem no meio urbano. Esse problema da concentração da propriedade da terra influencia toda a sociedade, influencia do ponto de vista social, ao estimular o êxodo e influencia ao manter os graus de pobreza e de desigualdade; influencia porque deixa claro que a nossa sociedade é construída sobre uma base injusta, em que nem todas as pessoas têm os mesmos direitos e oportunidades.

Uma sociedade que não garante a todos os seus membros os mesmos direitos e oportunidades não é uma sociedade democrática. O povo sabe que não basta eleger e votar a cada dois anos para dizermos que temos democracia. Uma sociedade democrática – se quisermos até pegar os fundamentos da revolução francesa – é aquela que garante a cada cidadão as mesmas oportunidades e direitos iguais, de trabalho, de terra, de moradia, de educação, para, aí, sim, se transformar num cidadão.

Portanto, a concentração da propriedade da terra no nosso País impede que milhões de brasileiros se transformem em cidadãos no campo e na cidade; impede que a nossa sociedade tenha pessoas iguais e exclui cada vez mais milhões de brasileiros que se transformam em verdadeiros párias da sociedade de que participamos.

Qual é a origem desse problema agrário que afeta a nossa sociedade? Evidentemente, ele tem uma origem histórica e não podemos analisar apenas os embates da conjuntura atual. Nós, do Movimento, e os intelectuais e entendidos de reforma agrária, sabemos que a sociedade brasileira, ao contrário de outras sociedades, teve várias oportunidades históricas de corrigir o problema agrário, e não o fez. A primeira oportunidade histórica foi quando terminou a escravidão, em 1888. Em todas as sociedades modernas, quando terminou a escravidão, garantiu-se o direito à terra aos negros, ex-escravos. No Brasil, ocorreu o contrário: o Império fez uma lei para impedir que os ex-escravos tivessem acesso à terra, que é a primeira lei de terras do Brasil. Então, a primeira lei já nasce excludente e concentradora, que foi a Lei 601, de 1850, preparando justamente o que o grande sociólogo José de Souza Martins da USP disse: "Que a nossa sociedade libertou as pessoas da escravidão, mas transformou a terra cativa do capital, porque, a partir de 1850, só podia ser proprietário e ter acesso à terra no Brasil quem tivesse dinheiro, capital.'

Para que se tenha um parâmetro de comparação, e sempre tenho debatido essas idéias, nobre Senador Suplicy, a sociedade americana construiu a sua base democrática justamente ao democratizar a propriedade da terra, quando, logo após a Revolução da Secessão, Abraham Lincoln, com a sua sabedoria histórica, fez uma lei ao contrário da nossa, que garantiu que cada cidadão americano só pelo simples fato de ter o título de identidade americana tinha garantido o acesso a 100 acres. E foi aquela reforma agrária do Abraham Lincoln que construiu as bases para o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos na Revolução Industrial e nessa potência econômica que é hoje.

Depois, perdemos uma segunda oportunidade, na Revolução de 30, quando as elites industriais deste País implementaram um novo modelo econômico na nossa sociedade, que foi o modelo de industrialização dependente. Novamente, todas as sociedades modernas, quando implementaram a industrialização, o fizeram casada com a reforma agrária, porque esta levaria ao desenvolvimento do mercado interno. Portanto, transformaria os camponeses sem-terra em consumidores de bens industriais. Todas as economias industrializadas do hemisfério norte casaram a reforma agrária com a revolução industrial. A última delas, em termos históricos, que também teve um papel fundamental, foi a reforma agrária feita pelo Exército de ocupação norte-americana no Japão, logo após a Segunda Guerra. E foi esta reforma agrária que criou as bases do mercado interno japonês impressionante e tirou o Japão da tragédia do pós-guerra.

Perdemos a terceira oportunidade em 64. Justo hoje estamos fazendo 40 anos daqueles fatídicos episódios que levaram a nossa sociedade a 21 anos de escuridão e de repressão.

Na década de 60, os Srs. Parlamentares conhecem bem, manifestou-se a primeira crise do modelo de industrialização dependente. No bojo dessa crise, os políticos da época e a intelectualidade da nossa sociedade, influenciados pelas idéias da Cepal, propuseram que a saída para a crise da industrialização, na década de 60, seria industrializar o nosso País voltado para o mercado interno, mas, para isso, precisaríamos dividir a propriedade da terra. E do alto da sua sabedoria, nosso querido Celso Furtado – na nossa opinião, o maior intelectual vivo da história econômi-

ca – delineou as linhas de um programa de reforma agrária que tinha esse matiz, ou seja, distribuir a terra para desenvolver o mercado interno e alavancar uma industrialização nacional. Daí também a idéia da Supra e da Sudene, que eram instrumentos de órgão público para viabilizar esse plano.

Esse plano foi apresentado à Nação em forma de lei dia 13 de março de 64, naquele histórico comício do João Goulart em que anunciou que a característica do plano de reforma agrária seria a desapropriação todas as propriedades acima de 1000 hectares, ao longo de 100km, ao lado de cada BR.

O que estava por trás desse tipo de lei? Era a noção clássica de desenvolver o mercado interno, porque era preciso que esses camponeses estivessem próximos do mercado e que o poder público, o Estado, também levasse a cidadania até eles. Daí a necessidade de estar próximo de rodovias asfaltadas, das BRs, para facilitar a chegada da luz elétrica, do caminhão, do transporte, da escola, e o inverso, estar mais perto também dos produtos e do intercâmbio com a indústria.

Infelizmente, estamos relembrando hoje aquele desastre do golpe militar que impediu, então, que essa lei fosse aprovada. E entramos para uma derrota da reforma agrária e uma derrota de uma outra proposta de desenvolvimento do nosso País. O golpe militar engendrou uma tríplice aliança entre a velha oligarquia rural, que mantinha os seus interesses na terra com os militares e com o capital estrangeiro. E, na verdade, os idiotas dos burgueses industriais não se deram conta de que eles também tinham sido derrotados pelo golpe militar, porque, se tivéssemos desenvolvido as idéias da Cepal e do Celso Furtado, este País seria outro: industrializado, uma economia nacional de outro tipo.

Bem, veio a redemocratização, 85/86, e, na nossa opinião, no bojo daquela vontade política de mudanças, a questão agrária volta à tona, porque, na essência, a ditadura militar não tinha resolvido o problema agrário, e os pobres tinham se multiplicado. Portanto, o problema só tinha botado cinza por cima das brasas, mas ele estava lá, latente.

Em alguns casos, como a região amazônica – que alguns Parlamentares conhecem muito bem –, durante a ditadura militar, o problema se agravou quando eles entregaram enormes áreas da nossa Amazônia para empresas do Sul e para empresas estrangeiras. Portanto, os índices de concentração de terra aumentaram durante a ditadura militar ao invés de terem diminuído.

No bojo daquela vontade de redemocratizar o País, a questão agrária voltou à tona. O Presidente Sarney colocou um Ministro razoavelmente progressista, comprometido com a reforma agrária, conhecedor dos problemas da Amazônia, que era o Ministro Ribeiro. E, de novo, mais uma vez, as elites se articularam na sociedade e no Congresso e barraram a possibilidade de uma reforma agrária ampla.

No entanto, o cenário social já era outro, e havia um processo de mobilização muito grande que vinha desde as greves de 79. Isso criou as condições para o surgimento do MST. O MST nasce da continuidade do problema agrário na nossa sociedade, da ascensão do movimento de massas que havia naquele período e da vontade política dos trabalhadores, articulados no meio rural, que tinham de lutar contra a pobreza e contra a desigualdade social.

Então, antes que algum Parlamentar pergunte qual é mesmo o objetivo do MST – já que muitas publicações direitistas, às vezes, falam que o MST é revolucionário, é radical, só quer violência –, em nossos documentos e em nossa doutrina, os objetivos fundamentais do MST são combater a pobreza e a desigualdade social. Não nos conformamos de viver num País, especialmente no meio rural, com tanta riqueza e ainda existir tantos pobres e tanta desigualdade social.

Então, fizemos a leitura, naqueles primórdios de 1984, 1985, quando nasceu o Movimento, de que a melhor maneira de alcançarmos esse objetivo de diminuir a pobreza e de eliminar a desigualdade, seria lutar pela democratização da terra. E lutar pela democratização da terra seria eliminar o latifúndio da nossa sociedade, porque o latifúndio é a expressão da concentração e monopólio da propriedade da terra, que gera os pobres, que gera a desigualdade.

Como V. Exªs sabem, sou descendente de camponeses imigrantes do norte da Itália e do sul da Áustria.

A região de colonização onde me criei é uma das regiões, digo isso com orgulho, porque foi fruto do trabalho e não de investimento estrangeiro, mais desenvolvidas deste País, que é a região colonial italiana de Caxias, Farroupilha, Bento e Antônio Prado.

Lá não há tanta pobreza e tanta desigualdade, porque não há grandes propriedades.

Dois municípios apenas na região: Caxias do Sul e Farroupilha têm um PIB maior do que a metade de todo o sul do Estado do Rio Grande do Sul, que permanece latifundiário, com pecuária extensiva. Dois municípios produzem mais do que a metade de todo o resto do território.

Bem, tivemos, no bojo desta luta, uma nova Constituição. Tínhamos uma expectativa de que a Constituição pudesse avançar mais do que o Estatuto da Terra, mas, mesmo assim, para a correlação de forças da época, consideramos que a Constituição Brasileira é

suficiente para enfrentarmos o problema da concentração da propriedade da terra, porque o nosso País é de uma dimensão territorial tamanha, que mesmo desapropriando só as grandes propriedades já vai sobrar terra para muita gente.

De maneira que estamos satisfeitos com o preceito constitucional que está em vigor, que determina que toda grande propriedade que não cumprir a sua função social, o Estado, em nome da sociedade, deve desapropriá-la, indenizar o seu ex-proprietário e distribuir, para gerar trabalho.

Evidentemente, V. Exªs sabem que depois da Lei Agrária Complementar e algumas instâncias judiciárias, ao interpretarem a função social, acabam colocando empecilhos ao trabalho do Incra de desapropriação das grandes propriedades. Mas, na essência, o preceito constitucional é suficiente para fazermos uma reforma agrária neste País.

Há alguns movimentos em setores da nossa sociedade que defendem a idéia de que deveríamos mudar a Constituição e estabelecermos um tamanho máximo da propriedade.

Do ponto de vista filosófico, achamos isso correto. Um sujeito não pode se arvorar no direito de comprar qualquer quantidade de terra neste País só porque tem dinheiro.

Não podemos ficar calados quando a Construtora Rego de Almeida vai ao cartório e, só porque tem dinheiro, compra no Estado do Pará quatro milhões de hectares. Isso é frontalmente injusto. Deveria haver alguma lei que impedisse isso.

Pensamos que, mesmo assim, é possível, com a lei atual e dentro da Constituição, fazermos uma grande reforma agrária, uma reforma agrária que, de fato, enfrente o problema da pobreza e da desigualdade social.

O Incra fez estudos, aplicando a Lei Agrária e a Constituição – V. Exªs sabem – e identificou, pelo último cadastro de 2003, que existem em nosso País, atualmente, 54.781 imóveis classificados como grande propriedade improdutiva e, portanto, passíveis de desapropriação.

Notem, 54 mil imóveis e muitos desses imóveis são de um só proprietário. Então, o número de proprietários é menor ainda. Cinqüenta e quatro mil imóveis num universo de cinco milhões é 1%.

Pois bem, este 1%, que é passível de desapropriação, detém, segundo o Cadastro do Incra de 2003, 120 milhões, 436 mil hectares. De maneira que aplicando a Constituição e só atingindo em média propriedades acima de 1000 hectares, o Estado teria poder efetivo para recolher 120 milhões de hectares, o que daria para assentar os 4 milhões de famílias sem terra e ainda sobraria muita terra. Essa é a essência do problema central; ou seja, por que os conflitos de terra vão aumentando. Enquanto se mantiver essas 54 mil grandes propriedades improdutivas, que não estão produzindo sequer de acordo com o potencial de fertilidade natural, que na verdade escondem da sociedade 120 milhões, vão continuar existindo os 4 milhões de sem-terra. Enquanto existir essa polarização, evidentemente haverá o conflito.

Aproveito para explicar aquela declaração de Canguçu, que foi maldosamente manipulada e utilizada pelos conservadores deste País, para tentar criminalizar o Movimento dos Sem-Terra.

Participei de uma concentração com 700 companheiros sem-terra, movimento de mulheres e pequenos agricultores, no salão paroquial do interior de Canguçu. Os dois palestrantes eram eu e o companheiro, ex-Procurador-geral do Estado, Jacques Távora Alfonsin, que por sinal foi muito mais radical que eu na sua exposição. Eu procurei retratar os companheiros... É justamente esta historinha que estou contando. Cheguei a escrever no quadro a pirâmide da concentração da terra no Brasil. Mostrei a eles que tínhamos embaixo da pirâmide 23 milhões de brasileiros que não têm terra, que hoje vivem como assalariados, posseiros, meeiros. Um pouquinho mais em cima, temos 10 milhões de pequenos proprietários, de 10 a 200 hectares. Depois, um pouquinho mais acima, temos a turma do Roberto Rodrigues, dos que produzem. Eu disse a eles que são nossos aliados; ou seja, os de 200 a 1000 hectares. Esses são os nossos primos e um dia ainda vão votar no PT. (Risos.) Alguns já votam, por algum interesse, mas votam. Na pontinha da pirâmide, naquele 1%, lá estão 23 mil fazendeiros que são donos desses milhões de hectares.

Assim, a pirâmide da sociedade brasileira tem uma contradição antagônica a olho nu. Isso determina que sempre vai haver conflitos, se não eliminarmos essa diferença. O sentido da eliminação era eliminar a diferença. O sentido do antagonismo é que é tão exagerada a desigualdade que de um lado temos 23 milhões de pobres, que não são cidadãos ainda deste País, porque não têm terra, não têm trabalho, são analfabetos. Casualmente isso coincide com os dados de analfabetismo, coincide com o público do Fome Zero, coincide com os desempregados. Do outro lado, temos 23 mil. A explicação da correlação de forças: quem têm mais direitos, os 23 milhões ou os 23 mil? Citei isso usando inclusive a palestra anterior do Procurador Jacques Alfonsin, dizendo ainda que por sorte nossa temos uma Constituição que diz que o latifúndio deve ser eliminado. Quem diz que o latifúndio tem que ser eliminado não sou eu nem é o MST, é a Constituição

brasileira, quando determina que todas as grandes propriedades improdutivas, portanto, acima de 1000 hectares, devem ser eliminadas da nossa sociedade, devem ser desapropriadas e desaparecer.

Esse era o sentido da palavra "eliminar". Evidentemente vocês acompanharam todas as distorções. Foi como se eu tivesse declarado uma guerra mundial, onde não sobrariam nem mortos nem feridos nesse confronto.

Agradeço porque não me deram limite de tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Suplicy vai limitar o seu tempo... Com a palavra pela ordem, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, costuma ser pouco usual, mas, quando acontece... Ocorre que o Presidente da República me convidou para acompanhá-lo numa viagem, e eu precisaria sair daqui a instantes. Eu, inclusive, inscrevi-me como o primeiro a argüir, sei que tenho o direito após o relator, e não gostaria de me ausentar sem pelo menos fazer uma breve observação e, se me permite o Presidente, uma breve pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que os Colegas não colocarão nenhum óbice a que V. Exª possa fazer a sua indagação. Claro que, com a sua capacidade de síntese.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Desde quando nasceu o MST, Presidente Alvaro Dias, tenho tido a honra de ter sido inclusive convidado por seus membros para ser considerado um dos amigos do MST. Em todas as ocasiões em que tenho estado junto, tenho compreendido as razões que fazem com que pessoas como Celso Furtado e o nosso querido e saudoso Darcy Ribeiro tivessem qualificado o MST como um dos mais importantes movimentos sociais da história do Brasil, de extraordinária relevância. O depoimento, hoje, de João Pedro Stédile mostra a importância, a profundidade e a natureza desse Movimento que, conforme ele salientou, tem sobretudo os objetivos de acabar com a pobreza, promover justiça e sobretudo estudando os problemas da terra e da desigualdade tão forte que faz com que infelizmente tenhamos um Brasil tão desigual e em grande parte essa desigualdade decorre de não termos ainda realizado, conforme ele salientou com propriedade histórica, a Reforma Agrária. Em todas as vezes em que interagi com o MST sempre tenho procurado dizer a eles, como amigo, e sempre entendi que é esse exatamente o seu propósito, de que a sua causa, tão justa, estaria sempre ganhando muito maior respaldo da população brasileira, inclusive respaldo mundial, já que o MST, por exemplo, tem sido premiado, como na Bélgica, há pouco tempo atrás, pela relevância do seu movimento, como um dos movimentos sociais de maior importância no mundo, mas que conseguiriam ganhar muito maior apoio na população brasileira na medida em que o Movimento fosse caracterizado por ações pacíficas, não violentas, e isso de fato tem ocorrido. Nós pudemos perceber, quando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra aqui realizou uma grande marcha para mostrar que não havia sido feita justiça ainda com respeito ao massacre de Eldorado de Carajás, vimos aqui, em Brasília, as famílias saírem de suas casas para saudar o Movimento na sua marcha pacífica, fazendo relembrar as marchas organizadas por Martin Luther King Junior, nos Estados Unidos, pelos direitos civis. Quando às vezes surgem algumas declarações como a de anteontem, do líder Jaime Amorim, reagindo às declarações de Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente Nacional da UDR, União Democrática Ruralista, então, como o Jaime Amorim declarou, e foi dado destaque às suas declarações, "Se eles matarem um nós matamos dez deles".

Creio que seria importante se pudesse o companheiro João Pedro Stédile fazer uma observação disso à luz de toda essa trajetória que o MST tem realizado, movimento com o qual – eu aqui reitero – solidarizo-me. Sempre como amigo do MST, reitero o quão importante é que as suas ações sejam caracterizadas pelas formas não violentas, compreendendo inteiramente as razões dos movimentos de ocupação demonstrar que o uso da terra neste País tantas vezes é realizado contra o interesse social.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Sr. Stédile. Continua a exposição, é claro.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Agradeço as observações do nosso Senador, que, se os demais permitirem, digo que é o Senador nº 1, militante do MST, sem querer tirar o valor da sua "puxação" de saco, não é? Mas digo isso em agradecimento, porque o senhor nunca hesitou em estar conosco nos momentos mais difíceis, citou-se só as festas, mas nos mais difíceis é que valorizamos mais. Não sei se V. Exª está lembrando quando estivemos juntos no enterro do nosso companheiro Antônio Tavares, no Paraná, quando havia um clima de indignação muito grande, a nossa base querendo reagir e nós dois tivemos a prudência necessária para dizer que a justiça de consegue de outras formas. Por isso, agradeço-lhe de público essa contribuição, causa que é de todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT-SP) – Obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Sigo com a minha historinha.

Junto a esse problema agrário crônico – e faço questão de citá-lo, porque senão não entenderemos a conjuntura de agora –, vivemos na década de 90 um agravante quando o Governo Fernando Henrique Cardoso tentou implementar o modelo neoliberal que trouxe e significou um desastre à agricultura brasileira, porque o modelo neoliberal significa nova liberdade para o capital e essa nova liberdade para o capital representou à agricultura brasileira o controle da nossa agricultura pelos grandes capitalistas e o controle da agricultura brasileira pelas empresas multinacionais. Então, ao longo dos dez, doze anos passados, o nosso modelo agrícola foi se transformando e se subordinando à lógica do capital internacional, que nada tem a ver com as necessidades do nosso povo. E isso trouxe como parâmetros principais desse novo modelo agrícola. Primeiro, o controle da comercialização de grãos passou a grandes empresas multinacionais. A imprensa noticia todos os dias a nossa grande safra de soja e esquece de dizer que quem ganha dinheiro com a soja brasileira é a Bung & Born, a Monsanto, a Dupom, a Cargil. As grandes multinacionais é que estão ganhando dinheiro com a soja. A elas interessa mais que ao povo brasileiro que exportemos soja, porque quem exporta soja são eles, são eles que ficam com as margens de lucro do comércio internacional. As nossas cooperativas só recolhem o produto e entregam.

Houve um processo de desnacionalização na agroindústria; das empresas nacionais que tínhamos na área de frigorífico, por exemplo, só sobrou a Sadia, e ainda mal das pernas. Todas as outras foram desnacionalizadas, até a Arisco, que, apesar de todo o apoio da **Globo**, dançou e foi desnacionalizada por uma empresa americana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado. Parabéns.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Obrigado sempre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Mas é de muitos Senadores. Mesmo há Senadores como o Senador Osmar Dias, irmão do Senador Alvaro Dias, mesmo quando fazem observações e críticas ao MST, a uma ou outra ação, na verdade, sempre expressam também a solidariedade para causa de vocês.

Para não citar só os dois irmãos, Pedro Simon e tantos outros que, além do Darcy Ribeiro e do Senador Alvaro Dias, foram testemunhas, tantas vezes aqui mencionou o MST como um dos mais importantes, senão o mais importante, movimento social do Brasil contemporâneo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

(Palmas.)

Creio que essa quebra de protocolo também é uma homenagem.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – A terceira característica do modelo agrícola neoliberal foi o sucateamento do Estado. Todos os países desenvolvidos do mundo têm no setor público agrícola o esteio, a base para sustentar a agricultura. A nossa briga aqui, quando falamos mal dos americanos, é por que o Estado americano garante assistência técnica, subsídio, crédito e comercialização. O Estado americano e o Estado japonês são dois dos Estados que mais atuam no setor público agrícola.

Para nós eles disseram: quebrem tudo. Então, desapareceu a Conab, a Embrapa – quando digo desaparecer é no sentido de perder importância para a nossa agricultura –, a Cibrazen, as Emater estão quebradas. Enfim, o crédito rural. O Deputado Delfim Neto dá risadas, porque na época em que falávamos dele as linhas de crédito rural atingiam US$30 bilhões, US$40 bilhões. Hoje, fazemos festa e batemos palmas quando sai um bilhão. Saudades do Delfim, não da ditadura. Mas na época dele, o Estado tinha uma presença, por meio do Banco do Brasil, na agricultura, permitindo que nos salvássemos naquele período.

Pois bem, agora o Estado retirou-se da agricultura. E essa é a origem que vamos chegar em seguida. Qual foi o resultado desses três parâmetros do neoliberalismo na agricultura? Primeiro, retomamos a uma monocultura de exportação. É uma idiotice dar loas ao aumento de exportação de soja, açúcar e laranja. Nenhum país do mundo desenvolveu-se vendendo grão e matéria-prima agrícola. Isso é o que eles querem para nós, mas não é o que o povo brasileiro, a nossa sociedade precisa.

Segunda conseqüência: aumentou a concentração da propriedade da terra nos últimos dez anos. Ao invés de resolver, aumentou. Os dados do Incra revelam que as propriedades acima de 1000 hectares – anotem companheirinhos da Imprensa –, nos 12 anos, de 1990 a 2002, acamparam 20 milhões de hectares a mais do que já tinham. Portanto, uma concentração.

Do outro lado, a conseqüência óbvia: 960 mil pequenas propriedades com menos de 100 hectares desapareceram, foram à falência, pagaram o preço, o que gerou uma concentração. Houve uma marginalização dos pequenos agricultores familiares, como já me referi ao crédito.

Olha, temos 4 milhões de agricultores familiares. E no Rio Grande do Sul conhecemos muito bem. Estamos felizes porque o Lula aumentou um pouquinho o dinheiro do Pronaf. Quantos pequenos agricultores tiveram acesso ao Pronaf? Um milhão de contratos, aí vai decodificando, na prática 600 mil pequenos agricultores remediados é que têm acesso ao crédito hoje. Ou seja, uma parcela muito pequena do universo que necessitaria. E o resultado evidente disso é uma maior exclusão social, porque os pobres, já os sem terra e os pequenos agricultores, não têm alternativa nesse modelo neoliberal de agricultura, o que a imprensa agora está chamando de agronegócio.

Mesmo do ponto de vista capitalista, já que estão fazendo tantas loas ao modelo, queria trazer isso à consideração de V. Exªs. Espero que sejam convidados outros expertos nisso.

Chamo a atenção para o fato de que, na década de 70, quando os pequenos agricultores tinham acesso ao crédito rural, a indústria de máquinas do Brasil vendia, em média, 65 mil tratores por ano. Ano passado, com todas as loas ao agronegócio, a indústria de máquinas vendeu no mercado interno 35 mil tratores, a metade do número de trinta anos atrás. Isso é desenvolvimento do capitalismo? E as indústrias de máquinas foram à falência. Que país agrícola é este em que as fábricas de tratores vão à falência? Faliram a CBT e a Valmet, e os negócios concentraram-se nas grandes do agronegócio internacional.

Portanto, nem do ponto de vista do interesse do desenvolvimento do capitalismo esse modelo agrícola resolve porque ele enriquece uma minoria muito pequena e a maior parte da população continua empobrecendo. Concluímos que esse modelo não resolve os nossos problemas e aumentará a tensão social.

Nós do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra defendemos, junto com a Via Campesina e com o Fórum Nacional da Reforma Agrária, uma plataforma que chamamos Carta da Terra, que apresentar uma proposta à sociedade brasileira no sentido da implantação no País novo tipo de reforma agrária que seja casado com o novo modelo agrícola que valorize o mercado interno, que seja baseado na distribuição de renda, que produza alimentos e tire o povo da pobreza.

Evidentemente esse modelo agrícola que exige distribuição de renda também exige mudanças no modelo econômico geral. De nada adianta produzir mais alimentos no interior se nas cidades as pessoas continuam recebendo esse salário-mínimo. Continuamos com 20% de desempregados que não têm dinheiro para pegar ônibus. O novo modelo agrícola exige uma política econômica de distribuição de renda, com aumento do salário-mínimo e política clara de geração de empregos para que as pessoas que vivem nas cidades tenham dinheiro para comprar comida. Todos sabem que o problema da fome no Brasil não é gerado pela produção de alimentos, mas pela falta de dinheiro do povo para comprá-los.

Em essência, a nova proposta do novo tipo de reforma agrária que estamos discutindo com a sociedade tem alguns parâmetros. O primeiro, evidentemente, é o de que temos de começar distribuindo a terra. Esse é o acordo sobre o qual temos falado. Não é preciso criar paranóia, dizendo que está em jogo a propriedade privada. Ao contrário, "companheirinhos" da direita, nesse aspecto, somos pelegos porque queremos que a propriedade privada do bem, da natureza, da terra seja para todos e não só para vocês.

Portanto, não está em jogo o conceito de propriedade privada. Não estamos em meio a uma revolução socialista, mas em meio a uma revolução burguesa para garantir que todo brasileiro vire cidadão. Por isso, é preciso atingir as grandes propriedades, começando pelas maiores.

Farei um parêntese. Fiquei estarrecido com a oportunidade que o Governo Lula perdeu na semana passada. O Sr. Canhedo, dono da Vasp, tem duas fazendas de 60 mil hectares em Goiás. Nunca ouvi dizer que para voar precisa-se de bois. Ele deve não sei quantos milhões para o INSS, dinheiro nosso, e foi preso por causa desse crime, e o Governo não teve coragem de chamá-lo e dizer para devolver as fazendas para o INSS. Nós, com 60 mil hectares, vamos criar, no mínimo, mil empregos em Goiás. Esse é o tipo de latifúndio que temos de terminar em nosso País.

Assim como deveríamos chamar os canadenses que posam de progressistas. A Alcan tem 125 mil hectares em São Paulo. Desde quando alumínio precisa criar boi, e ainda do Canadá? Isso é um vergonha, um acinte. Isso gera pobreza e miséria.

Então, o programa de reforma agrária tem que pegar os maiores, esses que são um claro acinte à dignidade do brasileira.

Segundo lugar: a reforma agrária tem que ser casada com a agroindústria. Os pobres não vão sair mais da pobreza só recebendo terra. Então, para que eles produzam alimentos e esses alimentos cheguem à cidade, na mesma hora que vai lá o Incra com a emissão de posse, ele tem que ir com o projetinho da agroindústria, qual é a vocação agrícola da região, o que precisamos produzir de alimento aqui e colocar a agroindústria dentro do assentamento, porque é isso que gera mais renda, que agrega valor e segura os jovens lá no meio rural.

Terceiro: precisamos casar a reforma agrária com a educação, levar a escola lá para educar o jovem. Camponês analfabeto não faz reforma agrária nem vai virar cidadão. Por isso a educação faz parte do programa de reforma agrária.

Quarto: precisamos potencializar a Embrapa e usar o que já tem lá nas gavetas, de tecnologias agrícolas que respeitem o meio ambiente, porque é esse o compromisso que temos com as gerações futuras. Não podemos adotar, na pequena agricultura, as tecnologias da monocultura de exportação, que são degradantes.

E, quinto lugar, o Estado precisa recuperar linhas de crédito adequadas, não é esse monte de burocracia aí, que o cara para tirar crédito no Banco do Nordeste, hoje, tem que dizer até quantas árvores tem no seu lote. Tem um tal de estado de meio ambiente, não sei o quê, é uma vergonha. Pede o número de filhos, o batistério dos filhos. É uma democracia. O cara tem que fazer dezoito viagens para retirar R$58, mais ou menos. Então, isso precisa ser desburocratizado.

O último capítulo que queria trazer para vocês e depois entrarmos no debate: as dificuldades atuais da reforma agrária, a conjuntura da reforma agrária.

Evidentemente que analisamos que a vitória eleitoral do governo Lula representou uma vitória política da reforma agrária, porque as forças políticas que ganharam a eleição têm compromissos históricos na sua luta contra o latifúndio. O que antes o Fernando Henrique era contra na reforma agrária, e fez toda uma política de concentração, agora esse Governo tem o compromisso de fazer uma política de distribuição. E acreditamos e confiamos e seguimos dizendo para toda a sociedade que o nosso inimigo principal é o latifúndio improdutivo. Agora, o que está acontecendo? É que na atual conjuntura o governo está enfrentando muitas dificuldades para fazer a reforma agrária pela conjugação de vários fatores. O primeiro deles é que o Estado brasileiro não está preparado para ajudar pobre, o Estado brasileiro, como disse Dom Mauro Morelli, numa palestra lá na UFRS, é igual a uma Van, só cabem doze, e a cada quatro anos eles nos dão o direito, nós que estamos no ponto de ônibus, de escolher o motorista, mas continuam só doze andando de Van. O Estado brasileiro tem que deixar de ser van e virar um trem, virar um navio, onde todos possam ter acesso aos serviços públicos. E essa é a razão principal. Ficamos felizes porque o governo anunciou um bilhão e setecentos, mas tenho certeza que ele não tem capacidade operativa de aplicar, porque o Estado está engessado, o Estado não está preparado. Então, o primeiro passo que tem que dar agora é reestruturar o Incra como órgão público, que, em nome da sociedade, age de forma coordenada. O Incra, na década de 70, do Paulinho, tinha doze mil funcionários; hoje, tem cinco mil, e dois mil para se aposentar. E, dos três mil que sobram, metade ainda é contra a reforma agrária. Então, sobra o Presidente, mais meia dúzia de puxa-sacos e o resto. E chegamos a uma situação em que, em vários Estados do Brasil, o Governo não conseguiu assentar, nesses quinze meses, nenhuma família, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, inclusive, em São Paulo, nenhuma família. No Rio Grande do Sul, quando estava o Sr. Olívio Dutra, ele estava assentando em torno de duas mil famílias por ano, mas achava pouco. Batia palmas e criticava: "É pouco." Mas, ainda, nascia uma desculpa: "Olha, quando nós ganharmos o Governo Federal, aí, sim, nós teremos os instrumentos para fazemos uma Reforma Agrária maior no Rio Grande."

Pois chegamos a Governo Federal e até agora não assentamos nenhuma – nem o Sr. Germano Rigotto não assentou nenhuma e nem nós, nenhuma. Então, ficamos no zero noves fora zero. Por quê? Porque o Incra está desqualificado – como diz o Sr. Olívio Dutra – e não consegue agir em nome da sociedade.

A segunda coisa: o Governo precisa tratar da Reforma Agrária não como um programa de compensação social do dinheiro – coloque o cara do Incra e se vire. Isto não é política de Reforma Agrária. O Governo tem que tratar a Reforma Agrária como uma política de Estado, em que todo o Governo se envolverá e não só o Incra, ou seja, fazer uma espécie de mutirão do serviço público, dos organismos públicos, para que todas as instituições que tiverem alguma relação com o pobre do interior consigam, então, fazer mudanças; se não, não adiantará nada o Bolsa-Família, não adiantará nada esses penduricalhos. O Governo precisa selecionar áreas e, com isto, terminariam os conflitos. Selecione: quais são as áreas de maior concentração de latifúndio neste País ou de maior desigualdade social? É a Zona de Cana em Pernambuco? É em Mato Grosso do Sul? É no triângulo mineiro? É onde? Vai lá e opera e muda toda a estrutura de propriedade daquela região. E é isto, então, que vai incorporando os companheiros.

Por último, nesse novo modelo, o Governo tem que se atentar ao que já falei – do crédito rural e da assistência técnica. A assistência técnica é um dever do Estado – está na nossa Constituição –, e o Senador Pedro Simon, quando era Ministro da Agricultura, sabe muito bem do valor da assistência técnica para levar a tecnologia e mudar a produtividade. E a assistência técnica, hoje, virou um penduricalho. Ficam dando um dinheiro aqui, um dinheiro lá, e agrônomo mesmo, não. Nesse bojo é que o Movimento dos Sem-Terra fez um

acordo com o Governo – não um acordo formal, mas um acordo político. O Acordo que fizemos com o Governo, em novembro do ano passado, aqui, em Brasília, foi de que achávamos realista, embora não o suficiente, o assentamento das 400 mil famílias nos próximos três anos. Vocês sabem, saiu na Imprensa. E não é falar mal de certos setores do Governo, mas a área econômica do Governo queria tratar igual ao Fernando Henrique: "Não. Isto é compensação social. Nós aumentamos o Bolsa-Família e vamos assentar 80 mil."

Nós, nesse processo de mobilização, tivemos que fazer uma caminhada de Goiânia até aqui e convencemos o Governo de que aquilo lá era uma idiotice que só iria gerar conflitos, e o Governo, então, preparou um plano de assentamento de 400 mil famílias e se comprometeu a assentar, primeiro, as que estavam em acampamentos e que passam por maiores dificuldades. E temos famílias que estão acampadas há 3, 4 ou 5 anos. E ninguém vai acampar, porque existe ar condicionado debaixo da lona preta, porque é um enorme sacrifício para todas aqueles famílias.

E o Governo prometeu mais 130 mil famílias para a Contag, no crédito fundiário, totalizando 530 mil. Esta meta para nós é suficiente. Nós estamos satisfeitos. O problema é que não está acontecendo.

Então, no ano passado – que já deveria ser de 30 a 40 mil – assentaram 14 mil. Aí, você vai ver onde é que estão as 14 mil: esparramadas. É a mesma velha política: um assentamento lá no interior de Paraopebas, outro não sei onde, outro em Piauí, outro não sei o quê, de áreas que já tinham sido desapropriadas pelo Governo Fernando Henrique.

Então, não é uma política de acionar o coletivo do Estado. Este ano assentaram 7 mil – e já estamos há três meses. Como é que vamos atingir a meta dos 115 mil por ano para totalizar as 400 mil? Não vamos conseguir. Nós, dos movimentos sociais – não só do MST – temos claro de que o nosso papel é mobilizar o povo, organizar o povo, faz parte da história da humanidade. As mudanças só acontecem quando o povo se organiza, quando o povo se mobiliza, e até os ricos, quando querem mamar mais nas tetas do Governo, mobilizam-se e pressionam – e que pressões fazem para manter seus privilégios.

Nós, os pobres, queremos exercer esse direito constitucional de se mobilizar, organizar-se, para cumprir a meta, que é uma promessa. Daí a expressão, que repercutiu na imprensa, que o papel do MST era acampar as 400 mil e o papel do Governo assentar essas 400 mil. Esse é o nosso papel.

Daí veio a reunião que ficou famosa, a reunião da plenária dos movimentos sociais, em Campo Grande, onde estava de enxerido, porque era uma plenária de todos os movimentos sociais do Centro-Oeste, que se reuniram para preparar o 1º de Maio, nessa nova frente que temos, que é a chamada coordenação dos movimentos sociais.

No final do encontro, os companheiros me pediram: Stédile, tu que é meio agitador, dá uma palavra para animar a turma, para sairmos daqui aguerridos e preparar o 1º de Maio, porque queremos fazer o 1º de Maio de luta para chamar atenção do Governo para o principal problema na sociedade que é o desemprego.

Então, no discurso final, falei nesse sentido de entusiasmo: vamos infernizar. Infernizar aqui o João Paulo já fez a autocrítica por mim na Imprensa, porque pedi para ele fazer. De fato foi uma palavra infeliz, o sentido principal era pressionar, azucrinar. E os senhores sabem como nós, brasileiros, somos generosos nas nossas origens ibéricas quando usamos o idioma, assim como na hora de entrar em campo, os jogadores dizem: nós vamos acabar com o adversário. Acabar não significa que acabará com o time, é acabar no jogo.

Então, as palavras, no nosso idioma, têm conotações, às vezes, exageradas.

E o abril vermelho era no sentido de que todos os movimentos sociais daqui até 1º de Maio, vamos ter que recuperar as nossas bandeiras vermelhas e organizar manifestações, fazer trabalho de base para ir construindo um grande 1º de Maio, que recoloque no debate da sociedade o problema do desemprego, que é o principal problema da nossa sociedade.

Por último, para atender o nosso querido Suplicy, que, infelizmente, já se ausentou, quero dizer a todos, e os senhores sabem, que é linha do movimento. Nós somos contra o uso da violência para resolver os problemas sociais. A linha doutrinária do movimento é que a nossa força vem do número de famílias que nós conseguimos organizar e, quanto maior o número de pobres que tivermos organizados, mais pacíficas e mais rápidas serão as mudanças.

É por isso que as cenas de violência que acontecem, infelizmente, contra a nossa vontade, em geral acontece com grupos pequenos, em que se estabelecem confrontos desnecessários entre grupos de pistoleiros, grupos de acampados, mas essa não é a política do movimento.

Infelizmente, o nosso companheiro Jaime usou uma palavra infeliz. Não é essa a nossa linha. Nós compreendemos a situação, porque certamente lá, no bojo de uma mobilização, naquela tensão de um acampamento que está por ser despejado, vem um jornalista e diz que fulano de tal da UDR diz que vai matar um daqueles; naquele fervilhar do sangue, o cara diz

qualquer besteira, até por raiva, mas reafirmo e digo isso não por demagogia, digo isso chamando a história dos vinte anos do MST: temos vinte anos de trajetória na sociedade brasileira e a sociedade brasileira sabe que, se não fosse o Movimento Sem-Terra organizar os pobres e recuperá-los para a civilidade, o meio rural brasileiro já teria virado um barril de pólvora, como está na Colômbia e como está em outros lugares.

O que garante um processo de mobilização pacífica e ordeira é justamente a nossa capacidade de organização. E temos consciência de que nas situações de violência só nós pagamos o pato. Então, seria até burrice propagandear a violência porque, sempre que há mortos, eles são do nosso lado. As estatísticas estão aí. Quando V. Exªs convidarem o Bispo do CPT verão que nos dói muito.

Peço desculpas se alguém ficou ofendido pelas declarações do Jaime, mas essa não é a linha do movimento. Seguiremos nossa trajetória com o objetivo principal de organizar os trabalhadores para que eles, de forma ordeira e massiva, consigam reconquistar seus direitos.

Muito obrigado pela atenção. Peço desculpas porque me alonguei no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos ao Coordenador Nacional do MST por sua contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queremos dizer que não limitamos o tempo porque o mínimo que esta Comissão pode fazer é, pacientemente, ouvir para que, ao final, possa propor alternativas ao Programa de Reforma Agrária e, quem sabe, até alternativas de mudanças na legislação que venham contribuir para uma maior eficiência, já que o País ansiosamente aguarda a celebração de um pacto entre proprietários de hoje e proprietários de amanhã para um processo de desenvolvimento com justiça social.

Pedimos desculpas à imprensa. Por um erro da administração da Casa, fomos colocados neste auditório, pequeno para este evento. Como errar é humano, perdoamos a administração da Casa, esperando que este erro não se repita. A administração montou, na sala 7, um telão para que as pessoas possam assistir, se assim desejarem, de forma mais confortável.

Democraticamente, anunciamos a convocação do Presidente da União Democrática Ruralista, Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, para a primeira terça-feira após a Semana Santa, às 13:30 horas, estabelecendo um contra-ponto já que, em entendimento com o Relator desta Comissão e com vários Deputados e Senadores, ficou decidido que alcançaremos melhor nossos objetivos se estabelecermos esse debate, ouvindo os lados envolvidos de forma especial nessa questão.

Iniciaremos o questionamento com o Relator, destacando a importância da síntese aos nobres companheiros. Aqui só não têm limite de tempo os depoentes. Quem indaga tem que limitar seu tempo em favor da objetividade. Não limitaremos o tempo dos que questionam, mas certamente V. Exªs o farão espontaneamente em favor da eficiência desta Comissão.

Com a palavra, o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Sr. João Pedro Stédile, Coordenador do MST, Parlamentares presentes, considero que a cada audiência desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito é sempre bom lembrar que o objetivo dela é realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira e, a partir daí, apresentar propostas e soluções.

Colheremos os depoimentos com a intenção de compreender a situação agrária, assim como anotaremos as propostas e sugestões para superar a violência que ainda subsiste no campo, no que for possível.

Como a mim foi designada a função de relatar esta CPMI, tentarei extrair o máximo que puder de cada um dos nossos depoentes. Por isso, peço um pouco de paciência do Sr. Presidente e dos demais companheiros.

Poderíamos começar, João Pedro, pela própria caracterização do MST, que é importante. Temos muitas visões bem opostas quanto ao movimento e suas ações. Achei importante a declaração feita pelo senhor – até a anotei – no sentido de que a linha do MST é a da pressão legítima e não da violência.

O MST suscita muitas interpretações e juízos de valor. Não é novidade para ninguém que a ocupação das terras é uma das táticas adotadas pelo próprio movimento.

Minha primeira pergunta – e elas estão, de alguma forma ligadas – é: essas ocupações poderiam ser caracterizadas como crimes, como alguns tentam fazer e abrem processos ou elas são frutos de necessidade, como a Justiça tem tratado a questão?

A segunda pergunta é importante ser resgatada – como ouvi do Senador Eduardo Suplicy – acerca da visão que se tem do MST no exterior. Como o movimento tem sido visto e abordado no exterior? Ele tem sido condenado, premiado, convidado para colocar sua experiência? Esses dois pontos são importantes para começarmos o nosso questionamento.

No Congresso, está tramitando uma PEC sobre o trabalho escravo, e a estamos debatendo. Qual a posição do movimento sobre isso?

São essas as primeiras perguntas. Depois, tenho mais duas ou três a fazer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Começarei pela última. O movimento viu com muita simpatia a iniciativa desta Casa de elaborar uma emenda à Constituição que combate o trabalho escravo. Evidentemente, a maioria não só dos Parlamentares, mas da imprensa e de todos que tiveram a oportunidade de participar de eventos internacionais sabem o quanto nos envergonha quando se publica, na imprensa internacional, que ainda se pratica trabalho escravo neste País. Isso é uma ignomínia, um atentado a qualquer brasileiro, não só os que são aviltados nessa forma horrorosa de exploração do trabalho.

Embora não seja a proposta dos nossos sonhos, como se costuma dizer, estamos de acordo com os termos em que foi aprovada no Senado e esperamos que os Parlamentares da Câmara mantenham-na porque, pelo menos assim, acelera-se o processo e, eventualmente, o aperfeiçoa. Estamos mais preocupados com que seja votada logo, o que seria uma sinalização para a sociedade de que, neste País, o trabalho escravo acabou mesmo. Pode não ser uma lei tão justa ou, depois, pode haver outras, mas deve ser aprovada logo.

Essa é a nossa posição em relação ao trabalho escravo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Desculpe-me, João Pedro, mas, ainda sobre a questão da violência e para uma maior organização, o MST, recentemente, completou 20 anos. Quantos militantes do MST foram mortos nesses últimos 20 anos?

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Sobre a violência, certamente, V. Exªs ouvirão o Dom Tomás Balduíno – que, com a Comissão Pastoral da Terra, adquiriu dados com a Ouvidoria Agrária – que a violência praticada no meio rural tem várias características. O assassinato é um deles, mas existem outras situações muito complicadas.

Nos 20 anos de MST, foram assassinados no campo 1.671 trabalhadores rurais. Destes, é muito difícil dizer quem era ou não do MST. Alguns ficaram mais conhecidos. Todavia, diria que o principal – já que o tema não é MST, mas reforma agrária – é o fato de todos os 1.670 eram companheiros, trabalhadores humildes, que lutavam pela reforma agrária, por melhoria das condições.

Quanto ao tema da violência, quero deixar claro, mais uma vez, que não é política do MST orientar os seus militantes no sentido de andarem armados, embora, como é do conhecimento de todos do meio rural, no interior, seja normal todos os trabalhadores terem arma de caça ou algum revólver, como uma espécie de defesa pessoal. Gostaria de ressaltar que a nossa força não está nas armas, mas na causa justa que defendemos. Desestimulamos esse tipo de atitude, fazemos campanha dentro dos acampamentos e assentamentos, no sentido de que o pessoal evite o uso de armas, inclusive para não cair em ciladas.

Por isso, incentivamos e apoiamos a iniciativa do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que é também nosso advogado, pelo desarmamento, com o qual estamos perfeitamente de acordo. Ajudamos na propagação desse projeto em nossas bases.

Por último, quanto à caracterização do MST, em geral, como este tem muita exposição na imprensa, como temos aparecido muito e, às vezes, feito ações de pressão espalhafatosas, com muita repercussão, como as marchas e outras manifestações, muitas pessoas de senso-comum, na sociedade, ficam pensando que o nosso movimento é uma superorganização: "estes caras estão que é uma beleza". Outros, acostumados com nossas organizações sindicais e partidárias, imaginam o MST como uma estrutura de poder vertical: "vamos trazer o Stédile, que ele é o cabeça".

Eu, o João Paulo e outros somos os mais conhecidos, mas digo, com toda a honestidade, não somos os mais importantes do MST, somos somente os mais tagarelas, porque a estrutura organizacional do MST nem é vertical, nem é centralizada, nem tem hierarquia. Essa estrutura, construída ao longo desses vinte anos, não é mérito nosso; nós a aprendemos nas organizações de camponeses que nos antecederam: com o Máster, no Rio Grande do Sul, com as Ligas Camponesas, com as Ultabs, com as Frentes Agrárias gaúcha, goiana, de Pernambuco, organizada pela igreja juntamente com a Uneb.

Desse aprendizado, vimos que um movimento social só mantém a sua autenticidade, as suas características de luta por seus objetivos justos, se aplicarmos, nos métodos de organização, algumas características fundamentais. A primeira delas é, lá na base, no sentido de todos estarem organizados em núcleos, em comissões. Então, a rigor, para participar do MST, ele tem de participar de alguma comissão com toda a família: se no assentamento há grupos de família, ocorre o mesmo no acampamento. Tudo é discutido nesses grupos.

Em seguida, coordenam-se comissões do acampamento e do assentamento, representantes desses núcleos. São comissões amplas, que se obrigam sempre a se reportarem sempre às suas assembléias. Depois, criam-se, ainda na horizontal, as comissões em nível estadual e num encontro nacional se elege a coordenação nacional, como acabamos de fazer lá em São Miguel do Iguaçu, perto de Foz do Iguaçu: agora em janeiro elegemos a nova coordenação nacional, mais ampliada, com dois companheiros, mas a coordena-

ção nacional não tem poder, ela apenas articula, ela é uma corrente que dá unidade. A unidade que temos no Movimento não é pelo poder, é pela linha política de todos termos o mesmo entendimento, e lá na base, lá no acampamento, lá no assentamento, cada comissão tem total autonomia, e assim é no Estado. De maneira que as instâncias nacionais, como se diz, não têm gerência. Nós mesmos, às vezes, ficamos chocados porque um acampamento tomou determinada decisão, e nós, que temos uma leitura mais politizada da conjuntura nacional, refletimos dizendo: "Bom, mas isso não era hora de fazer a passeata, isso não era hora de fazer a ocupação". Mas não temos poder, quem decide são eles. Porque é essa autonomia que vai criando não só o poder de eles decidirem – e é isso que eu queria chamar a atenção de V. Exªs – , é essa autonomia que garante a eles a reconstrução da cidadania. De nada adiantaria fazermos um movimento de massa para dois ou três mandarem. Não seria libertá-los, não seria construí-los como cidadãos que decidem sobre seu destino. Então, é preferível que eles errem em suas decisões locais, mas que eles vão aprendendo e construindo seu próprio método, do que nos acharmos os mais sabe-tudo, que tivemos oportunidade de estudar, que possamos ajudá-los ou ensiná-los. Eles é que têm que aprender com suas próprias pernas. E é isso que vai gerando uma consciência deles. Quando às vezes perguntam para nós: "Quantos assentamentos vocês conquistaram? Quantas casas têm, quantas escolas?", não gostamos de ficar falando em número de estatística. Gostamos de dizer o seguinte: a maior conquista que o MST dá a um sem-terra é que ele recupera a dignidade, ele recupera a cidadania. Um sem-terra, quando entra no MST, começa a caminhar com a cabeça erguida e começa a pensar. E acho – desconfio – que o que mais as elites têm medo do MST não é porque fazemos ocupação, e nesse País houve ocupação desde que aqui chegaram os portugueses: o problema não é esse. O problema das elites é quando os pobres começam a pensar com cabeça própria e começam a tomar suas próprias decisões. Aí eles viram perigosos, porque não obedecem a ninguém.

E a ocupação, que era sua última questão, foi um método de pressão para acelerar a reforma agrária, que já foi utilizada em outros tempos em nossa História do Brasil – foi utilizada na década de 60, pelas Ligas, pelo Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), não é invenção nossa, nem os acampamentos – , e procuramos que as ocupações sejam feitas de forma massiva e com toda a família e ninguém que vai para uma ocupação vai porque alguém mandou; ele tem que decidir. E em todas as ocupações do MST o sujeito, para ir na ocupação, sabe que tem que ver sua lona, tem que levar sua comida, seja uma responsabilidade dele. Porque muitos de vocês, eu sei, às vezes a imprensa diz: "O MST fez uma ocupação, de onde arranja o dinheiro?" Não precisa dinheiro para fazer ocupação. Para fazer ocupação precisa consciência de querer lutar pela reforma agrária. Aí o sujeito, ele mesmo, se prepara, porque ele não é idiota, ele sabe que tem que comprar lona, tem que ir lá, tem que se preparar. Então, para fazer ocupação, não pense que precisa de dinheiro. Precisa é de vontade de querer resolver os seus próprios problemas.

E do ponto de vista jurídico sabemos que os setores conservadores querem evitar que haja ocupação. Nós também. Se a reforma agrária desapropriar os latifúndios, para que vamos fazer ocupação? É só distribuir as terras, que automaticamente as ocupações vão diminuindo, porque ocupação é uma maneira de você pressionar para que alguém desaproprie. Agora, se o Governo não desapropria, não nos sobra alternativa. Bem, aí se pode dizer: "Mas pode ter outras alternativas". Pode. Os senhores se lembram: o Governo Fernando Henrique fez campanha na televisão, gastou um dinheirão com a **Globo** e nem assim a retirou da crise. Gastaram um dinheirão na tal reforma agrária de televisão, pedindo para os sem-terra se cadastrarem no Correio. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fez reunião nas nossas bases e dissemos que não éramos contra, cadastramos nossa turma no Correio. Torcemos para que saísse a reforma agrária para quem se cadastrasse. Cadastramos 850 mil famílias nos últimos três anos de Fernando Henrique. Comecem perguntando ao colega de vocês, o Jungmann: quantas famílias cadastradas no Correio foram assentadas? Nenhuma. Então, vocês pensam que vamos à nossa base fazer uma assembléia com eles e dizer: "companheirinhos", vamos nos cadastrar no Incra, que sairá a reforma agrária. Eles dirão: O que, vocês acham que somos bobos? Já nos inscrevemos no I Terra, no Incra e no Correio. É claro que a pessoa que pensa se dá conta de que isso é uma enrolação. A forma mais efetiva é quando há pressão visível, que leva a sociedade a debater o problema, porque a reforma agrária está parada. Por isso fizemos ocupações.

Finalmente, temos o amparo jurídico. Muitos setores conservadores dizem que ocupação é crime. Juridicamente, essa tese já foi derrotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Tenho aqui vários acórdãos, que não lerei para não tomar tempo. Vocês sabem, aqui somos todos macacos velhos no tema. Há vários acórdãos do Superior Tribunal de Justiça daqui, do Tribunal de Justiça de São Paulo e de outros. Todos eles, ao interpretaram a lei, criaram uma referência jurídica no

sentido de que ocupação massiva por camponeses que querem fazer reforma agrária não se trata de esbulho possessório, portanto, não é crime, não deve ser julgado pelo Código Civil, porque não estamos disputando propriedade, estamos solicitando que o Governo acelere a reforma agrária, que desaproprie, que pague e que gere empregos para as pessoas. Por isso o Movimento continua ocupando terras, porque é a forma de dar maior visibilidade para a sociedade e para forçar Governo a acelerar as desapropriações.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Tanto agora, como no seu depoimento, V. Sª fez uma análise dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso com relação ao modelo neoliberal, ao impacto que isso teve sobre a agricultura brasileira, sobretudo a familiar e ao impacto que isso teve sobre a questão da reforma agrária. Estamos discutindo exatamente para fazer esse diagnóstico. Em oito anos, se não me engano, foi divulgado que foram 350 mil assentamentos. Com relação a isso, tenho algumas perguntas.

A primeira: como se deram e como se encontram os assentamentos da era Fernando Henrique Cardoso? Como eles foram feitos e como se encontram hoje? Seria importante entendermos, na análise do MST, quais foram as falhas nesse processo de assentamento. Não falo nem da questão das inscrições, mas, efetivamente, onde ocorreram os assentamentos. Essa é a grande discussão. Há pouco eu estava lendo uma matéria da Confederação Nacional da Agricultura, dos próprios empresários rurais, que colocavam as falhas desses assentamentos. Sr. Stédile, seria importante termos um quadro de como foram realizados e como se encontram esses assentamentos da era Fernando Henrique Cardoso.

O outro dado, que é importante para nós, é a questão do emprego. V. Sª falou há pouco da luta pelo emprego, o Governo estabeleceu como meta a criação de empregos e há sempre uma discussão do que gera mais emprego no campo: a agricultura familiar ou a monocultura exportadora? Essa discussão se dá cada vez acerca do agronegócio, da sua capacidade de produzir, de exportar, de equilibrar as nossas contas externas, mas poucas vezes se fala do que isso efetivamente gera de emprego no campo brasileiro. Quer dizer, já tivemos esse desastre.

Há pouco V. Sª se referiu às centenas de milhares de pequenos agricultores que perderam terra e a um agravamento ainda maior da concentração fundiária. V. Sª teria esses dados para trazer para nós com relação a essa questão do emprego?

O terceiro aspecto, ainda ligado à questão da política agrícola do próprio MST, é que o MST tem participado de muitas mobilizações com relação aos transgênicos, com relação à Alca, qual a relação, qual o impacto que tem a questão dos transgênicos e a adoção da Alca sobre a reforma agrária e sobre a agricultura familiar.

São perguntas que acho que estão próximas e depois faço outras já tratando de outro tema, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito bem. Vou começar pela era Fernando Henrique Cardoso.

Primeiro, um esclarecimento, sobretudo para a Imprensa. O Governo fez propaganda de que tinha assentado 500 mil famílias. No final do seu mandato, setembro, novembro, o Governo Fernando Henrique contratou a USP para fazer um senso das famílias assentadas. E o senso realizado encontrou apenas 358 mil famílias que foram assentadas nos oito anos. De maneira que esse é o número real do que foi feito.

Segunda coisa: todas as famílias, como expus durante o longo deste depoimento, só conseguiram ser assentadas porque participaram de alguma mobilização. Ou acampamento ou ocupação, ninguém recebeu terra porque o Governo tomou iniciativa sozinho.

Terceira coisa: mesmo que o Governo tenha cedido, e acho que em grande parte cedeu, a partir do massacre de Carajás, quando houve uma repercussão pública internacional negativa, o Governo percebeu que tinha que investir na reforma agrária, porque o volume de pobres no campo poderia levar a outras situações conflituosas. Mas mesmo assim o Governo adotou como linha política que os assentamentos eram uma espécie de compensação social. Não era, numa lógica de um plano de reforma agrária, de transformar esses sem terra em agricultores familiares bem sucedidos.

Então, o Incra desapropriava e jogava as famílias lá para cima. E esses novos assentados estavam numa condição pior que a dos pequenos agricultores que já vinham sofrendo as conseqüências de uma política agrícola neoliberal que não viabilizava mais o sujeito sair da pobreza e aumentar renda só trabalhando na terra. Faltou ao Governo Fernando Henrique, e espero que o atual não repita o erro, essa visão que eu explicava antes de que tem que se adequar o assentamento com a agroindústria, com o mercado, com um processo de desenvolvimento mais adequado. Não basta simplesmente pegar o pobre e jogá-lo em cima de uma terra. Isso não resolve o problema.

Depois, o Governo cometeu outros erros. No afã de produzir estatísticas, acabou priorizando a chamada Amazônia Legal. Se incluirmos o Maranhão na Amazônia Legal, e de fato uma parte do Maranhão pertence, 67% dos assentamentos realizados por Fernando Henrique foram nessa região. Ou seja, uma região de fronteira agrícola, uma região distante do mercado e

distante do Estado – e creio que distante até de Deus. O sujeito que é assentado no interior de Paraopebas sabe que é difícil ver Deus, porque há um abandono total. Nós, do Movimento, somos contra fazer assentamentos na Amazônia. Toda a lógica dos processos de colonização que deram certo em nosso País resultaram do fato de a colonização ter ocorrido **pari passu** com a civilização. As pessoas levam junto a estrada, a escola, a cultura, a sociedade. De nada adianta pegar o pobre de um canto e jogá-lo no meio do mato. Isso é para se livrar do pobre. A maioria dos assentamentos feitos na região da Amazônia Legal teve um índice de fracassos muito grande em decorrência dessa característica. Em algumas regiões do Pará, o grau de desistência chegou a 40%. É verdade, mas porque lá havia a malária. Se o cara ficasse lá, ele morreria. Então, há só uma opção: ou sai de lá e salva a família ou fica e morre de tanta malária que vai pegar. E quando colhe o arroz, não há para quem entregar, não há estrada, não há nada. E se a mulher fica doente, não há para aonde levá-la. É uma "desgraceira". Nem é desistência; é uma questão de sobrevivência a história daqueles companheiros que saíram de assentamentos muito mal planejados.

Na média dos outros assentamentos que houve no Brasil – excetuando a região do Pará e de Mato Grosso – o índice de desistência é de 5%, índice esse apurado por esse censo da USP, com técnicos contratados pelo Governo. Não há ninguém lá simpático ao MST. Eles utilizaram os critérios científicos, até porque o Governo... E aproveito para fazer uma recomendação: convidem o coordenador dessa pesquisa, que foi editada em um livro pelo Incra, porque é um excelente estudo da situação dos assentamentos no Brasil. É um retrato fiel da realidade. Trata-se de um censo, ou seja, eles foram a todos os assentamentos do Brasil e fizeram uma espécie de radiografia. E é nessa radiografia que aparecem esses dados que estou apresentando.

É bom esclarecer que, nos Estados do Sul e do Sudeste, em vez de haver desistência, há uma adesão maior de famílias. Por quê? Porque, se o assentamento vai bem, o cara traz um parente, ou seja, se ganhou um lote de 15, traz o pai que está aposentado e não sei mais quem e, assim, há uma adesão maior nos assentamentos do Sul e do Sudeste. Realmente, aumentou o número de família. Há mais pessoas do que o número de famílias assentadas.

O tema principal que eu queria compartilhar com V. Exªs é o seguinte: muitas vezes fala-se na Imprensa que os assentamentos estão muito degradados e viraram favelas. É verdade que o serviço público não chegou a todos os assentamentos. Justiça seja feita: nos assentamentos onde há a presença do Estado – com estradas, luz elétrica, postos de saúde, escola –, em geral, foram os governos estaduais de todos os partidos que providenciaram esses serviços, porque, em geral, eles são mais sensíveis às pressões e, embora não seja apenas responsabilidade deles, acabam levando esses serviços aos assentamentos.

De tudo isso, o fundamental é que temos que comparar os assentamentos, não com o agronegócio que está ao lado, exportando, e, sim, com a condição anterior dos Sem-terra. E, quanto a isso, houve uma verdadeira revolução: os assentados continuam pobres? Continuam, mas, em nenhum assentamento, há fome. Ninguém passa fome em assentamento. Em nenhum assentamento, pelos menos naqueles em que o MST tem influência, há crianças fora da escola, porque brigamos pela escola assim como brigamos pela terra. Em todos os assentamentos há escolas, e todas as crianças estão estudando.

A terceira característica é a seguinte: em todos os assentamentos, as pessoas têm uma casa digna. Feitas por eles, na maioria. Quando é o Incra que faz, cai em seguida, porque aí entram as construtoras e a sacanagem, como dizem. Mas estimulamos que se faça um mutirão com mão-de-obra dos próprios companheiros, para que valorizem a sua moradia que antes não tinham.

Portanto, nos assentamentos já resolvemos o problema de trabalho – há onde trabalhar –, de escola, de fome e de moradia, que são os problemas fundamentais da população brasileira.

Quanto ao tema do emprego, acredito que V. Exªs vão chamar aqui outros especialistas. Há vários estudiosos dentro e fora do Governo. O último estudo, até mais interessante – é uma pena que já nos tenha deixado –, foi o do grande especialista em Reforma Agrária, José Gomes da Silva, Presidente do Incra no Governo Sarney e empresário, pois ganhou vários prêmios de produtividade em Pirassununga. Daí a sua moral para falar de Reforma Agrária. E foi o último estudo que ele fez antes de morrer: comparou os custos dos empregos na indústria, na química, no comércio, no supermercado com a agricultura familiar e com a Reforma Agrária. Dentre todos estes, a Reforma Agrária é, sem sombra de dúvida, o custo mais barato para o Estado criar emprego, pois gera um média de R$5 mil a R$8 mil por emprego, de acordo com o Estado. Em todas as outras áreas econômicas do País é preciso investir muito mais, seja no comércio, e ainda mais nas áreas de ponta, que é o que se está desenvolvendo agora.

Por isso, tem razão o Sr. Delfin Neto. Leiam-no sempre em **Carta Capital**. Segundo Delfin Neto alertou, não adianta mais só a nossa economia crescer, pois, pela atual matriz produtiva, mesmo crescendo o

PIB em 1%, a taxa de emprego só cresce 0,3%. Então, se houvesse um milagre econômico e crescêssemos a 7%, a taxa de emprego cresceria a 2%, por causa desta matriz em que o Capitalismo vai-se desenvolvendo nas áreas de ponta, e os pobres vão ficando cada vez mais desempregados.

Segunda característica. Temos 23 milhões de pobres, a maioria dos quais analfabetos, não tendo mais do que o terceiro ano primário, famílias numerosas. Se não encontrarem trabalho para eles na agricultura, onde vão encontrar?

Uma vez, o Sr. José Serra, então Secretário do Planejamento em São Paulo, fez um debate contra nós e disse que era melhor dar táxi para todo o mundo. Então, dê táxi para 23 milhões de pessoas. Depois alguém terá que construir os viadutos. Ou seja, é uma idiotice total!

Então, a Reforma Agrária e transformação do sem-terra em agricultor familiar é a maneira mais barata de este Governo enfrentar mais rapidamente o desemprego.

Por último, a questão das sementes transgênicas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao depoente, Sr. Stédile, que procure sintetizar as respostas, porque há 15 Parlamentares inscritos para as indagações e já são 12 horas e 10 minutos. Para que todos possam ter oportunidade de interrogá-lo, solicito síntese em cada resposta.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito bem, quanto à última questão feita pelo Sr. Relator, estamos engajados com as igrejas, a via campesina e o Fórum Nacional de Reforma Agrária. Há unidade de todos os movimentos que atuam no campo para lutarmos contra as sementes transgênicas, não porque somos contra a biotecnologia, que inclusive é bem mais ampla. A transgenia é um ramo da biotecnologia. Os agricultores são biotecnológicos desde o surgimento da agricultura. Somos contra os transgênicos porque eles, na atual conjuntura, representam o monopólio das multinacionais, que se utilizam da Lei de Patentes do Brasil e da OMC para aumentarem a exploração sobre nós. Quem defende os transgênicos hoje, se for por ingenuidade, vai-se transformar em refém das multinacionais. Se a soja transgênica não tivesse a patente da Monsanto, V. Exªs acreditariam que a Monsanto iria fazer tanta propaganda?! Ora, depois que impuser a soja transgênica, será só passar o chapéu e recolher nos **royalties**. Por que ela não fez propaganda da soja transgência antes de conquistar a Lei de Patentes lá na OMC, em maio de 2003, só depois de 2002?

As sementes transgênicas não são um problema de pesquisa. Tomara que a Embrapa continue pesquisando até descobrirmos transgenias que tenham segurança, que não afetem o meio ambiente, que não afetem a saúde do agricultor e nem do consumidor.

O que está em jogo agora nem sequer é a pesquisa ou a saúde. O que está em jogo agora é se vamos entregar as nossas sementes para as multinacionais ou garantiremos o direito que os agricultores têm. É nesse sentido que, resumidamente, nos insurgimos contra o monopólio das sementes transgênicas e defendemos que a Embrapa pesquise até desenvolver provas e técnicas suficiente de sementes que não representem perigo nem para a saúde do consumidor nem para o meio ambiente.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – A última em nosso Governo Lula, João Pedro Stédile, V. Sª colocou muito claramente que a Constituição.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, o Relator já fez quatro perguntas. Gostaria que V. Ex.ª nos desse a oportunidade.

Temos o horário de vôo marcado, mas gostaríamos de também participar. E, depois, o Relator poderia fazer a pergunta ao final da nossa interpelação e poderia contribuir até mais, poderia nos elucidar alguns pontos em que temos dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Relator poderia dividir, se desejasse e se considerar essa a forma mais correta, em duas etapas o seu questionamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não há nenhum problema e posso até abrir mão de perguntar mais tarde, mas pelo menos no início da reunião não foi estabelecido que teríamos tempo para terminar essa audiência.

Digo isso muito claramente ao Deputado Abelardo Lupion. Segundo, é que tenho a responsabilidade de fazer esse relatório e quero extrair o máximo que puder de cada um dos depoentes, mas como não tenho horário de vôo marcado posso atender a seu apelo, embora não concorde, para fazer a minha última indagação.

Como eu havia feito uma pergunta acerca do Governo Fernando Henrique Cardoso, queria também que pudéssemos fazer uma avaliação da reforma agrária nesse período principalmente dos entraves para desenvolver um pouco mais a questão.

Deixo, todavia, essa pergunta para o final atendendo ao apelo para que se possa ouvir os demais. Muito obrigado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Gostaria de agradecer ao Deputado-Relator pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que permitir aos Parlamentares que indaguem antes contribui por que certamente farão perguntas que o Relator faria. Creio que se torna mais objetivo dessa forma.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo e nosso convidado, Sr. João Pedro Stédile.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço permissão ao Deputado, mas há a indagação de quantas perguntas cada Deputado fará.

Como não há regra preestabelecida, estamos pedindo...

(Conversas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Os Parlamentares devem formular as suas perguntas de uma só vez e permitir a resposta. Depois, se houver necessidade de réplica, concederemos a palavra rapidamente.

É claro que pedimos a compreensão de todos por que são dezessete os inscritos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Vou sugerir um período de tempo de tantos minutos para cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O importante é que perguntam e não discursem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Mas de um prazo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Três minutos?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então ficam definidos três minutos para cada Parlamentar.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, queria primeiro parabenizar o companheiro João Pedro Stédile e também a Comissão pela seguinte razão.

Ele disse no começo que faz cinco anos que não vem aqui depor efetivamente sobre o problema central de uma das questões mais importantes e programáticas da mudança social no Brasil. E é interessante que ele é chamado só porque tem uma declaração na imprensa, que ficou uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não. Apenas para colocar a questão corretamente, ele foi convocado antes da declaração. Ele foi o primeiro a ser convocado por esta CPI.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PT-SP) – Sim. E por isso parabenizei a Comissão, entende? Porque o que está em debate aqui é o projeto de reforma agrária. E eu acho que o histórico que foi feito, sobre a não-viabilização, talvez o Brasil seja um dos únicos países do mundo que não a fez, em tempo nenhum, e é por isso que se inviabiliza a idéia de um projeto nacional no Brasil. Quer dizer, a reforma agrária está ligada à idéia de projeto nacional.

A segunda questão que eu queria levantar é a seguinte: é que o Sr. João Pedro Stédile fale um pouco mais sobre o modelo exportador, em cima dos seguintes dados. Foram publicados hoje, inclusive, pela TV Globo. Porque o agronegócio virou coqueluche do momento. Porque não se tem muito que mostrar, então isso aparece como a grande questão. Quero dizer que o agronegócio é responsável por 8% na economia, a indústria, ainda com redução, por 37%, e o serviço por mais de 50%. Está certo? Então, quero que o Sr. João Pedro Stédile descreva qual é o papel do modelo exportador. Ninguém é contra a exportação, fazer divisas, etc. Mas isso não é contraditório com reforma agrária. Pelo contrário. Eu quero dizer que isso é incapaz de elevar a taxa global de investimento no Brasil. E de imprimir dinamismo à nossa economia. Ela não é capaz de dinamizar pela taxa de investimento. E mais, ela tem uma seqüela, que é concentrar renda e concentrar terra e riqueza. Queria que ele falasse um pouco mais sobre isso.

A terceira questão é sobre o papel da reforma agrária agora. Estou preocupado, Sr. João Pedro Stédile, porque o senhor mesmo disse que Fernando Henrique Cardoso chegou a implementar 356 mil assentamentos, etc. Tenho receio que o nosso governo não chegue a isso. Porque a crise herdada, quer dizer, a dívida pública, o superávit primário e tudo que dá vazão à hegemonia do capital financeiro. Eu queria que o senhor então, também, tocasse nessa questão, o papel do capital financeiro, porque eu acho que objetivo se mira no latifúndio improdutivo. Eu tenho toda concordância com isso. A segunda questão é a retomada do papel do Estado como elemento coordenador, formulador, indutor do desenvolvimento, e passa também pela reforma agrária, o que significa fortalecer o Estado inclusive. E a terceira que eu quero é que o senhor coloque melhor, porque eu acho que é um inimigo da reforma agrária e de qualquer melhoria nacional e hegemonia do capital financeiro no País. Então, essa questão também precisa ser encampada.

E finalmente, Sr. Presidente, dentro do meu tempo, V. Exª vê que estou tentando ser sucinto, queria dizer o seguinte: uma palavra que chamou tanto a atenção da imprensa, da mídia, "infernizar". Ela, no dicionário

Aurélio, quer dizer: enfrenesiar, arreliar e encolerizar. Fui lá ver o significado de cada uma. Causar frenesi, impacientar, incomodar, enfurecer-se, zangar-se, irritar-se. Eu acho que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e acho que grande parte dos desempregados e do povo brasileiro, precisa se impacientar, se incomodar, se mobilizar. Porque se não tiver pressão social de baixo para cima...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PT-SP) – ...não tem mudança no País. De modo que quero dizer ao MST e às pessoas que são ou se colocam contra a reforma agrária que a melhor forma de construir a democracia no Brasil é exatamente lidar com um movimento organizado. O resto cria Exército de reserva para o narcotráfico. Eu acho que quando se fala em reforma agrária está se tentando combater um exército de reserva para o narcotráfico. Quando se fala em combater a hegemonia do capital financeiro também se fala a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Deputado que conclua, que seu tempo já se esgotou.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PT-SP) – Pediria até que o Sr. João Pedro Stédile retomasse esse tema da maior importância, que eu acho que o movimento, quando faz pressão, ele o faz para solidificar a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra... Quatro parlamentares. O segundo inscrito é o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Olha, meu amigo Stédile, eu era um dos grandes otimistas do Governo Lula e tinha a convicção absoluta de que ele faria um grande governo. Um dos aspectos que mais me impressionou na campanha política dele foi quando ele disse que só ele poderia fazer a reforma agrária, porque ele conhecia, era amigo, participava e vivia com os integrantes da reforma agrária; que, eleito, ele tinha a confiabilidade; que, para fazer, precisa ter confiança e nele ele tinha certeza que os trabalhadores confiavam.

Juro que não consigo entender que o Lula e o Governo não tenham se reunido com vocês um mês, dois, três meses antes de assumirem e estabelecido: com vamos fazer? Chegamos no Governo, o Governo é nosso, estamos lá, como vamos agir? Olha, Stédile, tu queres trezentos mil, mas trezentos mil não dá. Então, quanto dá? É tanto.

Não consigo compreender. Estás falando de uma maneira que tu deixas claro que estás falando deste Governo como falava do Governo anterior. Quer dizer, a rigor, dizes as coisas que está acontecendo neste Governo como aconteceu no Governo Fernando Henrique. E não me parece que era por aí. Parece-me que entrarias pela porta dos fundos do Palácio, reuniam-se no final de tarde e o Ministro da Reforma Agrária é um homem que pensa assim, tem esse pensamento. Quando ele foi escolhido, foi recebido com aplausos generalizados, porque ele tem essa idéia. Então, não consigo entender. E acho que ainda é tempo disso, porque isso que estás contando aqui, perdoe-me a sinceridade, é um fracasso total do Governo Lula, uma prova de que temos falta de confiabilidade nas suas propostas, nas suas idéias. Que ele não tenha plano disso, não tenha plano daquilo, que ele ainda não saiba fazer as coisas nesse ou naquele setor, tudo bem. Mas, na reforma agrária, onde tem uma equipe organizada, onde vocês já estão organizados! Vocês estão preparados, têm tudo para levar adiante. A maneira com que falas é dizer que está aí, este Governo é a continuação do Governo anterior. Digo com toda sinceridade. E acho que os companheiros do PT, a turma, isso tinha obrigação de existir. Vocês se reunirem, fecharem as portas e ficarem um dia, dois dias, três dias para debater como vai ser: olha, vai ser assim. Agora, vocês dizerem: não, porque ele deu R$1,7 bilhão, mas duvidamos que venham porque ele não tem como repassar esse dinheiro. Tem que repassar. O Incra, o modelo do Incra ainda é o mesmo. Mas, a essa altura você não podia dizer o modelo do Incra ainda é o mesmo. O modelo do Incra devia ser o modelo de vocês. Já devia estar lá o novo Incra, com a nova modalidade, com a nova forma de agir. Não é nada, não é nada, é um terço do Governo que já passou e, pela maneira com que vocês falam, não se nota que vocês tenham nem antipatia e nem "o Governo chegou lá, está lá e estamos aqui" e nem aquilo de querer criar dificuldade ou problema, complicar. Vocês querem é sentar para negociar.

Agora, não digo – com toda sinceridade, perdoem-me a franqueza com que vou dizer – que o Governo do Lula está todo errado e vocês estão todos certos. Deve ter erros e acertos de ambas as partes. Quando um não quer, dois não brigam. Quando os dois querem, alguma coisa já devia ter sido feita. E alguma coisa ainda pode ser feita. Acho que o grande debate é vocês com eles reunirem, discutirem, debaterem, fecharem as portas. Tenho certeza de que, se isso acontecer, vocês vão encontrar a sociedade toda aqui no Congresso, não só os aliados, mas até adversários que não forem radicais estarão dispostos a encaminhar nesse sentido.

Seu discurso é brilhante, extraordinário, profundo, firme, tem conteúdo, é sincero, mas me assusta,

porque o Governo é o Lula, não é o Fernando Henrique. O Governo do PT, o PT que imaginamos que iria chegar ao poder e que chegou, e a questão mais importante que pensávamos que seria resolvida, a da reforma agrária, que façam, mas não de uma maneira espetacular, dizendo: vamos assentar todas as famílias. Mas que comecem de uma maneira certa, dizendo que estão indo por um determinado caminho e que não podem mais porque não há dinheiro, mas estão indo e esse é o caminho.

Penso sinceramente que, e não só PT... Considero-me amigo do Lula, do PT, e se há necessidade de um grupo se sentar à mesa, debater e levar adiante esse assunto, penso que é o mais importante que existe, com toda a sinceridade, o mais importante é recuperar esse tempo, porque já se foi um ano e três meses e não podemos continuar assim.

Pelo resto, um abraço muito carinhoso pela sua campanha que é espetacular e porque é muito bacana, porque o senhor, nessa altura poderia estar acomodado, poderia ser ministro, secretário, assessor especial da Casa Civil – risadas –, no entanto, continua na mesma posição com as mesmas idéias. Meu abraço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado Senador Pedro Simon.

Com a palavra a Deputada Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de fazer rapidamente, para colaborar com os colegas, duas perguntas ao Sr. Stédile.

O senhor disse, durante a sua fala, que o movimento social dos sem-terra é para buscar os seus objetivos, de ver realizados os seus anseios, assim como fazem os ricos, que mamam nas tetas do Governo há muito tempo e também fazem uma pressão muito grane para continuar mamando nas tetas do Governo.

Gostaria de que o senhor nos explicasse, de acordo com as normas gerais do MST, aprovadas em São Paulo, no dia 15 de setembro de 89, ficou determinado que no que diz respeito à arrecadação do MST, na sua fonte de recursos estaria 1% do Procera, capítulo 11, inciso 89, 1% de todo o Procera, capítulo 11, inciso 90, está dito que 1% de todos os financiamentos do Governo, e, capítulo 11, inciso 91, que 20% de toda a madeira vendida pelos assentamento também seria do MST.

Senhor Stédile – sem dizer das matérias de jornal que dizem que as ONGs dão US$ 1 milhão por ano, pedágio de 3% –, para esclarecer à Comissão, aos Srs. Deputados e Senadores, gostaria de obter a informação de quais são os gastos anuais do MST, como e por quem é arrecadado o dinheiro utilizado pelo movimento que o senhor coordena. A segunda pergunta, é mais uma reflexão, quando o senhor disse que lugar deserto, longe de Deus, não é lugar de assentar pessoas.

Essas palavras particularmente me ofenderam muito, porque o meu Estado, Tocantins, é uma grande, brilhante nova fronteira do País, e estamos fazendo incursões nos Estados desenvolvidos, do Sul e Sudeste, exatamente para levar homens e mulheres de coragem, que querem estar do nosso lado, abrindo estradas, fronteiras, produzindo, porque aí Deus vai chegar até lá, porque Deus está onde o ser humano está.

Acredito que isso até contraria um pouco as suas palavras, quando disse que seus pais vieram do norte da Itália e vieram também para um Brasil selvagem, um Brasil em desenvolvimento. Concordo que seus pais eram pessoas corajosas e lhe deram um bom exemplo.

Quero questioná-lo de que precisamos sim de assentados na Amazônia, precisamos, sim, de qualquer tipo de brasileiro de bem nas regiões em desenvolvimento, porque se a sua assertiva for correta, todos estariam apenas produzindo apenas em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e não é esse o objetivo do Brasil, creio que o seu objetivo é desenvolver-se como um todo, distribuindo justiça social, desenvolvimento, emprego e renda para todos. Então, penso que essa sua fala, de certa forma, Sr. Stedile, desmente um pouco a sua história, a história dos seus país.

Obrigada,

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigada, Deputada, pelo cumprimento do horário.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion, o último a falar deste bloco.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Eu gostaria antes de fazer um comentário. Impressionou-me muito o Sr. Stédile aqui na Comissão. Achei extremamente doce o Sr. Stédile. Inclusive, pode suprir essa carência por que passa o Senador Eduardo Suplicy agora. É uma coisa extremamente importante para nós que gostamos de S. Exª.

Com essa ode à não-violência que ele professou aqui, pareceu-me a reencarnação do Ghandi aqui na nossa Comissão. Só me deixou um pouco triste ele ter engolido as declarações dele, porque é tão importante o senhor fazer com que o seu povo fique orgulhoso de poder fazer as invasões; ter apenas um revólver como o senhor diz, que é uma coisa normal e natural o homem do campo ter uma arma de caça apenas.

Então, isso é uma coisa extremamente normal nesse momento. E também fiquei muito impressionado com esse acordo humilde que o MST, que os senhores fizeram com o Governo Lula só de 530 mil famílias nesses três anos que sobram.

Isso não é muito porque até a semana passada até foi feito um acordo de fazendeiro na minha região com o Incra em que o Incra deve ter pago mais ou menos 15 mil reais pelo hectare de terra. Vamos baixar o preço de 5 mil o hectare de terra, de média, no Centro-Sul e sairia uma bagatela para o Incra. Nós teríamos apenas recursos muito simples de 40 bilhões nesses três, seria de apenas 13,2 bilhões de reais por ano seria o impacto na economia.

Para um País que tem um superávit de 22 bilhões, daria um pouco mais da metade do superávit primário do Brasil. Quer dizer, isso não é grande coisa.

Também a interpretação da Constituição feita pelo Dr. Stédile de que invadir uma propriedade produtiva é legal, citando o STJ – eu gostaria de ter esses acórdãos. Vou interpelar porque isso é contra a Constituição brasileira.

Fiquei impressionado com o Governo Fernando Henrique: 350 mil famílias. Inclusive o senhor mesmo, aqui - não era do meu Governo. Inclusive eu fui muito contra o Presidente Fernando Henrique na época, mas com 350 mil famílias, ele realmente cumpriu a sua parte. Trezentas e cinqüenta mil famílias realmente é muita coisa.

E a pergunta que eu realmente gostaria de fazer ao senhor é a seguinte: o Movimento dos Sem-Terra está organizado com que forma de personalidade jurídica? Quem é o responsável pela sua gestão financeira? Possui balanço e demonstrativos? Eles poderiam ser encaminhados a esta CPMI? A quem prestam contas os seus administradores e como é a sua estrutura de financiamento?

Eu sei que V. Exª já falou muita coisa. Agora, eu gostaria que fosse encaminhado por escrito isso a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Deputado Abelardo Lupion.

Passamos a palavra agora a Pedro Stédile para que possa responder ao questionamento feito pelo Deputado Ivan Valente, Senador Pedro Simon, Deputada Kátia Abreu e Abelardo Lupion.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Houve muitas questões, algumas estão atinentes ao debate da reforma agrária, não são perguntas. Eu me alegro com a postura dos Parlamentares, porque eu acho que esse é o sentido, é refletir sobre os temas, e não apenas fazer vestibular de pergunta e resposta.

Algumas se referem mais ao MST e outras que são relativas à questão agrária propriamente dita.

Vou começar pelas últimas.

O MST, como eu já disse, é um momento social que procura se organizar pela base para lutar pelo objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. A forma de combater é pressionar para que o Estado extinga o latifúndio e distribua a terra. Nessa estrutura de movimento social, não precisa personalidade jurídica. Não é preciso registrar a sua vontade de lutar contra a injustiça social. Há uma tradição, na civilização, de constituir movimentos de pessoas que se aglutinam, independentemente de registro ou estatuto, para juntar força social que levem à consecução de seus objetivos.

O MST, desde o início, nunca adotou esse caráter burocrático de ter estatuto, de ter registro, de ter uma estrutura centralizada. Como outros movimentos podem o têm. É até uma questão de escolha. No Brasil, existem centenas de movimentos como o MST, não só no campo mas também na cidade. Um movimento que luta pela moradia nas cidades precisa aglutinar os que não têm casa e pressionar para que se estabeleça um programa de habitação. Não precisa ter personalidade jurídica, não precisa ter conta em banco.

Há movimentos de estudantes. Aqui mesmo em Brasília, os estudantes fizeram uma grande mobilização, que vi nos jornais, contra uma universidade pública. Não imagino que, antes de lutar, vão passar no cartório e registrar sua vontade de baixar as mensalidades.

Muito mais do que um aspecto jurídico, é uma concepção de como se estimula a organização do povo. Cada um pode ter um argumento, uma avaliação sobre a validade da questão. É da natureza da pluralidade da sociedade. Em todas as sociedades há e na nossa muito mais.

Tenho algumas cópias de acórdãos do STJ e lá de São Paulo. Depois posso mandá-las. Não vou deixar essas porque são únicas.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Para a CPMI como um todo. Todos nós nos interessamos.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Alegra-me que V. Exª se preocupe, Deputado Lupion, com os gastos da reforma agrária. Gostaria que V. Exª comparasse os gastos da reforma agrária com os juros que o Brasil paga, com outros gastos de transferência. Seis bancos, este ano, tiveram um lucro líquido de 13 bilhões. O mesmo valor com o qual V. Exª assustou-se. É o que custaria uma reforma agrária, em três anos. Não tenho notícias de que banco produza algo, nem alfinete. Quando o Estado usa recursos para atender a demanda dos pobres é sempre um perigo, é muito dinheiro. Quando o Estado sustenta um modelo perverso e concentrador é natural, é difícil. Alegra-me que suas preocupações com o dinheiro público sejam as mesmas que as nossas.

Para falar sobre o tema da colonização, Deputada Kátia, infelizmente o tempo é pouco, mas é um tema muito interessante. Não é que não se deva ocupar a

Amazônia, mas por que não começar primeiro pelos que estão lá? Por que V. Exª não defende, também, o assentamento dos sem-terra de Tocantins? Há muitos homens e mulheres que lá nasceram e se criaram e são sem-terra. É um dos Estados onde os latifundiários são mais ferrenhos e não deixam o Incra fazer a desapropriação. Posso dar um exemplo do que nos deixa indignado nesse processo de colonização em sua Região. Na periferia de Marabá, há muitas pessoas sem-terra. Ao começar a andar pela estrada, vamos encontrar um monte de fazendas, de latifúndios improdutivos. Por que não começar a desapropriar os latifúndios mais próximos da cidade. Aí, milagrosamente, leva-os lá para o Rio Maria, longe 700km. Não há sentido em se fazer esse tipo de projeto de assentamento. Você está vendo que só vai dar problema e muito mais custo, porque lá não há escola, não há energia elétrica. Então, mesmo que você lute depois para o Estado chegar até lá, não consegue, porque aí, sim, é muito caro, tornando-se inviável.

Os gastos do MST.

Como disse, o MST não é uma estrutura centralizada, por isso é até impossível ter gastos anuais. Ninguém sabe, nem Deus! Não há balanço. E, como disse antes, as pessoas se aglutinam por acampamento e assentamento. E essa norma que aprovamos e que é verdadeira era um método de arrecadar recursos dentro do próprio assentamento, para que eles não viessem para um caixa nacional e fossem aplicados no próprio assentamento, como uma forma de, entre eles, cotizarem-se para recolher dinheiro para a comunidade e resolver os problemas de lá.

Eles adotaram o Procera como uma referência, tanto é que, como agora não há mais Procera, eles usam a referência da produção, o lugar onde produzem, e isso de maneira voluntária. Da mesma forma, a idéia de 20% da madeira era para estimular, combatendo um pouco o individualismo. Se na minha área há madeira, e na sua não há, você não teve sorte com Deus, só eu a tive! Então procuramos discutir um método por meio do qual, naqueles assentamentos onde houvesse madeira, houvesse o compromisso daqueles que foram sorteados para lá que entregassem 20% da sua madeira para a comunidade. O que vão fazer com essa madeira? Construir escola, construir a casa daqueles que não têm madeira. Eles gerenciaram lá mesmo entre eles.

Então esse é o espírito do que está aí como norma. Gostaríamos de receber US$1 milhão por ano. Se a senhora tiver algum endereço de alguém que nos possa dar US$1 milhão amanhã, escreveremos direto para eles, por correio eletrônico.

Em geral, fazem-se muitas fantasias por ser uma estrutura descentralizada. E utilizamos isso como um valor, não estou fazendo por provocação ou deboche. As finanças também assumem este sentido da descentralização e da autonomia, porque senão é ele que controla. Você não vai fazer, não vai recuperar nada! Lá no assentamento, deve haver um caixa. Quem administra? Não sei nem quero saber. Pode haver assentamento em cujo caixa haja desvio, pode haver, como em qualquer outra sociedade, sindicato ou associação, mas é descentralizado. Que cada comunidade gere os recursos necessários! E, para cada atividade que aquele assentamento, que aquela ocupação planeja, eles têm que planejar também de onde vão tirar os recursos.

Recebemos algumas ajudas do exterior, de igrejas. Temos também um projeto com a Comunidade Econômica Européia, que é governo, para a construção de uma escola que demos início lá em São Paulo. E esses projetos de solidariedade internacional não vêm por uma caixa do MST, até porque não temos caixa, não temos entidade jurídica. São projetos que vão direto para aquela atividade financiada. É claro que a escola lá de São Paulo tem personalidade jurídica, então aquele dinheiro da Comunidade Européia, no caso da escola, vem para a Cáritas, que administra a compra dos materiais para construir a escola. Procuramos, então, utilizar, se é esse o termo, porque as palavras sempre pesam muito, a generosidade de muitas entidades aqui no Brasil, ONGs que têm entidade jurídica, e que nos ajudam, então, com recursos, fazendo esse controle, quando vem projeto do exterior para atividades específicas que o movimento desenvolve, não como movimento, mas que as comunidades assentadas desenvolvem lá na sua base.

O tema do Deputado Ivan Valente e do Senador Pedro Simon é muito pertinente. Espero que esta Comissão, de fato, debruce-se sobre ele, ao longo de todas as reuniões, porque aí está o cerne da questão. Todo o resto são pequenas (inaudível) naturais da diversidade, que é a nossa sociedade, e da diversidade ideológica, que é natural. Mas essa sociedade brasileira e vocês, como Parlamentares que representam a sociedade, precisam estimular um debate na nossa sociedade sobre esses dois pontos centrais: o primeiro é a natureza deste modelo neoliberal de agricultura. Esse modelo neoliberal de agricultura não vai trazer desenvolvimento para nosso País. Alguns fazendeiros podem até enriquecer, mas isso não vai trazer desenvolvimento nem para os Estados, nem para as sociedades locais e muito menos para a sociedade como um todo, porque é um sistema excludente. Olhem bem alguns dados, só para corroborar com o raciocínio do

Deputado que me questionou sobre isso. Mesmo do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, as grandes propriedades no Brasil, acima de mil hectares, são donas de apenas 5% dos 800 mil tratores que existem. E as médias propriedades, de 200 a mil hectares, que é a turma do Roberto Rodrigues e os produtores, não são nossos inimigos, esses já têm um pouco mais, têm 28% das frotas de tratores.

Mas 52% de toda a frota de tratores no Brasil está na pequena propriedade. Então é aí que se dá o desenvolvimento. Não é? Então, persistir em modelo que só vai beneficiar uma minoria, só vai gerar problemas sociais, não vai resolver nem problema econômico e nem social.

Da mesma forma, a mão-de-obra para uma pequena propriedade familiar, como se diz que segue esse parâmetro pela classificação da lei agrária, menos de 200 hectares, dá trabalho para 13 milhões de brasileiros. E a grande propriedade dá trabalho para um milhão. Da mesma forma que, em relação às exportações, é uma ilusão achar que esses superávits na exportação agrícola vão resolver o nosso problema econômico. Até do ponto de vista estatístico, há muito mais efeito de propaganda do que real.

Eu estava lendo esses dias um artigo de um desses estudiosos que publicam esses ensaios na década de 80, que era um período de crise das exportações agrícolas brasileiras, que eram 32% da pauta total. Passados esses 20 anos, agora o negócio é que salva a economia. Qual é o peso que salva as economias na pauta total? 32%. Continua a mesma coisa, com um agravante. Agora este setor do agronegócio para exportar esse volume do (inaudível) a maior, ele também teve que importar a mais.

E, por último, ainda nesses dados do modelo agrícola, vejam, faz 30 anos que não se aumenta a área cultivada neste País. Estamos estacionados em 60 milhões de hectares há 30 anos. Também foi usada a tecnologia: a Embrapa nos ajudou a aumentar a produtividade. Tudo bem, mas uma não conflitante com a outra. Vamos continuar aumentando a produtividade, seja do trabalho, seja da área, mas por que um País com tantos recursos naturais cultiva apenas 60 milhões de hectares, quando a própria Embrapa tem estudos mostrando que a área agricultável deste País poderia chegar a 300 milhões, 260 milhões de hectares? E é isso que me preocupa.

Queremos discutir, então, um modelo que gere trabalho, que gere renda, que desenvolva o mercado interno. Somente assim vamos desaluviando os problemas sociais.

Estou perfeitamente de acordo com o Senador Pedro Simon, que, mais que uma pergunta, fez um debate da tese. E a nossa perplexidade é ainda maior, porque conversamos com o Governo, sentamos com o Governo antes, e também nos sentimos responsáveis para este Governo dar certo, mas a perplexidade é maior, porque a gente percebe que o Governo está engessado como se houvesse fantasmas que não permitem deslanchar. É a forma com que tenho falado, já que gosto de usar as palavras exageradas. O que falta neste Governo parece ser uma ação política que represente um mutirão com a sociedade, além da coragem para enfrentar os privilegiados. Mas vou chegar aonde está a coragem.

Todos esses dilemas que citamos estão na mesa de vocês, assim também a nossa perplexidade. Tomara que vocês consigam elucidá-los, no debate aqui desta Comissão, quando vier o Ministro e o Presidente do Incra, que também se sentem enredados num negócio que não conseguem explicar. Nós, como os senhores e eles, não temos explicação, e isso é grave.

Diante disso, temos hipóteses. Uma delas, que temos dito para eles, é esta, é preciso ter mais coragem e fazer um Governo do tipo mutirão, que envolva a sociedade, porque o Governo sozinho não vai fazer mudança. Então, conclamem o povo a ajudar o Governo a fazer mudança. Estamos juntos para fazer mudança, mas isso é como um método político e até pedagógico. Temos dito ao Governo que ele precisa ser mais pedagógico com a sociedade, precisa explicar, ser mais transparente.

Somos contra o projeto dos transgênicos, mas queremos que a sociedade debata. A sociedade é que tem que opinar. O Governo poderia fazer um grande debate nacional, na televisão. Que leve as duas posições à televisão, mas a população tem que participar, e teremos o julgamento.

Uma outra hipótese que temos é que de fato o Governo está enredado numa política econômica perversa, que inviabiliza um processo de mudança.

Então, no raciocínio primeiro que fiz, para fazer a reforma agrária que eu comentei, que é uma reforma agrária democrática, é isso mesmo que pensamos, não há nenhuma demagogia. Não basta esperar pelo Incra, tem que ser uma ação do Estado. Agora, por que o Estado não age? Porque o Estado foi desmilingüido, está sem operação.

Se formos pesquisar por que o Estado não faz vistoria, é porque não tem agrônomo. E por que não tem agrônomo? Porque é proibido contratar. Mas quem proibiu contratar? Há os acordos internacionais e não sei mais o quê, nosso quadro de servidor público é muito grande... E não tem jeito. Então, o que temos debatido nessa coordenação de movimentos sociais a que me referi antes é que é preciso fazer mudanças

maiores na política econômica para construir um novo projeto de desenvolvimento no País que fuja do neoliberalismo. Sem essas mudanças, sem um novo projeto de desenvolvimento, a reforma agrária sozinha não se viabiliza porque ela está dependente desses outros laços. E nesse novo projeto é preciso recuperar a capacidade de o Estado intervir em nome da sociedade na economia e de fazer investimentos. E se o Governo não tem força sozinho de mudar, é preciso discutir com a população, mas essa história de pegar o superávit primário, que no ano passado foi de sessenta bilhões e destinar tudo aos juros, pode vir Jesus Cristo aqui, como Presidente da República, que não resolve. O coitado do Lula vai amargar quatro anos sem conseguir fazer nada se não mexer aqui.

A nossa tese é de que tem que pegar esses sessenta bilhões de superávit primário e aplicar, como dinheiro público, nos serviços fundamentais à população. Aplicar em educação e encher de escola, contratar professor. Está uma desgraça a situação da educação no nosso País. Aplicar na saúde, na habitação, e com o déficit habitacional que temos isso poderia desenvolver a construção civil, e na reforma agrária, casada com esse novo modelo de agricultura familiar.

Se o Governo não tiver coragem de mudar essa política econômica, de fato, continuaremos parceiros do senhor nessa perplexidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos agora a mais um bloco de perguntas.

Com a palavra o Deputado José Nazareno Fonteles.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, companheiro, João Pedro Stédile, gostaria de parabenizar a sua verdadeira aula, embora num estilo extremamente democrático. Eu, como professor, tenho que reconhecer a sua habilidade inclusive pedagógica ao ter ajudado a compreender mais ainda essa luta que somos solidários de longa data.

Queria lembrar que o ponto principal de acharmos que a reforma agrária não anda é porque a política econômica do governo precisa mudar. Eu, como Deputado do PT, juntamente com Ivan Valente e outros, um grupo de 15, fizemos um seminário em São Paulo e produzimos um documento que já está com o pessoal da academia para ver a necessidade. Ao ouvir essas respostas sentimo-nos mais encorajados a lutar dentro do governo para que de fato mude a política econômica que está engessada, para não desmoralizar o nosso governo.

Esse é o ponto central e o movimento deve se mobilizar para ajudar o nosso governo.

Realmente, é uma hipocrisia das nossas elites políticas e empresariais que aceitam o discurso do social progressista mas na hora de negociar o econômico são extremamente conservadores. Daí vemos essa esquizofrenia do nosso governo. Pega a pancada por algumas iniciativas na área social mas é elogiado, chegando ao ponto de ninguém ter oposição hoje à política econômica do governo. Como Deputado do Governo do PT, acho isso extremamente grave. Precisamos apontar o caminho para se fazer a reforma agrária exatamente através da política econômica. Temos que parar de pensar em índice de superávit primário descendo para o social e obedecer a Constituição, que é o que o Movimento Sem-Terra faz e que alguns pensam que não. O que está na Constituição, no capítulo econômico? Busca do pleno emprego, combate das desigualdades sociais e regionais, função social da propriedade e por aí vai. Não vou nem citar o capítulo social mas apenas do econômico. Vejo o Movimento Sem-Terra muito importante para ajudar o nosso governo a acertar o passo e com a prudência que tem tido acredito que vá avançar.

Quero entregar um projeto que apresentei recentemente na Casa, que defende o limite máximo do consumo e cria a poupança fraterna e que propõe para participar do conselho da poupança fraterna, inclusive o Movimento Sem Terra para que possam ser analisadas as propostas. Nessa proposta limitamos o consumo dos ricos, criamos uma poupança com mais de 80bilhões de arrecadação anual – como empréstimo e não tributo – para financiar os pequenos, fazer reforma agrária, financiar o micro e pequeno empreendedor.

De modo que, a nossa fala é mais de elogio e de aplauso e gostaria de deixar nas suas mãos o projeto e a cartilha que produzi e me coloco à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Gostaria de cumprimentar o Presidente Alvaro Dias e o nosso convidado João Pedro Stédile. Quer queira ou não, V. Sª inspirou, pela sua clareza, firmeza de objetivos e argumentos de convencimento democrático, milhões de brasileiros nesses 20 anos de MST, na busca de um Brasil soberano, desenvolvido, democrático, onde o povo tem vez.

Então, só por isso, é uma honra para o Parlamento brasileiro recebê-lo. Queria situar a questão nesse campo político. Na América do Sul, não houve país que realizasse reforma agrária. O Brasil tentou. Uns dos motivos da derrubada de João Goulart foram, em primeiro lugar, os interesses norte-americanos, por meio do departamento norte-americano – isso faz 40

anos hoje –, e se aproveitando de coisas desse tipo, porque João Goulart queria fazer a reforma agrária, a reforma bancária, a reforma urbana. Os reacionários, por convicção, e os desorientados foram mobilizados contra o Governo, que queria o progresso do País naquela ocasião. Isso é importante.

Companheiro João Pedro Stédile, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, o Governo Lula foi eleito para fazer investimento na produção, a valorização do trabalho, quer dizer, o progresso econômico-social, saindo do modelo que privilegia apenas o capital financeiro.

Nesse sentido, muitos produtores rurais – o João Pedro colocou bem isso – são aliados do sonho de ter um Brasil mais desenvolvimento. O problema é que a virtude, que é a nossa causa da reforma agrária, democratiza o acesso para se criarem mais produtores, mais produção e não comemorar se o Brasil produzir 100 milhões de toneladas de grãos quando, na verdade, o País poderia produzir 400, 500 milhões de toneladas de grãos.

Vejam os obstáculos também postos para o Governo Lula – e aí entendo o Movimento dos Sem-terra. Um simples boné que o Presidente colocou na cabeça, para homenagear trabalhadores que nada tiveram na vida até hoje, foi uma tempestade: declarações, bombardeios, ameaças de rompimento com o Governo. Essas ameaças significavam ou tira esse boné ou vamos te liquidar aqui no Congresso, porque temos muita força aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Deputado para concluir porque, infelizmente, o tempo...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sim, concluindo, são resistências e o Governo foi no acampamento. O João Pedro me convidou para acompanhar a Comissão até o Palácio do Planalto para o lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária, mas o Presidente da República foi até onde estávamos, no acampamento, mostrando que há boa vontade, há vontade de realizar, mas os obstáculos reais existem, não somente hoje, mas, sim, como em toda a história do Brasil.

Presidente Alvaro Dias, eu queria mostrar um pouco os obstáculos e mostrar a V. Exª esses documentos: "Panfletos pregam caça aos Sem-terra no Paraná"; União dos sindicatos do Paraná declara que está aberta a temporada de caça aos Sem-terra". Isso mostra os obstáculos para a realização. "Milícia treina com fuzil no Pontal; "Quinze homens faziam exercícios de tiro no interior de uma fazenda no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, enquanto Lula recebia a cúpula do MST."

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil, o seu tempo já se esgotou, e os seus Colegas estão reclamando.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente, vou ler apenas mais três manchetes: "Reação à bala clara do obscuro Sinapro é estrela dos belicistas"; "Quem dará o primeiro tiro? Essa é a questão para Humberto Sá, porta-voz do PCR" – que lembra muito o PCC; "Morte de Sem-terra vale R$5 mil"; "Armas demais no Pontal do Paranapanema" – essa frase é o delegado-chefe Jerry Antunes de Oliveira.

Passo esses documentos às mãos de V. Exª, Sr. Presidente.

A minha pergunta é a seguinte: o MST tem armas? O MST tem constatado, no território nacional, se o latifúndio está armado e se essas armas são legais, ou se são contrabandeadas, ou seja, são armas proibidas para uso de civis?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Edson Duarte.

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero parabenizar o Sr. João Pedro Stédile pelo seu brilhante depoimento, pela aula que nos deu. Hoje, apesar de ser dia 1º de abril, ouvi muitas verdades. Por isso, quero parabenizá-lo.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber sobre os movimentos sociais. Depois do MST, observamos o crescimento de movimentos sociais no campo e também na cidade, mais recentemente, por todo País.

Pergunto: estaria a sociedade sendo sensibilizada pelo MST, pela luta dos trabalhadores sem-terra e pela idéia de que a conquista se dará pela mobilização dos trabalhadores, dos excluídos e de todos aqueles que estão à margem das riquezas, dos benefícios da nossa civilização?

Os governos, quando apresentam números da reforma agrária, geralmente, apresentando poucos ou muitos resultados, quando os divulgam, o fazem com o orgulho de quem está fazendo a reforma agrária. A minha pergunta é a seguinte: sem o MST, o pouco que já foi feito teria sido feito? Se não houvesse a pressão dos movimentos sociais, alguma terra teria sido distribuída neste País?

Foi dito recentemente, nesta Comissão, pelo ouvidor-agrário federal, que as últimas movimentações do MST estavam acontecendo como uma forma de se divulgar para o País a injusta distribuição de terras no nosso País e as suas conseqüências, mas não estavam associadas à uma espécie de afronta à política de

distribuição de terras e de reforma agrária do Governo Lula. Eu pergunto: isso é verdade?

Esse mesmo ouvidor agrário, e sua assistente, apresentaram um projeto que, confesso, considero brilhante. Mas, ao tempo em que o projeto é apresentado pelo Governo, há uma inquietação no campo, com ocupações. O questionamento que faço é: esse Projeto não atende aos movimentos sociais? Se atende, o que estaria ocorrendo? Lentidão do Governo? Ou não está havendo diálogo entre os movimentos sociais e o Governo Federal?

Nessa linha institucional, questiono o papel do Judiciário. Pergunto ao senhor, somente para concluir, pois está faltando somente uma pergunta, acerca da identificação dos criminosos e da sua punição. Pergunto, nessa direção, a impunidade, a lentidão governamental, para encaminhar a reforma agrária, e a existência, no campo, agindo impunemente pistoleiros e grupos paramilitares, seriam essas as razões dos conflitos no campo?

Finalizo, Sr. Presidente, questionando o seguinte. Eu comecei falando do dia 1º de abril, do dia da mentira. Quando se fala da violência geralmente se atribui que ela se restringe aos conflitos, mas não se fala que essa injusta distribuição de terras no nosso País é a causadora do deslocamento de massas humanas para as periferias das nossas cidades, onde as pessoas perdem os sonhos, as oportunidades, e, muitas vezes, a vida; ou então, vão parar em uma prisão, em que muitas crianças morrem.

Trata-se de uma violência brutal, sem tamanho. Isso não tem sido divulgado. Eu pergunto ao João Pedro Stédile, como o senhor avalia essa tentativa de manter a mentira, esse 1º de abril, como algo permanente aqui, na nossa nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Deputado Edson Duarte.

Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA) – Sr. Presidente, Sr. Pedro Stédile, ilustre Relator, começo dizendo que sou um paulista no Pará, há trinta anos, e gostaria que o ilustre Sr. Pedro Stédile retirasse, e que não constasse dos anais, o que ele diz, ou seja, que o Pará é um Estado incivilizado.

O Pará é uma fronteira, como era o Rio Grande, há trinta anos, como era São Paulo, quando os meus avós chegaram, em 1900, com lutas, com desafios, com malária. Eu mesmo peguei algumas malárias no interior de São Paulo, no sítio onde morávamos. O Pará, hoje, já é o primeiro produtor de abacaxi do Brasil, o primeiro produtor de mandioca e o primeiro produtor de cacau.

Inclusive, um dos companheiros nossos, o Deputado do PT do Pará, José Geraldo, é um produtor de cacau na região da Transamazônica. Concordo com o senhor em gênero, número e grau, quando o senhor faz a análise econômica no Brasil. Não é possível que bancos ganhem mais dinheiro no ano do que o que é necessário para se aplicar na reforma agrária.

Nós apoiamos o Governo Lula, estamos na base do Governo; mas lamentamos, como todos os próprios do PT, eu sou do PTB. O Presidente Lula, em um dos seus discursos de campanha, disse no seu discurso de campanha, que com uma canetada, S. Exª iria gerar tanta terra no Brasil que não haveria pessoas para ocuparem.

Eu acredito nisso. É possível. Eu disse há poucos dias -inclusive, fui depois aparteado pelo ilustre companheiro Adão Preto - que, no Pará, temos terras sobrando; terras públicas. Eu não vejo dificuldade em se fazer reforma agrária em terras públicas, desde que o Governo chegue junto. É mais barato fazer reforma agrária em terra pública, ilustre companheiro Adão Preto, do que ter de desapropriar terras caríssimas. O dinheiro que gastaria na desapropriação de terras, a R$15 mil o hectare, assentaria uma família em trinta, quarenta, cinqüenta hectares.

Então, vejo que o Brasil tem jeito, tem rumo; mas precisamos mudar o seu enfoque econômico. Por exemplo, para a Transamazônica, foram levados paranaenses, gaúchos, paulistas, mineiros, há trinta anos. E a terra é produtiva, boa, eu conheço. Mas o juro que pagamos em um dia e meio daria para asfaltar toda Transamazônica, que há trinta anos espera por asfaltamento.

Então, temos que mudar o enfoque, sim, e eu acredito que o Presidente Lula tem boa intenção, mas eu não entendo por que está havendo tanta lentidão. De acordo com o que o senhor colocou, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de triste lembrança, assentou, em média, 45 mil famílias por ano. Eu pergunto: parece que não tivemos 45 mil famílias assentadas em um ano e três meses. Então, é preciso acelerar.

E eu somente quero fazer uma pergunta, finalizando. Eu quero, inclusive, dizer que estou Deputado, sou Pastor Evangélico, sou contra a violência de ambos os lados. Tem acontecido, em ambos os lados. Nós tivemos, agora, um problema de um grupo armado de um assentamento que invadiu, de madrugada, uma propriedade altamente produtiva próxima a Marabá – eu não defendo aqui latifúndio – que inclusive deixou cego um sargento com um tiro na vista.

Eu sou contra a violência de todos os lados. Acho que nós podemos fazer uma reforma agrária com a bandeira branca da paz, sem nenhum problema.

Quanto à pergunta que eu faço, o senhor talvez não possa responder por outros, mas numa afirmativa do Sr. José Damasceno, que eu não conheço; do Sr. Gilmar, que eu conheço, bem como do Sr. José Rainha e do Sr. João Paulo Rodrigues, eles intitularam o Movimento dos Sem-Terra – que o senhor coloca aqui de maneira muito clara que é um movimento pacífico – como movimento revolucionário. O senhor concorda com essa afirmação? Se é revolucionário da paz, de criar propriedade para todos eu concordo, mas eles não teriam colocado aqui como revolucionário para mudar o País na lei ou na marra? É a minha única pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. João Pedro Stédile, para responder aos Deputados José Nazareno Fonteles, Jamil Murad, Edson Duarte e Josué Bengtson.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – São muitas questões. Pelo adiantado da hora e da profundidade que as respostas exigem infelizmente eu acho que o nosso relator vai ter muito trabalho de depois ordená-las, para convocar os demais depoentes a também debaterem sobre esses temas. Eu me refiro, por exemplo, à questão do Poder Judiciário. Evidentemente, nós acompanhamos a conjuntura, pelo Movimento, sabemos das dificuldades, mas existem outras organizações e movimentos que já têm um acúmulo maior em termos de propostas concretas de como ir afinando.

Nós, concretamente, no início do novo Governo, apresentamos uma proposta que vimos com alegria, agora que o ouvidor agrário acatou, de que era preciso construir ouvidorias agrárias nos estados, porque os ouvidores agrários teriam o poder e a capacidade de se antecipar ao conflito e mediar; mas já estamos há quinze meses e estão os dois coitados sozinhos correndo o mundo. Agora, até eles, de vez em quando, recebem ameaça.

Então, o Poder Judiciário é um capítulo à parte. O que eu posso – e tenho que – denunciar aqui é que dos 1.671 casos de assassinatos no campo, somente oitenta casos tiveram processos e julgamento. E desses oitenta casos, uns oito tiveram julgamento. E dos oito que tiveram julgamento, que eu saiba, – a não ser que tenha acontecido mais recentemente algum – nós temos três casos em que há assassino preso. É o caso dos assassinos do Sr. Chico Mendes, do Sindicalista Expedito Canuto e do Padre Josimas. Mesmo assim, no caso do Padre Josimas, que é em Imperatriz, acaba de se dar um júri, dezesseis anos depois, contra os mandantes. O pistoleiro está preso e disse quem foi o mandante, mas o tribunal inocentou os mandantes.

Então, é evidente que há uma ilação muito forte do Poder Judiciário local, às vezes pessoal, que garante uma certa impunidade aos que praticam a violência. No caso de Carajás, que o senhor também deve ser testemunha, nos alegramos essa semana com a notícia de que essa Casa aprovou a Reforma do Judiciário, naquela parte de levar para a Justiça Federal a criminalização dos direitos humanos. E isso será uma salvação. Vocês estão de parabéns. Já deveria ter sido há muito tempo.

E, finalmente, é nossa esperança que talvez, com essa aprovação, consigamos então trazer o caso de Carajás para a Justiça Federal e, finalmente, alguém ser preso e julgado. Por que vocês todos sabem que todos estão impunes. Ninguém foi para a cadeia. Comete-se um crime bárbaro, 19 mortos, 67 feridos, e até agora completamente impunes. Evidentemente, que não tive nenhuma intenção de ofender os companheiros que vivem no Pará. Insisti na tese de que é jogar dinheiro fora e colocar os companheiros no inferno, colocar um assentamento no meio da floresta, que não tem viabilidade nenhuma. Isso não acontece só no Pará, acontece no Mato Grosso, em Rondônia.

Então, é preciso se rediscutir a forma como se utilizam as terras públicas, talvez indo mais devagarzinho, onde elas estão mais próximas do Estado, da estrada, da luz elétrica. Aqui no Mato Grosso do Sul, temos todas a área de fronteira que é terra pública, mas, quem se atreve a começar a arrecadar? E, por incrível que pareça, a maioria dos proprietários das fazendas do Mato Grosso do Sul moram em São Paulo. Nem sequer moram lá. Mas, é um poder que impede a própria ação da Reforma Agrária.

E, para completar suas perguntas, já que comecei do fim, quero dizer que usamos a palavra "revolucionário" não é no seu sentido clássico, como acabou ficando identificado. Mas, usamos no sentido de Paulo Freire, no sentido do conceito utilizado por Caio Prado Júnior, num livro clássico, de 1965, "A Revolução Brasileira". O que ele dizia? É que esse País, para mudar, tem que ir à raiz, tem que revolucionar raízes. Então, o sentido é esse. Radicalizar. Então, é esse o aspecto, que uma Reforma Agrária tem que ir à raiz dos seus problemas.

Sobre as outras observações, algumas das armas já respondi; em relação às milícias, Companheiro Jamil, temos notícias de que, aqui e acolá, alguns dos fazendeiros mais – agora não é radicalizados – mais odiosos, se articulam para constituir milícias. Mas, nós somos os primeiros inclusive a dizer publicamente que acreditamos que isso não é prática comum. São pequenos grupos. Já tivemos diversas audiências com a Polícia Federal e o Ministro Thomaz Bastos nos as-

segurou de que todas as denúncias que apresentarmos a eles a Polícia Federal vai investigar. E estamos satisfeitos porque, de fato, a Polícia Federal agiu no Paraná, agiu no Mato Grosso do Sul, agiu no Pontal e identificou esses malucos, que andavam com AR-15, chegaram até a essa burrice de se autochamar de PCR, se identificando claramente com os bandidos.

Então, não temos paranóia. Lamentamos que haja esses grupelhos, que aqui, acolá, tentam se armar. Mas, estamos atentos, estamos denunciando para a Polícia Federal. E temos visto que a Polícia Federal tem agido. De maneira que também não é aí o foco principal do nosso problema agrário. Devemos denunciar porque isso cria uma barreira da própria sociedade. Mas, não é aí que está o problema central.

Agradeço as menções elogiosas, se não houvesse o MST. E quero trazer como testemunho a declaração de duas figuras, que são emblemáticas na nossa sociedade, nessa Casa, já que estamos num ambiente parlamentar. Nesse ano, quando veio Dom Pedro Casaldáliga, foi homenageado por esta Casa, porque se está afastando, está-se aposentando, e ele disse no seu discurso, aí no salão negro deste Congresso, como agradecimento ao MST, que, se não houvesse o MST, a sociedade brasileira deveria criá-lo, como uma espécie de homenagem aos nossos 20 anos. Aí muitos de vocês vão dizer: mas Dom Pedro é figurinha carimbada, é um dos fundadores do MST, está compromissado por sua doutrina, pelo Evangelho com a questão dos pobres. Daí o segundo exemplo emblemático: quando o Movimento completou 15 anos, o Senador Amir, em nome do Partido Progressista, no Senado Federal, fez um discurso que disse a mesma coisa: se não existisse o MST, nós, em Santa Catarina, ajudaríamos a criá-lo.

De maneiras que temos convicção de que a sociedade esclarecida, independente de ideologias, sabe que, apesar dos erros e desvios que temos, não somos um movimento de anjo; somos um movimento de homens e mulheres. Mas, apesar de erros e desvios, o MST tem uma missão civilizatória, ele ajuda os pobres a recuperar dignidade, cidadania e auto-estima para lutar pelos seus direitos e, quando nós fizemos mobilização, é nesse exercício democrático de que os pobres só vão resolver os seus problemas se se organizarem, e é evidentemente que uma mobilização representa pressão a todas as barreiras. Se há barreiras no Governo, ela ajuda a derrubá-las; se há barreiras no Incra, ela ajuda; se há barreiras no Judiciário, ela ajuda; enfim, ela é uma manifestação – disse bem então o ouvidor – para fazer com que se acelere a vontade política. Nós também não temos dúvida – não estamos aqui para fazer briga interna – da boa-vontade do Governo e do Presidente, mas o tema não se trata de boa-vontade, o tema se trata de colocar os instrumentos do Estado para, de fato, resolver, porque é essa a situação esdrúxula que nós encontramos.

Estamos de acordo com o projeto do Governo, satisfaz-nos as 400 mil famílias, só que do jeito que está, se nós não nos mobilizarmos, vai fazer menos que o Governo Fernando Henrique Cardoso, porque até agora não tem mantido nem sequer a meta das 50 mil famílias por ano.

Por último, sobre a prisão – queria aproveitar o gancho –, que me esqueci de dizer quando me referi ao nosso querido José Gomes da Silva naquele estudo dele. Ele fez um estudo sobre o custo de um preso nas penitenciárias de São Paulo. Para cada preso, o custo de um ano dá assentar uma família. Então é essa a reflexão que a sociedade tem que fazer. Tem que deixar que os pobres virem marginais, e vão para cadeia, e daí o Estado tem que sustentar lá, já como páreas irrecuperáveis como estão as nossas penitenciárias? O Estado vai usar esse dinheiro preventivamente para recuperar a cidadania e fazer com que o "cara" não chegue na prisão porque, mesmo que aqui ou acolá haja dificuldades e problemas em assentamentos, tenho certeza que os índices de criminalidade dos nossos assentamentos são os mais baixos de todas as cidades do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Próximo bloco Adão Pretto, João Fontes, Luis Carlos Heinze e Luci Choinacki.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado amigo João Pedro, tenho muito orgulho de eu ter sido um dos milhões de amigo, e companheiro, e fundador. Começamos juntos esse Movimento fazendo reuniões embaixo de árvore, dentro dos potreiros, porque era negado para nós escola, pavilhão de igreja para nós nos reunirmos no tempo da Ditadura, e nós começamos esse Movimento. Lembro-me ainda quando você desembarcava do ônibus em Sarandi e ia jogando bocha com pedra até o acampamento de Encruzilhado Natalino, vinte quilômetros a pé. E é isto, prezado amigo João Pedro e prezados colegas, que a burguesia não entende: como é que uma pessoa pode-se dedicar tanto em defesa das outras sem tirar proveito pessoal. É isso que não cabe na cabeça de um burguês e é para isso que você é uma pessoa visada. Então eu queria, Sr. Presidente e prezado Relator, como tínhamos combinado de trazermos hoje o companheiro João Pedro, a Contag e a CPT. Acho que por um dom de Deus eles não vieram

e sobrou mais tempo para o João Pedro dar essa aula aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então Thomás, Balduíno encontra-se no Canadá, e o Presidente da Contag também estava ausente. Você tem razão; esta reunião deveria servir apenas a uma audiência.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Exato.

Então João Pedro teve mais tempo de dialogar conosco e com a sociedade brasileira, através das comunicações.

Queria dizer que não tenho muitas perguntas a fazer, você explicou muito bem. Só queria dar um testemunho de que o D. Balduíno esteve no meu gabinete no mandato passado ainda, só para dar um testemunho daquilo que você afirmava, dizendo o seguinte. Estou acabando de chegar do Estado de Tocantins e vim dizer para vocês o seguinte. Vocês aqui estão debatendo a questão da pena de morte. Não adianta vocês debaterem essa lei aqui, estou vindo de um assentamento lá de Tocantins, onde 80 famílias estão condenadas à morte. Foi feito um assentamento a 80 quilômetros de uma estrada. A terra é boa. Mas se ele produzir um cacho de banana, um quilo de arroz, ele tem que carregar 80 quilômetros nas costas. Então essas famílias estão condenadas à morte. Só para ilustrar o que você dizia.

Não é pergunta, você falou tanta coisa, gostaria que você falasse também um pouco sobre a questão dos agricultores que têm que sair das áreas indígenas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os governos estaduais fizeram assentamento de colono em cima de áreas indígenas e deu, inclusive, escritura. Só que em baixo dizia: Essa é uma terra indígena. E agora os agricultores têm que sair, porque a terra é dos índios e também sobre os atingidos por barragem. Aonde os governos fazem enormes barragens hidrelétricas e as multinacionais estão tomando conta disso, e colocam a taipa do açude, solta uma água e se defenda quem puder. Tem barragens no Nordeste que os agricultores tiveram que sair de noite, com criança no colo, e foram para casa de parentes, amigos, porque a água tinha atingido a sua propriedade de noite. Assim é tratado esse povo. Isso também se trata de reforma agrária.

Para finalizar, gostaria que você falasse um pouco também sobre os enormes prêmios que o MST tem recebido. Aqui no Brasil é um movimento, como você disse, é taxado de subversivo, de agitador, de baderneiro, mas tem recebido tantos prêmios de honraria, de pessoas ilustres e de países civilizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Avaro Dias) – Obrigado nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PT-ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, queria parabenizar a lucidez de quem vê as coisas com boa fé, a lucidez como da exposição de João Pedro Stédile. Lamentavelmente, temos uma Imprensa burguesa que não tem nenhuma boa vontade com a palavra que se solta de um membro do MST e se dá interpretação e se cria aí sim, um incêndio perante a opinião pública de que o MST quer incendiar o País. Na realidade, esse incêndio, eu que sou advogado lá de vocês, tenho presenciado a luta de vocês junto com arquidiocese, com o Bispo da minha cidade, nunca vi até hoje um membro do MST com nenhuma arma, nenhuma arma.

E vejo do outro lado o Judiciário que, recentemente, o caminhão foi parado lá e se tirou comida desse caminhão. O Judiciário indiciou oito membros do MST. O delegado chegava lá e pegava um, pegava outro. Então essa luta desigual.

Lamentavelmente temos que entender que o Estado brasileiro, a concepção de Estado tem que governar para os pobres mesmo, porque os ricos já têm tudo. Esta Casa aqui é uma Casa que aprova tudo dos ricos. Só lamento, hoje, que o Presidente Lula, que a gente investiu de um sonho para mudar a condução desse País, esteja aliado aos trezentos picaretas que ele disse que tem nesta Casa. Isso que tenho que lamentar, é essa política econômica que extremamente...

O SR. (Orador não identificado) – Nobre Deputado, sou aliado do Lula, como é que fica?

O SR. JOÃO FONTES (PT-ES) – Você está nos trezentos?

Não estou nominando ninguém, estou dizendo a palavra de Lula, não citei seu nome. Na sua hora não interferi.

Lamento profundamente que o Presidente Lula tem botado no Banco Central uma pessoa com o espírito do George Soros; na Fazenda, um outro com o espírito do FMI ortodoxo, e não o FMI que, na Argentina, tem afrouxado essas metas do superávit primário.

No ano passado, apresentei, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, 19 emendas, sendo que uma dessas emendas era para realocar o dinheiro da sobra do superávit primário para a reforma agrária. Porém, o Relator, um deputado federal do PT, passou a tesoura.

Dessa forma, temos que entender que não dá para o MST fazer um jogo de compadres com o Governo Lula. Creio até que seja o momento de se repensar a atuação do MST enquanto instituição de movimento com partidos políticos. Entendo que temos que ter sintonia com os partidos de esquerda que querem esse caminho, mas essa simbiose do Governo Lula com o MST é um governo de compadres. Aí, fica o seguinte: o João Stédile dá uma declaração, e o Lula corre para

reunir o ministério, chama o Rosseto para poder ver o que se pode fazer para o MST. Isso caberia bem no dia da mentira, que é hoje.

No meu Estado, há um assentamento que precisa de R$7 milhões. Rosseto foi lá em outubro, em dezembro, criamos uma mobilização do MST, e até hoje o João Stédile não pode mais ir ao meu Estado, porque ninguém acredita mais.

Por isso, Stédile, vejo o Governo Lula muito mais como um elefante pesadão que não vai para lugar nenhum: tem um peso enorme, porque tem apoio popular, mas é um governo engessado que não sai do lugar. E quanto esse espetáculo do crescimento que se falou muito, o que se vê hoje um espetáculo circense, porque reúnem-se os ministros e não saem com nada.

Registro, então, que o inferno está cheio de homens de boa vontade. Vamos acabar com essa lógica de que o Presidente Lula tem boa vontade. Temos que apoiá-lo naquilo que S. Exª tiver coragem de fazer para mudar esse modelo político, econômico e social, que é burro, porque, com essa política, não se privilegiam a educação, a saúde, a segurança e a terra.

Parabenizo a todos vocês, que contam com nosso apoio em nosso Estado. E alerto: está na hora... Estamos fundando um partido político novo. E dizem: o MST vai... O MST tem que ser um movimento de vanguarda na luta com qualquer partido que tenha esse perfil e queira realmente reconduzir vocês para uma nova caminhada e acabar com essa história de que uma declaração dada pelo Stédile vira um incêndio neste País.

Este é o momento dos bombeiros, embora, no Brasil, ser bombeiro tem causado muitos problemas, inclusive separações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Avaro Dias) – Vamos para os últimos inscritos. Há mais três parlamentares. Vamos ouvi-los neste momento para que, logo após, o Stédile possa encerrar, se o Sr. Relator não desejar formular novas perguntas ao final.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Colegas e Sr. João Pedro Stédile, nosso conterrâneo gaúcho. Sou engenheiro agrônomo e produtor rural. Trabalhamos em um tema sobre essa questão da reforma agrária. A minha luta é isso, porque venho desse meio. Estudei em um colégio agrícola, em um ginásio agrícola, sou engenheiro agrônomo e produtor, e a gente tem um conhecimento, porque o meu trisavô, meu bisavô, meu avô, quando vieram da Alemanha, vieram para trabalhar nisso, assim como toda a minha família. Nós trabalhamos pela agricultura brasileira. É pena que, em alguns aspectos, tenhamos algumas divergências.

Temos um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e também da Embrapa, em que se aborda o problema da pobreza rural. Temos em torno de 6 milhões de produtores no Brasil. Em torno de 90% tem de zero a cem hectares, quer dizer, são pequenos agricultores. A preocupação atual não é apenas dos sem-terra, mas muito dos com-terra pela forma como vivem. E esse trabalho mostra que, no Norte e no Nordeste, em média, cada produtor – de zero a cem hectares – ganha, em média, ou seja, faturam, bruto, por ano, em torno de 25 salários-mínimos, quer dizer, isso vem da renda bruta, de modo que se tivesse 10% de lucro ou 20%, e muitas vezes nem tem, como a seca no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, as enchentes do Nordeste, nem isso, às vezes, tem de lucro, daria uma renda para esse pessoal de R$ 50 por mês – a quinta parte de um salário mínimo. No Centro-Oeste, daria R$100, no Sudeste, R$190 e na Região Sul, R$220. Praticamente, um salário mínimo por mês, todos os proprietários, todas as propriedades rurais em todos esses Estados.

A grande preocupação que tenho é que temos hoje, no Brasil, nessas 6 milhões de propriedades rurais, gente que nasceu, gente que o avô, o bisavô, gente que está na propriedade e ainda não veio migrar para os centros urbanos, causando esses inchaços na periferia. Então, de 1 milhão e meio desses 6 milhões, tem acesso à crédito, quem sabe tecnologia, alguma coisa assim e, o resto, só Deus sabe como é que eles vivem, como sobrevivem, teimosamente, em qualquer canto deste país.

Essa é uma preocupação, Stédile, quando vocês lutam contra os excluídos, buscando gente na periferia das cidades, tudo bem, mas o que vamos fazer com essa gente aqui se é uma luta que temos em cima desse povo – e vocês sabe, como eu sei – da região que a gente vem, em todos os lugares do Brasil que a gente vai. Então, essa é uma preocupação dos com terra que não têm acesso a nada, nessa política ingrata que temos hoje do mundo globalizado e o pessoal sobrevive.

Se o País tem hoje – você diz que é muito pouco e sei que é – o superávit da balança comercial é graças a essa gente que, teimosamente, produz e se não fosse essa gente dar o superávit o Brasil não teria o superávit que teve o ano passado 0,2% de PIB negativo e se não fosse o agronegócio, quanto seria o negativo do PIB brasileiro? Essa é a preocupação que temos e, por isso, temos que fazer um trabalho por essa gente, luto por isso. Não interessa se é pequeno, médio ou grande, trabalhos para essa gente, é um

trabalho para um grupo; o Adão Pretto faz parte na Comissão de Agricultura e trabalha para essa gente, não só trabalha para os sem terra, trabalha por todos os que merecem uma atenção e um lugar ao sol.

O Stédile coloca que é um movimento ordeiro e pacífico, trabalhei quase um ano fazendo um levantamento e posso trazer, oportunamente, aqui nesta Comissão, fazendo um levantamento da situação da reforma agrária no país. Nessa situação, fizemos audiência pública no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Pontal do Paranapanema, em São Paulo, no Mato Grosso do Sul, ouvimos o pessoal de Goiás, para se ter uma radiografia. Apontamos nesse relatório problemas de proprietários rurais que superfaturavam terra, problemas do Incra e do governo que muitas vezes passavam por cima e até se aproveitavam dessa situação e até de desvio do próprio Movimento dos Sem-Terra.

Botamos todos os lados da moeda em cima disso aqui. O Stédile fala que é gente de bem, até concordo, tem muita gente que é gente de bem. Mas, o que vimos, por exemplo, a morte de um produtor gaúcho, agora, recentemente, em Goiás, meses atrás, um menino que veio com toda esperança, saindo do interior do Rio Grande do Sul, veio com sua família e foi assassinado. Meses atrás, aqui em Goiás, um soldado da Brigada Militar assassinado num movimento dos Sem-terra, com a foice, degolado em Porto Alegre.

Vi, assisti nas minhas andanças por aí, a filmes mostrando atrocidades em São Paulo, em Alagoas, em todos os Estados da federação, cometido por essa gente humilde, gente de bem. Esse é um problema. Quando fala que tem gente armada, eu defenderia a minha família, defenderia o meu negócio, qualquer um defenderia, se é invadido, então, fala-se em ocupação, é o termo que se usa. Se alguém invadir a sua propriedade, sua moradia, a sua casa, a sua esposa, e seus filhos muitas vezes ficarem refém desse pessoal, isso é uma atrocidade.

Por isso, muitas vezes, alguém tem que se defender. Se a Polícia Civil, se a Brigada Militar, se os órgãos que devem fazer segurança não conseguem fazer. Tem uma propriedade que o pessoal me denunciou em São Paulo que foi destruída uma propriedade. Eu vi e uma imagem me chocou. Quando vi aquele episódio do **World Trade Center**, aquelas torres caindo, vi uma fazenda sendo destruída assim em Alagoas.

Isso choca a gente, isso não é gente de bem. Essas coisas, o MST não mostra para o mundo e deveria mostrar. Mostra que é um movimento que tem trabalho em cima dos descamisados, dos humildes, enfim, mas tinha que mostrar essas outras coisas.

Uma preocupação que tenho: como se sustenta o movimento? Para fazer ocupação não precisa de dinheiro, precisa ter vontade. Só com vontade, liderei movimentos dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, atacamos caminhão na estrada, fizemos várias coisas. Para irmos de São Borja, onde moro, ou de qualquer lugar do Rio Grande do Sul, para ir a Porto Alegre,tem que ter dinheiro. Ficávamos um mês fazendo organização para fazer isso, gente que tinha dinheiro, juntando gente, eram produtores gente que se dizia capitalizado. O que vi nesse levantamento que fiz? Tipo cooperativa, a Cocamp, de São Paulo, a Coagri, do Paraná e tantas outras, em cima dos recursos que eram desviados. Essa é uma preocupação que tenho. Sei que vocês não têm caixa, não têm contabilidade, enfim, porque isso é da raça humana, o Waldomiro da vida é da raça humana, nem todos os Deputados, Senadores, políticos são corruptos, tem gente séria aqui dentro, muita gente séria, mas todo mundo é rotulado desse jeito. Então, essa é uma situação que vimos em cima de que uma Coagri, no Paraná, uma verdadeira gangue montada em cima de desvio de dinheiro. Quem sabe aí esteja uma maneira do MST se sustentar, não só com as comissões que o pessoal dizia da onde saía, por exemplo, o dinheiro para a defesa. Dr. Evandro Lins, um grande advogado que o defendeu no Estado do Espírito Santo. O pessoal do Pontal nos dizia...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Deputado para concluir, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sim, só para concluir.

Bom, mas o pessoal do Pontal, os assentados nos diziam que saiu de comissão de dinheiro que saiu no Banco do Brasil e tinha que pagar, além da comissão de 2, 3, 4% um tal de teto 2.

Só colocando essas questões, penso que tínhamos que ter mais tempo até para debater, e vamos debater na Comissão, infelizmente, contigo, é só esse pouco tempo que temos aqui. Só para colocar algumas coisas: a minha preocupação é com o agronegócio, com a agricultura brasileira, não interessa o tamanho e o tipo de gente, o que temos que organizar, e os recursos muitas vezes não podem ser desperdiçados. Como agrônomo que sou, como técnico, penso que temos que ter uma melhor organização nisso e não jogar dinheiro, como no Governo Fernando Henrique foi jogado, critiquei isso e debati com o Ministro Jungman, não é jogar gente em cima da terra por pressão do MST, da Igreja, do PT, o Governo fazia alguma coisa, vi desperdício e muito em cima disso, e o País não pode desperdiçar recursos quando paga (**inaudível**) do juro da dívida externa, do juro da dívida interna, aqui está o câncer do nosso País. No dia em que consertarmos isso, teremos dinheiro para a educação, para

a saúde, para a agricultura, para o seaneamento, para qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso amigo e companheiro das jornadas de luta João Pedro Stédile, é uma alegria tê-lo nesta Casa, e pode ter certeza de que está sendo ouvido por muito gente pela **TV Câmara** e **TV Senado** porque é uma fala importante para o País. E também fico muito contente por ser uma que não teve medo de ajudar a organizar o Movimento Sem-Terra e fazer a primeira ocupação no extremo oeste de Santa Catarina, em 25 de maio de 1995, uma madrugada mais fria da região, onde hoje temos a maior cooperativa de produção de laticínios da região do oeste de Santa Catarina, não só do oeste, onde diziam que os trabalhadores rurais pobres eram incapazes de produzir, eram incompetentes, baderneiros e que estavam ocupando terra porque não tinham o que fazer. Hoje, é uma referência tanto política como de produção de leite. Quero fazer a propaganda da Terra Viva, que é o melhor leite que tem, e bebo esse leite porque, além de uma história, também é uma produção, uma qualidade desse leite e do queijo que é produzido.

Então, para mostrar que, muitas vezes, é mostrado um lado que interessa, mas quando mostrarmos os assentamentos, onde teve o mínimo de condição de produção para ver a produção, a forma de organização das crianças, da escola, que nos deixa muito felizes. E muito felizes, concordo que se o Movimento dos Sem-Terra não existisse precisaria ser fundado, porque é graças a este Movimento que há o debate político importante sobre a questão da terra no Brasil.

Quero fazer algumas perguntas, mas uma questão mais como da importância, que acredito, nós aqui, na Câmara, somos poucas mulheres, João Pedro, e do campo, somos minoria, mas sei que tem o trabalho e gostaria que você colocasse como é que o Movimento Sem-Terra trabalha essa questão de gênero no Movimento, como é que está sendo feito o trabalho porque isso é importante para o País. E, com as crianças, como é que se faz para as mulheres poderem participar, é uma ciranda infantil, porque é um exemplo, quando o Estado não tem políticas públicas para as mulheres, creches, e como é que o Movimento vem trabalhando, dando o exemplo com pouco, como é possível se organizar?

Mas outra coisa que é importante ressaltar é o que diz Luiz Fernando Veríssimo, que muita gente defende a reforma agrária, mas desde que não mexa na sua terra. Daí, vamos defender. E é importante, vamos defender os interesses da agricultura, desde que não mexam nos meus interesses. Mas como o Brasil é um País que concentrou tanta renda, riqueza e terra, desde que nunca foi feita a reforma agrária, eu concordo que há muito gasto, etc, É custoso fazer a reforma agrária que mexe na questão econômica, cultural e de muitos valores.

Mas nós temos, aqui, na Casa, com o apoio de todos os movimentos sociais e que vão entregar aqui para a Comissão e deixar para o João Pedro, que é do seu conhecimento do seu apoio também, mas para esta Comissão, já que esta Comissão está fazendo um trabalho e um debate importante durante um bom período.

Que tem saída, sim, para resolver o problema, até porque a Constituição não defende o direito absoluto à propriedade da terra. A terra precisa cumprir uma função social. E isso os constituintes conseguiram garantir. E nessa questão de cumprir a função social, nós apresentamos uma emenda à Constituição brasileira que coloca um parágrafo no artigo que precisa dar conta no art. 185, limitar o tamanho da terra no Brasil. É muito simples. Vamos limitar. Não vai haver gastos. Vai ser fácil. Vamos fazer a reforma agrária. Cada um fica com o limite da terra. Que terra se democratiza. O Governo vai ter o estoque de terras para fazer a reforma agrária. Os fazendeiros não vão precisar ficar bravos. Os juízes que, muitas vezes, dão liminares contra, não vão precisar ter esse serviço. Então, vamos facilitar a reforma agrária no Brasil. Limitar o tamanho da terra. Há salário-mínimo. Há limite para tudo que é mínimo. Então, vamos limitar o tamanho da propriedade na terra.

Eu espero que, com este debate que vai ser feito, os dados que vão ser levantados, já o trabalho que tem, essa nossa emenda à Constituição ela resolve um problema fundamental da reforma agrária para contribuir que a terra seja limitada, que não haja senhores que compram, hoje, mil hectares, amanhã, dois mil hectares, e vão comprando terra, e vão comprando, e vão comprando, e vão comprando e dizem que tudo isso é importante, que a terra são donos como se fosse uma conta bancária que não tivesse fim, e que a terra fosse inventada.

A terra não foi inventada por nenhum cientista, por nenhum ricaço do mundo. Ela é obra da natureza, ela é obra de Deus; e ela precisa estar a serviço da humanidade em fazer com que todos possam ter acesso aos meios de produção e de vida. A terra para nós é vida, é um símbolo muito forte.

Por isso, eu quero, então, deixar aqui para a Comissão e para o João Pedro também essa cópia dessa emenda à Constituição que, acredito, vai resolver um problema do País e ajudar o Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Deputada.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Eu confio no Governo Lula. Por isso, o movimento que está fazendo vai ser importante essa Comissão para ajudar com que o Governo consiga dar os passos que é preciso, porque ele fez muitos gestos, mas agora precisa botar em prática uma questão fundamental para o País que é dar condição aos pobres à cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O último orador inscrito para questionar o depoente é o Deputado Orlando Desconsi com a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. João Pedro Stédile, é uma satisfação tê-lo aqui e receber essa aula importante sobre a questão agrária no País.

Queria, primeiro, dizer que gostaria de muito de ver um debate de fundo sobre a questão agrária com as diferentes visões, com o tempo necessário para que esse assunto pudesse ser esclarecido e as pessoas pudessem ter opinião.

Porque não aparece, nos grandes veículos de comunicação, por exemplo, a situação da terra no País. Quem são pessoas, quantas áreas públicas foram – vamos usar o termo preconceituoso que usam contra o MST da invasão, quando é ocupação – foram ocupadas por grandes produtores. Brasília, aqui, é só sair um pouco do Congresso, nós vamos ver a quantidade de área que foi ocupada aqui na cidade mais planejada deste País. Mas quando é um cem aí há todo um ataque, uma discriminação. Quando é alguém que tem aí não é o mesmo enfoque. Portanto, aí é ocupar e pode ocupar não tem problema nenhuma, está fazendo um bem. É uma visão ideológica.

Defendemos a reforma agrária, defendemos a agricultura familiar, toleramos e entendemos que dentro da atual conjuntura, o grande cumpre um papel. Essa é a nossa postura. Há os que têm uma visão ideológica diferente, que defendem o grande e que toleram o agricultor familiar e que toleram os sem-terra, e há os que não toleram. Há os que não toleram e que, às vezes, escamoteiam a sua posição, mas não têm a clareza de defender claramente. Podemos ver isso nos próprios discursos, porque ninguém questionou, João Pedro, para tirar a sua opinião, por exemplo, sobre as pessoas que tomavam o dinheiro barato nos bancos e não aplicavam na propriedade, que aplicavam em mansões, que aplicavam em caminhonetes, que aplicavam em outras áreas. Isso ninguém perguntou para você hoje aqui, nesse debate, mas todos sabemos o que aconteceu no Brasil, que governos passados negociavam as dívidas só dos grandes e não tinham coragem de negociar, Deputado Adão, com os pequenos. E o Governo Lula teve, pela primeira vez, a coragem de negociar primeiro a dívida dos pequenos.

Se formos ver também a situação em que o Presidente Lula assumiu este País, um país falido, de Estado mínimo, com as estruturas arrebentadas. E é necessário um processo de construção, para chegarmos aos avanços necessários.

Tenho acordo que temos que tencionar, por dentro do Governo, a política econômica. Porém, elegemos o Lula e o povo não elegeu a maioria no Congresso Nacional. Temos gente na base teórica do Governo e que, por dentro, luta para que os nossos compromissos históricos e os próprios compromissos do programa de Governo não ocorram. Não vamos nos iludir. São base numérica do Governo, mas que, por dentro, fazem o esforço que fizemos, por dentro do Governo, para que ele cumpra, tem gente fazendo o contrário.

Portanto, ter governo não significa ter poder. Todos temos clareza disso.

Há um esforço determinado do Ministro Rossetto, do Presidente Lula, de fazer cumprir exatamente o acordo e o Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse esforço está visível. Agora, há entraves, há entraves legais, há entraves do Judiciário. O que aconteceu com a primeira fazenda a ser desapropriada no Rio Grande do Sul? O prefeito de lá impediu o MST de entrar na cidade. O Judiciário jogou pesado numa decisão absolutamente equivocada, impedindo a desapropriação de uma área, com um claro interessante em manter o interesse dominante do latifúndio, improdutivo, inclusive.

Se aumentarmos a produção neste País, há vários aspectos positivos: dos produtores como um todo, das "n" vontades que existem. Mas queria dizer que há um pouquinho da luta pela terra, da luta não só do MST, mas de todos aqueles que lutam pela reforma agrária, que fez com que muitos grandes produtores de terras neste País colocassem a sua terra para produzir, com medo de que houvesse uma ocupação e de que lá se fizesse uma reforma agrária. Então, ajudou, inclusive, a construir índices melhores de produtividade em nosso País. Tenho certeza de que vocês cumpriram o papel para com a produção do nosso Brasil.

Confio no Presidente Lula, confio no Governo Lula. Acompanho e tenciono para que supere as dificuldades, mas temos que reconhecer também que houve um conjunto de avanços. Tem aí concurso para melhorar a posição do Incra. Estamos construindo um Plano Nacional de Assistência Técnica, que foi desmontado, dentro da visão neoliberal e nenhum assentamento será feito sem assistência técnica, isso é um avanço. Terá que ter essa inclusão na questão educacional, saúde, habitação, estradas. Isso foi feito no Governo

passado, inúmeros de assentamentos sem infra-estrutura, sem ser em locais adequados. Isso pode ter uma competição de números. Não queremos números, queremos resultados efetivos, com o povo tendo dignidade, podendo produzir.

Encerraria, fazendo duas perguntas: uma, qual a sua opinião com relação a um cadastro nacional de terras? Isso é positivo, é importante? Com relação à grilagem de terra no Brasil? E uma terceira: na luta pela terra existe só o MST ou existem outros movimentos? Se existem, qual a relação do MST com os outros movimentos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Sr. João Pedro Stédile.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Bem, vou procurar ser o mais sintético possível em benefício de todos nós.

Com relação ao tema do cadastro nacional, é urgente e necessário que o Governo faça um casamento entre o cadastro do Incra, as declarações do IBGE, as declarações da Receita Federal e o Imposto de Renda. Isso é importante para que se possa saber quem são os grandes latifundiários, sobretudo as empresas que sonegam Imposto de Renda, que usam as terras para sonegar a arrecadação pública.

O tema da grilagem é muito amplo. Vou pedir que me liberem de falar sobre esse tema. Haverá outros companheiros da região da Amazônia que entendem melhor do assunto.

Companheiro Desconsi – creio que posso tratá-lo assim, já que temos uma questão em comum: a defesa da agricultura –, você colocou diversos pontos. Evidentemente, estamos de acordo em alguns deles e em outros, não. Mas eu me sinto na obrigação de dar uma resposta a alguns desses pontos, até para informar a opinião pública, para que não fique uma inverdade no ar.

Primeiro, as nossas coincidências: esse estudo da Embrapa e a preocupação com os pequenos agricultores e os milhões que estão sendo prejudicados pela política neoliberal. Nós e o MST nos orgulhamos de há dois ou três anos, quando os técnicos fizeram... O próprio Ministro da Agricultura da época escondeu, publicou só numa revista interna...Nós pleiteamos aqui no Senado e esta Casa fez uma edição especial desse estudo para distribuirmos na nossa base. Por se pode ver as preocupações que tivemos com essa mesma radiografia que o estudo apresentou.

Com relação ao tema da violência, evidentemente ela existe aqui e acolá. Como já disse quando falei sobre o tema das milícias, usar a violência como uma paranóia só interessa aos donos dos grandes latifúndios. Só a eles interessa a violência, só eles geram a violência, ou a violência social porque excluem os sem-terra, ou depois são o estopim. Os pobres só pagam a conta.

Se fôssemos demagogos, poderíamos trazer as viúvas dos 1600 companheiros que foram assassinados e fazer um carnaval aqui de demagogia humanitária, um carnaval com aqueles que não receberam nem indenização e que foram assassinados ao longo desses vinte anos. Esse não é o caso. Por quê? Porque não ia resolver nada. Nossa preocupação é discutir os problemas da sociedade. A sociedade brasileira sabe e os Parlamentares não podem ter dúvida disso. Ou seja, essa não é a linha do movimento, porque nós abominamos a violência, somos contra o uso de armas, não estimulamos o uso de armas. Onde isso acontece é por desvio de percurso, que nós mesmos condenamos publicamente e nas autocríticas internas.

Portanto, não pode haver dúvidas sobre isso. Há alguns casos que condenamos publicamente: destruição de casas de fazendeiros. Somos contra isso, denunciamos esses casos e em geral aqueles casos que aconteceram, nós os identificamos como infiltração estimulada por policiais para criar um clima de anarquia. No fundo, quem paga o pato é MST e não aqueles párias que cometem essas aberrações.

Com relação ao caso da Coagri, você tem toda a razão. Houve uma diretoria corrupta. Nós recebemos as denúncias. Sei que o MST do Paraná interferiu. Aquela diretoria foi destituída e seu presidente expulso do MST.

É preciso que fique claro que a linha do MST é contra qualquer tipo de desvio de dinheiro dos seus próprios associados. Onde pudermos agir, vamos fazê-lo.

Por último, é minha obrigação como militante do movimento da reforma agrária salvar a memória do Dr. Evandro Lins. Ele foi um dos homens mais honestos e sérios do século XX. O povo brasileiro deve muito a esse que foi o maior jurista, criminalista deste País. Trata-se de um homem de bem e que honrou o seu tempo. O Dr. Evandro Lins atuou em vários casos nossos e nunca cobrou nenhum centavo por isso. Posso dizer isso em cartório, em homenagem à memória dele.

No caso do José Rainha, inclusive, a CUT do Espírito Santo queria pagar a passagem dele do Rio ao Espírito Santo. Ele se negou e pagou a sua própria passagem de avião, dele e de dois netos, já estava muito velho. Foi com seus próprios recursos. É minha obrigação dar esse testemunho para que a verdade fique clara, mas aqui outros companheiros que antes de serem Deputados, como o próprio João Alfredo, o Deputado Luiz Eduardo, o Deputado João Fontes, atuaram como advogados de defesa dos Sem-Terra e

nenhum deles nunca cobrou nenhum centavo. E assim temos dezenas. É uma das provas da solidariedade da sociedade brasileira. Imaginem se os Sem-Terra tivessem que pagar os seus advogados, estaríamos fritos, durava um ano, porque é tanto processo, tanto problema que acaba caindo no Judiciário. Essa é uma maneira de a solidariedade nos salvar, é assim que interpretamos.

De maneira que penso que voltamos ao ponto inicial, que temos coincidência em discutir sem preconceitos ideológicos, discutir com clareza que este país pode se transformar numa sociedade mais justa e igualitária se tratarmos com seriedade a causa dos problemas e sem ficarmos nos batendo em torno das suas mazelas. São conseqüências perversas que todo ser humano abomina, mas que, infelizmente, aqui e acolá, voltam a acontecer. Sobre as premiações, Companheiro Adão Pretto, evitei já na outra pergunta citá-las. Não vim aqui para fazer demagogia do MST, não vim aqui defender o MST, vim aqui para discutir o problema agrário e a necessidade da reforma agrária. Estou aqui com uma pilha que os nossos assessores deram de títulos e documentos. Podia ficar aqui me exibindo, mas isso não serve para nada. O que adianta dizer que tenho o título de cidadão do Rio de Janeiro? Não serve para nada. O que adianta eu dizer que o Parlamento da Suécia deu o Prêmio Nobel alternativo para nós? Não vai resolver a Reforma Agrária no Brasil. Então, evitei entrar nesse tema, para não dizerem que vim aqui usar uma tribuna democrática, que me foi oferecida, para fazer loas a nós mesmos. Não é da nossa ética esse tipo.

Por último, o tema da participação das mulheres no Movimento. Muito importante, companheira Luci Choinacki. Você, que é uma das fundadoras, sabe muito melhor do que eu, mas, infelizmente, o tempo vai ficar para algum outro depoimento. Por último, queria apresentar como sugestão as duas questões do Adão Pretto. Sugiro que esta Comissão vá ao Mato Grosso do Sul antes que aconteça uma tragédia visitar as áreas indígenas. Lá é fácil resolver o problema, lá os invasores são grandes fazendeiros, mas a terra é, pública e notória, indígena. O MST e a sociedade brasileira já deram dezenas de demonstrações de que terra indígena é intocável, nem o Papa se atreva a pegar um pedaço para a Igreja. Terra indígena neste país devia ser sagrada, que é o mínimo que a nossa geração e a nossa civilização, de homens e mulheres que viemos para esse território, devemos aos povos nativos. Isso é o mínimo, de maneira que, sobre isso, não pode haver dúvida, mas estou preocupado, Sr. Presidente, com a situação no Mato Grosso do Sul. Estive lá, vocês viram, e os relatos que ouvi dos companheiros indígenas são de que estamos à beira de uma tragédia, porque há na tradição cultural dos povos guaranis o suicídio como forma de martírio e de protesto e eles estão ameaçando se suicidar se o Governo não resolver a desocupação das áreas deles pelos fazendeiros que estão lá. De maneira que recomendo e acho que esta Comissão tem moral para ir lá, ouvir as partes e ajudar o Governo a resolver o quanto antes, antes que sejamos manchados por mais uma tragédia do tipo de Carajás.

A segunda sugestão também passo adiante. Convoquem o movimento dos atingidos por barragens para que eles venham aqui depor, porque, de fato, o Deputado tem razão. No caso da construção das hidrelétricas, como foi privatizado e o Governo não tem mais controle, as empresas empreiteiras, que não tem responsabilidade social nenhuma, estão fazendo uma contra-reforma agrária em vários Estados. Tem 80 barragens planejadas e está previsto que 100 mil pequenos proprietários, à beira dos rios, serão desalojados, vão vir para o nosso Movimento. Antes que eles venham para o nosso Movimento, reassente-os antes que virem sem-terra, porque são proprietários de terras, e como foi privatizada a construção das obras, a maioria é de multinacionais, eles estão se lixando para a responsabilidade social. Então, esta Comissão também tem moral, porque isso é um problema fundiário, de meio ambiente, é um problema sério.

Companheiros e companheiras, desculpem-me por todo esse tempo. Agradeço enormemente a atenção. Considero esta oportunidade uma (inaudível) ao nosso movimento. Sabemos que temos muitas dificuldades e problemas, mas tenho certeza de que o Movimento Sem Terra quer ajudar o povo brasileiro a sair da pobreza e nós construirmos uma Pátria mais justa a todos.

Muito obrigado pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes do encerramento, concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, primeiro, essas sugestões que João Pedro traz, inclusive, estão contempladas no roteiro que aprovamos. Penso que há necessidade – falei isso na outra reunião – de, o quanto antes, marcarmos uma reunião administrativa. Veja, conflitos em áreas indígenas: Roraima e Mato Grosso do Sul. E na área dos movimentos sociais, evidentemente que o MAB vai ser chamado.

A outra questão que considero importante ressaltar é que penso terem sido extremamente positivas as duas primeiras reuniões desta CPI, da Ouvidoria que trouxe um retrato claro dessa situação

fundiária e agora a do João Pedro Stédile. Creio que saímos da discussão sobre uma frase ou uma palavra e fizemos um debate profundo sobre a situação fundiária e é importante dizer que essa CPI, ao contrário do que querem alguns, não é uma CPI contra nem a favor do MST, é uma CPI que tem um objetivo claro: levantar o problema fundiário brasileiro e apresentar sugestões. Eu acho que esse depoimento e o anterior foram importantes, e ela está cumprindo um papel.

Queria portanto parabenizar o expositor de hoje e esperar que continuemos nesse nível de debate, debate em nível muito elevado que pode em muito contribuir para a Reforma Agrária e à pacificação do campo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Relator, Deputado João Alfredo.

Quero, a exemplo do que fez, agradecer a João Pedro Stédile pela forma elegante com que expôs aqui o seu pensamento a respeito desse enorme desafio, desse desafio escomunal que tem a sociedade brasileira de promover justiça social através de uma correta distribuição de suas riquezas. A terra é o nosso grande patrimônio, é, sem dúvida, uma das riquezas maiores da nossa sociedade.

Quero portanto agradecer pela contribuição certamente exponencial que trouxe. Agradecer também aos Parlamentares pela participação ativa deste debate, afinal, tivemos cerca de 17 ou 18 Parlamentares questionando o expositor. Esperamos que essa presença ativa, expressiva possa se oferecer também em relação a outros componentes que aqui comparecerão, para que o Sr. Relator, Deputado João Alfredo, possa, ao final, propor um relatório consistente, que contribua para que o País possa realmente comemorar a execução de um plano de Reforma Agrária.

Democraticamente convocamos já para a terça-feira, após a Semana Santa, o Sr. Presidente da União Democrática Ruralista, Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, para também aqui prestar seu depoimento. Vamos alternar, certamente, na seqüência, o Dom Tomas Balduino, enfim, alternando aqueles que possam contribuir de um lado e de outro para que ao final esta Comissão ofereça resultado concreto de seu trabalho.

Muito obrigado a todos, agradecendo também a presença da imprensa aqui, que é fundamental para que essa mensagem possa ser levada a todo o País.

Marcamos para terça-feira, posterior à Semana Santa a próxima reunião desta Comissão.

(Levanta-se a reunião às 14h13min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 6ª Reunião, realizada em 13-4-2004

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às treze horas e cinquenta e sete minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Suplicy e Sibá Machado e os Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Edson Duarte, Jamil Murad, Adão Pretto, Ary Vanazzi, Kátia Abreu, Ronaldo Caiado e Dr. Rodolfo Pereira, membros e, ainda, com as presenças de não membros dos Deputados Luiz Couto, Valdemir Moka, Luiz Carlos Heinze, Ivam Valente e Leonardo Vilela, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Depoimento do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista – UDR. A seguir, o Senhor Presidente convida o Sr. Luiz Antônio Nabhan para tomar assento à mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra

para dar início a sua explanação. Após, a Presidência concede a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo que leu algumas reportagens e matérias de Jornais acerca da UDR, pedindo ao depoente para responder. O Relator foi aparteado pelo Sr. Luiz Antônio Nabhan, Presidente da UDR em calorosa discussão. Fizeram uso da palavra, de acordo com a Lista de Inscrição, para questionar ao expositor em bloco de 3 os Senhores Parlamentares Kátia Abreu, Abelardo Lupion, Jamil Murad, Waldemir Moka, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro, Adão Pretto, Luiz Carlos Heihze, Eduardo Suplicy, Leonardo Vilela, Ary Vanazzi, Onyx Lorenzzoni, Ronaldo Caiado, Ivam Valente e Josué Bengtson. Por diversas vezes, a Presidência solicitou aos convidados ruralistas que não fizesse nenhum tipo de manifestação durante a reunião. Houve um momento de tensão durante aos questionamentos do Dep. Ary Vanazzi ao Depoente. Foi concedido questão de ordem ao Deputado Abelardo Lupion para apresentar uma Denúncia feita pelo Sr. Nabhan, de interesse do Incra, solicitando preferência no julgamento do Hábeas-corpus impetrado em favor de José Ailton da Silval. A Presidência recebe a documentação referente à Denúncia das mãos do Dep. Lupion e pede à Secretaria da CPMI encaminhar à Assessoria Jurídica para analisar. Ao final, a Presidência concede a palavra ao Relator que apresentou 3 Requerimentos Orais. Foram deferidos pela Presidência da Mesa os seguintes Requerimentos Orais: Req. de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo cópia do Processo movido pelo Ministério Público Federal na cidade de Presidente Prudente; Req. de autoria do Deputado Abelardo Lupion, solicitando providências a respeito da Denúncia feita pelo Sr. Nabhan, de interesse do Incra, em que solicita preferência no julgamento do Hábeas-Corpus, impetrado em favor de José Ailton da Silva pelo assassinato de Luiz Carlos Becker Amaral; Req. de autoria do Deputado Ary Vanazzi, solicitando encaminhar Polícia Federal a Denúncia veiculada no Jornal "O Imparcial", de Presidente Prudente/SP, no dia 06 de julho de 2003; Req. de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo à UDR e ao MST que seja encaminhado a esta CPMI documentação referente à Balanço, Prestação de Contas e Declaração do Imposto de Renda; Req. de autoria do Senhor Relator, requerendo ao Delegado Chefe de Presidente Prudente/SP e ao Ministério Publico cópia das denúncias e todas as demais informações disponíveis acerca dos fatos narrados nas matérias publicadas no Jornal "O Imparcial", de Presidente Prudente, bem como das informações acerca da apreensão de armas entre os sem-terras, discriminando as ações realizadas nos últimos anos e os resultados alcançados.; Req. de autoria do Senhor Relator, solicitando cópia dos autos da Reclamação Trabalhista nº 01951-1999, movida pelo Sr. Osnir Sanches em face da União Democrática Ruralista – UDR em Paranavaí/PR, Req. de autoria do Senhor Relator solicitando ao Tribunal de Justiça cópia dos autos da Apelação Criminal nº 272.550.3/0, da Comarca de Andradina/SP. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias agradece a presença do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia pela colaboração prestada a esta Comissão. Ao final, a Presidência comunica aos presentes a realização da próxima reunião da Comissão, a realizar-se no dia 27 de abril, às 13:30, ocasião em que será ouvido o Dom Thomas Balduíno, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos, encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Luiz Antonio Nabham Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista – UDR. (Palmas.)

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se poderemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, consideramos aprovada a Ata da reunião anterior.

Neste momento de exacerbação no campo com as invasões que ocorrem, com os conflitos latentes que se instalam, com a pressão social que se avoluma, cresce o desafio que se impõe a esta CPMI, ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, às entidades representativas dos ruralistas brasileiros e obviamente às entidades representativas dos trabalhadores sem terra.

O nosso objetivo hoje é ouvir o Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, a exemplo do que fizemos com o Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, João Pedro Stédile.

Agradeço a presença de Luiz Antonio Nabhan Garcia e daqueles que o acompanham, interessados nessa questão de fundamental importância para o País, já que a terra é esse extraordinário patrimônio, responsável direta ou indiretamente por 42% das exportações brasileiras no último período. Agradeço, portanto, a todos que vieram com o objetivo de contribuir para que esta CPMI possa alcançar os seus objetivos.

Antes de passar a palavra ao Presidente da UDR, a exemplo do que fizemos quando aqui esteve o presidente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, coloco duas questões para que, já na sua exposição inicial, o Presidente da UDR possa sobre ela se manifestar. A primeira delas é a que considero da maior gravidade.

Ao final do ano passado, determinados órgãos da Imprensa, de forma sutil ou menos sutil, revelaram que o Presidente da UDR teria sido alvo de constrangimento ou mesmo de cerceamento de sua liberdade de manifestação quando da invasão de sua propriedade. Esse cerceamento teria partido, segundo revelou determinados órgãos de Imprensa, de organismos oficiais do Governo, de representantes do Governo, para ser mais claro, em nome inclusive do Ministro da Justiça Dr. Márcio Thomaz Bastos.

Queremos dar essa oportunidade ao Presidente da UDR para que preste os esclarecimentos já durante a sua exposição inicial.

A outra questão diz respeito à afirmação de João Pedro Stédile de que o MST é contra o uso da violência, que a força do Movimento está na mobilização de grande número de integrantes e que é política do MST orientar para que seus membros não andem armados, apesar de considerar normal o uso de armas de caça no meio rural. Afirmou também que os grandes responsáveis pela violência no campo são as milícias armadas formadas por grandes proprietários de terra.

O que se indaga do Presidente da UDR é se concorda com esta afirmação, se a UDR apóia o uso de segurança privada armada para proteção de propriedades rurais.

Portanto, ao colocar inicialmente duas questões que consideramos importantes, passamos a palavra, mais uma vez agradecendo a sua presença, ao Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista. Tem V. Sª a palavra.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Antes de mais nada, cumprimento todos os Parlamentares presentes que fazem parte desta CPMI. O momento é de suma importância para podermos, de forma democrática, ser convocados e, assim, deixar bem explícita qual o posicionamento de uma entidade que é democrática e à qual tenho a honra de pertencer, inclusive ocupando o cargo de Presidente. Dessa forma, tenho certeza de que colaboraremos muito com o futuro do País, especificamente com o processo de reforma agrária no Brasil.

Nobre Senador, V. Exª fez uma pergunta, no início, com relação ao episódio que a Imprensa noticiou, em edição nacional, sobre o que ocorreu na minha propriedade e na do meu pai, no final do ano passado. Eu estava no Estado de Mato Grosso quando recebi o comunicado de que a minha propriedade havia sido invadida. Até pensei que tivesse sido pelo MST, mas não o foi. Foi invadida por 40 agentes da Polícia Federal, que ingressaram na minha propriedade, sem mandado de busca e apreensão, arrebentaram portas, casa e cadeados de uma agroindústria que tenho lá e reviraram tudo. Posteriormente, como a fazenda do meu pai, um outro imóvel, é vizinha da nossa, foram lá, entraram, sem se identificarem, somente com o colete da Polícia Federal. Meu irmão que estava presente perguntou: "Quem são vocês? Quem é o senhor?" "Deitado no chão, vagabundo, deitado, deitado no chão." Quer dizer, foi uma humilhação, uma coisa horrível o que aconteceu. Criou um trauma nos empregados, na família dos empregados, na minha família, em meu pai, que já é um senhor de idade, e em meus irmãos. Colocaram os empregados e meus irmãos deitados no chão por quase uma hora, com as metralhadoras e fuzis apontados para suas cabeças. Quando alguém queria perguntar o que estava acontecendo, a resposta era imediata: "Cala a boca, vagabundo."

Depois, lá fizeram uma operação na área do meu pai. Nunca ninguém imaginou que podia haver tanta sofisticação para se encontrarem armas, com detectores de metais. Enfim, reviraram toda a propriedade, e lá encontraram apenas armas legais devidamente registradas de posse da minha família.

Quando terminou a operação, o meu irmão, indignado – inclusive esse cidadão não quis se identificar; aparentemente, era o coordenador dessa operação –, perguntou: "Por que essa violência, por que essa humilhação?" Ele disse: "Olha, isso aqui é o primeiro recado pelo que o seu irmão anda falando na Imprensa. Seu irmão anda falando muita bobagem na Imprensa, anda criticando pessoas que ele não deve criticar. Isso aqui é só um aviso." E foram embora.

Na cidade em que moro, a 80km da nossa propriedade, Presidente Prudente, há uma sede da Polícia Federal. Os dois advogados da UDR compareceram lá para averiguar uma apreensão de um proprietário que estava armado. Não adianta querer, às vezes, dizer que não há ninguém armado. Pode até ser que haja. Lá houve um caso. Um cidadão lá tinha arma, sim. Muito bem. Os advogados da UDR estiveram lá, e o delegado titular chamou os dois numa sala fechada e disse o seguinte: "Os senhores são os advogados do Sr. Nabhan, da UDR, eu sei. Cadê o Sr. Nabhan?" "Olha, deve estar no Mato Grosso, mas deve estar vindo, porque o fato já foi comunicado." Falou: "Então, vocês dêem um conselho para o Sr. Nabhan para ele fechar o bico e evitar comentários porque, se houve irregularidades e excessos lá, fica de bom tamanho ele não comentar nada porque, se ele comentar ou

fazer alguma crítica à Polícia Federal, posso até colocá-lo na cadeia."

Tenho a minha consciência tranqüila, não devo nada a ninguém. Tenho 45 anos de idade; estou na terceira geração de imigrantes que vieram para cá, bem no início do século, compraram terras, pagaram por elas, desbravaram, fundaram, e são as pessoas que, hoje, colaboraram com toda essa grandeza do segmento agropecuário brasileiro: 42% da balança comercial e um superávit de US$26 bilhões. O superávit brasileiro foi de US$27 bilhões. Só o setor agropecuário teve um superávit de US$26 bilhões. Um terço do PIB brasileiro, e 37% da geração de emprego direto e indireto, porque temos também a agroindústria.

Faço parte desse segmento, dessa geração, com muito orgulho. Portanto, não devo nada a ninguém. Principalmente em um País democrático em que vivo. Tenho filhas que vivem aqui e quero que elas continuem aqui, neste País, e toda a minha geração futura. Portanto, jamais me calarei, por ordem de ninguém. Se vivo em um País democrático, não posso concordar com toda essa humilhação, com toda essa ilegalidade e irregularidade que houve. Eu não me calei.

Então, procurei a Imprensa. Fiz, inclusive, uma coletiva e denunciei em algumas televisões e em alguns jornais, que veicularam o fato. Parece-me que nem o Ministério Público quis tocar isso adiante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O senhor entende como recado de quem, do Sr. Ministro da Justiça, do Presidente da República, do Sr. Ministro da Reforma Agrária? De quem seria esse recado?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Excelência, eu não posso dizer. O recado quem deu foi um delegado da polícia e os agentes de lá, no local. O delegado da polícia, o recado dele foi no sentido de eu não me manifestar com relação à violência que houve na propriedade. Não vejo nenhuma conotação política ou de querer preservar ninguém, a não ser a própria instituição da qual ele faz parte, e esse fragmento da instituição Polícia Federal. Aliás, quero deixar bem claro aqui, para todos, que não tenho nada contra a instituição Polícia Federal. Pelo contrário. É uma instituição que tem, não somente o meu respeito, como também o dos produtores rurais. Ela é uma instituição que está trabalhando com o nosso dinheiro, dinheiro público, para coibir o contrabando, o narcotráfico, enfim, as ilegalidades do País, do crime organizado. Agora, com esse fragmento que esteve lá e que cometeu essa ilegalidade, esse absurdo, eu não posso concordar.

Então, o pedido do Delegado de Presidente Prudente, Dr. Jerry, foi para que eu não me manifestasse com relação à violência que ocorreu lá, ou à possível violência, pois parece que ele não esteve presente.

Agora, o recado dos agentes que estiveram lá e que se recusaram a identificar foi muito claro para os meus irmãos, pois isso era conseqüência por eu estar fazendo muitas críticas ao Governo. Então, eu não sei de quem poderia estar partindo. Agradeço, até essa oportunidade e o fato de V. Exª tocar nesse assunto, que é de muita gravidade, porque vivemos em um País democrático, e a liberdade dos brasileiros está estampada na nossa bandeira.

Assim, não podemos ter cerceado o nosso direito de pronunciar e de reclamar de fatos criminosos ou irregulares que uma instituição que está nos defendendo comete. Assim, fica aqui a nossa mágoa, o nosso ressentimento. É uma ferida que, creio, somente o tempo vai cicatrizar. Mas até hoje o meu pai e a minha mãe fazem tratamento, eles tomam calmantes, bem como os meus irmãos, os nossos empregados. É lamentável o que ocorreu na nossa propriedade. Espero que isso nunca mais venha a ocorrer em nenhum lugar deste País.

V. Exª fez uma outra pergunta com relação a declarações do Sr. Stédile?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim, pois a responsabilidade da violência, na área rural, seria dos proprietários que instituíram a milícia armada e estabeleceram, dessa forma, a conflagração. O MST é contra a utilização de armas nas invasões, contra a violência.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Penso que, quando o Sr. Stédile fez um pronunciamento desse tipo, ele estava debochando, não somente do nosso segmento, como de todas as instituições do Brasil, do Legislativo, do Judiciário, do Executivo e também de toda a Nação brasileira, porque vou fazer 46 anos de idade e nunca vi, na minha vida, tanta violência como a que estamos vivendo hoje. Desconheço qualquer tipo de milícia, tanto é que a nossa propriedade já foi invadida pelo MST e ali não houve nenhum tiro, nenhuma irregularidade. Não conheço nenhuma milícia.

Tivemos invasões agora, recentemente, nesses últimos dias. Creio que até perdi a conta do número de invasões, porque a cada hora estão aumentando. Então, ontem mesmo já houve uma e mais outra na madrugada, e assim vai, por aí afora.

Então, até hoje não vi nenhuma milícia e não ouvi nenhum tiro, nem soube de alguma reação de proprietário nesses episódios. Aliás, faz muito tempo que não vejo, ou nunca vi nenhuma reação e não conheço nenhuma milícia, apesar de cada proprietário ser responsável pelos seus atos. A nossa entidade está aqui para defender a democracia e os direitos legais dos proprietários rurais.

Quando o Sr. Stédille disse que a violência é das milícias armadas dos proprietários e que o MST não

comete violência, ele está debochando de todos nós; ou então ele está menosprezando a nossa capacidade de ver, de enxergar, porque nunca vi na minha vida tanta violência. Agora, eu não conheço e não vi nenhuma milícia. A função da entidade não é tratar de milícia, é tratar de interesses do produtor rural brasileiro, principalmente focados no direito de propriedade. Temos uma Constituição brasileira que preserva a iniciativa privada, a propriedade particular, a propriedade produtiva, e infelizmente não está sendo cumprida. Aliás, isso vem até denegrindo a imagem do Brasil não somente aqui dentro, como...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Lamentavelmente, não deve haver manifestações; isso é ordem do Regimento da Casa, não da nossa vontade. Então, peço que os senhores não se manifestem interrompendo o expositor. Eu agradeço.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, a função da entidade é defender os interesses dos proprietários rigorosamente dentro da legalidade. Algumas vezes fui procurado pela Imprensa para manifestar o nosso posicionamento, e tenho dito sempre o seguinte: temos um departamento jurídico, na entidade, que orienta os associados. Quando esse departamento é procurado, ou a minha própria pessoa, encaminho esses proprietários ao departamento jurídico, e a orientação é a seguinte: se alguém tiver que defender o seu patrimônio, faça-o rigorosamente dentro da lei, conforme consta no Código Civil Brasileiro e no Código Penal Brasileiro.

Para alguns proprietários, há orientação para agir de uma forma mais ponderada, até para que não se exponham a risco e eles mesmos façam a defesa, porque não estão preparados para isso. Eventualmente, se eles tiverem a disposição de defender a sua propriedade, que defendam de forma legal, procurando uma empresa de segurança devidamente legalizada e autorizada pelos órgãos competentes para fazer a segurança da sua empresa rural, como é feita em todas as empresas brasileiras. É o que se vê em qualquer banco: uma empresa de segurança legalizada fazendo a defesa do patrimônio. E olha que o banco não é nem ameaçado de invasão. Não vi até hoje um banco sofrer invasão.

As empresas de telecomunicações, as rádios, televisões, todas têm empresas de segurança. Enfim, todo empresariado brasileiro tem uma empresa de segurança devidamente legalizada e autorizada fazendo a segurança.

Então, a orientação do departamento jurídico da entidade, da UDR, é que se algum fazendeiro tem a intenção de defender seu patrimônio, evite colocar sua própria integridade física em risco, porque não está preparado para isso. Então, que contrate uma empresa. Nada mais. Desconheço qualquer tipo de milícia no Brasil e entendo que os atos e os fatos demonstram isso, porque o que tenho visto esporadicamente são homicídios cometidos por sem-terra contra sem-terra mesmo; desavenças de integrantes de movimentos de sem-terra com outros integrantes; alguns casos esporádicos de briga de posse de terras nos estados da bacia amazônica. Agora, milícia armada, Excelência, realmente não conheço e também não quero conhecer. A única milícia que conheço, essa, aliás, penso que todo produtor rural brasileiro conhece, é o MST – Movimento dos Sem-Terra, que, aliás, vem agindo na ilegalidade, porque aqui todos os Parlamentares e juristas que estão aqui presentes sabem que qualquer entidade, associação, organização não-governamental de qualquer tipo precisa ter, em primeiro lugar, personalidade jurídica. Para ela ter personalidade jurídica, ela precisa ter sede fixa e estatuto registrado em cartório na Comarca de sua existência, ata registrada em cartório na Comarca de sua existência, conforme determina o Código Civil Brasileiro. Essa ata inclusive deve citar os pertencentes da entidade, diretoria, conselho, com CPF, com endereço, para que qualquer entidade, associação ou organização não-governamental, ou grupamento de pessoas, quando cometer uma irregularidade, responda civil e criminalmente pelas irregularidades. Inclusive, só no Estado do Paraná, Excelência, temos aqui, desde 1983, aliás até 1983 tiveram somente três invasões. Mas, a partir de 1985, temos aqui, no Estado do Paraná, mais de 500 invasões de terra, são precisamente 565 invasões de terra, de 1985 para cá. Das 565 invasões de terra, no Estado do Paraná, 68 permanecem invadidas, inclusive com mandato judicial de reintegração de posse, e as reintegrações não vêm sendo cumpridas.

Então, se houvesse milícia, isso era razão suficiente para esses proprietários, revoltados pelo não cumprimento da Lei, estarem até promovendo milícia. Então, não conheço milícia, desconheço milícia e, se tiver alguém falando em milícia, está promovendo fantasias, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O senhor, se desejar, pode prosseguir com a exposição ou, se preferir, iniciaremos já as indagações por meio do Relator, Deputado João Alfredo, e posteriormente dos Srs. Deputados e Senadores inscritos.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Se V. Exª me permitir, queria fazer uma exposição, ao final das perguntas, e estou aberto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, creio que é mais produtivo.

Concedo a palavra, então, ao Relator da CPMI, Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Sr. Presidente, só para saber, para não haver mais problemas aqui. Qual será o nosso método? Cada um de nós faz um bloco de perguntas, ele responde e volta para uma réplica, ou será uma a uma? Porque houve, na reunião passada, o Deputado Lupião fez esse questionamento e, antes de fazer a pergunta, queria saber a orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Relator fica à vontade, já que a sua função é especial na CPMI: preparar um relatório final. E os demais Senadores e Deputados, como adotamos o modelo, na última reunião, e foi eficiente, manteremos o mesmo modelo. Faremos indagações por blocos e passaremos às respostas do convidado.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra pela ordem...

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Para eu entender. Na reunião passada, V. Exª deu ao Relator direito a quatro perguntas. Quando V. Exª diz que ele pode ficar à vontade, esse número será ilimitado, ele vai poder fazer quantas perguntas quiser?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Na última reunião, ele teve...

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Na última reunião, V. Exª tinha determinado quatro, e pedimos que reduzisse para três, para que todos pudessem ter oportunidade, pela importância desta Comissão e pelos compromissos que temos posteriormente. E talvez para as nossas perguntas, o Relator também possa ter muitas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ocorre que, na última reunião, não houve essa limitação. No entanto, o próprio Relator, ao final, se comprometeu de que doravante ele faria apenas algumas perguntas, inicialmente, e se reservaria, ao final, para complementar se houvesse necessidade. É claro que o Relator, tanto quanto todos nós, deseja que esta Comissão seja a mais objetiva possível e possa estimular ao máximo a presença dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores aqui.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Pretendo, então, para responder à Deputada Kátia, que está ansiosa para fazer seus questionamentos, fazer três blocos para o Sr. Nabhan. A primeira, na verdade, V. Exª falou em termos de estrutura, de registro da organização, se referindo ao próprio MST.

Eu queria que, se possível, V. Sª relatasse como se organiza a UDR, a União Democrática Ruralista. Se ela tem uma direção nacional, quem são os membros, onde os estatutos dela estão registrados, se ela tem representação nos Estados, qual a relação que ela tem com outros órgãos que atuam no setor representando os proprietários rurais, como a Sociedade Rural Brasileira, como a Confederação Nacional da Agricultura, como o Sinapro. Eu queria que V. Sª informasse este quadro: o que é a UDR mesmo. Sei que ela foi fundada pelo Deputado Ronaldo Caiado; acompanhamos esse momento, mas houve um momento em que a UDR teve uma presença muito forte, depois parece que passou um período meio que "hibernando" e tem voltado, vamos dizer, a ter uma visibilidade maior nos últimos tempos.

Então, se V. Sª pudesse trazer a ata; não é uma obrigação, mas, quem sabe, a eleição dos presidentes, o registro da entidade, só para que possamos conhecer a entidade que V. Sª dirige.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – A ata, eu não trouxe, mas qualquer dos senhores presentes pode ir ao cartório de registro de imóveis, títulos e documentos. Está lá o nosso estatuto e ata.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Aonde?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Só um minutinho. Antes de mais nada, o senhor até disse que a UDR esteve hibernando aí por um determinado tempo. Então, eu gostaria de esclarecer o porquê que a UDR esteve, como o senhor disse, hibernando durante algum tempo. O nosso líder ruralista, Ronaldo Caiado, do qual tenho a satisfação e o privilégio de ter a amizade, foi um líder que quando se começou a conversar sobre a nova Constituição, a Constituinte de 88, alguns Parlamentares, que hoje estão inclusive no Executivo brasileiro, eram contra a preservação, contra desapropriações de terras produtivas. Na época, era um número até expressivo de Parlamentares que queriam que a terra produtiva também fosse passiva de reforma agrária, e isso gerou um susto na classe produtora rural e até um alerta.

Então, sob a liderança do Sr. Ronaldo Caiado, houve a criação da UDR nacional e, posteriormente, das UDRs estaduais e regionais. Daí então foi feito um trabalho de união de classe para conscientização do Congresso brasileiro do caos que seria se essa legislação fosse aprovada dessa forma, dando também o direito de a propriedade produtiva ser desapropriada para fins de reforma agrária. E, felizmente, graças a Deus lá em cima e graças à liderança do nosso amigo, Sr. Ronaldo Caiado, conseguimos sensibilizar o Congresso brasileiro, mostrar-lhe o risco que o setor correria e, felizmente, a propriedade produtiva foi pre-

servada contra desapropriações. Infelizmente, nem sempre isso vem sendo cumprido à risca, mas a Constituição é clara: a propriedade produtiva não pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Quanto à situação da entidade, o senhor citou uma entidade por nome de Sinapro, que não conheço, não tenho nenhum conhecimento por parte desse Sinapro, a não ser vagamente alguma outra coisa, mas não tenho conhecimento. Tenho conhecimento da Sociedade Rural Brasileira, da qual meu amigo João Sampaio é presidente; tenho conhecimento das estruturas sindicais, CNA e federações.

A UDR, União Democrática Ruralista... Quando terminou a Constituinte, porque o objetivo maior era preservar a propriedade produtiva, houve paz no campo por um determinado tempo. Enquanto a legislação foi respeitada, houve paz no campo, não havia o porquê de a UDR criar ônus para associados se a paz estava restabelecida no campo.

Então, praticamente, todas as UDRs, inclusive a nacional, foi fechada, foi extinta e permaneceu lá a UDR da minha cidade, Presidente Prudente, que nunca fechou, continuou funcionando, porque o Pontal de Parapanema – conhecido como a capital dos sem-terras – nunca deixou de ter problemas fundiários. Uma das pouquíssimas entidades da UDR que continuou funcionando foi a UDR Regional de Presidente Prudente, com estatuto registrado em cartório – Cartório de Registro de Imóveis. É um documento público. Se alguém tiver o nome é só pedir lá no cartório que eles fornecem. Ata registrada em cartório, personalidade jurídica, CNPJ, toda sua diretoria e conselho estabelecido com nome, RG, endereço etc.

Com a situação, infelizmente, no final do ano, meados de 2003, para ser mais específico, no início do Governo/2003, começou um retorno maciço das invasões de propriedade por todo o território brasileiro.

Então, reativamos a UDR Nacional para ela ter uma abrangência nacional, porque invasões de terra, hoje, ocorrem, praticamente, em todo o território brasileiro. Como seguimos, rigorosamente, a legislação, para ter uma abrangência a nível nacional, foi criado um novo estatuto já adequado, praticamente aproveitamos todo o estatuto antigo, só alteramos as exigências do novo Código Civil brasileiro. Esse estatuto está registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, foi convocada a Assembléia Geral, foi colocada em votação. Posteriormente a Ata, constando todos seus diretores, presidente, vice-presidente, diretores de conselho, foi registrada e expedida pela Receita Federal o CNPJ.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Quando?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – No início deste ano.

Então foi reativada a UDR Nacional, em função da situação grave que vem vivendo o País ultimamente.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Permita-me, ainda, só para entender.

Então V. Sª acabou confirmando – usei a expressão "hibernando", mas podíamos usar qualquer outra: desativada, enfim. Nesse período todo a UDR praticamente deixou de existir, com exceção, como V. Sª falou muito bem, de Presidente Prudente. Então, ela ressurge nacionalmente agora a partir de 2004, quer dizer, ela é bastante recente.

Qual é o objetivo da União Democrática Ruralista; nesses estatutos qual é a finalidade, qual é o objetivo dessas pessoas que se associam em torno da UDR, na medida em que temos outras entidades, como V. Sª bem relatou, a Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira que representa a classe dos proprietários rurais?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Gostaria, antes de responder, o porquê que V. Exª me fez essa pergunta se já existem outras entidades. Há alguma legislação no Brasil que proíba criar novas associações ou entidades?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Não entenda assim. Desarme os espíritos comigo, porque estou bastante desarmado com V. Sª.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Gostaria que V. Exª explicasse, porque não entendi, com todo respeito por V. Exª.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Veja bem, se há outras entidades ruralistas, inclusive a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Nacional de Agricultura... Está certo? Citei duas, podem existir 50 ou mais, isso não tem problema, por isso que lhe perguntei, na verdade foi apenas para enfatizar a pergunta. Qual o objetivo, a finalidade da existência da União Democrática Ruralista, hoje?

Naquela época, V. Sª bem relatou, o Deputado Ronaldo Caiado, eu foi líder, que criou a UDR, V. Sª relatou que foi em função do processo de elaboração da nova Constituição brasileira.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Uma das principais.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Hoje, ela surge com que objetivo e com que finalidade?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Com o mesmo objetivo de sempre, Excelência, defender os interesses da classe dos produtores rurais, de forma democrática; até porque, no nosso Estatuto, só podem associar-se às entidades pessoas físicas ou jurídicas que sejam proprietárias de imóveis rurais.

O objetivo está lá explícito no nosso Estatuto: defender os interesses dos produtores rurais brasileiros que, supostamente, os que já são associados e os que venham a ser associados à entidade de forma democrática; principalmente em razão do que estamos vivendo hoje no campo, o desrespeito a uma lei constitucional que preserva a propriedade produtiva e a iniciativa privada. O objetivo da entidade é claro e explícito: a defesa dos interesses, de forma democrática, dos associados da entidade.

JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Muito obrigado. Eu gostaria, se V. Sª nem o Presidente se opuserem, de receber os estatutos da nova UDR, que surgiu a partir de 2004, para compreendermos esse momento.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Como eu disse a V. Exª, esse documento é público. Todo registro é público.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Está no cartório de Brasília.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Se V. Exª quiser, vá ao cartório.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Não falo em meu nome, mas em nome da Comissão. Não entenda nada em termos individuais.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Respondi assim porque é V. Exª quem pergunta. Repito que está à disposição não só da Comissão, mas de qualquer cidadão brasileiro. Indo ao cartório, poderão tirar cópia. O documento é público.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – V. Sª, no depoimento...

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Nem comecei a falar.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Só para terminar a minha fala.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Pois não.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Excelência e membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não considerem minha fala como uma armação de espírito, não. Estamos discutindo e estou à inteira disposição para responder a todas as perguntas.

Não participei da reunião onde foi ouvido o Sr. João Pedro Stédile, por isso pergunto se esta Comissão pediu ao MST seu Estatuto e sua Ata de reuniões e CNPF?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Permita-me dizer-lhe que V. Sª está aqui como convocado. Os Deputados que estão aqui é que fazem os requerimentos. Então, não aceitarei, de maneira alguma, que V. Sª diga o que a CPMI tem ou não de fazer.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Perguntei apenas se...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Esse questionamento, Sr. Nabhan, foi feito ao Sr. João Pedro Stédile. E ele respondeu. Por favor, não estabeleça relação.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Eu não estou estabelecendo relação. Estou apenas me manifestando.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Até o presente, escusei-me de fazer qualquer juízo de valor – não vou fazê-lo – com relação a V. Sª, com todo o respeito que merece não só V. Sª mas qualquer pessoa que venha a esta Casa responder perguntas.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – V. Exª também merece o nosso respeito.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Mas devo dizer que é V. Sª quem deve responder. Não estamos sendo questionados. Quem está sendo questionado aqui é V. Sª.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Eu perguntei a V. Exª se poderia fazer uma pergunta, e V. Exª permitiu.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Eu não tenho nenhuma satisfação a dar a V. Sª , permita-me dizer. Os Deputados que estão aqui são membros da CPMI e fazem questionamentos a V. As, ao Sr. João Pedro Stédile. Outros membros desta Comissão também o fizeram e continuarão a fazer. Perguntarão a todos os demais. Tudo isso constará em Ata. Continuemos os questionamentos.

Considero importante esse debate sobre o problema da violência. Fiquei satisfeito ao ouvi-lo dizer – o Presidente do MST disse o mesmo – que a entidade de V. Sª é democrática, age em conformidade com as leis do País. Isso é importante ressaltar. Não penso que V. Sª esteja desrespeitando quem quer que seja, porque, para nós da CMPI, qualquer pessoa que venha aqui, seja V. Exª ou o Líder do MST, merece credibilidade pelas palavras que dirige a todos os membros. Essa é a primeira questão.

Chamam-me a atenção alguns aspectos que pretendo ler para V. Sª até para entendermos como funciona a questão da UDR. A declaração de V. Sª foi clara, condenando a violência, o que consideramos importante. Disse inclusive que, se há casos, são dos proprietários, que se armam, mas não consideramos essa uma orientação da entidade.

No entanto, gostaria de ler algumas notícias para V. Exª, porque pode ter havido alguma má interpretação do jornalista, pois muitas vezes ocorre de ser feita uma declaração e apenas uma frase ser divulgada, muitas vezes, fora do contexto. Queria que respondesse acerca da UDR e também acerca de V. Sª.

O jornal **O Estado de S.Paulo**, em 14 de março de 2003, divulgou a seguinte notícia:

O Presidente Nacional da UDR, em março de 2003 – V. Exª disse que a entidade passa a existir somente em 2004, talvez aqui tenha havido uma confusão, V. Sª é Presidente da UDR de Presidente Prudente –, Luiz Antonio anuncia que os proprietários rurais estão procurando o departamento jurídico da entidade para saber se podem recorrer à violência para defenderem suas terras.

Na mesma reportagem:

O Presidente da UDR no Paraná, Sr. Marcos, estimula o surgimento de um comando ou grupo armado dedicado à defesa das propriedades dizendo – quem está dizendo isso aqui é a matéria, por isso pergunto, e V. Sª depois confirma ou não, se está certo ou errado – que esse grupo vai ter todo o nosso apoio.

V. Sª, há pouco, disse claramente que desconhece as milícias armadas, que não existem, que as únicas milícias armadas que existem são o MST.

Outra matéria, também de **O Estado de S.Paulo**, dessa feita do dia 18 de março:

Fazendeiros se armam contra superacampamento. O Presidente do Sinap, Sindicato Nacional dos Proprietários Rurais, Narciso Rocha Clara, confessa que a formação de milícias privadas não se limita apenas ao Pontal, estendendo-se em pelo menos em 7 Estados.

Portanto, uma declaração que não atribuo a V. Sª, por isso a estou lendo aqui, mas a um líder também dos ruralistas, Narciso Rocha Clara, que diz que em 7 Estados estão se formando milícias privadas.

Narciso Rocha Clara disse ainda que a partir desta semana os ruralistas pretendem cercar pelo menos 30 fazendas ocupadas pelos sem-terra, fazer ronda armada pelos acampamentos e contratar empresas de segurança patrimonial para fazer a escolta dos fazendeiros.

O Presidente Nacional da UDR – que é V. Sª –, Luiz Antonio Nabhan Garcia, também ouvido pela reportagem, confessa que fazendeiros estão se armando para rechaçar possíveis invasões. Ele disse ainda que não há como impedir os fazendeiros de defender seus bens, pois, segundo entende, essa é uma medida legal. Ele próprio também confessa – diz a matéria – que estaria se armando e que seus funcionários e seu irmão, Maurício, percorrem as terras armados com revólveres e ameaçam que, em caso de invasão, eles não ficarão de braços cruzados.

O **Jornal Nacional** de 2 de julho de 2003. Foi veiculada pela **Rede Globo de televisão** uma reportagem sobre a tensão no Pontal do Paranapanema. Depois de exigir imagens do Acampamento Margarida Alves, no Município de Sandovalina, com 430 famílias, representantes da UDR foram entrevistados **(inaudível)** e ameaçaram tomar as providências que fossem necessárias para impedir que fazendas da região fossem ocupadas.

Na seqüência, a reportagem mostrou 15 seguranças fazendo tiro ao alvo. Dentre as armas exibidas estavam escopeta calibre 12, espingardas calibre 22, carabinas calibre 38, calibre 44, fuzis AR-15 etc. Um dos jagunços disse ainda, na reportagem, sem qualquer pudor, que as famílias acampadas que resolvessem ocupar a área da fazenda seriam recebidas à bala.

Uma matéria do jornal de Porto Alegre, do dia 30 de julho:

Milícia treina com fuzil no Pontal. Matérias com esse Narciso Clara; com Humberto Sá, do PCR; uma matéria do **Jornal de Brasília** de 19 de janeiro deste ano:

Morte de sem-terra vale 25 mil. Fazendeiro de **(inaudível)**, Mato Grosso do Sul, estão oferecendo um prêmio de 25 mil pela morte de 4 líderes do acampamento do Movimento dos Sem-Terra na região, armas demais no Pontal, talvez até levantamento da Polícia Federal feito lá.

E uma outra matéria no **Germinal**, do Centro-Oeste, em que o representante da UDR de Goiás diz que

Hoje já podemos confessar que realmente compramos armas com o dinheiro arrecadado com os leilões de bois que fazemos. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Então, segue...

Com o segundo, em Presidente Prudente, adquiriram-se mais 2.430 armas. Estou lendo a matéria. O Deputado Ronaldo Caiado, inclusive, é do Estado de V. Sª, por isso, vou pedir a ele para desmenti-las todas, porque daria uma tranqüilidade muito grande a todos nós de que isso é só ficção da Imprensa.

Mas, saindo do campo da ficção e indo para a realidade, o relatório da CPT, inclusive, vamos ouvir a CPT do ano passado, que coloca que houve um aumento de mortes em 2003, porque foram 73 trabalhadores mortos em conflito, e o levantamento da própria CPT calcula que de 80 até agora foram 1.671 mortes no campo, que é um caso de violência.

O que V. Sª tem a dizer disso? Porque aqui há fatos que mostram o armamento, o incentivo a isso e as mortes que têm acontecido no campo, vamos dizer. E a posição que V. Sª agora há pouco expôs é que a entidade que dirige é contrária à utilização da violência.

Portanto, eu pediria, dadas todas as reportagens e essas matérias que acabei de ler para V. Sª nos explicar essas palavras e esses fatos aqui relatados.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Bom, se eu me esquecer de alguma, V. Exª me lembre. Mas, se não me engano, a primeira pergunta foi sobre uma

declaração do Sr. Marcos Prochet, Presidente da UDR de Paranavaí, no Paraná, não foi?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – É do Paraná, falando... Vou ler de novo para V. Sª: Luiz Antonio... Proprietários...

Na mesma reportagem:

O Presidente da UDR no Paraná, Marcos Prochet, estimula o surgimento de um comando ou grupo armado dedicado à defesa das propriedades, dizendo este grupo vai ter todo nosso apoio.

Depois, uma declaração de V. Sª dizendo ao Jornal **O Estado de S. Paulo** – não estou dizendo que ele está certo, que V. Sª e seu irmão estariam percorrendo as propriedades com revólveres –: em caso de invasão, não vamos ficar de braços cruzados.

Uma outra matéria exibida pela **Rede Globo**, uma série de armas e tudo isso... Bom, são esses fatos. V. Sª talvez conheça porque foram relatados na Imprensa no ano passado, e alguns, já deste ano.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Com relação à declaração do Sr. Prochet, que está aí no jornal, não posso fazer nenhum comentário, até porque a entidade que ele representava na época era do Paraná, e, em 2003, ainda não havia a nacional.

Houve um equívoco por parte da Imprensa em relatar que eu era Presidente da Nacional, até porque, se V. Exª precisar, tenho inúmeros jornais que mostram sempre claramente UDR Regional, UDR de Presidente Prudente, UDR do Pontal.

Então, veja bem: cada entidade tem o seu CNPJ, sua diretoria e é responsável pelas suas declarações, embora o que eu tenha sempre conversado nas reuniões, nos encontros com o Sr. Prochet, é que a situação no Paraná era tão grave, tão grave, que, inclusive, não havia o cumprimento da lei nas reintegrações de posse e que, infelizmente, às vezes, a polícia via as invasões em pleno flagrante e nada fazia. Quantas vezes a olho nu de todos os proprietários e até da própria Imprensa, a Polícia Militar assistia ao flagrante da invasão e nada fazia. E é obrigação da Polícia, no flagrante de um crime, prender os infratores.

O Sr. Prochet me fez um comentário, na época, que estava estudando a possibilidade, inclusive, parece-me que tinha até conversado com pessoas para contratar uma empresa de segurança particular. Estou dizendo o que o Sr. Prochet comentou à época que o Paraná parecia um território sem lei. Isso, em, 2003, ano passado, que a situação no Paraná era muito grave e que não se cumpriam as reintegrações, que as invasões eram feitas, às vezes, até com a presença da Polícia, e não se tomava nenhuma providência. Então, uma das formas seria a contratação de empresas de segurança devidamente legalizadas, inclusive estava até estudando a possibilidade de ver e formar uma empresa para não cair na irregularidade, e pegar o que algumas pessoas falam aí de milícias.

Então, isso foi o que o Sr. Prochet me relatou, embora eu não possa responder pela UDR do Paraná, principalmente na época, 2003.

Quanto à questão do Sr. Prochet, o conhecimento que ele me relatou foi isso aí: a possibilidade de contratar empresas devidamente legalizadas para fazer a segurança das fazendas, já que o Governador nem sequer cumpria, deixava cumprir ou não cumpria as reintegrações de posse, e as invasões eram feitas com muita tranqüilidade pelo MST, porque a Polícia nada fazia.

A segunda pergunta, por favor, Exª, só o começo, daí, já me lembro.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Foram as declarações de V. Sª numa matéria de **O Estado de S.Paulo**, de 18 de março de 2003 – eu até já li duas vezes.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Não, não. Não precisa mais ler. Só para lembrar a seqüência.

A minha propriedade tem sua escritura, o seu CCIR, seus ITRs e foi invadida; a propriedade do meu pai, na qual moram seus integrantes, os meus irmãos – e, na época, inclusive, ainda, eram até solteiros e dependentes do meu pai –, ou seja, a nossa propriedade foi invadida, as duas, e até hoje não recebemos um centavo pelos prejuízos causados, porque não conseguimos identificar, não sabemos – porque o MST não tem CNPJ, não tem nada. Então, não conseguimos identificar. Ficamos no prejuízo material e moral.

Posteriormente, com a instalação de um assentamento e de um acampamento próximo à nossa propriedade, na região, começamos a ter furtos de gado constantes. E até hoje ninguém reparou os danos materiais para os furtos de gado. Vivemos numa dificuldade tremenda, não está fácil. Temos contribuído significativamente para o País, mas os nossos lucros são muito reduzidos, pequenos.

Então, como não temos dinheiro para contratar empresa de segurança – pequeno produtor não tem; faço questão até de ressaltar que tanto eu como o meu pai somos donos de propriedades pequenas, inferior inclusive a quinze módulos, que são áreas, pela legislação, em que não podem nem ser feita a reforma agrária – começamos, quando fazia o trabalho de campo, correias e invernadas, a usar armas a cavalo devidamente registradas. E até a própria Polícia Federal esteve lá e encontrou essas armas na sede devidamente registradas. Então, nunca andamos com nossas armas registradas em vias públicas. Nunca. Sempre dentro da

propriedade para coibir as ameaças de invasão que são praticamente diárias, Excelência.

Pelo fato de eu ocupar um cargo de Presidente de uma entidade e estar exercendo o meu direito de fazer crítica – acredito que eu tenho o direito de fazer as críticas, como fazer elogios a quem quer que seja – recebo constantes ameaças de invasão da nossa propriedade.

Então, é simplesmente feito esporadicamente, quando ocorre um furto, quando há uma ameaça de uma caminhada dentro da fazenda. Porque saímos a cavalo para dar rodeio no gado, para olhar, para cuidar. Então, saímos armados e voltamos armados com armas de propriedade nossa, registradas e devidamente autorizadas pelo Código Civil dentro do nosso imóvel. Nada mais.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – A última pergunta, eu vou fazer a V.Sª a mesma que eu fiz para o João Pedro Stédile. É uma avaliação que a UDR tem tanto sobre o atual Governo, como o Governo passado, como trataram a questão agrária: o Governo Fernando Henrique Cardoso, de oito anos e, agora, o Governo Lula, nos seus quinze meses. Creio que há uma avaliação da UDR.

E, com isso, Sr. Presidente, encerro as minhas perguntas. Porque temos interesse – são posições bem contrárias – de ouvir a todos também sobre a avaliação, pois temos a obrigação, no final deste relatório, de apresentar um diagnóstico sobre a situação fundiária, os planos, o tratamento da questão agrária. Evidentemente, tivemos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso – vamos ter que nos voltar para isso –, e o Governo atual tem 15 meses.

Então, gostaria que V.Sª ficasse à vontade para fazer essa avaliação.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Excelência, antes de mais nada, há duas perguntas que eu faço questão de responder.

Quando V. Exª comentou sobre o Sinapro, eu não tenho nenhum conhecimento desse sindicato.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – V.Sª já havia me dito...

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, não posso fazer nenhum comentário.

E quanto aos casos esporádicos que há aí de mortes da CPT – aliás, até é bom lembrar –, quero aqui expressar o posicionamento da nossa entidade com relação a dados da CPT. Não podemos levar os dados da CPT, vamos dizer, com credibilidade, porque, infelizmente, a CPT, pelo que a Imprensa, aliás, até andou publicando o ano passado, algumas invasões do Estado de Pernambuco tiveram até a participação da CPT.

Então, infelizmente, não goza de credibilidade uma ala da Igreja Católica – eu sou católico –, que constantemente tem feito declarações que nada contribuem para a harmonia do povo brasileiro, para a paz no campo, inclusive. Então, a CPT fica nesse posicionamento.

Com relação à pergunta que V. Exª me fez, penso até ser muito interessante a questão dos oito anos de reforma agrária do Governo Fernando Henrique. Até quero, se V. Exª me permitir, dizer que não faço parte de nenhum partido político, não tenho nenhuma filiação partidária, nenhuma!

Não posso, se V. Exª me perguntou dos oito anos de Governo Fernando Henrique, com relação à reforma agrária, não posso fazer nenhum elogio, como representante da entidade e como cidadão também, porque, na realidade, o agravamento dos conflitos no campo começou no Governo Fernando Henrique. Então, houve uma falha administrativa muito grande por parte da autarquia Incra, porque, pelo que sabemos, o Incra seria o órgão responsável pela condução do processo de reforma agrária no País.

Infelizmente, esses oito anos de Governo Fernando Henrique não contribuíram para um bom desempenho do Plano de Reforma Agrária Brasileiro. Aliás, vimos, até com bons olhos, no início do Governo do Presidente Lula, quando Sua Excelência disse que a sua reforma agrária seria de qualidade e não de quantidade. Isso até nos trouxe um certo conforto. Reforma agrária de qualidade é o que queremos também, são cidadãos que passam a ser produtores rurais como nós. O assentado é um produtor rural, e precisamos que esse pequeno produtor rural tenha sucesso na sua empreitada, tenha uma vida digna, consiga os seus objetivos, que o Governo quer passar a ele, objetivos econômicos e sociais.

Portanto, os oito anos de Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, do ex-Presidente Fernando Henrique, não contribuíram em nada para o bom andamento do processo de reforma agrária, como também não vem contribuindo o Plano de Reforma Agrária do Governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Se V. Exª me permitir, eu posso me estender e dizer o porquê. O Incra seria o órgão, a autarquia responsável para conduzir, para administrar o programa de reforma agrária brasileiro, por meio de um órgão superior, que seria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas é delegada ao Incra essa atribuição. E o que o Incra vem fazendo, Excelência, segundo declarações da Imprensa, inclusive de vários jornais e, às vezes, até televisão? Foi criada no Incra a Ouvidoria Agrária. E a Ouvidoria Agrária, não estou aqui querendo fazer uma denúncia, até gostaria que esta

Comissão se aprofundasse nisso que vou argumentar agora, para ver se tem fundamento realmente o que a Imprensa, às vezes, tem comentado, inclusive até por meio de artigos.

Quando um proprietário rural tem o seu imóvel invadido – é óbvio que isso é um trauma na vida de um produtor rural, de um proprietário rural –, imediatamente, ele recorre ao Poder Judiciário pedindo a reintegração de posse. Em algumas dessas invasões, inclusive, a propriedade já tem um interdito proibitório, uma decisão judicial interditando. Quando não tem, é pedida a reintegração de posse, em seguida, o Poder Judiciário emite, concede a reintegração de posse.

De forma estranha, acredito que até fugindo dos objetivos da autarquia, Incra, o seu braço, a Ouvidoria Agrária, entra no processo antes de a reintegração de posse ser efetuada, porque existe um procedimento, a Polícia precisa se estruturar e comandar essa operação para evitar confrontos ou qualquer ato de violência. Então, às vezes, demora alguns dias, dois, três, quatro dias, uma semana. Nesse meio tempo, imediatamente, em alguns casos, não estou dizendo em todos, mas em alguns, o Incra, por meio da Ouvidoria Agrária, interfere, peticionando nessa reintegração de posse já concedida, peticionando ao juiz da Comarca a suspensão ou a prorrogação da mesma.

Então, eu gostaria que isso fosse apurado por esta Comissão, se possível, é uma sugestão, para ver qual o motivo de o Incra fazer isso, porque, pelo menos pelo que sabemos, a atribuição do Incra é fazer colonização e reforma agrária, de forma administrativa, e não interferir em decisões judiciais, principalmente dessa ordem. Ocorreu um crime, o proprietário quer se ver livre dos invasores, a sua propriedade automaticamente passa a não produzir, porque a sua propriedade está sendo invadida, está sendo cometido ali um esbulho, crimes de incêndios etc. Assim, ele quer a reintegração da sua propriedade.

Outro fato, Excelência, que eu gostaria de relatar, ocorreu neste ano, no mês de abril ou no final de março: a publicação da **Folha de S.Paulo** foi no mês de abril; aliás, este fato ocorreu no início do ano: uma propriedade de nome Fazendas Lagoinhas, da Família Becker Amaral, um grupo de sem-terras – uma dissidência, não é o MST – invadiu essa propriedade e esteve até nas proximidades da sede da fazenda. Lá um jovem parente dos proprietários levou um tiro e veio a falecer. Imediatamente, se instaurou um inquérito policial. Conforme as declarações e apurações do inquérito e até do próprio Ministério Público e a apuração policial, ficou evidenciado que o autor do homicídio seria o Sr. Zé Barriga.

Estranhamente, a Ouvidoria agrária enviou uma carta ao processo de investigação, dizendo que não aceitava como verdadeiro esse procedimento de acusação contra o Sr. Zé Barriga. Eu achei estranho porque não é atribuição do Incra entrar em questões relativas a homicídios ou interferir nesses processos em defesa de um integrante...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – O senhor tem esse documento?

O SR. – No término, eu vou relatar que isso foi uma publicação do jornal **Folha de S.Paulo** do dia 4 de abril de 2004. Trata-se de um informe, inclusive de artigo, de um artigo grande.

A Ouvidoria Agrária entrou com essa carta dizendo que não era verdadeira essa versão, sob pena de nulidade do processo. Essa carta foi assinada pelo Ouvidor Agrário, Sr. Desembargador Gersino José da Silva Filho.

Segundo consta do artigo da **Folha de S.Paulo** do dia 4 de abril de 2004, na mesma época, de imediato, foi enviada uma carta à família que tinha acabado de perder um jovem de 24 anos, também da Ouvidoria Agrária, a pedido dos integrantes dos sem-terra – essa carta foi enviada pela Ouvidora Maria de Oliveira –, alertando, com ameaças, que a propriedade seria desapropriada. Anteriormente, o Incra havia feito lá uma vistoria, considerando a propriedade produtiva e imprópria para a reforma agrária pelas suas condições.

Creio que a carta está aqui, Excelência. Estou passando o que li no jornal **Folha de S.Paulo**. Segundo a **Folha de S.Paulo**, isso foge completamente das atribuições do Incra, que é uma autarquia federal, sendo custeada com os pesados impostos que pagamos para sustentar as instituições e as autarquias, enfim, o sistema. Lamentavelmente, não é atribuição do Incra interferir nesse tipo de coisa.

Outro aspecto é que o Incra, às vezes, comete injustiças – sou um profundo admirador de V. Exª e acompanho seus pronunciamentos –, e Justiça é o que queremos para todos os brasileiros. Quando são feitas as vistorias nas propriedades, é concedido um laudo. Às vezes, o Incra emite um laudo de improdutividade da propriedade. O inconformismo do proprietário, ao saber que a sua propriedade é improdutiva, o faz recorrer ao poder autônomo, que é o Poder Judiciário, o Poder soberano, para que seja corrigida essa injustiça e, em alguns casos... Vou citar um exemplo de um único Estado, de uma única região. O Supremo Tribunal Federal cancelou o sancionamento de desapropriação de cinco propriedades na região de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Corrigiu, inclusive, o sancionamento, porque o laudo do Incra teria tido as propriedades como improdutivas e ficou constatado,

pelo Poder soberano, o Supremo Tribunal Federal, que as propriedades eram produtivas.

Então, acredito que precisamos que o Incra seja um órgão mais imparcial e um pouco mais justo, porque desapropriar um imóvel de forma irregular cria muitos constrangimentos, prejuízos morais e financeiros.

Há um outro posicionamento do Sr. **Rouf Hackbart** quando assumiu a presidência do Incra. Imediatamente, foi publicado, não só na **Folha** como também no **Estado de S.Paulo**, no início de setembro, que ele fez um pronunciamento dizendo que o seu primeiro ato seria no sentido de trabalhar para anular ou revogar a Medida Provisória 2.183/2001. É a medida provisória que, quando um imóvel é invadido, esse imóvel fica impedido de sofrer vistorias e desapropriações durante um prazo de dois anos.

O Sr. **Rolf Hackbart**, aliás, pelo que parece, mudou de idéia. Depois de alguns pronunciamentos do Senhor Presidente da República, ele andou mudando de idéia e diz que agora não é mais assim, que não concorda, mas, na época, esse posicionamento dele foi muito explícito.

Houve também uma atuação até estranha do Sr. Procurador-Geral do Incra – não sei se ele ainda ocupa esse cargo, o Sr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho – quando, no jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 13 de julho de 2003, ele deixou registrado, inclusive mostrando, vamos dizer assim, como se faz um procedimento para driblar a medida provisória antiinvasão, alegando que a mesma só se beneficia dessa lei na parte em que o imóvel foi invadido, quando a legislação é muito clara. Fica impedido de vistoria o imóvel, não parte do imóvel que foi invadido. Então, o MST ou qualquer outro movimento invade a propriedade, o imóvel está resguardado, não parte do imóvel.

O comentário do jornal é o seguinte:

O Procurador-Geral do Incra ensina a driblar a medida antiinvasão, alegando que a mesma só beneficia a parte do imóvel invadido.

Esses procedimentos, Excelência, não sei, precisava fazer... Acredito que esta CPI vá tomar alguma providência nesse sentido, para ver se esses procedimentos são realmente condizentes com as atribuições do Incra.

Uma outra coisa que chama muito a nossa atenção: os bens públicos são bens do povo. As sedes do Incra, as superintendências do Incra são bens do povo, também são construídas e continuam sendo pagas – os funcionários etc – com o dinheiro público, com o dinheiro do povo. E estamos vendo constantes invasões em sedes do Incra.

Não vou aqui me referir a todas as sedes que foram invadidas, porque senão vamos terminar muito tarde isso aqui, mas vou dar um único exemplo, a sede da Superintendência do Incra de Cuiabá, que, durante grande parte do ano, vem sendo invadida. Inclusive, essas invasões resultam em destruições de bens, computadores, informática, telefone etc, ou seja, são destruídas e algumas até saqueadas, porque desaparecem.

Eu gostaria que esta Comissão, Sr. Presidente, se possível... Não tenho conhecimento, não tivemos acesso a quais foram as providências concretas para apurar e punir os responsáveis pelos prejuízos, e se esses prejuízos foram cometidos por algum movimento que se alega social e legítimo. Se o for, ele precisa ser responsabilizado por esses prejuízos, até para ressarcir a nossa contribuição para essas instituições.

Um outro item foi também denunciado pela Imprensa quando o ex-Presidente do Incra, quando, aliás, o Presidente do Incra era o Sr. Miguel Rosseto, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário assumiu a sua pasta. Naquela oportunidade, houve uma nomeação e uma participação, segundo informações da Imprensa. Creio que todos viram isso. Na época, isso foi mencionado, creio que pela **Folha de S.Paulo**, com uma enquete mostrando que a maioria das superintendências foram ocupadas... Os superintendentes que passaram para o cargo de superintendente tinham participação direta e indireta com o MST, inclusive com a Pastoral da Terra.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Eu gostaria de pedir o aparte e dizer ao Sr. Relator que não se trata de aflição em falar, até sou a primeira a discutir, mas gostaria que pudéssemos agilizar um pouco mais, já estamos há uma hora aqui na CPI, com todos os Deputados e Senadores para se pronunciarem, e todos conhecem...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Kátia, quem está falando é o expositor.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Não estou me referindo ao seu comentário anterior, quando eu estava aflita para falar, não. Só ao direito de poder participar, de contribuir, como contribuí também no dia em que veio o Presidente do MST. Estamos aqui há uma hora, todos conhecem a agenda desta Casa. Temos outros compromissos também importantes, tanto quanto esses. Então, para que todos pudessem participar, o Sr. Presidente da UDR poderia ir falando ao longo das nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço a intervenção da Deputada. É preciso dizer que o convidado, inclusive, deixou de fazer sua exposição inicial.

Quando aqui esteve o Coordenador do MST, ele teve um tempo extenso para expor as posições do Movimento. O Presidente da UDR apenas está respondendo às indagações. O nosso objetivo, ao presidir essa CPMI, é, em nenhum momento, cercear quem quer que seja. Eu não poderia, de forma alguma, cercear o direito que tem o Presidente da UDR de se manifestar livremente aqui, como fez o Presidente do MST.

De qualquer maneira, a sua solicitação demonstra o seu desejo de participar, e louvamos o seu desejo, até angustiante, de participar ativamente desta CPMI. Fica a critério do nosso convidado agilizar as respostas para que ele possa responder a um número maior.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Estou respondendo às perguntas do Sr. Relator, mas posso terminar depois as outras irregularidades da autarquia Incra.

Então, Deputada, estou inteiramente à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos ao convidado pelo seu desprendimento em atender à ponderação da Deputada Kátia Abreu e anunciamos já o próximo depoente para a próxima quinta-feira, dia 15, às 10h, neste mesmo local, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG –, o Sr. Manoel José dos Santos.

Dia 27, terça-feira, às 13h30min, Dom Tomás Balduíno, Presidente da Comissão Pastoral da Terra.

Vamos iniciar então o questionamento pelos Srs. Deputados e Senadores, estabelecendo, como fizemos na reunião anterior, o bloco de três Parlamentares.

Peço ao depoente que anote às indagações, porque responderá em bloco posteriormente à intervenção dos três inscritos.

Inicialmente a Deputada Kátia Abreu; depois, o Deputado Abelardo Lupion e, na seqüência, o Deputado Jamil Murad.

Primeiramente a Deputada Kátia Abreu com a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada ao nosso convidado e ao nosso Relator.

Em primeiro lugar, lembro ao Presidente da UDR, o Sr. Nabhan, sobre o questionamento do Relator com relação à paralisia da UDR por algum tempo, que isso também ocorreu porque ficamos por um período com um número de invasões bastante reduzido após a Medida Provisória editada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, a MP nº 2.183.

Com a eleição do Presidente Lula, tudo isso veio à monta, porque a expectativa dessa eleição com relação aos assentados foi superdimensionada, e a atuação do Governo com relação a essas promessas, a esses compromissos não foram à altura do entendimento do MST. Creio que esse é um dos motivos da retomada da UDR, se não estiver equivocada.

São 67 invasões em menos de dois meses. Isso estarrece o Brasil inteiro por conta de que o agronegócio mereceu agora, por último, numa das revistas de maior circulação do País, das mais respeitadas, um encarte especial falando sobre o agronegócio, o seu encaminhamento e o quanto. Então, não é só a indignação do setor rural, mas a indignação de todo o povo brasileiro, que hoje já preserva e se preocupa com esse setor, com esse agronegócio, porque é quem está segurando a "barra" do nosso Governo, das nossas exportações, da nossa balança comercial.

E para indignação maior ainda diante dessas invasões, é exatamente a postura do nosso Ministro Rosseto, que, na **Folha de S.Paulo** do dia 08 de abril, diz que estamos supervalorizando as invasões – 67 em menos de 60 dias. Que S. Exª não pode colocar em risco a democracia e os movimentos sociais que são legítimos, que estamos num exagero, cometendo uma bobagem, distorcendo o sentido histórico de tudo, quando o dono da propriedade, na Bahia, de papel e celulose, um dos maiores investimentos privados do Brasil, teve suas terras invadidas. Terras altamente produtivas, e as escolheram porque eucalipto não serve para comida. E o nosso Ministro chama a atenção da indignação do proprietário que teve as suas terras invadidas muito menos do que os invasores que cometeram esse crime imenso contra a nossa Constituição, o direito de propriedade.

Então, S. Exª diz que esses atos de invasões – que ferem a Constituição, portanto, são um crime – são normais na democracia, que endurecer seria uma volta ao autoritarismo. Isso quer dizer que cumprir lei é voltar ao autoritarismo!

Isso nos preocupa muitíssimo, porque se o Ministro não sabe o que fazer, perguntando se tem que chamar a polícia, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, S. Exª que entregue o Ministério, porque, com certeza, o Presidente Lula deve ter outros nomes que poderão sucedê-lo e saberão o que fazer diante do descumprimento de uma lei.

Mas quero dirigir as minhas perguntas rapidamente, Sr. Presidente, com relação...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada, apenas para lembrar que o tempo fixado, como da reunião anterior, é de três minutos para cada interpelante.

A SRª KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Serei bastante rápida.

Falo agora com relação, Sr. Nabhan, à Instrução Normativa nº 11, do Incra, que está sendo totalmente

descumprida, como se não existisse, e ainda estão atuando em cima da Instrução Normativa nº 10. Então, não temos somente o MST invadindo as nossas terras, também temos o Incra invadindo as propriedades privadas deste País.

No momento em que descumpre dois itens importantíssimos da Instrução Normativa nº 11 – primeiro, que é o cálculo do tamanho da propriedade rural, se é pequena, média ou grande propriedade rural –, está-se aumentando, sutil e indevidamente, o número de propriedades privadas que estão acima de 15 módulos fiscais, portanto, passíveis de desapropriação, de reforma agrária.

Também na Instrução Normativa nº 11... Nesse primeiro item que acabei de dizer estão dividindo não a área aproveitável pelo módulo fiscal do município, mas a área total do imóvel produtivo e não produtivo pelo módulo fiscal do município. Então, é óbvio que, com essa formulação, contrariando o Estatuto da Terra, o Decreto nº 84685/80, que diz que a área é aproveitada pelo módulo fiscal, está-se aumentando o seu passivo disponível para a reforma agrária.

O segundo ponto gravíssimo: também se está contrariando a Instrução Normativa nº 11, no seu art. 8º, inciso I, que diz que as áreas de preservação ambiental, as áreas de reserva legal não podem ser computadas no cálculo do GUT e nem do GEE. Fazendo isso, ao encontrar na propriedade uma reserva legal não averbada, imediatamente o Incra, descumprindo a lei, a Instrução Normativa nº 11, no seu art. 8º, inciso I, está contabilizando no cálculo do GUT a área de reserva legal não averbada, juntamente com outra área que não seja reserva legal.

Isso feito, aumenta o número do numerador da fórmula e diminui o número do denominador. É lógico que esse proprietário rural vai entrar, de cara, improdutivo. São artifícios e artimanhas para poder encontrar uma forma de conseguir terras para a reforma agrária, porque neste País não temos mais terras improdutivas. Então, esse cálculo está totalmente indevido, contra a lei.

Gostaria, inclusive, de sugerir ao Presidente da Comissão que pudéssemos convocar o Sr. Ministro da Reforma Agrária aqui para justificar esse acontecimento e essa prática ilegal da Instrução Normativa nº 11, do Incra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado Kátia Abreu. Agora o relógio começa a funcionar, marcando o tempo. Vamos conceder a palavra ao Deputado Abelardo Lupião, segundo inscrito.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Fui Presidente da UDR do Paraná, sendo fundador da UDR, em 1986. Conheço muito bem essa entidade. Mas creio que nada mais natural na democracia que se ouça os dois lados. Penso que o contraditório é extremamente importante para construirmos uma democracia.

Temos um objetivo hoje, e creio que todo produtor rural, todo urbano gostaria que se fizesse uma reforma agrária dentro do País. Quando se fala em gente possuindo três milhões de hectares, é um acinte realmente. Agora, penso que para tudo na vida é preciso ter regras definidas, porque isso é a base, é o sustentáculo de uma sociedade. E as regras da reforma agrária são simples: primeiro, terra improdutiva; segundo, dentro da lei; e, terceiro, de onde emana a reforma agrária? É do poder central, do Governo Federal, que já organizou seu Ministério da Reforma Agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com inclusive fartos recursos, muito mais do que o Ministério da Agricultura, com o Pronaf, Proger, Procera, enfim, administra hoje uma gama de recursos enormes, portanto é quem deve orientar e fazer a reforma agrária.

O que estamos vendo hoje é essa organização de gente se organizando para invadir e gente se organizando para se defender. Todos que estiverem dentro da lei, dentro da legalidade são uma entidade, desde que tenha CNPJ, que seja registrado. O que não tiver isso é quadrilha. Não podemos aceitar quadrilhas no País.

A quem cabe instrumentalizar e preservar a democracia, respeitar a lei e a Constituição é ao Governo central.

Na penúltima semana, tivemos aqui a presença do Sr. Dissimulado, João Pedro Stédile, que aqui renunciou a tudo que professava, amarelou aqui dentro, se acovardou, renunciou a todos os seus conceitos e disse, afirmou, mentiu, que há decisões judiciais indicando que a invasão não configura crime, que existem acórdãos no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça que **(falha na gravação)** não configura crime.

E pergunto: A UDR é favorável à realização da reforma agrária em terras produtivas? A entidade concorda com o conceito de produtividade adotado pelo Incra? O MST invade terras produtivas? V. Sª tem conhecimento de desapropriações de propriedades produtivas realizadas pelo Incra?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Deputado Abelardo Lupion. Apenas lembrando aos Srs. Deputados que quando a campainha é acionada, o é automaticamente, não é o Presidente da Comissão que a aciona, ela é acionada quando falta um minuto para terminar o tempo.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad, o último desse bloco; depois o Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia responderá.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Queria dar as boas-vindas ao nosso convidado, Sr. Luiz Antonio Nabhan; ao Presidente e ao Relator. Em primeiro lugar, como homem público, faço política com consciência, buscando caminhos para desenvolver o Brasil. Creio que existe uma campanha contra o MST, um movimento de aterrorizamento – porque eu passei, agora, ali no plenário e lá havia uma senhora distribuindo um panfleto que diz: O MST, Ordem das Jacobinas contra o Progresso; Reforma Agrária – o abril sem lei do MST; revista **VEJA**, e assim por diante. Fizeram uma guerra, e aqueles que são contra a Reforma Agrária fizeram uma greve por causa do boné na cabeça do Presidente. O Brasil está nas mãos do capital financeiro.

Defendo o apoio, a ajuda e a valorização do trabalho no campo e na cidade. Existe um ataque feroz aos nossos produtos e à busca do desenvolvimento do Brasil. Eu estava aqui conversando com o Senador Jonas Pinheiro e outros Srs. Senadores comentando que, na OMS, em Cancun, todos os obstáculos aos nossos produtos agrícolas foram criados para não podermos exportar e não podermos fazer nada.

Considero isso esdrúxulo. Devemos apoiar o setor produtivo; por outro lado, a Reforma Agrária é uma necessidade inadiável. Precisamos superar esse problema.

Vejam bem: "Ruralistas se dizem indignados com a ação da Polícia Federal". "O Sr. Luiz Antonio Nabhan disse que os agentes foram truculentos. O Delegado disse que não houve nada disto. Encontrou-se material pesado, armas pesadas." "Para a UDR, o Ministro é cúmplice do MST. Estão semeando um clima de terror no País, e o Ministro se omite" – Luiz Antonio Nabhan, Presidente da UDR. "Fazendeiros se armam contra superacampamento." "Eu sou de **(falha na gravação)** região, Presidente Prudente. Já fui, por infindáveis vezes, ao Pontal do Paranapanema apoiando a Reforma Agrária e o MST e posso dizer, aqui, que, se alguém está se armando excessivamente é porque está no limite, não agüentam mais os abusos" – Luiz Nabhan Garcia. Quer dizer, o MST não tem armas, não tem vítimas, o MST é um movimento de progresso. A UDR paulista vai à Justiça contra o Diretor do Inpesp. O Presidente Nabhan disse que isso era uma ameaça, que interpelar judicialmente e...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sr. Deputado, a Presidência solicita aos convidados e aos que assistem a esta reunião que o façam em silêncio em respeito aos Srs. Parlamentares.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Inclusive, o Sr. Jonas do Inpesp é do Governo do PSDB lá de São Paulo e estava sendo interpelado, judicialmente, pelo Sr. Presidente.

"Ao que me condena armamento de fazendeiros." "Ruralista teme conflagração e disse que o MST quer o poder." "Declarações e entrevistas do Presidente. Para ruralistas, defesa do MST é barbaridade."

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Exª foi extremamente rigoroso com a Deputada Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Deputada Kátia Abreu falou por 5 minutos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Eu falei durante 3 minutos, exatamente 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – E ela pediu tempo para concluir.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – E também – veja bem – se indignar em silêncio é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª sempre terá a oportunidade da indignação. A tribuna do Parlamento estará sempre à disposição de V. Exª para a sua indignação.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sou testemunha – como Deputado Estadual em São Paulo e, agora, como Deputado Federal – que lá, no Pontal do Paranapanema, as terras devolutas pertencem ao Estado e precisam ser utilizadas para se tornarem produtivas. Pensamos que quem defende a terra improdutiva está pegando carona com os setores produtivos. Os setores produtivos estão recebendo apoio do Governo: têm ganhado dinheiro e têm recebido o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sr. Deputado, peço que V. Exª conclua, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Concluindo: há necessidade de os produtores rurais, os verdadeiros produtores rurais, darem apoio à reforma agrária também e não criarem esse clima de terror que está sendo criado. O Brasil precisa se desenvolver econômico e socialmente. Em todo país do mundo houve necessidade de se realizar a reforma agrária. Existe uma defesa contra a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Deputado, a Presidência pede a sua colaboração.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Depois dou continuidade, mas essas atividades do Presidente Luiz Antonio Nabhan jogam gasolina na fogueira de maneira injustificada. A reforma agrária é uma reforma agrária para o bem do Brasil.

(Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mais uma vez, faço um apelo aos convidados que nos honram com as suas presenças, para que...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, gostaria que os fazendeiros seguissem o exemplo

dos sem-terra, que se mantiveram em silêncio, apesar de todas as acusações que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Presidência, evidentemente, não quer tomar nenhuma atitude radical, pedindo para evacuar o recinto. Jamais faremos isso. Queremos a presença aqui de todos. Queremos a Casa sempre cheia, mas precisamos contar com a compreensão no respeito ao Regimento desta Casa.

Passo a palavra ao Presidente da UDR, ao Nabhan, para que responda às indagações.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Deputado Jamil Murad, em primeiro lugar, quero deixar bem claro a V. Exª que a nossa entidade não é contra a reforma agrária. Ela é contra esta reforma agrária que estamos vendo aí, não só a do Governo atual, como a do Governo passado, uma reforma agrária sem administração, uma reforma agrária que é tocada à ideologia, não com administração.

Quando V. Exª disse que existe uma campanha contra o MST e contra a reforma agrária, infelizmente não posso concordar com V. Exª, porque o que queremos é uma reforma agrária séria, porque dinheiro do povo, dinheiro público é coisa séria, e se faz reforma agrária neste País com dinheiro público.

O relatório do Tribunal de Contas da União, na semana passada, despachou decisão, mostrando que, dos quatrocentos e poucos mil lotes que já foram assentados – não sei precisamente, quatrocentos e poucos mil. Não me recordo precisamente, porque não estou com o jornal aqui. Essa é uma decisão do Tribunal de Contas da União –, existem, hoje, mais de noventa mil lotes abandonados, ociosos.

Então, primeiro, não há por que haver invasão, porque a própria invasão é crime. Então, existem noventa mil lotes ociosos. Não há por que ter invasão de propriedade, porque há noventa mil lotes esperando por noventa mil famílias.

Em segundo lugar, quando V. Exª diz que a Polícia Federal encontrou armas pesadas, se essa afirmação for do delegado da Polícia Federal ou de quem quer que seja, ela não é verdadeira. A Polícia Federal encontrou quatro armas na fazenda do meu pai, devidamente legais, de calibre autorizado pela legislação.

Portanto, armas pesadas são armas irregulares, armas que não são liberadas para uso civil. E lá foram encontradas – com todo aparato de 40 agentes com detectores de metais, que reviraram a fazenda do avesso – armas, sim: quatro armas devidamente legalizadas.

Quando V. Exª diz que o MST não quer o poder, ou coisa parecida, ou que o MST quer fazer a reforma agrária... A esposa do Sr. José Rainha Júnior – temos isso arquivado, se V. Exª precisar, fornecemos cópia do material – fez uma declaração ao jornal **O Estado de S.Paulo**, alguns anos atrás, que o sonho do MST era criar a república independente do Pontal, um Estado soberano independente. Isso é sério. Isso fere a Lei de Segurança Nacional.

O MST, seus líderes, Gilmar Mauro, não sei o que Amorim, de Pernambuco, e alguns outros têm dito que o objetivo primordial deles, há dois, três anos, era fazer uma revolução neste País e transformar o sistema num sistema socialista, não no atual.

O objetivo explícito deles era fazer uma revolução para mudar, transformar o sistema do País.

V. Exª afirma que as terras do Pontal são devolutas, com todo respeito que tenho por V. Exª, tenho de dizer-lhe que está fazendo afirmações levianas. Há ações discriminatórias no Pontal do Paranapanema que...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Quero fazer apenas um esclarecimento.

Essa declaração é documentada pelo Governo do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – O Governo de São Paulo nunca declarou isso, pelo menos o atual. Pelo contrário, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo elaborou uma lei para fazer uma espécie de acordo para que acabem as discussões.

O que acontece no Pontal do Paranapanema? Se V. Exª como paulista não sabe, vou lhe dizer. No início do século, em torno de 1920 e 1930, algumas ações discriminatórias foram impetradas, procedimento que se intensificou a partir da década de 50. Essas ações objetivavam apurar irregularidades remanescentes do tempo do Império. À época, foi aprovada a Lei Morato para regularizar as terras, se houvesse algum vício. Isso se deu ainda no tempo do Império, por volta de 1840.

Para que V. Exª tenha uma idéia, a maioria dos perímetros referentes a essas ações discriminatórias ainda está tramitando em Primeira Instância. Grande parte das ações foi paralisada porque os processos não tinham consistência, não havia documentos que provassem que as terras eram devolutas. A maioria das ações impetradas àquela época ainda está em Primeira Instância. V. Exª, um Parlamentar culto, deve saber que ninguém deve pré-julgar o que ainda não transitou em julgado até a última instância. Por isso, as terras do Pontal do Paranapanema não são todas devolutas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, desejo fazer um esclarecimento.

O ex-Governador Fleury, hoje Deputado Estadual, esteve várias vezes nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, assim como o falecido Governador Mário Covas e o Governador Alckmin. Todos confirmaram que as terras são devolutas. Inclusive, existem documentos no Governo de São Paulo que confirmar

isso. Portanto, falta com a verdade o Presidente da UDR ao fazer esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos permitir que o Presidente da UDR responda, já que está respondendo aos questionamentos de três Parlamentares.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Deputado, repito que estou deixando explícita a situação do Pontal do Paranapanema. Se alguém vier aqui afirmar, seja quem quer for, que as terras do Pontal do Paranapanema são devolutas estará fazendo uma declaração leviana, não estará dizendo a verdade. O Poder Judiciário é soberano. Parte das terras do Pontal foi julgada como propriedade particular e outra como terra devoluta. Na parte correspondente às terras devolutas, já foram assentadas quase seis mil famílias. Quanto à outra parte das terras, em relação à grande parte existem ações discriminatórias em Primeira Instância. Uma parte dessas ações está paralisada, e apenas um perímetro foi ao Tribunal.

V. Exª deve concordar comigo que não estou desacatando a autoridade de V. Exª. Estou relatando a situação verídica e atual do Pontal do Paranapanema. Repito que as terras do Pontal do Paranapanema não são todas devolutas. Algumas áreas julgadas devolutas já foram reivindicadas pelo Estado, que pagou pelas benfeitorias, e foram usadas para fins de reforma agrária. O que permanecem hoje são ações discriminatórias que ainda hoje estão **sub judice**.

Portanto, não podemos dizer que todas as terras são devolutas porque não sabemos qual será a decisão da Justiça. Aliás, a grande maioria das ações ainda tramita em Primeira Instância. Ainda há como recorrer aos Tribunais estaduais e ao Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apelo ao Presidente Nabhan no sentido de exercitar, ao máximo, sua capacidade de síntese a fim que possamos ouvir todos os senhores Senadores e Deputados.

V. Sª pode prosseguir.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Para finalizar, Deputado Jamil Murad, quando V. Exª afirma que essa reforma agrária, quisera que a reforma agrária realmente contribuísse com o fator econômico-social do País. O senhor pode ter certeza, olhando nos meus olhos, que esse é o nosso objetivo. Hoje, um assentado também é um produtor rural. E nós queremos mesmo que ele seja bem-sucedido porque o campo precisa e tem mostrado que é bem-sucedido. E esse produtor rural precisa ser bem-sucedido. Porém, infelizmente, por falhas administrativas, por tendências até talvez políticas ou ideológicas, o próprio Tribunal de Contas da União demonstrou que, infelizmente, a reforma agrária que foi feita até hoje não contribuiu com o fator econômico e social do País. Mas nós queremos que contribua e estamos aqui inclusive para isso.

Sou um produtor rural já da terceira geração. Temos experiências. Graças a Deus somos bem-sucedidos. Se podemos trocar idéias e contribuir, humildemente, com a nossa parte, com o, hoje, pequeno produtor rural e assentado e com a participação do Governo Federal, estamos inteiramente à disposição.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – De que tipo eram as quatro armas registradas e encontradas na propriedade?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Um era calibre 22, e os outros eram calibre 38. Todas são de uso permitido em nosso País, de acordo com a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Waldemir Moka. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da UDR, estou, há 22 anos, no Congresso Nacional. Fui três vezes Deputado, duas vezes Senador da República e acompanhei todo esse processo. Na Constituinte, tivemos um trabalho muito discutido, quando se estabeleceram os dispositivos da Constituição e, principalmente, da Lei da Desapropriação. Não só na Constituição, como na lei, permiti-se, perfeitamente, que haja processo de reforma agrária.

O proprietário rural que não cuida da sua propriedade e que não a tem como produtiva não merece tê-la. Portanto, a terra tem que ser desapropriada e tem que servir ao processo de reforma agrária. Entretanto, aqueles que cuidam da sua propriedade e a tem como produtiva têm que ter a sua terra defendida e sagrada. A Constituição e a lei assim permitem.

Dr. Nabhan, fico muito preocupado com essa declaração da Ouvidoria do Incra, invertendo completamente aquilo para o que o Incra tem como obrigação no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente e Sr. Relator, esse assunto tem que ser explorado por esta Comissão, uma vez que o Incra é o órgão responsável. Se não acreditarmos no Incra, como órgão responsável pelo processo de reforma agrária e também porque é ele que faz as investigações para saber se a terra é produtiva ou não – se tiver posição parcial nesse processo –, evidentemente, estamos diante de um assunto muito grave. Quem vai permitir que se obedeça à lei? É claro que Poder Judiciário tem dado suas definições. Quando

alguém vê a sua propriedade produtiva ser invadida, o Poder Judiciário tem levantado o caso e dado ou não reintegração de posse. No Mato Grosso, quando há invasão de propriedade – considerando o Poder Judiciário que é ilícita porque está fora da Constituição e da lei –, o Poder Judiciário, com certeza, dando a reintegração, o Governo do Estado do Mato Grosso cumpre a lei. É por isso que as invasões estão ocorrendo em Mato Grosso? Sim, mas muito pouco em relação ao que era, ou ao que está acontecendo no Brasil. Então, gostaria de obter uma explicação melhor em relação a esse procedimento da Ouvidoria Agrária do Incra, no que diz respeito às suas determinações. Não há necessidade de se ler todo aquele processo, porque já o ouvimos, mas gostaria que o Senhor esclarecesse melhor esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro. Peço mais uma vez que o convidado anote as perguntas, para que possa respondê-las em bloco posteriormente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, no que diz respeito à Presidência da Comissão, qual a medida que esta irá tomar quanto a esta grave denúncia feita aqui? Porque isso é crime, isso é tendencioso, isso é prevaricação. Não podemos aceitar, sob hipótese nenhuma, o ocorrido. Pediria a V. Exª que já consultasse a nossa Assessoria Jurídica da CPMI, para que tome as medidas necessárias quanto a essa denúncia comprovada que encaminhamos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Atendendo à solicitação do Deputado Abelardo Lupion, já que é este um dos objetivos da CPI, submetemos o seu pleito à Assessoria Jurídica da CPMI, ou do Senado Federal, para que estabeleça resposta à sua preocupação, se for o caso, definindo as alternativas de providência, cuja avaliação dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores será feita logo em seguida.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é a seguinte: foi encaminhada uma cópia de uma carta, e a minha pergunta é no sentido de saber se esta Comissão tem condições objetivas e jurídicas de encaminhar essa denúncia, porque é essa a sugestão do Deputado.

Na verdade, estamos em um processo inicial de trabalho, vamos fazer um pré-julgamento e tomar uma decisão logo adiante. Na segunda ou terceira sessão desta Comissão, já queremos encaminhar a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que o próprio despacho que conferi à questão de ordem do Deputado Lupion pode ser transferido a V. Exª. Estamos submetendo à Assessoria Jurídica da CPMI e à Advocacia-Geral do Senado Federal, para que analise o pleito do Deputado, ofereça as alternativas, e as submeteremos aos integrantes desta CPMI. Nenhuma decisão desta Mesa será autoritária.

O SR. (Orador não identificado) – Ele já formalizou o pedido?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Oralmente e encaminhou o documento à Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto. V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de manifestar a minha alegria e felicidade por poder constatar essa diferença entre os agricultores que defendo, pobres e pouco freqüentadores de escola, mas que se mantiveram com uma postura digna, nesta CPMI, durante o depoimento de João Pedro Stédile.

Quero dizer que o ilustre Presidente da UDR (União Democrática Ruralista) diz com tanta veemência que é uma entidade democrática. Ficamos até felizes com isso, mas uma entidade democrática olha para os dois lados. Perguntaria por que a UDR, que é tão justa, não faz com que se prendam os criminosos, que fizeram centenas de vítimas neste País? Até agora, não há nenhum proprietário preso, somente alguns pistoleiros, mas os mandantes estão soltos.

Já que a UDR defende tanto o agronegócio, cuja tecnologia avançada aponta no sentido de a terra deve produzir cada vez mais e mais, o que ela acha do índice de produtividade existente na lei agrária? Será que deve permanecer a mesma, feita lá pelos anos 60, com todo esse avanço da tecnologia?

Outro questionamento que faço é que Osnir Sanches, do Paraná, entrou na Justiça contra a UDR, reivindicando seus direitos trabalhistas, que a UDR pague seus honorários. Ele foi contratado para guarnecer uma fazenda e um agricultor foi assassinado no despejo dessa fazenda. Ele está reclamando que não recebeu hora extra, auxílio-alimentação e os demais direitos que a lei trabalhista lhe garante. Quero, inclusive, entregar nas mãos do Relator esse documento que vem da Justiça do Trabalho do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o terceiro inscrito deste bloco, Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, estou trazendo informações e esclarecimentos sobre essa questão fundiária que muito preocupa o nosso País.

Ouvi os Deputados que me antecederam e fiz esse questionamento ao Stédile na semana passada, quando aqui esteve. O Deputado Jamil Murad coloca que o Nabhan está colocando nas suas declarações lenha na fogueira. Stédile disse a ele – quando fez um pronunciamento em Canguçu, com centenas de produ-

tores – incitando esses produtores à luta. Temos essas declarações da esposa do José Rainha, que também dizia que queriam transformar o Pontal numa república. Quando vemos o jeito como o Stédile se apresentou na outra semana, desculpando-se e dizendo que não havia dito que queria transformar esse abril em abril vermelho e pregando as invasões que estão efetivamente ocorrendo, creio que isso não seja um movimento democrático e legítimo. Quando se ouviu o que ele colocava, que não pregava a violência – cite e citarei novamente Nabhan e gostaria que você também respondesse – a morte de um soldado da brigada militar, que o Deputado conhece no Rio Grande do Sul, que foi morto com uma foice. Dizem que o MST não usa armas, mas foice e facão são armas. Mataram e degolaram um soldado da brigada militar lá em Porto Alegre, numa das mobilizações do MST. Houve a morte de um assentado, no assentamento de Jóia, que se negou a pagar comissão, foi morto na frente da família, assassinado. Um produtor rural. É verdade, Deputado, a imprensa noticiou e isso é verdade. Quando falam.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Que ele foi morto, é verdade, mas não que foi por esse motivo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Foi assassinado porque não quis pagar as comissões. Aqui está a mãe de um jovem técnico agrícola gaúcho, que está no Estado de Goiás, assassinado, perdeu a vida um jovem produtor rural. Aqui está a mãe dele, D. Iara. O Estado de Goiás se mobilizou em cima dessa morte. Este é um movimento pacífico e é o que esta Comissão tem que ver, Sr. Presidente, Sr. Relator, em cima dessas questões específicas. É extremamente grave incitar a população brasileira como está sendo feito.

Nesse sentido, vemos que não se trata de um movimento ordeiro, pacato e pacífico. Eu poderia citar aqui centenas de outros depoimentos que passei quase dez meses ouvindo no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Pontal do Paranapanema, em Mato Grosso do Sul e em Goiás, 118 depoimentos que tivemos, onde os mais variados casos foram denunciados. Citei três ou quatro casos aqui. Isso é preocupante.

Deixo nesta Comissão esta questão, que esta Comissão tem a obrigação e o dever de levar adiante. Não é só o MST que é bonzinho. Víamos o Sr. Stédile vindo aqui fazer suas manifestações para resolver os problemas do mundo. Essa situação nos preocupa e, muitas vezes, como disse naquele dia, os produtores tomam determinadas atitudes para se defender, o que é legítimo. Vimos centenas dessas propriedades que foram invadidas, desapropriadas e depredadas.

Tenho uma pergunta ao Nabhan, especificamente. Ouvi nos depoimentos do Pontal e naquele dia também questionei o Sr. Stédile, quando falava que os advogados, inclusive o atual Deputado João Alfredo, Luiz Eduardo Greenhalgh e citei o caso do Dr. Evandro Lins, que trabalhavam de graça. O que ouvi nos inúmeros depoimentos que obtive em todos esses Estados. Normalmente, na defesa dos produtores rurais ditos ricos e abastados, iam advogados, às vezes no seu carro ou de ônibus. Muitas vezes, os advogados do MST chegavam de avião nessas audiências de questões fundiárias. O que o senhor sabe a respeito dessa questão?

O que ouvi de depoimentos de assentados que, além das comissões que tiravam, tinham um tal de teto 2, recursos que saíram do próprio Banco do Brasil em financiamentos, ouvi dos assentados no Pontal do Paranapanema, quando falaram que pagaram e saiu o dinheiro. O Zé Rainha foi absolvido naquele julgamento que houve em Vitória, no Espírito Santo. Esses são casos concretos que aconteceram, dos quais temos depoimentos que foram encaminhados à Polícia Federal, à Justiça Federal e a vários órgãos em cima dessas questões específicas.

A preocupação é quando produtores legitimamente defendem o que é seu, como qualquer cidadão defende sua casa, seu automóvel e sua propriedade, uma vez que muitas vezes não têm a proteção do Estado, como deveriam ter.

Quando se fala em citação, cito o que o José Rainha tem falado, o que o Stédile tem falado, e tantos outros pregando uma verdadeira revolução civil em nosso País. Isso não é democracia, não é democrático.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não. Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – A CPMI pode acabar, porque no depoimento do nosso colega Deputado, S. Exª citou dois ou três casos de violência que supostamente seriam do lado dos que defendem a reforma agrária. Temos mais dois mil casos de lideranças assassinadas nos últimos vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – No caso, não há questão de ordem.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Só farei uma colocação. Como o Deputado Jamil Murad falou, citei três casos, poderia citar dezenas de casos que vi de violência, inclusive de mortes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Lembro ao Senador Eduardo Suplicy que S. Exª tem três minutos para sua indagação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, eu gostaria de, primeiramente, perguntar a avaliação que V. Sª faz com respeito à estrutura fundiária presente segundo os dados que V. Sª e a UDR puderem ter coletado, já que é um estudioso desta matéria.

Os dados que estão no cadastro do Incra – situação em agosto de 2003 – informam que 1,7% das propriedades de terras no Brasil hoje correspondem a 43,7%. V. Sª avalia que esta informação é correta? V. Sª acredita que dentro desse grau de concentração da estrutura fundiária brasileira é importante acelerar a reforma agrária?

Em segundo lugar, pergunto a V. Sª qual sua disposição e da União Democrática Ruralista de aceitar um diálogo direto, que possa ser promovido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a terra entre a UDR ou outras entidades representativas de proprietários, seja a Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira, diretamente com o MST, a Contag e outras entidades representativas de trabalhadores com vistas à realização da reforma agrária, seja no Pontal do Paranapanema, seja em outras áreas que o Presidente e a Comissão resolverem designar, já que essa é uma das proposições de ações que o Presidente e o Relator vêm considerando.

Como V. Sª está acompanhando muito de perto toda a situação no Pontal do Paranapanema, agradeço se puder informar qual a avaliação que faz da Lei Estadual nº 11.600, de 2003, que foi encaminhada pelo Governador Geraldo Alckimin, recém aprovada na Assembléia Legislativa de São Paulo, uma vez que inclusive eu próprio tive oportunidade de estar presente a uma reunião em que esteve V. Sª presente com inúmeras outras entidades representativas de proprietários rurais com o governador. Naquela época ainda não havia sido aprovada a legislação, então, à luz do que foi aprovado, peço a sua avaliação.

Gostaria muito que pudesse fazer uma análise de como a UDR analisa o critério que está explicitado na Constituição brasileira, segundo o qual o direito de propriedade está condicionado à realização da função social da propriedade. Qual a análise que V. Sª faz especificamente a respeito deste ponto e, em especial, se porventura ficar constatado que houve digamos um flagrante de não utilização para finalidade social – como por exemplo em 1999 foram constatados 6.370 trabalhadores em condição de trabalho escravo; em 2000, 527; em anos recentes, também, mas não tenho a informação precisa –, se constatada a situação por exemplo de trabalho escravo, então se avalia que tipicamente aí estaria constatada uma situação de infringência do previsto na Constituição.

São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Presidente da UDR, Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, vou responder por ordem, começando pela pergunta do Sr. Senador Jonas Pinheiro sobre o que pensamos do procedimento do Incra, da Ouvidoria Agrária.

Como já disse aqui, Senador, o que relatei foram denúncias feitas pela imprensa, não só por um jornal, mas por vários, com relação a essa atuação do Incra que deixa um pouco a desejar. Porque, pelo entendimento legal, a atuação e a função do Incra é promover a colonização e a reforma agrária do Brasil de forma administrativa. E esses desvios de procedimento do Incra eu gostaria que, se possível, esta Comissão apurasse, até para verificar se realmente eles têm fundamento. O que eu disse aqui foram afirmações da imprensa, inclusive até em forma de artigo, envolvendo o Incra em questão criminal, como foi o caso do cidadão Luiz Carlos Becker Amaral, que foi assassinado.

E aqui a Ouvidoria Agrária sugere a extinção do processo, inclusive manda carta ao proprietário, segundo o jornal, em tons de ameaça. Os laudos concedidos pelo Incra acho que precisavam ser analisados com mais precisão, com a realidade dos fatos, porque são inúmeros processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal e fica comprovado que houve uma falha na averiguação e no relatório dando a propriedade como improdutiva.

Como dei o exemplo aqui, porque se eu for citar tudo do País, creio que vamos sair daqui não sei nem que horas, mas dou um exemplo no caso do Rio Grande do Sul, na região de São Gabriel do Oeste. Lá foram cinco. O Supremo Tribunal Federal cancelou o sancionamento da desapropriação de cinco propriedades por considerar a vistoria irregular; a situação não condizia com a realidade.

O Presidente do Incra teve um posicionamento estranho, já que, ao ocupar esse cargo, deve principalmente respeitar a legislação. Não é da sua atribuição discutir se uma medida provisória é eficaz ou não. Que eu saiba, a revogação é atribuição do Legislativo ou do Senhor Presidente da República. Ao assumir o cargo de Presidente do Incra, o Sr. Rolf Hackbart disse, mais uma vez, que a Medida nº 2.183/2001 precisaria ser revogada. E o Sr. Procurador-Geral do Incra ensinou inclusive o caminho das pedras: para driblar a medida antiinvasão, alega que apenas o local do acampamento não pode ser vistoriado; o restante da propriedade pode. A lei não estabelece isso.

Há constantes invasões em prédios públicos não apenas do Banco do Brasil, mas também em sedes de Superintendências do Incra. Citei o caso de Cuiabá. V. Exª mora em Cuiabá e provavelmente soube de várias invasões, inclusive com depredações e destruição de patrimônio público, como telefones, aparelhos de informática e outros. Precisamos apurar os fatos e cobrar dos responsáveis as indenizações pelas perdas, punindo-os civil e criminalmente pelos prejuízos e pelos atos criminosos.

Houve também uma denúncia que, na época, foi artigo não apenas do jornal **A Folha de S.Paulo** como também do **Estado de S.Paulo**. No início do Governo do Presidente Lula, o Ministro Miguel Rossetto nomeou para cargos de Superintendências do Incra pessoas que foram integrantes do MST ou que teriam vínculos diretos ou indiretos com o Movimento e também com a Pastoral da Terra. É bom deixar bem claro que o Incra é um órgão federal que não pretende advogar em favor desse ou daquele nem defender esse ou aquele. O objetivo do Incra é fazer colonização e reforma agrária conforme a lei e agir de forma imparcial e não direcionada, defendendo esse ou aquele. Ao Incra não cabe defender proprietário rural ou fazendeiro, muito menos MST ou outro movimento. A função do órgão é fazer reforma agrária segundo a lei e os parâmetros administrativos.

Infelizmente, a auditoria do Tribunal de Contas da União relata que a administração do Incra vem sendo falha. Inclusive o próprio TCU cita que pessoas estão deixando as ideologias se sobreporem aos critérios técnicos. Enfim, estão gerando esta fatalidade que representa a reforma agrária até hoje: a favelização rural. Não atingiu o objetivo econômico nem o social.

Para isso, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta à CPMI. Se for acatada, bem; se não o for... Creio que a proposta seria interesse, já que o objetivo desta CPMI é apurar as falhas e tentar encontrar um denominador comum para que a reforma agrária tenha sucesso neste País. Proponho a V. Exª que se crie uma comissão, integrada pelo Ministério Público, pelo Executivo, pelo Legislativo e por órgãos governamentais e não-governamentais, para fazer uma vistoria, como ocorre nas nossas propriedades, em todos os assentamentos do território brasileiro. A partir daí, seria possível discutirmos se realmente essa reforma agrária está dando certo. Essa vistoria seria de suma importância, porque se esse procedimento não obteve resultados econômicos e sociais, está correto o que disse o Presidente Lula ao assumir o seu cargo: "Eu quero fazer uma reforma agrária de qualidade". Portanto, precisamos realizar realmente uma reforma agrária de qualidade que produza os efeitos. Tenho a impressão de que essa vistoria seria de grande valia para o nosso País, para os futuros assentados e para os que já estão nos assentamentos, a fim de reverter a situação que alguns estão vivendo e acabar com o fluxo de imigração. Segundo o TCU, dos cerca de 400 mil lotes, já existe um abandono, uma ociosidade de mais de 90 mil lotes.

E, para finalizar, Excelência, quanto à sua pergunta sobre os procedimentos do Incra, registro que existe no Governo Lula o primeiro processo por improbidade administrativa de uma autarquia federal. O processo foi movido pelo Ministério Público Federal na Justiça Federal de Presidente Prudente contra o Incra e o Sr. Ministro Miguel Rosseto, no caso de liberação de verbas irregulares para a Cocamp, Cooperativa Agrícola de Campos Palmenses, na cidade de Teodoro Sampaio.

Gostaria que, se possível, esta Comissão pedisse cópia desse processo que o Ministério move de improbidade administrativa e que, segundo relato da Imprensa, seria o primeiro processo de improbidade administrativa do Governo Lula, para sabermos se o processo tem fundamento ou não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Interrompo V. Sª apenas para pedir à Secretaria da Comissão que tome as devidas providências para requerer ao Ministério Público Federal o envio dessa documentação a esta CPMI.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Está na Justiça Federal de Presidente Prudente. Trata-se de um processo cujo autor é o Ministério Público Federal.

Gostaria de abordar um outro fato, Sr. Senador Jonas Pinheiro. Como eu já disse, não tenho nenhum vínculo político, nenhuma filiação partidária. Portanto, o meu objetivo aqui é defender os interesses dos produtores rurais e do dinheiro público, que é coisa séria. É difícil pagar imposto pesado, altas alíquotas. E o Governo FHC liberou, por meio do Procera, verba para aquisição de mais de 50 tratores de última geração, inclusive acompanhados de implementos. Entretanto, segundo matéria publicada em **O Estado de S.Paulo**, o jornalista ficou, por uma semana, andando por todos os assentamentos e não encontrou nem dez tratores. Então, gostaria que esta CPMI também apurasse isso, porque é difícil adquirir um trator, que custa muito caro. É um horror de dinheiro que se paga por um tratar. Os juros são altos e se se fica inadimplente, a propriedade é confiscada e destinada à Reforma Agrária. Gostaria, pois que, se possível, esta CPMI formasse uma Subcomissão para apurar e localizar onde estão os 50 tratores que foram enviados para o Pontal do Paranapanema.

Então, com relação aos procedimentos do Incra, não sei se respondi à altura a pergunta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas informo ao Presidente da UDR que esta Comissão pretende visitar o Pontal e poderá, então, na localidade, investigar o fato resultante desta denúncia.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para colaborar com este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Não vou referir-me à notícia de jornal. A Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda auditou esta e tantas outras operações que oportunamente poderei trazer a esta CPMI e mostrar-lhes dezenas de auditagens feitas em todos os Estados nessas operações envolvendo esses financiamentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª colaboraria com esta Comissão se encaminhasse essa documentação ao Relator.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Tenho todo esse material.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Sr.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA (Intervenção fora do microfone) – Pergunta do Deputado Adão...

(Falha na gravação.)

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Eu também. Não diria do MST, mas gostaria de colaborar com V. Exª, que até perguntou se a UDR teria como colaborar, dizendo se defende o agronegócio, o que pensa do índice de produtividade. V. Exª me perguntou sobre a participação de pistoleiros e centenas de vítimas que a UDR teria promovido. Ressalto que a UDR nacional, a qual presido, e a UDR regional da região do Pontal, da qual faz parte a minha cidade, Presidente Prudente, a qual eu também presido, não responde por nenhum processo de homicídio ou tentativa de homicídio. Até hoje a UDR não foi notificada de nenhum processo desse tipo. Não conheço essas centenas de vítimas e, como V. Ex.ª diz, esses pistoleiros, também não conheço nenhum pistoleiro e não respondo a nenhum processo por pistolagem ou incentivo à pistolagem.

Defendo, sim, se existe um proprietário rural que está cansado de ser invadido, não agüenta mais as invasões e existe uma inoperância da instituição legal que deveria cumprir a lei, se esse cidadão quiser defender o seu patrimônio, está respaldado no Código Civil e no Código Penal e também pode contratar empresas de segurança particulares devidamente autorizadas e legalizadas. Essa é a nossa postura.

Quando V. Ex.ª se reporta ao caso do Sr. Osnir Sanches que está reivindicando direitos trabalhistas na UDR do Paraná, da qual não faço parte, o Sr. Marcos Proché, que é Presidente do Paraná, até não conheço esse fato e não sei se está transitado e julgado, mas acredito que devemos atribuir isso quando o fato assim estiver e, então, poderá V. Ex.ª dizer "olha, realmente houve uma irregularidade, mas se não estiver transitado e julgado pela justiça é prudente aguardarmos.

V. Ex.ª me pergunta se a UDR defende o agronegócio e o que acha que o índice de produtividade atual, que vem desde os anos sessenta. Gostaria de relatar a V. Ex.ª que só existe, no Brasil, um segmento empresarial que precisa ter 80% de produtividade que é o setor do agronegócio.

Nós, os produtores rurais, o imóvel rural é reconhecido pelo Incra como uma empresa rural e temos que ter 80% de produtividade. Acho interessante ter produtividade porque, quem não produz, cai fora. Agora, os índices de produtividade, se V. Ex.ª não sabe, são designados por intermédio de uma portaria interministerial, que foi rechaçada pelo Incra, que ditou uma regra chamada instrução normativa, a qual não corresponde à legalidade.

Os índices de produtividade têm de ser feitos por intermédio de uma portaria interministerial. Forma-se um conselho, esse conselho vota e, depois, é sancionada por dois Ministros: o da agricultura e pecuária e o do desenvolvimento agrário. E deveremos acatar o que for estabelecido de acordo com a lei, porque lei não se discute. Lei se cumpre.

Assim, provamos não só para o Brasil, mas como para o mundo que o único segmento em um País que é responsável por 42% da balança comercial, por um terço do PIB e por quase 95% do superávit brasileiro de vinte e seis bilhões de dólares e também responsável pelos empregos diretos e indiretos. Trinta e sete por cento dos empregados brasileiros têm dado um show de produtividade. É o que tenho a responder para V. Ex.ª.

Com relação à pergunta do Deputado Luiz Carlos Heinze sobre a morte do soldado no Rio Grande do Sul. A minha indignação é tanto quanto a de V. Ex.ª e tanto quanto a dos gaúchos, dos cidadãos que moram no Rio Grande do Sul. É uma situação lamentável e, até hoje, que eu saiba, não ouvi nenhum produtor rural brasileiro degolar ou matar alguém.

Existe e falam em números, mas não vi, até o momento, uma entidade ou pessoas ligadas a uma entidade como a que faço parte, ser condenada por homicídio e a morte de soldado realmente trouxe constrangimento.

V. Exª me perguntou se acho o MST pacífico. Ora, entendo que se alguém está afirmando que esse movimento é pacífico, com todo o respeito pela pessoa que assim pensa, volto a dizer que isso passa a ser um deboche. A realidade é que nós, produtores rurais brasileiros, que sustentamos o País – os números são dados oficiais, do Governo e não mentem – imaginem se deixássemos de contribuir com todos esses números de balança comercial, de superávit, de geração de emprego, de PIB, o que seria o País.

Merecemos respeito. E o que estão fazendo hoje no campo... A ameaça do Sr. João Pedro Stédile em dizer que ia infernizar o País, que ia botar fogo no País, que ia ser um abril vermelho, está sendo rigorosamente cumprida. Nós estamos vivendo um estado de pânico. E a própria imprensa nacional tem mostrado isso aos quatro cantos do País. O pânico se instalou no campo hoje. E nós, efetivamente, somos as vítimas. Portanto, nobre Deputado, fico até emocionado em ver pessoas sendo invadidas, cercas quebradas, incêndio em pastagens, gado morto, queima de tratores, queima de casas, tudo isso nós já assistimos. Já perdemos amigos, famílias de bem, decente, que contribuem com este país, efetivamente. Não com devaneios, não com garganta, mas simplesmente com a realidade, produzindo a essência da vida. Porque se V. Exª entrar em qualquer supermercado hoje, V. Exª vê, não vou citar todos não, mas principalmente os gêneros de primeira necessidade, fornecidos e produzidos às custas do nosso suor, da nossa luta, dos nossos princípios, que é o de produzir neste país.

Então, V. Exª cita aqui advogados, etc. e tal, homens que defendem. Temos aqui inclusive hoje, na Câmara Federal, o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que inclusive advoga para o MST. E uma coisa que deixou, de certa forma, não só nós produtores rurais como a própria população da alta Sorocabana indignada, foi o fluxo de parlamentares que estiveram lá no Pontal na época, quando o Sr. José Rainha foi condenado pela Justiça, pelo Judiciário, em primeira e em segunda instância. Entraram com **habeas corpus** na segunda instância, o **habeas corpus** foi negado, depois foi concedida a ele uma liberdade provisória, mas ele foi processado e esteve preso por formação de bando e quadrilha armada. No entanto, o nosso Legislativo, alguns integrantes do Legislativo, infelizmente, foram lá visitar, prestar solidariedade ao cidadão que foi preso por formação de bando e quadrilha armada. Todo mundo tem o direito de visitar quem quiser. Agora, um condenado por formação de bando e quadrilha armada, que participou... Eu acho que mais de centenas de invasões no Pontal do Paranapanema foram lideradas pelo Sr. José Rainha Júnior.

Inclusive quero relatar um fato aqui a V. Exª, a todos. O Fórum da Comarca de Teodoro Sampaio foi invadido por integrantes do MST, e lá fizeram a maior anarquia, inclusive jogaram ate fezes dentro do Fórum da cidade. Agora, um país que tem até um Poder Judiciário invadido, eu não posso considerar esse movimento legal, legítimo. Até porque não existe personalidade jurídica, não tem CNPJ, não tem sede fixa, não tem estatuto registrado, não tem Ata registrada, enfim, todos os prejuízos causados até hoje por centenas e centenas de propriedades que foram invadidas, até hoje não foi ressarcido um centavo. Vai receber de quem? Do MST? Está. Mas quem é? Cadê a Ata? Como executar esse prejuízo? Ninguém pode executar porque não existe legalmente. Então, não sei se consegui responder a pergunta de V. Exª.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Mas V. Exª agora já tem a oportunidade, porque o Coordenador Nacional do MST que disse que assumiu a paternidade do MST. A partir de agora, V. Exª tem a quem processar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço a V. Exª que permita ao Presidente da UDR concluir as respostas.

O SR. (Orador não identificado) – Mas ao Deputado Abelardo Lupion estão permitidos esses breves comentários a cada momento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que não é só o Deputado Lupion que tem interrompido. E não creio que isso trabalhe contra os objetivos da CPI porque você estabelece o debate e isso... É evidente que não podemos cercear os Srs. Parlamentares. Não há como você impedir que um parlamentar demonstre o seu desacordo com determinadas afirmativas do depoente. É por isso que nós, de quando em vez, permitimos uma interrupção, como tem ocorrido de lado a lado. Tanto do Deputado Adão Pretto, como do Deputado Jamil Murad, como do Deputado Abelardo Lupion, enfim, de todos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vou procurar...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas peço as Srs. Parlamentares que colaborem com a condução dos trabalhos para que o depoente possa concluir, respondendo as indagações.

O SR. (Orador não identificado) – Vou procurar não interromper, mas queria dizer que fui várias vezes visitar o José Rainha porque ele merecia e estava sendo injustamente punido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado, peço a V. Exª a colaboração, porque não há uma questão de ordem, e também não há, neste momento, a oportunidade da réplica.

O SR. (Orador não identificado) – Mas eu vou ter direito à réplica, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Depois.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – O Senador Eduardo Suplicy, por quem tenho o maior respeito, inclusive o Senador é testemunha de que quando tivemos nossa propriedade ameaçada de ser invadida, não recorri a nenhum armamento, não dei tiro em ninguém, nem eu e nem minha família. Estive na casa do Senador Suplicy durante a noite, que me atendeu quase às 11 horas da noite. Eu disse: Senador, vim aqui porque sei que o senhor é um homem de bem, que o senhor quer a paz, a sua índole é esta. Portanto, fui à sua casa e pedi que o senhor interferisse para que não se cometa aquela injustiça da invasão, porque seria uma injustiça invadir uma propriedade pequena que dá subsistência a várias famílias, que é o nosso caso. Inclusive minha propriedade e a do meu pai, em Pontal do Paranapanema, são inferiores a 15 módulos fiscais. E o Senador Suplicy tentou que realmente ela não fosse invadida, mas infelizmente a propriedade foi invadida e tivemos lá nosso prejuízo. Mas, um dia a Justiça exercerá o seu papel e fará justiça.

Quando o senhor me pergunta a avaliação da estrutura fundiária, Senador, como o senhor mesmo disse, estamos convivendo com isso todos os dias, não posso dizer para o senhor que nossa estrutura fundiária está colaborando significativa ou parcialmente para o desenvolvimento do País. Existe um preconceito ou uma falta de conhecimento por parte de alguns, inclusive do próprio MST, quando dizem que declarar guerra ao latifúndio. Talvez V. Exª deva saber que todo esse superávit, todos esses números de balança comercial e de PIB são de responsabilidade do latifúndios por exploração. As grandes fronteiras agrícolas que estão dando show de produtividade são de latifúndios por exploração. E quero dar um exemplo a V. Exª: no Estado do Mato Grosso do Sul, existia lá uma fazenda muito conhecida, que inclusive o Presidente Lula visitou recentemente, a Fazenda Itamaraty Sul, que deu show de produtividade não só para o Brasil, mas para o mundo. O mundo inteiro foi lá ver, o Presidente da República, autoridades, e todo mundo sabia do alto índice de produtividade da Fazenda Itamaraty Sul, no Município de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Posteriormente, 50% dessa área foi adquirida pelo Governo Federal para se fazer reforma agrária nela e, lamentavelmente, os resultados foram desastrosos. O jornal **O Estado de S.Paulo** publicou matéria, se não me engano, de duas ou três páginas, mostrando tudo, a improdutividade da área em que foi promovido o assentamento. Inclusive, quando os assentados receberam essa área, não havia no território nacional uma propriedade com tanto recurso tecnológico como havia naquela área da Itamaraty. Inclusive foi escolhido, o maior investimento dessa área tecnológica foi destinada à reforma agrária: pivô central, enfim, agricultura de primeiro mundo. Toda essa infra-estrutura foi destinada aos assentamentos, e o resultado, todos sabem, lamentavelmente não corresponde com produtividade. Portanto, não posso concordar ou não posso fazer nenhuma avaliação positiva nessa questão.

O senhor me perguntou sobre a disposição de diálogo direto entre a UDR e outras entidades. Citou a CNA, a Sociedade Rural Brasileira e o MST. Existe um diálogo constante com meu amigo Presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, existe um diálogo com o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio. Pode haver diálogo com a Contag? Pode haver tranqüilamente. Por quê? Porque é uma entidade legalizada, é a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, legal, responde pelos seus atos. Pode haver diálogo com a CUT? Pode, sim. A Central Única dos Trabalhadores, tem personalidade jurídica, tem sede física. Todos respondem tudo. Pode haver diálogo com qualquer entidade ou que tenha representação, mas que seja legal e legítima. Agora, não há, infelizmente, a menor hipótese de se ter diálogo com um movimento que se diz social.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade, não quero fazer uma pergunta não, Sr. Deputado, Sr. Relator, mas falar apenas fazendo uma explanação. Como é que pode ser considerado um movimento social um movimento de pessoas que nem sequer procuraram se legitimar. Não sei de onde vem o dinheiro e aliás para isso existe a personalidade jurídica, para todos os anos declaramos nossa renda, por meio do Imposto de Renda, embora não tenhamos que pagar impostos, já que entidades sem fins lucrativos não paga impostos, mas é necessário declarar, mostrando os recursos que entraram e os que saíram. Não sei de onde vem tanto dinheiro para o MST promover viagens de 50, 100 ônibus, essa movimentação toda, par cima e para baixo, para manter toda essa estrutura. Não sei de onde vem esse dinheiro. Para isso precisávamos de uma personalidade jurídica, uma legalização dessa entidade.

Movimento social, não acredito...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Permita-me apenas, Sr. Luiz Antonio Garcia, informar que o MST é tão legalmente reconhecido que na semana passada um dos seus coordenadores esteve aqui pre-

sente, prestou depoimento como o senhor está fazendo. Apenas uma observação.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Pois é Senador, mas o MST continua sem sua legitimidade, não tem CNPJ, não tem sede fixa, ninguém responde por nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Eles preferem ter uma estrutura jurídica que não significa que seja tal como outras. Por exemplo, enquanto a UDR tem um presidente, o MST prefere não ter um, prefere ter coordenadores nacionais, e mais do que um. E assim há diversas diferenças. Mas é uma entidade reconhecida e inclusive legitimamente, tanto é que veio aqui, tanto é que é recebida em ...

O SR. (Orador não identificado) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço aos Srs. Senadores, que permitam ao depoente se pronunciar.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Senador, aproveito a oportunidade da minha resposta para perguntar a V. Exª se não há personalidade jurídica, se o MST é legítimo, de quem, as centenas de propriedades e proprietários que tiveram suas áreas invadidas com prejuízos explícitos, vamos receber? De quem? Porque o MST cometeu um crime sim. Invasão, esbulho possessório, crime de incêndio, matança de animais, destruição de benfeitoria, tudo isso é crime, e com prejuízos incalculáveis, de números relevantes. De quem receberíamos para cobrir esses prejuízos? Porque não conseguimos levantar de quem cobrar.

Se o Sr. João Pedro Stédile esteve aqui e afirmou.... Então, a partir de agora todos esse prejuízos vão ser cobrados do Sr. João Pedro Stédile. Mas, porém, para isso o MST precisa ter personalidade jurídico. O MST não é constituído de uma única sede, ele tem sedes espalhadas por todo o Brasil, então deveria ter cada sede ou a nacional ou as regionais a sua personalidade jurídica para sabermos quem é quem, para podermos receber esse prejuízo.

Até hoje, Senador, só existia um prejuízo que foi ressarcido, e que o Estado recorreu, o Paraná. A 1ª Instância condenou o Estado a pagar os prejuízos, porque o Estado foi omisso naquele processo de destruição, e ele recorreu. Portanto até hoje, ninguém, absolutamente ninguém – e são centenas e centenas de propriedades invadidas, destruídas – recebeu indenização pelos prejuízos.

Portanto, Senador, com todo o respeito mesmo que tenho por V. Exª, porque sei que é um homem sério, é um homem do bem, infelizmente até gostaríamos de ter um diálogo com o MST quando ele parasse de cometer crimes, de invadir propriedades e quando procurasse se legalizar. Com as outras entidades, estamos abertos, quando – me proponho a comparecer – V. Exª quiser marcar um encontro, com a Contag, com a CUT ou com qualquer outra entidade legalizada, de fato, como exige a lei, estaremos abertos para isso.

Com relação à avaliação da lei do Sr. Governador Geraldo Alckmin, que regulariza áreas devolutas certas ou incertas na 10ª região administrativa, gostaria de ressaltar para V. Exª que essa lei beneficia explicitamente o assentado, porque vai haver uma arrecadação de dinheiro, que o Estado já designou, a metade vai para o Itesp investir nos assentamentos, e a outra metade vai para os Municípios.

Se V. Exª não tem conhecimento, a décima região, Pontal do Paranapanema, tem um milhão e seiscentos mil hectares. Desses um milhão e seiscentos mil hectares, propriedades inferiores a quinze hectares é um número pífio em relação ao tamanho da décima região, do Pontal. Segundo dados do próprio Itesp, da própria Procuradoria do Estado, só existem 42 mil hectares com áreas inferiores a quinze hectares. A própria legislação federal praticamente respalda essas áreas, porque imóveis inferiores a quinze módulos não são passíveis de reforma agrária. Essa lei é soberana, porque ela foi aprovada pela Assembléia Legislativa. No dia da votação, estávamos presentes – não somente eu, como alguns outros advogados. Aliás, Deputados do Partido a que V. Exª pertence ajudaram a aprovar essa lei.

V. Exª me perguntou qual o critério com que a UDR faz essa análise sobre a função social da propriedade – inclusive, citou um exemplo do trabalho escravo. Ressalto a V. Exª que, desses seis mil trabalhadores que V. Exª citou, eles foram considerados – "considerados" é algo que está muito longe de "definidos" e de a propriedade estar condenada como trabalho escravo. São números "considerados". Até agora, não existiu nada também transitado em julgado, pelo menos nesses últimos tempos, que definia que houve trabalho escravo. Se alguém cometer o crime de explorar trabalho escravo neste País, existe a legislação e ele tem de ir para a cadeia. Onde é que já se viu? A Lei da Abolição é de 1888. Se nós, que queremos ser um país emergente, que queremos estar no Primeiro Mundo, mostrarmos ao mundo que existe trabalho escravo neste País atualmente, é uma vergonha para nós. Existe já uma legislação que pune com cadeia quem explora trabalho escravo. Então, no dia em que tiver transitado em julgado o crime de exploração de trabalho escravo, esse fazendeiro tem de responder pelos seus atos. Agora, querer transformar alguma eventual irregularidade trabalhista em trabalho escravo já é uma outra ótica, que já não condiz com a realidade dos fatos.

Não sei se respondi às suas perguntas.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra pela ordem o Deputado Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Eu gostaria de encaminhar à Mesa a denúncia feita pelo Dr. Nabhan com respeito à intervenção do Incra num processo judicial, pedindo o relaxamento da prisão, **habeas corpus**, do assassino de Luiz Carlos Becker Amaral. Aqui está, assinada pelo Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário, uma carta ao Desembargador Jamil Pereira de Macedo. Aqui, reiterando novamente pela Ouvidora Agrária Substituta, Dona Maria de Oliveira, com todas as peças, devidamente documentadas. Gostaríamos que fosse averiguada a veracidade dessas informações e que fossem tomadas as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência encaminha à assessoria jurídica, como já determinou anteriormente, para análise regimental e jurídica das providências que cabem a essa CPI neste momento dos seus trabalhos.

Então, encaminho à Secretaria da Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de ficar até o final, mas a Ordem do Dia está por se iniciar, com votação nominal, no Senado. Então, vou precisar ir ao plenário.

Eu gostaria apenas de informar que, da mesma maneira que, quando o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia me visitou, certo dia, na minha residência, eu o recebi, como normalmente o faço com todos os cidadãos...

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sou-lhe eternamente grato pela recepção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Naquela oportunidade, inclusive dialoguei com o MST a respeito do problema apresentado.

O que imagino seja a vontade do Presidente, do relator, dos membros desta comissão, quando formos aos diversos lugares do País, inclusive V. Exª sugeriu que esta CPI vá a diversos lugares, nós estaremos dialogando com diversas entidades tais como a Contag e a CUT, mas também com o MST.

Para podermos ter o diálogo com a sociedade rural, a CNA e também a UDR, então, avalio que por maiores que sejam as diferenças de opinião e atitude entre as entidades, a nossa responsabilidade é de ouvir a todos, promovendo o diálogo com aqueles que pensam de maneira muito diferente para pacificar o País, como é o objetivo do Presidente Alvaro Dias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Peço a colaboração dos Srs. Parlamentares para que limitem questões de ordem quando realmente existir questão de ordem a suscitar, não em respeito à Presidência, mas aos seus colegas que estão inscritos e que desejam formular perguntas ao depoente.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela, o próximo inscrito.

O SR. LEONARDO VILELA (PP-GO) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente da UDR, eu gostaria de registrar nesta CPI a minha preocupação, e já disse isso ao Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, com a expectativa que está sendo criada com a promessa de se assentar 115 mil famílias neste ano. No ano passado havia a promessa de assentar 60 mil famílias, e pouco mais que a metade foram assentadas.

Além de se criar uma expectativa – e não há recursos alocados no Orçamento da União, e nem mesmo esses 1,7 bilhão que foram prometidos ao MST, dinheiro até agora virtual porque não foi ainda aprovada a suplementação orçamentária por esta Casa. Nem se esses recursos forem efetivamente aplicados será possível assentar tal número de famílias, sem cortar que o Incra não está aparelhado com pessoal suficiente para fazer os procedimentos de desapropriação e assentamento, exigidos por lei.

Além de se criar expectativa cria-se uma demanda, que é claramente vista pelo aumento do número do tamanho dos acampamentos nas margens das rodovias.

A não concretização dessa expectativa, a demanda reprimida que está sendo criada, aliada à forte motivação ideológica do MST transforma e cria um foco imenso de tensão no meio rural. Cria condições propícias para eclodir violência, desordem e um clima de insegurança para os investimentos para um setor que hoje é responsável por segurar a economia brasileira.

Isso é extremamente preocupante, porque não é só o produtor rural que está sendo prejudicado. No momento em que a agricultura, a pecuária e o agro-negócio forem mal, irá mal o País, com desemprego, queda do poder aquisitivo, com queda do superávit na balança comercial e outros efeitos colaterais maiores.

Então, eu gostaria de deixar registrada minha preocupação, Sr. Presidente. Eu gostaria de ouvir depois o comentário do Presidente da UDR a respeito dessa questão, sobre o que está sendo prometido pelo Governo Federal.

A outra questão que eu gostaria de levantar é uma pergunta ao Presidente da UDR: A UDR tem abertas as suas prestações de contas? O que recebe, de onde vêm os seus recursos, como gasta, se paga os impostos devidos pela lei, se se submete à legislação trabalhista. Enfim, se está absolutamente formalizada dentro dos preceitos que a lei brasileira exige.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse enviada ao MST a mesma questão sobre a formalidade do movimento, sobre a prestação de contas, sobre a transparência do movimento: se paga impostos, de onde vêm os recursos, a prestação dos recursos, inclusive públicos, que esses movimentos, por ventura, vieram a receber.

Assim, é a mesma questão tanto para a UDR como para o MST ou outros movimentos envolvidos na questão agrária.

A questão é para que todo e qualquer movimento envolvido com o problema agrário seja transparente, seja aberto, tenha prestação de contas, seja formalizado. Não no sentido de vir até aqui e dar declarações à Comissão ou de qualquer outra forma. Que cumpra todas as exigências que a lei estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência indaga se V. Exª está requerendo que a CPI solicite ao IDR e ao Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra que encaminhem a esta CPI a documentação comprobatório dos seus balanços.

O SR. LEONARDO VILELA (PP-GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência solicita à Secretaria que tome as providências para atender V. Exª.

Vou conceder a palavra a mais dois. Depois V. Exª poderá responder. Concedo a palavra ao Deputado Ary Vannazi.

O SR. ARY VANNAZI (PT-RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª, o Deputado João Alfredo e o Sr. Luiz Antonio, Presidente da UDR.

Quero fazer algumas considerações e tenho algumas perguntas que gostaria que fossem respondidas.

Em primeiro lugar, houve afirmações aqui endeusando a grande propriedade. Creio que devemos por os dados em seus devidos lugares. Temos 41 milhões – segundo o MDA, um relatório apresentado no ano passado, portanto do Governo anterior – de estabelecimentos. Entre cada dez empregos gerados nesses estabelecimentos oito são na agricultura familiar. Quarenta por cento do valor da produção agrícola do País é gerada pela agricultura familiar; 70% do feijão; 80% da mandioca; 50% dos suínos; 54% do leite; 49% do milho e 40% das aves. Portanto, a grande propriedade serve mais para a balança comercial e para alimentar o gado dos europeus. A comida quem produz mesmo é a população e a agricultura familiar.

Gostaria que V. Sª respondesse que entidade representa. V. Sª fez várias afirmações dizendo que não conhecia a UDR do Paraná, mas que representa a UDR nacional. Gostaria de saber qual é a UDR que representa no final das contas. Das várias vezes em que se falou no Paraná, de ações no Paraná, de processos no Paraná, V. Sª disse: "Não sei. Não acompanhei." Quero saber qual é a UDR que representa, no final das contas. Se é a nacional tem que representar a do Paraná também. O Paraná é um Estado do Brasil.

V. Sª afirmou que o Incra trabalha de forma ideológica e que a CPT não tem credibilidade. Pergunto-lhe: quem é que tem credibilidade neste País de fato? Os dois que são responsáveis, que têm uma historia no campo, não têm credibilidade. Só a UDR tem credibilidade? O Governo também não tem, pois está aqui representado pelo Incra.

V. Sª afirmou que o Incra trabalha ideologicamente. Em um conflito, tem que haver um mediador. Temos que dar graças a Deus de o Estado fazer a mediação. Creio que é responsabilidade do Estado fazer a mediação. O Estado está fazendo a mediação em um conflito rural, mas é agrário. V. Sª não concorda, mas fez a afirmação de que o Estado é mediador. Creio que o Estado tem que ser mediador dos conflitos e buscar sempre a solução, a alternativa. É um problema de compreensão do papel do Estado que precisamos discutir.

Também foi dito que a CPT fez um levantamento de que morreram 2 mil pessoas no campo. Não são duas mil. Podem também não ser mil, nem quinhentas. Mas 90% dos assassinados no campos são trabalhadores. São homens e mulheres que vão buscar o seu direito de viver. De onde vem a violência se quem está morrendo são os próprios trabalhadores? São dados que o próprio Governo, por meio de entidades representativas, nos fornece.

Quero fazer mais duas perguntas. V. Sª disse que a UDR defende a reforma agrária. Quero saber se está escrito no estatuto da UDR. Falar não adianta, quero saber se está escrito. Se está escrito vamos dialogar de uma outra forma.

Por último, Sr. Presidente, quero encaminhar uma denúncia. Nós, Parlamentares da Comissão, não podemos aceitar mentiras. V. Sª faltou com a verdade para com os nossos Parlamentares. V. Sª disse que todas as armas usadas no campo são legais.

O SR. (Orador não identificado) – **(Inaudível.)**

O SR. ARY VANNAZI (PT-RS) – V. Sª representa a UDR aqui? Quero saber se representa a UDR ou não. Na verdade, V. Sª está representando quem?

Todas as armas não são legais. Estão aqui as fotos. Gostaria que o Presidente as encaminhasse para uma imediata verificação de quem são e de onde estão as armas. Aqui, há AR 15. São armas legais! E são denúncias do jornal, não são de deputado federal, não! Está aqui a matéria.

Gostaria de que o Sr. Presidente encaminhasse isso imediatamente para verificação de denúncia de crime por porte de armas ilegais e da entidade que representa isso e que está depondo aqui na CPI.

Então, gostaria de fazer essa indagação e encaminhar essa denúncia por ter mentido para nós aqui.

Em segundo lugar, porque precisamos averiguar, como responsabilidade da CPI aqui, essa denúncia de porte de armas ilegais em assentamentos que não condizem com a Constituição Federal, muito menos com base em **(inaudível.)**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência indaga a V. Exª de quem V. Exª deseja que a Comissão solicite resposta a essa questão.

O SR. ARY VANNAZI (PT-RS) – À Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – À Polícia Federal! Então a Presidência determina à Secretaria que....

O SR. ARY VANNAZI (PT-RS) – Sr. Presidente, o Reverendo Moon é proprietário de terras aqui no Brasil. Gostaria de saber se vale também para uma investigação dentro da fazenda do Reverendo Moon, porque me parece que a UDR também representa o Reverendo Moon nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se V. Exª assim requerer, a Presidência determinará as providências.

Portanto, Sr. Deputado, a Presidência solicita à Secretaria que encaminhe ofício à Polícia Federal solicitando informações sobre a questão citada por V. Exª, como fez em relação à questão citada pelo Deputado Lupion.

O SR. (Orador não identificado) – Só uma colocação. O Deputado Jamil Murad questionou o depoente sobre as armas da sua propriedade que estavam ali.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Isso ele vai responder, Sr. Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Tudo bem! Ele não questionou notícias de jornal. Ele fez uma pergunta, e o depoente respondeu "as armas da propriedade que ele **(inaudível)**"; portanto, ele não faltou com a verdade. Só para fazer essa colocação ao deputado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com todo o respeito a V. Exª, o depoente tem autoridade para responder às indagações do deputado interpelante.

O SR. (Orador não identificado) – Só respondendo ao deputado que ele não faltou com a verdade, porque a pergunta não foi feita nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – E a Presidência concede a palavra....

O SR. (Orador não identificado) – O Deputado não pode **(inaudível)** intervenção. Há provas no jornal de que ele representa os ruralistas. Os ruralistas....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência solicita, já que não há um mecanismo para desligar o microfone, aos Srs. Deputados que se contenham e deixem esse debate para o plenário da Câmara dos Deputados, porque certamente terá maior audiência.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, e todos os que se encontram nesta reunião.

É muito difícil se fazer um diálogo sobre a questão fundiária no Brasil que não seja permeado por posição ideológica ou doutrinária. É quase impossível se debater essa questão. Tem-se que fazer um grande esforço para superar essa circunstância.

E há uma lógica usada por muitos representantes de setores sobre a repetição, até que, por meio do Princípio Goebbeliano, da Repetição Continuada, uma mentira se transforma numa verdade.

É importante se referenciar o que é feito nos países de agricultura competente, em países que tenham capacidade produtiva e que tenham se ombreado conosco nas diversas áreas de produção. E aí vamos encontrar, por exemplo, na vizinha Argentina, que a média dos estabelecimentos rurais argentinos é quatro vezes maior do que a média brasileira. Isso é um dado da realidade. Isso ninguém está inventando!

Na Austrália, que teria até alguma similaridade, do ponto de vista da estrutura territorial, as propriedades rurais de lá são 30 vezes maiores; a média australiana é trinta vezes maior do que a média brasileira.

Se formos, quem sabe, à Grã-Bretanha, que, teoricamente, teria que ter propriedades muito pequenas, porque tem muito menos área, a média é superior à média brasileira.

Também não é verdade que os nossos 40 milhões de hectares, atualmente cultivados em culturas perenes ou culturas anuais, ou os 90 milhões da fronteira agrícola que temos que buscar atingir, sejam todos agricultáveis, de maneira muito simples. Não, apenas 5% de toda essa área é uma área de fácil agricultura.

Portanto, princípios fundamentais, como característica de solo, nunca foram levados em consideração por governo algum, quando se assentou gente no campo, no Brasil.

Existe, no Rio Grande do Sul, uma área conhecida como a Região da Campanha, porque, durante anos a fio, bradaram que lá estavam os grandes latifúndios do Brasil para a produção, os "gigolôs de vaca". Pois bem! O maior ecologista do Brasil, reconhecido internacionalmente chamado José **(inaudível),** sempre dizia que "A produção de ruminantes, ovelhas e bovinos, no Campo da Campanha do Rio Grande, próximo do Uruguai, era o maior projeto de preservação ambiental que se conhecia com sustentabilidade comercial."

Por quê? Porque lá existe um palmo e meio de profundidade e lá não dá para colocar colono que sabe apenas plantar raízes ou produtos que precisam de grande profundidade de fixação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) **–** Solicito a V. Exª que conclua**.**

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) **–** E concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: conhecemos, no Rio Grande do Sul, uma política que foi implementada e seguida pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, que favelizou amplas áreas do território gaúcho, em Ilha negra, em Pinheiro Machado, em Candiota e em inúmeros municípios gaúchos que enfrentam hoje a dificuldade de terem visto a sua população quadruplicar, quintuplicar, sem nenhum recurso ser fornecido às prefeituras para atender à educação, à saúde ou a qualquer outra infra-estrutura necessária.

Portanto, também quero repetir aqui o fato de que, no Brasil, tivemos na invasão agora daquela fazenda produtiva de um grande investimento na Bahia, um crime de lesa-pátria, porque isso prejudica a imagem brasileira para o investidor estrangeiro, na Europa. Vamos nos colocar na pele, Sr. Presidente – e peço vênia para mais 30 segundos apenas –, de um investidor ou de um dirigente do fundo de pensão sueco que já financiou US$200 milhões apenas para investir em terras na Bahia e está liberando mais 700 ou 800 milhões, como o próprio Presidente Lula recebeu lá na mesa oval, no salão oval do Palácio do Planalto, o que estão produzindo lá.

Que imagem tem este País para os que querem investir aqui, que são de fora? E que imagem e que tranqüilidade há para aqueles que, diariamente, trabalham com a produção rural? O produtor rural brasileiro dorme, Sr. Presidente, apenas com um olho fechado, porque há muitos anos o produtor rural não tem o direito, Sr. Presidente – eu concluo e faço as perguntas – de fechar os dois olhos para dormir neste País.

E temos, sim, que buscar um caminho para que pelo menos o trabalhador rural brasileiro, em qualquer tamanho de propriedade, possa, quando deitar na cama, fechar os dois olhos. O produtor rural de qualquer tamanho de propriedade no Brasil hoje, há muito tempo, não consegue fazer isso.

Pergunto ao Presidente da UDR como é financiada a UDR, se ela recebeu ou recebe recursos de organizações não-governamentais, fundações de qualquer espécie, movimentos de qualquer espécies, nacionais e estrangeiros.

E gostaria, Sr. Presidente, que essas duas questões também fossem enviadas ao Líder do Movimento que aqui esteve na reunião anterior, porque eu gostaria muito de saber quanto de dinheiro externo entra no Brasil para financiar o MST. E tenho informações de que vem dinheiro de fora do Brasil para financiar as atividades daquele Movimento.

E, depois, creio que deveremos criar uma linha de investigações e saber que interesses estão por trás desse tipo de financiamento.

Por fim, gostaria que o Presidente da UDR nos desse uma visão de como ele entende que deveria ser organizada a reforma agrária no Brasil, qual é a visão que ele, que ele representa os produtores, tem, e como poderia ser encaminhado esse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) **–** Ouviremos agora o Presidente da UDR e, depois, teremos os últimos três inscritos, o Deputado Ronaldo Caiado, Ivan Valente e Josué Bengtson.

Concedo a palavra ao Presidente da UDR.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – O Sr. Deputado Ary Vanazzi perguntou sobre números fornecidos pelo Incra com relação aos percentuais de participação da produtividade econômica da agricultura familiar.

Esses dados, Sr. Deputado, incluem pequenos produtores rurais, que não receberam nenhum lote, não foram assentados. Há uma diferença entre assentado, aquele que recebeu o seu lote, e pequenos produtores rurais.Vou ressaltar qual é essa diferença: O assentado recebe dinheiro público, mas não tem prestado contas, a grande maioria está inadimplente, enquanto o pequeno produtor rural brasileiro, que faz parte desse número que o Incra mencionou aqui, os assentados não estão nesse número, quando recebe dinheiro do Governo Federal, recursos, financiamentos, através do Banco do Brasil, no caso de ficar inadimplente perde inclusive o seu imóvel, porque para receber esse recurso ele precisa hipotecar a sua área. Se ele não paga, ele vai para a rua, entrega o seu imóvel para o banco.

Então este número inclui os pequenos proprietários rurais, e não os assentados. Fui bem explícito, bem claro, quando falei da participação significativa do latifúndio, por exploração, acredito Sr. Presidente, que

isso tudo deve ter sido gravado, que foi com relação à balança comercial brasileira, o superávit, a participação no PIB e na geração de emprego. Fui bem específico quando me referi à participação do latifúndio por exploração, principalmente, no superávit da balança comercial e na balança comercial brasileira.

Com relação a quem represento, como a UDR é representada, afinal de contas? Quem eu represento aqui da UDR, e fui bem claro que, a partir de 2003, final de janeiro, início de fevereiro de 2003, foi re-fundada a UDR Nacional, que tem sede aqui em Brasília, tem estatuto, ata registrada e personalidade jurídica. E o seu Estatuto diz que eu respondo pelos atos da UDR Nacional.

Cada qual, pelos seus atos, representa a sua entidade. Se uma UDR do Paranavaí, do Paraná, comete um crime ou uma irregularidade, ela vai responder pelos seus atos, o seu Presidente. Ela também tem a sua ata, o seu estatuto e a sua personalidade jurídica. Portanto, quero deixar bem claro que ocupo o cargo de Presidente da UDR Regional, na cidade em que moro, Presidente Prudente, e ocupo o cargo de Presidente da UDR Nacional.

Portanto, respondo pelas duas, também pela Nacional, pelo que eu declarar, pelos atos que eu cometer.

Foi feita uma outra pergunta, pelo Deputado Ary Vanazzi, sobre quem teria credibilidade, se a CPT, ou o Incra?

Os fatos que relatei aqui, com relação a CPT e ao Incra, são fatos que a imprensa publicou, o que fiz questão de frisar. Houve participação da Comissão Pastoral da Terra, em invasões de terra, no Estado de Pernambuco. Foi o que a imprensa publicou. Estou relatando aqui um fato que a Imprensa nacional publicou. Está havendo algumas irregularidades por parte do Incra. Falo aqui de um fato que a imprensa relatou, tanto que o Supremo Tribunal Federal cancelou, julgou irregulares as avaliações do Incra, na questão da produtividade, de forma soberana, considerando as propriedades produtivas, segundo as informações da imprensa.

Não quero aqui denegrir a imagem de ninguém, estou relatando fatos e pedindo a esta CPI, que é soberana, que apure esses fatos para descobrirmos onde estão as falhas da Reforma Agrária Brasileira. Simplesmente, é isso.

Então, respondi mais uma pergunta, um comentário, que o senhor me fez, com relação a se o Estado é ideológico. Volto a dizer que essa foi uma afirmação, inclusive, do Tribunal de Contas da União, que cita ideologias, no seu relatório no Incra.

Há também uma denúncia da **Folha de S.Paulo** e do **Estadão**, demonstrando que nomeações e superintendência... São denúncias dos jornais que estou relatando aqui, não estou querendo denegrir a imagem de nenhuma autarquia, de nenhuma instituição, estou relatando fatos que a Imprensa vem publicando. Se a Imprensa está mentindo, então ela vai responder pelas suas mentiras. Estou relatando fatos da Imprensa, que dizem que, nas nomeações de cargos e superintendências do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foram nomeadas pessoas, para cargos de superintendentes e de outros órgãos do escalão, que têm vínculos ideológicos e fortes ligações com o MST e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com relação ao conflito agrário, V. Exª perguntou se o Estado tem obrigação de ser mediador. Tem, sim. Sabe como? Exercendo, cumprindo e respeitando a lei, porque invasão é crime, sim, invasão, destruição, incêndio, ameaças, inclusive ameaças que ferem a Lei de Segurança Nacional, como fez o Sr. Stédile, são crimes de segurança nacional. Se alguém tem dúvida, vá na Lei de Segurança Nacional, veja os arts. 16 e 23. Não sou advogado, mas li e recebi orientações jurídicas. Se alguém tem dúvida... Ameaçar a estabilidade do País é crime contra a Lei de Segurança Nacional e é obrigação do Estado, sim, mediar e evitar o conflito, evitar o crime, somente exercendo a lei e cumprindo a lei.

Outra questão de dados: a CPT disse aqui que morreram duas mil famílias, duas mil pessoas já morreram com violência. Não posso aqui considerar esse fato real ou não porque não sei, eu precisava fazer uma análise, porque não sei, eu não sabia desse teor dessa pergunta, não sei se a CPT tem autoridade, inclusive jurídica, de fazer essas afirmações, que morreram duas mil pessoas. Quem matou essas duas mil pessoas? Existem processos condenando produtores rurais, fazendeiros, ou foram conflitos de posseiros, de grileiros? Porque uma coisa é o produtor rural brasileiro que tem a sua propriedade, tem a sua escritura devidamente registrada, paga seus impostos, produz, tem a propriedade produtiva, e outra coisa é grileiro de terra.

A entidade que presido não defende grileiro de terra, não defende posseiro de terra, não defende garimpeiro, esse ou aquele, não defende. A nossa entidade defende os produtores rurais que são associados à entidade, defende os seus interesses, mas ela não é responsável pelos atos de ninguém, nem pode. Está lá no estatuto, isso condiz com o próprio Código Civil brasileiro, com o próprio Código Penal. Como uma entidade que defende parte, pequena parte inclusive, uma parte praticamente que não tem nem tanta significância perante todos os produtores rurais do Brasil, que tenha uma coisa... A CNA (Confederação Nacional da Agricultura) é uma entidade da estrutura sindical,

ela, sim, representa todos, mas ela não é responsável pelo ato de todos os produtores. Mesma coisa que acontecer um crime lá e todos os produtores rurais brasileiros são filiados e vinculados à CNA, então se houver um crime, uma morte, uma irregularidade, o Sr. Antônio Ernesto de Salvo é responsável? Isso foge dos procedimentos legais.

Então, V. Exª perguntou, Sr. Deputado Ary Vanazzi, se a UDR (União Democrática Ruralista) defende a reforma agrária, porque afirmei que defende. No nosso Estatuto, defendemos os interesses dos produtores rurais brasileiros. Todo assentado passa a ser um produtor rural brasileiro. Aquele assentado que procurar a entidade e se filiar à entidade obviamente terá uma representação dentro dos procedimentos legais, dos interesses. O que é a base dos interesses da entidade? Preservar o respeito à iniciativa privada, ao direito de propriedade, incentivar e dar respaldo, dentro das suas possibilidades, ao agronegócio, respeito às nossas legislações. Essa é a base da nossa entidade. Então, não somos contra a reforma agrária, somos contra uma reforma agrária que é mal administrada e que não emprega bem o dinheiro público.

Quanto à questão das armas... Aliás, entendo que essas perguntas aqui... V. Exª desculpe pela falha. Até um certo ponto, só duas perguntas foram do Deputado Ary Vanazzi, essas respostas que estou dando são para o Sr. Deputado...

V. Exª perguntou... V. Exª, inclusive, me acusou de ser mentiroso, V. Exª foi leviano contra a minha pessoa, porque V. Exª disse que eu menti, e eu não menti. Está gravado aqui nesta Casa a pergunta do Deputado Jamil Murad se as armas que foram averiguadas dentro da minha propriedade, da nossa propriedade da família eram armas de grosso calibre ou irregularidades.

Sr. Deputado, se alguém tiver dúvidas, faço questão, porque a minha honra foi ofendida, fui chamado de mentiroso dentro desta Casa. E a pergunta que o Deputado Jamil fez foi se, na minha propriedade, havia armas de grosso calibre. Respondi que não. A própria Polícia Federal averiguou e lá permaneceram, porque todas eram de calibre permitido e tinham os seus devidos registros. Portanto, arma de calibre permitido não é arma ilegal.

O SR. (Orador não identificado) – O debate aqui era sobre as armas encontradas na...

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – A pergunta que o Sr. Jamil Murad me fez foi com relação à...

O SR. (Orador não identificado) – Não me referi à pergunta do Jamil Murad. Eu disse que o senhor afirmou que todas as armas usadas em fazendas, em propriedades eram legais. Isso o senhor afirmou.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Não afirmei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado, não há concessão de aparte infelizmente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, garanta o nosso direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ele tem todo o direito de responder e está respondendo.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, o senhor disse se as armas são legais? As armas que possuo, que eu respondo, ou que minha família responde, são legais. Agora, entendo que o senhor debochou da minha pessoa. Primeiro, o senhor ofendeu a minha pessoa me chamando de mentiroso e, segundo, o senhor...

O SR. (Orador não identificado) – Não afirmei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Solicito ao Sr. Deputado que ouça, já que o depoente o ouviu pacientemente.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – O senhor falou tudo e agora é a minha vez de responder. O senhor falou o que quis...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência solicita que ouça o depoente.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então o senhor me dê o direito a responder. Eu o escutei tudo sem interromper o que foi dito. Agora o senhor me dê o direito, ou esta Casa não é imparcial? Por favor, respeite-me acima de tudo como cidadão brasileiro e me dê o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede a V. Sª que continue respondendo.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, o senhor fez uma afirmação que não procede e até, de certa forma, o senhor usou de deboche, porque a entidade que presido, está lá no Estatuto, tem como foco principal defender o interesse de seus associados. Nós, pelo Código Civil Brasileiro, conforme Estatuto registrado, não somos responsáveis... E seria um absurdo uma entidade, governamental ou não, ser responsável pelo ato de pessoas de todo o Brasil. Como o senhor pode afirmar que o armamento que está aí é de algum associado? E, se for, também ele terá que responder criminalmente pelos seus atos.

Estou aqui para defender os interesses dentro da lei dos associados, a livre iniciativa privada, o direito à propriedade, o incentivo ao agronegócio e acima de tudo, o respeito à lei. Não posso ser responsabilizado por qualquer cidadão demente que sai com armamento ilegal ou irregular. Ele responderá pelos seus atos. É assim que os princípios da legalidade prevêem.

O senhor perguntou de quem a entidade representa os interesses. Ela representa os interesses de seus associados, dentro da legalidade. Representa os interesses e não somos responsáveis pelos atos de ninguém, e isso precisa ficar bem claro.

O Sr. Deputado Onyx Lorenzoni perguntou como é financiada a UDR. A UDR é uma associação, sem fins lucrativos, que cumpre as exigências de lei, tem CNPJ, Estatuto e ata registrada, de acordo com o Código Civil. E todo ano a entidade presta a sua declaração de Imposto de Renda. Todo o dinheiro que entra dos afiliados e associados, que pagam espontaneamente, tem entrada, e o dinheiro gasto da entidade tem saída, com comprovante de notas fiscais.

Depois, o Deputado perguntou – o Deputado não está presente – como o MST recebe o seu dinheiro. Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, V. Exª estava ausente, mas, se V. Exª me permitir, volto a repetir rapidamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Pode continuar.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Depois V. Exª me perguntou quanto à UDR. Já foi respondido como ela recebe. Ela declara o seu imposto de renda, conforme a legislação determina. V. Exª me perguntou se gostaria de saber de quem o MST recebe, quando recebe, se presta ou não imposto de renda. Nada disso ele faz. Como esta Casa é democrática, soberana e, acima de tudo, imparcial, e o nobre Deputado pediu que a Comissão analisasse a possibilidade de eu fornecer isso aqui... Preciso analisar, inclusive, se há quebra de sigilo bancário, mas já vou adiantar: estão inteiramente à disposição as nossas declarações de imposto de renda, a entrada, a saída do dinheiro e tudo mais, mas, como esta Casa é imparcial, gostaria que, quando eu entregasse esses documentos, o MST fizesse o mesmo, porque, senão, vai haver uma parcialidade. A UDR entrega, e o MST, não? Precisa ter uma imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Será solicitado também do MST. A Presidência já determinou isso.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – O MST tem que prestar contas da onde vem todo o dinheiro dele, que é significativo, para fazer todas essas mobilizações que são feitas. É muito dinheiro. Pouco dinheiro não faz. Não se faz toda essa mobilização, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, que o MST faz com pouco dinheiro. Precisa muito dinheiro. Dinheiro que entra e dinheiro que sai. Precisa ser feito da mesma forma. Gostaria que V. Exªs apreciassem o meu pedido. Entrego junto com o MST as declarações.

Como V. Exª me perguntou se a reforma agrária...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas para esclarecer, já houve uma solicitação anterior. A Presidência já determinou. A CPI tem prerrogativas para requerer e não solicitar. Estamos requerendo tanto da UDR quanto do MST o encaminhamento da documentação, balanços, prestação de contas, declaração à Receita. Evidentemente, não estamos quebrando sigilo bancário.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Perfeitamente. Apenas para terminar, Deputado Onyx Lorenzoni, V. Exª me perguntou como a reforma agrária daria certo. Até gostaria de dizer que, em primeiro lugar, para uma reforma agrária dar certo, não se reforma o que está dando certo. Reforma-se o que não está dando certo. Não se mexe em que está dando certo. As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País e até algumas regiões da Bacia Amazônica, que são as novas fronteiras agrícolas do País, estão dando um show de produtividade. Então, não acredito que haja necessidade de se reformar o que está produzindo, o que está bom.

Para uma reforma agrária dar certo, no nosso ponto de vista, primeiro, ela tem que ter isenção total de vínculos ideológicos. Precisamos administrar, fiscalizando o dinheiro público, para começar, orientando de forma racional, adequada e não com ideologias. O Governo tem que enfiar a mão no bolso e colocar recursos técnicos para fazer esses pequenos produtores, esses assentados produzirem e terem, realmente, uma vida digna tanto no aspecto econômico quanto no social.

Enquanto tivermos uma reforma agrária ideológica e conduzida por pessoas ideológicas neste País, vamos ter, infelizmente, esses resultados que todos sabem. Se alguém não sabe, deve se inteirar bem da ótica da reforma agrária. Por isso, sugeri que esta Casa forme uma comissão e faça uma vistoria em todo o Território nacional do que resultou a reforma agrária até hoje. Um Deputado, que não lembro, perguntou se a reforma agrária do ex-Presidente Fernando Henrique foi boa. Não tenho nada contra o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, nem contra esse, nem contra aquele. Estamos discutindo a administração pública, porque envolve dinheiro público. Não vou aqui dizer que o Sr. Fernando Henrique fez uma reforma maravilhosa e o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva esta fazendo uma reforma péssima. Não. Tenho convicção de que, principalmente, os oito anos do Governo Fernando Henrique resultaram numa reforma agrária equivocada. Que Deus ilumine nosso Presidente para que se faça uma reforma agrária, como Sua Excelência vem afirmando, de qualidade. E para essa reforma agrária de qualidade, temos de expurgar as ideologias. Aliás, ideologias que são, no nosso ponto

de vista, anacrônicas, que não contribuem com nada para que essa reforma agrária dê certo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos para o último bloco de interpeladores. Temos os Deputados Ronaldo Caiado, Ivan Valente, Josué Bengtson.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão. Eu já vi algumas manifestações anteriores e vi também no dia que o Sr. Stédile esteve aqui colocando esse assunto. Eu gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma solicitação à CPT sobre esse número de 1.600 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A CPT estará aqui. Ela já está convocada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Eu quero que ela apresente isso. É para já deixar isso registrado antecipadamente, pois eu gostaria de ver. Nesses casos, como aconteceu com o filho desta senhora que está aqui hoje, a Dona Érica, se acontecesse isso com um trabalhador rural, no mesmo momento em que aconteceu o assassinato da filha dela, que o Dr. Gercindo foi pedir que esse criminoso fosse liberado para poder andar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede a compreensão de V. Exª. A sua questão de ordem já está resolvida. Estará aqui Dom Tomás Balduíno para responder essa questão.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, ao Expositor, Presidente da UDR, Nabhan Garcia, ao vice-Presidente Ônix, e aos demais Parlamentares e também aos Srs. Presidentes das UDR's regionais de nossos produtores rurais presentes.

Sr. Presidente, fui um dos fundadores da UDR. Tenho a honra de estar aqui também ao lado do Deputado Abelardo Lupion. Não tem nada mais democrático do que uma entidade civil que se organiza. A UDR é o segmento da sociedade que deseja ter voz, não por entidades oficiais, mas por entidades que são criadas e sustentadas à luz do dia. E quando criamos a UDR, ela foi mantida, durante todo o tempo que a presidi, de 1985 a 1989, como tenho certeza de que continua sendo assim, por doações leiloadas e com toda a população sabendo exatamente de onde vinham recursos para sustentá-la. Esse é um ponto que deixa transparente o financiamento dessa entidade. Por que entidade? Porque, naquela hora, os órgãos oficiais, representativos do setor rural, ficavam um pouco engessados. Eles não tinham o hábito, Deputado Ônix, de fazer mobilização de rua, de saber exatamente divulgar a importância do setor, de mostrar que o setor precisa de praticar e também de participar da vida política nacional.

Naquela época, era proibido discutir política a entidades oficiais do setor rural. Proibido discutir política. Aí, criamos a UDR. Aí, sim, passamos a mostrar a força desse setor, que é tudo isso que está aí, ou seja, tudo aquilo que a população hoje reconhece e aplaude, e naquela época era tido como o Senhorzinho Malta da vida ou de caloteiros.

E é esse o setor que sustenta o Brasil. Em um momento crítico, com o Governo que não governa e com sinais claros de incompetência na gestão no Governo. É o setor rural que ainda está dando sustentação e garantia para que esse Governo sobreviva.

Então, a UDR foi criada com esse objetivo claro, para discutir, Sr. Presidente, as idéias no campo raso da democracia, que é o plenário, onde redigimos uma nova Constituição para o País. E aqui viemos, não para o enfrentamento na clandestinidade, porque não vamos nos rebaixar nesse jogo. Queremos o jogo no campo das idéias e, para isso, viemos aqui participar de toda a legislação e de toda a votação na Constituinte. Soubemos, sim, participar, como deve participar todo cidadão que quer garantias para o seu setor. E aí participamos sim da época em que se inscreveu o capítulo da reforma agrária da política agrícola neste País, garantindo terra produtiva, definindo o que é propriedade média, que não é suscetível de desapropriação; dizendo sim o que é função social. E não podemos, de maneira nenhuma, sermos confundidos com aqueles que se acham acima da lei, com a prerrogativa subjetiva de dizer: esse imóvel não é produtivo e eu vou invadi-lo. Mas ele é a lei? Consegue dizer o que é ou não produtivo, no Brasil, e decide o que vai invadir, pronto e acabou? O que hoje o setor clama, Sr. Presidente, pede e implora é que exatamente o Governo cumpra a lei em nosso País. Ninguém suporta mais tal situação.

Eu acabo de chegar de Pernambuco, essa madrugada. O Estado está com sessenta e oito invasões nos últimos dias. É um quadro estarrecedor. O cidadão não sabe qual propriedade será invadida, porque vai depender do humor e da vontade de quem está à frente de um movimento que não tem satisfação a dar a ninguém; que realmente é recebido por um Presidente que coloca o boné do movimento na cabeça; que recebe aval das autoridades governamentais, as quais dizem que não pode ser incriminado um movimento que é social. Mas social como? Ali a lei é desrespeitada.

Vem a CPT e diz: há tantas mortes no campo. Por acaso alma tem valor ponderal? Eu gostaria que a CPT fizesse um levantamento de quantos produtores e trabalhadores, ou de quantos garimpeiros e grileiros, ou de quantos brasileiros realmente morreram no campo. Por quê? Agora nós temos uma entidade, um órgão de Governo que é parcial.

Uma Ouvidoria do Incra diz que solicita um **habeas corpus** para que o cidadão que matou um jovem não fique na cadeia e responda em liberdade. É iniciativa da Ouvidoria do Incra! É órgão do Estado, Sr. Presidente, não é parte nem interesse. A mãe desse jovem está aqui, Dona Iara. Seu filho Luiz Carlos morreu assassinado brutalmente por estar simplesmente acompanhando o seu pai na sua propriedade rural. No entanto, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos não encaminhou advogado a ela, mas à família do assassino. Esse é o quadro grave.

O que nos preocupa hoje é que o Governo passou a ser parte; isso nos angustia. Governo não é parte, está aí para governar e fazer cumprir a lei dentro da rigidez daquilo que se exige de um estado democrático de direito. Essa é a nossa preocupação.

Dentro da lei, Sr. Presidente, nós não precisávamos estar aqui discutindo tudo aquilo que o Deputado Luis Carlos Heinze colocou com muita competência. Eu quero assinar um ofício para solicitar aqui também o seu depoimento, porque S. Exª foi responsável pela Comissão Especial de Avaliação e Controle da Comissão de Agricultura, que buscou dados importantes sobre o que acontece nos assentamentos.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu devo dizer que este assunto hoje preocupa todos nós brasileiros. Primeiro, quais são os nossos adversários? São aqueles que querem ver uma luta de classe; são os que querem ver exatamente uma desagregação do setor produtivo primário. Isso interessa a quem? Às grandes estruturas européias e americanas que estão perdendo espaço para o Brasil funcionar e sem dúvida nenhuma, em forma de ONGs ou outras coisas mais, financiam exatamente essas invasões. Então, ao invés de produzirmos um abril verde, porque o setor rural produz um abril verde, sim, com maior número de soja, carne, leite, arroz, feijão, eles querem que produzamos um abril vermelho, Sr. Presidente, totalmente diferente daquilo que nós pregamos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós vamos defender quem produz e quem trabalha neste País. Agora, não podemos aceitar que essas pessoas, desprovidas muitas vezes até de uma formação e de uma qualidade digna de vida, sejam utilizadas como massa de manobra por alguns que na frente do movimento são verdadeiros leões e quando chegam aqui são cordeirinhos. É uma metamorfose ambulante; essa é a verdade a que nós assistimos.

Então, para concluir, eu não quero apenas parabenizar a iniciativa do Sr. Nabhan, mas quero também, Sr. Presidente, que V. Exª solicite ao Incra que nos diga exatamente se o grau de produtividade e de utilização da terra nos assentamentos é também utilizado para saber da eficiência dos assentamentos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede a compreensão.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) **–** Em segundo lugar, quantos assentamentos existem no Brasil, e quantos assentamentos já foram emancipados ou quantos ainda estão mamando na teta do Governo?

Gostaria de saber, Sr. Presidente, também, se os índices de produtividade e o grau de utilização da terra, não sendo cumpridos, se esses lotes, se essas propriedades poderão ser reassentados novos vocacionados para o trato da terra? Essas são as posições e faço coro às posições do Deputado Abelardo Lupion, para que o Incra e a Ouvidoria nos responda se é realmente órgão do Estado ou se é parte no processo de invasão de terras no nosso País.

Obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado. Gostaria de dizer ao Deputado que o Presidente do Incra está também convocado para depoimento nesta Comissão. V. Exª poderá fazer essas indagações ao Presidente do Incra. E se desejar formular por escrito...

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) **–** Farei, Sr. Presidente, para que no momento...já tenha condições de responder a todas as nossas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Receberemos o encaminhamento desse requerimento e submeteremos, então, ao Presidente do Incra.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) **–** Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso depoente, queria pedir licença à Presidência, porque algumas perguntas que quero fazer mereceriam uma resposta imediata do depoente para eu poder perguntar. Perguntaria inicialmente ao depoente se ele tem o número de mortes...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas diria a V. Exª que a regra estabelecida é para todos. Não há como estabelecer aqui outra alternativa, infelizmente. Com todo respeito a V. Exª.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) **–** Pergunto se ele tem o dado de quantas pessoas ligadas aos proprietários morreram, esse ano, no campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª pode dizer: "Se ele tiver, a pergunta é a seguinte."

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) **–** Está bem. Então, a primeira pergunta é essa, para a gente se situar, porque ouvi com atenção o Deputado Caiado, e S. Exª falou que não podemos medir em termos de alma, qualquer alma é uma perda, qualquer morte é uma perda. Também não quero quantificar. Mas V. Exª as tratou como vítima, as vítimas são os proprietários. Então, quero numericamente dizer o seguinte: tenho aqui uma matéria do **Estado de S.Paulo**, a Agência Estado, tão citada por V. Exª, que diz que morreram 73 trabalhadores rurais assassinados. Quantos proprietários morreram e quem é vítima nessa história?

Então, essa é a primeira pergunta que queria deixar.

A segunda questão que queria dizer é a seguinte: V. Exª falou que o MST não tem nem legalidade nem legitimidade. Penso que V. Exª faz uma grande confusão sobre isso. Primeiro, uma questão pode ser legal e não ser legítima inclusive. Um golpe de estado pode se legalizar e não ser legítimo. Um movimento legítimo tem reconhecimento social e se torna interlocutor pela sua representatividade. É por isso que ele é ouvido aqui no Congresso Nacional, porque ele é representativo, ele tem legitimidade para ser ouvido e porque as suas reivindicações são legítimas, e muito legítimas. Então, V. Exª evoca a Lei e eu perguntaria o seguinte: porque a Constituição Brasileira não é cumprida. A Lei Maior, que coloca o que é a propriedade, a função social da propriedade e a Reforma Agrária que é reivindicada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra está na Constituição Federal. A Lei Maior não é cumprida, porque o senhor não reivindica essa Lei? Está na Constituição Federal.

A terceira questão, Sr. Presidente, é: creio que temos **–** já falei com alguns dos nossos colegas Deputados **–** que parar de mistificar essa questão do agronegócio. Desculpem-me, porque, estudando economia, vocês verão que não é a agricultura que vai elevar a taxa global de investimento nem dinamizar o conjunto da economia, ela vai cumprir o papel, e ela cumpre maior na exportação.

Então, temos que parar de mistificar isso. Quer dizer, não é valorizada a pequena propriedade, que produz alimentos etc, e, de outro lado, se considera como PIB toda a indústria que envolve. A agropecuária representa 8% do PIB brasileiro, não é 33%, é 8%. O agronegócio é outra coisa. Você vai dizer que indústria de fertilizantes, isso e aquilo, tudo é agronegócio; aí é outra questão. Não dá. Isso aí é mistificação e ideologia, vamos parar com isso. Vocês têm que responder quanto vocês são responsáveis pelo fornecimento de bens que alimentam a população brasileira; isso aí precisa ser dito, e a CPI deveria levantar isso, Sr. Presidente.

Também queria levantar o seguinte: queria saber do senhor se conhece estes cidadãos: Diocélio Franco Neto e Renato Bernardes Figueira, se são conhecidos de V. Exª. Diocélio Moraes Neto e Renato Bernardes Filgueiras. Se o senhor conhece também uma entidade chamada União de Defesa da Propriedade Rural. Queria também requisitar a V. Exª que mandasse para a CPI os nomes dos associados da UDR. Quem são os associados? Se são pessoas jurídicas só, se tem pessoa física, entidade, personalidade jurídica, se é inscrição pessoal. Se o senhor poderia mandar essa lista para cá.

E, finalmente...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o depoente já disse que mandaria junto com o MST.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O depoente vai responder. Vamos aguardar a resposta do depoente.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Eu queria até responder ao Deputado dizendo o seguinte: entendo, Senador Alvaro Dias, que todas as propostas que estão sendo feitas se transformarão em requerimentos que deverão ser aprovados pela CPI, certo? Não são de imediato, isso é uma lógica da CPI. Quero já solicitar ao nosso depoente que mande de livre e espontânea vontade. Isso seria altamente produtivo para fazer a checagem.

O senhor se eximiu – aí, sim, quero dizer – de dizer o seguinte: se aparecem fotos nos jornais dos chamados proprietários rurais com bandos armados etc, e o senhor disse que não se responsabiliza, a UDR não se responsabiliza por isso. No entanto, qualquer coisa que ocorra no campo é creditado ao MST. Então quero perguntar o seguinte: quem realmente o senhor representa? É a última pergunta, Sr. Presidente.

Tenho uma informação – e peço a sua confirmação também – de que o senhor tem uma propriedade de quinze módulos, que me parece tem 30 hectares na região, 30 hectares por módulo, 450 hectares. Isso é classificada como propriedade pequena, média ou grande?

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Média.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Então, pergunto o seguinte: o senhor se sente preparado para representar os grandes latifúndios brasileiros sendo proprietário de uma propriedade média? Por que o senhor está representando os grandes proprietários na UDR?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Deputado.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA) – Sr. Presidente, Sr. depoente, companheiros, eu quero fazer as mesmas colocações que fiz aqui quando da presença do Sr. João Stédile. Sou favorável à reforma agrária, porque nasci no campo. Meu pai era proprietário de um sítio de cinco alqueires no interior de São Paulo. Lamentavelmente, naquela época não tínhamos possibilidade de estudar lá na roça, e ele acabou tendo que vender o sítio para irmos para a cidade. Mas sou contra toda e qualquer tipo de violência, como a que aconteceu ontem, e eu casualmente fui testemunha ocular no Estado do Pará.

Eu estava indo para o interior entregar uma ambulância num pequeno Município, e a pista contrária a que nós estávamos indo estava interditada pelo MST. Quero lamentar o que aconteceu, faço aqui o registro e até, se o Presidente e o Relator acharem necessário poderão requisitar as fitas da **TV Liberal**, de Belém do Pará, onde pedestres foram espancados, moradores ali da região; onde os vidros dos veículos foram quebrados, pessoas que estavam lá em vinte quilômetros de congestionamento tiveram vidros dos seus carros quebrados, e pedestres espancados, e a própria televisão que estava fazendo a filmagem foi agredida pelo Movimento. Isso não é um movimento pacífico. Eles se perdem, pode ser até que o interesse seja pacífico, mas se perdem no momento.

A segunda coisa, Sr. Presidente, me causou estranheza as declarações tardias do Ministro Rossetto, quando dois ou três dias após a invasão da fazenda Vera Céu, na Bahia, que é uma multinacional, um pouco atrasado, ele foi à televisão mencionar, inclusive, o nome da propriedade e dizer: "Essa não podia de maneira nenhuma ser invadida, teriam que desocupar."

Pergunto: E as propriedades dos brasileiros, de 400 a 1000 hectares, que estão trabalhando? Quanto a essas, o Ministro se cala e considera invasão como normalidade democrática? A da Vera Céu deixou de ser normalidade democrática, só porque é uma multinacional?

Então, acredito que são dois pesos e duas medidas.

Minha palavra, voltando a falar um minutinho, para concluir, sobre os assentamentos. Acompanho o caso no Pará, como membro da Comissão da Agricultura; fiz uma denúncia no INCRA e na Comissão da Agricultura. O acampamento, hoje, Palmares I e II, em Paraopebas, recebeu grande investimento do Incra para aquisição de caminhões, tratores.

O impressionante, Sr. Presidente, é que há uma senhora idosa, com 60 anos – lá na roça um pessoa com 60 anos é idosa – que não sabe, praticamente, assinar. E ele descobriu, recentemente, que essa senhora deve no Banco do Brasil R$90 mil. E ela nunca viu um tostão desse dinheiro.

A associação, aquele grupo que comanda, sacou o dinheiro.

E onde está o trator? Alugado para madeireiros. Onde está o caminhão? Alugado para feirantes.

Então, são coisas que esta Comissão precisa apurar.

A pergunta que faço ao faço ao Sr. Luiz Nabhan é a seguinte.

Esta posição do Ministro Rossetto em defender uma só propriedade, dizendo que aquela tem que ser desocupada, o senhor considera normal à democracia brasileira?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, para concluir sua participação nesta CPI, ao Presidente da UDR, Nabham.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, lamentavelmente, alguns Parlamentares que não estão mais presentes...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas para esclarecer, os Parlamentares foram chamados ao Plenário para votação, estarão retornando logo a seguir.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – É que lá no interior temos o hábito, com todo o respeito, de responder olho no olho. Da mesma forma que me foi perguntado no olho, eu teria a satisfação, imensa, de responder olho no olho.

Deputado Ronaldo Caiado, em primeiro lugar, queria ressaltar que a admiração é mútua. Tenho uma profunda admiração por V. Exª, pelo seu trabalho, pelo que V. Exª fez para a classe dos produtores rurais, é impagável a sua liderança e a conscientização, que por meio da sua liderança, conseguimos uma Constituição que pelo menos preservasse a propriedade produtiva no País. Sou-lhe eternamente grato em nome de todos os proprietários rurais que são filiados a UDR.

Quando V. Exª se referiu ao envio, pela Secretaria de Direitos Humanos, de um advogado para defender um suposto criminoso, que teria tirado a vida de um jovem de 24 anos, isso realmente nos causa indignação, porque a família que perdeu esse jovem são de trabalhadores decentes, proprietários rurais, e que não receberam nenhuma mensagem de conforto, por quem quer que seja: Secretaria de Direitos Humanos, por ouvidoria agrária. Enfim, ouviu, sim, dos seus amigos e das pessoas próximas que querem bem a essa família.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – E estão pagando advogados.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Exatamente.

O envio de advogados foi feito pela Secretaria de Direitos Humanos para defender suposto cidadão que teria cometido o crime. Disseram até que estaria preso por causa da indignação.

Mais indignação ainda nos causa outro fato. Somente no Estado de Pernambuco 68 propriedades foram invadidas recentemente, em menos de um mês. E ainda há pessoas que dizem que isso não é violência. Penso que quando alguém afirma isso realmente está debochando não só da minha pessoa ou das pessoas que fazem parte da entidade, mas também da própria sociedade civil brasileira. Isso é um deboche. Está debochando também dos Três Poderes – do Judiciário, do Legislativo e do próprio Executivo. Também fico indignado com isso.

Parece que a CPT afirma que houve 1.600 mortos. Um Deputado disse que o número correto seria 2.000 ou mais. Disse, e repito, que não podemos deixar no mesmo patamar o que existe e é reconhecido por todos nós, principalmente na região da Bacia Amazônica, na região Norte, que são grileiros, posseiros e garimpeiros agindo na clandestinidade. Há contrabandistas e produtores de drogas lá. Não podemos considerar esses crimes como sendo cometidos por proprietários rurais. Isso é absurdo. É inconcebível; é mais um deboche.

Nós, produtores rurais e Deputados, deveríamos, no mínimo, ser respeitados. Infelizmente, não estamos sendo respeitados. Respeito é o mínimo que merecemos. Estamos atropelando o Primeiro Mundo, que subsidia e defende o produtor rural, que o ajuda. Não temos esse suporte, mesmo assim, somos atualmente os maiores exportadores de soja, os maiores produtores e exportadores de carne do mundo, os maiores produtores e exportadores de café e de suco de laranja. Enfim, merecemos, mas não estamos recebendo respeito.

Não sei se respondi as considerações de V. Exª.

Passo a comentar as considerações e perguntas feitas pelo Deputado Ivan Valente. S.Exª afirmou que haveria envolvimento dos produtores rurais e que as vítimas são inúmeras. Não posso dizer o mesmo, primeiro porque não reconheço essa informação. Para dizer quantas mortes houve, primeiro, é preciso consultar um órgão oficial do Governo que diga que foi feito um levantamento que informa o número de mortes, fato triste.

Ainda mais triste é ouvir pessoas generalizarem e fazerem afirmações incorretas sobre essas mortes. Segundo a CPT, órgão ao qual não dou credibilidade, as pessoas vieram a falecer por causa de questões agrárias ou ligadas ao processo de reforma agrária. Não concordo com essa afirmação. Como eu disse, nas regiões do garimpo, da Bacia Amazônica e de fronteira, existem posseiros, grileiros, narcotraficantes e contrabandistas. Então, como podemos afirmar que morreram tantas pessoas e que o assassino é o produtor rural? É um absurdo. É uma acusação leviana se a CPT a faz.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Peço licença. A pergunta que eu fiz, o senhor sabe....

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Eu não o interrompi.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Quantos proprietários foram assassinados ou morreram no campo por conflitos? Foi isso que perguntei. Eu não falei da CPT, falei de dados do jornal **O Estado de S.Paulo**.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Responderei tudo a seu tempo. O senhor me perdoe, mas, se V. Exª falou do jornal **O Estado de S.Paulo**, solicitarei a matéria. O jornal **O Estado de S.Paulo** não acusa proprietários rurais, mas diz que, segundo a CPT, tantas pessoas morreram. Essa foi a colocação que **O Estado de S.Paulo** fez, se não me falha a memória quando li essa matéria. O jornal não está dizendo que foram mortes por produtores rurais.

Posso esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Já que o depoente solicita, pode fazê-lo.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – A matéria da Agência Estado, inclusive, do **O Estado de S.Paulo** diz que morreram 73 trabalhadores em conflitos, no campo, em todo o Brasil – isso aqui é do Estado de S.Paulo – é jornal de 11 de abril de 2004.

Estou perguntando ao senhor é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Qual é a fonte?

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Não tem fonte. Mas o relatório é editado pela CPT.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, não gera credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado, o depoente diz que vai responder a pergunta.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Estou lhe respondendo a pergunta, a CPT não gera credibilidade. Está respondida a pergunta.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Quero saber quantos proprietários rurais morreram.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Quanto à confusão.... a minha atribuição não é fazer levantamento de quantas pessoas morreram. A atribuição da minha entidade é defender interesses. Não tenho.....

Isso é função de dados estatísticos, de governo, de polícia e não da minha função. Como posso saber quem são as vítimas. O senhor deveria saber disso, nobre Deputado. Essa função não é minha, como vou saber quantos morreram. Estaria sendo leviano, não é minha função, o objetivo da minha entidade não é levantar quantos morreram.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP) – Vocês dizem que são vítimas.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Somos vítimas, sim, somos vítimas do crime organizado.

O senhor está me perguntando e eu estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço a V. Exª que respeite o Regimento que V. Exª o conhece muito bem em razão da sua competência.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Deputado, só para deixar bem claro: os senhores falam tanto, até por questão de educação, quando o senhor fez as perguntas a mim, aguardei em silêncio e esperei o senhor fazer todas as perguntas. Portanto, gostaria que o tratamento fosse mútuo. Quero responder, e o senhor está percebendo, está parecendo um debate. Então, vamos partir para um outro campo. Se o senhor quiser debater comigo, estou aberto a qualquer tipo de debate em qualquer lugar; agora, vamos respeitar a ordem da casa. O senhor fez várias perguntas, e fiquei quieto em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao depoente que responda as perguntas e deixe essas considerações.

A Mesa já interrompeu o depoente para que ele se conduza de conformidade com o Regimento.

O que a Mesa solicita ao Deputado é que permita ao depoente responder todas as questões colocadas.

Ao depoente, pedimos a compreensão para que responda as perguntas formuladas deixando a questão de ordem por conta da Presidência.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, agradeço e quero ressaltar que fui perguntado e, em silêncio, anotei todas as respostas. Queria, então, ter o direito de responder.

Na questão da legitimidade, para ser ouvido, se tenho legitimidade para ser ouvido, pelo menos foi o que entendi aqui, tenho sim. Primeiro, sou um homem de bem, tenho família, sou produtor, nunca na minha vida respondi por processo algum, nada. Nunca na minha vida respondi por nenhum sequer processo ou fui condenado a qualquer tipo de ato ilícito. Fui eleito, democraticamente, de forma legítima, presidente de uma entidade. Então, tenho legitimidade.

Segundo, o senhor disse que o agronegócio não representa isso que estão dizendo. Talvez, se o senhor se aprofundasse mais ou pouco, o senhor iria ver que o agronegócio é tudo que se envolve. Vou dar um exemplo, não vim discutir Parmalat aqui, vim aqui respeitar e quero ser respeitado.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, até agora, o Deputado João Alfredo fez um apelo todos aqui entendemos e compreendemos, vamos deixar o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço o mesmo favor a V. Exª que está interrompendo sem necessidade.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor, então, deixasse eu responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Sr. Nabhan que responda.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Então, quando o senhor afirmou aqui que o agronegócio não representa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Há necessidade de uma alteração administrativa nesta Casa, um dispositivo para que o Presidente possa cortar os microfones em determinadas circunstâncias ou mudarmos o Regimento para permitir o debate.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA– Então, quando V. Exª afirmou que o agronegócio não representa esses números que estão dizendo, ora, quem está dizendo é toda a sociedade civil brasileira, os órgãos oficiais, não governamentais e a própria imprensa, começando pela **TV Globo**, que tem feito inúmeras reportagens mostrando a significância da participação do agronegócio e a própria Revista **Veja**, agora, recentemente, soltou um caderno especial da participação significativa do agronegócio, inclusive, alegando que este sustenta o País. Então, quando algumas pessoas afirmam, aliás, existe um preconceito por parte de alguns, não estou me referindo a ninguém que esteja presente aqui, que, na pecuária, onde vai o boi, o homem sai, temos aqui um trabalho, eu gostaria de solicitar, se está presente, o fluxograma da pecuária brasileira, a geração de empregos que a cadeia da pecuária brasileira... V. Exª autoriza, Sr. Presidente, que tragam aqui?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, pode trazer até a Mesa, por favor.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – A participação da pecuária brasileira. Quando V. Exª diz que não representa, representa, sim, nobre Deputado, porque, por exemplo, o sujeito fala em boi, lembra da carne, mas e a geração de empregos que estão extremamente vinculados, a indústria do couro, as ex-

portações de calçado, tenho um levantamento de que quase 80% da matéria-prima dos calçados brasileiros que são exportados é couro, que superou em verbas, em dinheiro, a própria exportação de carne **in natura**. Então, a cadeia produtiva do boi representa tudo isso aqui. Vou deixar cópia com esta Casa, é a representatividade do agronegócio.

Então, o agronegócio está atrelado, sim, à agroindústria, porque, se não existir agropecuária, não existe agroindústria. Então, gostaria de ressaltar a V. Exª que os números, inclusive, o próprio Governo reconhece, a legitimidade desses percentuais em exportação, em participação de PIB e em superávit de balança comercial, etc.

V. Exª teria afirmado que os assentamentos produziam ou coisa parecida, por isso, a relevância e importância da fiscalização e da vistoria dos assentamentos. No nosso entendimento, veja bem, respeito de cada um, mas como V. Exª me fez a pergunta, os assentamentos são frágeis até na própria subsistência da família, porque o que vimos com freqüência no Pontal do Paranapanema são assentados, fora aqueles que já não abandonaram, que já não venderam seus lotes de forma irregular, os que ainda permanecem lá estão trabalhando como bóias-frias para garantir a subsistência.

V. Exª me perguntou se conheço Diocélio Franco Neto. Não conheço.

V. Exª me perguntou se conheço Renato Bernardes Filgueiras. Não conheço.

V. Exª me perguntou se conheço o UDPR. Conheço o ex-Presidente da UDPR, o Olavo, e o atual Presidente da UDR, o Sr. **(inaudível),** conheço de vista. Algumas poucas vezes o encontrei em algum aeroporto, alguma coisa assim.

Quanto ao Sr. Eduardo, não tenho nem o conhecimento do sobrenome.

E, por fim, V. Exª pediu se eu concordaria em trazer aqui o número de associados que a UDR tem, o nome. O nosso Estatuto, Exª, preciso até, inclusive, depois, consultar o nosso Departamento Jurídico, porque, no nosso Estatuto, as pessoas preservam, inclusive, podem até ser alvos do MST, devido até a ligação que V. Exª tem de amizade com alguns integrantes do MST. Então, concordo em trazer o nome dos associados a partir do momento em que o MST também trouxer todos os seus associados aqui, seus integrantes, aí concordo em trazer o nome dos associados da UDR.

Estou inteiramente à disposição a partir do momento em que o MST trouxer aqui também o nome dos seus integrantes, seus associados, que estão na clandestinidade, então.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Estamos chegando ao final, mas o Relator solicita...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, posso solicitar o direito de réplica, que é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Olha, não estamos colocando em prática...

O SR. (Orador não identificado) – É um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) **–** Esse dispositivo regimental... Houve um entendimento na reunião anterior de que os Srs. Parlamentares dispensariam o direito de réplica exatamente em função do grande número de Parlamentares que desejavam questionar o depoente, como ocorreu também hoje. Então, eu peço a V.Exª a compreensão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. (Orador não identificado) – V.Exª tinha me prometido menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Deputado Adão Pretto, sim, havia solicitado uma rápida intervenção, porque havia sido citado.

Para uma rápida intervenção, então, a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, só queria agradecer a V. Exª, porque há coisa aqui que foi dita porque eu não podia ficar em silêncio. Como foi a acusação daquela questão da morte, na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Aquilo foi um conflito em que a Polícia tentou despejar os agricultores de uma praça pública. E a pancadaria foi tanta que até um motorista da Sadia, que estava fazendo entrega de frango, não tinha nada a ver com que estava acontecendo, nem sabia o que acontecia -só porque era parecido com o agricultor – teve um braço fraturado a cassete, tal foi a confusão. Quatro agricultores, inclusive uma mulher, ficaram dezessete meses presos sem julgamento.

E aí eu queria retomar o caso Margarida Alves que foi morta à porta da sua casa, comendo uma espiga de milho verde na frente dos filhos, assim como tantos outros crimes bárbaros que ocorreram. E, agora, esta mãe que está aqui que a gente respeita e compreende os seus sentimentos, mas como eles se apegam nesse caso que nem sei quem foi o assassino. Mas eu não dou respaldo. Eu condeno quem foi que fez isso. Porque o movimento condena a violência. Agora, imaginem quantos milhares de sofrimentos têm causado isso.

Eu só para finalizar, Sr. Presidente, aqui foi falado tanto em agronegócio. E eu compreendo que os fazendeiros eles podem ser bons administradores, mas quem trabalha é o sem-terra, porque quem é peão dos

fazendeiros é porque não têm terras. Se ele tivesse terra ele estava trabalhando.

Agora, eu queria, Sr. Presidente, que V.Exª fizesse com que as galerias mantivessem o respeito, a dignidade, como manteve os sem-terras no dia em que o João Pedro Stédile esteve aí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para uma intervenção o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Sr. Presidente, eu penso que o tema da violência rural eu acho que é uma questão fundamental neste nosso debate.

E essas questões ligadas ao desarmamento em Presidente Prudente necessitaria um requerimento, no caso, ao Delegado-Chefe da Polícia Federal daquele Município para que fornecesse a esta CPI toda a investigação que aconteceu lá, inclusive, com apreensão de todo o arsenal de grosso calibre que é anunciado noticiado aqui pela imprensa da própria cidade no final do ano passado. No caso, há aqui uma matéria – o depoente deve conhecer – do jornal **O Imparcial** onde tanto há as declarações dele, rebatendo o delegado, como o delegado, contestando as declarações e fundamentando a ação e trazendo os dados acerca da apreensão desse arsenal em Presidente Prudente.

O outro dado...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Importante também, deixe-me complementar.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Não, um instante que vou terminar, Deputado Abelardo Lupion. V.Exª interrompe todo o mundo. Eu quero ver se eu consigo terminar aqui a minha fala.

O segundo, que também me foi trazido aqui pelo Deputado Adão Pretto – como é uma cópia – eu acho importante nós termos o documento original, que é acerca do depoimento do Sr. Osni Saches, que acionou a União Democrática Ruralista, em Paranavaí, Paraná, e, nesse depoimento, inclusive, já foi referido pelo Deputado Adão Pretto, ele diz que trabalhou nas fazendas como segurança e que as armas utilizadas, armas de grosso calibre, portanto não eram 22 ou 38, o que seja, mas escopeta 12, carabina 38, winchester, metralhadora, e que a UDR é quem fornecia o armamento.

Então, seria importante, até para chegar, não estou aqui para duvidar, até porque S. Sª foi muito claro quando disse que não se responsabilizava pela ação dos representantes da UDR nos Estados, nas Regiões e nos Municípios. Então,seria importante termos esse depoimento.

E o terceiro aspecto, que também gostaria, a Secretaria deve estar anotando, que foi suscitado aqui também no debate, porque foi levantada a questão sobre as decisões na Justiça acerca das ocupações. E chegou às minhas mãos, mas quero também, de maneira oficial, porque também é uma cópia, sem nenhuma autenticação, da Apelação Criminal nº 272550.3.0 da Comarca de Andradina, onde o Desembargador Celso Limonje é o voto vencedor da matéria, S. Exª entende – e essa parece que foi a decisão do tribunal, quero conferir se realmente foi, porque o material está incompleto – de que o Movimento Sem-Terra não pratica esbulho possessório nem seus integrantes se associaram para a prática desse crime.

Então, há uma decisão, acho que é importante termos acesso a todas essas documentações.

Quero dizer, como Relator, que não me oponho aos demais requerimentos que foram apresentados aqui, inclusive com relação à questão da Ouvidoria Agrária, porque acho que todos esses documentos, todos esses elementos serão importantes para formar o nosso juízo de valor.

Só queria, como Relator, fazer esses requerimentos, para podermos ter acesso a esse material.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero despachar esses requerimentos, a exemplo do que fiz anteriormente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou conceder depois, porque antes quero despachar os requerimentos apresentados pelo Relator, também favoravelmente, a exemplo do que fizemos anteriormente. Não submetermos à apreciação do Plenário esses requerimentos, porque entendemos ser competência da Presidência deferir determinadas proposições, desde que não ocorra questionamento do Plenário. Como não ocorreu o questionamento, para facilitar a favor do pragmatismo, a favor do bom desempenho, da eficiência dessa CPI, a Presidência deferiu os requerimentos tanto de um lado quanto do outro.

Portanto, a Presidência defere também os requerimentos formulados pelo Relator.

Faço a sugestão que doravante esses requerimentos sejam apresentados por escrito, para facilitar o trabalho da assessoria.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Da Secretaria da Comissão.

O SR. ABELARDO LUPION (Partido UF) – Sr. Presidente, complementando...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Nesse depoimento do Deputado João Alfredo, gostaria também de que a Polícia Federal apresentasse as ordens

judiciais de busca e apreensão nas duas propriedades que foram vistoriadas e invadidas. No caso das duas propriedades, porque eles só poderiam entrar com ordem judicial. Quero que sejam apresentadas à CPMI as duas ordens judiciais na entrada da propriedade do Sr. Nabhan e na propriedade do seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A solicitação do Deputado Abelardo Lupion complementa o requerimento do Relator e, portanto, a Presidência defere e solicita à Secretaria as providências necessárias.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tenho o entendimento que todos os requerimentos que foram feitos, inclusive a lista das pessoas associadas à UDR também estão aprovadas, porque a lista dos Sem-Terra já está no Incra, e o Incra já pode fornecer a lista a que o Presidente da UDR se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem? Deputado Caiado inicialmente, depois ...

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Presidente, com todo o respeito e consideração que tenho pelo nobre Relator e pelo conhecimento profundo que S. Exª tem do Regimento Interno, por isso, S. Exª sabe que a função de relatoria exige um nível de imparcialidade, para que se busque da Comissão um relatório que seja condinzente com a maioria. Mesmo que V. Exª solicite da Polícia Federal, creio a maneira correta é que solicite de ambas as partes. Se foram feitas apreensões de armas com alguns produtores, foram feitas também apreensões de armas nos assentamentos ou nas invasões. Porque, dessa maneira, nobre Relator, vamos ter exatamente um tratamento igualitário a todas as partes.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Não, mas V. Exª, neste momento, tem o cargo mais importante da Comissão, com todo respeito ao nosso Presidente. O mais importante cargo é do Relator, porque é importante imparcialidade do Relator, que faça um julgamento que seja condizente realmente com aquilo que está acontecendo, que dê uma interpretação de uma radiografia real que hoje causa pânico e perplexidade a todo País.

Então, a sugestão que faço a V. Exª é que, nas demais audiências públicas, pudéssemos ter esse tratamento igualitário a ambas as partes.

Sr. Presidente, isso é o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Sr. Relator deseja se manifestar?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Sim. Entendo que, em primeiro lugar, Deputado Ronaldo Caiado, considero até interessante essa convivência, porque estamos em um Parlamento, que é uma Casa política. E nenhum de nós, talvez com exceção do Sr. Nabhan, que não é parlamentar, pode até, de alguma forma, dizer que é apartidário. A nenhum de nós aqui, Presidente, Relator, todos os membros da CPI, é negado o direito de ter seus pensamentos, suas idéias, sua ideologia. Como V. Exª tem a sua, eu também tenho a minha.

Então, não há nenhum problema com relação a isso.

Em segundo lugar, os requerimentos que apresento, eu os faço com relação ao material que me chega às mãos. E não coloquei nenhum obstáculo aos requerimentos que foram apresentados, por exemplo, pelo Deputado Lupion. E isso desde o início, inclusive. Na primeira reunião, na qual V. Exª não estava presente, o Deputado Lupion apresentou o que chamou de paralelo, e eu, inclusive, não encarei como roteiro paralelo. Eu o incorporei ao meu roteiro as questões de S. Exª.

Então, o a que me proponho agora, aqui, Deputado Ronaldo Caiado, é colher o maior número de propostas, de sugestões e de dados para esse relatório. Tanto é verdade que a mesma pergunta que fiz ao Sr. Stédile acerca da avaliação da reforma agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo Lula, eu a fiz ao Sr. Nabhan, da UDR, para poder, inclusive, sopesar essas duas opiniões.

Não se preocupe, V. Exª, que o relatório será submetido ao crivo da Comissão, e se V. Exªs não concordarem com ele terão direito de derrotá-lo, mas apresentarei o relatório de acordo com a minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede a colaboração dos Srs. Parlamentares para que possamos encerrar a reunião, uma vez que está acontecendo também deliberação no plenário no Senado Federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, complementando uma solicitação que foi feita tanto à UDR quanto ao MST – como já deve existir essa relação do Incra com o número em torno de 120 mil famílias, conforme dizem o pessoal que faz parte do MST; esse é o número que a Imprensa tem divulgado e está-se pedindo também informação sobre de onde sai a fonte –, eu gostaria também de complementar a mesma informação do MST, com relação a como se mantém essas centenas de acampamentos, ou seja, de onde sai o recurso.

Outro dia, estavam reivindicando cestas básicas. Sabemos extraoficialmente que a Conab tem manda-

do cestas básicas para esses assentamentos. Como eles se mantêm?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Essas questões já foram colocadas e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS) – E também a manutenção dessas 120 mil famílias em todo o País.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra por meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Por meio minuto.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, somos homens públicos e queremos uma solução para esse problemas.

Então, considero que essa audiência foi de alto nível e compõe uma série de trabalhos que desejamos elaborar sob a presidência de V. Exª em benefício do Brasil e do povo brasileiro.

Surpreendeu-me a opinião demonstrada aqui pelo Presidente Luiz Antonio Nabhan defendendo a reforma agrária e sendo contra qualquer método de violência e fala que é para ter um acerto com a lei e também com as instituições.

Portanto, creio que os jornais que divulgaram opiniões de S. Sª contrária a isso distorceram o que S. Sª registrou aqui. Acredito que temos que buscar solução para os problemas. Os problemas não podem ser perpetuados.

Então, a Reforma Agrária precisa ser realizada, o produtor rural precisa ser valorizado, o trabalhador que deseja ter terra para plantar e produzir precisa ser valorizado. Essa é a solução que buscamos aqui como homens públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado. Para as suas despedidas, passo a palavra a Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Com relação ao pedido do Deputado Ivan Valente, quero ressaltar que esta Casa age de acordo com a lei. Portanto, é de responsabilidade, Sr. Deputado, da entidade, conforme a lei determina. E isso tem que ser público, conforme consta no registro de imóveis: são responsáveis pela entidade tanto os diretores da entidade quanto o Conselho.

Portanto, desde já, está à sua inteira disposição a relação de toda a diretoria, a ata da entidade, constando toda a diretoria e os seus conselheiros. Agora, seus associados não podem ser expostos a qualquer tipo de coisa; a lei determina isso. Vamos agir rigorosamente dentro da lei. Quem representa a entidade é a sua diretoria e o seu Conselho.

O Sr. Relator citou um jornal em que constava uma discussão entre a minha pessoa e o Delegado da Polícia Federal. Quero deixar bem claro – talvez se o senhor ler bem a matéria vai perceber isso – que a discussão que houve entre a minha pessoa e o Sr. Delegado da Polícia Federal de Presidente Prudente foi na questão do procedimento ilegal da Polícia Federal por ter entrado na minha propriedade sem mandado de busca e apreensão, assim como entrou na propriedade do meu pai com um mandado que foi expedido de forma equivocada. Houve essa falha. Esse foi o motivo da nossa discussão.

Agora, com relação ao armamento que foi apreendido, ao forte armamento, não tenho nenhum vínculo, só queria deixar isso bem claro.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE) – Veja bem, eu não disse isso. O armamento, você conhece, foi em Sandovalina; consta o nome do proprietário e tudo o mais. Não fiz aqui nenhuma acusação, em nenhum momento, a V. Sª. Pelo contrário, o tempo todo, fiei-me nas declarações de V. Sª.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Perfeitamente. Então, só para deixar bem claro, para deixar definida essa questão com relação à Polícia Federal: quero ressalvar mais uma vez que é de responsabilidade de cada cidadão – isso a lei determina – os seus atos. Cada cidadão, se agir de forma ilegal, vai responder pelos seus atos.

Gostaria de agradecer a oportunidade ao Presidente desta Casa e me coloco sempre à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado. Agradecemos o excelente depoimento que V. Sª traz a esta Comissão, contribuindo com os trabalhos da Mesa. Agora, podem aplaudir. (Pausa.)

Agradeço a presença de todos os que vieram acompanhando o líder da UDR, e afirmo que esta Casa é democrática, aberta, e será sempre uma honra recebê-los aqui.

Lamentavelmente, o Regimento impede determinadas manifestações, e a Presidência foi obrigada a alertá-los respeitosamente, mas queremos que saibam que é desejo de todos os integrantes desta Casa que essa presença se faça presente em todas as oportunidades.

Na próxima quinta-feira, às dez horas da manhã, haverá o depoimento aqui do Presidente da Contag.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h12min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 7ª Reunião, realizada em 15-4-2004

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às dez horas e vinte minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Sérgio Guerra, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio e Ana Júlia Carepa e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Sebastião Madeira, Luiz Carlos Heinze, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Jamil Murad, Adão Pretto, Ronaldo Caiado, Marcelo Castro e Dr. Rodolfo Pereira, membros e, ainda, com as presenças de não membros dos Deputados Leonardo Vilela, Anselmo e Senador Leonel Pavan, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Depoimento do Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, convidando-o para tomar assento à mesa dos Trabalhos. A seguir, o Senhor Presidente sugere alguns pontos para serem abordados no início da exposição do Sr. Manoel, de matérias e reportagens de jornais. Após, a Presidência concede a palavra ao Sr. Manoel José dos Santos para dar início a sua explanação e, a seguir ao Relator para fazer seus questionamentos. A Presidência solicita ao Depoente que encaminhe à esta CPMI a relação de Diretores e Líderes Sindicais que foram assassinados. Foi concedida Questão de Ordem ao Senador Sérgio Guerra que leu a Carta do Governador do Estado de Pernambuco dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em que informa da ameaça do MST invadir o Palácio do Governo. Usaram da palavra pela ordem para discutir o problema da ameaça do MST os Parlamentares Juvêncio da Fonseca, Eduardo Suplicy, Jamil Murad, João Alfredo, Sérgio Guerra. A seguir, o Senhor Relator sugere que seja retomado o depoimento dos Sr. Manoel José dos Santos. Prosseguindo, a Presidência deferiu a constituição de uma comissão para ir ao Estado de Pernambuco verificar a situação de ameaça sofrida naquele Estado. A seguir, o Senhor Presidente passa a ler uma matéria publicada na Folha de São Paulo a respeito da Medida Provisória anti-invasão, sugerindo, após, que fosse convidado o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto para vir à Comissão no próximo dia 20 de abril. Houve um clima muito tenso entre os Parlamentares. Fizeram uso da palavra, pela ordem para discutir a proposta do convite ao Ministro, os Parlamentares Zé Geraldo, Ronaldo Caiado, Jamil Murad, João Alfredo, Sebastião Madeira, Luiz Carlos Heinze, Arthur Virgílio, Adão Pretto e Siba Machado. A seguir, a Presidência coloca em votação a Proposta, sendo aprovada com abstenção do Relator. De acordo com a Lista de inscrição, fizeram uso da palavra em Bloco de 3 os Parlamentares Jamil Murad, Eduardo Suplicy, Sebastião Madeira, Aberlardo Lupion, Leonardo Vilela, Luiz Carlos Heinze, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Siba Machado, Sérgio Guerra e Anselmo. Ao final, o Senhor Presidente comunica aos presentes que o Relator Deputado João Alfredo teve uma crise hipertensiva, sendo atendido pelos serviços médicos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o qual estava em observação e passava bem. A Presidência informa que os Parlamentares Eduardo Suplicy e Sebastião Madeira foram designados para acompanhar os acontecimentos no Estado de Pernambuco. Após, a Presidência concede a palavra ao Depoente para suas considerações finais. Após, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias agradece a presença do Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura pela colaboração prestada a esta Comissão e pela participação expressiva dos Senhores Parlamen-

tares. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Hoje, o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é ouvir o depoimento do Sr. Manuel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

Convido o Sr. Manuel José dos Santos para tomar assento à Mesa, ao nosso lado esquerdo, para proceder ao seu depoimento.

Antes da exposição do Presidente da Contag, aproveito para sugerir desde já alguns pontos que podem ser abordados no início da sua apresentação, como, por exemplo, em agosto de 2003, a Folha de S. Paulo noticiou dois casos de conflitos entre o MST e a Contag. No mais violento desses conflitos, que se deu na Fazenda São João, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, integrantes do MST destruíram cerca de 30 barracos de sem-terra ligados à Contag.

O outro conflito decorreu do fato de o MST invadir o Engenho Niterói, em Catende, Pernambuco, que vinha sendo administrado por trabalhadores ligados à Contag.

Pergunto com que freqüência ocorrem esses conflitos entre o MST e a Contag, quais as principais divergências político-ideológicas entre o MST e a Contag e como se explica o fato de sem-terras chegarem ao extremo de destruírem os barracos daqueles que deveriam ser considerados seus companheiros.

Essas são as indagações que considero importante serem abordadas na sua exposição inicial.

Vamos passar-lhe a palavra e depois o Relator fará indagações. O tempo para a sua exposição é livre. Pedimos que apresente o seu diagnóstico da realidade agrária brasileira e, se possível, sugestões que possam contribuir no momento que consideramos de tensão exacerbada no campo, com conflitos que se avolumam. Até ontem, eram mais de 21 mil famílias em áreas invadidas durante o mês de março e metade de abril, portanto há uma situação de tensão social sem precedentes. Creio que não há, na história da luta pela terra no Brasil, um momento de tamanha dramaticidade. De um lado, a UDR denunciando a responsabilidade do MST pela violência; de outro lado, o MST denunciando os proprietários rurais de se armarem com milícias organizadas, afirmando que é parceiro do Governo, ou seja, dando a entender que essas invasões têm também a concordância do Governo, afirmação que não deixa de ser grave.

Este é o cenário do momento. Gostaríamos que a Contag, que representa os trabalhadores do setor, apresente hoje a sua versão com nitidez e clareza; não apenas o diagnóstico, mas as sugestões importantes para que se possa, quem sabe, nesse momento de conflagração no campo, buscar um entendimento entre as partes para restabelecer a tranqüilidade.

Com a palavra, o Presidente da Contag.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, senhores da Imprensa, companheiros que formam a representação dos trabalhadores aqui presentes, inicialmente, eu gostaria de dizer da importância de qualquer lugar em que possamos debater o tema da reforma agrária, a realidade dos trabalhadores no campo e a obrigação do cumprimento do dever das autoridades. Isso é importante porque são problemas existentes no campo e têm as autoridades a sua responsabilidade de contribuir no processo de dirimir esses conflitos.

A Contag está organizada em todos os Estados brasileiros; temos 26 federações de base estadual e 3.700 sindicatos de base municipal.

Através desses sindicatos, a Contag, como não negocia só para seus associados, mas para o conjunto dos trabalhadores que vivem e trabalham no campo, esse público que representamos de agricultores familiares, que são parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, meeiro, foreiro, também os assalariados e os trabalhadores que, saindo de um processo de relação de trabalho formal, boa parte hoje vive na periferia, mas quando consegue trabalho é vinculado ao campo, é uma grande massa que é vítima do desemprego estrutural que vive o País, todo esse público representamos, em torno de 25 milhões de trabalhadores, independente se estão todos vivendo no campo ou aqueles que vivem na periferia mas cujas atividades são em função do campo, quando conseguem trabalhar.

A Contag é uma organização que fez 40 anos o ano passado, tem toda uma história que pode ser acompanhada e examinada desde a convivência no período duro do regime militar, em que as suas principais lideranças foram banidas, perseguidas, presas, retiradas à força do sindicato, colocadas outras lideranças interventoras determinadas pelo Estado. A Contag, naquele período, já tinha como uma das suas bandeiras principais a realização da reforma agrária.

Também ligado a isso, dentro da proposta de reforma agrária, entendemos que a reforma agrária não pode ser tratada só como acesso à terra. Além

do acesso à terra, entendemos que a reforma agrária é um instrumento que deve garantir ao trabalhador o acesso à terra, um planejamento de como fazer esses assentamentos se tornarem produtivos, garantindo a esses trabalhadores a assistência técnica, o planejamento produtivo dos assentamentos. Agregado a isso, são indispensáveis o crédito e as políticas públicas complementares de educação, saúde e moradia, de agroindustrialização do excedente da produção, porque os trabalhadores da agricultura familiar representados pela Contag não produzem só para se alimentar, haja vista que o resultado do seu trabalho é o seu salário. O remédio, a roupa, o calçado, o pouco que eles conseguem gastar com educação são fruto desse trabalho.

Então essa produção da agricultura familiar, que parece pequena, é pequena quando localizada apenas em nível de unidade de produção. Quando juntamos os aproximadamente 4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar existentes no Brasil temos determinados segmentos, como no caso da produção de farinha de mandioca, de milho, de feijão, em que chegamos acima de 60% de produção oriunda da agricultura familiar.

Então é um segmento importante, é um segmento que tem que ser tratado como uma parte do desenvolvimento rural brasileiro, e sabemos que infelizmente, ao longo do tempo, os sucessivos Governos não tiveram, até aqui, uma política exeqüível de reforma agrária.

Do outro lado, representamos também os assalariados. Em plena ditadura militar, realizamos a organização dos trabalhadores, sobretudo os assalariados do setor sucroalcooleiro no Nordeste, no Sul, depois entrando também para o Norte e Centro-Oeste, e graças a essa luta da Contag através dos seus sindicatos e das suas federações é que foi possível criar para os trabalhadores uma relação de trabalho que determinasse a carteira assinada, salários e tarefas a serem realizadas por esses trabalhadores, que infelizmente, com as sucessivas crises econômicas, com o modelo de desenvolvimento em que se pensa a produção em alta escala sem levar em consideração o resultado para esses trabalhadores que perderão seus postos de trabalho, seja pela nova tecnologia, pela entrada das máquinas. Não somos contra; acreditamos que a inovação tecnológica e a entrada de máquinas no setor necessário sejam importantes, mas não se pode fazer um planejamento em que se pense somente no aumento da produção, da produtividade, do lucro da empresa, sem prever para onde vão essas pessoas que saem desses postos de trabalho. Nos últimos anos, tem havido um aumento assustador do desemprego no campo.

Com o aumento do desemprego, esses trabalhadores que antes eram assalariados, repito, sobretudo os que trabalhavam no setor sucroalcooleiro, que empregava muita mão-de-obra, transformaram-se em gerações sem oportunidade nem sequer de ser exploradas como assalariados. A única coisa que lhes resta, nas áreas de cana-de-açúcar, é se organizarem e lutarem pela reforma agrária.

Consideramos que a Contag deu e tem dado uma contribuição importante ao País no sentido de lutar pela redemocratização, de combater aquele regime ditatorial, discriminatório e no processo da reabertura democrática. Continuamos, juntamente com os outros segmentos da sociedade, lutando para construir uma sociedade em que as desigualdades sociais diminuam, em que a renda seja distribuída e onde as pessoas possam viver no campo com dignidade.

O que temos assistido, das milhares e milhões de famílias que migram do campo para a cidade, é que elas têm uma vida, em sua grande maioria, pior, porque, de agricultores que poderiam trabalhar, plantar para se alimentar com algum excedente, elas vão inchar as grandes cidades, contribuindo com o processo de aumento da violência. E esse tipo de sociedade não interessa a nenhum de nós que temos responsabilidade.

Assim sendo, entendemos que o conjunto da sociedade e, sobretudo, as autoridades do poder público: Executivo, Legislativo e Judiciário têm um papel fundamental em garantir a realização da reforma agrária. Os números que temos mostram que é urgente a necessidade de investimento forte e definitivo para garantir a realização da reforma agrária.

No Brasil, um por cento dos proprietários tem em torno de 46% de todas as terras; quatro mil proprietários detêm oitenta e cinco milhões de hectares, uma média de vinte mil hectares por pessoa.

Dos quatrocentos milhões de hectares que são cadastrados como propriedade particular, apenas sessenta milhões de hectares são cultivados, cerca de 15% dessa área total. Isso significa que cem milhões de hectares não estão nem na faixa de utilização precária, mas estão inteiramente ociosos. E apenas esses cem milhões seriam capazes de garantir o assentamento de dois milhões de famílias. Isso seria, com certeza, um passo significativo para a reforma agrária brasileira.

Não havendo uma política definida de Governo para garantir a realização da reforma agrária, o acesso à terra e as políticas complementares para garantir que essas famílias vivam com dignidade no campo, é lógico que os conflitos sociais se acirram, porque todas as pessoas precisam viver.

Em nossa compreensão, Sr. Presidente, os trabalhadores que vão para a terra, que a ocupam, estão chamando a atenção das autoridades, mostrando

que ali existe um conflito, uma demanda de ação das autoridades competentes. A forma de diminuir esse processo dos conflitos sociais no campo é realizar ações concretas para implementar a reforma agrária. Na ausência dessas políticas e de uma definitiva reforma agrária, temos assistido aos conflitos nos quais, de um lado, ficam os trabalhadores que estão lutando para adquirir um pedaço de terra para dele sobreviver e, de outro lado, estão os proprietários amparados na Constituição, que lhes garante o direito de propriedade. Daí vem o conflito, a violência e os assassinatos.

Tomando como exemplo o Estado do Pará, temos, nos últimos cinco anos, cerca de 20 lideranças sindicais não apenas ameaçadas, mas assassinadas. Embora exemplificando com o Estado do Pará, enfatizo que essa violência é generalizada. Em todos os Estados, temos registrado assassinatos em conflitos envolvendo trabalhadores que lutam pela terra e proprietários que defendem seus direitos de propriedade.

O Pará é sempre tomado como exemplo por ser emblemático: é o Estado no qual ocorre a maioria dos casos. Temos cerca de 20 assassinatos de liderança sindical, não estou incluindo todos os trabalhadores. Desses 20 assassinatos, cerca de 16 processos nem sequer foram concluídos. Temos uma lista de 40 lideranças sindicais ligadas à Contag que estão ameaçadas, marcadas para morrer. Não podemos dizer que isso é invenção porque elas estão morrendo.

Tivemos, por exemplo, o caso do Dezinho, que era presidente do sindicato. Ele foi assassinado, e a mulher dele assumiu a presidência do sindicato; novamente os latifundiários mataram o tesoureiro do sindicato. Disseram que iam matar uma pessoa próxima à dela – ela assustou-se pensando que fosse o filho – e mataram o tesoureiro do sindicato. Nessas condições, qualquer um que virar presidente do sindicato vai morrer. Quer dizer, é uma violência planejada, direcionada.

E todos sabemos que existe claramente mobilização de fazendeiros, de grandes proprietários de terra que se articulam de norte a sul do País com o objetivo de defender suas propriedades, e, para isso, não medem as conseqüências. E as conseqüências mais drásticas se encontram nos trabalhadores, que finalmente são assassinados.

Diante de um fato como esse, é indispensável que as autoridades cumpram seu papel, cada um na sua fronteira. Entendemos que o Executivo precisa elaborar um plano real de reforma agrária. O Legislativo precisa criar leis e aprovar os recursos. Por exemplo: o Presidente Lula apresentou, no final do ano passado, um plano para assentar 530 mil famílias em quatro anos. Para este ano, está previsto assentar 115 mil famílias. Para isso, sabemos que, apesar de ter sido anunciado, há uns 15 dias, a liberação de R$1,7 bilhão para reforma agrária, sabemos que isso é recurso, verba suplementar, que depende de aprovação do Legislativo, senão não pode ser utilizado. Então, entendemos que, neste momento, cada seguimento precisa cumprir a sua parte.

Uma outra questão importante a ser considerada é que esta CPI realize de fato uma investigação de tudo. Não temos, por exemplo, nenhum receio de dizer o que estamos dizendo e contribuir com o que for de nossa parte, para que as coisas vão até o fundo. Agora, o que achamos que deve sair como resultado da CPI é o avanço das ações para a reforma agrária, é a punição dos culpados do processo.

Sobre a indagação que me fez o Presidente a respeito dos conflitos entre o MST e a Contag, achamos que é necessário que sejam separadas as coisas. Temos um conflito principal que precisa ser resolvido, entre os latifundiários e os trabalhadores sem terra, sejam eles da Contag ou do MST, porque temos centenas de mortes que ocorreram injustamente, sem resposta do ponto de vista do Poder Público para a punição e para a resolução dos conflitos.

Sobre os conflitos entre os movimentos sociais, não vou dizer que sejam normais, deveriam não ocorrer de nenhuma forma. Mas é verdade o que saiu na imprensa. Eu falei para a imprensa, e temos cotidianamente sugerido que, a cada dia, é preciso que as lideranças nacionais se sentem para discutir os problemas internos entre a coordenação e a base. Agora, os nossos conflitos nós resolvemos; quanto aos conflitos entre os latifundiários e os trabalhadores sem terra, que precisam de resposta, nesse caso, precisa de fato o Poder Público atuar de forma muito firme.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para não perder a oportunidade, indago quais as diferenças entre a reforma idealizada pela Contag e a idealizada pelo MST e se há diferenças estratégicas também entre essas duas entidades.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Quero me referir a um ponto que V. Exª citou relativo ao caso de Catende. Temos uma compreensão um tanto diferente, e acho que isso não são diferenças que aprofundam um instrumento de conflitos maiores entre a Contag e o MST.

No caso de Catende, a posição da Contag e da Fetape é que podemos e devemos fazer desapropriações de extensão de terra como nesse caso, que é usina falida, em que os trabalhadores estão, tanto os do campo quanto os da indústria. Depois que os trabalhadores se juntaram e que, por uma decisão judicial, se expulsaram os usineiros, já faz oito anos que os trabalhadores continuam no local. A usina continua

produzindo cana, moendo, pagando salário a parte dos trabalhadores tanto do campo quanto da indústria, e parte dessas terras foram utilizadas também pelos trabalhadores que hoje não são mais assalariados, mas produtores, plantam cana, fornecem para a usina, fazem a diversificação da cultura. Temos na região hoje quase duas mil cabeças de gado, criadas por esses trabalhadores que hoje controlam a usina – são 25 mil hectares de terras e uma unidade industrial.

A nossa compreensão é que o processo de reforma agrária pode trabalhar com parcelas divididas e organizando os trabalhadores coletivamente para produzir, como pode manter uma área semelhante à de Catende, sob domínio dos trabalhadores, com um planejamento do que plantar, de como industrializar, e nada de preconceito com relação a produzir ou não açúcar.

Entendemos que o problema está com quem fica o resultado. Ocorre grande diferença e discordância quando os trabalhadores são explorados economicamente e quando esse fruto do trabalho fica às vezes para um empregador. Não estou generalizando, temos muitos empregadores que são importantes; a geração de oportunidades de trabalho é importante também para os trabalhadores, mas sabemos que existem muitas relações de trabalho em que quanto mais o empregador puder explorar melhor.

Entendemos que é importante que se faça também a manutenção de conglomerados controlados pelos trabalhadores sem ter que fazer a divisão em parcelas. Há essa discordância, no caso de Catende. Os companheiros que lá estão coordenando o movimento acham que só será reforma agrária se dividir, acabando com a cana e com a indústria, com os trabalhadores. É nesse aspecto que está a nossa diferença pontual, do ponto de vista de modelo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me solicitar um esclarecimento do exemplo citado. V. Sª mencionou que há uma diferença entre os que desejariam dividir a terra e os que prefeririam que permanecesse a exploração da cana-de-açúcar e a usina. Gostaria de conhecer os pontos de vista pormenorizados do MST, da Contag e dos trabalhadores que lá estão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – O ponto de vista dos trabalhadores que lá estão é o de que se deve manter o patrimônio da usina, das terras e da indústria; de que haja uma política pública de investimento para manter aquelas terras produzindo e a indústria funcionando, pois, dentro de um modelo de desenvolvimento, entendemos que é impossível produzir sem saber como transformar e qual será a entrada desse produto no mercado. Lá, já se tem 25 mil hectares de terras e uma usina que pode perfeitamente continuar produzindo.

Ocorre que a usina estava num processo de falência exatamente por dificuldades operacionais. Os trabalhadores puxaram essa usina durante oito anos. Há uma necessidade urgente de se ter uma política de investimento. É preciso definir o processo final da falência e haver uma política de investimento, de modernização do sistema da indústria, mas não realizar o processo de falência no sentido de acabar com a usina, dividir essas terras, para cada um ter o seu lote e vender cana para outros, já que existe um sistema que pode operar a transformação aqui.

É essa a posição dos nossos companheiros que coordenam o sistema da Usina Catende.

Os companheiros do MST não concordam com essa posição, porque acreditam que a Catende deve seguir o exemplo dos outros assentamentos existentes na Zona da Mata que foram loteadas para cada família.

Outro exemplo muito próximo é o da Usina Central Barreiros, que já havia sido fechada totalmente. Nela, foram desapropriados 17 mil hectares pelo Incra e foi feito o assentamento, divididos os lotes entre os trabalhadores que, mesmo estando na área, estão cortando cana porque não têm um plano de trabalho, como produzir e manter esse processo com um planejamento organizado, em conjunto com os trabalhadores.

Estamos chamando a atenção do Incra local, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do próprio Presidente Lula, no sentido de que precisamos ter um plano para a Catende, para a Central Barreiros e para todos os outros conglomerados semelhantes, sem, é claro, deixar de planejar os outros assentamentos, mas esses são exemplos concretos de locais onde os trabalhadores querem manter e controlar uma unidade industrial.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Aproveito a oportunidade para solicitar ao Presidente da Contag a relação dos diretores de sindicatos que foram assinados, se possível, para que a CPI possa indagar do Poder Judiciário o estágio do processo judicial, se as providências foram adotadas, se os familiares das vítimas estão sendo devidamente protegidos. Essa relação é importante para o trabalho da CPI.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Com certeza, Sr. Presidente. Encaminharemos essa relação. Também poderemos informar as lideranças que estão sendo ameaçadas. Mas, em relação aos que ainda não foram assassinados, nossa dúvida é se essa lista ajudará, dará proteção, ou se eles ficarão mais expostos.

Em relação aos que já foram assassinados cujos processos ainda não foram concluídos, nós vamos, sim, fornecer para a CPI sem problemas. Eu gostaria não só de falar das divergências que temos em relação ao MST, mas também do que nos une, porque não estamos aqui para deixar de apontar caminhos e como o conjunto dos movimentos poderá trabalhar e contribuir no processo de transformação social que é necessário no campo brasileiro.

Em primeiro lugar, acreditamos que os objetivos do MST são os mesmos da Contag em termos de reforma agrária. Eles e nós entendemos que a reforma agrária terá de ser feita; enquanto não for feita, não haverá quem segure o processo de conflito no campo, porque as pessoas precisam viver e, onde não há outra forma, vão buscar de fato a oportunidade de trabalhar na terra.

Outro elemento que nos une é que a agricultura familiar precisa ser fortalecida. O Brasil precisa compreender que a agricultura familiar é um segmento estratégico importante não só para sanar os conflitos no campo, mas para garantir parcela significativa da população brasileira, que são os trabalhadores rurais, que hoje perderam a condição de ser gerentes de seu negócio, de viver com dignidade.

Entendemos que é uma condição que não custa muito. Se compararmos o custo das ocupações produtivas geradas no campo com a indústria, com certeza no campo esses postos de trabalho são muito mais baratos.

Outra coincidência, ou seja, outra visão unitária entre MST e Contag é que o Brasil não pode continuar tendo uma preferência quase exclusiva pela agricultura para exportação, produzida em grande escala. Não temos dúvida, pela extensão de terras do Brasil, pela quantidade de pessoas envolvidas no processo da agricultura, de que é possível viver em harmonia com o sistema de agricultura familiar forte, produtivo, com assistência técnica, com planejamento, com famílias de fato produzindo para o seu sustento e para a complementação da sua renda, no que diz respeito a salário tirado de seu próprio trabalho, e ainda não é necessário acabar com o sistema produtivo patronal.

O que não pode continuar acontecendo é apenas o foco de que a agricultura patronal é o sucesso. Por que a agricultura familiar não tem sucesso? Porque nunca teve prioridade, planejamento, assistência técnica nem crédito na hora.

Com todo o esforço da Contag, conseguimos negociar o Pronaf a partir de 1995. Hoje o Governo Lula prometeu 5,4 bilhões. Para 4,5 milhões de estabelecimentos isso é nada. É alguma coisa se comparado com o que não existia; hoje há pelo menos a visão do Governo para tratar, de forma diferenciada, uma política para agricultura familiar.

A necessidade de se avançar é muito grande. Dar crédito também ao trabalhador que não tem condições de pagar assistência técnica, pois não há um sistema público de assistência técnica. Muitas vezes você entrega o dinheiro na mão dele, que nem sabe como utilizar.

Entretanto, não podemos estabelecer isso como responsabilidade do trabalhador. É responsabilidade pública, porque cabe ao Estado dispor um sistema de assistência técnica que funcione, que trabalhe o processo da agregação, que faça com que essa agricultura se desenvolva.

Perguntamos: por que a agricultura familiar deu certo nos outros Estados que se desenvolveram e não dá no Brasil? Porque aqui nunca houve política séria nessa direção. Onde houve política séria de organização, de assistência técnica, investimento deu certo. Aqui não é diferente do resto do mundo.

Então, esses são elementos semelhantes entre o MST e a Contag. Nós fizemos a Carta da Terra, que são dez pontos de convergência. Creio que a maioria de V. Exªs conhecem as propostas. Se compararmos as nossas convergências com as nossas divergências, veremos que são extremamente insignificantes. A cada dia, como temos dito, as lideranças têm que ter cada vez mais responsabilidade de não deixar que seus liderados entrem em conflito. É papel da liderança trabalhar para evitar esse tipo de coisa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, é a propósito do último comentário do Presidente da Contag, que é uma instituição respeitável. Pessoalmente, tenho uma convivência de muitos anos com a instituição. Vários pernambucanos a presidiram.

Tenho uma importante comunicação a fazer para esta Comissão. Na verdade, trata-se de uma carta do Governador de Pernambuco endereçada ontem ao Senhor Presidente da República nos seguintes termos:

Cumprimentando-o cordialmente, gostaria de reafirmar a preocupação do Governo de Pernambuco com o quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras neste Estado. É importante ressaltar que, apenas entre março e abril deste ano, ocorreram 55 invasões, onde se estima existirem centenas de famílias acampadas atualmente.

O empenho do atual Governo no sentido de apoiar os assentamentos existentes no Estado e já legaliza-

dos, fornecendo infra-estrutura e poços artesianos, pequenas barragens e energia elétrica, é conhecido. Da mesma forma, mantemos na Secretaria da Produção Rural de Reforma Agrária equipes permanentemente disponíveis para o diálogo com os movimentos sociais do campo.

Infelizmente, no entanto, o que se vê no momento presente é uma coincidência profundamente preocupante e desafiadora: de um lado a insubordinação à lei por parte do MST; do outro a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da reforma agrária, o Incra, no encaminhamento das questões da sua responsabilidade.

Para culminar, a imprensa pernambucana registra, na data de hoje, a declaração de um dos coordenadores do MST no Estado, Alexandre Conceição, no qual diz textualmente, referindo-se à marcha dos sem-terra na próxima sexta-feira, dia 16: "Nossa intenção é ocupar o Incra, o que já é habitual e aceito. Se conseguirmos, faremos o mesmo com o Palácio do Governo."

O Governo de Pernambuco, Sr. Presidente, mantém-se disposto a ajudar, no que for possível, o Governo de V. Exª a dar um melhor encaminhamento ao problema do campo e faz um apelo no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas para reduzir a tensão estabelecida na área rural, mas não vai se furtar a enfrentar, de forma adequada e decidida, como sempre o fez, movimentos que, ao arrepio da lei, desejam desafiar o Estado, a autoridade de direito, e desmoralizar a autoridade pública.

Na oportunidade, renovo os votos de estima e consideração.

Esses são os fatos que demonstram a absoluta ausência deste Governo sob quaisquer aspectos: político, operacional etc. Para toda e qualquer situação em que se promova a visão exata dos acontecimentos há a ausência absoluta de atuação deste Governo Federal, que é moroso e incompetente não apenas em relação à reforma agrária. Nesse caso, a situação é explosiva. É preciso tomar providências urgentes para as quais, imagino, nossa CPI tem uma importante contribuição a dar. Esses são os fatos. Não adiantam explicações, os fatos estão demonstrados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra, indagamos se V. Exª sugere alguma providência que a CPI possa tomar neste momento em relação a esse fato específico de Pernambuco, com o anúncio de uma eventual invasão ao Palácio do Governo em seu Estado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, gostaria de refletir um pouco mais.

Hoje cedo, recebi um telefona do Governador dando notícia dessa sua carta ao Presidente Lula. Imagino que alguma providência tenhamos que tomar. É um exagero, as coisas estão fora do limite. Não há nenhuma autoridade reconhecida. Se uma liderança do MST ameaça, de forma concreta nos jornais, que vai invadir o palácio do Governo de um Estado brasileiro, é preciso uma urgente definição e atuação de todos. Sou a favor da reforma agrária, a vida toda fui a favor; defendi-a muitas vezes. Fui defender greves de trabalhadores rurais em Pernambuco, mas essa desordem está fora do limite. Não há autoridade nenhuma encarando esse assunto, que fica nos limites da defesa da autoridade do Governador, cuja integridade agora está ameaçada pela predominância do setor público sobre o Palácio do Governo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Desejo somar minha preocupação à do Senador Sérgio Guerra.

Uma grande preocupação tomou conta desta sala quando o Sr. José Manuel dos Santos disse que as invasões vão continuar. É uma questão de desespero do trabalhador, para fazer prevalecer o seu direito! Então os crimes que estão sendo cometidos continuarão a sê-los.

Gostaria de indagar o seguinte: e o desempregado, ou outro trabalhador que não está filiado ao MST, nem à Contag, nem a nada, vai participar do tráfico de entorpecentes para chamar a atenção do Governo para a injustiça social contra o trabalhador? As quadrilhas vão continuar sendo formadas em nome justamente do combate à injustiça social? Estamos à beira da desobediência civil e da anarquia neste País. Essa é a grande verdade que estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É. O Presidente da Contag solicita a palavra para fazer comentários a respeito da intervenção do Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo-lhe a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exª perguntou ao Senador Sérgio Guerra se poderíamos tomar alguma providência, uma vez que um dos coordenadores nacionais do MST — há vários — esteve aqui. Eu mesmo fiz perguntas a ele a respeito da declaração de um dos coordenadores em Pernambuco, Jaime Amorim, e ele disse que aquela declaração não havia sido a mais adequada.

Procurando cooperar, vou tomar a providência, se possível ainda durante esta reunião, de conversar com o João Pedro Stédile, para ver que medidas po-

deria esta CPI tomar com respeito à preocupação do Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª pode falar em nome desta Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não! Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é que retomemos o trabalho da CPI, porque foi noticiado aqui o assassinato de vinte sindicalistas com mandato eletivo no Pará e outros. Aí vem essa cortina de fumaça! Duvido que o Governador esteja com medo de perder o mandato, porque o Palácio dele foi invadido, mesmo porque a Constituição lhe dá instrumentos de defesa do Palácio.

Então a primeira coisa que ele tem de fazer é usar as instituições que garantem o mandato que lhe foi dado para a mantê-lo dele democraticamente.

Toda vez que se discute reforma agrária neste País, faz-se um alarido. Diz-se que há uma anarquia. O Governo já não tem controle de nada. Vi isso em 1964. Os mesmos que levantavam essa questão naquela época continuam levantando-a em 2004. Produzir cem milhões de toneladas de grãos é pouco considerando as terras que o Brasil tem. Diz-se que "estamos produzindo muito", agradecemos a produção àqueles que produzem, não àqueles que só têm reserva como terra.

Então queremos discutir. E a questão de ordem, Sr. Presidente, é a violência, é o assassinato daqueles que querem a reforma agrária para poder viver também, para não vir para as periferias da cidade para serem assassinados. É isso o que queremos discutir. Agora, passam décadas, passa meio século, e porta-vozes do latifúndio vêm dizer que há um risco, que o País está virando uma anarquia. Isso é brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Presidente da Contag.

O SR. SÉRGIO GUERRA – Sr. Presidente, não há "cortina de fumaça" alguma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra, só um momento! Pediria aos Srs. Parlamentares, em nome da boa condução dos trabalhos, e para que o depoente tenha oportunidade de expressar o seu pensamento e apresentar as suas sugestões, que limitem o pedido de questão de ordem, porque a Presidência, evidentemente, não pode antecipar qualquer julgamento a respeito do cumprimento do Regimento quando se solicita a questão de ordem.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, só para concluir: não discutimos aqui a urgência da reforma agrária, a necessidade da reforma agrária, o papel da Contag e de outras instituições. O que estamos afirmando é uma questão de extrema gravidade. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ameaça publicamente a invasão do palácio de um governo instituído e eleito neste País. Se essa não for uma situação concreta e exata que exija o exame e a atenção de todos nós, não haverá mais situação nenhuma que o faça.

Claro que é injusto e inaceitável que trabalhadores estejam sendo assassinados, é evidente que é preciso fazer a reforma agrária, a solução é a reforma agrária, não é o combate às instituições que elas desejam, mas efetivamente não dá para aceitar uma situação dessas, como não daria, como advertiu aqui o Senador Juvêncio da Fonseca, para aceitar a generalização desse tipo de demanda, porque assim como trabalhadores rurais têm demandas historicamente reprimidas, trabalhadores de outras categorias têm também as suas demandas.

Estamos num País incendiado pela violência e por vários focos de tensão social. Se formos admitir que situações dessas representem cortinas de fumaça, estaremos nós, sim, olhando para baixo, e não para cima.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu pediria mais uma vez que os colegas tenham a noção exata de que o Regimento possibilita os pedidos de questão de ordem, mas é preciso que exista realmente alguma questão de ordem para que a Presidência possa deliberar sobre ela, a fim de que possamos – repito – ouvir o depoente.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, na verdade, estamos tomando depoimentos. Gostaria de chamar o feito à ordem, retomando-o. Se houvesse algum requerimento com necessidade de deliberação da CPI, aí sim.

Entendo que o Senador Sérgio Guerra fez a leitura de uma carta que considerou grave, do Governador do Estado de Pernambuco ao Presidente da República. S. Exª mesmo perguntou se havia sugestão de alguma providência à CPMI, mas o Governador pediu um tempo para fazer uma reflexão acerca disso, o que gerou, evidentemente, outras opiniões.

Creio que poderíamos voltar ao leito normal, até porque contamos com a presença do Presidente da mais importante Confederação de trabalhadores do Brasil, que congrega algo em torno de 25 milhões de

agricultores. Com base no depoimento dele, tomaríamos – vamos dizer – as opiniões adequadas.

Então, solicito a V. Exª que se retome esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É o que estou propondo.

O Deputado havia solicitado uma questão de ordem. Se ainda insistir, democraticamente tenho o dever de conceder. Depois retornaremos, então, ao depoente para que ele possa, inclusive, abordar o questionamento do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, todos somos sensíveis à questão da reforma agrária e deveremos, com certeza, punir de forma severa aqueles que cometeram assassinatos de produtores rurais, mas é preciso que não percamos a fé no Governo que é capaz de fazer uma reforma agrária pelas leis que temos no nosso País.

Se começarmos a fazê-la com base em violência, em invasões, afrontando a lei, com certeza haverá a reação em sentido contrário, que levará a conflitos. Esse ponto tem que ser mencionado num momento em que há um Governo que se põe na posição de resolver esse problema da reforma agrária. Acredito que o MST começa a buscar uma forma fora da lei, que são as invasões e as agressões, o que acaba tendo o efeito contrário de agressões e violência no campo, que não servem nem para a agricultura familiar nem para o agronegócio, e o Brasil precisa dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência agradece a colaboração dos Srs. Senadores e Deputados.

Indago do Senador Sérgio Guerra se S. Exª considera importante que esta Comissão designe representantes para acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos em Pernambuco, em função da gravidade relatada por S. Exª.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Então, V. Exª pode manter contato com os seus colegas e verificar quem gostaria de integrar esta Comissão, juntamente com V. Exª.

Com a palavra o Presidente da Contag.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – O Senador Juvêncio da Fonseca se refere a nossa afirmação de que, enquanto não houver a reforma agrária, a luta dos trabalhadores continua e de que, não havendo a reforma agrária, é claro que os trabalhadores se manifestarão com aquilo que está ao seu alcance, que é ir para a terra, garantir a desapropriação e que a reforma agrária seja feita. Pergunta se os trabalhadores que não são liderados pelo MST e pela Contag usarão do tráfico de drogas etc.

Penso que essa é uma vinculação um tanto perigosa. Primeiro porque são coisas diferentes. Estamos chamando a atenção das autoridades para que tenham uma ação concreta de garantir ao trabalhador espaço, terra, planejamento e crédito, para que ele viva, para que seus filhos não se transformem em drogados e as suas filhas em prostitutas, o que tem sido o resultado para a maioria dos trabalhadores que migram do campo para a cidade.

O que está acontecendo hoje no Rio de Janeiro, lamentavelmente, não tem nada a ver com a Contag nem com o MST, mas com o modelo de sociedade em que vivemos. Se tivéssemos feito a reforma agrária há cinqüenta anos, com certeza muitas pessoas que vivem nos morros não estariam naquela situação.

Temos que olhar por outro viés. O que chama a atenção das autoridades? Os trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra, as organizações que têm a responsabilidade de coordenar e que vêm aqui para dizer às autoridades, não agora – já temos visto muitas vezes –, aos sucessivos Governos nos Estados, em âmbito nacional, que esta é uma ação premente. Não adianta apenas o processo de usar a Polícia. Fazer somente CPI não resolve, mas é importante a investigação para coibir os principais causadores do problema. Porém, não podemos admitir que uma CPI como esta seja apenas para incriminar trabalhadores, o que seria um foco equivocado para a solução do problema.

Senador Sérgio Guerra, é muito importante o registro da carta do Governador. Parte da preocupação é nossa, mas vamos além das observações do Governador. Penso que faltou na carta algo que poderia ter sugerido ao Presidente da República, qual seja, sugerir ao Governo Federal e ao governo estadual que, juntos, façam um planejamento para avançar nas ações da reforma agrária e nas políticas de atendimento aos trabalhadores daquele Estado. Enquanto não houver isso, ficaremos naquele jogo de empurra: o Estado diz que a responsabilidade é federal, e o Governo Federal diz que a responsabilidade é do Estado, mas quem "paga o pato" são os trabalhadores.

Tenho a sorte de ser de Pernambuco também e conheço aquela realidade. Se alguma liderança do MST disse que invadiria o Palácio, isso foi uma ameaça. Estive em Pernambuco na semana passada, inclusive nos reunimos com o Secretário da Agricultura, o Sr. Gabriel Maciel, com o Superintendente do Incra e fizemos essa proposta de que é indispensável reunir as autoridades do Governo Federal e do Governo do Estado para fazerem um planejamento para aquele Estado. Não é só o Governo Federal que precisa avan-

çar; é preciso que se diga que o Governo do Estado também não tem uma proposta de atendimento.

Como nós mostramos isso concretamente? A Contag defende que as políticas de aquisição de terra não devem se restringir apenas ao sistema de desapropriação. Negociamos o chamado crédito fundiário, que é um crédito complementar, para que as terras abaixo da linha de desapropriação prevista na Constituição possam ser adquiridas.

Negociamos isso no governo passado, esse crédito existe e Pernambuco é um dos Estados que mais avançou, sob a coordenação da Fetap, para mobilizar os grupos, para fazer o processo de capacitação.

Agora, Senador, falta a parte do Governo do Estado, porque esse programa é coordenado pelo Dr. José Arlindo, da Secretaria de Planejamento, e falta empenho no sentido de avaliar essas áreas que estão indicadas. No ano passado foram 105 grupos formados em Pernambuco para compra de terras pelo crédito fundiário e que foram capacitados, identificaram as propriedades e apresentaram para a secretaria de planejamento. Desses 105 grupos tivemos apenas cinco que conseguiram a terra. Na semana passada, estivemos discutindo com o superintendente do Incra e com o Dr. Gabriel que isso não se justifica. Pernambuco está com R$6 milhões – o que é pouco –, desde o ano passado, à disposição do Estado para discutir e aplicar na infra-estrutura para a região da mata sul, onde os assentamentos estão abandonados, e não se conseguiu gastar.

O que quero dizer é que não estamos aqui para defender nenhum governo, mas para dizer que a responsabilidade do Governo Federal e dos Estados são semelhantes e enquanto não houver um planejamento integrado os trabalhadores continuarão pagando o pato. Não podemos fazer essa discussão só pelo foco da periculosidade que representa para aos trabalhadores.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento por ter sido citado. A Fetap, em Pernambuco, é uma instituição respeitável com a qual tenho uma convivência muito grande. Vários dos seus ex-presidentes são meus amigos e não tenho a menor dúvida sobre a consciência construtiva da Fetap, mas devo reconhecer que há uma tradição de inoperância e incompetência no Incra local. Fui, durante oito anos, secretário do Governador Miguel Arraes, um aliado da reforma agrária, e um dos problemas centrais da atuação do governo era o Incra. Sou amigo do Governador Jarbas Vasconcelos, seu aliado, e o Incra de Pernambuco é um horror.

O secretario de planejamento do Governo de Pernambuco, Dr. José Arlindo, é ligado aos movimentos sociais. Então, não se deve debitar à Secretaria de Planejamento – tenho absoluta convicção e vou apropriar mais dados sobre isso – problemas na reforma agrária, até porque a responsabilidade por conduzir o processo de reforma agrária é do Governo Federal, que tem instituições, meios e financiamento para isso. Um fato concreto é que o Incra de Pernambuco esteve dirigido por pessoas conservadoras, atrasadas e muitas vezes inoperantes, foi objeto de grande disputa política no atual governo e está lá sem fazer coisa alguma. Inclusive é uma instituição ameaçada de invasão, o que é usual, refletindo o julgamento que os trabalhadores têm do Incra.

Agora, não pretendo dificultar o encaminhamento desta CPI, que se conduz com equilíbrio. Entendo as razões do Relator, que está fixado no padrão de seu trabalho, mas nós, na Comissão Parlamentar de Inquérito, não podemos fazer de conta que não existe nada de grave, de novo, de relevante acontecendo neste momento no Brasil. Há um processo que deve ser contido.

Autoridades e lideranças não podem anunciar o descumprimento da lei publicamente, como acontece agora. Se um governo de um Estado conflitado como o nosso não afirma a sua autoridade completa e permite que ameaças de invasão – que não acontecerão com certeza, porque Pernambuco tem governo e autoridade, poderá não ter em outros lugares mas lá terá – sejam divulgadas publicamente como fatos aceitos, estaremos decretando aqui o desgoverno total deste País. Essa é a nossa repulsa e o nosso firme encaminhamento.

Estou encaminhando uma comissão com o Deputado Caiado e com o Senador Suplicy. Formaremos uma comissão para acompanhar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a concordância dos colegas, a Mesa defere a constituição dessa comissão e a designa para representar o Congresso Nacional. Assim que forem apresentados os nomes, definiremos a designação para representar o Congresso em Pernambuco neste episódio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de informar, dada a relevância do assunto, que o Coordenador Nacional do MST está esclarecendo que a declaração do Sr. Alexandre Conceição foi, inclusive por ele próprio, desmentida, no sentido de que a manifestação será defronte ao prédio do Incra e ao Palácio, sem qualquer intenção de ocupá-los. Já que essa era a preocupação principal e como houve

um mal entendido, estou solicitando ao próprio Gilmar Mauro para esclarecer ao Senador Sérgio Guerra. Assim desanuviaremos esse ponto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para encerrar esse episódio, a fim de que possamos prosseguir com os trabalhos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, assim como Stedile, também Manuel José dos Santos, aqui presente, quando indagado sobre o que afirma, ameniza, doura a pílula. Ele afirmou categoricamente que vão continuar as invasões. Somos contra essa prática, que é o cometimento de crime contra propriedade particular. Invasão de terras é crime contra o patrimônio. Isso não pode continuar.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Questão de ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de continuar, é rápido. O Poder Executivo...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Trata-se de questão de ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, mas se eu por acaso fui contestado...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Relator que espere a conclusão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, mas eu fui contestado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – S. Exª foi citado pelo depoente e, naturalmente, está procurando responder. Peço a compreensão de todos para que, depois dessa intervenção do Senador Juvêncio da Fonseca, possamos iniciar o questionamento por intermédio do Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Considero importante a pressão no Executivo Federal. No ano passado, conforme se anuncia em toda a imprensa, houve uma arrecadação a maior em relação a 2002, de R$ 62 bilhões. Hoje está na imprensa do Brasil que houve, no mês de março, um superávit em relação ao mesmo mês do ano passado, de R$ 5 bilhões de arrecadação. E esse dinheiro? Vamos procurar esse dinheiro, porque assim talvez haja condição de se resolver o problema da reforma agrária que todos queremos. O que não queremos é o que eles querem: fazer invasão, cometendo crime. Isso não pode acontecer. Seria a desobediência civil, a anarquia neste País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – o Senador Arthur Virgílio, que é o principal responsável pela existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já que tomou a iniciativa de coletar assinaturas para a proposição desta CPI, honra-nos com a sua presença e pede a palavra. A Presidência, antes de passar a palavra ao Relator João Alfredo, concede com satisfação a palavra ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Cumprimento o Manuel dos Santos, o ilustre Relator, Deputado João Alfredo, e V. Exª, Senador Alvaro Dias, que é um companheiro muito prezado.

Quero apenas registrar que esta CPI começa a dar efetivos frutos, pois o debate e pluralidade aqui se manifestam. Hoje descobrimos uma nova forma de se obter a paz no campo, que requer três itens: primeiro, o espírito público do Senador Suplicy; segundo, a rapidez com que S. Exª age, a rapidez no gatilho; e, terceiro, o seu telefone. O telefone do Senador Suplicy virou arma contra a ilegalidade no campo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se o telefone puder contribuir para fazer uma reforma pacífica, vai fazê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Eduardo Suplicy continua, para satisfação da Casa, como um porta-voz autorizado do MST, fazendo essa interlocução. Com a palavra o Deputado João Alfredo, Relator desta CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente da Contag, antes de fazer minhas perguntas ao Presidente da Contag, queria me referir ao que falou há pouco o Senador Sérgio Guerra – sei que S. Exª não teve nenhuma intenção de me atingir – acerca de que não podemos fazer de conta de que nada acontece no País hoje.

Quero dizer que esta relatoria, inclusive quando elaborou o roteiro que foi aprovado por esta CPMI, incluiu o Estado de Pernambuco dentre os Estados a serem visitados – já tenho solicitado, por mais de uma vez, do Presidente a realização de uma reunião administrativa para traçar o roteiro de viagens –, até pela sua importância hoje com relação aos conflitos agrários.

Minha preocupação é de, neste momento, como Relator, a cada novo episódio – não é o caso de V. Exª, que fez a leitura de uma carta –, ficarmos jogando mais gasolina na fogueira. A atuação do Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, é irrepreensível por conta disso, porque toma uma atitude imediata até para esclarecer essa situação que preocupou V. Exª e o Governador do seu Estado. A minha preocupação também era essa. Na medida em que até aquele momento V. Exª não havia apresentado nenhum requerimento, que o fará – e aí voltaremos a debatê-lo – isso virou, vamos dizer, quase que um tema a perder o objeto desse debate hoje, em que queremos extrair a contribuição do Sr. Manuel José dos Santos, da Contag. Queria esclarecer isso. Todos – volto a dizer – temos nossas posições políticas

e ideológicas, mas tenho procurado, como Relator, muitas vezes, até me abstrair de emiti-las para funcionar muito mais como inquiridor das nossas testemunhas para fundamentar o relatório. Gostaria de fazer esse esclarecimento – sei que não é a intenção de V. Exª – para que não reste nenhuma dúvida do papel desta relatoria nesta CPMI.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Relator, eu já sabia, pelo Presidente Alvaro Dias, da intenção da Comissão em visitar o Estado de Pernambuco, considerado como um dos centros desse problema, um dos núcleos mais conflagrados no momento atual.

O fato concreto é que há uma denúncia, um discurso, uma matéria publicada em todos os jornais pernambucanos, no dia de ontem, na qual um representante do MST anuncia a provável invasão do Incra e do Palácio do Governo, desmentida em uma pequena nota que vi agora em **O Estado de S.Paulo**, absolutamente equivocada, na qual esse dirigente afirma que foi o Governo que inventou essa questão da invasão. Não foi o Governo que inventou. Esse dirigente que falou, em três entrevistas, para os três jornais pernambucanos. Entenda que a responsabilidade dos Senadores de Pernambuco é trazer uma questão desta relevância ao conhecimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que formamos no intuito de colaborar com o trabalho que considero vai ser muito bem sucedido da Comissão e do Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Muito obrigado. Vou fazer alguns questionamentos ao Presidente da Contag, que apontou, inclusive, como os melhores resultados desta CPMI o avanço na luta pela reforma agrária e a questão da resolução dos conflitos no campo. Se V. Sª puder anotá-los até porque há uma enorme lista de inscritos. Vou fazer todos de uma vez para que V. Sª possa respondê-los. Evidentemente, se houver réplica.

A primeira questão é esta: há uma curiosidade nacional em por que o Estado de Pernambuco – V. Sª é desse Estado – é o campeão no número de ocupações de terras. Todos sabemos que o mês de abril, há oito anos, desde a morte dos trabalhadores em Eldorado dos Carajás, é um mês de mobilização social. Há ocupações, marchas e manifestações em todo País e sabemos que o Estado de Pernambuco tem um número muito maior do que a média nacional.

Então, seria interessante que V. Exª pudesse até explicar, como natural daquele Estado, quais são as circunstâncias históricas, sociais, culturais e econômicas que levam a essa situação.

A segunda, ainda na questão dos conflitos no campo, como é que a Contag vê a atuação das organizações de proprietários? V. Sªs já se referiu, até questionado tanto pelo Presidente quanto pelo Senador Suplicy, acerca das diferenças e das convergências que se têm com o MST. Um caso isolado é a questão da ocupação e a destinação daquela área, bem como as convergências até definidas em uma Carta da Terra, que depois eu gostaria que fosse encaminhada para esta CPMI. Mas, qual é a relação da Contag com a organização dos proprietários rurais? Com a CNA – Confederação Nacional da Agricultura; com a SRB – Sociedade Rural Brasileira; com a União Democrática Ruralista, e com outras que V. Sª conhecer. Como se dá essa relação? Como a Contag vê a atuação dessas entidades?

Uma outra questão, Sr. Manuel dos Santos, que acredito ser importante para esse debate, na qual V. Sª tocou. Mas acredito que seja importante que possamos ter mais elementos por parte de V. Sª. V. Sª falou muito sobre a questão da agricultura familiar. São quatro milhões de estabelecimentos que temos hoje, no País. Hoje, a mídia dá destaque muito grande à agricultura empresarial, ao chamado agrobusiness ou agronegócio. Isso foi inclusive a tônica da fala do Presidente da UDR, localmente. E me chamou muito a atenção um dado que me pareceu não ter sido um dado muito consistente, do ponto de vista da geração de emprego, quando ele dizia que o agronegócio gera 37% dos empregos no País.

Parece que aí ele mistura, desde a grande empresa rural da área de pecuária e soja, por exemplo, até estabelecimentos pequenos da agricultura familiar. Se V. Sª pudesse estabelecer, até do ponto de vista, porque a tônica foi a questão da balança comercial - e não estou aqui desprezando isso - mas também do ponto de vista da geração de emprego e da produção de alimentos para o País, da agricultura empresarial e familiar.

Seria, digamos, uma pergunta importante para compreendermos como a reforma agrária se relaciona com o apoio à agricultura familiar.

Um terceiro aspecto, que é uma pergunta que tenho feito a todos que vêm aqui, é uma avaliação, até porque estamos fazendo um pouco essa comparação, até porque é objeto da CPMI realizar esse amplo diagnóstico e os projetos de reforma agrária, a avaliação que a Contag tem da reforma agrária, dos oito anos de Governo de Fernando Henrique Cardoso; o que houve de positivo e de negativo, nesse período e, agora, a Reforma Agrária nesse período de um ano e cinco meses do Governo Lula.

Seriam essas perguntas que eu gostaria de fazer a V. Sª, além de uma outra que me ocorre neste momento, sobre a questão ligada às lideranças sindicais que estão ameaçadas.

Entendo a preocupação de V. Sª em não fazer a divulgação dos nomes dos que estão ameaçados, mas pergunto: foram encaminhados às autoridades do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Secretaria de Direitos Humanos, das secretarias de segurança pública dos estados onde essas lideranças estão ameaçadas? Esse conjunto de perguntas cujas respostas eu gostaria de ouvir de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Presidente da Contag.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – O expositor responderá ao Relator e a seguir nós manteremos os blocos de três por pergunta?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Exatamente. O mesmo roteiro da reunião anterior.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – A primeira pergunta é por que Pernambuco tem tantos conflitos, por que tem esse número de ocupações de propriedades? A nossa compreensão é de que de fato Pernambuco é um Estado um tanto atípico, do ponto de vista das lideranças existentes nos diversos campos políticos. Creio que esse é um dos elementos.

Se verificarmos a história da organização sindical, da organização dos trabalhadores, Pernambuco foi um Estado sem nenhum tratamento diferenciado em relação aos outros e sempre esteve entre os estados que se mantiveram no foco da discussão das questões sociais. Esse é outro elemento.

No processo de foco maior de ocupações nesse momento, um dos elementos que levam a isso é exatamente a falta de um planejamento articulado do Governo Federal com o Governo do Estado que possa se antecipar aos encaminhamentos.

Falei, anteriormente, dos cento e cinco grupos que foram organizados pela Fetap para comprar terra pelo crédito fundiário, para que não seja preciso ocupar nem haver essas manifestações. É um crédito negociado pela Contag.

Entendemos que o Governo precisa ter uma política forte para desapropriar aqueles latifúndios cujos proprietários não querem vender nem se desfazer de forma nenhuma, mas entendemos que pode e deve haver uma política complementar de aquisição. Dos cento e cinco grupos que foram organizados, apenas cinco puderam concluir o processo de compra da terra. Isso gera uma demanda profunda.

Um exemplo diferente desse é o do Rio Grande do Norte, que, em vez de contemplar cinco grupos, comprou sessenta áreas com o mesmo programa de crédito fundiário. Se há comparação de uma realidade com a outra, existe naquele Estado um problema que está de fato presente. E, somando-se isso à crise estrutural que envolveu todo o processo de transição dos antigos assalariados para desempregados que hoje vivem na periferia, passando fome e morando naqueles morros da mata sul, é claro que vai haver um problema, uma manifestação do povo no sentido de que as autoridades façam alguma coisa.

Nessa direção, a CONTAG tem não apenas acompanhado e coordenado as organizações dos trabalhadores através dos sindicatos e das federações, mas também ido lá. Na semana passada, repito, estive lá e dissemos que era indispensável não discutir apenas com o INCRA, porque sobre os problemas e as ações de reforma agrária não pode ser atribuída a responsabilidade somente ao Governo Federal. O município tem uma responsabilidade, apesar, neste País, a maioria das prefeituras nem sequer dispor de secretaria de agricultura. Quando têm secretaria de agricultura é para fazer arrumação na chapa, arranjar mais gente para a chapa e ter um cargo; não existe política de agricultura na maioria dos municípios brasileiros. E não acreditamos que vamos avançar num processo de reforma agrária e de desenvolvimento no campo enquanto não se envolverem os três poderes: do município, do Estado e da União, para cada um cumprir seu papel.

Por isso estivemos lá, fizemos questão de que estivesse, na reunião, a representação desses três poderes. Das prefeituras, não foi ninguém; do Governo do Estado, chegou o Secretário de Agricultura já do meio para o final da reunião. Houve um encaminhamento importante, de que os R$6 milhões que estão à disposição do Estado desde o ano passado, alocados por este Governo, que dependiam de uma ação conjunta do INCRA com o Governo do Estado, serão gastos agora. Assinaram, na nossa frente, um termo de compromisso para utilizar o dinheiro que está lá desde o ano passado.

Entendo que, no caso de Pernambuco, o que justifica o maior foco de ação e reação dos trabalhadores mostra a necessidade de ir para lá o Governo Federal, o Ministro Rossetto, para se reunir com o conjunto do Estado e fazer uma programação. A Contag está disposta a ajudar, a Fetap também, mas não podemos ficar só observando os trabalhadores, porque fizeram tantas ocupações, e temos que agora sufocar essas mobilizações.

Para se ter uma idéia, em Pernambuco, que é um Estado estreito, mas muito longo, existem três realida-

des: a zona da mata, o agreste e o sertão. Na Zona da Mata existiram, no período do ágio do Pró-álcool, 45 unidades industriais, entre usinas e destilarias. Com o processo da crise, hoje existe apenas algo em torno de quatro usinas saneadas, com condições de trabalhar, independente da crise ou não. Mais de 12 ou 15 estão cambaleando, porque moem num ano, não moem em outro; a cana já não tem mais produtividade. Saiu subsídio público, então os usineiros não se prepararam para continuar fazendo a operação com os recursos que receberam ao longo de muitos e muitos anos.

Com essa quebradeira, sobraram menos de 20 indústrias que funcionam bem ou precariamente, e uma convulsão social presente, dos trabalhadores que estão desempregados.

Não tenho a menor dúvida de que devem se reunir as autoridades, envolvendo os municípios, o Governo dos Estados e o Governo Federal, para fazer um planejamento, e os parlamentares aprovarem aqui essa verba complementar que foi prometida agora, de um bilhão e setecentos milhões, pelo Governo Lula, que não se pode gastar enquanto não for aprovada no Legislativo, porque não está prevista nem no PPA nem no orçamento deste ano. Concordo com o Senador, estamos cobrando do Governo, mas existem vários segmentos que têm responsabilidade em atuar nesse processo.

O que pensamos da organização patronal? Acreditamos que todos os segmentos de categoria devem se organizar. É um direito dos trabalhadores se organizarem, como é também um direito dos empregadores, mas é preciso debater a forma de organização. Por exemplo, estamos aqui nesta CPI sob o argumento de que podemos ter uma convulsão social, uma perda de autoridade, porque está havendo ocupações de terra, por falta de uma política de reforma agrária. Não se trata de um problema só deste Governo, mas é um problema histórico.

Durante o Governo Lula, com todas as limitações, no ano passado – também não é novidade para ninguém – fizemos um acampamento em frente ao Ministério da Fazenda. Não pretendíamos desestabilizar o Governo ou criar caso, mas chamar a atenção para a necessidade de um plano de reforma agrária.

Apoiamos o Governo Lula, sim, mas em cima de propostas, que precisam ser, de fato, executadas.

O Governo tem hoje um plano de reforma agrária de 530 mil famílias, que deve ser assentado em quatro anos, e o consideramos interessante. Entretanto, se as coisas não começarem a acontecer a partir de agora, no final dos quatro anos, nada terá ocorrido. Não precisamos chegar ao final desse ano para fazer uma avaliação do que não foi possível ser feito. Por isso, estamos acompanhando o Governo, ajudando-o no que for possível, para que as ações aconteçam.

Agora, o nosso repúdio, a nossa denúncia e a nossa visão contrária são em relação à forma de os latifundiários se organizarem de norte a sul: fazem arrecadações, leilões e vão até para a imprensa dizer que estão capacitados e em condições de defender suas terras de qualquer forma. E não estão só dizendo; estão matando.

Quem está provocando o caos social? Os trabalhadores que estão morrendo ou os fazendeiros que estão matando?

Essa é a discussão que precisamos fazer. Não é ameaça. Só no Pará, houve a morte de 20 líderes sindicais da Contag nós últimos cinco anos. E os trabalhadores que estão morrendo são os capazes de criar a insustentação e a insegurança no País? Nós achamos que não. Não haveria ocupação se houvesse, antes ou durante, um plano de reforma agrária em que o conjunto das autoridades cumpra o seu papel.

O Legislativo precisa aprovar as leis que favoreçam a reforma agrária, bem como as propostas de crédito suplementar nessa direção. O Judiciário deve cometer, de fato, justiça, não fazendo uma atuação direcionada, como tem feito. Se pegarmos a atuação do Judiciário nos diversos processos de desapropriação que chegaram às barras da Justiça, vamos ver: primeiro, que o Judiciário concedeu, em menos de uma semana, a maioria das liminares de reintegração de posse; os processos de julgamento que já passaram por uma vistoria, por um decreto presidencial e que já estão na reta final para desapropriação, o Judiciário tem julgado o aumento do pagamento dessas propriedades. Hoje, comprovadamente, o preço das terras desapropriadas sob contenda judicial e daquelas que estão sendo adquiridas pelo crédito fundiário são muito superiores.

Então, o Judiciário protege, de forma muito visível, o latifúndio, que conta, como disse no início aqui, em média, com 20 mil hectares de terra para cada proprietário; estão nas melhores terras, receberam historicamente recursos públicos, podendo, inclusive, prevalecer-se de que são eficientes do ponto de vista da produção para exportação.

Temos que salientar também a outra pergunta do Deputado João Alfredo. Como se dá a relação dessa grande propriedade, mesmo a produtiva, do ponto de vista da sua função social? Precisamos discutir isso.

Entendemos que a função social da terra não pode ser apenas gerar divisas para a balança comercial, superávits para a exportação, enriquecer o proprietário e as pessoas que vivem em torno dessa propriedade.

A soja, hoje o foco prioritário, a grande vedete do desenvolvimento econômico no campo, é uma das atividades que menos emprega. É uma das atividades que gera muito superávit na balança, mas, do ponto de vista do resultado, da distribuição de renda no País, não tem função social, porque o resultado é concentrado, fica para o proprietário que emprega muito pouco.

Não defendo o fim desse modelo. No Brasil, procurou-se transferir o modelo de desenvolvimento para o campo, como fizeram os americanos. Entretanto, aplicam o modelo americano apenas em parte, para a grande propriedade. Nos Estados Unidos, o grande proprietário produz, mas o pequeno também. Foi feito um planejamento. Não há pequeno proprietário que passe fome nos Estados Unidos, como ocorre aqui. Por quê? Porque houve uma política que considerou tanto a grande quanto a pequena propriedade. Eles têm investimentos. Entretanto, tentam nos impedir de dar qualquer tipo de subsídio – é brincadeira! O Pronaf já foi citado nas discussões da Alca. O governo norte-americano exigia que fosse retirado. O Pronaf era uma política de subsídio para a agricultura familiar que tinha uma verba merreca de R$5 bilhões que nem sei se será aplicada. Os Estados Unidos têm modelo. O Brasil transportou o seu modelo de lá, mas aplicou apenas uma parte, somente para a grande propriedade.

Se colocarmos a agricultura familiar nas terras boas, com o apoio que tem recebido o agrobusiness, garanto que seremos capazes de aumentar muito a produção. Atualmente onde estão os empregos no campo? Grande parte da ocupação produtiva, de 80% a 85%, está na agricultura familiar. Há pessoas no campo produzindo, vivendo em função do trabalho. Dentre elas, 85% estão na agricultura familiar e não no agrobusiness.

Repito que não defendo o fim desse modelo, mas não o deixem como foco principal. É preciso, de fato, haver uma política que reforce e desenvolva a agricultura familiar.

Comparando a reforma agrária feita pelo Governo passado com a que está sendo realizada pelo atual, pensamos que o Governo passado poderia ter avançado muito mais, mas não o fez. O Governo Lula precisa fazer suas ações avançarem mais do ponto de vista operacional. O Governo disse qual é a sua meta: 530.000 em quatro anos, 115.000 este ano. Entretanto, lembro que, se os Incras não funcionarem, se não avançarem do ponto de vista operacional, porque são o braço operador do Governo na base, essa meta poderá não ser atingida.

Falando dos recursos que constam do Orçamento para este ano, lembro que, se não for aprovada a verba suplementar anunciada pelo Governo, de R$1,7 bilhão, o Governo não terá dinheiro para implementar a reforma agrária. É preciso ter um plano e também que a máquina funcione. É preciso também que o Legislativo compreenda o problema e aprove essa verba a fim de que possa ser aplicada na reforma agrária.

Apesar de sermos aliados do Governo Lula, ajudamos a elegê-lo, entendemos que, se este Governo não avançar na reforma agrária, não sei quem irá avançar, porque os Governos passados não avançaram. Sabemos que só poderemos avançar nesse processo se os trabalhadores vierem às ruas, dizendo onde estão suas necessidades, chamando a atenção das autoridades nos diversos segmentos. Não podemos dizer que o Governo Lula está avançado do ponto de vista da concretização das ações da reforma agrária por ter um plano que precisa ser executado. Para ser executado, os trabalhadores têm uma função, o movimento social tem uma função. O Executivo tem a função de fazer o plano; o Legislativo de aprovar a verba complementar; o Judiciário de deixar de atrapalhar – em muitos momentos, o Poder Judiciário tem atrapalhado. Estamos assistindo o Judiciário conceder liminar, sentença de reintegração de posse de assentamentos que foram feitos no Governo passado, com cinco anos, a pessoa já assentada, trabalhando, produzindo, criando seus animais. A Fazenda Rochedo, aqui em Goiás, é um exemplo disso.

Entendemos que, para que a reforma agrária avance, seja no Governo passado, seja nesse, é preciso haver um plano, recursos e a máquina operadora funcionando.

Por último, o Deputado indaga se apresentamos para as autoridades do Ministério da Justiça a lista dos companheiros que estão ameaçados. Passamos para os segmentos responsáveis tudo, tanto os assassinados quanto os ameaçados, pedimos a eles proteção, ação no sentido de não só dar proteção às famílias, mas punir os responsáveis. Não podemos continuar convivendo com casos como o de Margarida Alves, que era uma mulher Presidente do Sindicato que foi barbaramente assassinada: "esbagaçaram" a cabeça dela com um tiro de doze em casa, porque defendia a justiça do trabalho entre a usina e o trabalhador, defendia que os trabalhadores deveriam ter seus salários pagos, e o Judiciário brasileiro cozinhou esse processo vinte anos até que foi extinto. O executor comprovado, o mandante, que era o Zito Buarque, usineiro local, nunca foi para a cadeia. Esse é um fato emblemático, mas temos tantos outros.

Então vamos continuar clamando por justiça e pelo cumprimento do dever de cada autoridade neste País.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Só quero reforçar, Sr. Presidente – não farei mais nenhuma per-

gunta – aquele requerimento de V. Exª ao Presidente da Contag solicitando o encaminhamento de todas essas lideranças sindicais que foram assassinadas e, se possível, o acompanhamento jurídico desses casos, quer dizer, a situação jurídica de cada um desses casos, que é muito importante, porque está ligada ao problema da violência e da impunidade. Essa foi uma das questões levantadas – não sei se V. Exª se recorda – pelo Deputado Inaldo Leitão numa primeira reunião preparatória que fizemos. Então, eu gostaria de reforçar esse pedido.

Sinto-me satisfeito com as respostas do Presidente da Contag.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Iniciaremos, como fizemos na reunião anterior, a concessão da palavra a três Parlamentares. O depoente vai anotando as indagações para responder posteriormente, em bloco.

Há uma notícia que creio ser da maior importância e gravidade. A **Folha de S.Paulo** publica a posição do Governo a respeito da lei anti-invasão, que foi editada no ano de 2000. A medida provisória anti-invasão foi descartada definitivamente pelo atual Governo como um instrumento para frear as invasões de terra no País. Creio que é uma informação da maior importância.

Consulto esta Comissão se não deveríamos convocar já o Ministro Miguel Rossetto para, na próxima terça-feira, dar explicações a respeito dessa informação que traz a **Folha de S.Paulo**. Creio que, em função sobretudo dessa conflagração no campo, esse tipo de informação oficial que parte do Governo não serve aos propósitos de pacificação da área rural. Por essa razão, entendo, se os Srs. Senadores e Deputados concordarem...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Por que V. Exª não lê a matéria toda? Aí se diz que a medida anti-invasão não é eficaz. V. Exª lê apenas que o Governo não usa, mas não lê que ela não é eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O fato importante é que o Governo descarta a utilização dela.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não, V. Exª dá uma informação pela metade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que não cabe este debate do Relator com o Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Estou vendo que V. Exª lê uma parte e não lê outra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Permita-me concluir o que estou propondo. Creio que o que importa é que o Governo descarta a utilização da medida provisória; se é eficaz ou ineficaz, ouviremos do próprio Ministro. Portanto, cabe a esta Comissão debater com o Ministro a eficácia ou ineficácia dessa medida provisória. A sugestão que estamos fazendo é exatamente de ouvirmos o Ministro não só sobre esta questão, mas também sobre o que está ocorrendo neste momento.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Só uma questão de ordem para contribuir com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A palavra do Governo, neste momento, parece-me ser da maior importância em função dos fatos que ocorrem no campo.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Senador Álvaro Dias, só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Creio que a antecipação da convocação do Ministro Rossetto é oportuna.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não, com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – É extremamente legítima a propositura de V. Exª. A questão de ordem seria no sentido de dar seqüência aos trabalhos para as propostas serem votadas no final.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Creio que a sugestão de V. Exª tem sentido, mas ocorre que, quase sempre, ao final, não há o **quorum** regimental para deliberação.

Por isso, antecipamos essa matéria, e, se for do entendimento da Casa que deva ser deliberada neste momento, nós o faremos. Na verdade, já existe aprovação para a convocação do Ministro Rossetto, e a Presidência tem prerrogativa de determinar o momento da sua convocação. Democraticamente, a Presidência está submetendo à avaliação dos colegas, já que o nosso propósito é conduzir os trabalhos desta Comissão sempre de forma aberta e transparente. Poderíamos já ter determinado a data da próxima terça-feira para a audiência com o Ministro Rossetto.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, acredito que estamos em um mês bastante dinâmico neste debate da questão da reforma agrária, inclusive das mobilizações em nível nacional tanto das federações dos trabalhadores ligados à Contag como do Movimento Sem-Terra. Creio que estaríamos até nos precipitando ao antecipar a vinda do Ministro. Podem até surgir outros fatos e poderíamos solicitar a vinda do Ministro Rossetto posteriormente, porque outros fatos podem surgir durante este mês para também ser debatidos com o Ministério da Reforma Agrária. Portanto,

penso que não é necessária essa pressa para trazer o Ministro, uma vez que já está convidado ou convocado para vir a esta CPI. Trazê-lo na próxima reunião não seria interessante, e sim mais para a frente.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vou conceder a palavra pela ordem a todos que solicitaram, mas me permito, como condutor dos trabalhos, responder a cada questão de ordem formulada. Vou responder ao Deputado...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Se a minha questão de ordem fosse decidida, Presidente, e V. Exª tem condições de...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência está, democraticamente, fazendo a consulta sobre a sugestão de um convite ao Ministro Rossetto para a próxima terça-feira, já que, para a próxima semana, não há nenhuma audiência convocada. Ouviremos D. Tomás Balduíno no dia 27. Devido, sobretudo, à gravidade deste momento que estamos vivendo no campo, creio que não poderemos interromper o processo de audiências públicas desta Comissão. Por isso, sugiro realizar uma audiência, na próxima terça-feira, para ouvir o Ministro, dando-lhe a oportunidade de se manifestar, pois já ouvimos aqui vários depoentes criticando as ações do Governo relativas à reforma agrária.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, não vejo um abril dinâmico, mas violento, no qual o processo irradia nos setores urbano e rural e culmina com esse quadro de intranqüilidade, inquietação e angústia de toda a população brasileira.

V. Exª está sendo extremamente democrata, primeiro, porque os requerimentos já foram aprovados. Em segundo lugar, é prerrogativa da Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito definir a ordem daqueles que deverão vir aqui fazer exposições ou prestar esclarecimentos, fato que V. Exª explica com muita clareza.

No momento em que o Ministro da Reforma Agrária diz que uma medida provisória que está vigendo não é importante ou não traz resultados para inibir as invasões, é porque, infelizmente neste Governo, ela não está sendo cumprida. Quando ela foi cumprida, todas as estatísticas demonstraram exatamente a queda significativa das invasões que ocorreram neste Brasil. O que ocorre, no momento, é um quadro de desobediência civil instalada. E o pior, com a conivência das autoridades. Isso que é grave.

Então, penso que seria momentoso, atual, oportuno, que o Sr. Ministro da Reforma Agrária fosse convidado e, se necessário, como disse o Deputado Abelardo Lupion, que possamos ouvi-lo várias vezes no decorrer de uma CPI tão importante como esta.

Concordo com o convite para terça-feira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero apenas destacar que esta Presidência não abre mão da sua imparcialidade e não admite nem sequer que se suspeite desse comportamento. A sugestão de trazer o Ministro na próxima terça-feira não é a favor nem contra o Governo. É a favor dos propósitos desta CPI, sobretudo na condução dos trabalhos desta Comissão com imparcialidade.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – V. Exª vai me conceder a palavra como relator?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Mas há uma questão de ordem anterior.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Senador, permita-me. Não consegui falar ainda, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Há uma questão de ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência está tentando conceder a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, o Relator tem prioridade.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – É um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Deputado Luiz Carlos que nos permita ouvir o Relator, por uma questão de consideração, porque o trabalho de preparar o relatório final é importante nesta Comissão.

Com a condescendência do Deputado que havia solicitado antes, concedemos a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Até para que, quando os Srs. Parlamentares abordarem a proposta do Presidente, o façam com base no que está dito no jornal. Infelizmente, eu estava aqui, vizinho, quando chegou a matéria.

Permita-me, Sr. Presidente, V. Exª foi apressado. Se tivesse feito a leitura da matéria, todos os outros Parlamentares não estariam incorrendo no erro em que incorreu agora o Deputado Ronaldo Caiado, quando falou na declaração que o Ministro não deu ao jornal.

Vou simplesmente ler, depois me inscreverei para falar:

"Editada em maio de 2000 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, a medida provisória antiinvasão foi

descartada definitivamente pelo atual Governo como instrumento para frear as invasões de terras no País, não somente na prática, como vinha ocorrendo desde janeiro de 2003, mas agora também no discurso.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a medida provisória rotulada à época de MP antiinvasão não é eficaz para conter as ações dos sem-terra."

Não é eficaz, estou lendo, Deputado Ronaldo Caiado, e vou lhe dizer por que não é; existe uma interpretação do Supremo que talvez V. Exª não conheça.

"Acho que ela não é eficaz nesse ponto de vista de diminuir as invasões, disse Guilherme Cassel, Secretário Executivo da Pasta."

Portanto, se alguém quiser fazer uma crítica a essa declaração do jornal, que faça a quem a deu, porque essa declaração não foi feita pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário. O Supremo Tribunal Federal tem entendido de forma diversa.

"...porque entende que, segundo Guilherme Cassel, há decisões que, por exemplo, indicam que a MP só pode ser aplicada se houver bônus à produção gerados pela invasão."

Por isso eu havia solicitado a V. Exª, Sr. Presidente, que fizesse a leitura completa, para que os Srs. Parlamentares falassem sobre o que está no jornal, e não com base na interpretação de quem quer que seja.

Inscrevo-me para falar sobre o requerimento. Apenas fiz a leitura. Deputado Ronaldo Caiado, não há uma declaração do Ministro Miguel Rossetto na matéria a que se referiu o Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Respondendo a essa questão de ordem, a Presidência afirma que compreende esse clima de tensão transferido para esta CPI. Se há tensão lá fora, é evidente que essa questão repercute aqui.

A matéria do jornal apenas ilustra a sugestão do convite ao Ministro Rossetto. Aliás, sua convocação já foi aprovada por esta Comissão. Não estamos convocando o Ministro pelo fato de entendermos que esta medida provisória deveria ser respeitada, mas devido à gravidade dos acontecimentos. É preciso ouvi-lo sobre este e todos os outros assuntos que, porventura, sejam suscitados pelos Srs. Parlamentares. Não há, da nossa parte, nenhum propósito de, ao convidar o Ministro para que venha a esta Comissão, trabalhar contra o Governo, ao contrário. Até imagino estar contribuindo para que o Governo, neste assunto da reforma agrária, do controle da situação social que se agrava, tenha todos os instrumentos disponíveis, inclusive de comunicação com a sociedade. Esse é um dos objetivos desta CPI.

Portanto, não entendo a razão do nervosismo do Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – V. Exª está me citando, então me permita responder.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estou respondendo a V. Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – V. Exª não está se portando como Presidente, mas como um Senador de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estou absolutamente desarmado e quero colaborar com o Relator. Quero que o resultado final desta CPI confira ao Relator méritos extraordinários por ter apresentado um relatório competente. Esse é o nosso objetivo.

Peço aos Deputados e aos Senadores que limitem essa parte da questão de ordem para que possamos prosseguir com a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, que havia solicitado antes do Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Fui citado, Sr. Presidente. Eu gostaria de esclarecer logo a seguir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, é extremamente procedente a sua manifestação, não em função de matéria de jornal, mas pela posição que existe hoje no País a respeito da onda de invasões. Se o País não está fazendo nada, por isso é extremamente importante trazermos o Ministro da Reforma Agrária aqui para debater neste momento, agora, não no final do mês ou no próximo mês. É momentoso que S. Exª venha trazer tranqüilidade para que possamos passá-la ao País e que os Deputados e Senadores possam também inquiri-lo a respeito disso. Por isso concordo com V. Exª. É extremamente oportuno e importante, é o momento de fazermos isso. Se esperarmos até maio ou junho, quantas invasões terão ocorrido? O que poderá ocorrer até lá?

Não digo isso por causa de matéria de jornal, mas pelo momento pelo qual estamos passando. Ontem, na Comissão de Agricultura, os Deputados Moka , Caiado e vários Parlamentares conversamos inclusive com Deputados do PT para tentar uma aproximação – também estavam presentes os Deputados João Grandão e Josias. Deve haver um grupo de Parlamentares para discutir esse assunto que é de interesse do País neste momento.

Por isso, aplaudo a posição de V. Exª, que até pode submeter à apreciação do Plenário. V. Exª tem prerrogativas para convocar o Ministro. É democrática sua atitude. Consideramos oportuno que o Ministro venha a esta Casa neste momento, para discutirmos esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sinceramente, creio que seja do interesse do próprio Ministro.

O Senador Arthur Virgílio solicitou a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, parece-me que os argumentos a favor da convocação do Ministro e relativos à urgência de S. Exª aqui comparecer são de interesse do País. Não consigo imaginar que o Ministro entenda que procrastinar a sua vinda seja a solução. Parece-me que é o contrário. Creio que S. Exª ficará agradecido ao conjunto desta CPI pelo seu senso de oportunidade ao apressar a sua vinda aqui. Ouvi a leitura, pelo ilustre Relator, da matéria do jornalista Gilberto Cassel, não é?

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não. Não é jornalista. É o Secretário Executivo do Ministério.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ah, é Secretário Executivo. O jornalista disse que ele disse, não é isso? Fiquei triste em saber que ele talvez não tenha dito.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Eu não disse isso. Deixe-me esclarecer a V. Exª. Eu disse que quem não disse – como havia afirmado o Sr. Ronaldo Caiado – foi o Ministro. Apenas li que as declarações foram de Guilherme Cassel. Só isso, para esclarecer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Quanto a quem fica ou não na Secretaria Executiva do Ministério, cumpre ao Ministro decidir. Cabe-nos, evidentemente, exercer a pressão que a crítica sugerir. Mas gostei muito do que está contido no primeiro item: a chamada MP antiinvasão não seria, na verdade, eficaz e haveria as razões do Ministério.

Meu Deus, se o instrumento não é eficaz, é bom que todos em conjunto, Sr. Deputado Ronaldo Caiado, abandonemos a idéia de bater nessa tecla. Segundo: se há óbices jurídicos – e parece-me que se referiu o ilustre Relator, a óbices junto ao Supremo Tribunal Federal –, mais uma razão para abandonarmos esse instrumento ineficaz.

Fiquei animado com a idéia de que, com a responsabilidade política de que certamente são dotados o Dr. Guilherme Cassel, o Ministro e o Governo, este vai propor algo eficaz e jurídico, algo melhor do que está aí, jamais um vácuo, a mazorca, a anarquia. Se a medida é ineficaz e antijurídica, a idéia é de que surja, da lavra do Governo – com o nosso apoio –, algo eficaz e jurídico que previna o que me parece o início de uma anarquia na relação do Poder Público com o setor primário.

Não interpreto, de jeito algum, como preconceito. Quero deixar bem claro que o que não presta é para ser afastado e o que presta deve ser aperfeiçoado, se couber. Porém, aguardo, a título de satisfação do Governo, que este, ao afirmar que a MP é ruim, porque não é antiinvasão...

Fico feliz com a intenção do Governo de brecar o quadro de invasões e estou aguardando, portanto, o diploma que corrigirá esse que supostamente seria ineficaz, ou seja, o diploma que virá para, sendo jurídico, acabar com a perspectiva de invasão de terras que tem causado tanta intranqüilidade ao Brasil, tanto desgaste a este Governo e provocando acenos de uma certa crise de governabilidade.

Portanto, só tenho a lamentar que, porventura, não seja esta uma posição oficial do Governo, a qual eu gostaria muito de conhecer, mostrando qual é o instrumento novo…

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem..

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Espero que seja juridicamente melhor do que a anterior, que está sendo criticada. Se o outro não é bom nem é jurídico, parece-me que o vácuo não passa nem pela nossa cabeça nem passaria pela cabeça de ninguém no Governo, porque seria a mazorca, a anarquia.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Peço a compreensão dos colegas para submeter...

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Presidente, o Regimento me garante o direito...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Exª será o primeiro a falar.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Presidente, o Regimento me garante o direito, no momento em que sou citado, de um minuto para fazer um esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Deputado Ronaldo Caiado foi citado pelo Relator e solicita a palavra para esclarecimento pelo prazo de um minuto. Depois disso, submeterei essa proposta de convidar...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu me sinto prejudicado, porque outros parlamentares estão fazendo intervenções – mesmo por escrito – e eu não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não farão mais. O último a esclarecer será o Deputado Ronaldo Caiado. Depois, daremos continuidade à relação dos inscritos para a interrogar o depoente.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Presidente, só para aguçar a memória do nobre Relator, se foi desta vez o Sr. Cassel, por vários meses, no decorrer deste ano e do ano passado, o Ministro da Reforma Agrária tem se posicionado contrário à Medida Provisória nº 2.183. É conhecido, público e notório, em entrevista em todas as redes de televisão deste Brasil.

Em segundo lugar, não se pode, Senador Arthur Virgílio, falar da ineficácia de uma medida provisória.

Seria o mesmo que falar da ineficácia de um remédio sem ter realmente aplicado a medicação, porque se exige que o Ministério e o Incra identifiquem os invasores e a área, o que não está sendo feito. Então, o que está acontecendo é o não-cumprimento da medida provisória, proliferando o quadro de invasões em nosso País.

Eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de prestar, complementando o Deputado Luís Carlos Heinze. Estamos preocupados, sim, com a normalização do processo democrático do nosso País. Tanto é que a Comissão de Agricultura solicitou ontem que o núcleo agrário do PT se reunisse conosco hoje, às 10 horas da manhã. Não aceitaram, não compareceram à reunião para tratarmos com o Ministro da Agricultura e com o Ministro da Justiça uma maneira inteligente e articulada de inibir ou que diminuir essa onda de invasões em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência não concederá mais a palavra pela ordem, porque não há mais questão de ordem sobre essa matéria. Submeto ao Plenário...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, Presidente, eu gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Submeto ao Plenário por...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria que V. Exª garantisse a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª se inscreva, então fará as indagações, senão não teremos como prosseguir a reunião.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas estamos decidindo sobre uma matéria importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sibá, V. Exª, então, dispõe da palavra para essa questão de ordem. Peço-lhe que seja sucinto e use o menor tempo possível.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Serei sucinto mesmo. É para tirar uma dúvida, porque V. Exª afirmou, com base no Regimento, o direito da Presidência da Comissão em proceder ao convite ao Ministro, já com data definida para terça-feira. O que estou perguntando a V. Exª é o seguinte: por um princípio democrático, V. Exª está procedendo a um convite ao Ministro para terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exatamente. Houve uma convocação ao Ministro, não um convite. A Comissão aprovou a convocação. O Relator queria a convocação do Ministro no início dos trabalhos da CPI. Posteriormente, de comum acordo, sugerimos ouvir primeiro aqueles que estão diretamente ligados ao problema da terra para depois ouvir a palavra do Governo.

Diante dos fatos que se sucedem, entendemos que é o momento oportuno para ouvir o Ministro, até porque já ouvimos o MST, a UDR e a Contag, além da Ouvidoria Agrária. Seria este o momento para ouvirmos a palavra do Governo. Por isso o convite ao Ministro para a próxima terça-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então o que nós aprovamos naqueles requerimentos todos foram convocatórias e não convites?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Convocação.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Mas há uma questão regimental – até mostrei ao Presidente –, porque há um prazo para o Ministro de trinta dias para designar a data.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Ministro dispõe de prazo quando é convidado.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não, não. Se V. Exª ler, verá "convocação" aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O que eu queria que se argüísse nessa questão do Regimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Transformo a convocação em convite neste momento, porque creio ser – e não é o nosso propósito nenhum confronto com o Governo nesta CPI – do interesse do Governo falar, expor o que pensa sobre essa situação. Não entendo como alguém seja contrário à presença do Ministro nesta Comissão.

De forma liberal e democrática, vamos submeter nesse momento, à deliberação dos colegas. Está, portanto, em votação...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, para encerrar meu pensamento, Sr. Presidente, levantar dois pontos.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou com a palavra para concluir meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Primeiro, o pronunciamento que eu quero ter com certeza é do Presidente da República sobre essas matérias, que é contrário aos pronunciamentos publicados pelo jornal **Folha de S.Paulo**. Segundo, acredito, como V. Exª, que não há nenhum problema para o Ministro Miguel Rossetto comparecer a esta Comissão.

Quando V. Exª trata de uma convocatória... Hoje é quinta-feira e, na semana que vem, haverá um feriado com quebra da seqüência normal das duas Ca-

sas. Então eu queria que trabalhássemos a hipótese do convite, porque com certeza o Ministro terá todo o interesse de estar aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para terça-feira é o convite.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E vir para cá com o maior número de informações para nos passar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se o Ministro recusar, não precisará comparecer na terça-feira. Nós cumpriremos o Regimento para que S. Exª atenda à convocação, mas estamos formulando o convite para terça-feira. Um convite se aceita ou não. Não entendo as razões deste debate nesse momento. Pelo contrário, imaginava que o PT até aplaudiria a iniciativa de chamar um Ministro para esclarecer.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Para discutir a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Relator para discutir.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, sou Relator, mas não aceitarei, de maneira nenhuma, qualquer manobra de V. Exª ou de qualquer outro. Quero deixar isso bem claro.

Não sou, nem serei nem nunca fui vaca de presépio. V. Exª, vou dizer com todas as palavras, quer constranger o Ministro do Desenvolvimento Agrário. E vou dizer por que. Primeiro, porque V. Exª faz a convocação lendo uma parte da matéria da **Folha de S.Paulo** e não toda. Pedi que lesse toda, mas V. Exª não leu. Segundo, porque, para todos os outros, inclusive para o Presidente da Contag que está aqui, foi dado o direito de escolher a data. Então, Tomaz Balduíno escolheu a data, virá terça-feira, depois do feriado de Tiradentes; Manuel dos Santos, Presidente da Contag, escolheu a data, porque tinha um compromisso no dia. O Ministro de Estado não pode escolher a data, por causa de um capricho do Presidente desta CPI de determinar que a reunião seja terça-feira. Não aceito, Sr. Presidente.

Quero dizer isto claramente: o Ministro do Desenvolvimento Agrário, como qualquer Ministro, pelo art. 398, tem um prazo de 30 dias para designar a data, assim como eu e V. Exª temos se formos convocados pela Justiça.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deixe o Relator terminar, por favor.

O SR. RELATOR () – Então, quero que se cumpra o Regimento. Inclusive fico muito à vontade, Sr. Presidente – um minuto, Senador Suplicy – para discutir isso porque apresentei no meu roteiro a convocação dos Ministros antes dos movimentos. Foi o Presidente da CPMI que propôs que os movimentos viessem antes dos Ministros de Estado. Foi dele a proposta.

Quero que o Ministro venha, mas que tenha o direito que lhe dá de se marcar a data, e que possa vir preparar a exposição, como veio a Ouvidoria Agrária aqui, que marcou a data, como veio o Manuel dos Santos da Contag, que marcou a data. Agora, o único que não vai poder marcar, porque vai dizer que foi convidado e não veio e depois se faz o carnaval em cima dessa questão.

Sou a favor da convocação, do convite não, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, mas nos termos do Regimento, expedindo-se ofício para S. Exª, pedindo para que S. Exª, no prazo de 30 dias, designar a data para termos a reunião.

Muito obrigado.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que estamos discutindo desnecessariamente, porque não discordo do que disse o Relator. Não estamos descumprindo o Regimento nem agredindo o Ministro; temos o propósito de colaboração, convidando-o para esclarecer fatos que possam contribuir inclusive para que o Governo alcance os seus objetivos de pacificar o campo no Brasil e de promover uma reforma agrária na paz e na lei.

Não estou discordando, portanto, do Relator. O Ministro tem prerrogativas que devem ser respeitadas. Mas temos também a prerrogativa do convite, que pode ser aceito ou não. Talvez eu tenha apenas exagerado no desejo de ser democrata nesta Comissão, submetendo à Casa o convite. Não seria necessário, bastaria convidá-lo. S. Exª viria ou não. Até o Senador Suplicy poderia ligar para o Ministro e perguntar se aceita vir na próxima terça-feira.

Portanto, não há razão para tensão nesse momento. Peço aos colegas Senadores e Deputados que entendam a razão do convite. Não quero, de forma alguma passar a impressão de que a Presidência está agindo com parcialidade. Se o Ministro não desejar vir na próxima terça-feira, S. Exª ficará, por concessão desta Comissão, à vontade para decidir a data em que deseja comparecer. Não há nenhuma razão para tensão, para nervosismo, para discursos em tom elevado. A questão é grave no campo, mas aqui não há razão para esse nervosismo todo.

Se os colegas Senadores e Deputados concordarem, submeto à votação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois, não. Ocorre que não sei quem pediu a palavra em primeiro lugar.

Creio que o Deputado Adão Pretto a solicitou primeiro, Senador Arthur Virgílio. Depois concederei a palavra a V. Exª.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, obrigado pelo espaço concedido.

Apenas quero dizer que, na abertura dos trabalhos desta Comissão, ficou combinado que faríamos uma reunião aqui e outra externa, e esta é a quarta reunião que ocorre aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não houve a deliberação de intercalar.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas isso foi proposto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Adão Pretto, agradeço a V. Exª, que tem sido um colaborador extraordinário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas ficou definido que os fatos determinariam o roteiro, os fatos mais proeminentes levariam a Comissão Parlamentar de Inquérito a agir desta ou daquela forma. E os fatos estão, neste momento, a meu juízo, determinando que devemos convidar o Ministro a expor o pensamento do Governo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Para concluir, eu gostaria de dizer que, se fôssemos fazer assim, já poderíamos fazer uma viagem para ver como estão os conflitos no campo e depois convidar o Ministro para esclarecer a situação, quando já teríamos argumentos concretos para questionar S. Exª. Se fosse dessa maneira, não seria viável convidar S. Exª para vir na terça-feira.

Para encerrar, penso que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito estão sendo feitos de forma muito acelerada. Esta Comissão foi programada para se reunir até o fim do ano. Estão ocorrendo duas reuniões por semana, mas não vejo a razão de toda essa pressa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parabenizo V. Exª pela serenidade com que preside esta reunião. Vejo um festival de desnecessidades. A primeira delas é colocarmos em dúvida que o Ministro Rossetto não tenha o necessário sentimento de pressa nesta hora. A impressão que tenho é que S. Exª haverá de, daqui a pouco, telefonar talvez para o meu amigo Senador Eduardo Suplicy para dizer que virá espontaneamente na segunda ou na terça-feira, ou daqui a pouco, se esperarmos e não quisermos almoçar. Medirei o senso de responsabilidade do Ministro pela pressa com que responderá a esse convite.

O Relator tem toda razão. De fato, S. Exª tem trinta dias para responder ao convite, mas duvido de que o Ministro, com a sensibilidade efetiva para a questão da segurança do País, possa se valer do artifício regimental para não vir em trinta dias.

No mais, devo dizer que outra desnecessidade é o Relator, com seu vigor cívico – e aprecio isso – dizer que não é vaca de presépio. Não é vaca de presépio nem vaca de espécie alguma. Aliás, todos somos bípedes.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – É que há alguns ruralistas que querem me tanger, e não aceito isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Ninguém vai tanger ninguém porque somos bípedes e, nessa qualidade, vamos, sim, expender cada qual o seu raciocínio. E o raciocínio de cada um, às vezes no voto, às vezes no consenso, haverá de significar derrota para um segmento e vitória para outro. Importante será que esta Comissão Parlamentar de Inquérito signifique vitória da sensibilidade social de se fazer uma reforma agrária de verdade, vitória do agronegócio, que tem sustentado a balança comercial e de que tanto se orgulha o Ministro Furlan, um dos quadros mais competentes do Governo Lula.

Em outras palavras, há um festival de desnecessidades. Mais ainda, fico absolutamente preocupado com a hipótese de que, a esta altura, o Ministro esteja ofendido conosco pelo fato de estarmos duvidando que S. Exª tenha pressa em comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se eu fosse S. Exª, quem sabe eu estaria dizendo para V. Exªs não almoçarem e sugerindo que comêssemos um sanduíche juntos.

Parece-me que isso é o que o vem das ruas para cá. O quadro é de preocupação, de urgência. Não quero colocar em dúvida, em momento algum, o espírito público e o senso de responsabilidade do Ministro Miguel Rossetto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para concluir a discussão...

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Sr. Presidente, não entendo a razão de tanta suscetibilidade dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que são do PT ou da base do Governo, porque, em momento algum, verifiquei a intenção de constranger o Ministro, até porque V. Exª está falando da forma mais democrática possível. Acredito que o Ministro não vai ficar constrangido de vir a esta Casa. Constrangido está o povo brasileiro, vendo a baderna; constrangido está o povo brasileiro, vendo um grupo que captura a autoridade do Governo, com ações como essas, de membros do PT, quando os dirigentes do MST ameaçam invadir o Palácio, que ficam pedindo

"pelo amor de Deus" para que eles não o façam, como se este País não tivesse lei.

Constrangido está o povo brasileiro. Esta CPI não está constrangendo o Ministro ao convocá-lo ou convidá-lo para vir a esta Casa, até porque é uma obrigação de uma autoridade prestar contas de seus atos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos, então, deliberar. Se os colegas acordarem, nem é necessária a deliberação para se formular um convite. Creio que, por consenso, formularemos o convite ao Ministro, se entenderem dessa forma, para evitarmos o constrangimento do voto num momento como este.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com o convite para terça-feira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Gostaria de registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está registrada a abstenção do Sr. Relator.

Peço à Secretaria que encaminhe ofício ao Sr. Ministro Miguel Rossetto, convidando-o para, na próxima terça-feira, estar conosco.

Vamos iniciar, com o Deputado Jamil Murad, o primeiro bloco de interpelantes, lembrando apenas que cada Parlamentar dispõe de três minutos para a sua indagação. O relógio será acionado, e, automaticamente, o Deputado será advertido da finalização de seu tempo pela campainha, sem que o Presidente tenha que acioná-la.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, gostaria de cumprimentar o Sr. Manuel José dos Santos*, Presidente da Contag.

Sr. Manuel, o senhor era ainda bem jovem, há mais de vinte anos, e a Contag hospedava o Presidente da República e tantos outros homens públicos, inclusive este Deputado, como sindicalistas. A pró-CUT se hospedava ali, porque pagávamos o correspondente, hoje, a uns R$10,00. Então, trata-se de uma entidade que merece muito respeito e que tem história. Lutou pela liberdade e pelo progresso deste País. Ela está mostrando isso, pela sua exposição e pela sua bela colaboração.

Os meus amigos do PSDB acharam interessante o fato de, quando assumiu, o Governo Lula ter dado apoio ao setor produtivo, indicando para assumir como Ministro da Agricultura uma pessoa desse setor, o Sr. Roberto Rodrigues, dando-o total apoio.

Portanto, aqueles que foram apeados do poder pelo povo, aqueles que achavam que aquilo iria ser uma base para impedir o Governo de governar, pelo contrário, depois, começaram a apoiá-lo, porque viram que era um governo da produção. Querem fazer uma tempestade em copo d'água. Querem inverter tudo, como tenho visto, em defesa de certos Deputados do ex-Presidente Fernando Henrique.

Quero colocar os pingos nos "is" rapidamente. Hoje, o Brasil precisa da produção. A agricultura, num País como o nosso, no capitalismo, no socialismo, em qualquer época da história de um país, terá sempre um grande peso. O setor exportador está ajudando o Brasil, mas acho que produzir 100 milhões de toneladas é pouco. Com a realização da reforma agrária, poderemos chegar à produção de 400 mil, 500 mil toneladas, milhões de toneladas de grãos, poderemos aumentar o mercado interno e o poder aquisitivo do povo.

O povo vai poder comer, comprar roupa, vai haver progresso. As indústrias terão mais gente para comprar porque há dinheiro no bolso, há produção. Então, é isso que está aqui.

Agora, qual é a questão? Não há contradição porque o Presidente Manuel José dos Santos falou que 1% dos proprietários rurais tem 46% das terras, 4.000 proprietários têm 20.000 hectares, e não são pessoas, muitas vezes são empresas, é Volkswagen, é Banco Bradesco – o negócio do Banco Bradesco é outro; só 15% são cultivados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então precisamos utilizar aquilo que não é cultivado, porque é bom para quem vai trabalhar a terra, é bom para o Brasil, é bom para a indústria, é bom para o mercado interno, é bom para a sociedade. Por isso a reforma agrária tem que andar.

E esta CPI diz o seguinte: 20 lideranças sindicais no Pará, nos últimos anos, foram assassinadas, 16 processos não foram concluídos. A minha pergunta é: por que será que não foram concluídos, Manuel?

Outra questão: Eldorado dos Carajás. Em 1996, 17 de abril, daqui a dois dias fará oito anos, foram mortos 19 trabalhadores. Como está esse processo?

Outra pergunta: os mandantes, os pistoleiros foram condenados, Manuel, por esses crimes que você conhece, não só no Pará como em outros? Quais os casos em que foram condenados os pistoleiros? E mandante? Porque as informações que temos são de que mandante muito menos, é mais fácil ganhar na sena do que um mandante de pistoleiro para assassinar trabalhador rural ser punido, ser condenado, segundo a lei. Essa é a pergunta que faço. Mais de 2.000 trabalhadores, advogados que defendem a reforma agrária e religiosos que a apóiam já foram assassinados nos últimos vinte anos.

Pela sua informação, de quem é um líder, um homem autêntico, do campo, preocupado, acompanha, está envolvido nisso, desses mais de 2.000 assassinatos, em quantos foram condenados os pistoleiros e os mandantes?

E é uma violência planejada. Quem V. Sª acha que planeja isso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos prosseguir depois.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Encerrando, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: existe uma contradição entre o pessoal da produção da agricultura, que também se envolve nessa questão contra a reforma agrária. A reforma agrária não é contra quem está produzindo, a reforma agrária é para pegar a terra improdutiva e transformar em produtiva, que é um sinônimo que reforça o argumento daqueles que produzem, dizendo que a terra é boa, precisamos produzir, é bom para o Brasil, é bom para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Defendemos o reforço dessa idéia de que a terra tem que ser produtiva. Para isso é preciso haver a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, cumprimento o Presidente da Contag, Manuel José dos Santos, pela sua exposição e o diagnóstico que fez aqui da história dos trabalhadores rurais brasileiros, sobretudo quando ressaltou que ao longo das últimas décadas e mais recentemente tem havido uma dificuldade enorme desses trabalhadores por estarem perdendo seus vínculos assalariados no campo e com isso tem havido uma necessidade crescente da realização da reforma agrária e dos assentamentos, ainda mais diante da estrutura fundiária tão desigual.

Prezado Presidente da Contag, Sr. Manuel José dos Santos, V. Sª poderia citar a esta CPMI exemplos de assentamentos bem-sucedidos que deveriam ser visitados, para conhecermos os locais? V. Sª poderia mencionar três assentamentos, nos diversos Estados brasileiros, onde a Contag tem conhecimento de que houve experiências positivas e importantes. Seria muito bom conhecermos esses assentamentos para que pudéssemos dizer às autoridades que são exemplos bem-sucedidos.

Por outro lado, solicito a V. Sª que nos aponte situações de dificuldades, recomendando quais assentamentos malsucedidos devemos visitar, para que possamos conhecer as razões dessas dificuldades e o diagnóstico da Contag.

Além disso, eu gostaria de que V. Sª fizesse uma avaliação do tipo de organização mais adequada, segundo a Contag, para os assentamentos. Na experiência da Contag, a melhor forma de assentamento é a organização por meio de cooperativas? Se esse for o diagnóstico e a opinião da Contag, quais são as dificuldades dessas cooperativas? A legislação vigente quanto à forma de se realizarem cooperativas é adequada ou há alguma recomendação da Contag? Em se conhecendo a realidade das cooperativas de produção dos trabalhadores recém-assentados, isso deveria ser levado em consideração? Por vezes, a legislação sobre cooperativas pode estar exigindo algo que seja para além da complexidade daquilo que representa a realidade das cooperativas. Se a Contag, porventura, souber de cooperativas muito bem-sucedidas, peço a V. Sª que informe à CMPI os locais que devemos conhecer pessoalmente, porque escolheremos os lugares de visitas externas, para, então, recomendá-los.

São essas informações que eu gostaria de obter, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Sebastião Madeira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me fazer um breve comentário.

Eu gostaria de informar ao Deputado Sebastião Madeira que todo membro desta CPMI tem o propósito de colaborar. O objetivo da CPMI é o de que os movimentos sociais possam agir de maneira consoante com a legislação, e essa tem sido a ênfase de todas as indagações.

De fato, telefonei para o Coordenador Gilmar Mauro e depois para o Coordenador Jaime Amorim, do MST de Pernambuco, que também falou com o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. O Sr. Jaime Amorim esclareceu que o objetivo é dialogar, amanhã, com o Governador Jarbas Vasconcelos*, o que já estava em processo de entendimento.

Portanto, os membros desta CPMI irão cooperar, sim, em tudo, para que os diálogos se façam pelos caminhos da não-violência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Deputado Sebastião Madeira.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Inicialmente, quero parabelenizar o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Manuel José dos Santos, pela forma articulada com que se manifestou, demonstrando conhecimento sobre o tema que veio abordar.

Quero esclarecer que não tenho um único centímetro de terra; sou médico e, em meu Estado, tenho apoiado a reforma agrária. Sou de Imperatriz e, naquela região, existe talvez mais de uma centena de assentamentos com os quais trabalhei, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Incra do Maranhão, para dotá-los de infra-estrutura, de água, de kits sanitários, de estradas e de condições para que as pessoas tenham qualidade de vida melhor ali.

Feita essa ressalva, esclareço que a maioria dos assentamentos no Maranhão não foram criados pela pressão de invasão. Pelo contrário, foram criados de forma negociada, e posso apresentar um ou dois extremamente bem-sucedidos, passíveis de serem visitados por esta Comissão.

Por último, penso que ninguém aqui é contra a reforma agrária, nem mesmo a UDR. Não tenho procuração para falar pela UDR, mas nenhum brasileiro em sã consciência pode ser contrário à reforma agrária. Entendo que, contra ela, estão aqueles que querem fazê-la na marra, quando até o Presidente Lula disse há poucos dias que ela não será feita no grito.

Nosso trabalho no Congresso e o de todos os que estão aqui é para que a reforma agrária continue a ser feita como há oito anos, período em que mais de quinhentas mil famílias foram assentadas. Esperamos que o Governo Lula mantenha pelo menos o mesmo ritmo com que a reforma agrária vinha sendo feita, porque, só com palavras, termina acontecendo o que está aí: o abril infernizando o Brasil, conforme ameaçou o presidente do MST. Entendemos que a Contag tem dado uma grande contribuição para a reforma agrária no País e esperamos que seja acatada a sugestão de assentamento sem pressão de invasão, experiência bem-sucedida ocorrida em um dos assentamentos no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Presidente da Contag, Sr. Manuel José dos Santos, para responder às indagações formuladas pelo Deputado...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) — Sr. Presidente, ficou faltando uma indagação sobre a quantidade de terras estabelecidas como não usadas. Gostaria de saber se foi levada em consideração a legislação ambiental em que um grande percentual das terras de cada propriedade não pode ser usado para plantação ou qualquer outro uso a não ser o de reserva, porque, do contrário, obtém-se um dado falso. Elas não são usadas porque a legislação não o permite. Enfim, queria saber se foi levada em consideração a legislação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Presidente da Contag responde ao Senador Eduardo Suplicy e aos Deputados Jamil Murad e Sebastião Madeira.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – O Deputado Jamil Murad indaga sobre como vemos a falta de punição dos crimes cometidos. Na verdade, é público e notório para a toda sociedade brasileira que os crimes cometidos no campo, sejam eles contra lideranças sindicais, contra advogados, contra padres, contra todo e qualquer que ouse levantar a voz na defesa da reforma agrária, que ajude os trabalhadores a se organizar por ela. É público e notório que essas violências e esses assassinatos partem do latifúndio. Não há dúvida com relação a isso. Em alguns casos, até se quer transformar como se fosse conflito entre os próprios trabalhadores, mas sabemos que é responsabilidade do latifúndio. Isso sabemos; o Poder Público sabe; o Executivo, o Judiciário, o Legislativo sabem e sabem também que não tem havido ação dos Poderes constituídos no sentido de coibir o crime, punindo exemplarmente o responsável pelas encomendas dos crimes e os executores.

Nos últimos anos, o que temos de informação é que muito pouco mandante foi preso; aliás, muito pouco executor foi preso. Os executores, que são os puxadores de gatilho, recebem dinheiro para isso; em alguns casos chegam a matar trabalhador e liderança sindical por migalha. Sabemos que existe no Brasil um sindicato do crime que faz tabela de preço – e trabalhador rural é o que menos vale para ser morto. Se for um advogado, um padre, têm preço melhor. Mas, se for trabalhador, até por uma garrafa de cachaça se mata um. Isso é público e notório. Os mandantes, nesses nem se fala. O que sabemos de toda essa história, nos últimos vinte anos, é que sete mandantes de crime foram presos, mas não passaram, nenhum deles, um ano na cadeia. Porque tem uma forma de fugir, tem sempre um jeito e se encontra uma forma; vão para a rua. Os poucos que são presos vão para a rua. Quem é o latifundiário que está cumprindo pena porque matou trabalhador? O caso de Zito Buarque, na Paraíba, é um caso que ele cala a boca do Poder Público deste País. É um fato que não precisa sobre ele fazer comparação com outros. Estava no processo, concluído, que ele foi o mandante. Os executores foram presos; saíram. Eu fui à Paraíba quantas vezes, com os trabalhadores, durante esses 20 anos, para o julgamento de Zito Buarque e sempre tinha um jeito de se postergar, se adiar. O processo se encerrou, o crime foi de fato dado por extinto, 20 anos depois. É um exemplo.

Hoje, é importante estarmos aqui discutindo nesta CPI, mas não podemos pensar que o processo de

conflito no campo seja uma coisa de agora e porque temos um Governo que foi apoiado pelos trabalhadores. Não podemos entrar nisso. Qualquer pessoa em sã consciência sabe que tivemos momentos mais tensos no Governo passado do que agora. Eldorado dos Carajás é uma prova disso. Foram 19 trabalhadores assassinados no mesmo lugar. E quantos foram presos por isso?

A Contag quer contribuir com tudo o que for possível para investigar esses casos, para punir os culpados. Agora, quando ouço aqui as preocupações como se os trabalhadores, coitados, que estão morrendo na boca da espingarda, em todo tipo de massacre, como se eles fossem um risco para o País.

Entendo que esta CPI tem de ser, de fato, direcionada com esse objetivo de fazer a apuração. Vamos, seguindo solicitação do Relator, Deputado João Alfredo, entregar à CPI a lista dos que foram assassinados e dos que estão ameaçados. Vamos também fazer um requerimento à CPI para que assuma o papel que até hoje não foi possível ser desempenhado nem pelo Executivo nem pelo Judiciário, que é fazer a apuração dos fatos, a identificação e a punição dos culpados. Vamos requerer que a CPI, de fato, faça essa apuração e, como fruto desse trabalho, vejamos esses mandantes e executores na prisão. A CPI não pode simplesmente investigar trabalhadores, porque toma conta da terra, porque está morrendo de fome, não tem política de atendimento para ele e assim vai para a terra, para ajudar o Governo a fazer o processo da reforma agrária.

O Deputado Jamil Murad também lembra a relação desse processo de conflito no campo e o processo do chamado agrobusiness, a agricultura para exportação, e sua importância para o País. Entendemos que é importante, o País precisa produzir, precisa exportar, pois temos terra, temos possibilidade de produção. Agora, não se pode criar uma falsa ilusão também de que essa produção está contribuindo para o desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade brasileira, levando em consideração a população que mora no campo, aquela que precisa morar, porque esse tipo de produção não distribui renda. Não aceitamos que o País continue sendo uma das economias mais importantes do mundo, mas que o povo, considerando a distribuição de renda, as oportunidades de vida melhor, esteja na fila com mais de 60 países a nossa frente.

Existe uma relação direta dessa chamada expansão da grande produção para exportação com esses conflitos. Por exemplo, o número de liminares concedidas pelo Judiciário nos Estados do Pará, Piauí, Goiás, em virtude da expansão da soja, é alarmante. Só no Estado do Pará, no ano passado, duzentas liminares foram concedidas pelo Judiciário para a retirada de trabalhadores que estão lá, pedindo que essas terras sejam desapropriadas, para poderem plantar e trabalhar.

No Pará os latifundiários estão expulsando trabalhadores, não mais aqueles que estão em áreas de disputa da reforma agrária, mas em áreas que já foram desapropriadas, em que os trabalhadores foram assentados pelo Incra e estão sendo expulsos por conta e pela força da própria mão dos latifundiários, para expandir a soja. É uma realidade. Só não veremos que existe um conflito que precisa de uma decisão dos três Poderes, para garantir a justiça social no campo, se não quisermos ver.

O Senador Eduardo Suplicy nos interroga sobre o modelo. S. Exª pergunta se temos assentamentos bem-sucedidos e se podemos, de fato, apontá-los como áreas que podem ser visitadas. Temos e podemos. É um ato de heroísmo dos trabalhadores que foram assentados sem planejamento, sem assistência técnica e que receberam poucos recursos – R$2.500,00 – para construir uma casa, receberam os chamados créditos suplementares para começar a produção. Aqueles trabalhadores, aqueles assentamentos que têm maior capacidade gerencial, têm um grupo mais organizado, que, de fato, é formado por pessoas que ainda estão num processo produtivo. Esses assentamentos têm mais chance de se salvar pelas suas condições.

Se disséssemos que vamos apresentar assentamentos bem-sucedidos porque houve assistência do Estado com terra, assistência técnica, planejamento, transformação da produção e entrada no mercado, poderíamos dizer que não há nenhum. Em toda a história da reforma agrária, no máximo, o Estado consegue colocar um pedaço de terra na mão do trabalhador e alguns créditos, mas sem um planejamento para o desenvolvimento. Mesmo assim, os trabalhadores mostram que, quando se trata de grupos que têm o máximo de organização, que são oriundos de um processo com capacidade de gerenciar seu negócio, há muitos assentamentos bem-sucedidos. Vamos, sim, oferecer essa lista e, com certeza, mais de três assentamentos poderemos mostrar.

Vamos também fazer um levantamento daqueles assentamentos com maiores problemas, a fim de mostrar que esses problemas não são de responsabilidade dos trabalhadores. Acreditamos que, nesse caso, a CPI pode dar uma contribuição importante para, juntamente conosco, mostrar para a sociedade, para aqueles que estão distante, que não conhecem o que acontece no campo, que a reforma agrária tem viabilidade desde que feita com as ações complementares.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeceria, se V. Sª pudesse citar alguns assentamentos bem-sucedidos que recomendaria fossem visitados, ou as cooperativas, para o conhecimento da CPI.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Eu gostaria de assinalar que não temos dúvida de que o modelo possível de se trabalhar o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar seja via assentamento, seja via agricultores tradicionalmente assentados por outros meios, pela compra, pela herança, etc.; é o modelo cooperativo. É impossível que um agricultor com um pedaço de terra, em torno de um a dois módulos, possa sobreviver individualmente, sobretudo na conjuntura atual. Não temos dúvida de que o caminho é a coletividade, construída com a participação da comunidade, não determinada, porque nada determinado funciona. Nos assentamentos, há muita resistência quando se quer fazer o processo da produção coletiva de qualquer forma, sem construir essa compreensão na comunidade. Comparando essa proposta com o caso Catende, que é de fato hoje uma associação que consideramos uma cooperativa, mesmo não tendo sido ainda desapropriada a terra, os trabalhadores discutem e fazem os encaminhamentos coletivamente, produzem e comercializam dentro do sistema associativo. Entendemos que esse é caminho possível que temos de reforçar.

O Deputado Sebastião Madeira fala a respeito dos assentamentos no Maranhão, feitos sem ocupação e de fato bem-sucedidos. Não conheço tanto o Maranhão quanto o Deputado, mas ali temos acompanhado de tudo. Muitas famílias ainda estão na terra na condição que, no passado, era de arrendatários, são moradores antigos. Os conflitos no Maranhão se dão muito mais pela resistência na terra do que pela ocupação de quem vem de fora. Há essa diferença. As principais áreas de reivindicação para desapropriação e os conflitos existentes são mais a luta pela resistência na terra. Há essa diferenciação no Maranhão em relação aos demais Estados, pois a grande maioria dos trabalhadores estão lutando para voltar para a terra mas já saíram dela, com algumas exceções. O Engenho Prado, em Pernambuco, é um dos exemplos onde ainda temos moradores com 20, 30, 40 anos, algo semelhante ao Maranhão

Também, mesmo sendo assim, parte desses assentamentos tem sucesso. Entretanto, a maioria, no Maranhão e no resto do Brasil, não tem ainda viabilidade do ponto de vista do desenvolvimento econômico, exatamente pela falta de planejamento.

Estive no Maranhão há uns quinze dias, onde discuti com o Subsecretário de Agricultura, mostrando a ele a necessidade de se fazer um plano. Ele dizia que tem aprovados, no MDA, R$ 78 milhões, para serem utilizados no Estado e que é urgente uma reunião do Governo do Estado com o Governo Federal, com o Incra, com a Federação e com todos os movimentos envolvidos, para se fazer um plano de utilização desses recursos. Não podemos chegar ao final do ano e ter R$78 milhões não gastos para o Maranhão, quando os trabalhadores estão solicitando apoio e recursos concretos para desenvolvimento, neste momento.

Em relação a essas áreas que apresentamos aqui, 100 milhões de hectares estão ociosos e podem ser utilizados para reforma agrária, mas, se levarmos em consideração que, dos 400 milhões de hectares declarados como propriedades privadas, apenas 60 milhões de hectares estão, de fato, produzindo, então, não temos 100, mas 340 milhões de hectares que estão entre a faixa de ociosidade, a faixa de parcialmente utilizada e as áreas de reserva. Sem dúvida, do ponto de vista de tamanho de área disponível, se houver uma política do Governo de arrecadação das terras que não estão produzindo, mas que são capazes de produzir, sem dúvida, será possível fazer a arrecadação de 100 milhões de hectares de terras boas para produzir que não estão produzindo.

O conceito de terra improdutiva para reforma agrária também é um elemento que precisa ser discutido. Não aceitamos que a terra improdutiva é aquela imprestável para a produção. Terra é aquela que é possível de ser utilizada para produzir, mas que não está produzindo hoje por falta de intervenção do seu proprietário.

Então, não temos nenhuma dúvida de que 100 milhões de hectares possam ser arrecadados para ser feita a reforma agrária, sem mexer nas reservas, sem mexer nas nascentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Solicito ao Deputado José Geraldo que assuma a condição de relator substituto, em razão da ausência, por motivo justificado, do Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir desculpas a V. Exª e ao Manuel, meu colega sindicalista, porque eu vou ter de me ausentar. Pedi uma audiência ao Ministro Patrus Ananias, para tratarmos da seca do Rio Grande do Sul. Então, está na hora da audiência e vou ter de me retirar.

Em dez segundos, eu queria deixar uma questão para o Manuel responder, mesmo na minha ausência. Eles falam tanto que ocupar terra é crime. Eu queria saber se a Contag pensa do mesmo jeito.

É só isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Deputado Adão Pretto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir ao nosso Deputado do Rio Grande do Sul – fomos companheiros – que, na sua audiência, requeira ao Ministro recursos também para a estiagem de Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero hipotecar ao Deputado Sebastião Madeira minha solidariedade em relação ao seu pronunciamento. Eu também fiquei extremamente constrangido com a cena felinesca que aqui assisti de termos que pedir a um meliante que não ocupasse um Palácio do Governo de Pernambuco. Considero lamentável o ponto a que chegamos neste País.

Sr. Manuel, o senhor representa o trabalhador e o pequeno proprietário. Existe, no meu Estado do Paraná, uma realidade totalmente diferente, pelo que estou assistindo hoje no seu pronunciamento. Hoje a nossa luta no Paraná é para conseguir segurar o pequeno e o mini-proprietário na terra. Hoje, a nossa luta no Paraná é para conseguir manter a Emater funcionando, porque ela está totalmente sucateada por falta de recursos. Hoje vemos muito mais gente saindo da terra do que entrando.

A nossa realidade hoje, ao contrário do que se prega, é que temos a obrigação de criar uma política agrícola neste País. Eu era um dos grandes críticos do Governo FHC. Muitas vezes, fui à tribuna criticá-lo pesadamente; não nutria por ele extrema simpatia e muito menos era dos seus aliados de primeira hora. Mas entendo que quem criou o Pronaf, o Procera, o Progera e o Banco da Terra foi o Governo Fernando Henrique. Pelo menos fez alguma coisa.

Não podemos mais continuar maquiando dados. Precisamos, sim, da agricultura de exportação para viabilizar o País. E precisamos manter o pequeno proprietário na terra; precisamos ter uma política de extensão rural com objetivos definidos e buscar recursos tanto para pesquisa como para extensionismo.

Gostaria de ouvir do senhor a palavra "latifundiário"; pelo que senti, ela soa mal. Contudo, temos de deixar claro que precisamos rever conceitos. O que é "latifundiário"? Como palavrão, significa "improdutivo". O latifúndio produtivo, que dá emprego, que consegue manter 250 mil trabalhadores no meu Estado, com alimentação descente, com emprego descente, no corte da cana, com carteira assinada, esse é bem-vindo. Com condições humanas de vida, com programas de moradia, com programas de alimentação.

Precisamos, efetivamente, criar condições... E eu me orgulho muito das cooperativas do meu Estado, que têm hoje feito o desenvolvimento do pequeno produtor, que têm dado condições de competitividade ao pequeno produtor.

Então, penso que há dois Brasis de que estamos falando: o Brasil do que mata trabalhador... O Brasil que quer manter o coronelismo é diferente do Brasil real, do Brasil que está produzindo e faz com que nós nos orgulhemos de ser proprietários rurais, de ainda estarmos apesar de toda a dificuldade nos últimos 20 anos nos mantendo na terra, porque precisamos efetivamente, Sr. Manuel, de uma Contag que nos ajude, dentro da Comissão da Agricultura, a buscar recursos orçamentários para não perder as nossas condições para o pequeno produtor.

Precisamos desesperadamente estar ombreados, sem discurso divisionista, com a Contag e aa CNA, com o mesmo objetivo, porque o nosso cliente e o dessa bancada ruralista presente é o mesmo.

Quando me uno ao Deputado João Grandão na Comissão da Agricultura, nós o fazemos porque temos o mesmo discurso em defesa daquele que, de mão calejada, está sustentando este País.

Eu só pediria que fosse esclarecido que a Contag é um órgão nacional, que a Contag tem legitimidade, que, ao contrário do MST, a Contag espera que a reforma agrária dê certo, porque, ao manter um produtor na terra e ao assentar alguém, isso significa alguém de quem ela vai continuar dando conta, que vai continuar atendendo. Não como o MST, que na hora em que assenta alguém, perde um acampado, uma massa de manobra. É preciso que a diferença seja muito bem qualificada nesta Comissão. Nós o respeitamos e o aceitamos como líder de uma instituição, de uma organização legal. Não aceitamos o MST porque é ilegal, porque prega conflitos, divisionismo e, principalmente, a desobediência civil e a quebra do estado de direito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero comunicar que, por intercessão do Senador Eduardo Suplicy, falamos há pouco com o Ministro Miguel Rossetto, que agradeceu o convite e disse ter o maior interesse de comparecer. S. Exª vai tentar viabilizar sua vinda já na terça-feira, trabalhando sua agenda. Ficou de confirmar, ainda hoje, sua vinda. Agradeceu à Comissão o convite e demonstrou o maior interesse em

comparecer. Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela intermediação.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela.

O SR. LEONARDO VILELA (PP – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente da Contag, quero manifestar minha preocupação com o que foi dito pelo Sr. Manuel José dos Santos, Presidente da Contag, com relação à promessa, à proposta do Governo Federal de assentar 115 mil famílias este ano.

O Presidente da Contag questionou a capacidade operacional do Incra por falta de pessoal e por outras questões, inclusive financeiras, de desapropriar e assentar tal número de famílias, questionando também a quantidade de recursos disponíveis para este fim. Um bilhão e setecentos mil reais foram prometidos pelo Presidente Lula. É um dinheiro ainda virtual. A suplementação financeira sequer foi aprovada por esta Casa. Sou daqueles que pensam dessa forma, que se preocupam. Preocupa-me, ainda, que no momento em que se cria uma expectativa de assentar 115 mil famílias cria-se uma demanda que é vista pelo aumento dos acampamentos nas margens das rodovias. Cria-se uma expectativa que, se frustrada, eleva a graus altos o nível de insatisfação, de tensão, no meio rural. Tudo isso aliado à motivação ideológica de alguns movimentos cria uma situação propícia à violência, à desordem, o que não interessa ao País.

Pergunto ao Presidente da Contag: o plano da reforma agrária desde Governo atende os interesses dos trabalhadores rurais, dos agricultores familiares? É um plano que tem uma linha mestra, uma condução, é um plano que tem horizontes para longos anos ou é apenas uma política de apaga fogo, ou seja, invade-se uma propriedade, desapropria-se, faz-se assentamentos e há outros focos de invasão em outro local? É para ir atrás dos problemas que vão surgindo? Pergunto-lhe mais. Há diferença entre os assentamentos que estão sendo feitos no atual Governo e os que foram feitos nos Governos anteriores? Quero fazer outra pergunta ao nosso Presidente. Nos últimos dez anos cerca de R$10 bilhões foram gastos com reforma agrária. Na opinião da Contag esses recursos foram bem aplicados? Poderiam ter sido aplicados de forma diferente? A sociedade brasileira está recebendo benefícios desses recursos que foram investidos, ao longo dos últimos anos, na reforma agrária? Sobre os assentamentos que deram certo. Por qual motivo deram certo? Vou mais além, a Contag considera que se pegar pessoas que não têm vínculo com o meio rural, que não têm capacitação, se um assentamento feito com esse tipo de assentado, que é, muitas vezes, convocado, captado, na periferia de grandes cidades, se teria condição de dar certo, se teria viabilidade. Mas, dos assentamentos que existem hoje, qual a porcentagem, que sabemos que é pequena, que já se emancipou, que caminha com as próprias pernas? E o que fazer para que esses assentamentos não fiquem dependentes de programas sociais eternamente?

Solidarizo-me com as questões levantadas pelo Deputado Lupion. O que a Contag está fazendo? O que a Contag sugere para não deixar que os agricultores familiares de hoje possam ser os sem-terra de amanhã? Porque, hoje, está ocorrendo o empobrecimento gradativo dos pequenos produtores, e dos médios também, com certeza. E o que fazer para não deixar que, por exemplo, os produtores de leite não se percam? Temos cálculos de que, a cada ano, o Brasil perde cerca de 40 a 50 mil produtores de leite, em virtude do processo de concentração. O que fazer para evitar essa questão?

E, por fim, gostaria de perguntar, e o senhor já o disse, a posição da Contag em relação aos programas de crédito fundiário. Gostaria até de colocar por que a resistência de alguns segmentos dos trabalhadores rurais de não aceitar o programa de crédito fundiário como uma alternativa viável, pacífica, para a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Presidente da Contag, José Manuel dos Santos, é um grande prazer tê-lo conosco!

Fazendo uma colocação, Sr. Presidente, na linha em que o Deputado Lupion já havia comentado, de que é importante, nesta Comissão, essa desmistificação entre pequeno, médio ou grande, porque o que temos são produtores rurais no País. Não interessa a categoria! E o que temos que procurar fazer é não dividir.

Como sei, no meu Estado, e gostaria que o Deputado Adão Pretto estivesse até presente, o Manuel conhece bem, temos a Fetag, que é ligada, filiada, à Contag, atuante no Estado, mas temos também uma Fetraf, temos uma MPA, temos um Movimento dos Atingidos por Barragens, ou seja, temos várias organizações! E isso só divide! Não podemos fazer isso aí.

Da mesma forma, hoje, temos a Contag, que representa um segmento dos trabalhadores e pequenos agricultores, temos uma CNA, que representa também outra parcela dos produtores brasileiros, e temos uma OCB, que são as três entidades maiores ligadas ao agronegócio brasileiro e legais para defender os interesses dessa comunidade, diferente de um MST, por exemplo.

Então, quando se fala nos pequenos, quero falar que aqueles pequenos que produzem têm organização de cadeias. O Manuel fazia um comentário a respeito de políticas, mas campanhas políticas no nosso País que dão certo, dos produtores de frango, dos produtores de leite, dos produtores de suíno, dos produtores de fumo, que temos, nos três estados do Sul, principalmente, dos de uva. Enfim, são pequenos agricultores com projetos, e ali dá certo.

Nesse sentido, temos cadeias organizadas, que é do que precisamos.

Então, por isso, a preocupação que tenho, Manuel, e o Manuel trabalhou conosco, quando fui Presidente da Comissão de Agricultura, é unirmos Contag, CNA e também a OCB, discutindo dívida agrícola. E não nos podemos dividir, como temos visto muita gente querendo a divisão dos pequenos, dos médios, dos grandes trabalhadores ou não do meio rural.

E a minha preocupação, Manuel, pois há muita pressão em cima disso, e já me manifestei a respeito disso outro dia em que o Stédile estava aqui, é quando vemos, hoje, no Brasil, em torno de 6 milhões de propriedades rurais na Região Norte. Peguei aqui um estudo que os técnicos da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa fizeram, mostrando que a renda bruta é de R$6.154,00 (seis mil cento e cinqüenta e quatro reais). Digamos que haja 10% de renda, e há anos que não há 10% de lucro, dariam R$615,00 (seiscentos e quinze reais), na Região Norte, R$576,00 (quinhentos e setenta e seis reais), na Região Nordeste, R$2.300,00 (dois mil e trezentos reais), líquidos, por ano, se tivesse uma renda de 10%.

O Leonardo fala no leite; há outras atividades, temos a seca no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado de Santa Catarina, numa região do Mato Grosso do Sul, na região do Paraná, e esse pessoal tem renda negativa – estou aqui fazendo uma suposição –, que esse pessoal tenha 10% de lucro, num estudo da Embrapa e da Fundação Getúlio Vargas, 2.319 da Região Sudeste e 2.593 na Região Sul, 2.593 são dez salários mínimos por ano. Vejam, uma família, para ter uma renda de dez salários mínimos, menos de um salário mínimo por mês. Essa é a realidade dos agricultores brasileiros.

A preocupação que tenho é quando vejo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, instigando e buscando excluídos da sociedade, querendo transformá-los em agricultores. Temos que batalhar, Manuel, por essa gente aqui, os com terra, que estão na propriedade e não estão conseguindo se manter na atividade. Essa é a realidade, temos seguramente mais de 4 milhões de pequenos agricultores até 100 hectares que não têm acesso a assistência técnica, que não têm acesso a crédito. Então essa é uma preocupação, porque é um trabalho por todos aqueles que estão na terra, e não apenas pelos sem-terra, pelos excluídos da sociedade.

A minha pergunta, Manuel, é a seguinte: lutamos muito no mandato passado e continuamos lutando ainda, e conseguimos o crédito fundiário, o Banco da Terra. Infelizmente, o núcleo agrário do PT era contra, o Deputado Abelardo Lupion lembra, no ano de 2002, quando estávamos votando na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural mais recursos para o Banco da Terra, infelizmente, o núcleo agrário não queria o Banco da Terra. A pergunta a V. Sª é a seguinte: não acha muito mais produtivo o que implantamos no Rio Grande do Sul, por uma ação que fizemos, para que nos Municípios fosse decidido, nos Conselhos Municipais de Agropecuária, dos quais participam o sindicato dos trabalhadores, o sindicato patronal, a cooperativa, a Emater, a Câmara de Vereadores, a Secretaria Municipal de Agricultura? Ali eles estavam escolhendo quem deveria pegar um pedaço de terra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Então essa é uma pergunta: não é muito melhor fazermos isso, ou deixar que o MST tenha 120 mil favelados nas beiras de estrada, que muitas vezes não têm vocação para a terra, nunca foram agricultores nem filhos de trabalhadores rurais são? Qual a opinião de V. Exª a respeito?

A nossa opinião é que temos que assentar o verdadeiro trabalhador rural ou o filho de um pequeno agricultor, como existem no Estado do Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em vários Estados. Uma família com dez hectares já tem dois, três filhos casados e precisa de um pedaço de terra. Temos alguns milhares assim em todo o Brasil.

Então, essa é a colocação, e se V. Exª acha justo o movimento que foi feito no Governo passado e continua sendo feito... Eu disse ao Ministro Miguel Rossetto – no dia em que S. Exª vier falarei de novo – que as mais de 500 mil famílias que foram assentadas nos oito anos do Governo Fernando Henrique foram por pressão do PT, do MST e da própria igreja. Foram colocados quase R$10 bilhões, e V. Exª falou e eu sei, conheço esse estudo e gostaria de apresentar um dia aqui, Sr. Presidente, um estudo do dinheiro que foi posto fora, por pressão. Invadiam prédios públicos, invadiam tudo para conseguir mais dinheiro, sem assistência técnica, sem saber se essas pessoas tinham ou não capacidade ou vocação para se manter na atividade. Então, aqui

vimos um desvio de dinheiro público, mal emprego de dinheiro público, por pressão.

A nossa preocupação agora – e eu disse ao Ministro Miguel Rossetto, direi de novo e digo agora publicamente: tínhamos que estar muito preocupados em manter essas famílias que estão sem casa, sem água, sem luz, sem assistência médica, sem assistência técnica, sem tudo, esses que já estão lá no campo, aqueles que ainda não abandonaram. Seguramente uns 40% já abandonaram a atividade. Então essa é a pergunta a V. Exª. Não acha justo que trabalhemos assim ou criarmos falsas expectativas em cima desses bolsões que estão se juntando nas beiras das rodovias em todo o País?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do Pará.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Quanto a uma das questões que quero fazer ao Sr. Manuel José dos Santos, Presidente da Contag, S. Sª já fez alguma referência, que é exatamente a pergunta sobre o que o senhor acha que esta CPMI pode fazer em relação a essas – só no Estado do Pará – 200 liminares, só no ano de 2003, e elas foram concedidas pela Justiça em áreas que inclusive já estavam com um processo de regularização, de vistoria, no Incra. Não eram pessoas que tinham acabado de ocupar a terra. Nessas dezenas de áreas, as pessoas já estavam há muito tempo na terra e foi gasto um milhão de reais para fazer a desocupação; um milhão de reais em um Estado como o Pará, que diz que não tem recursos, que destina menos de 1% do seu recurso para a agricultura e que desconhece os assentamentos, embora seja o Estado onde há o maior número de assentamentos.

A Superintendência do Incra, em Marabá, no Pará, é a que concentra o maior número de assentamentos do Brasil. E quero discordar dessa questão de que não existe diferença entre o grande, o pequeno e o médio. Existe, sim, e tem que existir. Não podemos tratar desiguais como iguais. É óbvio que não queremos a guerra; aliás quero dizer, como paraense, como quem é de um Estado campeão da violência no campo, campeão nacional da morte no campo, campeão nacional do trabalho escravo, que ninguém quer mais a paz no campo do que eu e do que nós paraenses. Com certeza, nós não queremos isso continue. Agora foi gasto um milhão de reais, inclusive o Incra teve que negociar com um Juiz federal para que várias dessas liminares fossem retiradas, fossem cassadas, porque eram processos em andamento.

E tem mais, é verdade o que o senhor Manuel dos Santos disse, que junto com as liminares, nas madrugadas, na calada da noite, invadiam e expulsavam trabalhadores de terra sem nenhuma liminar na Justiça. Isso é real e aconteceu no meu Estado, no Pará. Então, penso que tínhamos que fazer. Penso que todos os poderes têm um papel importante. Quando chegar nesta Casa, do Poder Legislativo, a suplementação de verba, teremos que agilizar a sua aprovação. E estaremos juntos com certeza. Quero dizer a V. Exª, Deputado, que concordo, quero estar irmanada, porque inclusive eu defendo o pequeno produtor. Temos números na nossa terra de que o pequeno produtor é responsável pela maior produção agrícola do nosso Estado.

É da pequena propriedade que vem a maior produção agrícola no Estado do Pará, não é da grande. Quero, também, contar com a solidariedade pelo fim da impunidade porque, queiramos ou não, foram 766 mortes, de 1980 a 2001, no Estado do Pará. Isso é Brasil real, o Pará é realidade. O Pará não é irreal, é o segundo maior Estado do Brasil, o Estado que tem o maior potencial hidrelétrico do País, é a maior província mineral do mundo, que tem um potencial agrícola fantástico, mas que tem essa realidade que, com certeza, precisamos alterar. E dia 17, sábado, completará oito anos de total impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás. O resultado disso é muito mais mortes no Pará. O resultado disso é que, no ano passado, houve sete assassinatos em São Félix do Xingu. É esse o resultado da impunidade. A impunidade é a mãe e a incentivadora da violência.

Não há ninguém preso no caso de Eldorado dos Carajás. Os únicos condenados, Coronel Pantoja e Major Oliveira, estão esperando o julgamento em liberdade. O Secretário de Segurança e o Governador do Estado da época, que determinou inclusive que fosse feita a desocupação a qualquer preço e de qualquer forma, sequer foram arrolados no processo.

Imaginem que vários Juízes, inclusive, e quero dizer a V. Exª, Deputado, que foi uma cena chocante, dantesca, a que vimos, porque eu fui à comissão, eu era Deputada Federal, à época, exatamente um dia depois do massacre de Eldorado dos Carajás. Dantescas foram as cenas que vimos lá, porque até o Instituto Médico Legal do Pará também sentenciou que aconteceu, na verdade, não só um assassinato, mas execuções em Eldorado do Carajás, execuções. E ninguém está preso.

Depois de um julgamento confuso, imaginem que 17 dos 18 juízes criminais da Comarca de Belém se recusaram a presidir o julgamento. E, quando uma juíza aceitou presidir, mandou retirar a principal prova da acusação, que era o parecer técnico do Professor Mo-

lina. O promotor recorreu e conseguiu que essa prova fosse recolocada. Uma prova que mostra claramente o que o Brasil não via, porque, naquele massacre, quem primeiro atacou foi a Polícia Militar, e atacou dos dois lados, tanto o Batalhão que vinha de Marabá quanto o Batalhão que vinha de...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

É importante, Senador, porque, depois de oito anos depois de impunidade, o outro Batalhão. Foi provado inclusive que a primeira morte que aconteceu foi de um sem-terra. A cena que o Brasil via dos trabalhadores sem-terra avançando com facões, foices, como se fossem em direção à Polícia, que estava de metralhadora, AR-15, foi a do primeiro sem-terra morto, quando eles iam tentar resgatar o corpo do mudinho.

Sou uma estudiosa desse assunto. Fui até entrevistada no Jô Soares**,** na época daquele julgamento extremamente polêmico que envolveu uma série de situações absurdas.

Portanto, creio que precisamos também envolver o Judiciário, que não pode continuar desconhecendo a realidade do País. Não quero dizer que concordo **ipsis litteris** e assino embaixo de toda as ações do MST. Digo isso com muita tranqüilidade. Não concordo com todas ações do MST, como também tenho certeza de que vários Parlamentares discordam de ações ilícitas que ruralistas fazem no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia, gostamos muito de ouvi-la, mas peço a V. Exª para concluir.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria saber do Dr. Manuel exatamente sobre essa situação, se o Incra está totalmente desaparelhado durante todos esses anos, mas está mudando, graças a Deus. Só para ter uma idéia, 130 mil famílias, 30% a mais do que em 2002, já estão contando com a assistência técnica. E haverá o acesso à garantia de assistência técnica a todos os assentados até o final de 2003. Fazer favelização agrária, como foi feito no meu Estado, em que os assentados estão, às vezes, a 200 quilômetros, sem acesso à estrada, a luz, a água, a assistência técnica...

Como V. Exª falou ...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço a V. Exª para concluir.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É absolutamente impossível. Todos queremos paz no campo, assentados como produtores rurais inseridos na economia local, fazendo com que este País possa crescer e gerar empregos, podendo gerar alimentos para o nosso povo.

Portanto, queria saber o que nós da CPMI devemos fazer em relação a esses absurdos dessas liminares, a esses milhões gastos pelo Governo de Estado, com liminares e despejos ilegais, irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Presidente da Contag.

O SR. (Orador não identificado) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Faltam apenas dois parlamentares fazerem perguntas. Poderíamos completar as duas para depois o Sr. Manuel respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sr. Presidente, se concordar os dois parlamentares concluirão, depois o senhor responderá.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, posso fazer uma colocação para a Senadora Ana Júlia?

Esse é um tema importante. Deveríamos, numa reunião nossa, discutir essas questões. Conheço por alto essa questão de Eldorado/Carajás. Tenho aqui o jornal **Zero Hora**, de 24 de julho de 2003, que diz: "Stédile diz que luta camponesa conta com exército de 23 milhões".

Então, a nossa preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pediria ao Deputado que permita à Presidência conceder a palavra aos oradores inscritos. V. Exª já usou da palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sim, mas eles não vão esperar que chegue o Manuel?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não, de lá ele ouvirá tranqüilamente.

O SR. (Orador não identificado) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, estava ouvindo pela televisão as respostas do Presidente da Contag. Não faço parte desta Comissão, mas, como Senador e um dos Vice-Líderes do PSDB, senti-me no direito de vir fazer algumas perguntas.

O Presidente argumentava seguidamente que apoiou Lula, apóia o Governo, sempre no passado. Quero dizer ao Presidente que não podemos fazer política agora olhando pelo retrovisor, até por que muitos que aqui estão são novos Senadores, novos Deputados, e o passado foi reprovado, rejeitado. O passado perdeu as eleições.

Mesmo o Presidente Lula dizendo na mídia nacional que, se Fernando Henrique Cardoso tivesse encerrado os seus primeiros quatro anos, sairia como um deus – palavras do Lula – e Deus é a perfeição,

não houve questionamento; ele disse isso na imprensa nacional.

Não queremos saber também no passado. Gostaria de saber o que se está fazendo no presente, no momento. Ouvimos do Presidente Lula um dos programas mais fantásticos para a reforma agrária. Dizia que, quando assumisse a Presidência, no primeiro dia, determinaria que não houvesse necessidade de invasão de terras neste País; a reforma agrária seria priorizada.

Há poucos dias, ouvi o Vice dizer o seguinte: não vou deixar invadir no grito – dizendo isso a seus próprios filhos, porque também denominou os sem-terra, os pequenos agricultores como os seus próprios filhos, e que ele sabia como lidar. E disse mais, na sua campanha eleitoral: que o Governo haveria de dar mais terras do que necessitariam os sem-terra do País. Ele dizia isso nos debates.

Hoje estou ouvindo a nossa querida Senadora Ana Júlia, por quem muitos dos meus familiares no Pará têm simpatia, e digo o seguinte: Senadora Ana Júlia, V. Exª caberia muito bem do lado de cá, na Oposição. O discurso de V. Exª é para agora, porque estamos ouvindo e lendo nos jornais que estão querendo invadir palácio de governo. Ouvimos recentemente que invadiram prefeituras – fizeram acampamento em frente prefeituras. Estamos ouvindo de V. Exª que o Governo do Pará só investiu 1%. Se o Governo investe 1%, o que dizer deste Governo que investiu 0,04% até agora? O que dizer deste Governo que já passou um ano e quatro meses e tem o compromisso de investir no Brasil inteiro? O que dizer deste Governo, Senadora Ana Júlia, que investiu do orçamento até hoje 0,08% em tudo: infra-estrutura, rodovias, agricultura?

Senadora Ana Júlia, quero convidá-la para estar conosco. Temos que cobrar deste Governo. Estamos aqui reunidos, a Comissão foi formada para cobrar melhores dias para os nossos agricultores. Temos o melhor para os nossos agricultores, mas melhor também para quem produz. Estamos vendo o desemprego neste País, e grande parte do desemprego é em função até da falência geral que está havendo na agricultura deste País, da falta de investimento, pois temos problema de estiagem, de falta de investimento na produção. E, permita-me, não queria o tempo que teve a Ana Júlia, mas pelo menos 10%, exatamente para falar por mais dez minutos para dizer o seguinte: o que diria o próximo presidente da Contag de um governo que mostrou na mídia nacional as verduras artificiais? Podemos dizer que é artificial para o governo, mas real para quem plantou.

O que dizer deste Governo que se envergonhou de fazer uma propaganda mentirosa para o País, dizendo que o dinheiro que estão dando para os agricultores era aquela produção fantástica? Uma propaganda mentirosa.

Não vi, por parte da Contag, um pronunciamento contra o atual Governo, que estava mentindo, com a propaganda mentirosa. Quem ouviu e assistiu aquilo pensa que as suas reivindicações não são justas, do pequeno agricultor e da agricultura familiar. Não são justas porque o Governo mostrou outra coisa para o Brasil inteiro. O que o senhor diria dessa propaganda mentirosa do Governo que o senhor apoiou e que ainda apóia?

Parece-me, pelo seu pronunciamento, porque todos nós apoiamos o Brasil, mas não o desgoverno que está sendo implantado na agricultura do nosso País. E pediria mais: o que é que este Governo fez até agora para assentar, para ajudar, para fazer com que não tenhamos mais invasões de terras neste País? Quanto ele investiu até agora?

Sou de Santa Catarina. Em Abelardo Luz houve inúmeros assentamentos no período Fernando Henrique Cardoso que foram exemplos para o País. Até hoje, há um ano e quatro meses, não houve um assentamento sequer em Abelardo Luz. Índios invadem terras dos nossos colonos, o Governo deixa invadirem a terra de quem produz.

Estamos vivendo um caos neste País, lamentavelmente. Vamos olhar para o nosso nariz, para frente. Fazer política pelo retrovisor é fácil, assim como é fácil achar o defeito dos outros. Vamos achar o defeito do próprio Governo, o nosso defeito, o defeito dos Senadores, dos Deputados Federais e do atual Governo. E vamos olhar o defeito de quem prometeu, de quem se elegeu dizendo que teríamos um país diferente. Infelizmente, o país diferente que estamos vendo é da desesperança, da frustração de vocês, dos agricultores e de toda a nossa Nação. Pergunto o que o Governo fez até agora por vocês. Quanto dinheiro já encaminhou de recursos para que haja assentamentos? E o que o senhor acha daquela propaganda fantástica, daquela produção agrícola que mostrou, através do Pronaf, o atual Presidente? Aliás, cantando em verso e prosa um projeto do Fernando Henrique Cardoso, do Pronaf, e dizendo que era o rei, era o autor, era o produtor. Ele trabalhou artesanalmente tudo aquilo e mostrou uma mentira imensa para o País. O que o senhor acha disso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Meu colega e companheiro, Presidente da Contag, Manuel dos Santos, conhecido no meio sindical como Manuel

de Serra. É um prazer estar aqui conversando sobre esse tema tão apaixonante no Brasil.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, essa situação da terra no Brasil, crônica desde a chegada dos portugueses aqui, parece não ter solução simplesmente por uma ou outra medida de Governo.

Quando, em 1985, o então Presidente da República, hoje Senador e Presidente do Senado Federal, José Sarney, anunciou a reforma agrária, surgiu na conjuntura brasileira um fenômeno chamado União Democrática Ruralista, que, de maneira bastante aberta e pública, intimidou o Governo com leilões de bois e compra de armas. Ainda me lembro – não trouxe aqui porque não encontrei mais a revista – de páginas da revista **Veja** e de outros veículos de comunicação apresentando um pistoleiro chamado Bicalho – não me lembro nem mais do nome dele – montado num toco de uma cerca de fazenda, com uma espingarda Winchester de repetição e dois revólveres 38, o faroeste apresentado.

O primeiro objetivo desta CPI era julgar um ator dessa situação chamada Movimento dos Sem Terra, mas, depois de uma negociação, se ampliou para conflitos agrários, porque existem dois lados.

Não vou citar nenhuma espécie de exemplo porque eu me sinto bastante contemplado com a Senadora Ana Júlia Carepa, com a qual eu convivi no Pará.

Então quero fazer, diretamente, algumas perguntas ao nosso convidado: primeiro, se ele tem conhecimento de como foi a reforma agrária do México, dos Estados Unidos e do Japão; segundo: se o Presidente Manuel Serra tem conhecimento de estoques de terras públicas – se não por Estado, mas por região – que não tenham dono que sem a presença humana; terceiro: se é possível sabermos qual é o tamanho mínimo e o tamanho máximo de uma propriedade rural. Seria bom dizer para nós o que você considera como o mínimo e o máximo.

Além disso, se estaria a Contag de acordo com a suspensão do título de propriedade privada de terras no Brasil para qualquer personalidade, concedendo-se o título condominial ou de concessão de uso por tempo e assim por diante.

Estou falando nisso porque é uma luta que eu tenho levantado há muitos anos, suspendendo o direito de título de propriedade privada.

Apresentei uma PEC, sugerindo a alteração do art. 186 para suspender o título de propriedade privada para áreas de reforma agrária, ficando como terra pública. E quero discorrer sobre razão disso.

Acompanhei bastante na Amazônia... Ocupações de terra ou projetos de assentamento geraram um rodízio de pessoas que vendiam essas terras. Fui sindicalista e encontrei muitos cidadãos que ocupavam uma área, saíam e ocupavam outra, e assim por diante, fazendo disso uma espécie de comércio. E eu tive até que enfrentar isso quando fui Presidente do Sindicato. Baseado nisso, propus essa suspensão do direito de propriedade de título definitivo em área de reforma agrária.

Por último, gostaria de saber se você concorda que o MST ou qualquer instituição possa absorver pessoas oriundas de qualquer categoria que estejam em situações difíceis. Esse assunto foi motivo de indagação de um parlamentar anterior a nós. E se isso é justo e legal.

E acrescento: se pode o empregado mudar de ramo quando quiser, é possível também, na questão dos pequenos – dos desempregados –, eles procurarem a Contag, o MST ou qualquer instituição para ter o direito de propriedade de terra?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o último orador inscrito, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a discussão da questão da terra, em qualquer lugar – no passado, no presente e, provavelmente, no futuro –, é tomada pela emoção. Os sentimentos do homem e da família em relação à propriedade de maneira geral, especialmente no que se refere à propriedade da terral rural, têm raízes muito substantivas. É explicável que a emoção esteja presente na discussão dele. Da mesma forma, farei alguns comentário gerais no interesse da prudência e do bom senso.

Grandes proprietários de terra e produtores agrícolas, evidentemente, estão mais articulados do ponto de vista da economia do que pequenos e médios proprietários. Mas, para examinar a questão da agricultura no geral e para ser justo, é preciso entender que a agricultura financiou a expansão industrial do Brasil. Todo o nosso crescimento urbano e industrial foi financiado, a um tempo, pelos excedentes da agricultura. De resto, o Estado brasileiro jamais pagou a conta da agricultura. A demonstração mais clara de que não pagou para pequenos, médios e grandes é que a própria infra-estrutura, que deveria sustentar a agricultura e criar condições para que ela se desenvolvesse, não só é precária como é lamentável. É um impedimento a que o Brasil se desenvolva melhor, de forma mais justa e mais equilibrada no interior, porque o tal desenvolvimento terá que se dar compulsoriamente, fixando o homem à terra no interior.

Portanto, nesse sistema, todos estão, de uma forma ou de outra, prejudicados. Agora mesmo o Congresso discute a questão da Cofins. Não sou apaixonado, mas devo dizer que a ausência do Governo Lula não

apenas em relação à questão agrícola, mas também no que toca às questões gerais do País é notável, reconhecida pelo próprio Governo, que faz um esforço enorme para quebrar a inércia que caracteriza este primeiro ano e seis meses de governo.

Mas há um fato relevante: todo o nosso esforço – e digo isso porque estou na negociação da Cofins pelo nosso Partido – é para que a Cofins não crie problemas adicionais à agricultura. Aquilo não foi pensado para ajudar a agricultura, mas para aumentar a arrecadação e favorecer a indústria. De maneira alguma, a agricultura foi objeto de exame quando se tomou essa iniciativa. Sinto um esforço grande do próprio Governo para evitar que a Cofins agrave a situação da agricultura. Se o Governo Lula não tiver o discurso da agricultura para fazer e, se, ao invés desse discurso, as lideranças do setor agrícola afirmarem que o Governo Lula, ao invés de ajudar a agricultura, está prejudicando-a, não haverá o que falar mais. O mais sensato será ficar calado, apesar de toda emoção dos meus amigos do PT.

No caso da reforma agrária, primeiro, essa confusão não começou agora, mas tem raízes em contradições que vêm de muito tempo. Os governos de uma maneira geral trataram muito mal a questão da reforma agrária. Uns fizeram mais esforço, outros menos, mas o Incra, por exemplo, é um belo exemplo de instituição pública deplorável. Foi instrumento de trabalhadores e de proprietários. Sei de dezenas de invasões de terra na minha região que na verdade eram formas de fazer tornar líquidas propriedades que não valiam nada.

Há uma confusão enorme e penso que esta Comissão, sob a liderança do Senador Alvaro Dias e com a presença dos senhores, pode ser o instrumento adequado para avançarmos um pouco na questão, com recomendações consistentes para melhorar tudo isso.

Mas há um fato concreto: a Contag. Fui próximo da Fetap, em Pernambuco, conheço a terra do Presidente da Contag, em Serra Talhada, sou produtor rural e sei que o meu Estado é extremamente complicado como, de resto, o Nordeste. As nossas terras do sertão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Serei rápido. Estou querendo contribuir e não criar tumulto.

As nossas terras do sertão não têm apropriação econômica plausível e não são consistentes para projetos de reforma agrária. As terras do agreste, terras de transição, já são bastante distribuídas. Então o problema do agreste pernambucano não é a reforma agrária no sentido mais geral, mas o da pequena produção, que está em situação deplorável, desassistida, ameaçada de liqüidação pelo Banco do Nordeste – o Presidente da Contag deve saber disso.

Eu me reuni, cerca de seis meses atrás, com mais de três mil produtores no agreste cujas propriedades estavam a ponto de serem tomadas pelo Banco do Nordeste por total iliqüidez, porque não houve absolutamente adequação do crédito oferecido às possibilidades daquela agricultura.

Na Zona da Mata, remanesce uma agricultura claudicante da cana-de-açúcar, limitada à possibilidade de diversificação, com conflitos seculares, e, nas áreas metropolitanas, gente que sobrou desse sistema produtor agrário, não apenas em Pernambuco, mas no Nordeste de maneira geral.

Tratar desse assunto ameaçando invadir o Palácio do Governo e a sede do Incra é uma total insensatez. É sensato fazer greves. Eu mesmo aprovei. Ajudei greves da Fetap, para que os aumentos do preço do açúcar chegassem aos salários dos trabalhadores rurais, tenho várias e várias participações nisso, mas essa coisa chegou a um nível de desorganização que não pode continuar, um governo de Estado ameaçado na sua autoridade, o Governador ameaçado, pelos jornais, pelo representante de uma entidade do tamanho e da relevância do MST, de que está disposto a invadir o Palácio do Governo, não apenas a sede do Incra, que é usual, mas o Palácio do Governo. Quer dizer, quebrar a autoridade do governador, que é a única que sobrou lá. Segundo, invasões que se acumulam em áreas que são objeto de reforma agrária, em áreas improdutivas e produtivas, pessoas que entram nas propriedades para incendiar as sedes de engenho e de propriedade, pessoas que fazem invasão relativamente correta, mas a desordem é total.

Não estou fazendo o discurso do terrorismo, nem da oposição. Não concordo que se criem em torno disso demonstrações para evitar que o processo da reforma agrária avance, mas este Incra não vai fazer reforma agrária nunca. As instituições organizadas para cuidar do problema agrário são deploráveis, inconsistentes, viciadas, não vão avançar no processo de reforma agrária, e o Presidente da Contag pode até não concordar com isso publicamente, mas, sendo quem é, sabe que esta é rigorosamente a verdade.

Não é o Incra de Fernando Henrique Cardoso ou o Incra de José Sarney, ou de qualquer Presidente; o Incra é do Presidente Lula também. Então, nesse cenário, é importante que esta seja uma CPI dos conflitos agrários, mas também das soluções; que não acumulemos tensão onde ela já é demais, mas tenhamos sinceridade para fazer uma autocrítica, nós que já governamos e os que estão governando agora.

Tenho profunda admiração pela participação do Sr. Presidente como tenho expectativa positiva do Sr. Relator. Ouvi um depoimento aqui de um ex-Presidente da Comissão de Agricultura de uma imensa sensatez, com o foco principal na pequena produção brasileira, sem a qual não há solução alguma para estabilidade social. Não estabilizaremos a terra no Brasil se não criarmos mecanismos para que a pequena produção, a produção da agricultura quase pré-familiar ou pós-familiar, mas numa pequena escala, possa sobreviver.

Trouxe, hoje, uma informação. Creio que a Comissão não deve se omitir. Não pode haver ameaça de invasão à sede de um governo sem que tomemos uma posição. É uma questão de bom senso, de equilíbrio, não de política.

No mais, apesar de não ter vindo às primeiras reuniões desta Comissão, por obrigações que todos sabem que os Senadores têm demais, com tempo de menos, estarei presente no interesse de ajudar a discussão que, presidida pelo Senador Alvaro Dias, será bem sucedida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra, pela sua participação inteligente.

Cumpro o dever de trazer uma informação do Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão, que me pede para comunicar que teve uma crise hipertensiva, foi atendido pelo serviço médico do Senado, encaminhado ao serviço médico da Câmara, foi medicado e, agora, a sua situação é estável e está sob observação médica. Por isso, justifica a sua ausência nos trabalhos desta Comissão e está sendo substituído pelo Deputado Anselmo.

Passo a palavra para as conclusões e para as últimas respostas ao Presidente da Contag.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – A primeira questão levantada: se consideramos que a ocupação de terra é crime.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Respondendo a quem, por favor?

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Estou respondendo ao Deputado Adão Pretto.

Nossa compreensão é a de que a ocupação feita pelos trabalhadores para gerar um processo de desapropriação, regulado por um processo de lei que garante ao dono da terra a indenização com base na lei, não pode ser considerado crime. Trata-se de um instrumento que o trabalhador tem para fazer com que as autoridades, independentemente de quem seja Governo, entendam que existe um conflito e façam a sua ação. Não houvesse uma demanda de reforma agrária não atendida antes ou durante o Governo, não haveria ocupação. Não há coisa mais ruim do que ficar embaixo de uma lona preta, sendo atingido por mosquitos, dormindo com cobras e sapos. Isso é o que resta na ponta da corda para o trabalhador, que não tem outra alternativa.

Temos que separar as coisas. A Constituição brasileira diz que terra desapropriada deve ser indenizada parte em dinheiro e outra em TDA.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu gostaria de entender melhor o que o senhor está dizendo.

O senhor disse que é a favor de invasão inclusive em terras produtivas?

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Estou dizendo que a ocupação para gerar a desapropriação pela qual o proprietário recebe a indenização não pode ser tratada como crime.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas de terras produtivas? É esta pergunta.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Não me manifestei a respeito de terras produtivas. Mencionei antes – e repito – que também é preciso levar em consideração a função social das terras produtivas. Uma propriedade de 20 mil hectares que produz e enriquece um único dono, tendo ao lado milhares de pessoas que passam fome, precisa ter sua função social discutida. Isso é o que disse no princípio, repito e quero que fique claro.

No Brasil ainda existem muitas terras que não estão sendo utilizadas para a produção que devem ser, de imediato, arrecadadas para fazer a reforma agrária. Falo das terras que prestam para produzir, e que estão ociosas. Mas a função social da propriedade precisa ser discutida, porque entendemos que a terra não foi criada para um único homem, mas para uma Nação.

A outra questão mencionada pelo Deputado Lupion é de que a Contag deveria trabalhar para manter os agricultores nas terras existentes, lutar por créditos, por assistência técnica e pela estabilidade desses agricultores na terra. Na minha fala inicial, disse que a Contag representa os que não têm terra e também os agricultores de pequena propriedade que já estão com terra.

Na verdade, não sei se existe – pelo menos não tenho conhecimento – outra organização que tanto tenha se batido junto aos Governos para que fosse feita a política de assistência técnica, de crédito e de infraestrutura, para não deixar que as famílias que já têm terra saiam dela. A luta do sem-terra é para transformá-lo em produtor. Essa é a luta de agora, mas continua depois. Não vemos nenhuma possibilidade de sucesso da reforma agrária se não houver política para fortalecimento da agricultura familiar de modo geral. Do contrário, entra-se por uma porta e sai por outra.

Se V. Exªs acompanharam o posicionamento da Contag, dissemos para o Governo passado e continu-

amos dizendo neste que não se pode colocar gente na terra e sair mais gente do que entra. Não fosse a Contag, não teríamos o pequeno Pronaf, com suas políticas diferenciadas. Mesmo sendo um programa de Governo, já que é obrigação do Governo transformar propostas em políticas públicas, a Contag vem, com muita tranqüilidade, apresentando propostas ao Governo Federal. Começamos em 1995, com a negociação de R$ 200 milhões, mostrando que esse valor era pouco e que precisava aumentar, e chegamos a negociar no último ano R$ 5,4 bilhões, o que ainda é pouco. Contudo, os valores foram crescendo.

Falta uma política pública que fortaleça e consolide a agricultura familiar, o trabalhador – também disse isso antes. Não basta só o crédito, porque ele recebe o crédito, mas não tem assistência técnica, política que garanta que essa produção possa gerar renda para ele sobreviver com excedentes para comprar o restante, que ele não produz, como saúde, educação, vestuário, etc. Isso leva o trabalhador a vegetar. Mesmo estando na terra, ele vegeta, não vive.

A política para a agricultura familiar precisa ser transformada no Brasil. E aí entra outra questão: precisamos ter cuidado com a discussão de que não é necessário separar o agricultor familiar do outro produtor para o agrobusiness e que tudo é produtor. Não podemos tratar de forma igual o que é diferente. É muito simples fazermos uma indagação cuja resposta seja não do lado do agrobusiness. Estou propondo fazermos uma troca: o agrobusiness fica nas nossas terras, e nós vamos para as terras de vocês com condições para medir a produção e o seu grau de eficiência. Se somos diferentes, não podemos ser tratados igualmente. Esse discurso é perigoso.

Estamos mostrando que existe uma agricultura pobre. É impossível cobrar de um agricultor do meu sertão de Serra Talhada. Quem tem 50 hectares de terra, naquele sertão seco, já se considera um homem livre. Não é mais morador nem empregado. Mas quem escapa com 50 hectares de terra no sertão do Nordeste?

Concordo com o Senador Sérgio Guerra. É isso o que resta para a nossa gente. E vocês querem cobrar eficiência. Vimos aqui que o agrobusiness é 20 mil para cada cidadão, aquele que ainda vive de outra coisa. Dizer que tudo é igual é esconder a verdade.

O Governo é um só, mas precisa ter políticas diferenciadas. Nesse sentido, a Contag não só lutou para ter o Pronaf com política diferenciada, mas, todo o tempo, no Governo Lula, brigamos para manter os dois Ministérios mesmo em um governo democrático e popular. Tenho certeza de que, com todas as limitações do Sr. Rossetto, Roberto Rodrigues não tem tempo nem paciência para discutir as questões dos pobres. É este o Brasil em que vivemos. É essa a realidade da agricultura. São dois mundos. Não adianta pensarmos que não é, dizendo que pobre e rico, com condições inteiramente diferentes, serão capazes de responder com eficiência produtiva.

Não lutamos só pelo crédito e pela assistência técnica nem somente neste Governo. Desde os governos passados, estamos lutando. Ganhamos um pequeno crédito, e cadê a assistência técnica? Nem antes ela existe. Melhorou um pouco, é verdade. Como disse a Senadora, que já houve 30% de aumento das ações de assistência técnica em várias áreas. Mas essa assistência técnica precisa ser avançada.

Repito que estive em Pernambuco, na semana passada, onde perguntei que assistência técnica já temos e em que melhoramos. E que, pelo menos, passe um técnico no assentamento. Quando há agricultura diversificada, na qual se precisa criar cabra, bode, vaca, plantar milho, feijão, há um técnico polivalente para dar assistência técnica a tudo. Não podemos dizer que haja assistência técnica, mas não podemos também dizer que isso é simplesmente responsabilidade do Governo atual.

Os governadores de Estado desmontaram o sistema Emater, que era o instrumento de prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores. Dentro de uma visão de enxugamento do Estado, a primeira medida que tomaram todos os Estados foi acabar com o sistema. O pouco que existe é desestruturado e resta aquela visão de que só o sistema Emater pode fazer extensão rural e responder por essas atividades. Estamos na frente e precisamos ter um sistema público e eficiente. Essa estrutura precisa estar a serviço dos trabalhadores, ainda mais se trabalham com as organizações não-governamentais, que têm experiência e capacidade de contribuir com assistência técnica complementar. É a saída que temos para podermos um pouco nessa área. Não existe milagre! Querer cobrar de trabalhador – que tem um pedaço de terra pequeno, um crédito mixo e não tem planejamento – eficiência e compará-lo com o agrobusiness é a política do embuste, a política da confusão. Se colocarmos todos no mesmo pé de igualdade, aí topamos discutir conjuntamente.

Concordo que, em muitos elementos, precisamos ir juntos à Comissão de Agricultura, para discutir o problema do pequeno, do médio e até do grande. Mas o que aconteceu quando estávamos discutindo as dívidas do Governo passado? Nós estivemos discutindo juntos e, quando chegou o momento de fecharmos, os grandes fecharam a negociação, e nós ficamos de fora.

Viemos a fechar a negociação da dívida da agricultura familiar no ano passado, com todas as dificuldades que vínhamos discutindo em três anos. Outro

elemento colocado é se a proposta de o Governo fazer um plano de reforma agrária e se comprometer com o assentamento de 530 mil em quatro anos e 115 mil neste ano não é uma expectativa perigosa, porque, não sendo realizada, só aumentam os conflitos.

Ora, não podemos ter esta visão de que é melhor o Governo não dizer porque não vai fazer. O Governo precisa ter a responsabilidade de colocar a cara à tapa e dizer qual a sua proposta, e o povo precisa cobrar o compromisso daquele.

Dissemos, no Governo passado, que um dos erros era não ter metas, quando este passou a não tê-las mais. Estamos acompanhando tudo, no dia-a-dia, para que estas metas possam ser cumpridas. Agora, cada um de nós tem uma função. O nosso movimento, coordenado pela Contag, está dialogando, conversando, cobrando do Governo, pressionando quando necessário, mas não devemos fazer isso somente com o Governo Federal, mas também com o Governo estadual, porque fazer uma discussão de responsabilidade exclusiva do Governo Federal e deixar o estadual de fora é um erro.

O Poder Legislativo e esta CPI, já respondendo à Senadora Ana Júlia, precisa rapidamente aprovar o recurso da verba suplementar para garantir o que foi comprometido pelo Governo seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Gostaria apenas de fazer um esclarecimento técnico. Quanto a essa questão, o Governo não tem nenhum problema, porque ele edita uma medida provisória, que vigora imediatamente, e o Congresso não terá qualquer dúvida em apoiá-lo e dar sustentação à mesma.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Tenho direito ao contraditório. O Sr. Manuel acabou de cometer uma inverdade e gostaria de ...

O SR. JOSÉ MANUEL DOS SANTOS – Mas eu gostaria de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Presidente,

O SR. JOSÉ MANUEL DOS SANTOS – Nesse aspecto, é preciso ter plano de governo. É preciso que cada segmento cumpra o seu papel. Essa CPI pode perfeitamente, e é esse o nosso requerimento, investigar profundamente, identificar os culpados e botar na cadeia as pessoas que são responsáveis pelos crimes neste País. Estou dizendo "responsáveis pelos crimes".

Aonde foram os trabalhadores, comprovadamente, "responsáveis pelos crimes"? Queremos que a Justiça seja feita. Agora, não aceitamos ser tratados como responsáveis pelo aparente caos, quando, do nosso lado, só há morte. Essa é a nossa posição.

A outra questão, por exemplo, em relação ao que foi feito pelo Governo quanto aos créditos para a agricultura familiar. Tenho dito que o Governo tem feito pouco. O anterior negociou conosco R$4.2 bilhões, no ano safra de 2003, 2002 e 2001. Desses 4,2 bilhões de reais foram aplicados 2 bilhões de reais, menos de 50%. O Governo atual negociou com a agricultura familiar 5,4 bilhões de reais, já aplicou mais de 3 bilhões de reais. Isso é um pouco mais, mas não é uma política satisfatória, precisa avançar.

Nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que temos 40 anos, não podemos nem vamos aceitar discutir a coisa só de hoje; discutimos o passado, discutimos o presente e queremos discutir o futuro. Não vamos trabalhar só com retrovisor, mas não podemos deixar de fazer avaliação comparativa que é real. Essa questão, por exemplo, sobre onde foram feitas as fotos para fazer a apresentação da produção da agricultura familiar, quem tem que responder é o Governo, não sou eu. Creio que pelo menos há um dado: o Governo está diminuindo os gastos com propaganda. Se isso não é verdade, precisa ser provado. Essa é uma realidade.

O Senador Sibá Machado pergunta o que pensamos de se determinar o tamanho da propriedade, o máximo e o mínimo. Do ponto de vista de projeto, é importante, mas estamos muito distantes, no Brasil, de fazer reforma agrária nas terras que não são utilizadas para produzir. Entre o ideal de não ter propriedades maiores e o possível de se trabalhar, pelo menos a reforma agrária nas áreas que hoje são passíveis de desapropriação; vamos atacar primeiro aí.

Quanto ao estoque de terra, o Brasil é um dos países que mais têm estoque de terra. Se tirarmos aquelas áreas que hoje estão apossadas indevidamente, que não foram compradas, das quais se fizeram títulos sem, de fato, ter passado pelo crivo da aquisição correta, se o Governo tivesse coragem, peito e condição de arrecadar todas essas terras, teria muita terra. O Brasil tem muita terra que não é utilizada em mão de pessoas indevidas. Mas sabemos como é a coisa no Brasil para avançar nessa conjuntura em que nós estamos, com uma proteção absoluta do Judiciário, da grande maioria das grandes propriedades, sem sequer fazer um processo de aprofundamento – sobre a origem dessa propriedade, a função social dela. É difícil avançar nessa condição.

Em relação a apoiarmos ou não o Governo, não quer dizer... Nós apoiamos, continuamos apoiando, porque, se este Governo não for capaz de fazer a reforma agrária, eu não conheço outro que seja; a história do passado já mostra, está certo? Mas apoiar o Governo não significa ficar em casa com os braços cruzados, esperando a banda passar. Lutamos para elegê-lo e vamos lutar para transformar as nossas propostas em

políticas públicas, porque sindicato é para lutar e Governo é para governar.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Comunico à Comissão que, por sugestão do Senador Sérgio Guerra, fica designada a Comissão integrada pelo próprio Senador Sérgio Guerra, Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Sebastião Madeira, para acompanhar os acontecimentos em Pernambuco.

A Presidência vai conceder a palavra e pede que sejam sucintos, porque daqui a dois minutos inicia-se a sessão plenária do Senado Federal e a da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só gostaria de, para bem da verdade, Sr. Manuel, dizer que em 1995 fui o relator da securitização das dívidas rurais e, quando negociamos as dívidas rurais pela primeira vez, chegamos até 200 mil reais. Não negociamos a dívida de nenhum grande produtor. Essa foi a segunda fase da luta da Frente Parlamentar da Agricultura e da Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, porque tínhamos que resolver primeiro a questão do pequeno produtor. Então, isso foi resolvido em 1995.

Depois as nossas lutas foram anuais. Resolvemos problema setorial, de fixação de juros fixos, inclusive com taxas menores para o pequeno produtor.

Quero que o senhor entenda que sou votado na minha região, minha vida é defender o produtor rural. O pequeno produtor está anualmente, no meu Estado, precisando de representantes. Considero-me um bom representante do produtor rural, que é a nossa meta da Frente Parlamentar da Agricultura. Então não vamos cometer injustiça com aqueles que trabalham em prol do produtor rural, independentemente do seu tamanho. Sempre protegemos o pequeno produtor. Nossas políticas dentro da Frente Parlamentar da Agricultura foram para não deixar que o pequeno produtor saísse da terra.

Só queria contraditar uma afirmativa sua, de que largamos na mão o pequeno produtor. Não é verdade. Sou representante do pequeno produtor como Deputado Federal pelo Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Eu gostaria de contraditar o Manuel, quando disse que resolvemos a dívida dos grandes. Eu o chamei à Comissão de Agricultura, assim como o fiz em relação à CNA e à OCB. O técnico da Contag participava conosco, juntamente com os técnicos da OCB e da CNA. Montamos uma proposta juntos. Vale lembrar que, num determinado momento, o núcleo agrário do PT não queria que vocês encaminhassem conosco.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Informe o ano, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Em 2001.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu pensei que fosse a securitização. Essa foi a renegociação.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Foi a renegociação da securitização, em 2001. O Manuel fala que resolvemos as dívidas dos grandes. Não é verdade, Manuel, porque nós, naquele momento, discutimos securitização, Pesa, Recop e fundos constitucionais, tudo isso foi acertado. Começamos em março e, em outubro de 2001, conseguimos acertar. A securitização que o Deputado Lupion mencionou envolve algo em torno de 200 mil contratos até R$200 mil, em torno de 600 mil produtores, dos quais a grande maioria tem até 100 hectares. Esse é o fato que acertamos naquele momento. Acertamos também a dívida do Procera dos assentados, entre 2001 e 2002, em torno de R$1 bilhão. Tudo isso com a nossa participação. Então, não resolvemos somente as dívidas dos grandes.

Do Pronaf eu participei, assim como o Senador Arthur Virgílio, que era o Líder do Governo na época, juntamente com o Chico Graziano, com o Ronaldo Caiado, o Lupion, o João Grandão e o Adão Pretto. Também negociamos as dívidas dos pequenos.

Deve haver justiça nesse sentido. É bom que se esclareça publicamente que não negociamos. Você lembra que todas as vezes em que eu chamava a CNA, a Contag e a OCB, nunca se fez negociação separada. Num determinado momento, por exigência do núcleo agrário, vocês se apartaram da negociação e depois voltaram, quando já estávamos acertando algo.

Registro esse fato, porque isso é história de que participamos. Para nós não há tamanho de produtor. Havia uma injustiça com os agricultores brasileiros e até hoje temos pendências para resolver. Fizemos isso e V. Sª participou conosco. Não estamos só defendendo os grandes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Leonardo Vilela.

O SR. LEONARDO VILELA (PP – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Observo que o sistema Emater começou a ruir em 1991, quando o então Presidente Collor a extinguiu e parou de entrar dinheiro federal nos sistemas estaduais.

Falo isso como ex-Secretário da Agricultura do Estado de Goiás. Nenhum Estado do Brasil consegue manter um sistema de assistência técnica de nível

apenas com os recursos estaduais, sem a participação do Governo Federal. Sr. Manuel, essa é uma luta que acreditamos deva ser encampada pela Contag e tem todo nosso apoio.

Agradeço ao senhor por ter respondido algumas questões, mas gostaria de insistir para saber a posição da Contag em alguns pontos que não foram respondidos, como, por exemplo, em relação ao recrutamento de pessoas que nunca estiveram no campo, que nunca foram trabalhadores rurais, que não são filhos ou proprietários, não têm nenhum conhecimento da lide rural, tirar essa pessoa desempregada na grande cidade e levar para o campo e se um assentamento com esse tipo de pessoa é viável do ponto de vista econômico.

Quantos assentamentos existem, qual é o percentual que está emancipado, qual a causa de sucesso e qual a causa de insucesso?

Eu gostaria ainda de perguntar à Contag qual a diferença dos assentamentos que estão sendo feitos no Governo Lula daqueles que foram feitos no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Primeiro quero dizer – infelizmente o Senador não está – que só até o dia 27 de março, só neste ano, o Incra já investiu R$50 milhões na obtenção de terras e realização de benfeitorias nos assentamentos.

A regularização fundiária e o cadastro de terras, que no Estado do Pará foram definidos como prioridades, porque sempre representaram um problema, acabaram ajudando para evitar essa questão da violência. Já foram iniciados os trabalhos na BR-63, que é a rodovia conhecida como Santarém-Cuiabá, no arco do desmatamento e na área da transposição do Rio São Francisco.

Quero também contraditar uma afirmação que considero muito séria e preocupante. Não podemos dizer para não olhar o passado, porque ele tem que ser referência. Isso faz parte da história. Não podemos, inclusive, esquecer os crimes.

O Manuel foi perfeito quando disse que precisamos acabar com a impunidade, e queremos o apoio de todos, a solidariedade de todos. Ninguém mais do que nós quer a paz no campo. para permitir que todos possam produzir. Mas a impunidade é a mãe da violência; precisamos resolver a questão do crime e punir os culpados, porque enquanto eles se sentirem impunes continuarão cometendo crimes. Isso é óbvio, está provado. Não sou arquiteta nem funcionária do Banco do Brasil; não é preciso ser especialista.

Cito um exemplo concreto do que se está fazendo para prestar assistência técnica. Lutamos três anos e foi preciso vir este Governo para assinar um convênio do BNDES com a Fundação Viver, Produzir, Preservar, uma organização não-governamental na região da Transamazônica, para a construção de 12 casas familiares rurais. Já existem lá duas; a primeira foi construída apenas pela Fundação, com uma contrapartida do próprio Governo do Estado, cujo objetivo era de que os filhos dos produtores rurais estudassem para dar assistência técnica adequada à realidade daquela Região Amazônica, que precisa de um desenvolvimento diferente do restante do País. Acredito isso signifique concretamente investir no pequeno agricultor, porque o projeto é para investir em toda a cadeia produtiva e não mais apenas no extrativismo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos passar a palavra ao Relator Substituto e, posteriormente, o encerramento. Com a palavra, o Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Este debate, de uma certa forma, nos preocupa. Estava conversando com o Presidente, e ficou muito claro que o objetivo central da CPMI é deixado de lado, quer dizer, fica muito mais um confronto de um lado com o outro, um acusando o outro, e de repente fugimos um pouco do objetivo central. Claro que esse debate era fundamental, principalmente se estivessem talvez até na mesa o Ministro Rodrigues e o Rossetto, para não se pensar a reforma agrária partir apenas do MDA ou do Incra. É uma questão interministerial. Assim teremos não só aquilo que o Manuel dizia, aquela preocupação mais integrada dos três governos, porque também é fundamental começarmos a repensar, antes até mesmo de condenar os assentamentos passados, se pegarmos hoje os 90% que não tiveram acesso a água, os 80% que não tiveram acesso a energia, os 53% que não tiveram estrada. São situações dessas que gerariam um debate para hoje.

Dentro do plano de reforma agrária do Governo Lula, as metas estabelecidas são muito claras. É óbvio que temos uma preocupação. Eu estava até conversando, ontem, com um Deputado sobre o que é tratar 130 mil famílias. Hoje, meu Estado tem 86 mil propriedades. Quer dizer, é mais do que o Estado de Rondônia todo. Não dá para ficarmos fazendo um discurso como se o Lula fosse cumprir a reforma agrária. Creio que é cada Deputado, cada Senador, cada Estado e cada Prefeito. Tenho certeza de que vamos assumi-la. Vamos ter que, realmente, assumir esse debate para que a coisa aconteça. Se formos ficar acusando não vamos chegar a lugar nenhum.

Por outro lado, há outro assunto que temos que enfocar. Vi, outro dia, quando o Gersino estava presente.

Ele dizia: "Temos, hoje, que resgatar a questão da lei e fazer com que seja cumprida. Temos um prazo para determinar a reintegração de posse." Vi todas as pessoas animadas. "Agora, vamos tirar os trabalhadores." Comecei a pensar. No meu Estado de Rondônia, hoje, na mais alta corte política, até o vereador é invasor de terras públicas. E a reintegração dessas terras como é que fica? Há uma série de acusações que começamos a fazer aqui e, parece-me, não vão avançar muito. Creio que esse debate é fundamental. Devemos arrumar um foro. É importantíssimo que sentemos com os dois lados e que dialoguemos, que debatamos e tiremos uma conclusão.

Sob o meu ponto de vista, a partir desse deslocamento da Comissão é que vamos chegar a uma conclusão. Já houve uma descida por Pernambuco. Lá no Pará há muita necessidade de que se veja a situação. Entendo que vamos chegar a fatos conclusivos por meio dos quais, realmente, poderemos punir e descobrir quem são os responsáveis pela criminalidade que, de certa forma, impede a reforma agrária.

Quero agradecer ao Manuel, ao nosso Presidente e a todos pela participação.

A SR. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero desculpar-me porque estou inscrita para falar, mas vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Já estamos encerrando, Senadora.

Concedo a palavra ao Presidente da Contag, Manuel José dos Santos, para suas considerações finais.

O SR. MANUEL JOSÉ DOS SANTOS – Falarei a respeito de nossa posição. Qualquer pessoa serve para ser assentado e transformar-se em produtor? Cremos que não.

Temos um problema estrutural no País com milhares e milhares de pessoas. O empobrecimento, a falta de oportunidade de trabalho, de produção, de planejar o seu negócio, já os destruíram como seres humanos. É necessário ter uma política permanente do Estado para atender essas pessoas. Mas não podemos crer que toda e qualquer pessoa pode recuperar-se e transformar-se em um produtor.

Outro dia, passou no **Globo Rural** um cidadão assentado que creio foi muito sincero. Compararam duas famílias. Uma pegou o mesmo crédito e fez a casa, a roça, produziu e está se desenvolvendo. A outra está no mesmo barraco e gastou todo o dinheiro que recebeu. Perguntaram-lhe: "O que você fez do dinheiro?". Ele disse: "Distribuí com o meu pessoal". É o mundo que há na cabeça dele. Ele era pedinte e virou assentado. Ao ter dinheiro dividiu com a família. Fez um ato de boa vontade, mas que não é a finalidade da reforma agrária.

Entendemos que o Governo precisa ter respostas para o conjunto das pessoas que estão, hoje, precisando de políticas públicas. Cada um tem uma forma diferente de ser tratado. Não estou dizendo que não é necessário. É preciso ter alguém que fale por essas pessoas, que lhes represente, que mostre ao Governo que é preciso ter políticas para elas. No entanto, quando estamos falando de assentados, de transformar o sem-terra em produtor, temos que ter um processo de seleção. Nem todas as pessoas que estão no acampamento servem para ser produtor rural.

O que está mudando nas ações do Governo atual em relação ao Governo passado. Insisto nessa questão. Entendo que, ao menos, há um conceito no Governo atual segundo o qual é preciso investir mais do ponto de vista de política mais completa na Reforma Agrária. Tanto é que se está fazendo levantamento dos assentamentos e, uma vez identificando-se a forma que muitos assentamentos foram feitos, se não houver um plano de recuperação desses assentamentos, esse pessoal vai sair, ou melhor, já está saindo.

Notícias têm sido divulgadas pelos meios de comunicação, como o **Globo Rural**, como a venda de lote, a retirada de pessoal, o quase total abandono de assentamentos. Tais fatos ocorrem exatamente porque se jogaram as pessoas dentro do mato, deram-lhes um pedaço de terra, mas elas não são capazes de viver somente com a terra.

Há uma proposta do Governo sendo trabalhada para montar um plano de recuperação desses assentamentos, que é importante. O processo de aumento do teto naqueles créditos que eram extremamente limitantes, como, por exemplo, no caso da construção das casas, é uma política que está também sendo melhorada.

Quanto ao processo de assistência técnica, como eu disse, não se trata de uma assistência técnica capaz de já responder a demanda existente. Mas, como não existia ninguém, existir pelo menos alguém para começar a orientar é alguma coisa que está acontecendo. Queremos e estamos lutando por mais alternativas e é esta a forma de luta da Contag.

Hoje, existem casos de pessoas que moram na cidade, não estão no assentamento, mas recebem os créditos pelo Incra. Está havendo uma ação forte no sentido de quem não estiver no assentamento não terá mais apoio do Incra, o que é importante, porque se determinará que o sujeito ou fique no assentamento ou perca a relação com o assentamento. São coisas novas interessantes.

Dentre as ações apresentadas pelo Governo, estão a imissão de posse, a agilização do processo da liberação dos créditos não apenas de fomento, mas tendo em vista o início do processo produtivo.

Temos observado que estas propostas, como o plano de Reforma Agrária, precisam tomar velocidade e, de fato, ser implementadas porque, como há uma demanda muito grade, não é possível acontecer em um canto, ali ou acolá. É preciso massificar essas políticas, que são os sinais de que estão sendo construídos e de que realmente pode avançar no processo.

Por último, disse o Deputado pelo Piauí que eu cometi uma inverdade. Não é do meu feitio vir aqui para fazer acusação. É preciso compreendermos qual a verdade que V. Exªs estão dizendo e qual a verdade que eu estou dizendo. Eu disse que, enquanto tratarmos os agricultores familiares que representamos dentro do mesmo pacote dos outros, que são muito diferentes de nós, poderemos pensar, erroneamente, que estamos fazendo uma política de benefício a eles.

Quanto à nossa discordância no caso da discussão ??? a partir de 1995, não é possível tratar em pé de igualdade os agricultores que recebem contrato de R$ 200 mil e o pessoal do Pronaf-C, que é a grande maioria, que tem um contrato de R$ 2,5 mil. Quer dizer, um contrato de R$200 mil é suficiente para atender a cem produtores nossos. O problema é que somos tão pequenos do ponto de vista de unidade de produção e recebemos tão pouco crédito que às vezes fica-se a pensar que convém misturar quem recebe R$ 200 mil e R$ 2,5 mil e, então, resolver-se-á o problema. Não é possível! Quando se fez negociação para quem recebe contrato de até R$ 200 mil, para quem recebia pelo menos R$ 50 mil foi interessante. Para os outros, não. O Deputado Heinze sabe que novamente, quando votamos em 1991, a grande demanda, inclusive da nossa base e inclusive gente da CNA, foi que quem devia dos fundos constitucionais e do Pronaf R$ 35 mil ou menos estavam ferrados no processo. Então, as condições negociadas não contemplaram esse grupo. E os dois Deputados sabem que somente fechamos as negociações para esse público nas condições que apenas eram possíveis de ser pagas no início do ano passado. Então, são duas verdades ditas; não se pode dizer que seja mentira. Foi feita uma negociação inicial que atendeu a quem tinha um contrato maior, mas os pequenos, naquelas condições, não foram beneficiados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço desculpas ao Deputado, mas estamos encerrando agora.

Quero agradecer ao Sr. Manuel José dos Santos pela contribuição que prestou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e à presença dos Srs. Deputados e Senadores que se ocorreu de forma expressiva no dia de hoje, demonstrando senso de responsabilidade e valorizando esta instituição, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esperamos sinceramente que esse fato se repita em cada uma das reuniões até o final dos trabalhos desta CPI. Muito obrigado ao Relator substituto que aqui esteve devido ao fato de ter que se afastar dos trabalhos provisoriamente o Relator titular, João Alfredo.

Vamos aguardar a manifestação do Ministro ainda na tarde de hoje para a confirmação da reunião de terça-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h51min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 8ª Reunião, realizada em 27-4-2004

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às treze horas e cinquenta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp e Ana Júlia Carepa e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcello Siqueira, Luiz Carlos Heinze, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Jamil Murad e Adão Pretto, membros e, ainda, com as presenças de não membros dos Deputados Paulo Rubem Santiago, Luci Choinacki e Orlando Denonsi reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e

urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que encaminhou Ofícios que foram gerados por Requerimentos Orais aprovados em reunião realizada no último dia 13 de abril e procedeu a leitura do curriculum de Dom Thomas Balduíno. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir o Depoimento do Senhor Dom Thomas Balduíno, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra – CTP, convidando-o para tomar assento à mesa dos Trabalhos. Após, a Presidência concede a palavra ao Dom Thomas Balduíno para iniciar sua explanação, em que discorreu sobre a Questão Fundiária Brasileira. A seguir, o Senhor Presidente coloca em votação a Proposta do Relator, referente ao Plano de Trabalho da Comissão do mês de maio, sendo aprovada. Usaram da palavra, pela ordem para discutir a Proposta do Relator os Parlamentares Eduardo Suplicy, Ana Júlia, Adão Pretto, Onyx Lorenzoni, Luci Choinacki e Zé Geraldo. Em seguida a Presidência coloca em votação os Requerimentos, sendo todos aprovados. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Relator para aos seus questionamentos e, após, ao depoente para responder. Fizeram uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, em bloco de 3, os Parlamentares Deputado Abelardo Lupion, Deputado Paulo Rubem Santiago, Senadora Ana Júlia, Deputado Luis Carlos Heinze e Senador Eduardo Suplicy, Deputado Jamil Murad, Deputado Adão Pretto, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Luci Choinacki e o Deputado Zé Geraldo. Foi concedida réplica ao Deputado Aberlardo Lupion. A Presidência concedeu Questão de Ordem ao Deputado Zé Geraldo que sugeriu que fosse usado o tempo de 5 minutos a cada Parlamentar para fazer suas indagações, o que foi acatado. A Presidência passa os trabalhos ao Vice-Presidente Deputado Onyx Lorenzoni. Prosseguindo a Presidência concede a palavra ao Dom Thomas Balduíno para fazer suas considerações finais. Foram aprovados os seguintes Requerimentos: Req. **nº 061**, de autoria do Deputado João Alfredo e outros, requerendo que sejam convidados os Professores Sérgio Leite, Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros e Rosângela Cintrão, coordenadores nacionais da pesquisa "Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro"; **Req. nº 062**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando seja convidada a ministra Ellen Gracie Monfleet para prestar esclarecimentos perante esta CPMI; **Req. nº 064**, de autoria do Deputado Zé Geraldo, requerendo seja convocado o Senhor Sérgio Luiz Almeida Maneschy, para prestar informações à esta Comissão; **Req. nº 065**, de autoria do Deputado Zé Geraldo, requerendo a convocação do Senhor Ivanildo Ferreira Alves, para prestar informações a esta Comissão; **Req. nº 066**, de autoria do Deputado Zé Geraldo, requerendo a convocação do Senhor Coronel João Paulo Vieira da Silva, para prestar informações a esta Comissão; **Req. nº 067**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requerendo seja convida à Dra. Roseli Maria Ruiz Silva, Coordenadora da ONG RECOVÊ, para prestar informações a esta Comissão; **Req. nº 068**, de autoria do Senador Sérgio Guerra, requerendo a convocação do senhor Alexandre Conceição, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, no Estado de Pernambuco, para prestar esclarecimentos a esta Comissão; **Req. nº 069**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzzoni, requerendo audiência pública no Estado do Rio Grande do Sul, visita a Região de Campanha, visita aos Assentamentos da metade Sul/RS, oitiva nas Prefeituras de Herval, Pinheiro Machado, Candiota, Piratini, Hulha Negra e São Gabriel e dos Líderes Locais, Sindicato dos Trabalhadores e Sindicato dos Produtores Rurais; **Req. nº 070**, de autoria do Senador Sérgio Guerra, requerendo que a CPMI faça visita ao Estado de Pernambuco para verificar, in loco, as ações dos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária no Estado; **Req. nº 071**, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, requerendo seja convidada o Deputado Luiz Carlos Heinzze, para prestar esclarecimentos a esta Comissão; **Req. nº 072**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, requerendo seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. José Cândido Prunes, Advogado e Doutor em Direito Econômico. Após, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias agradece a presença do Senhor Dom Thomas Balduíno pela colaboração prestada a esta Comissão e de todo o Plenário. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo, hoje, de ouvir o depoimento de Dom Tomás Balduíno, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra.

Antes de concedermos a palavra a Dom Tomás Balduíno, quero informar a esta Comissão que cumprindo deliberação da reunião anterior encaminhamos ofícios dirigidos ao Presidente da UDR solicitando demonstrações e balancetes contábeis disponíveis, livros e registros, prestação de contas de recursos recebidos de entidades particulares ou oficiais. Também ao Coordenador Nacional do MST com o mesmo objetivo. Ao Diretor-Geral da Polícia Federal solicitando cópia dos inquéritos policiais das ordens judiciais que autorizaram buscas de armas, dos documentos que relacionam as armas apreendidas e todas as demais informações disponíveis acerca dos fatos narrados nas matérias publicadas no jornal **O Imparcial**, de Presidente Prudente.

"A Polícia Federal apreende arsenal na Fazenda Sanduvalina". É uma das matérias. A outra: "A Polícia Federal contesta acusações de Naban". A outra: "Ruralista se diz contra o uso de armas ilegais". Informações acerca de apreensão de armas entre os Sem-Terra discriminando ações realizadas nos últimos anos e os resultados alcançados.

À Procuradoria da República do Município de Presidente Prudente solicitando cópia das denúncias e todas as informações disponíveis acerca dos fatos narrados em matérias e jornais também. Informações acerca da apreensão de armas também naquela localidade.

Ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo solicitando cópia dos autos da apelação criminal da Comarca de Andradina, em São Paulo.

À Vara do Trabalho de Paranavaí cópia dos autos da reclamação trabalhista movida pelo Sr. Osnir Sanches em face da União Democrática Ruralista.

À TV Liberal de Belém do Pará ofício solicitando cópia das cenas gravadas por aquela emissora em 12/04/2004, quando um grupo de sem terra promoveu atos de violência contra pedestre e motoristas em rodovias localizadas no Estado.

À Segunda Vara da Justiça Federal de Presidente Prudente também cópia do processo de ação civil pública e cautelar movida pelo Ministério Público Federal contra o Incra e a Coocamp.

São ofícios que por solicitação dos Srs. Parlamentares foram encaminhados às respectivas autoridades.

Dom Tomás Balduíno é goiano da cidade de Posse. Nasceu em 31 de dezembro de 1922. Foi personagem fundamental no processo de criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra. Também ajudou a fundar o Conselho Indigenista Missionário.

Dom Tomás Balduíno foi Bispo da cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, durante trinta e um anos. No período de 1965 a 1967, foi Prelado de Conceição do Araguaia, no Pará.

Estudou Filosofia no Seminário dos Dominicanos, em Perdizes, São Paulo. Cursou Teologia e fez Mestrado na mesma área na França. É pós-graduado em Antropologia e Lingüística.

Dom Tomás Balduíno assumiu, em 1999, a Presidência da Comissão Pastoral da Terra, sendo reeleito em 2003.

Com satisfação, agradecendo desde já a contribuição que traz, concedemos a palavra, para sua exposição, a Dom Tomás Balduíno.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores, mais uma vez estamos nesta Casa para tratar do grave problema da estrutura fundiária de nosso País e dos conflitos que ela gera.

No dia 23 de março de 1977, aqui estivemos prestando depoimento na CPI do Sistema Fundiário. Naquela ocasião, vários bispos também prestaram depoimentos, bispos da Presidência do CIMI, e o foco das atenções se centrava nos conflitos que ocorriam na Amazônia Brasileira. Na Amazônia, os conflitos se davam sobretudo pela chegada do grande capital, incentivado pela SUDAM, sob o guarda-chuva do progresso e por uma política de colonização, incentivada pela SUDAM, que não respeitava a realidade pré-existente.

Dessa forma, os depoimentos denunciaram a invasão de terras indígenas, o desalojamento de milhares de famílias de posseiros, há anos ocupando as terras, e a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, submetidos, muitas vezes, a condições análogas a escravidão. Denunciaram também, com veemência, a grilagem de terras e o desrespeito aos mais elementares direitos da pessoa humana.

Hoje, estou aqui na qualidade de Bispo, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, para dar testemunho do que vi e vivi, durante esses 27 anos, que já se vão desde 1977. A CPT, foi criada desde 1975 para tratar dos problemas da Amazônia, diante do avanço das grandes empresas agropecuárias, incentivadas pela SUDAM. A igreja buscava diferentes formas de apoio junto aos trabalhadores da terra, sobretudo os posseiros, índios e peões, para que eles pudessem melhor defender seus direitos e se tornarem sujeitos e protagonistas de sua própria história. Logo se deu conta que, em todo o Brasil, os trabalhadores e trabalhadoras da terra viviam graves situações de conflitos e estavam submetidos, era no Regime Militar, a diversas formas de repressão. E, por isso, a CPT estendeu sua ação para todos os lados, onde o clamor dos pobres do campo se fazia ouvir. A violência, que saltava aos olhos, começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 70.

A CPT criou um setor de documentação, encarregado de recolher e organizar os dados dos conflitos contra os trabalhadores e trabalhadoras na sua luta pela conquista da terra e para poderem resistir e sobreviver na terra. Desde 1985, esses dados começaram a ser publicados anualmente, em forma de cadernos, e a CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária, em escala nacional.

Não venho aqui para apresentar os frios números da estatística da violência. Há gente que pode fazer isso com muito mais competência do que eu. Estou aqui, como pastor, para, como disse antes, dar testemunho do que vivi e vi, nesses anos. Para falar das histórias de dor, sofrimento, angústia e desespero de milhares e milhares de famílias, na imensidão do território nacional, por causa da violência que sofreram. Algumas perderam seus membros, parentes e amigos. Outras perderam tudo que haviam conseguido construir, ao longo de muitos anos.

A crueza dos números escolhe e encobre a aflição e os gritos de horror que a violência provocou. Aqui estou para dar testemunho, também, da determinação e da força de vontade de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras que lutam por dignidade e justiça. Determinação que os fez enfrentar uns cem números de obstáculos, afrontar pistoleiros e jagunços, quando não, corruptas autoridades.

Venho, pois, testemunhar a alegria, a celebração de muitas conquistas e vitórias, a cidadania que se forja nos inúmeros acampamentos desse Brasil e que está fazendo germinar uma nova consciência pátria: a violência.

Quero começar expondo algumas situações que me atingiram pessoalmente. Na minha Diocese de Goiás, uma extraordinária liderança sindical, nativo de Natividade, projetado aí e Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo do Rio Verde, por sua firme atuação junto aos camponeses foi assassinado. Padre Josimo, no seu acompanhamento incansável aos posseiros do Bico do Papagaio, no então Estado de Goiás, hoje Tocantins, sofria constantes ameaças entre os anos de 85 e 86. Junto com outros Bispos de Goiás, estive no Palácio do Planalto com o Presidente Sarney para apresentar-lhe a situação de violência contra os trabalhadores e as ameaças que Padre Josimo recebia e para pedir-lhe providências. Poucos dias depois, em 10 de maio de 1986, ele era assassinado.

Um grande colaborador, um homem de fé e destemor que, a convite meu, deixou a vida fácil na Europa para se dedicar aos pobres da Diocese de Goiás, falo do Padre Francisco Cavassuci, o conhecido Padre Chicão, que foi alvejado por um tiro de cartucheira, porque dava apoio aos posseiros e lavradores pobres. Ficou completamente cego. Ele, porém, mais clarividente que outros videntes, continua até hoje em sua paróquia, lado a lado com os trabalhadores e trabalhadoras da terra na sua justa busca pelos seus direitos. Mas avançando no tempo, lembro-me como fiquei chocado diante do massacre de Corumbiara. Centenas de famílias ocuparam a fazenda Santa Helina à busca de um direito que a estrutura fundiária brasileira sempre lhe negara. A justiça sempre é ágil em atender os interesses dos proprietários, ou supostos proprietários, e determina o despejo. E a Polícia Militar executa a determinação judiciária, de madrugada, com uma incrível ferocidade. Resultado: nove trabalhadores mortos, inclusive a pequena Vanessa. O sangue dessas vítimas, sobretudo o sangue inocente dessa criança, me revolve de indignação as entranhas. Os demais trabalhadores foram machucados, pisados e humilhados com as mais diversas formas de agressão que a própria televisão registrou.

Em 1996, quando estávamos em plena Assembléia dos Bispos, em Itaici, como agora acontece e de lá eu venho, caiu como uma bomba, naquele plenário, a notícia do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Era uma manifestação dos sem-terra, exigindo os direitos que a Constituição garante a todos os brasileiros e foi interrompida da forma mais esdrúxula e violenta. O direito à propriedade privada da terra é quase sempre tomado como direito absoluto, superior mesmo ao direito à vida.

No dia 16 próximo passado, a CPT lançava, Sr. Presidente, o caderno "Conflitos no Campo. Brasil 2003". Com os dados de todos de todos os conflitos registrados e da violência que os acompanha. Em 2003, 73 trabalhadores foram assassinados. Quem é o responsável? Quem pagará por tanto sangue derramado e tanta violência? Sr. Presidente, passo às suas mãos um exemplar dessa publicação que bem retrata a realidade agrária do Brasil hoje. O aumento considerável dos assassinatos neste primeiro ano do Governo Lula – foram 73 assassinatos – mostra bem que quando o Executivo não reprime os movimentos sociais, como é costume em nosso País, o poder privado – do latifúndio – se encarrega de fazê-lo.

Ação do Judiciário contra os camponeses e a favor do latifúndio.

Preciso testemunhar outra forma de violência: a do próprio Judiciário que, para proteger o latifúndio, agride os trabalhadores os massacra, os humilha e os deixa em situação de extrema dificuldade e de miséria. O que essas agressões, entretanto, não conseguem destruir são os sonhos e a esperança dos pobres da terra.

Vou citar alguns casos acontecidos nos últimos anos e que são emblemáticos.

Despejo em São Mateus, no Maranhão. No dia 23 de outubro de 2002, 123 famílias de posseiros de três povoados – Pai Mané, Simão e Barrocão –, no Município de São Mateus, no Maranhão, que viviam na área há quase 50 anos, foram despejados por uma liminar de posse exigida pelo juiz de direito da Comarca de São Mateus, Dr. José Nilo Ribeiro Filho. Oficiais da Justiça, acompanhados por cerca de 60 policiais da Polícia Militar do Maranhão e por uns 20 jagunços, coordenados pelo Sr. Francisco Nobre Macedo, suposto proprietário da área, executaram o despejo. Todas as casas, roças e pomares foram destruídos, além de uma igreja; as ferramentas foram apreendidas. O mais grave porém é que a liminar concedida ao suposto proprietário referia-se à área Retiro Velho, e o despejo aconteceu nos três povoados, que apenas limitavam com a área em questão. Isso sucede em nosso País. Os agentes da CPT e o pároco de São Mateus, Monsenhor Gastão Tasoli, foram impedidos de chegar ao povoado pelo comandante da tropa e foram alvos de ofensas e ameaças de morte, proferidas pelo pretenso proprietário, Sr. Francisco Nobre Macedo.

As 123 famílias ficaram muitos meses alojadas no salão paroquial da igreja de São Mateus, sustentadas pela solidariedade da igreja e da sociedade maranhense, e até hoje aguardam uma definição das autoridades para poderem voltar a ocupar a área, toda destruída, onde a maior parte nasceu e se criou e assim poderem reaver seus direitos e sua dignidade. Até quando?

Segundo: Engenho do Prado. Isso aqui é pesado. No ano passado, 300 famílias dos Engenhos Prado, Papicú, Taquara, Dependência e Tocos, no Município de Tracunhaém, Pernambuco, sofreram as mais diversas agressões, além de dois despejos. Em fevereiro de 97, essas famílias ocuparam pacificamente parte das áreas desses engenhos, abandonados havia mais de 30 anos, e pediram a desapropriação. Em dezembro de 97, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, atendendo ao pedido, assinou o decreto de desapropriação. O grupo João Santos, proprietário da área, impetrou mandado de segurança alegando existir um projeto de reflorestamento de bambus na área. O Supremo Tribunal Federal acatou a argumentação e anulou o decreto de desapropriação. O projeto técnico de reflorestamento consistia em mera simulação para evitar a desapropriação dos citados imóveis.

Os trabalhadores se organizaram em três comunidades e com a produção de suas áreas retiravam o sustento familiar e ainda abasteciam as feiras livres dos cinco Municípios da região: Tracunhaém, Araçoiaba, Nazaré da Mata, Carpina e Pau D'alho.

Em dezembro de 2002, o grupo João Santos retomou a posse do Engenho Taquara ao negociar com arrendatários duas ações que se encontravam na Justiça. Expulsando violentamente as famílias que lá viviam, retomou a posse de toda a área dos cinco engenhos. A partir do dia 25 de março de 2003, o grupo se propôs a retomar a área ocupada pelas 300 famílias. Os sítios foram destruídos com tratores, e foi feita a aplicação de agrotóxicos de alta agressividade. As fontes de água e os viveiros de peixe ficaram envenenados. No lugar dos sítios estava sendo plantada cana-de-açúcar. Os agricultores passaram a ser impedidos pela PM de circular pelo Engenho Prado e de ter acesso às áreas de suas lavouras e de seu plantio.

Em 19 de maio de 2003, as famílias do Engenho do Prado, juntamente com outros trabalhadores da região realizaram um grande mutirão arrancando a cana e plantando no seu lugar milho e feijão.

Algumas máquinas do latifundiário também foram queimadas, a partir desse fato a opinião pública tomou conhecimento da situação dos trabalhadores.

No dia 3 de julho, com a liminar de reintegração de posse, emitida pelo Juiz da Comarca de Nazaré da Mata, uma verdadeira ação de guerra, mais de 300 policiais executaram com violência o mandato. Quando a liminar do Tribunal de Justiça do Estado sustando a ação chegou à tarde, já tinham sido destruídos diversos equipamentos comunitários: 180 casas e duas igrejas.

O Tribunal de Justiça do Estado, porém, no julgamento do mérito manteve a decisão do Juiz de Nazaré da Mata. Nova ação de despejo ocorreu no dia 1º de novembro de 2003, sábado. Mesmo estando os trabalhadores a carregar seus pertences os soldados invadiram, violentamente, a área e prenderam cinco trabalhadores que, em momento algum, ofereceram reação, e obrigaram a todos se sentarem no chão, proibindo-os de se comunicarem e sair do local. Os advogados dos trabalhadores e a imprensa que tentavam chegar ao local, foram barrados por um bloqueio da Polícia Militar.

Quem é o grupo João Santos, proprietário dos imóveis em questão?

O grupo é proprietário da Companhia Agroindustrial Goiana, Usina Santa Tereza. Tem mais de quarenta engenhos. É controlador de várias empresas do Nordeste. O grupo é também o segundo maior fabricante de cimento no Brasil – Cimento Nassau – e ainda detém concessão de meios de comunicação, inclusive canal de TV. O grupo é também um dos grandes sonegadores de impostos.

A página oficial na Internet do INSS relaciona a Usina Santa Tereza, Grupo João Santos, entre os dez maiores devedores da Previdência Social, em Pernambuco, com débito total de R$ 35.273.712,17, conforme consulta realizada no dia 10/11/2003, com a denomina-

ção de Companhia Açucareira de Goiana. Ao todo, os débitos do grupo ascende a mais de R$ 200 milhões.

Desapropriação da Fazenda Southall em São Gabriel, Rio Grande do Sul – nesse capítulo estou analisando o comportamento do Judiciário. O caso da Fazenda Southall, São Gabriel, Rio Grande do Sul, é um dos que marcou o ano de 2003, como no anterior, no Engenho do Prado, mostra a insensibilidade do nosso Judiciário; nisso dou o testemunho.

O Latifúndio Southall, um complexo de cinco fazendas de propriedade de um espólio da família Southall, com área de 13.222 hectares, em vistoria realizada pelo Incra, em 2001, foi declarado improdutivo. Em 20 de maio de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou decreto declarando o Latifúndio Southall, área de interesse social para fins de reforma agrária.

O proprietário recorreu ao Supremo Tribunal Federal, contra essa desapropriação. Os ruralistas que já tinham tentado barrar a vistoria, organizaram manifestações.

No dia de 2 de junho, quando ocorriam as manifestações dos ruralistas em São Gabriel, a Juíza Ministra Ellen Gracie concedeu liminar suspendendo a desapropriação.

Indignado com a decisão do STF, o MST organizou uma marcha rumo ao latifúndio desapropriado. Os ruralistas tentaram barrar a marcha dos Sem-Terra, fizeram ameaças, bloquearam pontes e fecharam cidades. A discriminação e o preconceito superaram todas as barreiras da boa convivência humana e está claramente expresso no panfleto espalhado em São Gabriel, que diz:

Gabrielenses dizem não à invasão e aos seus apoiadores. Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana. São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que há de pior no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro e a morte. Esses ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas, para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura.

Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados, aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir. Não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel.

Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza à noite cem litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos que haverá sempre uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabrielense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber e rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22, atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível, a bala atinge o alvo mesmo a 1.200m de distância.

Fim aos ratos! Viva povo gabrielense!"

Esse é o teor do panfleto.

Apesar de tudo, a marcha prosseguiu com o apoio e a acolhida de pequenos agricultores, paróquias, Prefeituras, comunidades e até de pequenos fazendeiros. Depois de 500km percorridos, em agosto a marcha chegou a São Gabriel. O Prefeito da cidade, representando o grupo da discriminação, conseguiu da Justiça impedir que a marcha entrasse na cidade. Com a marcha impedida, a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Relatora do processo, antecipou o julgamento em Brasília. A maioria dos Ministros acompanhou seu voto e o Supremo Tribunal Federal, no dia 14 de agosto de 2003, suspendeu, por 8 votos a 2, o decreto de desapropriação do Presidente Lula. O mais preocupante de todo esse ocorrido é o comportamento da Ministra Ellen, que intrigou a muitos. Logo após o julgamento, veio a público que a Ministra era prima da mulher do proprietário. A Ministra fora casada e tivera uma filha com um primo-irmão da esposa do latifundiário. Um conjunto de documentos – certidões de óbito, de casamento e de nascimento – foi resgatado, confirmando o parentesco. A Ministra até agora é casada legalmente em comunhão de bens com Ênio Correia Palmério de Fontoura, primo da esposa do proprietário. Segundo certidão de casamento expedida pelo Ofício de Registro Civil de pessoas naturais da 1ª Zona de Porto Alegre, em 25 de agosto de 2003, onde não consta nenhuma averbação de separação.

Para fins patrimoniais, a filha da Ministra prolonga o vínculo familiar e, em tese, pode haver benefício econômico para a mesma por meio da sucessão de herança de Maria da Graça Palmério de Fontoura Southall. Quem é o proprietário? Alfredo Willian Losco Southall. Acumula dívidas desse latifúndio em execução judicial no fórum de São Gabriel, que alcançam a fabulosa cifra de R$37 milhões. Só a dívida pública com os bancos públicos, Banco do Brasil, Fazenda Nacional, INSS, FGTS e Estado do Rio Grande do Sul somam R$27 milhões.

Em outubro de 2003, o Sr. Alfredo Southall foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre, à prestação de serviços comunitários por 1 ano e 6 meses, acusado de se apropriar de 433 toneladas de arroz da Companhia Nacional de Abastecimento que pagou para que o produto fosse armazenado pelo fazendeiro na década de 90.

Em março de 2003, a fiscalização do Ministério do Trabalho apreendeu nas fazendas do Sr. Southall contratos de trabalho assinados em branco pelos trabalhadores. Dessa forma, o latifundiário preencheria tal documento somente na hora da despedida do funcionário, fazendo nele constar a data que bem lhe aprouvesse. Com isso, os trabalhadores acabam renunciando a seus direitos consagrados nos direitos trabalhistas.

É uma região onde o desemprego grassa, os trabalhadores se sujeitam a essas imposições para poderem sobreviver. Esse documento só veio a público em março de 2004. Na linguagem do povo, rato é quem rouba o povo. Tratamento desigual, ainda a propósito do Judiciário, o que gostaria de mostrar aos ilustres membros desta CPMI, o que venho vendo e vivendo a saber a flagrante diferença de tratamento dispensado pela justiça, aos trabalhadores e aos fazendeiros.

Os casos que acabei de relatar, do Engenho Prado, da Fazenda Southall, mostram claramente como os sonegadores de impostos são premiados até com a suspensão dos decretos presidenciais de desapropriação. Mandantes como o fazendeiro Vantuil Gonçalves de Paula e Adilson Carvalho Laranjeiras, condenados a 19 anos de reclusão pelo assassinato de João Canuto em Rio Maria e, no caso do Coronel Márcio Colares Pantoja e dos capitães José Raimundo Almeida Lameira e José Maria Pereira de Oliveira, condenados pelo massacre de Eldorado dos Carajás, que esperam a apelação em liberdade.

Quando se trata de trabalhadores, o comportamento é bem diferente. Acompanhei muito de perto a situação – foi uma verdadeira via sacra que aconteceu – vivida por 8 trabalhadores da Paraíba – 7 deles pais de família – acusados da morte de uma pessoa e da tentativa de morte de um sargento da polícia. Ficaram presos 1 ano e 6 meses sem lhes ter sido concedido o direito de responder ao processo em liberdade. Foram considerados perigosos para a sociedade pelo simples fato de serem trabalhadores e pobres. São eles: José Francisco da Silva, Ivanildo Francisco da Silva, Antonio Francisco da Silva, José Luis dos Santos, Severino dos Ramos Santos, Marcelo Francisco da Silva, José Martins de Farias e Severino José da Cruz.

Todos os pedidos para responder ao processo em liberdade foram negados, tanto pelo juiz da comarca quanto pelo Tribunal de Justiça do Estado. O único fundamento dado pelo juiz e confirmado pelo tribunal foi o clamor público provocado pela conduta dos pacientes e a necessidade de se preservar a credibilidade da justiça. Mas, como diz a Subprocuradora-Geral da República, Cláudia Sampaio Marques, em seu parecer favorável ao **habeas corpus,** um ano e meio depois de estarem presos, não foi apontado um único ato dos acusados que tivesse prejudicado ou perturbado a instrução do processo.

A sentença de pronúncia fala também sobre a vida dos acusados afeitos à criminalidade, sem apontar qualquer fato que justificasse tal afirmação e a manutenção da prisão.

Sr. Presidente, a justiça se mostra muito ágil para atender às demandas dos proprietários da terra. Só no ano de 2003 a CPT registrou o cumprimento de mandados de reintegração de posse que atingiram 37.292 famílias, postas fora. Já quando se trata de julgar os crimes contra os trabalhadores, a lentidão é o que manda É só lembrar os números dos julgamentos dos homicídios praticados contra os trabalhadores e que vou citar: no dia 16 do mês passado, a CPT fez um balanço dos assassinatos no campo desde 1985 até 2003 – consta ali na projeção – o numero que causa espanta, notem bem, nestes anos de 85 a 2003, 1.349 lavradores assassinados, em 1.003 ocorrências diferentes. Mas o que causa espanto, Sr. Presidente, é a impunidade dos crimes que se cometem contra os trabalhadores. Só 75 dessas 1.003 ocorrências, até hoje foram julgadas. Nestes 75 julgamentos, 64 executores foram condenados, e 44 absolvidos. Já quando olhamos para o quadro dos mandantes, os números são mais dramáticos. Destes 1.349 assassinatos, só 15 mandantes condenados, 6, absolvidos. A impunidade se torna grande incentivadora e promotora dos crimes contra os trabalhadores do campo.

Sr. Presidente, passo, então, as suas mãos a relação desses assassinatos e julgamentos.

Trabalho escravo

Outra realidade que tenho acompanhado de perto é com relação ao trabalho escravo. A CPT, durante muitos anos, foi a instituição que quase solitariamente denunciou a cada ano a ocorrência do trabalho escravo no campo. Esta realidade, que hoje ganhou grande espaço na mídia e está merecendo atenção dos órgãos do Governo, por muito tempo teimou em não aparecer diante da opinião pública. Meu companheiro e irmão, D. Pedro Casaldaglia, Bispo de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, foi um dos primeiros a denunciar o que acontecia, já na década de 70, nas novas frentes de expansão do capitalismo com os incentivos fiscais

da Sudam. A CPT é herdeira deste trabalho e, por sua atuação, mereceu reconhecimento internacional.

A partir de 97, a CPT desencadeou uma campanha sistemática de combate ao trabalho escravo que recolhe informações sobre as ocorrências de trabalho escravo e as denúncias e esclarece os trabalhadores sobre os riscos que correm ao serem contratados por meio dos chamados "gatos" para serviços subempreitados por empregadores inescrupulosos e sobre como devem agir, caso venham a se encontrar em condições de escravidão. A campanha também desenvolve ações de conscientização, sobretudo nos estados de origem dos trabalhadores e produziu um material intitulado "De olho aberto para não virar escravo", amplamente difundido entre os trabalhadores rurais. A campanha tem realizado também encontros e seminários para debater esta realidade e para buscar formas de superação desta praga social. Tem participado de inúmeros eventos regionais, nacionais e internacionais e publicou recentemente um livro sobre o tema Vidas roubadas, da Edição Loyola, conseguindo colocar o problema na agenda do Governo e da sociedade. Apesar da intensificação do trabalho de fiscalização do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, esta prática perdura, sobretudo, nas áreas onde ainda acontece um desmatamento mais intenso com destaque para os Estados do Pará e Mato Grosso. Está lá a área de desmatamento. A destruição do meio ambiente não vem sozinha, vem acompanhada da mais intensa e perversa exploração do trabalho humano. Mas essa prática não é exclusiva dessas novas fronteiras. Em Estados considerados os mais desenvolvidos, como São Paulo e o Rio de Janeiro, foram detectadas situações de exploração análoga a um trabalho escravo.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho tem tido uma atuação, muitas vezes, exemplar com a ampliação da fiscalização nas áreas onde se tem conhecimento de denúncias de trabalho escravo. Desde 1995, quando o Grupo Móvel foi criado, 10.790 pessoas encontradas em condições de trabalho escravo foram libertadas. De 2000 para cá, um crescimento impressionante do número de trabalhadores libertados: 527, em 2000, 1.174, em 2001; 2306, em 2002 e; 4.996, em 2003. No último ano, foram libertados 46,3% do total durante os nove anos de atuação do Grupo. Então, existe aí a tabela dos trabalhadores libertados em trabalho escravo no período de 1995 a 2003.

Essas denúncias têm acarretado sérias ameaças de morte contra o trabalhador rural, Jair Matos; os agentes da Pastoral da CPT do Tocantins: Edmundo Rodrigues, Silvano Rezende e Frei Xavier Plassard. As ameaças atingiram também Dr. Mário Lúcio de Avelar, Procurador da República, em Palmas, Tocantins; e o Dr. Jorge Vieira, Juiz do Trabalho de Paraopebas, por sua atuação firme diante desses crimes.

O que me causa apreensão é como pessoas envolvidas com essa prática ainda recebem apoio e proteção. Refiro-me especialmente ao fazendeiro Ademir Lima Nunes, conhecido como Branquinho. Ele responde ao processo, na Justiça Federal do Pará, por vários crimes: homicídios, crimes contra a ordem tributária, formação de quadrilha, aliciamento de trabalhadores, redução desse à condição análoga ao trabalho escravo, ameaças a pessoas inclusive a autoridades públicas.

Ele estava foragido da Justiça Federal há quase um ano e foi detido em Marabá. Quando ciente do cerco policial, organizado em torno dele, acabou se entregando à delegacia da Polícia Federal, daquela cidade, em 24 de setembro de 2003. Com a prisão decretada pela Justiça Federal de Marabá, conseguiu, no dia 5 de novembro de 2003, fugir sem encontrar nenhum impedimento. Saiu pela porta da frente do Centro de Recuperação Metropolitano da Superintendência do Sistema Penal, responsável pela sua custódia. Recapturado, em janeiro de 2004, ele acabou tendo a sua prisão revogada por outro juiz federal, dia 3 de fevereiro. Hoje, está solto.

A exploração da mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo envolve, inclusive, políticos como têm comprovado as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e a mídia tem noticiado. Os nomes do Deputado Inocêncio Oliveira, do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Jorge Picciani, e, neste ano, o do Senador João Ribeiro aparecem como envolvidos nessa prática, flagradas em suas propriedades.

Por que será que o Projeto de Lei, que prevê o confisco das terras, onde se flagra o trabalho escravo, ainda encontra fortes resistências aqui?

Movimentos sociais do campo e latifúndio

Essa é a última parte que vou abordar, antes da conclusão.

Agora, gostaria de mudar o enfoque da minha fala. Como pastor, preciso testemunhar a grande novidade surgida no cenário brasileiro depois que aqui estive, na CPI do sistema fundiário. Se em 1977 o alvo de nossa atenção era o posseiro, hoje o sujeito social que mais destaque tem é o sem-terra e as diversas organizações que eles constituíram. No Brasil todo, em áreas rurais ou na beira das estradas os acampamentos de lona preta fazem parte já da paisagem brasileira. Em situação tão precária e tão difícil, mas ao mesmo tempo partindo de uma mística profunda e de uma organização disciplinada, está se forjando nessas comunidades de homens e mulheres uma nova consciência de um Brasil justo e cidadão.

Razão tem a elite agrária latifundiária e os que comungam com ela em ver nos sem-terra um perigo. Confesso que eles realmente são um perigo para a injusta estrutura fundiária sobre a qual se alicerça nosso País, desde as capitanias hereditárias até sua consolidação na famosa Lei de Terras de 1850, que, abrindo a corrida à privatização das terras e à sua concentração, tornou-se responsável pela pobreza, miséria e marginalização da imensa massa de moradores do campo e que daí, violentamente expulsos, estão hoje inchando as periferias das grandes cidades. Eram 70% no campo, hoje são 20%, 80% na cidade.

Os movimentos sociais do campo, ao contrário, realizam o serviço patriótico de restituir à terra a sua prioritária dimensão social, abrindo caminho à agricultura familiar e especialmente à propriedade coletiva, ligada ao sistema cooperativista popular, tornando-se os legítimos sujeitos autores, protagonistas e destinatários da reforma agrária.

A grilagem de terras.

Um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro é sem dúvida a grilagem. Segundo dados oficiais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em todo o País o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares. Eis aí a gigantesca desordem incrustada no tecido fundiário do Brasil. Ao mais simples levantamento de dados, aparece a existência de superposição entre grilo e grilo, entre áreas griladas com terras públicas, grilo sobre reservas florestais e reservas indígenas, assim com grilagem apenas no papel, todas elas, porém, destinadas ao grande negócio da especulação fundiária.

Terras vendidas a estrangeiros.

Não podemos fechar os olhos à venda de grandes áreas de terras a estrangeiros e a empresas multinacionais. Assisti ao violento despejo de 200 famílias pobres de uma terra em meu Estado de Goiás, cujos donos são milionários suíços que, é claro, moram na Suíça.

No primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Ricardo Petrela, professor italiano radicado na Bélgica, chamava nossa atenção para o fato de a Nestlé e a Coca-Cola estarem comprando no Brasil grandes extensões de terra, ricas em mananciais, em nascentes, a fim de negociarem água no futuro.

Na mesma linha de privatização das águas encontram-se em posição privilegiada as multinacionais que se julgam hoje proprietárias dos imensos lagos de geração hidrelétrica. Nós temos no Estado de Goiás a famosa Tractebel, uma empresa belga, que está em várias áreas e tem maltratado o pessoal ribeirinho. Essas empresas têm toda a proteção institucional do Ministério de Minas e Energia, mesmo depois de terem expulsado milhares de famílias ribeirinhas, famílias que sempre ali viveram, não na riqueza, mas certamente na fartura, integradas umas com as outras, integradas com a natureza e com alegria de viver. Hoje essas famílias estão jogadas na miséria e essa área entregue às multinacionais.

Justiça Social no Campo.

Diante dessa escandalosa desordem que nivela o Brasil com Serra Leoa, no campeonato mundial do latifúndio. Em face da conivência do Legislativo, da parcialidade do Judiciário e da inoperância do Executivo na não realização da reforma agrária para valer, eu me encho de admiração pela perigosa marcha dos sem-terra em busca da terra prometida de viver e trabalhar. Não são bandidos nem criminosos postos à execração por uma mídia hipócrita e mentirosa. São os verdadeiros construtores da justiça social no campo. Não há outros. Foram eles os impulsores anônimos do pouco de reforma agrária existente neste País. No município de Goiás, sede da minha diocese, há cerca de quarenta assentamentos de reforma agrária, todos eles já legalizados, o Incra recebendo apoios. Todos esses quarenta, sem exceção foram conseguidos na base da ocupação da terra pelos sem-terra. Não havia outro caminho.

Agronegócio.

Hoje o agronegócio vai assumindo, por outros motivos, o papel que à sua maneira sempre teve o latifúndio em rechaçar a reforma agrária. Trata-se do modelo voltado para o lucro, sempre concentrado em poucas mãos, até com dispensa do trabalho assalariado pela introdução de máquinas possantes – a televisão, ontem, mostrou isso – e pela modernização via informática. Como se trata da monocultura em vista da exportação, cresce sempre mais a exigência de mais e mais áreas. Depois de devastada 90% da biodiversidade do cerrado – que beleza o cerrado e que fragilidade ao mesmo tempo! –, com redução dos níveis dos seus rios, da desertificação de várias de suas regiões, já estão planejando avançar sobre o Pantanal. Com o alargamento da quota, a ampliação da área a ser desflorestada na Amazônia.

Esse modelo dispõe de todas as facilidades por parte do Poder Público, é prioritário comparado à reforma agrária e louvado pelo seu caráter modernizador e, sobretudo, pelo fato de gerar divisas que sobrariam daquele dinheiro da concentração privada.

O Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, ao analisar, nesse mesmo caderno de conflitos que passei ao Presidente, constatou que o índice de violência é muito maior

no Centro-Oeste do que em outras regiões do País. O Centro-Oeste, o paraíso do agronegócio, da monocultura da soja é, ao mesmo tempo, o inferno da violência contra os trabalhadores. Nos Estados onde se dá a expansão da moderna agricultura empresarial são, pelos dados levantados pela CPT, os que apresentam maior conflitividade, maior violência privada e maior repressão por parte do Poder Judiciáro. A tão decantada modernidade do agronegócio nada tem de moderno em nome do progresso e do crescimento econômico se mantém as mesmas relações sociais de sempre, excluindo um número cada vez maior de pessoas da participação dos bens. Como disse o mesmo professor Carlos Walter, em nome do agronegócio e do progresso que traz, mata-se e se desmata nos cerrados e na Amazônia.

O lugar da partilha mostrando o lado dos trabalhadores.

É mister reconhecer, por outro lado, que a grande contribuição do povo da terra, os chamados sem-terra, de modo especial os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, essa contribuição está em fazer da terra o lugar da partilha, continuando, aliás, a sagrada tradição indígena e quilombola. De fato, um dos objetivos do movimento é fazer da convivência com a terra algo integrador para as diversas gerações de trabalhadores, tornando o assentamento um lugar bom, sadio, bonito e atraente para a juventude, ligado ao conjunto da sociedade brasileira, levando a essa a sua preciosa contribuição econômica, além de buscar a recuperação da saúde da terra e das águas dentro da perspectiva da indispensável sustentabilidade do processo agrário. Aí está em curso o fermento de uma saudável revolução em nosso País, em nosso Brasil. Diante dessa nova consciência crescente, o movimento só pode mesmo ser atacado, barrado. Buscam-se suas mazelas e, de fato, elas podem existir, porque o movimento não é formado por anjos e também porque o movimento está inserido dentro do contexto da realidade brasileira, que serve de espelho para qualquer cidadão. E se criam e se caçam fantasmas, busca-se descobrir armas que seriam utilizadas em alguma futura revolução armada. Já houve inquéritos para se verificar algum desvio de recursos públicos e para onde foram as migalhas daí recebidas. Isso me faz lembrar aquela advertência de Jesus aos Fariseus. Vocês coam mosquitos e engolem camelos.

Com todo respeito, Sr. Presidente, não foi esse inquérito a razão principal da proposta desta CPMI. O único instrumento dos movimentos camponeses, juntamente com o movimento sindical, representado pela Contag, que, por sinal, recebeu uma forte oxigenação a partir do contato desses últimos anos desse sindicato com o povo da terra, com a terra, com as suas bases. Está se transformando dentro. O único instrumento deles é a mobilização, a pressão social, na forma até das ocupações de terra, para que o Brasil todo, a nossa sociedade, tome consciência da injusta realidade agrária brasileira que aí está, está intacta. Ao chamado Abril Vermelho dos Movimentos veio imediatamente a resposta. A primeira vista benéfica do tal Maio Verde, ao Abril Vermelho alguma contraproposta do Maio Verde da parte dos grandes proprietários. Verde, de início, pareceu-me da produção para alimentar tantos brasileiros famintos ou Verde da esperança na construção de uma verdadeira democracia no Brasil. Longe disso, o Maio verde deles são as cercas vivas postadas ao redor dos seus latifúndios. Isto é, cercas vivas de pistoleiros e jagunços armados até os dentes.

O Dom Antonio Posamai que me dizia assim: na minha diocese em Ji-Paraná as fazendas são cercadas por cerca viva. Que beleza, Dom Antonio! Não, Dom Tomás são pistoleiros, as cercas. Esse é o Maio Verde deles.

Conclusão.

Finalmente, Sr. Presidente, Srªs.e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores que nos honram aqui com a sua presença, a minha conclusão é de uma grande esperança no futuro do nosso País a partir da caminhada do povo da terra. Esse tem sido o nosso aprendizado da CPT na convivência com esse povo.

Comparando os agentes dessa nossa pastoral com os demais agentes das pastorais de outras pastorais, sem desmerecer desses outros, talvez sejamos o grupo mais motivado, mais impulsionado e com mais visão de um horizonte positivo e de esperança para o Brasil, a partir daquilo que constatamos entre os homens e as mulheres da terra.

Terminando, vou repetir aqui resumidamente o que já tenho dito em outros ambientes e que aprendemos desse admirável povo. É que a terra é mais do que terra. A terra não cai jamais dos grandes ricos para os pequenos e pobres. Nem mesmo do governo para os sem-terra, como caiu maná no deserto. A terra, que é dom de Deus, é acima de tudo fruto de conquista e essa se dá na luta. É a antiga tradição que vem da Bíblia, do líder Josué e da nossa história pátria, de Ajuricaba, o cacique dos índios, de Zumbi, o herói de Palmares, de Antonio Conselheiro, de Canudos, de José, o Beato, do Contestado, e do grande Julião das ligas camponesas.

Terra não é apenas o pedaço de chão da sobrevivência. Ela é o símbolo da busca da justiça e do direito. Ela é, essencialmente, o lugar da gratuidade na igualdade de todos os comensais dos seus frutos

como numa grande mesa da abundância. Terra é participação política no caminho da verdadeira democracia e na busca inarredável das mudanças que trazem realmente a libertação do povo, a começar dos mais pobres. Terra é cidadania, é dignidade. Terra é partilha do chão para a partilha do pão, na comunhão da festa, da dança, da beleza, da páscoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a Dom Tomás Balduíno pela sua participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos – enquanto Dom Tomás respira e toma fôlego, para depois ouvir as indagações –, rapidamente, atendendo ao Regimento, deliberar sobre alguns requerimentos aqui apresentados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, agradeceria, se houver a possibilidade de, enquanto examinamos os requerimentos, a Secretaria tirar cópia do brilhante e importante pronunciamento de Dom Tomás Balduíno, para que pudéssemos ter acesso ainda durante a reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O primeiro requerimento do Relator, Deputado João Alfredo, requer sejam convidados os autores e pesquisadores da revista **Impactos dos Assentamentos**, um estudo sobre o meio rural brasileiro. O Professor Sérgio Leite, Professora Beatriz Erédia, Professora Leonilde Medeiros, Professor Moacyr Palmeira e Professora Rosângela Cintrão.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Deputado João Alfredo propõe já o dia 04 próximo para a oitiva dos professores. Não havendo óbice, então designamos.

Pois não, Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente da Comissão, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Gostaria de fazer uma indagação sobre o requerimento que eu havia feito na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Este é apenas o primeiro requerimento.

Requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni solicitando seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. José Cândido Prunes, Advogado e Doutor em Direito Econômico, autor de vários artigos que combatem os princípios que regem o movimento da reforma agrária no País, inclusive a crença de que a pequena e média propriedade são os esteios de uma agricultura forte.

Portanto, em deliberação o requerimento.

As Srªs e Srs. Congressistas que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Ronaldo Caiado. Convida o Deputado Federal Luis Carlos Heinze sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

As Srªs e Srs. Congressistas que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Sérgio Guerra. Propõe visita ao Estado de Pernambuco. Esse requerimento já foi aprovado, e o Relator sugere do dia 11 ao dia 13 a visita dos membros da CPMI ao Estado de Pernambuco e Paraíba. Portanto, em atendimento ao requerimento do Senador Sérgio Guerra.

Não havendo óbice,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Salvo engano meu, 11 a 13 refere-se a quarta, quinta e sexta, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exatamente, é no período da semana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas consulto o Presidente e o Relator, porque, às vezes, coincide de termos votação de grande relevância, por exemplo essa semana temos previsto para hoje, amanhã votações que provavelmente teremos que estar presentes. Não sei hoje, nas datas de 11 a 13, se ocorrerá isto. Então, quem sabe, poderíamos, como estamos a uma semana da data, se ambos podem estar dialogando para prever o que vai ocorrer de 11 a 13, para confirmarmos na semana que vem. O Presidente pode ter um projeto que queira estar presente para votar. Só essa a consideração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Só quero, em resposta ao Senador Suplicy, alertar que todos os dias são muito importantes nesta Casa, e, se nós não priorizarmos os trabalhos da CPMI, não chegaremos a uma conclusão com eficiência razoável, por essa razão devemos priorizar os trabalhos da CPMI. Certamente teremos que faltar a uma ou outra votação, mas essa ausência será plenamente justificada em função da importância do trabalho desta CPMI neste momento. Submeto ao Relator a apreciação do questionamento do Senador Suplicy.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Na verdade, vou na mesma linha de V. Exª, entendendo a preocu-

pação do Senador Suplicy. Tanto é que estabeleci um período, Senador Suplicy, de terça, quarta e quinta, mas podemos ver nesse período quais os dias ou o dia que vamos para lá em função da votação das matérias, em função das agendas da Câmara e do Senado.

A minha preocupação, inclusive porque no roteiro que apresentamos e foi aprovado por esta Comissão, é de que a Comissão vá verificar a situação fundiária **in loco**, tanto em relação a conflitos agrários, como visitando áreas de assentamento, como realizando audiências públicas nos Estados, para que não fiquemos unicamente aqui em Brasília.

Na semana passada, houve essa proposta com relação à Pernambuco, até foi o Senador Guerra que levantou essa questão e houve uma aceitação unânime disso aí. Tanto que a nossa proposta inicial era começar pelo Pará, mas como em Pernambuco já houve aquela carta do governador, a preocupação de V. Exª, que também entrou no processo, temos inclusive um companheiro nosso, deputado de Pernambuco, o Paulo Rubem, que pode nos ajudar nisso, então, coloquei primeiro Pernambuco. E Pará, mais uma vez, nesses depoimentos, constata-se a problemática do Estado do Pará. Até fazia aqui um apelo ao Sr. Presidente, porque essas visitas, por exemplo, numa situação como essa, temos que ter uma estrutura de segurança da Polícia Federal, temos que entrar em contato com o governador, a polícia estadual, com os deputados estaduais e preparar bem essas visitas que vamos fazer. Já estamos aqui, para se ter uma idéia, no quinto depoimento e não fizemos ainda nenhuma visita. Então, queria ver se nesse mês de maio saímos mesmo daqui, mesmo sob o risco, Senador Eduardo Suplicy, de perder uma ou outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero mais uma vez ressaltar que, em função da importância dos trabalhos e do momento que estamos vivendo, em relação ao tema, é prioridade absoluta essas visitas. E, por isso, acho que toda a Casa compreenderá a ausência de alguns Parlamentares em votações importantes.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se a Senadora me permitir, concluiria as votações ou é sobre essa matéria? Sim, pois não. O Estado do Pará também já está agendado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente, Senador. Levanto uma questão semelhante à que levanta o Senador Eduardo Suplicy e já faço uma proposta alternativa: Em vez de nos referenciarmos apenas em três dias, que são exatamente terça, quarta e quinta, são os dias que temos sempre votação ou quase sempre, proporia que pudéssemos colocar assim: Por exemplo, de onze a quatorze, de dezoito a vinte e um. Esse período que pegasse pelo menos um dia que não fosse um dia de sessão deliberativa nas duas Casas, já que essa é uma CPMI. Então, que pudéssemos perder menos em termos de votações, porque existem comissões também, enfim. Faria esse apelo, principalmente, Senador, porque V. Exª sabe que, no Senado, há a necessidade de se liberar a pauta, de votações importantes, como daqui a poucos minutos teremos, em relação a Cofins, até para que os ganhos que conseguimos conquistar em relação a baixar a alíquota da Confins para diversos setores importantes, como saúde e educação, possam ser votados urgentemente, senão a sociedade é que vai perder. E tenho certeza que nenhum senador aqui, independente de partido, quer que a sociedade perca. Então, por isso estaria fazendo essa proposta alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência submete ao Relator que, posteriormente, então trará o calendário de visitas. Diante do que foi questionado aqui, a critério do Relator, na próxima reunião submeteríamos então o novo calendário. Mas creio que não podemos fugir muito disso, até porque não há como realizar nos Estados, em finais de semana, as visitas porque dependemos de órgãos públicos abertos, de assembléias, enfim.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não tenho nenhum problema com relação ao que propõe a Senadora Ana Júlia Carepa. Na verdade, aqui é um referencial da semana, até porque acho que, por exemplo, se vamos ao Pará, e temos do Pará aqui a Senadora Ana Júlia, o Deputado Josué Bengtson e o Deputado José Geraldo, com eles é que deveremos tratar a agenda, até pelos contatos que têm que ser feitos nos Estados. E assim com relação a qualquer um dos Estados. Aqui é apenas uma referência de data de que naquela semana vamos sair, a CPI vai sair. E evidentemente que o Senador e o Deputado ou a Senadora e a Deputada, vão definir se vão ou não na viagem. É uma viagem **in loco**, evidentemente que, como relator, não podemos faltar. Se o Presidente puder, é muito importante que possa ir, e possamos então tomar depoimentos, fazer visitas, levantar essa situação nesses Estados a partir do roteiro que elaboramos. E no roteiro que elaboramos estão o Estado de Pernambuco, que foi responsável pelo requerimento do Senador Sérgio Guerra, e está o Estado do Pará. É isso. Então, não há nenhum problema de passar para 17, para 21, é aquele período para que possamos depois acertar – vamos dizer – a visita.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu pediria aos Srs. Senadores e Deputados que nos permitissem

prosseguir com a reunião porque queremos aproveitar a presença de Dom Tomás Balduíno. Se ficarmos discutindo essas questões internas não aproveitaremos, já que S. Revmª tem que se retirar às 16 horas e 30 minutos para tomar o avião.

Então, colocarei em deliberação esses requerimentos, e essas questões depois podem ser discutidas diretamente com o Relator, porque da Presidência há a melhor da boa-vontade em atender aos pleitos do Relator nessa matéria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, aproveitando o embalo da agenda, acho que devemos ter o direito de fazer uma pequena reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi instalada a CPMI, lembro que foi dito que faríamos uma audiência aqui e outra fora, mas, por circunstância da conjuntura, foi mudado esse roteiro. Aí uma outra questão que foi afirmada também é que foi feita a primeira sessão com a Ouvidoria Agrária, que são defensores da reforma agrária. Depois o seguinte foi o João Pedro Stédile. V. Exª disse: "Agora vamos fazer o seguinte: é um dos sem-terra e outro dos grandes proprietários". No entanto, nessas cinco sessões, só um foi ouvido do outro lado, que foi o Presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ou seja, estamos priorizando o lado dos trabalhadores sem terra, eles estão sendo privilegiados nesta CPMI. Mas já que V. Exª está defendendo o outro lado, vamos acolher sua sugestão.

Submeto à deliberação o requerimento do Deputado Vice-Presidente Onyx Lorenzoni, que propõe também uma visita ao Rio Grande do Sul, exatamente em função do que expôs aqui Dom Tomás Balduíno. S. Exª sugere uma visita especial a São Gabriel.

Em deliberação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Essa definição de data ficará depois, em função do entendimento do Deputados Onyx Lorenzoni com o Deputado João Alfredo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu só queria sugerir que, na vinda dos professores dessa revista, que foi uma sugestão do Relator, tentássemos compatibilizar na mesma reunião – acho que daria um dinamismo – a visita do Professor Cândido Prunes –, porque acho que seria ponto e contraponto, se conseguíssemos seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Também considero interessante. Consulto o Relator se concorda, para que possamos ter um debate.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Concordo, mas precisamos assumir um compromisso, porque não vamos ter tempo. O trabalho, pelo que li na **Carta Capital** desta semana, é um trabalho de fôlego, então teríamos esse trabalho dos Professores Sérgio Leite, Moacir Palmeira e outros. São 650 páginas, 15 mil trabalhadores e trabalhadoras foram consultados. Teríamos que ter um tempo para essa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Teríamos que alterar, em vez de terça-feira, quinta-feira de manhã, porque aí teríamos mais tempo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não tenho nenhum obstáculo com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então vamos alterar a data, se todos concordarem.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Ou talvez pudéssemos fazer de outra forma, no dia 4 ouviríamos o pessoal dessa pesquisa e na quinta, dia 6, o outro.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quero defender a tese de que tenhamos posições teoricamente divergentes – acho que em muitos aspectos vão concordar –, até para que haja esse diálogo e esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então marcamos para quinta-feira.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Acho que é produtivo, precisamos é contrapor posições de pessoas que têm profundo conhecimento da área.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exato.

Alteramos para o dia 6 e pedimos já à Secretaria que faça as convocações.

Temos aqui a convocação do Sr. Alexandre Conceição, Coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de Pernambuco, por meio do Senador Sérgio Guerra. Com a aprovação, S. Sª será ouvido quando da visita a Pernambuco. Assim também aqueles que foram convocados no Estado do Pará serão ouvidos quando da visita ao Estado do Pará.

O Deputado Zé Geraldo faz várias convocações.

Vamos submeter também a convocação do Senador Juvêncio da Fonseca, convite à Drª Roseli Maria Luiz Silva, Coordenadora da ONG RecoV, para prestar informações de interesse da Comissão.

Submeto à apreciação.

Está aprovado.

Do Deputado Zé Geraldo, convocando o Sr. Coronel João Paulo Vieira da Silva para prestar informações à Comissão. É do Pará, portanto poderá ser ouvido quando da visita ao Pará.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda do Deputado Zé Geraldo, convocando o Sr. Ivanildo Ferreira Alves . Ele, também, da mesma forma, é Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Do Deputado Zé Geraldo, convocando o Sr. Sérgio Luiz Almeida, Presidente do Instituto de Terras do Pará.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será ouvido, também, quando da visita ao Pará.

Vamos, então, retomar a reunião.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado João Alfredo, para questionar o ilustre convidado, Dom Tomás Balduino.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares, na qualidade de Relator, quero dizer da honra de recebermos aqui, nesta CPMI, D. Tomás Balduíno, que é uma referência na Igreja Católica, na defesa intransigente – eu diria – dos interesses da maioria da nossa população, em especial dos despossuídos do campo – camponeses sem terra, posseiros e índios do nosso País.

Quero, também, louvar o fato de que D. Tomás trouxe dados e elementos para esta CPMI, tanto no seu próprio pronunciamento como nos documentos que entregou ao Sr. Presidente – e que já até solicitei o fornecimento de cópias e até a relação, que já foi cobrada em outras audiências, das vítimas da violência no campo no Brasil e o último Relatório sobre conflitos no campo do ano de 2003. Creio que isto é importante para que possamos ter elementos para a elaboração do nosso Relatório na perspectiva de que esta CPMI possa apresentar resultados para a realização da Reforma Agrária e para a construção da paz no campo brasileiro, que é o que todos nós procuramos nesta CPMI.

E quero, sim, pedir a Dom. Tomás, porque já há um acordo entre nós de que as perguntas sejam todas feitas de uma vez – e vejo que V. Rvmª. já está com a caneta na mão para que possa, portanto, anotar as nossas perguntas.

Primeiro, quero destacar que V. Rvmª esteve aqui em 1977 – não é? Então, são 27 anos e a questão fundiária ainda está presente e não resolvida em nosso País. Evidentemente, ela toma outros contornos. V. Rvmª trouxe esses dados e esses elementos, mas creio que ainda temos uma situação não resolvida. Daí, portanto, a necessidade desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Mas, em primeiro lugar, quero me fixar muito na questão da violência e da impunidade. Esse dado – 73 assassinatos no ano passado – me chama a atenção, tanto, por assim dizer, pelo crescimento com relação a 2002, como pelo fato de me parecer que há uma divergência da metodologia da CPT com a da Ouvidoria. Creio que a da Ouvidoria chegou a 43 assassinatos no campo, no ano passado – no depoimento – como, principalmente, se a CPT, nesses casos, já identificou os responsáveis, tanto da situação que gerou o conflito – até aqueles conflitos que são mais conhecidos e mais fortes. V. Rvmª falou muito bem que é o conflito de Corumbiara e de Eldorado de Carajás. Mas, no ano passado, o que efetivamente causou tanta violência no campo brasileiro? Ouvi aqui que, como em um governo popular a repressão diminui, o próprio poder privado assume essa questão. Seria, portanto, uma atuação de milícias privadas? Está vinculada, efetivamente, a uma relação com a questão da expansão da fronteira agrícola, do desmatamento nesses regiões a que V. Sª já se referiu?

Esta, então, seria uma primeira pergunta.

A segunda é com relação a esse dado, que também é chocante, de que desde 1985, tivemos 1.349 pessoas assassinadas na luta do campo brasileiro e apenas 70 ou 80 pessoas foram efetivamente condenadas, uma parcela ínfima que não chega nem a 10% caso se junte os executores e os mandantes. E aí eu queria indagar se, nesse período todo em que a CPT vem acompanhando essa questão, ela identifica não só as causas da violência, que já foram tratadas, mas também as causas da impunidade.

Eu vi que V. Rvmª falou da questão do Judiciário, trouxe dados acerca do Judiciário, como o Judiciário trata uns e trata outros de forma diferenciada. Mas, assim, uma abordagem se possível mais completa de como a CPT identifica as causas da impunidade, não só da própria violência.

Uma outra questão – e até me valho aqui de uma matéria da **Folha de S. Paulo** do último dia 18 de abril, consulta feita a consultores, a estudiosos do Brasil e América Latina, da Universidade Notre Dame, eles disseram que não vêem instabilidade no País, mesmo com o chamado "abril vermelho". E por várias razões, tanto pela baixa tradição de ação coletiva nas ruas, até porque, segundo Francisco Paniza, da London School of Economics, o Brasil teria avançado muito desde

Fernando Collor e hoje é um país estável. Esse "abril vermelho" tem essa capacidade, na visão da CPT, de desestabilizar o Governo, as instituições, há um momento de falta de autoridade, como muitos têm dito? Como é que a CPT vê essa situação e, dentro disso, como é que ela vê a violência? Acho que houve um contraponto: enquanto alguns identificam as ocupações como violência, V. Rvmª trouxe hoje o fato das mortes no campo. Então, vida e propriedade, como é que a Comissão Pastoral da Terra vê essa situação?

Finalmente, uma pergunta que faço a todos que têm vindo aqui trazer o seu depoimento, que é uma avaliação dos programas de reforma agrária do Governo passado, oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, e do atual Governo, do período em que Lula tomou posse para cá. Então, uma avaliação nesse sentido nos ajudaria muito em nosso relatório

No mais, agradecer a presença aqui de V. Revmª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Dom Tomás com a palavra para responder.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – São vários pontos e eu fui anotando aqui. Primeiro, a questão da diferença de números entre a CPT e a auditoria. Isso já vem de um tempo e, muitas vezes, os dados que vêm do lado do Governo são dados filtrados pelos processos, o que realmente vira processo torna-se dado para eles. A realidade, no entanto, é mais ampla do que aquilo que entra e se encaixa em processo. Era um pouco a nossa divergência desde o Ministro Raul Jungman. A tendência do Governo é reduzir, mostrar um Brasil menos feio. Mas o importante para a pesquisa é a realidade.

Nessa identificação, aparecem já os responsáveis. Há casos e casos. Há casos mais completos que a CPT flagra, inclusive com responsáveis e tudo mais, porque a nossa fonte de informação são as bases, além da imprensa evidentemente, mas a CPT tem todo um pessoal que é treinado por técnicos, inclusive por professores que acompanham.

De maneira que seria o caso de olhar dado por dado para saber se já aparecem, como faz o Deputado João Alfredo a pergunta, se já dá para identificar os responsáveis.

Não sei se ele está aí como assessor, Sr. Presidente, o Isidoro tem alguma coisa a completar nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se quiser passar Dom Tomás Balduíno, não há problema.

O SR. ISIDORO – Tem casos em que são identificados os responsáveis. Tem casos que não, porque não tem informação.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Andando adiante, nessa mesma linha, se são milícias privadas, se é a questão da expansão da fronteira agrícola. Esse caderno que apresentei ao Sr. Presidente mostra um dado novo, que a violência, essa que descobrimos no primeiro ano de Governo do Lula, vem muito da área do agronegócio, não só no centro-oeste, mas também em São Paulo, onde está a modernidade, onde está a expectativa de grandes divisas. Também tem essa face.

Depois, V. Exª já apresentou os dados da impunidade, que nem 10% dos crimes são levados a processo. Quando falamos do Judiciário, a coisa começa desde a própria polícia, a própria delegacia.

Vi isso no caso do Francisco Cavassuti. Ele foi alvejado, conforme dissemos, e quem a polícia foi interrogar? Os agentes da Pastoral, pessoal da casa paroquial, pessoal da Igreja, os demais são considerados inocentes.

A questão da instabilidade levantada muito oportunamente pelo Deputado. Não é do intuito dessas mobilizações, do chamado Brasil Vermelho –, é vermelho não por causa da cor do sangue, mas das bandeiras, as bandeiras das diversas organizações – desestabilizar o Governo, porque é pessoal que se julga ao lado da mesma trincheira que Lula, embora com liberdade, dentro de um País no qual esse pessoal se alegra, festejou a vitória do Lula e continua cobrando dele. É a autonomia. Não tem nenhum poder de aliciamento sobre eles. É um pessoal de inteira liberdade e acha que é por aí. Não é tirando o tapete, como muita gente talvez da **Folha de S.Paulo**, que tem fama de ser de esquerda, mas é o mais direitista dos jornais. Quer mesmo é desestabilizar, via desgaste na opinião pública. Até quando a **Folha de S.Paulo** entrevista agentes de pastoral é com esse intuito. Temos de tomar muito cuidado. Sempre digo que criticamos esperando que a situação seja aprimorada, que há condições, expectativas e possibilidades. Não é voltar ao passado que nos fez sofrer tanto.

A última pergunta é sobre a avaliação dos programas de reforma agrária. Deputado, peço que V. Exª me cobre se saltei alguma. A avaliação é com relação ao passado. A reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso foi de mentira. Foi uma reforma agrária de mercado, com a criação do Banco da Terra. Uma reforma agrária que eles mesmos denominaram agradável porque não mexeu no latifúndio. Pelo contrário, premiou os latifundiários porque as terras eram compradas pelo preço que eles definiam porque se tratava de compra. Assim, colocou-se a reforma agrária com base na compra e venda, o que é inconstitucional. A Constituição foi sábia nesse ponto. O País é pobre e não pode se dar ao luxo de fazer a reforma agrária entrando no mercado da terra. Isso é loucura! Tem que ser na base do TDA e quanto mais alargado, mais de acordo com nossa

economia. Esse é o perfil, a grande falha. Disseram que fizeram a maior reforma agrária do século, mas é mentira. Gastaram muito dinheiro com publicidade que poderia ter sido usado em outras coisas.

Hoje, a reforma agrária está devagar. Quantas mil vezes já falamos isso! Mas a reforma agrária não anda. A CNBB divulgou um documento cobrando a agilização do processo. O plano está aí. É um passo à frente. É a primeira vez na história do País que um plano é para valer. Houve um plano no tempo do Sarney, mas os latifundiários de São Paulo e outros ajudaram a derrubá-lo. O José Gomes se encontrou comigo e disse D. Tomás, caí com meu plano, não derrubado pelos Caiado da sua terra, de Goiás, mas pelos industriais de São Paulo, duplicados em latifundiários.

Sentimo-nos mais seguros com a entrada desse plano em vigor, mas é preciso a colaboração de nós todos e dos movimentos que fazem pressão. Entendo que esse tipo de pressão é muito legítima, pois é uma forma de a sociedade civil organizada falar com o Governo. Fala dessa maneira porque a imprensa vai atrás, e a coisa vira notícia. Se forem enviados apenas bilhetinhos para o Lula por meio dos amigos ou batendo no ombro, a reforma agrária não sai.

Repetindo, o processo está lento, mas está no caminho adequado. É um plano de reforma agrária com metas e com orçamento. Entendemos que este é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos iniciar com os Srs. Parlamentares, em bloco de três, como é prática desta CPMI. Sugerimos ao D. Tomás Balduíno que anote as perguntas para respondê-las posteriormente.

Cada Parlamentar terá três minutos.

O primeiro será o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – D. Tomás Balduíno faz aqui algumas declarações extremamente pesadas. Primeiro, coloca em suspeição a isenção da Ministra Ellen Gracie, quem temos na maior conta, assim como de mais oito Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que é algo extremamente grave. Tratando-se da maior Corte brasileira, preocupa-me muito esse fato.

Chama os invasores do MST de patrióticos, critica o agronegócio, chama de migalhas os recursos colocados na reforma agrária do Governo FHC, R$16 bilhões, e termina com uma pérola, que a terra é fruto de conquista e esta se dá na luta. Já incitando uma briga de classes. Essa não é a Igreja católica que conheço, na qual fui batizado, crismado, casei e criei meus filhos. A Igreja que professo e na qual acredito é a Igreja que prega a união entre todos, que me considera povo da terra também. Fui discriminado, porque os povos da terra, como D. Tomás chamou, são apenas os invasores; os pequenos, médios e o grandes produtores rurais do agronegócio não são os povos da terra. Essa incitação à luta de classes é muito grave. É óbvio que isso é comum na CPT, porque a grande maioria dos dados que derivam dela são mentirosos. Tenho aqui um caso que foi à Justiça do Paraná, que eu gostaria de deixar público, encaminharei à Comissão, na qual o Frei Betto faz uma declaração no Paraná falando de 16 mortes quanto as quais o Governo não havia tomado nenhuma providência e o Governo do Paraná se manifesta mostrando, caso a caso, o que aconteceu com os 16 mortos. Aqui, citaremos alguns casos dos 16 mortos, que, segundo D. Tomás Balduíno, foram mortos pelo latifúndio: Vilmar Machado Vargas, morto em 6/9/97 em Espigão Alto do Iguaçu, morto por Oraides Blott, Antônio Mazor e outros do MST em disputa interna; Vilmar Valer, assassinado em 2/10/98, em Inácio Martins, por Odair José da Silva, membro do MST, julgado e condenado em 28/6/99; Cláudio de Oliveira Pires e Carlos Vieira, mortos em 10/10/98 num assentamento por Peri Vargas e seu filho, ambos líderes do MST, numa briga durante divisão dos lotes; José Rodrigues, 27/11/98, em Laranjal, morto num tiroteio entre grupos de sem-terra posseiros, quando a fazenda já estava desapropriada, fora da posse do seu antigo dono; um posseiro foi morto pelo MST, mas não está na contabilidade da CPT; Cícero Simplício Lopes, 98, morto em Rio Gurito do Iguaçu, por Leonor Roque Guarda e Lourival de Tawa, assentados na região e membros do MST; Juvenal José do Nascimento em Querência do Norte, morto pelos assentados do MST Darcy Ferraz e Jair Bonifácio, ao tentar separar uma briga entre ambos, que se encontravam totalmente alcoolizados e Hélio Costa Miranda, em Guaratuba, citado como membro do MST, o que não era, mas sim posseiro, morreu de acidente ao tentar expulsar um búfalo do seu lote, caindo sobre seu próprio facão e morrendo de hemorragia. Esses são dados da Justiça do Estado do Paraná, que encaminharei à Comissão.

Esses jogos de números lançados são extremamente perigosos. Mais perigoso ainda é que no ano 2000 uma sem-terra de nome Luíza Vitorino foi fazer uma peregrinação a convite da CPT e dos outros órgão na Europa, falando sobre violência no campo e, quando nós fomos ver quem é, por meio da Drª Tereza Koff, responsável pela CPT, falando em nome da CPT do Paraná, ela nada mais é do que a sogra do Sr. Juvenal Nascimento, morto pelos próprios sem-terra, no assentamento em Querência do Norte, pelos Srs. Darcy Ferraz e Jair Bonifácio, ao tentar separar uma briga. Foi lá denegrir a imagem do Brasil, dizendo que o seu

genro foi morto e a sua filha estava viúva. Ele foi morto por seus próprios companheiros de assentamento.

Então, os dados da CPT não têm crédito; são, em muitos dos casos, mentirosos. Por isso, não gostaria de discutir aqui assuntos referentes a dados, pois já que está provado que os dados são mentirosos, apesar de uma única morte ser extremamente lamentável, porque o conflito agrário é algo de que não precisamos no Brasil hoje. Estamos vendo terra em todas as revistas; está sobrando terra. O que falta, na realidade, é uma política agrícola neste País.

Precisamos, na realidade, entender que aqueles que estão trabalhando merecem respeito; respeito este que peço a todos que forem falar aqui. Há um ditado, na minha terra: "Não fale mal de produtor rural de boca cheia". Essa é uma assertiva que gostaria de ver respeitada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, prezado Deputado João Alfredo, Relator, em nome de quem saúdo a todos os Deputados, Senadoras e Senadores, prezado D. Tomás Balduíno, em primeiro lugar, acreditamos que algumas publicações recentes, que nos chegam às mãos, vindas de instituições da mais alta credibilidade, só vêm reforçar o sentimento de que a questão fundiária, no nosso País, e os nossos desafios agrícolas não podem ser tratados de forma única, de modo linear, sobretudo, muitas vezes, submetidos a visões maniqueístas ou até egocêntricas, como se um país de dimensões continentais pudesse ser interpretado apenas a partir dos limites da minha propriedade, do saldo da minha conta bancária ou da rentabilidade do meu empreendimento agrícola.

Refiro-me à recente publicação da Fundação Getúlio Vargas, "O Mapa do Fim da Fome nº 2", disponível no **site** da referida Fundação, à recente publicação do IBGE, que aborda a violência e a criminalidade em todo o território nacional, mas também a uma outra publicação, coordenada pelo economista Márcio Pochmann, intitulada "O Atlas da Exclusão Social".

Qualquer brasileiro, em sã consciência, não importa que seja agricultor, cidadão urbano, assalariado, empresário, desempregado, que tenha a oportunidade de se debruçar sobre os dados desses institutos, dessas publicações, certamente passará a ver as questões fundiárias e agrícolas sob um outro prisma. Destacaria aqui a minha surpresa, como Deputado de Pernambuco, para concluir, do grande impacto que causou nesta Comissão a atitude do Senador Sérgio Guerra, em aqui trazendo uma carta do Governador Jarbas Vasconcelos.

Acho fundamental que esta Comissão vá a Pernambuco, porque o Sr. Jarbas Vasconcelos governa o Estado há cinco anos e quatro meses, e é a primeira vez que se dignou a receber representantes dos movimentos, embora tenha uma política agrícola incompetente, provada por números, inclusive incapaz de aplicar, pelo menos, recursos da ordem de R$6 milhões, transferidos não por este Governo, mas pelo anterior, por meio do Incra, para 114 projetos de assentamento no Estado de Pernambuco e, com toda a máquina administrativa, foi incapaz sequer de aplicar 30% desses valores.

Então, Sr. Presidente, é fundamental que possamos ir ao Estado de Pernambuco, não para visitar o Palácio do Campo das Princesas, como se intitula, no meu Estado, o palácio do Governo, mas para visitar, por exemplo os latifúndios, as cooperativas e os assentamentos, dando destaque aos municípios situados na zona sucroalcooleira de Pernambuco.

Quero perguntar a D. Tomás a respeito das suas impressões que, me parece, citou – não pude chegar a tempo – os conflitos no Engenho Prado, na Zona da Mata Norte, no Estado de Pernambuco, para que, definitivamente, tratemos desigualmente as situações desiguais no tocante à reforma agrária. Esta imensa extensão de terras que vai de Alagoas ao Rio Grande de Norte, que já acumula quase quatro séculos e meio de monocultura canavieira e reúne centenas de ativos agroindustriais – só em meu Estado são 44 unidades agroindustriais que acumulam, a preços de débitos de 98, Deputado João Alfredo, R$4,6 bilhões de dívidas com o Banco do Brasil, com o Banco do Estado, com a Previdência, com o Fundo de Garantia, com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS) do Estado de Pernambuco. E é, portanto, Sr. Presidente, nesta expectativa, que eu gostaria de ouvir Dom Tomás Balduíno. Não há como pensarmos um modelo de reforma agrária e de sustentabilidade da atividade econômica agrícola se olharmos apenas para o nosso próprio umbigo. Temos, necessariamente, que tratar não apenas do modelo aqui citado por Dom Tomás, da ampliação da emissão de títulos da dívida agrária, da disponibilidade de recursos do Tesouro para pagamento em espécie das benfeitorias encontradas sobre os imóveis, mas sobretudo que façamos as necessárias gestões à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, junto ao Incra, para que esse imenso estoque de dívidas não fique dormitando nas gavetas do Poder Judiciário, especialmente nas Varas da Fazenda.

Eu gostaria, portanto, de ouvir as considerações de Dom Tomás sobre as questões da reforma agrária na zona canavieira do Nordeste, uma região que ain-

da hoje tem um peso expressivo na balança comercial dos Estados – exportação do açúcar é uma pauta importante dessa balança comercial – , mas acumula pelo menos quatro séculos e meio de exclusão social, e não são dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nem da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); são do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou iniciar fazendo uma consideração. Eu já tinha falado aqui da outra vez que a reforma agrária realmente não pode continuar no mesmo modelo de antes. Então, eu aqui queria saudar com alegria as palavras de Dom Tomás Balduíno, quando diz que temos um Plano Nacional de Reforma Agrária, mesmo cobrando que ele seja feito de forma mais célere – aliás, como todos nós queremos: que se apresse, com certeza, esse processo de reforma agrária.

Sou do Estado do Pará, vou falar isto quantas vezes forem necessárias, porque acho que é muito importante se dizer, se registrar: é o Estado onde acontecem massacres. É óbvio que acontecem mortes no campo e que, como Dom Tomás Balduíno falou, a própria instrumentalização, o próprio procedimento da Polícia na hora de fazer o processo, quando se trata de crime, principalmente contra o pequeno produtor, contra o pequeno agricultor, já é feito com descaso, sem atenção nenhuma, então já começa por aí a situação de tratar os desiguais de forma realmente desigual, haja vista, inclusive, a diferença de mortes: quantos grandes produtores foram mortos? Mas quantos pequenos produtores foram mortos neste País? O massacre de Eldorado dos Carajás tem oito anos. No dia 17 de abril completou oito anos de impunidade. Então, acho que isso incentiva outras mortes, incentiva o massacre de São Félix do Xingu. V. Revma conhece, sabe que é uma área onde os grandes proprietários decidiram que ali não entra pequeno produtor, não querem a presença do pequeno produtor. É uma área onde há uma das últimas reservas de mogno deste País e do mundo também. Para quem não sabe, mogno é madeira nobre.

Estou cansada de andar pelas estradas da minha terra e ver os grandes proprietários sempre à beira das grandes estradas. E não tenho nada contra os grandes proprietários, acho que quem mora num Estado que é o segundo maior do País, que tem cerca de 2.500.000 quilômetros quadrados de área, como o Estado do Pará, sem dúvida nenhuma tem terra suficiente. Agora, terra para fazer reforma agrária – mas reforma agrária de verdade, não é para tratar o trabalhador rural pior que o boi, para transformar aquele assentado num produtor rural que possa melhorar inclusive a economia local – não pode ficar a 100, 150, 200 quilômetros dentro da mata, sem ter acesso a estrada, sem ter energia elétrica, enquanto as beiras das estradas são todas ocupadas por grandes latifúndios. Por quê? O que V. Rvmª acha do fato de termos tido agora recentemente no Pará 200 ações de despejo feitas pela Justiça do Estado do Pará, um custo de 1 milhão de reais, e dessas 200 ações de despejo muitas foram feitas de forma incorreta, inclusive em áreas que já estavam sob processo de desapropriação do Incra? Já tinha assentamento. Ou seja, acredito que a violência também, além dessa violência do latifúndio, é fruto é lógico de uma reforma agrária, e sempre costumo dizer e vou repetir, tantas e quantas vezes for necessário, a favelização agrária que foi feita no governo anterior. E é impossível você ter realmente produtores rurais em péssimas condições, sem assistência técnica, sem acesso a crédito, sem terra boa, sem acesso a estrada, enfim, em péssimas condições.

Vejo com alegria, inclusive, agora nesta sexta-feira, o Presidente Nacional do Incra está indo ao Estado do Pará. Estão indo hoje técnicos do Incra exatamente para anunciar uma série de ações. O Pará é considerado o Estado prioritário e quero dizer que acredito que temos que agir nas diversas frentes, porque temos que ver o país de forma diferenciada. Se mantivermos a impunidade no país, vamos estar incentivando cada vez mais a violência. Não adianta, porque 19 pessoas são mortas, como em Eldorado dos Carajás, ninguém está preso, ninguém é culpado. Vai ver que foi suicídio coletivo, vão acabar chegando a essa conclusão um dia. É uma situação completamente absurda. É fácil matar, é fácil matar neste País onde há uma concentração fundiária imensa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa, peço a compreensão de V. Exª no sentido de colaborar com seus colegas. O tempo de D. Tomás é restrito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com certeza.

Quero perguntar ainda a D. Tomás Balduíno se não seria importante que as ações absolutamente legítimas dos movimentos sociais – as contradições fazem parte do processo – também fossem feitas não apenas em relação ao Incra, ao MDA, mas, por exemplo, quanto ao Ministério da Fazenda, para que possam ser liberados os recursos imediatamente, já que há um plano de reforma agrária que precisa da liberação imediata desses recursos para que ser efetivado na prática.

Percebo um imenso avanço, mas não basta consertar apenas o Incra de Marabá, onde há a maior quantidade de assentamentos do País em péssimas condições. É melhor desfazer os assentamentos já existentes naquela área e refazê-los em outro lugar, porque a atual situação é mais cara para o País. Portanto, devemos parar com essa idéia de que pensar que jogar povo pior do que boi é fazer reforma agrária. Reforma agrária é muito mais do isso. Acredito ser o que D. Tomás Balduíno falou nesta Comissão. É um plano nacional e todos devemos ter essa consciência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra a D. Tomás Balduíno.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Cabe a mim responder primeiramente ao Deputado Abelardo Lupion. É a segunda que nos encontramos. A primeira foi em um programa de televisão.

Como Bispo, faria uma consideração sobre o progresso de S. Exª no catecismo. Talvez precise de algum reajuste. S. Exª fala da questão da luta pela terra como uma situação que não é bíblica. Quanto a esse ponto, talvez fosse necessário reler o Capítulo 3 de Josué e os outros, em que Deus falou a quem estava na caminhada para a Terra Prometida: "Não tenha medo. Não tenha frio nos olhos. Eu estou com você. Eu estou ao seu lado". E a conquista foi diferente do maná que caiu suavemente na terra. Foi uma conquista a ferro e fogo da chamada Terra Prometida.

Nesse sentido, até hoje os pobres, quando querem fazer reforma agrária, precisam ter coragem de enfrentar essas barreiras de Jericó.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Facilitarei a Bíblia ao Deputado Abelardo Lupion, aberta no livro de Josué.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Senador Eduardo Suplicy que colabore com a ordem dos trabalhos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me garanta o direito à tréplica, por favor.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Não se escandalize com o patriarca Josué.

Com relação às declarações a respeito daquele processo, cito os Ministros que votaram favoravelmente e os dois que votaram contrário àquela questão. Há inclusive uma nota da CPT, que não sei se está disponível. Se estiver, poderá ser repassada a V. Exªs. A nota da CPT sobre aquele assunto é pública.

Para completar essa história de Josué, não se trata de luta de classe. É a condição humana que segue um pouco essa linha.

Agora, quanto aos dados da CPT, é claro que a Comissão não se propõe a ser infalível; ela pode errar. Mas o sentido da mentira é falar contrariamente ao que se pensa para poder enganar. Nesse sentido, essa acusação é falsa.

Com relação aos mortos citados pelo Frei Betto, o meu depoimento sempre se baseia em dados públicos, estão nesse caderno de conflitos. Não conheço essa história do Paraná.

Com relação aos outros depoimentos dados aqui e acolá, quando a CPT declara em seu nome, o faz com critérios próprios. A CPT é um colegiado e graças a Deus que é assim. No plano nacional, somos um grupo de oito iguais: O Presidente e o vice-Presidente são bispos . O próprio caderno de conflitos, que está aí à disposição, diz no anexo: Supremo golpeia reforma agrária. Então está aí. Respondemos por essa declaração.

Com relação ao que diz o Deputado Paulo Rubens, as impressões sobre o Engenho Prado, acredito que o pessoal tem direito àquela área. Já estavam ali há seis anos. São famílias que viviam daquilo. É uma questão de justiça social, da mais límpida justiça social. Então envenenaram as nascentes e passaram com o trator em cima da produção. Num país em que há tanta fome, aquela produção servia para a alimentação deles e o excedente para comercialização. A injustiça foi cometida e pode ser muito bem ressarcida.

A questão da sustentabilidade, colocada pelo Deputado, é importantíssima na proposta da agricultura familiar. Hoje estamos procurando incentivar os exemplos de Chico Mendes, a convivência com a mata. No Acre vê-se pequenos lotes, as pessoas produzindo sem derrubar a mata. É a castanheira, é o palmito, é a madeira de lei. Estão refazendo a mata. A nossa mentalidade arrozeira tem que aprender com essa sustentabilidade e com essa busca de uma integração em que a reserva seja respeitada.

Concordo com o que S. Exª diz a respeito da exclusão social que é o modelo do agronegócio e do latifúndio. Esse é o modelo e não se pode esconder. É o lucro, é o enriquecimento.

Qual é o pequeno proprietário, qual é o ocupante de terra que visa ser grande fazendeiro? Jogue essa pedra quem pode fazê-lo. Com relação ao que coloca a Senadora Ana Júlia Carepa que fez diversos comentários, com os quais concordo, sobretudo com relação ao problema de fazer da reforma agrária um processo de deportação.

A reforma agrária, em princípio, deve ser feita onde o lavrador mora, onde está a sua família e não é fazer como Médici que propunha levar a gente sem terra para a terra sem gente. Enfim, a deportação para os confins da Amazônia do pessoal nordestino. Cito como exemplo, as áreas congestionadas do Rio

Grande do Sul e do Paraná onde a reforma agrária tem que ser feita.

"Ah, mas está tudo ocupado de terra". A lei deve prover isso. É questão da justiça social, é questão da democratização da terra. Esse caminho até hoje procedente das capitanias hereditárias e a lei de terras de 1850 é um descaminho, é um atraso para todo o Brasil. É preciso que os legisladores tenham a coragem de ver a necessidade de uma reforma agrária onde o trabalhador exista.

Finalmente, a sua colocação em que entendo que não cabe a nós, da CPT, as ações dos movimentos sociais não bater só em cima do Incra e bater em cima dos Ministros Palocci e Meireles, do Presidente do Banco Central.

Não entramos nessa parte de estratégia. Acompanhamos a luta e, na medida do possível, damos algum conselho no sentido do mais humano e do mais legal e não para incentivar a luta de classes. Entendo que a Bíblia falando sobre Josué não incentiva a luta de classes. Se há um instinto e um grito de luta de classe ele vem de cima para baixo e não a partir do povo pobre.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – V. Ex.ª me garanta a réplica, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Abelardo Lupion, peço a V. Ex.ª que...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quero antes de mais nada agradecer ao Senador Eduardo Suplicy que, como bom coroinha, abriu o livro do Josué.

Eu conheço e agradeço e gostaria só de dizer que, ao interpretar a santa Bíblia, precisamos interpretá-la como um todo. O Papa João Paulo II deve saber interpretá-la porque quando editou a Encíclica **Centesimus Annus** em comemoração à Encíclica **Humanae Vitae** disse que a propriedade, seja ela qual for, a casa, o terreno ou a terra, tem que ser respeitada como fruto do trabalho do trabalhador.

Alguns podem fazer sua poupança da maneira que quiserem, mas independente de quem tenha feito a poupança, precisa ser respeitada inclusive a aquisição da terra. Portanto, gostaria de dizer que estou muito inteirado com a minha igreja que é a de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Então não preciso, de forma alguma, me reciclar, porque como bom católico tenho certeza de que serei extremamente respeitado. Em qualquer tipo de demonstração de Sua Santidade eu poderia, com muito conforto, discutir esse assunto com quem quer que seja. Dentro da religião, não encontro amparo para nenhum tipo de extrapolação das leis, nenhum tipo de agressão ao próximo, nenhum tipo de amparo para que incitemos a luta de classes e façamos na marra o que nós não conseguimos fazer na lei. Então, a minha igreja não prega esse tipo de ação

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE). – Peço o direito à réplica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas que réplica? Não há razão para réplica. Peço à Senadora Ana Júlia, que usou mais do que o dobro do seu tempo, e nós a respeitamos, que permita aos seus colegas participarem da reunião.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, preocupa-me ouvir as colocações de D. Tomás Balduíno, inclusive, incitando a luta de classes. Estamos vendo, hoje, incidentes e ele fala de um quadro de mortes, de certa forma duvido dessa questão; sei que elas existem, mas a veracidade precisa ser verificada. Essa questão da chacina dos trabalhadores e de pequenos agricultores é grave e precisa ser verificada. Essa é uma preocupação que temos, quando ouvimos uma declaração do próprio Bispo e do Stédile lá no Rio Grande do Sul, em Canguçu, incitando a luta de classes. O que temos que fazer é somar e não subtrair ou dividir como está se vendo aqui. Temos um grande projeto para o nosso País. O agronegócio não pode ser amaldiçoado, como querem alguns, porque é o setor que está dando sustentação ao povo brasileiro. Os pequenos, médios e grandes agricultores estão fazendo o sucesso do nosso País. Se o crescimento negativo do PIB foi de apenas 0,2%, no ano passado, foi graças ao agronegócio, à agricultura e à pecuária brasileira, aos agricultores organizados que conseguiram produzir, aos pequenos, médios e grandes, sem distinção. Então, a nossa preocupação é esse tipo de incitação à sociedade brasileira. E quero culpar os que estão incitando: o MST o próprio Bispo D. Tomás Balduíno e aqueles que lhe seguem. A própria CPT tem feito exatamente isso. Daí, quem sabe, a razão dessas mortes que estão ocorrendo, hoje, no campo. Não vi D. Tomás Balduíno comentar nada a respeito da chacina ocorrida há dias atrás no Estado de Rondônia. Estive lá na quarta-feira, ouvimos depoimentos de pequenos garimpeiros. Vinte e nove mortos já foram encontrados; a Funai não queria que entrássemos lá dentro. Pelos depoimentos que tivemos, esses números devem passar de cem. Só nessa chacina do último dia 7 de abril. Isso nos preocupa, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Fiz protestos conclamando os agricultores a se organizarem para defender os seus interesses.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A pergunta a D. Tomás Balduíno é a seguinte: Há um levantamento, que terei oportunidade de apresentar

nesta Comissão, a respeito da situação dos assentamentos do Governo Fernando Henrique, nos últimos 8 anos, aproximadamente 580 mil famílias. Vimos a situação em que estão essas pessoas, as condições em que.vivem, sem assistência técnica, sem moradia, sem saúde, sem educação. Foram colocados quase US$ 10 bilhões em oito anos, postos pelo ralo, quem sabe de US$ 4 a US$ 5 bilhões. O que seria feito com esse dinheiro num programa bem orientado? Essa é uma pergunta que faço a Dom Tomás Balduíno. Zé Rainha, um grande líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, lá da Cocamp, em São Paulo, há a Coagri no Paraná e tantos outros assentamentos desviando dinheiro público, dinheiro do povo brasileiro. A minha preocupação, Dom Tomás Balduíno é hoje com os milhares de pequenos, médios e grandes agricultores brasileiros. Trabalho contra as multinacionais, há muitos pontos em que nos assemelhamos. Mas, essa preocupação que temos é com esses milhares de produtores rurais brasileiros que vivem anonimamente no nosso País. A situação de extrema pobreza em que vivem nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com rendas mínimas, sobrevivendo no meio rural. Luto por essa gente toda.

Penso que esse é ponto em que precisamos trabalhar unidos e não dividir o que temos hoje em toda a sociedade brasileira, em que vemos a instigação a lutas de classe. É extremamente oportuno e importante que somemos. Palavras negativas com relação aos latifundiários e à situação da produção brasileira. Palavras como trabalho escravo, que estamos ouvindo seguidamente, não sou a favor do trabalho escravo e vi agora em Rondônia índios escravizando brancos, índios e outros interesses escravizando brancos, recebemos uma denúncia hoje pela manhã, 15 acorrentados lá, trabalhando para os índios nas máquinas, tirando quase US$ 2 bilhões por ano de diamante. O Brasil está perdendo isso.

Já roubaram todo o ouro de Rondônia, já roubaram todo o mogno de Rondônia e agora estão acabando com os diamantes de Rondônia. Isso é um exemplo em uma reserva, a reserva do Roosevelt, que estamos comentando nesse momento. Quantas e quantas reservas existem no País e o que estamos fazendo sobre o assunto? Então a preocupação é que tenhamos uma reforma agrária de que o País precisa, sou favorável a essa, mas não dessa forma, incitando à luta de classes. Essas são as colocações que gostaria de Dom Tomás Balduíno nos respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. É o próximo inscrito, em seguida o Deputado Jamil Murad.

(Diálogo fora do microfone, praticamente inaudível, entre a Senadora Ana Júlia Carepa e um Deputado.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Fazendo soa ra campainha) – A palavra está assegurada ao Senador Eduardo Suplicy. Peço à Senadora e ao Deputado que respeitem o Senador Eduardo Suplicy, que está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, nosso relator, que bom que estejam novamente em harmonia o Relator e o Presidente. Gostaria de cumprimentar Dom Tomás Balduíno, dando-lhe as boas-vindas.

O reverendo Dom Tomás Balduíno fez uma pergunta, na sua exposição, ao Presidente, com todo o respeito, não teria sido essa a principal razão da proposta da CPI, quase como que estigmatizando mais e mais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Gostaria até de transmitir ao reverendo dom Tomás Balduíno, fraternalmente, que, em verdade, houve um entendimento, porque originalmente havia o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, feito um requerimento de constituição da CPI em termos que quase colocariam um estigma sobre o MST e os Movimentos sociais e assim por diante.

Ali na Câmara dos Deputados também havia algumas iniciativas, dentre as quais a do deputado Onyx Lorenzoni que dialogou comigo e com outros membros do Congresso Nacional e chegamos a um entendimento pelo qual esta CPMI seria formada com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais, que têm promovido ocupações, por vezes, com violência, assim como os movimentos de proprietários de terras, que, segundo se divulga tem-se organizado para impedir ocupações, por vezes, com violência e para que o Congresso Nacional faça um diagnóstico e uma identificação dos problemas e encaminhe para a sua solução.

Penso que é importante esse esclarecimento porque tem sido o propósito dos Membros da CPI e do Presidente Alvaro Dias e do Relator de fazer desta CPMI um caminho de solução na direção do que V. Revmª também quer.

Com respeito ao diálogo com o Deputado Abelardo Lupion, eu gostaria de dizer que, em sendo também católico, cristão, batizado, crismado e feito comunhão, inclusive, no domingo passado aprendi com a Bíblia aqui em mão, com V. Revmª e tantos amigos que o cristianismo tem muito que ver com a luta por justiça. Muitas vezes tenho observado que nos simpósios do MST, normalmente, costumam ler o Livro do Êxodo porque lá está tantas vezes reiterada a luta por justiça

pela Terra Prometida. Isto é algo que nós aprendemos também no Novo Testamento, em tantas lições proclamas por São Paulo quando ele diz que sempre deveríamos seguir o exemplo de Jesus que, em sendo tão poderoso, resolveu solidarizar-se e viver com os mais pobres para que haja justiça e igualdade conforme está escrito, que todo aquele que teve uma safra abundante não tenha demais e que o que teve uma safra pequena não tenha de menos. Pelo menos acredito que este é o propósito. Está aqui na conclusão de suas palavras quando menciono a importância de podermos estar partilhando o chão, o pão, a comunhão da festa, da dança, da beleza da Páscoa e tantas outras coisas.

Dom Tomás tem acompanhado os encontros do Presidente Lula e do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, com o MST e outros movimentos sociais da Pastoral da Terra.

Eu gostaria de lhe perguntar como tem sido a natureza desses encontros? Que avanços houve? Em relação a governos anteriores, acredita que tenha havido um diálogo de respeito, de construção? Há sugestões de sua parte para que possa haver ma melhoria nestes encontros? Depois, se Dom Tomás Balduíno conhece casos de fazendas bem-sucedidas onde haja tanto exemplos do desenvolvimento positivo do agronegócio, mas também da partilha que, normalmente tem avaliado como tão importante de acontecer. Ou seja, faço referência ao Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que é um entusiasta do cooperativismo e normalmente até tem procurado estimular o cooperativismo. O MST também é um entusiasta do cooperativismo e, normalmente, quando são realizados os assentamentos, busca estimular, sobretudo a forma cooperativa de produção, mesmo quando são agricultores familiares mas também se possível organizando-os de forma cooperativa. Poderia, inclusive, conhecendo bem esta área, apontar exemplos de cooperativas ou de casos de organização de agronegócio que, pelo fato de se organizarem em cooperativa, souberam distribuir sua produção mais equanimemente.

Finalmente, Sr. Presidente, diante das observações expressas aqui por Dom Tomás Balduíno, em especial no que diz respeito ao caso de São Gabriel, eu não conhecia este panfleto que foi distribuído aos habitantes de São Gabriel, em termos tão drásticos. Alguns proprietários de terras disseram palavras tais como "esses ratos", referindo-se aos trabalhadores rurais sem-terras, que estavam ali procurando mostrar que havia necessidade de estar se desapropriando uma área que era, segundo eles, improdutiva. Então, foi dito pelos que organizaram o movimento de resistência, nesse panfleto: "Esses ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas, para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura". Parece que estão pedindo que se preparem para uma guerra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Dom Tomás Balduíno aqui nos revelou um episódio citando a Ministra Ellen Grace Northfleet. O Deputado Abelardo Lupion se pronunciou a respeito do assunto, fazendo a defesa da Ministra, e manifestando a sua preocupação com o fato de ser colocada sob suspeição a decisão não só da Ministra, mas do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de uma questão muito séria. Então, para esclarecer este episódio, Sr. Presidente, venho fazer um breve requerimento, com o qual concluo: que seja convidada a Ministra Ellen Grace Northfleet para esclarecer se, conforme nos relatou Dom Tomás Balduíno, teria havido qualquer impedimento, de natureza pessoal ou familiar, para que tomasse importante decisão em 2003, para sustar a desapropriação da Fazenda Southall, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, que havia sido objeto de decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fiz um primeiro esboço do requerimento, mas já alguns dos presentes, como a Senadora Ana Júlia Carepa e os Deputados Adão Pretto e Luci Choinacki, também assinaram comigo. Se a Secretaria puder digitar melhor, já o entrego assim.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não é para contraditar nem nada. A admiração e o respeito que tenho pelo Senador Eduardo Suplicy transcendem qualquer ato partidário. Admiro sua boa intenção em todos os atos dentro desta Casa. Suas atitudes têm provado permanentemente isso.

É somente para dizer que o panfleto que Dom Tomás Balduíno mencionou é apócrifo. Não pode ser creditado a nenhum proprietário rural. Não sabemos quem fez esse panfleto. Inclusive, havia dúvidas se não havia sido feito pelo lado invasor para atrair a boa vontade dos cidadãos de São Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu queria cumprimentar Dom Tomás Balduíno pela sua longa luta pela reforma agrária e pela justiça em nosso País. Neste instante, eu queria homenageá-lo e, homenageando-o, estamos homenageando todos aqueles religiosos e lutadores que lutam por essa causa ne-

cessária para criar mais justiça, mais progresso para o povo trabalhador.

Aceitei participar da CPMI por acreditar que poderia dar a minha contribuição. Lá no meu Estado, o Estado de São Paulo, eu acompanho as lutas dos trabalhadores sem terra, quando eles são injustamente presos, perseguidos. Eu já fui muitas vezes com o Senador Suplicy e com outros Deputados Federais e Estaduais defendê-los. O José Rainha, Diolinda, Mineirinho e tantos outros.

Mas porque eu aceitei? Porque aqui nós temos de dar um passo adiante na nossa luta. O Brasil precisa disso. Não é mais possível com tergiversação, com falsos argumentos, com cortina de fumaça, mais uma vez postergar a reforma agrária em nosso País. Não é possível mais. E até como ofensa às vítimas, vejo Parlamentares representando o povo aqui colocando a culpa nas vítimas. O sujeito foi assassinado e de repente ele é colocado como responsável pela morte dele. Um Deputado aqui citou mais ou menos oito casos para justificar 1.349 lavradores assassinados.

Mesmo que ele tivesse razão naqueles oito casos, ainda sobrariam 1.341, e logicamente não foram trabalhadores que assassinaram esses lutadores pela reforma agrária, mas foram aqueles que querem impedir a reforma agrária. Só 75 julgados, só 15 mandantes condenados. De 1.349 lavradores assassinados, apenas 64 pistoleiros condenados, executores condenados. Metade praticamente, 44 absolvidos. Eu acho um cinismo, eu acho um escárnio contra a sociedade brasileira, não contra esse Deputado ou qualquer outro aqui, mas é um escárnio a sociedade procurar jogar nas vítimas a responsabilidade pela morte dessas mesmas vítimas.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – V. Exª está me citando, Deputado Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu não citei nenhum Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Deputado não fez referência a nenhum Deputado...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A um Deputado que citou na tribuna nesta Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Peço a V. Exª a garantia da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª está com a palavra. Peço, inclusive, que V. Exª conclua porque o tempo já se esgotou.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – João Canuto era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Rio Maria, D. Tomas, e naqueles movimentos da Conclat, da fundação da CUT, chegou a se hospedar em minha casa, porque eu era sindicalista no Sindicato dos Médicos lá em São Paulo. Ele foi assassinato, o filho dele foi assassinado, depois o Expedito foi assassinado – ele foi eleito posteriormente. O Padre Josimo foi assassinado; a Margarida Alves foi assassinada, o Paulo Fonteles, que tinha sido Deputado Estadual lá no Pará e que tinha sido Advogado da CPT foi assassinado em um posto de gasolina enquanto era colocada gasolina em seu carro.

Então, esse é um movimento. Essa CPI tem uma importância muito grande. Nós não podemos permitir que continue esse esbulho, esses assassinatos essa covardia contra o povo trabalhador da terra. Há proprietário de terra que trabalha, mas a maioria das mãos calejadas são representadas por esses que foram assassinados. Acredito que a produção do agronegócio tem ajudado o Brasil. Não estou falando contra a produção e a contribuição que vêm dando. Há de se convir que a manutenção do latifúndio mantém uma produção, na agricultura brasileira, muito baixa. São 100 milhões de toneladas. Pelas terras, pelo clima, pelas boas condições que o Brasil tem poderíamos produzir 400, 500 milhões de toneladas de grãos. Este País seria muito diferente. Por que a Coca-cola? Por que a Nestlé? Por que a Volkswagen? Por que bancos compram enormes áreas de terras, do tamanho de certos países da Europa, e temos que tolerar que fique como guarda de reserva.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço a V. Exª que encerre.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB.– SP) – Sr. Presidente, para encerrar quero agradecer a sua tolerância.

Creio que é esquisito o Deputado Guerra vir até dizer que o Governador de Pernambuco estava temeroso de o seu palácio ser tomado por sem-terras, pelo Abril Vermelho. O Abril Vermelho corresponde à mobilização do povo que quer melhores condições. Foi para isso que elegemos Lula. Por que temos que perder o Lula só para apoiar o agronegócio? Ao presidir o País, Sua Excelência tem ajudado o agronegócio, mas também tem o compromisso de nos ajudar a fazer a reforma agrária. É esse o plano de reforma agrária que Lula tem feito. Os 115 mil assentamentos. É o compromisso de Sua Excelência para este ano. Por que o Governo tem que funcionar só para o agronegócio? Fernando Henrique dava banana para os produtores rurais. Eu os vejo defendendo Fernando Henrique aqui, mas ele dava banana a eles; ele só ajudava aos bancos. Quem ajuda a agricultura brasileira é o novo Governo que elegemos, pois foi eleito para favorecer a produção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil, peço a compreensão de V. Exª.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB.– SP) – Farei uma pergunta, Sr. Presidente. Por que a impunidade? Pro-

ponho chamar o Presidente da Associação dos Juízes para a democracia, ou quem designarem, lá de São Paulo, para falar sobre o porquê dessa impunidade. Queremos indagar vários operadores de direito sobre a questão da impunidade. Desde o inquérito até o julgamento. Por que a impunidade? Dom Tomás poderia fazer suas considerações. O Brasil precisa desenvolver-se, criar emprego, riqueza. O povo precisa ter dinheiro para comprar o necessário. Precisamos dar poder de compra aos trabalhadores rurais. Para dar poder de compra é preciso que se faça a reforma agrária.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB.– SP) – Ele vai produzir, vai comer e vai ter dinheiro para comprar o que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado, quero fazer mais um apelo a V. Exª. Considerarei a questão de ordem.

Antes de conceder-lhe a palavra quero, mais uma vez, fazer um apelo. Temos que dar uma demonstração de respeito às normas estabelecidas nesta CPI. Fixamos um tempo de três minutos para cada indagação. A Presidência tem sido tolerante, mas alguns parlamentares estão abusando e extrapolando o limite do bom senso em matéria de tempo. Compreendo o entusiasmo de V. Exªs, mas gostaria....

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, há Deputados que abusam e sem aparte ou permissão para falar interrompem o orador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Em que pese a emoção que, certamente, o tema desta CPMI provoca, gostaria que os Srs. Parlamentares, cada um com sua experiência, pudessem contribuir, com responsabilidade, para que os trabalhos desta Comissão possa apresentar o resultado que esta sociedade espera.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, lamento muito. Tenho uma grande afinidade com o Deputado Jamil Murad, mas o que não podemos aceitar – e tenho ouvido todos os questionamentos. Sabemos que estamos numa CPI extremamente polêmica, isso não é notícia para ninguém. Estou aqui imbuído de resolver todos os problemas e conflitos, de tentar resolver todos os problemas que são pertinentes à Reforma Agrária neste País. Tenho ouvido todos, agora, não posso, Deputado Jamil Murad, ao chegar aqui com dados reais, tentar resolver caso irreal . Citei oito casos que foram alardeados como crimes de proprietários rurais, mas que não foram crimes de proprietários rurais. O que precisamos exigir é responsabilidade nas denúncias. Precisamos exigir essa responsabilidade na denúncia! Ninguém pode aceitar que a impunidade grasse pelo País, sob hipótese nenhuma!

O Senador Eduardo Suplicy veio agora aqui pedir que pudéssemos apoiar o seu requerimento, para convidar a Ministra Ellen Gracie na Comissão. Estamos de pleno acordo! Ela tem que ter o direito, inclusive, de se defender aqui. Agora, não estou fazendo acusação leviana alguma, estou levantando um fato extremamente grave de manipulação de números e não aceito que esse tipo de acusação seja feita, quando estamos falando de números da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, mas em que artigo ele está baseado? Ele virou um comentador da CPI. Para cada um que faz discurso ele tem o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Gostaria de submeter ao Plenário o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy convida a Ministra Ellen Gracie para prestar esclarecimentos a esta CPMI.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para uma questão de ordem, o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) **–** Sr. Presidente, creio que três minutos para uma intervenção parlamentar seja um tempo bastante pequeno. Sugeriria que pudéssemos ter um tempo de cinco minutos, mas que fosse de cinco minutos. Terminados os cinco minutos, terminou. Porque, se se estabelecem três, e vão para 10, para 15, fica complicado! Então penso que três minutos seja um tempo pequeno. Estabelecem-se cinco minutos, e aí desenvolvemos um raciocínio em cinco minutos, entre a exposição e a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência acata a sugestão de V. Exª, porque praticamente todos os Parlamentares estão utilizando os cinco minutos, em função da tolerância da Presidência, até porque alguns não têm a capacidade de síntese necessária. Apenas nas preliminares já consomem os três minutos, até porque alguns não agilizam a sua retórica, falam muito lentamente e tal. É do estilo e cada um. E não podemos contrariar estilos.

Então fica acolhida a proposta de V. Exª, mas seremos rigorosos. Solicito aos colegas que me permitam desligar o microfone se houver exagero em relação ao tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Agora, Sr. Presidente, pela ordem! Concordo plenamente com os cinco minutos, porque penso que o Deputado esteja completamente coberto de razão, garantindo o direito, até porque qualquer um que seja citado aqui pelo seu posicionamento precisa ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É evidente que quando houver razões para isso.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – E, se não for citado, que não utilize falsamente o direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra a D. Tomás Balduíno, para que possa responder às indagações dos três Parlamentares.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Primeiro, Deputado Luis Carlos, penso que o argumento de luta de classe muitas vezes é usado contra os pobres. Eles que são os responsáveis, além de tudo, pela luta de classe. Essa obsessão atrapalha a clareza e a nitidez da visão da realidade. Quer dizer, colocar isso como obsessão, para mim, não esclarece muito os fatos, porque logo vem a pichação de que isso é luta de classe. Poderíamos dizer: "Bom, está no folheto!" Agora o folheto já não é dos que não gostam dos pobres, mas dos próprios pobres que querem incitar isso. Isso vai longe!

Com relação à argumentação de que é a agricultura que sustenta a vida do povo, sabemos que não é a grande agricultura de produção de grãos, mas a pequena e a média, que são bem-vindas. Por aí passa um pouco a democratização da terra, é um pessoal que aceita naturalmente as exigências de áreas de preservação, o não vejo, por exemplo, nas grandes plantações, nas monoculturas de eucalipto, soja, cana de açúcar.

Quanto à questão do emprego, foi feito um levantamento do agronegócio de que para cada 200 hectares se emprega um, na agricultura familiar é um emprego para cada 8 hectares. Então, precisamos levar em conta e estou insistindo aqui no processo de democratização da terra, porque se aceitamos a ditadura da terra, a imposição do mercado, do latifúndio e da concentração, nunca mais haverá reforma agrária. Eu coloco a reforma agrária num processo de democratização da terra.

Com relação ao caso de Rondônia, não se trata aqui da causa indígena mas de reforma agrária. Na Pastoral seguimos bem esses campos, que são específicos. A Pastoral da Terra acompanha a luta, a caminhada, a busca da terra pelos trabalhadores rurais, dos negros quilombolas também e do pessoal atingido pelas barragens.

Com relação à área indígena, tem o conselho indigenista missionário que está acompanhando a questão de Rondônia, dos Cintas-largas, esse lamentável massacre. Essa é a ponta do **iceberg** para se ver o que está trás disso, inclusive envolvendo os pobres índios também. Estamos cansados de ver esse envolvimento do índio no garimpo. Conheço profundamente o universo ticrim do rio fresco, no Estado do Pará, língua que até aprendi na convivência com esse povo. A devastação que faz o garimpo e a venda do mogno no grupo indígena quando algum cacique assume isso é um negócio de tremer, de fazer medo, quer dizer, isso acontece. Não estou querendo tratar desse assunto aqui porque é outra área e esta CPI está circunscrita à problemática da terra e da reforma agrária e não à problemática indigenista.

Com relação aos assentamos do tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso eu concordo plenamente. O empobrecimento da agricultura é um fato geral. É verdade. Um peão saiu da condição de peão para administrar algum financiamento, isso só pode dar errado. A coisa tem que ser com outra pedagogia e com muita compreensão por esse povo na busca de poder levantá-lo. Talvez um dia a coisa dê certo. Agora, o fato da pobreza na agricultura não é só com relação às tais favelas do campo. Isso é muito do gosto do Ronaldo Caiado falar que reforma agrária é isso. Mas também atingiu muitos pequenos, muitos médios. O empobrecimento da agricultura é um fato terrível no nosso País.

Agradeço a questão do Senador Suplicy a respeito do enfoque desta CPMI. Queremos colaborar de qualquer forma. Não nos levem a mal se tomamos partido dos pobres. Tomarei sempre, mesmo que me chamem de falso, de culpado, de incitar. Continuaremos apoiando esse pessoal, trata-se uma perspectiva esperançosa para o País, só pode trazer bem.

V. Exª pergunta a respeito dos nossos encontros com Lula, com Rossetto. Há um envolvimento do Lula, foi muito flagrante naquela marcha dos sem-terra, que chegou até a Brasília. E a partir dali Lula foi ao encontro dos trabalhadores. Ele viu a união de todos, mesmo as organizações populares, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se uniram. Isso convenceu o Governo e igualmente a sociedade. E aconteceu esse plano. De autoria do Plínio Arruda Sampaio, foi entregue ao Ministro, foi pedido pelo Ministro. Então, foi feito. Nós ajudamos, participamos, torcemos. E sucedeu esse corte. Uma coisa questionei face a face com o Rossetto, que não quiseram mexer no orçamento. Dava tempo, dava tempo. E até dei um exemplo, o Governador de Goiás, para ajudar aquela marcha, chamou a Deputada Isaura, pedindo para colocar uma emenda que o que o Governo Federal destinar para Goiás a partir do plano de reforma agrária, acrescento 10%.

Será que o Governo Federal pode ficar assim tão avaro com relação à destinação do orçamento? Parece que o Governo Federal tem possibilidade de conseguir. Parece que é 1,700 bilhão que dispõe. Agora, a queixa, isso também faz parte da nossa crítica, é que não marcha, não caminha. Há muita coisa emperrada em termos de Incra, do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acho que o pessoal vai continuar a bater em cima, a se mobilizar, porque eles estão de olho nas metas. É como um calendário, se aquilo não sai, então, cai em cima.

Agora a sua pergunta sobre fazenda bem sucedida, eu não estou muito por dentro desse negócio, sabe? As grandes fazendas bem sucedidas do agronegócio, acompanhamos mais outro universo. Então, me perdoe se não lhe respondo.

Com relação à questão do Deputado Jamil Murad sobre esse acompanhamento. A mesma coisa, a gente sentiu emocionada a presença do Senador nos novos assentamentos no entorno de São Paulo. Dali mesmo telefonando para o Governador. O pessoal estava ameaçado de ser despejado. Ver homens públicos assim nessa luta, nos. enche de alegria e de esperança. Não estão ganhando nada com isso. É o Brasil que está ganhando. É a justiça. É um dom de Deus que acontece.

A pergunta terminou pela questão da impunidade: por que a impunidade? Nesse documento que acabei de ler, batemos mesmo em cima do Judiciário. Ficamos um pouco desalentados com o futuro da reforma agrária devido a essa instituição. Por quê? É com relação à visão da terra como um valor absoluto com a propriedade privada. Não tem a menor referência ao social, ao clamor que vem do povo pobre, que está precisando daquilo. Juiz não desce do seu pedestal para olhar isso. Muitas vezes, vai olhando o documento que chega, que, muitas vezes, é forjado ou não busca a cadeia dominial. O que dói no coração são as sentenças assinadas até altas horas da noite, em cima do joelho, com a maior rapidez, fulminando sentenças de manutenção de posse, quando deveria ser um momento de criteriosa busca.

No Estado de Goiás, temos conseguido, graças à amizade com o próprio Governo, os vários Governos que vem se sucedendo, não precipitar o envio da tropa. Deixar, dar um tempo. Isso aconteceu uma vez com um pedido feito. Ele segurou, e o pessoal pôde dialogar e avançar.

Acredito que essa questão da impunidade, quer dizer, o desconhecimento da dimensão social da propriedade, está muito arraigada na cabeça de muitos dos nossos magistrados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, apenas uma colocação, porque o Dom Tomás Balduíno não respondeu. Quando eu falava no caso da incitação, nossa preocupação era com declarações como essa do líder Stédile: será que mil perdem para um? É muito difícil. O que nos falta é nos unirmos. Cada mil pegarem um. Não vamos dormir até acabarmos com eles. Somos 23 milhões e eles são 27 mil. É esse tipo de declaração que gostaria que o Dom Tomás Balduíno comentasse, a incitação à luta de classes. A colocação do Deputado Jamil Murad. Também, Dom Tomás Balduíno, esse folheto é apócrifo. No Rio Grande do Sul, temos um sistema...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Esse assunto já foi referido pelo Deputado Lupion e esclarecido. Peço a Dom Tomás Balduíno que responda à sua última indagação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Enfrentamos a questão dos transgênicos abertamente. Temos uma posição e não a escondemos. Não faria um folheto apócrifo dessa natureza para poder...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tem a palavra o Dom Tomás Balduíno.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Com relação a essa declaração de... Qual é a aritmética do Stédile?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Mil pequenos agricultores ou trabalhadores para pegar cada um.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Do meu lado, já disse aqui que não participamos das estratégias, das lutas. Até se ele me perguntar, isso eu sei. Tenho a minha interpretação, que é a seguinte: a grande massa, a grande maioria se unir em busca de defender os seus direitos, não no sentido de um matar o outro. Se é mil contra um, então, esse unzinho vai embora. Nessa proporção, multiplicando pela aritmética, acho que não é nessa linha. É um homem de muita liderança, um líder das massas.populares. Hoje se fala muito em mobilizar a massa para tomar um conhecimento dos seus direitos e a busca da sua reivindicação. Essa é a minha interpretação. Pode ser que o João Pedro Stédile tenha querido outra coisa.

A minha interpretação é que se trata da grande maioria, que é a massa pobre do nosso País, tomar consciência da sua força, em face da minoria que detém todo o poder econômico e político, e essa correlação de forças. É nesse plano.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Partiremos para o último bloco de discussão. Mas, antes, há um requerimento assinado pelos Deputados Abelardo Lupion e Eduardo Sciarra, que solicita a convocação do Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo, o Desem-

bargador, Gercindo José da Silva, para esclarecer um pedido de soltura, formulado em favor de um detento, no Paraná, conforme denúncia do juiz Leonardo Ribas Tavares.

Eu o submeto à Comissão.

O SR.RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, antes da votação, não sei se o autor deseja justificar, mas, no material, e considero até importante – e temos até aprovado todos os requerimentos quase por consenso – mas, li o material que foi distribuído aqui e, se não me engano, não há um pedido de soltura, até porque não cabe ao Desembargador Gercindo fazer esse pedido, que deve ser feito por advogado.

Então, parece-me que os termos em que o requerimento está pronto não estão vazados corretamente, ou seja, não estão baseados na realidade. Creio que seja até bom recuperar o documento, porque, no que vi, ele solicita o julgamento. Mas, aqui, pelo requerimento do Deputado Lupion...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Esse é outro caso. Esse não é aquele caso que discutimos na outra semana.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Ah, não? Onde está acompanhando o requerimento?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O Deputado Eduardo Sciarra traz, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu peço, então, que permita ao Deputado Eduardo Sciarra encaminhar à Mesa o documento a que faz referência.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – Pois, não. Eu o encaminharei. Mas, eu gostaria de me referir ao documento, de que estou de posse, no qual ele pede ao Ouvidor Agrário preferência na apreciação do pedido de soltura do trabalhador rural Elemar do Nascimento, que foi preso por roubo de soja. Ele, inclusive, faz o seguinte adendo:

"A soltura do agricultor Elemar do Nascimento Sezimbra facilitará a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, no Estado do Paraná"

Junto a isso, tenho uma fita gravada da entrevista do juiz que se sentiu pressionado pelo ouvidor agrário. Esse juiz está reclamando, então, da pressão que estava sofrendo com relação a essa questão.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então, somente para esclarecer. O Deputado Lupion acabou de falar que se trata de outro caso.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – É o caso de Quedas do Iguaçu, no Paraná. Não é o caso de Pontal do Paranapanema.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, até para votarmos a matéria, poderia tirar cópia desse caso para os demais parlamentares.

O SR. () – Esse fato já ocorreu em Goiás também. No falecimento do menino, houve o mesmo também. Ele pediu para que o assassino...

O SR. () – Que o **habeas corpus** fosse julgado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É. Isso já foi apresentado na última reunião e já encaminhamos ofício atendendo ao requerimento do Deputado Abelardo Lupion.

O SR. () -...de modificação de perícia, em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Relator, então, que se manifeste, para que possamos deliberar a respeito desse requerimento, antes de conceder a palavra ao Deputado Adão Pretto, que é o orador inscrito.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Veja, não sou contra a convocação de quem quer que seja. Tenho aprovado todas. Mas, no caso anterior, fizemos um ofício solicitando informações acerca disso. Penso até que poderíamos ter uma outra oitiva do Desembargador Gercindo. Não tenho nada contra isso. Podemos ouvi-lo. Porque, se decidirmos a convocação em cima de cada um dos fatos, S. Exª virá trinta vezes, uma vez que S. Exª tem funcionado como mediador dos conflitos. Então, acho que talvez fosse interessante nós pensarmos quais são os casos e as pessoas que nós vamos chamar mais de uma vez. Eu não vejo problema nenhum, em tese, com relação a isso.

Eu penso que nesse caso nós poderíamos adotar o mesmo procedimento com relação ao caso passado, que é solicitar informações, até para que nós, quando fizéssemos a audiência, tivéssemos o conjunto dessas informações. Mas eu não sou, em tese, em princípio, contrário, não tenho sido e nem serei contrário à convocação de quem quer que seja; e até por uma segunda vez, como seria o caso dele. Agora, nós precisaríamos ter mais dados e mais elementos. É como eu penso.

Devemos até esperar a resposta que foi solicitada no caso. Nós aprovamos um requerimento nesse sentido, naquele primeiro caso que V. Exªs trouxeram. Poderíamos fazer um outro ofício com relação a essa questão e quando tivéssemos a documentação em mãos, então deliberaríamos por uma nova data de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se houver concordância dos dois Deputados que subscrevem o requerimento, nós acataremos a sugestão do relator. Mas eu consulto o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – Sr. Presidente, eu queria somente ressaltar que neste caso existe uma denúncia do juiz da Comarca de Quedas do Iguaçu se dizendo pressionado pela ação do ouvidor agrário nacional. É um Membro do Judiciário. Por

isso eu acho que há fatos contundentes que permitem explicitamente uma explicação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Avaro Dias) – Pela ordem o Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria colocar aqui tanto o fato de que foi feita a ajuntada, na reunião anterior, do que diz respeito ao episódio de Goiás, quanto o episódio que agora nos traz o Deputado Eduardo Sciarra, que é uma prática que se repete de um agente público que deveria ser mediador e não parte. Se daqui a pouco ele começa a tomar parte e pipocam as situações no Brasil, eu acho que é importante fazer audiência, até para que ele diga que vai tomar parte. Então, há outros meios institucionais que nós podemos usar para fazer com que o Ouvidor Agrário do Incra seja mediador e não parte ativa em envolvimentos judiciais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu creio, e até submeto essa apreciação ao relator, que esta convocação pode se dar conjuntamente com outra audiência pública, para que o ouvidor agrária responda única e exclusivamente a esta questão e esclareça definitivamente, se for o caso. Se houver essa concordância, nós poderíamos reservar a ele dez ou quinze minutos de uma audiência pública para que ele possa responder sobre esses dois casos especificamente, como é da vontade dos Parlamentares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É que nós não temos especificamente só dois casos; talvez haja outros. Aqui nós sabemos de dois casos, um em que ele intercede em favor de um ladrão e outro em favor de um bandido que matou uma pessoa. Quantas outras pessoas ele está defendendo?

Então, seria interessante que ele não somente mandasse informações, mas viesse prestar esclarecimentos a esta Comissão. Nesse sentido eu acho interessante que ele venha. Aqui nós temos dois casos e certamente, se buscarmos, teremos outros nos quais ele está intercedendo junto aos juízes. E sabe-se também que existe pessoal de direitos humanos e alguém da Presidência da República que possa acompanhar o próprio Ouvidor.

O SR. PRESIDENTE (Avaro Dias) – Então, eu quero submeter aos Parlamentares presentes, se concordarem com essa...

O SR. – Sr. Presidente, nós não temos **quorum** para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Avaro Dias) – Por isso eu estou submetendo ao consenso. Se houver consenso, fica aprovado; se não houver, nós não podemos deliberar.

Não há consenso. Então, nós vamos deliberar quando houver o **quorum** regimental. Vamos aguardar. O requerimento fica entregue à Secretaria e na próxima reunião, com **quorum**, nós deliberaremos a respeito dessa convocação.

Agora é o último bloco. Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente e prezados colegas, meu querido amigo Dom Thomas Balduíno, eu lamento ter perdido parte do seu pronunciamento inicial, porque não pude vir ontem e hoje o avião atrasou.

Ontem nós estivemos envolvidos, no Rio Grande do Sul, com o despejo de uns agricultores. Ali no Rio Grande do Sul, um Estado mais politizado, também chegou a cerca viva. Aquelas famílias ficaram quase vinte horas sem tomar água, porque em cada palanque da cerca havia alguém impedindo os agricultores de buscar água.

Então, eu queria ser rápido, obedecer o Regimento da Casa, até para ver se moralizamos essa nossa CPI, porque há pessoas que falam meia hora. Só queria dizer que, se estou também nesta luta e ajudei a criar o Movimento dos Sem-Terra, foi pela minha fé e a nossa participação na Pastoral, e estranho essas colocações de que a igreja tem que trazer paz. O próprio Cristo quer a paz, mas nunca pediu paz para os que estão com fome. Quem está com fome não pode ter paz. E o próprio Cristo trançou um relho e expulsou os ladrões do templo. Então, que paz é essa? É com esse Cristo que temos que ser parecidos. Igual não podemos ser, mas, ao menos, semelhante a Ele. E este Cristo, se tivesse agido de outra maneira, teria morrido de velho. Mas, Ele foi assassinado. Por quem? Por aqueles que não queriam que alguém incitasse os pobres para reivindicar seus direitos.

Então, quem acha que a igreja não está correta, da maneira que V. Rev^{ma} está esclarecendo, fico questionando se isto é ser Cristão mesmo, porque V. Rev^{ma} está querendo ser ao menos parecido com Jesus Cristo. Se Cristo estivesse aqui, será que Ele estaria num latifúndio que foi grilado, ou Ele estaria num acampamento dos Sem-Terra? Onde será que Ele estaria? Talvez esse questionamento seja bom para quem é Cristão raciocinar.

E queria dizer também que todos esses crimes que vêm acontecendo é por uma luta tão justa. Mesmo no assentamento que mais deu errado, aquele que realmente não está dando certo, não há criança passando fome, não há criança fora de sala de aula, nem que seja embaixo de uma árvore, lá está um professor exercitando os alunos. Então, se não fosse essa luta, as favelas das grandes cidades, estariam muito mais

superlotadas e teria certamente muito mais violência nos centros urbanos. Não é por acaso que o MST tem recebido prêmio, por defender a paz, por defender a vida, por defender a cidadania.

E num aspecto quero concordar com quem me antecedeu, de que tem que se respeitar o produtor rural. Sou defensor também, mas daquele produtor que trabalha, daquele que pega no trator, que pega no cabo da enxada. E essa é uma das razões por que muitos são contra a Reforma Agrária. Quando sair a Reforma Agrária, além de ocupar seus latifúndios, vão perder os peões, que são os que estão sustentando, porque, reparem nas mãos de quem tem 2 mil, 3 mil hectares de terra. Como estão as mãos deles? Estão calejadas do cabo da enxada, ou estão lá os sem-terras trabalhando e ele anda por aí, garganteando que é grande produtor?

Então, não vou fazer pergunta para obedecer ao tempo e também para não parecer demagogia, porque temos um pensamento mais ou menos igual.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) **–** Passo à Presidência interinamente ao Relator, para permitir, D. Tomás, que possa questioná-lo, como membro da CPI.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Desde o início, nessa CPI, e será assim provavelmente por muito tempo, há uma tendência de tentar se construir aqui algo entre o bem e o mal, os bons e os ruins. Acho que talvez seria interessante procurarmos entender que, assim como Cristo pregou – Ele morreu na cruz por isto – somos bons e maus, maus e bons, depende das escolhas que fazemos. Ele nos deu liberdade para escolher o que queríamos fazer.

Em cima disso, queria lembrar algumas afirmações que foram feitas por V. Revma. Primeiro, queria lembrar que, muito antes das Capitanias Hereditárias, a Igreja Católica estava no Brasil, possuindo terras e construindo uma das instituições mais ricas deste País. Por outro lado, queria também lembrar, já que se falou muito em parábolas aqui, lembrar da Parábola dos Talentos, que poderia ser aplicada ao processo produtivo no Brasil. Tenho aqui uma observação de um jornalista gaúcho, chamado Rogério Mendelski, que faz uma interessante relação aqui. Vou lhe passar às mãos, até para que V. Exª possa, eventualmente, respondê-lo.

Dom Tomás Balduíno é por demais identificado com o MST. De vez em quando, no entanto, ele se mete em contradições por avançar em suas declarações. Vejamos: "Dom Tomás é contra a invasão de terras indígenas, mas apóia as invasões do MST até em terras produtivas. O Presidente da CPT tem, assim, duas posições sobre propriedade privada. Dos fazendeiros, a terra precisa ser desapropriada e invadida em favor do MST, por que os sem-terras não aceitam áreas localizadas muito longe dos centros mais ricos do País.

Dom Tomás nem se dá ao trabalho de lembrar a formação histórica da colonização brasileira quando alemães e italianos foram jogados lá no Rio Grande do Sul – aproximadamente em 1825, os alemães; 50 anos depois os italianos – e construíram, com grande esforço, um Estado de grande tradição agrícola e levaram isso para o Brasil todo. O Brasil tem uma imensa fronteira agrícola pronta para ser conquistada. Isso poderia ser um desafio histórico, até que a CPT e o MST poderiam ajudar o País na conquista dessa área.

O conceito de propriedade privada, base de qualquer nação civilizada, não existe nem nas cartilhas do MST nem da CPT. Para Dom Tomás, propriedades privadas são as terras indígenas e as terras da igreja. Estas são intocáveis. Nem o MST se atreveria a sugerilas como futuros alvos de invasão. Nas terras indígenas, o invasor pode ser morto e decapitado. Aí, pode. Quem invade território indígena, recebe o troco na hora; quem invade propriedade rural, espera a reintegração de posse. Estranha a religião de Dom Tomás que defende posições diferentes nas invasões de terra.

Eu busquei no site da CPT aquilo que foi, por várias vezes, trazido por alguns Parlamentares aqui. E isso foi tirado hoje:

"Entrar na terra é direito primordial: Lutar pelo resgate da terra. Para isso, apoiar e reforçar as ocupações de terra promovidas pelos sem-terra, seus movimentos e organizações. A luta dos ribeirinhos, seringueiros e demais extrativistas pelo direito real de uso das terras públicas por eles ocupadas."

Quer dizer, terra pública ocupada por não sei quem é grilagem; terra pública ocupada por não sei quem tem direito real de uso. Que conceito é esse que é dúbio: de um lado uma forma e, de outro, existe uma outra idéia.

Uma rápida observação sobre a fazenda Southall, gostaria que a CPT e Dom Tomás Balduíno conhecessem em profundidade. Uma fazenda que tem, por exemplo, a média de produtividade de sua região; que nunca houve inspeção do Incra...

O SR.TOMÁS BALDUÍNO – Mas se o proprietário vender não paga as dívidas que deve ao banco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Incra sobrevoou de helicóptero. Quando denunciado aqui de que o decreto era ilegal e irregular, e que o Ministro Miguel Rossetto irresponsavelmente fomentaria um conflito desnecessário em um Estado como o Rio Grande do Sul, a questão só foi solucionada pela decisão do STF e com o reconhecimento, em dezembro de 2003, do próprio Incra, que tinha redigido de maneira

irregular e ilegal, por isso as terras não poderiam ser passíveis daquele processo.

Gostaria de trazer aqui, rapidamente, este processo em que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – processo deste mês – foi condenada pagar a indenização de uma família que foi invadida. Aqui vai esta coisa de bom e mau para que Dom Tomás Balduíno faça alguma reflexão:

"O senhor Carlos Alberto dos Santos – uma testemunha – afirma que os invasores atiraram contra o Policial Militar o qual teve de ser internado no Hospital do Município de Ijuí. Durante o inquérito, foi constatada na invasão da fazenda, na cidade de Jóia: posse ilegal de armas, cárcere privado, disparos de arma de fogo, furtos de objetos da propriedade, matança de gado, corte de árvores, depredação da mata nativa, entre outros.

Fazenda Guabijú, em Jóia, 2.868 hectares, onde o governo do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o povo do Rio Grande do Sul vai ser obrigado a indenizar esta família pela falta de ação das autoridades, porque quando o governo não age, quando o poder não age e não cumpre a lei dá direito a quem é legitimamente proprietário regressar contra o Estado e cobrar esse pesado ônus da sociedade. Então trabalhadores urbanos pagarão dos seus impostos o que foi constituído por um movimento que V. Rvmª apóia, insufla e empurra para provocar as ocupações.

Aqui vamos a uma filha de Deus, porque mãe de família que dá o seu depoimento. Ela era parte nesse processo. Vou passar as suas mãos também. Acho que é uma reflexão importante.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo) – Deputado, já que estou na Presidência passada por V. Exª, os cinco minutos que foram acordados já se venceram há algum tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Diz o depoimento:

Tenho um saldo muito negativo. Eu tinha uma pessoa a meu lado, o meu marido. Ele teve um enfarte, porque se judiou profundamente com isso. Não sei que perspectiva nós temos, mas nós ainda achamos coragem, uma coisa que puxa lá de baixo, para seguir trabalhando. Eu preciso dizer isso e não sei o que resta para nós, o que resta para o meu marido, mas hoje eu sou uma pessoa que olho para ele todo dia e digo: 'Que bom que tu tá vivo'. O que nós passamos eu não quero para ninguém, e aqueles que passaram o que nós passamos muitos ficaram no caminho, muitos quebraram, venderam a propriedade. Nós permanecemos lá, não vendemos. O Incra foi lá, fez vistoria, revirou a nossa vida e teve que nós dar o certificado de propriedade produtiva que realmente ela é. Mas isso custou muito da nossa vida, muito da nossa saúde, muito da nossa família. Eu não sei o que nos espera, mas com certeza eu tenho um filho e talvez ele tenha a coragem para tocar. É muito triste.

Isso está nesse processo em que foi caracterizado, tanto na Promotoria Pública quanto pela sentença judicial onde diz que lá havia pelos invasores, pelos ocupantes, pelo movimento social, posse ilegal de armas, cárcere privado, disparo, furtos de objetos, matança de gado, corte de árvores e depredação da mata nativa.

Desafio Dom Tomás Balduíno, a CPT, que traga para esta CPMI os mortos em conflitos no Estado do Rio Grande do Sul dos últimos dez anos, ou melhor, os últimos catorze anos; vamos pegar de 1990 para cá. Na sua relação, a que V. Rvmª trouxe aqui, faltou um muito importante, que é esse que está aqui, o Sr. Pedro Nilton Pedroso, morto lá no assentamento Rondim, em Jóia, onde a sua esposa, por documento do Incra deste ano que passou, 24 de fevereiro de 2003, o Incra está dizendo que ela tem que ser transferida de assentamento, meu Relator, porque ela não tem condição de ficar no assentamento onde ela era assentada porque o marido dela foi morto pelo MST. E a outra vítima no Estado do Rio Grande do Sul é o soldado Valdeci, da Brigada, que foi degolado na Avenida Borges de Medeiros – há um busto dele lá –, e o movimento social se escondeu dentro da prefeitura de Porto Alegre, quando era prefeito da capital dos gaúchos o Sr. Tasso Genro.

Agora as perguntas então. Incita à desobediência civil e induz à quebra da ordem institucional. A CPT, o senhor acha que ela pratica isso?

Solicito à Comissão que faça um inventário, e peço que o Presidente submeta na próxima sessão ao Plenário, de todos esses dados trazidos aqui com uma perícia para que possamos identificar claramente os números aqui ditos pela CPT, e o relatório entregue são compatíveis com a verdade, vista a discrepância entre os dados que foram apresentados aqui pelo Deputado Lupion.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo) – Conclua, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Gostaria também, se fosse possível, que a CPT informasse a este Parlamento qual é a extensão das áreas de posse da igreja católica no Brasil e, nos últimos vinte anos, quantos mil hectares a igreja forneceu para o processo de reforma agrária no. Brasil?

Gostaria também de perguntar na ótica do Dom Tomás Balduíno, qual a reforma que ele acha que seria útil ao Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, nosso querido amigo Dom Tomás, acredito que muitos homens e mulheres têm como referência seu gesto de generosidade e a missão a que se propôs a cumprir na terra. Uma missão de buscar a paz, a justiça, de não permitir que os pobres continuem sem voz, sendo pisoteados por senhores que acumularam tanta riqueza.

Com relação àquele documento de tão baixo nível, que V. Rvmª leu, em que os trabalhadores são chamados de ratos, quero dizer que ratos são aqueles que roubam, que mataram tantos índios no Brasil, aqueles que tiveram coragem de ter tantos escravos no Brasil e continuam tendo. Porque os trabalhadores, com todas as dificuldades, buscam dar o pão para os seus filhos.

Tenho pena das mulheres, porque, em razão do autoritarismo dos senhores da terra, muitas vezes, elas não têm a menor condição de agir, porque a forma como é tratada a mulher é algo muito sério.

Outro ponto que nos incomoda e nos coloca na defesa dos trabalhadores rurais do Movimento dos Sem-Terra, é o fato de vermos tantas mães com seus filhos morrendo nos braços e os senhores que acumularam tanta riqueza continuam humilhando e massacrando. Graças a Deus que existe o Movimento dos Sem-Terra no Brasil. Quando as mães fazem a ocupação da terra, seus filhos começam a participar. Quando o Governo não fazia nada pelos Sem-Terra, e eles tinham que brigar muito, eles se organizavam, suas crianças brincavam, iam para escola. Sempre tinha educadores, com uma visão social, que iam lá dar a sua contribuição, levar livros, cadernos, lápis para essas crianças poderem estudar. Isso que é a grande dignidade, isso que incomoda os senhores. Porque os filhos deles vão para os Estados Unidos, vão para Europa, vão para as melhores faculdades aprender para continuar dominando. E quando os pobres se organizam, aprendem que têm o conhecimento, a cidadania tenho certeza de que esse Brasil será diferente.

Então, o que incomoda não são os pobres esparramados, mas os pobres se organizando, buscando justiça e cidadania.

Como é para contribuir com essa CPMI – não sou da Comissão, mas gosto de dar a minha contribuição – gostaria que a Comissão tomasse conhecimento, já que está para ajudar resolver o problema também, que lá em Santa Catarina, na semana retrasada, passada – não me lembro bem o dia – foi feita uma ocupação de terra num latifúndio de área total de 117.888 mil hectares de terra. Diziam que lá não tinha latifúndio, mas os Sem-Terra descobriram. A área plantada de eucalipto é de 3.856 mil hectares. A área plantada de pinus – aquilo que os europeus descobriram que polui, destrói o meio ambiente –, aqui no Brasil foi plantado, com dinheiro público: 65.745 mil hectares. A área de outras espécies: 676 mil. Reserva natural: 31.922 mil hectares. E 15.629 hectares que não se diz o que é produzido.

Eu gostaria que esta CPMI desse um apoio a esses trabalhadores que estão lá. Eles não estão querendo toda a terra, para começar a conversa. Um dia temos que acabar com o pinus que planta quem quer para destruir meio ambiente e conseguir humilhando os trabalhadores e poluindo a água. Mas que o dízimo que dizemos que os 10% dos mais de 15 mil hectares dá para assentar todas as famílias. Só como uma parte.

O dono da terra é o Sr. Lafer Piva, Presidente da maior Federação da Indústria da América Latina. Deixo uma pergunta: Será que esse senhor um dia sujou as mãos com a terra, botou as mãos, ele foi lá, trabalhou? Será que ele precisa de toda essa terra? Para que ele tem essa terra que, muitas vezes, nem sabe onde se localiza?

Há uma outra questão importante. Toda essa discussão e a forma desrespeitosa como muitas vezes é tratado o povo pobre. Parece que os pobres são pobres porque querem, porque eles não foram contratados por nenhuma empresa multinacional para ganhar bastante dinheiro, não tiveram financiamentos gordos na sua conta, não tiveram rolagem de suas dívidas e talvez tenham sido esses os talentos que enriqueceram muita gente no Brasil. Aliás, poucos enriqueceram, bota talento nisso. Na mão do dinheiro público, com governos que financiavam, rolavam as dívidas, exploravam os trabalhadores, escravizavam. Acredito que esses talentos são escritos em outra Bíblia, não na Bíblia que tem Cristo como mensageiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo) – Para concluir, Deputado Zé Geraldo, porque permite que o D. Tomás Balduíno faça suas observações finais e encaminhamos o final desta reunião.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, D. Tomás Balduíno, sinceramente, estou participando desta CPMI, mas espero que possamos, no debate, realmente aprofundar mais a discussão sobre a cultura latifundiária deste País. Inclusive, esse grande preconceito que existe com relação à própria luta pela terra. A luta pela terra no Brasil hoje, não é só do MST, é um movimento amplo, é a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e já há outros movimentos. É um movimento justo. Se o Governo, nos últimos 50 anos, tivesse feito o que o Governo Lula já fez em menos de um ano e meio, já teríamos tido um avanço

muito maior. Acredito que temos dois desafios: a reforma agrária e a reforma urbana. Essas duas reforma são caras, precisam de dinheiro, porque, na minha avaliação, no que diz respeito à distribuição da terra, vamos avançar. Mas a reforma agrária não é só a distribuição da terra, é exatamente o complemento, que acaba custando mais caro, que é assistência técnica, educação, infra-estrutura, crédito e apoio à produção, industrialização e comercialização, porque, sem isso, já sabemos onde darão as coisas.

Eu gostaria, D. Tomás e Sr. Presidente, de dizer que estamos num momento de realmente ampliar cada vez mais esse debate e essa campanha pela reforma agrária. Vamos fazer uma conta rápida: temos mais de 5.500 Municípios no Brasil. Se cada Município desses, se cada Prefeitura dessas assentasse duas famílias por ano, só as Prefeituras assentariam 11 mil famílias. Estamos jogando tudo para o Governo Federal? Todas esses Prefeituras têm que fazer reforma agrária. Prefeituras que estão roubando dinheiro público por este País afora podem fazer reforma agrária. Quando um Município contrata um agrônomo e técnicos, já está fazendo reforma agrária. A maioria das Prefeituras do Estado do Pará que conheço não tem um agrônomo contratado com dinheiro da prefeitura. E, no entanto, os prefeitos estão virando latifundiários, comprando terra, inclusive, nos assentamentos feitos pelo Incra. O Incra de Marabá está retomando, retomou 4 mil lotes em assentamentos para recolocar famílias naquela região.

Penso que a ocupação de terras feitas pelos movimentos durante esses meses, se for calcular o número de hectares, é menor do que as ocupações de terras do que o latifúndio está fazendo no Amazonas. O mesmo latifúndio que ocupou em Goiás, no Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e São Paulo, está hoje fazendo ocupação na Amazônia. Cada um ocupando 20, 30 , 40, 50 mil hectares, estão até organizando cooperativas porque como a Constituição só permite até 2.500 hectares, então criam uma cooperativa de 50 ou de 100 e vão colocando um monte de laranjas, 2.500 para fulano, sicrano, etc. etc. aí faz um latifúndio.

Acho que tem mudanças, os créditos estão sendo redirecionados e acredito que estamos dando um passo, acredito que a pressão é maior e não acredito que ela vá parar, mas o governo tem uma vocação, penso que vamos avançar. Na medida em que tivermos mais governadores e mais prefeitos neste Brasil que não tenham essa cultura latifundiária, vamos avançar na reforma agrária. A reforma agrária precisa do envolvimento dos estados e dos municípios. O que acontece hoje, muitas vezes, é os governos dos estados que comandam a polícia civil e a polícia militar, estarem reprimindo e batendo em trabalhadores, como ocorreu lá no estado do Pará.

Portanto, estou otimista mas penso que essa CPI não pode ser uma comissão em que se passe aqui 4 ou 5 horas apenas nesse debate mais ideológico, nesse confronto porque, senão, acabamos não contribuindo. A minha expectativa é de, se for preciso, rever a própria estrutura de governo. Temos uma situação hoje que para desapropriar uma área, uma fazenda, agora mesmo estamos com alguns processos que há 60 dias aguardam a assinatura de um procurador do Incra, e como a Procuradoria está em greve, os processos não andam e aí não se pode dar seguimento, também, com a reforma agrária.

Penso que precisamos avançar em muitas questões. Fico indignado quando vejo o Governo tendo que gastar milhões e milhões para desapropriar áreas de terras que foram, de certa forma, griladas e que os recursos naturais foram todos depredados, como é o caso do Pará, os castanhais, a floresta e agora o governo tem que gastar 50, 60 milhões para comprar 2, 3 fazendas, para lotear, para colocar famílias – 60 milhões dão para fazer 12 mil casas a 5 mil reais cada uma para ajudar na moradia no campo, que é o que o Governo vem fazendo hoje nos projetos de assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Obrigado, Deputado José Geraldo.

Concedo a palavra a D. Tomás Balduíno para suas observações finais.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Agradeço as palavras do Deputado Adão Pretto, nessa comunhão, nessa mesma busca a partir da fé e a partir de uma visão evangélica. Isso é importante para nós todos, de todas as tendências, de todas as crenças, mas, sobretudo, para nós cristãos. Acredito que quando tocamos no compromisso, no engajamento mais profundo, em que o pessoal até expõe a própria vida, mesmo que não seja em nome da fé cristã, isso já é uma referência ao outro, ao pobre, isso é que tem valor diante de toda a humanidade, mesmo que não seja ligado a uma determinada religião, ou a uma religião cristã, pois, muitos que não professam a religião cristã têm uma visão do outro muito respeitoso ou da outra, da mulher, e é capaz de dar a vida para que haja essa libertação. Porque, do que adianta termos a nossa religião muito bem identificada, se nos fechamos em nós mesmos, naquilo que somos e naquilo que temos, fecharmo-nos para o outro, isso é um contratestemunho. Penso que a sua palavra abre nessa linha.

Quanto àquilo que o Deputado Onyx Lorenzoni falou, inicialmente, há uma desinformação do Deputado com relação às terras da Igreja e preciso dar um esclarecimento aqui, aliás, com todo respeito, agora,

na condição de Presidente. Digo sempre que quem usa este argumento é porque não gosta de reforma agrária. Usa sempre o argumento das terras da Igreja e diz: vá fazer reforma agrária nas suas terras. É porque não gosta de reforma agrária, já foi feito este levantamento. A CNBB já o fez, no tempo de D. Demétrio Valentim, que era o responsável, a pedido da Assembléia dos Bispos. E foi constatado que a soma de todas as Dioceses dá cerca de 300 mil ha de terras aqui no Brasil, há dioceses do tempo do Brasil colônia. A Diocese de Goiás tem 200 anos e tem um alqueire de terra, que é onde está o seminário. Estes 300 mil hectares, foi constatado, estão aplicados, são escolas, institutos de menores e diversas organizações, universidades e tudo isso, quer dizer, não estaria livre para reforma agrária porque já está com a destinação. Agora, naquela Assembléia, dois bispos se levantaram e falaram: olha, eu tenho terra – quer dizer a diocese, não eles – tem terra disponível para a reforma agrária, lá na Amazônia. E entregou ao Incra. Foi no tempo do Jungman, que desconsiderou, desprezou a oferta. Também naquele fim de mundo, na área de Tefé. Agora, foi feita uma declaração, disso dou testemunho porque estava presente, podem perguntar a qualquer membro da CNBB, ver os documentos, que aquilo que fosse notado em qualquer diocese do Brasil como passível de reforma agrária fosse entregue.

O SR.RELATOR (João Alfredo) – D. Tomás, permita-me aqui até para ajudar V. Rvmª. No meu Estado do Ceará, na época em que foi Arcebispo de Fortaleza D. Aloísio Lorscheider, conterrâneo do Deputado Onyx Lorenzoni, todas as áreas agricultáveis da Arquidiocese de Fortaleza foram entregues ao Incra para projeto de reforma agrária, o maior Município é o de Canindé, onde, por sinal, há mais áreas de assentamento. Em Tianguá, outra região do Estado, o saudoso Bispo D. Timóteo, já falecido, transferiu, tanto no Município de Tianguá como no Município de Camocim, todas as áreas também que pertenciam à Diocese de Tianguá. Inclusive, hoje, um dos projetos de assentamento que é modelo, foi utilizado como modelo na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, é o assentamento de Valparaíso, no Município de Tianguá.

Só para trazer este testemunho porque acompanhamos isso no nosso Estado.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – De modo que, concluindo este assunto das terras da Igreja, se o Deputado Onyx achar uma terra da Igreja me fale que eu tenho sem-terra para ocupá-la e com o apoio de todo o episcopado.

Então, com relação à Fazenda Southall há um dado que diz que a vistoria do Incra foi impedida. Então, não se pode dizer que não houve vistoria, porque ela foi barrada. Pois é porque por terra foi barrada.

(Intervenção fora do microfone)

A SRª. LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Está difícil o Presidente se conter.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – E só estava dando uma informação respeitosa a Dom Tomás Balduíno.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Está bom. Aqui, nós estamos para debater.

Eu não entendo do Regimento da Casa, de maneira que fico muito bem à vontade.

Com relação, por exemplo, a crimes: tiro, posse ilegal de armas, cárcere privado. Eu não estou aqui defendendo tudo. Eu até falei: Ah, eles não são anjos, pecados têm. Quem não tem pecados? E acho que todos estão sujeitos à lei e ao inquérito policial.

Em Goiânia, foi engraçado, porque eu fui chamado como testemunha em um julgamento de um pessoal que comeu uns bois de uma fazenda. E a juíza me perguntou: Dom Balduíno, você é testemunha ao ouvir esse fato.Eu falei: "Olha, Drª, na Igreja, existe uma doutrina formada sobre isso e vem de São Thomaz de Aquino, que é do Século XIII, Doutor da Igreja. Diz que quando há fome excessiva, há necessidade urgente os bens são comuns. De maneira que, não se pode considerar esse boi apenas como do dono do boi. Há uma partilha aí a ser feita.

Agora, por último, a sua pergunta: qual a reforma agrária, então, que se propõe? Eu acho que a nossa Constituição abre o caminho de uma reforma agrária na linha da função social da terra. Houve um encontro de promotores públicos, em Ribeirão Preto, estudando exatamente este art. 186 da Constituição, mostrando como houve uma mudança no conceito da propriedade a partir daí. Agora, não vale como prioridade a propriedade privada, mas a função social da propriedade e da terra. Agora, falta as nossas escolas de Direito se abrirem a isso, porque, ainda estão no velho Direito romano, antigo, do direito absoluto da propriedade privada. É importante ver como essa mudança preside toda essa luta, essa busca de uma nova estrutura fundiária em nosso País. Se um dia nós quisermos progredir como um País moderno nós teremos que limitar a propriedade privada. É produtiva? É bonita? Está produzindo? Mas uma vez que há necessidade da população de participação naquela terra, cabe ao legislador determinar o limite da propriedade. Isso acontece em todos os países avançados. Isso acontece nos Estados Unidos. Por que, no Brasil, nós ficamos amarados aqui ao latifúndio?

Com relação à colocação da Deputada Luci Choinacki, agradeço seu apoio, aliás, devo dizer que a proposta do limite da propriedade nasceu do coração de Luci Choinacki. Infelizmente, não está caminhando devido à conjuntura em que estamos vivendo, mas penso que se um diz tivermos isso na nossa lei, acabarão os conflitos, porque haverá terra na Amazônia, na forma de deportação para as terras mais longínquas e de fronteira e aqui mesmo, junto a nós, junto à infra-estrutura criada com o dinheiro do povo deve estar a participação daqueles que têm acesso à terra para dela viver e nela trabalhar.

Com relação à colocação do Deputado Zé Geraldo, acredito que essa preocupação quanto à Prefeitura e aos Estados, em face da reforma agrária, é extremamente importante, muito embora seja uma questão que, ao menos na nossa visão da CPT, deva se preservar a autoridade federal, porque, conjunturalmente falando, à medida em que você se aproxima das províncias e das áreas da terra, os governos estaduais e municipais muitas vezes são subsidiários e dependentes daqueles que detêm o poder econômico. Isso não acontece tanto com relação ao Governo Federal. Tratando-se de mexer na estrutura fundiária, creio que deva haver essa colaboração, porém, salvaguardada a condição federal da reforma agrária e não caminhar na linha da estadualização ou da prefeiturização, porque seria o fim. Colaboração, sim; responsabilidade, não.

Também faço votos de que esta CPI seja uma colaboração no sentido de avançar um pouco o processo de reforma agrária. Se ficarmos no debate de questões que ferem uns aos outros e nos fecharmos no nosso próprio campo, não vamos atingir o que ansiamos. Esperamos, sobretudo, a partir do Congresso, um novo posicionamento que leve em conta o futuro do nosso País nessa questão da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Para suas observações finais, concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Considero a contribuição do Dom Tomás Balduíno a esta CPMI muito importante. Os dados trazidos acerca da violência no campo, principalmente quanto à questão ligada à impunidade e ao próprio Judiciário, mostram que é um tema do qual esta CPMI não pode fugir.

Dom Tomás Balduíno, aproveito para lhe entregar, até como retribuição por seu documento, um pequeno trabalho que fizemos sobre a questão da justiça.

Temos uma experiência no Estado do Ceará muito interessante, que é o observatório do Judiciário hoje, chamado Observatório da Justiça e da Cidadania, que tem trabalhado no sentido de exercer uma espécie de controle externo.informal do Judiciário. A observações que V. Exª fez acerca da questão da nossa Justiça e que motivaram o requerimento aprovado pela CPMI do Senador Eduardo Suplicy são da maior importância. Penso que agora podemos ir à frente, porque houve um entendimento entre nós de um debate de natureza mais acadêmica. Eu aproveito para recomendar – evidentemente o livro é mais importante – um resumo do livro que está na revista **Carta Capital** desta semana, Os assentamentos dão certo, uma pesquisa que foi realizada pelo Nead, com 15 mil famílias, em seis regiões do País. Isso está bem resumido pela revista **Carta Capital.** Vamos ouvir os professores, autores, dessa publicação, Sérgio Leite, Beatriz Eredia, Leonides Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão, juntamente com o José Cândido Prunes, por sugestão do nosso vice-Presidente, Deputado Onyx, até para permitir esse debate. Nós estaremos fazendo duas visitas. Temos que ver com a Consultoria, com a Assessoria, a preparação dessas visitas. Evidentemente, vamos ao governador, que é autoridade maior do Estado, mas queremos fazer uma audiência pública nas assembléias legislativas, com a presença de todas as partes, um debate aberto. Queremos visitar áreas de conflitos, assentamentos, tanto no Estado de Pernambuco, entre os dias 11 e 13, como no Estado do Pará, entre o dia 18 e 20. Confirmamos a presença do Ministro Miguel Rossetto, atendendo a uma convocação para o dia 25 de maio, para responder aos questionamentos.

Assim, acho que a CPMI está indo bem. Podemos depois acertar a programação de junho. Estou desde já aberto às sugestões dos demais membros da CPMI para fazermos uma programação para o mês de junho.

O Deputado Onyx, por exemplo, está propondo o Rio Grande do Sul. Houve um requerimento sobre a questão de São Gabriel. Há também outros Estados no roteiro que aprovamos. O Deputado Adão Pretto levantou a seguinte preocupação, ou seja, se pudermos fazer uma semana na Casa, de depoimentos, de debates e uma semana fora, teremos um conhecimento maior e uma possibilidade maior de colher sugestões, propostas, críticas e conhecer melhor a questão agrária.

Era isso e quero, mais uma vez, agradecer a Dom Tomás Balduíno pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Concedo a palavra a Dom Tomás Balduíno para suas despedidas.

O SR. TOMÁS BALDUÍNO – Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

Esta palavra final é no sentido de reforçar o que disse, ou seja, que temos esperança na caminhada do nosso povo. Esta CPMI evidentemente mexeu em chagas. Nem sempre colocar o dedo na ferida produz um resultado de clareza e discernimento. Acho que

este é um momento de clima de tensão e que acontece porque a busca da terra passa por essa luta, por essa luta desigual.

A impressão que se tem e que também faz parte da esperança é que estamos entendendo que o processo de reforma agrária tem como sujeito principal o povo da terra. Já vimos reforma agrária de generais, de tecnocratas. Agora eles estão ai, estão fazendo as propostas deles. Não são eles as autoridades decisivas, finais nisso, porque há a instituição governamental, ou seja, o Congresso, o Judiciário e Executivo. Mas, esse povo participa e não vai abrir mão do direito de participar. Isso é muito positivo, é muito esperançoso. Claro que espelhei aí, tentei espelhar a crise e o ressentimento com relação ao Judiciário, e espero que tenhamos dias melhores com relação a esse Poder em face exatamente dessa caminhada, dessa busca, dessa marcha desse povo que é mal visto. Se formos olhá-los com repugnância e com ódio, então, não haverá caminho. Finalmente, dizer, repetir aquilo que estava dizendo, que o processo da terra envolve não apenas o econômico. Quando se entra no agronegócio o pessoal fica estremecido, fica um pouco irritado, arrepiado, porque se tocou na espinha dorsal que está em nós, o econômico é tudo, é o valor, é o grande valor. Tudo que é contra isso é atraso, é, sei lá, querer fazer uma revolução dentro da estrutura, mas precisamos aprender com esse povo que aprendeu com os índios, que aprendeu com os Quilombos, o valor cultural, o valor humano da terra, o valor de partilha, o valor de comunhão com a natureza, com os passarinhos, os peixes, os regatos com a mãe terra, comunhão uns com os outros, até com os adversários, de poder dar um copo d'água. Quem dá um copo d'água fria já realiza o reino do céu, dizia Jesus.

Penso que é isso que nos prende como Comissão Pastoral da Terra no apoio desse povo, porque é um outro modelo. Se mexemos no ídolo do econômico, no Mamon, Jesus chamou, todos ficam assim, como se fosse o fim do mundo.

Precisamos abrir os olhos para os valores de humanidade, de fraternidade, de comunhão, de paz, de alegria, de festa, de páscoa.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, gostaria de ter uma informação.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas, Sr. Presidente, V. Exª não encerrou? Dom Tomás já se despediu.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Dom Tomás Balduíno pronunciou suas palavras finais. Um Deputado membro titular desta Comissão, pediu a palavra. Se V. Exª quiser a palavra, eu concedo depois. Não há problema algum.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só queria saber o seguinte: nós fizemos ou não uma convocação à Ministra Ellen Gracie para vir à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Vai ser feito um convite e vai ser agendada uma data.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Existe um problema, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, referendada pelo Pleno, que não sei até que ponto a CPMI tem poderes para fazer uma convocação. Foi um convite?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Não, foi um convite, vai ser ajustado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Mais alguma intervenção? Estão todos satisfeitos?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Desculpe, Deputado Adão Pretto, é que eu precisava de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Nada mais havendo a tratar, convoco os Srs. Membros desta Comissão para a próxima reunião dia 06 de maio, às 10 horas, nesta sala, com os requerimentos aprovados hoje referentes ao artigo da **Carta Capital** e do Dr. José Cândido Prunes.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e de todo o Plenário, declarando encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às .....h.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."

Ata da 9ª Reunião, realizada em 06-5-2004

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas e vinte e cinco minutos, na sala

2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp Juvêncio da Fonseca, Serys Slhessarenko e Ney Suassuna e os Deputados João Alfredo, Onyx Lorenzoni, Marcello Siqueira, Josué Bengtson, Edson Duarte, Jamil Murad, Adão Pretto e Ronaldo Caiado, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Álvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as Exposições dos Senhores Dr. José Cândido Prunes, Advogado e Doutor em Direito Econômico, autor de vários artigos que combatem os princípios que regem o movimento de reforma agrária no País e dos Coordenadores Nacionais da Pesquisa "Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro", Professores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão. A seguir, a Presidência leu expediente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dirigido ao Presidente da Comissão, informando da impossibilidade de comparecimento dos Coordenadores no dia de hoje. Após, o Senhor Presidente passou a ler o Roteiro de Viagem ao Estado de Pernambuco, solicitando a Secretaria da CPMI para tomar as providências quanto ao cumprimento do referido Roteiro. A Senadora Serys Salhessarenko passa à mãos do Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão, o Ofício GSSS nº 215, de 06.05.04, assinado pela Senadora, em que encaminha a Relação de Glebas arrecadadas sumariamente, discriminadas e matriculadas em nome da União Federal no Estado de Mato Grosso. Após a Presidência convida o Dr. Prunes para tomar assento à mesa dos Trabalhos, concedendo-o a palavra para dar início à sua exposição e, após ao Relator para aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Jamil Murad, Ronaldo Caiado, Edson Duarte, Siba Machado, Adão Pretto, Onyx Lorenzoni e Eduardo Suplicy. A Presidência defere a solicitação do Deputado Adão Pretto, em que requer a Polícia Civil de Goiás cópias de capa a capa dos auto de prisão em flagrante e o auto de busca e apreensão de armas, incluindo alguns de uso restrito das Forças Armadas, em Alto Paraíso – Goiás, na propriedade do Senhor José Felipe dos Santos. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Dr. Prunes para suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que esta Comissão estará em viagem ao Estado de Pernambuco, nos próximos dias 12 e 13 maio, para realização de audiência pública e visitas aos assentamentos e acampamentos daquele estado. A Presidência agradece a presença do Dr. Cândido José Prunes pela notável contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata da questão da terra no País.

Hoje, teremos a satisfação de ouvir o Dr. Cândido José Mendes Prunes, a quem convidamos a tomar assento à Mesa. Por sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni, o convidado de hoje irá abordar a questão da terra.

Antes de iniciar os trabalhos, farei referência a alguns dados divulgados no exterior pelo Coordenador-Geral do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Pedro Stédile. Ele afirma que existem cerca de quatro milhões de famílias sem-terra no Brasil e que, se entregássemos 15 hectares a cada família, seria necessário desapropriar 60 milhões hectares. Segundo o Governo, existem 120 milhões de hectares que podem ser desapropriados em nosso País.

O jornal **El Pais** traz o comentário do jornalista Rodrigo Cavalheiro que assina a reportagem e afirma: "Embora as contas pareçam simples, os 60 milhões de hectares reivindicados pelo MST equivalem a 600 mil quilômetros quadrados, mais do que todo o território espanhol".

Destacamos essas informações para revelarmos o que consideramos o grande desafio do Governo. Não é uma questão simples.

Outras afirmações de Pedro Stédile ao citado jornal: "Se durante os quatro anos, Lula não fizer nenhuma mudança social das que propôs, o povo brasileiro vai condená-lo".

O jurista Ives Gandra Martins, durante o seminário "Brasil: propostas de desenvolvimento", na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, no dia 4 de maio do corrente, afirmou: "A Constituição brasileira é estuprada

todos os dias pelo MST". O Dr. Gandra afirmou que "as invasões e os conflitos no campo se devem à falta de coragem do Governo em enfrentar o MST".

São questões polêmicas que justificaram a instalação desta CPMI. Na esteira dessas contradições, desses posicionamentos que se conflitam, que a CPMI trabalha. Daí a importância de cada Parlamentar nesta Comissão.

Temos, também, a apresentação pelo Relator, Deputado João Alfredo, do roteiro de viagem para a próxima semana. Dia 12 de maio, quarta-feira, das 8 horas às 12 horas, reunião técnica fechada com órgãos públicos em Pernambuco: Funai, Incra, Delegacia do Trabalho, Ministério Público Estadual, Secretaria de Produção Rural, Poder Judiciário – Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Antônio Macedo, Juiz da 7ª Vara especializada em desapropriação, Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho. À tarde, das 14 horas às 17 horas, audiência pública na Assembléia Legislativa, com entidades patronais, Associação dos Fornecedores de Cana-de-Acúcar, entidades dos trabalhadores rurais, como a CPT, MST, Contag, OLC e Fetrap.

No dia 13 de maio, das 8 horas às 12 horas, visita ao assentamento central Barreiros, no Município de Barreiros, a 116 quilômetros da capital. Das 14 horas às 17 horas, visita ao acampamento Bonito, no Município de Condado, a 77 quilômetros da capital, e ao acampamento na usina Aliança, no Município de Aliança, a 82 quilômetros da capital. Às 17 horas e 30 minutos, entrega ao Governador e ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região de um relatório das atividades realizadas pela Comissão Parlamentar e algumas indicações.

Esse é o roteiro proposto pelo Deputado João Alfredo.

Para o dia de hoje, convidamos outros depoentes que, infelizmente, não puderam comparecer e encaminharam ofício colocando-se à disposição para, em outra oportunidade, contribuírem com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desde já agradecemos a presença do Dr. Cândido, que, por sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni, teve seu convite aprovado pela Comissão.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, sobre a ausência dos pesquisadores que fizeram esse trabalho que está sendo examinado, neste momento, pelo Deputado Onyx Lorenzoni, a Matéria no **Carta Capital**, insisti, várias vezes... Houve uma dificuldade muito grande em função da agenda, inclusive o principal coordenador da pesquisa estava fora do País. Eles se colocaram à disposição em outra data. O roteiro que estamos propondo é quarta-feira e quinta-feira.

Se V. Exª considerar conveniente, poderíamos marcar a oitiva dos professores da UFRJ para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu, particularmente, não poderia comparecer...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então, marcamos para outra data.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Na terça-feira, vamos cumprir esse roteiro em Pernambuco. Certamente, as nossas atividades aqui no Senado Federal exigiriam a nossa presença em atividades de Comissão e de Plenário na terça-feira. Recomendo, portanto, que essa audiência fique para outra oportunidade, a não ser que se deseje fazer na terça-feira, não me oponho a isso. O Deputado Onyx Lorenzoni pode presidir a reunião.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então, acertamos outra data, se não é possível para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Dr. Cândido José Mendes, para dar início a sua exposição.

O objetivo proposto pelo Deputado Ônix era exatamente estabelecer um contraponto com os pesquisadores indicados pelo Deputado João Alfredo, para que nessa audiência pudéssemos analisar a divergência de posicionamento em relação à reforma agrária no País. De qualquer maneira, certamente será da maior utilidade a contribuição que o Dr. Cândido tem a nos oferecer.

Com a palavra V. Sª.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Muito obrigado. Bom dia a todos. Inicialmente, saúdo os ilustres integrantes desta Mesa e agradecer o convite formulado por S. Exª, o Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 13, para vir prestar esclarecimentos sobre questões ligadas à reforma agrária a um grupo de pessoas tão legitimamente preocupado com esse tema.

Devido à exigüidade de tempo e à complexidade do assunto a ser tratado, permiti-me trazer uma breve apresentação escrita dividida em três partes.

Como já observei que, raramente, a questão agrária é tratada com a devida objetividade, com base em informações estatísticas especialmente mediante comparação com outros países, começo meus comentários com uma rápida análise sobre os dados da agricultura norte-americana, que é a de maior produtividade no mundo, **vis-a-vis** a brasileira, para, a seguir, verificar

a situação de outros países e, por fim, fazer uma matemática sobre a reforma agrária no Brasil.

Os dados utilizados nessa apresentação foram obtidos, fundamentalmente, de organismos internacionais, como o FMI, Organização Internacional do Trabalho, FAO, e, para o Brasil, o IBGE. Muitas dessas informações são consolidadas nos anuários publicados pela Enciclopédia Britânica.

Essa apresentação, de certa forma, consolida e resumo outros trabalhos que já publiquei sobre o tema, especialmente na revista Banco de Idéias, editada pelo Instituto Liberal e que é distribuída para todos os Parlamentares. O primeiro desses trabalhos data de 1997.

No Brasil, a renda média anual por estabelecimento onde se pratica a chamada agricultura familiar é de R$2.217 mil, ou aproximadamente R$200 por mês. Por regra geral, um trabalhador brasileiro, não importa sua ocupação, ganha muito menos que um americano. A afirmação saiu de uma pesquisa realizada pela FEA da USP, que comparou as diferenças de salário, nível de escolaridade, produtividade, gênero e setor de trabalho entre Brasil e Estados Unidos. O autor da pesquisa constatou que os menores ganhos estão justamente nas atividades rurais.

Nos Estados Unidos, como há mais tecnologia no campo, o retorno é maior para o produtor. A renda mensal de um americano que trabalha no campo é aproximadamente US$4 mil ou US$12 mil, ou seja, há uma diferença de renda de aproximadamente 60 vezes entre a renda de um agricultor médio americano e um familiar brasileiro. A razão para tamanha discrepância precisa ser compreendida, se quisermos oferecer aos trabalhadores rurais brasileiros condições de vida melhores.

Responsável por apenas 2% do PIB americano, a agricultura, a pecuária, a pesca e extração de madeira renderam US$180 bilhões em 1999.

A quantia é expressiva, principalmente quando se fala em **agribusiness**. Hoje, os Estados Unidos lideram a produção de alimentos. O país segue um modelo empresarial, buscando sempre o maior valor possível para as suas safras. Lá é a rentabilidade que define os tipos de cultura a serem cultivadas. Apesar de óbvia, essa não é, no entanto, a fórmula empregada pela maioria dos países. Com quase a mesma extensão territorial que a norte-americana e uma população quatro vezes maior, a China tem uma produção física apenas 20% superior à americana, mas não alcança os mesmos resultados de mercado; perde principalmente quando as contas são feitas em dólar.

O Estado socialista chinês decide o que será plantado independentemente da vontade dos consumidores. Enquanto os Estados Unidos arrecadaram um PIB agrícola de US$180 bilhões, a China ficou em US$140 bilhões. Embora se possa dizer que a produção chinesa de alimentos seja comparável à americana, especialmente levando-se em conta o **mix** de volume e preços, há uma abissal diferença entre esses dois países. Enquanto nos Estados Unidos apenas 3,7 milhões de pessoas são responsáveis por essa produção, na China são aproximadamente 460 milhões de trabalhadores no campo dividindo um PIB agrícola idêntico; eis a razão pela pobreza e a prosperidade de outro.

A mecanização das lavouras é a primeira coisa que vem à cabeça, quando se fala em agricultura empresarial. Nos Estados Unidos, o uso da tecnologia revolucionou o trabalho no campo; entre outras coisas, permitiu a diminuição das áreas plantadas. O grande marco foi o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, as lavouras americanas somavam 360 milhões de acres; hoje correspondem a pouco mais de 300 milhões cultivados por ano.

Em alguns estados, como em New Hampshire, a retração da área plantada começou mais cedo e alcançou níveis impressionantes, chegando a 75% de redução na área cultivada, entre 1960 e 1950. A população rural também diminuiu com a implantação da tecnologia nos campos. No século XIX, época do desbravamento das fronteiras no oeste, aconteceu uma espécie de recrutamento para o trabalho no campo. O número de pessoas envolvidas na agricultura americana pulou de 1,8 milhões para 12 milhões. No século XX, esse processo se inverteu, e, na virada do milênio, havia um terço desse contingente do final do século XIX, de 12 milhões de pessoas, trabalhando no campo.

A importância relativa do setor rural na formação do PIB do país também caiu, na medida em que os demais setores da economia foram crescendo de forma mais acelerada. Nos Estados Unidos, aconteceu o mesmo que no resto do mundo desenvolvido. A população rural correu para os grandes centros urbanos, que ofereciam mais postos de trabalhos, serviços e melhores condições de vida.

Se no começo do século XIX trabalhavam no campo 80% da população norte-americana, no final desse século não passavam de 40%. A partir de então, a importância relativa da mão-de-obra rural só diminuiu, representando hoje apenas 2% da faixa economicamente ativa, ou seja, 3,7 milhões de pessoas. Só para efeito de comparação, ressalte-se, mais uma vez, que, na China, há mais de 460 milhões de habitantes nas zonas agrícolas. Em outras palavras, a China optou pelo uso super-intensivo da mão-de-obra no campo, ao contrário dos Estados Unidos. Nesse país também houve um processo de concentração de terra a partir

de 1880. O esvaziamento do campo levou ao crescimento da área agriculturável por trabalhador, como fica evidente quando se analisam os dados estatísticos. Atualmente, cada agricultor americano dispõe de quase seis vezes mais área para cultivo do que 120 anos atrás. Isso aconteceu mesmo diante de uma diminuição da área plantada, conforme acabamos de mencionar.

No ano 2000, a produtividade geral de alimentos por hectare plantado nos Estados Unidos foi de aproximadamente 5.800 quilos. Trata-se de um número extraordinário sob qualquer aspecto, mais do que o dobro da produtividade brasileira. Há, no entanto, países com alguns resultados comparáveis, como França e Reino Unido, que têm dimensões correspondentes aos Estados da Bahia e Piauí respectivamente. São nações com pequena extensão territorial com lavouras altamente mecanizadas e tradição agrícola. É importante também comparar para esse fim a produtividade agrícola em termos de toneladas de cereais por trabalhador rural, pois se chegam a números mais impressionantes ainda. Enquanto o Brasil apenas 2,8 toneladas de cereais por cada trabalhador rural, esse número salta para 68 toneladas por trabalhador na França, 69 na Austrália, 78 no Canadá e 99 toneladas nos Estados Unidos – e repito: contra 2,8 no Brasil. A China, no seu gigantesco contingente populacional dependendo da agricultura, faz esse mesmo número despencar para apenas 1,2 tonelada de cereal por trabalhador rural.

Altíssima produtividade por trabalhador e hectare cultivado é uma constante nos modelos agrícolas bem sucedidos. O resultado é alta renda **per capita** do agricultor. Esse ganho de produtividade por hectare é especialmente notável em determinados produtos, como o milho, que teve um ganho de 1000% de produtividade entre 1490 e os dias de hoje nos Estados Unidos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apenas 4% do território brasileiro é naturalmente fértil para a agricultura. As demais áreas exigem diferentes graus de investimentos para serem adequadamente exploradas. Portanto, não é possível cultivar toda a extensão do território nacional. Dantes, pelo contrário, apenas uma ínfima parte dele é efetivamente boa. Essa situação é muito parecida em todos os países e regiões do mundo. Apenas uma parcela relativamente pequena de seus territórios termina se prestando para a exploração agrícola. O percentual de terras aproveitáveis para a agricultura, considerando cultivo e pastagens, na América Latina, segundo os últimos dados disponíveis é de aproximadamente 36%. Esse percentual é semelhante ao africano. Na América do Norte, esse percentual cai para 26%.

Já o percentual de terras adequadas exclusivamente para o cultivo é muito menor. Na América Latina, somente 9% de suas terras se prestam para o plantio. Esse número é também reduzido para todas as demais regiões do mundo: África, 6%; América do Norte, o Grande Celeiro, 12%; Rússia, 10%; e Europa Ocidental, 24%. A média mundial é de 11%. Ou seja, somente um décimo das terras existentes no Planeta podem ser aproveitadas para o cultivo de alimentos; e 35% podem ser aproveitadas para o cultivo e criação de animais.

É importante também analisar a estrutura demográfica do país, para que se possa melhor concluir sobre a adequação das propostas de reforma agrária feitas aqui no Brasil. A população brasileira, apurada no último censo demográfico de 2000, era de aproximadamente 170 milhões de habitantes: cerca de 82% era urbana, representando 139 milhões de pessoas; e 18% era rural, representando 31 milhões de pessoas. A acuidade desses dados, entretanto, tem sido contestada por estudiosos, entre os quais se destacam o Professor José Eli da Veiga. Para esse professor da Universidade de São Paulo, um dos critérios utilizados pelo IBGE para considerar um habitante como urbano não tem nenhum científico. É fácil compreender e até dar razão ao professor José Eli da Veiga. De fato, a legislação brasileira determina que se considere como urbano todos os moradores de sede de municípios, por menor que sejam essas sedes.

De fato, o Brasil passou por duas recentes explosões no número de municípios. A primeira ainda em meados do século XX, em decorrência da legislação eleitoral então vigente. Assim, vários Estados correram para criar o maior número de municípios, sem que isso significasse a existência de uma aglomeração que pudesse ser considerada como urbana.

Mais recentemente, com a facilidade introduzida pela Constituição de 88, houve uma segunda onda de criação de novas prefeituras em áreas cujos habitantes, tecnicamente, deveriam ser considerados como rurais. Mas, por uma ficção legal, os habitantes de suas sedes, por menores e mais rarefeitas que sejam, são considerados como habitantes urbanos – são as chamadas cidades imaginárias.

Se comparado com a situação de outros países, onde a agricultores gozam de um melhor padrão de vida, o Brasil possui uma expressiva parte de sua população economicamente ativa trabalhando no campo, aproximadamente 26%. Esse número cai para 12% na Argentina. Nos Estados Unidos, são 2,7% e, no Reino Unido, apenas 1,8% da sua população economicamente ativa dependendo de atividades agrícolas.

Comparando-se a população ativa absoluta desses e de outros países, também concluímos que o Brasil tem um gigantesco contingente de pessoas que dependem da agricultura para sobreviver. Como disse, no Brasil, há16 milhões de pessoas dedicadas à agricultura. Nos Estados Unidos, esse número cai para 3,7 milhões; na Argentina, são apenas 1,2 milhões; no Reino Unido, 500 mil; no Canadá e Austrália, países com extensões territoriais maiores que a brasileira, existem apenas 481.433 mil trabalhadores rurais respectivamente.

Deve-se observar que, com a exceção do Reino Unido, todos os demais países tomados nessa comparação possuem grandes extensões territoriais e lideram a produção mundial de um ou mais produtos agrícolas.

Cabe registrar, como contraponto, a posição da Índia, onde 60% das pessoas trabalham no campo, um dos países de menor renda **per capita** do Mundo, com apenas US$290.

Aliás, quanto ao número de população rural economicamente absoluta, o Brasil perde, entre os grandes países do Mundo, apenas para China e Índia. Esses dois países possuem 460 e 191 milhões de agricultores respectivamente.

São países com contingente semelhante aos brasileiros: Etiópia, Nigéria, Paquistão, Tailândia e Turquia.

É impressionante constatar que o peso relativo da atual população agrária brasileira corresponde ao mesmo verificado na Inglaterra no final do século XIX. O declínio da importância relativa da atividade rural na Inglaterra e País de Gales, por exemplo, traz algumas informações exemplares a esse respeito.

Em 1851, a agricultura era responsáveis por apenas 20% do PIB dessas regiões, diminuindo brutalmente para apenas 6,5% do PIB já em 1901. Entre 1841 e 1911, a população rural da Grã Bretanha, em expressivas regiões, chegou a declinar mais do que 35%.

A população rural economicamente ativa norte-americana também reduziu drasticamente desde 1920, quando atingiu quase 12 milhões de trabalhadores, para algo em torno de 3,7 milhões no final de dos anos 90.

Mais importante ainda é verificar que praticamente sêxtuplicou a área agricultável por trabalhador entre 1880 e 1980, ou seja, houve, indiscutivelmente, uma concentração de terras nos Estados Unidos nesse período.

O problema da população rural brasileira, no entanto, ainda é mais grave do que as simples estatísticas apontam. Na verdade, a tão propalada vocação agrária brasileira carece de fundamento, mesmo considerando as dimensões continentais do País e seu potencial agrícola. Não existe nenhum país do Mundo que atualmente tenha uma vocação agrária, no sentido de que uma parcela significativa de sua renda tenha origem na agricultura, e que goze simultaneamente de um razoável padrão de vida.

Mesmo que o Brasil passe a ter uma agricultura desenvolvida, com níveis adequados de mecanização e produtividade, ela, por si só, não seria capaz de gerar renda necessária para bem sustentar uma expressiva população rural como a que atualmente vive em seus campos.

Em 2000, cerca de 18% da população total brasileira vivia em áreas rurais, ou seja, aproximadamente 31 milhões de pessoas. Caso o Brasil viesse a atingir um índice ao redor de 15% de população rural, semelhante ao de países como Argentina e Austrália, que possuem 13% e 14%, respectivamente, isso significa que deveriam migrar para as áreas urbanas nos próximos anos no mínimo 6,3 milhões de pessoas, sem contar o natural crescimento populacional que ainda se verificará. Se fossem adotados critérios de produtividade para estimar qual seria a dimensão adequada para a população rural brasileira, os números ficariam ainda mais impressionantes. O Brasil tem 26 hectares disponíveis para cada agricultor; a Argentina tem 147 hectares; o Canadá, 140 hectares; os Estados Unidos, 122 hectares. Com uma melhoria de produtividade que elevasse o índice brasileiro para 100 hectares por trabalhador rural, a população rural brasileira deveria reduzir-se nos próximos anos em cerca de 24 milhões de pessoas, restando no campo, conseqüentemente, apenas sete milhões.

Outras comparações baseadas na produtividade ainda podem ser feitas para concluir sobre o excessivo contingente populacional rural brasileiro. Desse modo, vale analisar o PIB **per capita** dos trabalhadores da agricultura de diversos países com o do Brasil para constatar uma brutal diferença de produtividade. Enquanto o trabalhador rural brasileiro produz anualmente US$3,6 mil, vejam a situação em outros países: Argentina, US$12 mil; Austrália, US$21 mil; França, US$35 mil; e Reino Unido, US$40 mil.

Com os dados acima, valeria dizer que, se o Brasil quisesse atingir a renda **per capita** de um trabalhador rural argentino, a sua produção teria que quadruplicar ou sua população rural se reduzir em 75% para atingir o padrão norte-americano. Com a mesma produção atual, nossa população rural devia reduzir 90%; ou seja, deveria restar no campo tão-somente 1,4 milhões de trabalhadores. Ou, alternativamente, mantendo a

atual população rural, deveria aumentar em 1000% a produção agrícola brasileira.

Nessa altura da apresentação, desejo rapidamente apresentar o que denominei a lógica da reforma agrária no Brasil. A idéia é tratar do assunto com um exercício matemático. Ao se fazer uma conta simples, dividir a extensões de terras teoricamente disponíveis pelo número de pretensos assentados, chega-se a um resultado avassalador. Não há terra suficiente para todos os brasileiros que os movimentos sociais dizem querer encarar a vida no campo. Para facilitar o cálculo e beneficiar os argumentos desses movimentos, tomei como base os dados sobre estrutura fundiária existente em meados dos anos oitenta e início dos anos noventa, ou seja, antes da aceleração da reforma agrária ocorrida no Governo Fernando Henrique Cardoso. Estamos falando de uma época em que havia mais áreas improdutivas e latifúndios que agora.

O primeiro passo para tal operação aritmética consiste em definir quantos são realmente os sem-terra. Para chegar a esse número, escolhi dois critérios, e seriam possíveis muitos outros.

Em 1985, o Brasil tinha 5,8 milhões propriedades rurais, sendo que, em 37% dos casos elas estavam em mãos de terceiros e não de seus legítimos donos. Tratava-se de arrendatários, administradores, ocupantes ou simplesmente invasores. Pode-se dizer que existia no Brasil cerca de dois milhões de pessoas com alguma capacidade para ser empresário rural, mas que não tinham terras. Outro critério para definir a quantidade de indivíduos teoricamente sem imóvel rural seria pelo levantamento da quantidade de pessoas que lidam no campo, mas que não possuem renda. Eles representam 24% dos trabalhadores rurais. Ao todo, seriam quase quatro milhões de pessoas que poderiam ser chamadas de sem-terra, tomando como base os números de meados dos anos 90.

Vale ressaltar que, em nenhum dos dois critérios acima, foi incluído quem atualmente vive em zonas urbanas mas que, eventualmente, gostaria de voltar a trabalhar no campo sob um programa de reforma agrária. Ao considerar as duas alternativas acima como expressões possíveis do número de sem-terra e pode-se pensar em cada um como um chefe de família. A partir daí, dá para descobrir a extensão territorial necessária para acomodar esse contingente.

Na primeira hipótese, a gleba que caberia a cada um seria de cerca de cento e noventa hectares, base média dos lotes norte-americanos em meados dos anos 90. No Brasil, trata-se de uma área pequena esses cento e noventa hectares para fins de exploração agrícola, em função da má qualidade dos solos. Cada hectare nos Estados Unidos, além de ser mais fértil, conta com elevados investimentos, entre outros, adubagem, sementes, inclusive transgênicas, pesticidas, irrigação, estradas etc., permitindo, portanto, um bom padrão de vida ao seu trabalhador rural. Já o futuro proprietário brasileiro não contaria com a estrutura de capital do agricultor norte-americano, nem alcançaria sua produtividade.

Para distribuir 190 hectares a cada um dos dois milhões de sem-terra seriam necessários trezentos e sessenta e seis milhões de hectares, ou seja, o equivalente a 97% de todas as áreas agrícolas atualmente exploradas no Brasil. Se a reforma agrária, no entanto, contemplasse um número maior de pessoas, como na segunda hipótese, a extensão exigida seria de setecentos e quarenta e três milhões de hectares, ou praticamente 90% de todo território nacional teria que ser desapropriado para distribuição aos sem-terra. Note-se que a área necessária para uma eventual reforma agrária poderia ser ainda maior, pois não foi levado em conta nesses cálculos nenhuma compensação para áreas de baixa produtividade ou que apresentem problemas climáticos.

Embora adotado um critério aritmético primário, os números por si só são eloqüentes. Convém, entretanto, buscar um outro cálculo singelo contrário na metodologia ao anterior, definir uma hipotética área disponível para a reforma agrária e verificar quantas pessoas poderiam ser assentadas. Pois bem, existiam no Brasil, em 1985, cinco mil setecentas e oito propriedades rurais que poderiam ser consideradas latifúndios com áreas superiores a cinco mil hectares e que ocupavam 21% das terras cultiváveis. Supondo-se que todas eram e continuam até hoje improdutivas, que desfrutem de solos férteis e de clima adequado, teríamos oitenta milhões de hectares divididos em lotes de cento e noventa hectares. Na ponta do lápis, seria possível assentar quatrocentas e vinte e duas mil pessoas ou famílias. Ficariam de fora, portanto, 80% dos sem-terra definidos pelo primeiro critério e 90% daqueles estabelecidos no segundo critério. Em outras palavras, a reforma agrária estaria concluída, não haveria mais terras improdutivas a distribuir e teríamos entre 80% e 90% da população-alvo do programa sem serem beneficiadas.

Esse simples exercício matemático, grosseiro na verdade, do qual distribuí uma cópia aos senhores, demonstra que o Brasil não tem área disponível para assentar em sua totalidade os chamados sem-terra.

Ter um imóvel rural em mão pouco mudaria a vida dessas pessoas, ao menos no que se refere ao acréscimo de renda, conforme se viu acima. Mas é possível ir ainda mais longe na chamada matemática da reforma agrária. Se for analisado criticamente o

custo declarado no final dos anos noventa para assentar uma família, chega-se a conclusões igualmente impressionantes. Segundo o que foi divulgado pelo próprio Governo, o Incra gastava, com cada família assentada, R$40 mil.

O primeiro aspecto que chama a atenção, especialmente ao se levar em conta o que anteriormente se demonstrou, é que o Governo não abriu nenhuma rubrica específica em relação a esses quarenta mil reais para educação ou treinamento. Ou seja, o sem-terra recebe um pedaço de solo e um parco incentivo; recebe recursos para o cultivo, aparentemente não se contempla a criação de animais, somente a agricultura e, para ingressar em uma cooperativa, salvo se essa associação não fizer todo o resto, fornecer principalmente instruções, treinamento, tratores, colheitadeiras, adubo e calcário, o sem-terra ficará completamente sem assistência. Segundo, o custo por família assentada ficou o mesmo ao longo de anos; o Incra vem informando esses 40 mil reais apesar da inflação e da flutuação do preço da terra no Brasil.

Os problemas não param aí. O valor médio do custo da terra é altamente preocupante mesmo sem considerar gastos indiretos com a burocracia de desapropriação. De duas uma: ou se paga em média R$20 mil por lote, uma quantia que sugere que o Governo paga preço vil pelo hectare, em flagrante violação à Constituição e às leis em vigor, ou se está dando a cada família assentada uma extensão muito pequena e certamente inviável até mesmo para sair da linha de pobreza. Ora, o hectare de terra custa no Brasil, exceto para zonas remotíssimas, inacessíveis ou imprestáveis para agricultura, no mínimo mil reais. Em zonas mais adequadas para cultivo e de fácil acesso, especialmente assentamentos urbanos, esse valor pode ser multiplicado várias vezes. Não por outro motivo, o MST age com firmeza em regiões próximas dos maiores centros urbanos brasileiros, ocupando terras cujos valores são superiores à média brasileira, especialmente as localizadas no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, zona canavieira do Nordeste e do cacau na Bahia. De qualquer sorte, aplicando-se mais uma vez o raciocínio da matemática da reforma agrária ao se estabelecerem lotes de 190 hectares para cada família, a mil reais o hectare, tem-se um gasto de no mínimo R$190 mil por assentado, somente com terra.

As reivindicações de terra se concentram em áreas de maior densidade demográfica ou que apresentem melhores condições para exploração agrícola. Em qualquer hipótese, são regiões mais valorizadas. O mais provável é que a reforma agrária esteja criando minifúndios que dificilmente conseguirão subsistir. Ou os assentados ficarão eternamente dependentes de verbas públicas federais, formando grupos de interesses cujas reivindicações estarão na pauta daqueles que sustentam essa situação altamente indesejável, ou migrarão mais cedo ou mais tarde para um centro urbano. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a sua exposição. Gostaríamos de obter cópia do seu depoimento a fim de que seja distribuído aos integrantes da Comissão.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Registro, a pedido da Senadora Seris Slhessarenko documento para apreciação do Sr. Relator e Srs. membros da CPI:

Sr. Presidente, encaminho relação das glebas arrecadadas sumariamente discriminadas em nome da União no Estado de Mato Grosso, cabendo destacar que, em 1998, o MST fez solicitação ao Ministério Público Federal para proceder em Mato Grosso a levantamento de todas as terras públicas que pertençam à União. O resultado foi a constatação de número superior a 400 mil imóveis que foram imediatamente arrecadados, mas não foram, infelizmente, destinados à reforma agrária. O total ultrapassa 6 milhões de hectares, sendo que apenas pouco mais que 2 milhões foram titulados para assentamentos. O absurdo é que mais de 3 milhões de hectares remanescentes estão espalhados em 58 Municípios, têm matricula e registro em nome da União, porém, estranhamente estão em mãos de particulares, e há diversas ações para a retomada. Em resumo, somente com as terras remanescentes em Mato Grosso, o Governo Federal poderia proceder a quase todos os assentamentos necessários, dando impulso fantástico à reforma agrária no País.

Assina a Senadora Seris, com a relação a que faz referência.

Solicito à Secretaria que protocole este documento e o encaminhe ao Relator para conhecimento.

Antes de passar a palavra ao Relator Deputado João Alfredo, aproveito a exposição que diz respeito a número de trabalhadores que desejam assentamento, área disponível e enfoque do convidado de hoje para trazer a informação que anunciei no início: são informações divulgadas na imprensa internacional, no caso, o jornal **El Pais**, espanhol, segundo o qual o coordenador nacional do MST afirma que há quatro milhões de famílias sem terra no Brasil e que seriam necessários 60 milhões de hectares.

Portanto, há uma contradição expressiva em relação àquilo que o nosso convidado aponta como necessário para a realização da reforma agrária. Se-

gundo Stédile afirmou ao jornal **El Pais**, o Governo diz ter 120 milhões de hectares que podem ser desapropriados. Eu queria uma avaliação sua a respeito desse posicionamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – O resumo da minha idéia aqui é o seguinte: o Brasil está com um contingente ainda excessivo de pessoas vivendo no campo. Se o Brasil quiser ter uma agricultura que remunere adequadamente os seus dependentes, precisará diminuir drasticamente esse número.

Trago aqui outra informação. Se compararmos a renda de um trabalhador rural brasileiro com a renda de um trabalhador urbano, verificaremos que, na média, o trabalhador rural brasileiro ganha um terço do que ganha um trabalhador urbano. Essa é a principal razão pela qual existe esse processo migratório. Nos países em que já existe estabilidade no número de agricultores, onde há menos de 5% da população economicamente ativa dependendo da agricultura, essa diferença entre a renda do urbano para o rural diminui significativamente e passa a ser de apenas 30%. O mais interessante é verificar que a única exceção a essa regra é o Reino Unido, onde a renda do agricultor é igual à renda de um trabalhador urbano. E não é por coincidência que é exatamente o país com o menor percentual de agricultores em relação à força total de trabalho.

Volto especificamente a sua questão sobre o número de 4 milhões de trabalhadores sem-terra que o líder do MST alega existir no Brasil e a área disponível. O que se está fazendo hoje no Brasil muito nitidamente – vejo os números da revista **Carta Capital**, que trata dos assentamentos que dão certo – é a criação de minifúndios. Estão distribuindo áreas em torno de 35 hectares. Segundo a pesquisa por esse grupo de pesquisadores, a média dos estabelecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pedro Stédile propõe 15 hectares...

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – O Stédile propõe 15 e o plano do Dr. Plínio de Arruda Sampaio prevê 24 hectares. Esse é um número irrisório. Qualquer pessoa que conheça minimamente a produtividade agrícola aqui no Brasil, sabe que é praticamente impossível uma família conseguir sobreviver acima da linha de pobreza com áreas tão exíguas. Na verdade, esses minifúndios serão insustentáveis e vão exigir permanentemente do Governo Federal subsídios e apoio. Muito provavelmente, esses agricultores que foram assentados e que a pesquisa declara que são assentamentos bem-sucedidos vão ser insustentáveis no longo prazo. É curioso ver que revista procurou, aparentemente, uma única pessoa para comentar, para fazer um contraponto a esse estudo. Publicaram apenas duas ou três linhas de comentário com o Dr. Francisco Graziano para, a seguir, fazer um comentário que não tinha rigorosamente nada a ver com a questão agrária, apenas para desqualificar o comentário feito pelo Dr. Francisco Graziano, que é um especialista que tem publicado muita coisa a respeito de reforma agrária no Brasil.

O que eu quis demonstrar com esse meu estudo é o seguinte: se quisermos de fato fazer assentamentos viáveis, entregar uma gleba de terra que possa ser explorada e tirar da pobreza e da miséria a pessoa que for recebê-las, precisamos de áreas maiores que 35 hectares. Eu sugeri 190 hectares, que é o tamanho médio das propriedades norte-americanas. Na Argentina, aqui do lado, o tamanho médio é de 270 hectares; no Canadá são 400 hectares; na Austrália, eu fico imaginando que o Stédile deveria ter uma síncope no dia em desembarcar na Austrália. O tamanho médio das propriedades na Austrália é de 3 mil hectares. Então, não seria nenhum absurdo se propor algum número em torno de 100 ou 190 hectares para se distribuir em um eventual programa de reforma agrária. Mas se isso for feito vai-se atender apenas 10% dos sem-terra que o líder do MST diz existir no Brasil. Agora, se a intenção for atender, entregando 25 hectares, isto é o desastre anunciado, e mais cedo ou mais tarde essa população vai ter que sair do campo, como aconteceu em todos os países do mundo, pois há um declínio natural, tanto em termos relativos como em termos absolutos da população rural economicamente ativa. Nos Estados Unidos, na França, Na Grã-Bretanha, no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, na Espanha, enfim, em todos os países aonde a agricultura hoje consegue remunerar adequadamente os agricultores, são países que tem em média menos do que 5% das suas populações dedicadas à agricultura. Exceto se forem países maiores, com grandes extensões territoriais, que é o caso da Austrália e Canadá, e aí então há em torno de 10% da população, dependendo de atividades agrícolas. Mais do que isso é insustentável. E esta é a minha tese.

Melhor seria se o Governo estivesse dedicando esses recursos, hoje empregados para a reforma agrária, que criasse um programa para receber essas pessoas que estão sem trabalho no campo em pequenos e médios centros urbanos;com R$40 mil ou R$50 mil, que deve ser o custo por assentado hoje, seria perfeitamente possível dar para essas famílias, durante oito anos, dois salários mínimos por mês e colocar todos os membros dessas famílias numa escola – considerando uma família com quatro pessoas. Eu não tenho dúvida que ao final de oito anos, recebendo dois salários

mínimos por mês, que já os coloca acima da linha de pobreza, essas pessoas estarão numa situação muito melhor em termos de capacidade de gerar por si mesmo renda, do que com 25 hectares perdidos em qualquer parte do Brasil. E isso poderia se fazer rigorosamente com os mesmíssimos recursos que hoje se destinam à reforma agrária.

O problema é que a reforma agrária não está sendo hoje proposta por esses movimentos como uma alternativa para solucionar o problema da pobreza e da miséria no campo. É mais uma questão de cunho ideológico. E para atender esse anseio de natureza ideológica é que esta se propondo – eu considero um verdadeiro crime mantermos embretada essa população no campo, que é o setor da economia brasileira com menor capacidade de sustentar economicamente as pessoas que dele dependem. Se formos examinar, por exemplo, as estatísticas divulgadas pelo IBGE, vemos que a importância relativa da agricultura no Brasil vem diminuindo como, aliás, vem diminuindo no mundo inteiro. Em 1900, quase metade do PIB brasileiro vinha da agricultura. Esse número vem declinando, e hoje está em torno de 10%, e é justamente nesse setor que vem minguando, que essas lideranças propõem deixar e fixar as pessoas. Ao invés de levar as pessoas e capacitá-las, por exemplo, para o setor de serviços que cresceu nesse mesmo período, de 43% para 61%, com tendência para crescimentos ainda maior no futuro, nós estamos perdendo o tempo e mantendo essas pessoas num estado de pobreza.

Vale aqui mencionar que os Estados Unidos no ano que vem deverá ter aproximadamente a seguinte composição do PIB: 80% do PIB americano, originado em serviços; 18% na indústria, e apenas 2% na agricultura. Apesar de os Estados Unidos terem hoje 3,7 milhões de pessoas no campo, o setor agrícola é o que mais desemprega nos Estados Unidos, justamente porque está havendo crescentes ganhos de produtividade na agricultura norte-americana. Cada agricultor americano que fica no campo tem a sua renda aumentada, e essas pessoas, que só podem ser mão-de-obra qualificada, estão se deslocando para o setor de serviços. O Brasil faria muito melhor se dedicasse esses recursos que hoje servem para manter uma pessoa no campo à qualificação dessa mesma mão-de-obra, para que possa fazer essa migração da agricultura para o setor de serviços de uma forma menos traumática.

Diga-se de passagem que, na Europa e nos Estados Unidos, essa transição foi menos dramática porque, no primeiro momento, a mão-de-obra desqualificada do campo foi absorvida pela indústria, que aceitava ainda naquele tempo a mão-de-obra desqualificada. E durante duas ou três gerações essas pessoas puderam se qualificar e fazer essa transição para o setor de serviços.

O Brasil, infelizmente, não tem essa oportunidade de levar as pessoas para a indústria, que também não está mais crescendo. A indústria brasileira, nesse mesmo período, entre 1900 e 2000, cresceu de 11% para 27% do PIB, mas, desde meados dos anos 60, ela vem declinando na sua contribuição ao PIB brasileiro e à absorção de mão-de-obra. Então, a indústria brasileira não poderá receber essa mão-de-obra desqualificada do campo e teremos que fazer essa transição do agricultor desqualificado para o prestador de serviços qualificado. Por isso um extenso programa educacional que permitisse a essas famílias ter uma renda, durante oito anos, que as colocasse acima da linha de pobreza seria o caminho mais adequado se realmente quiséssemos combater a miséria no campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Por sugestão do Deputado Jamil Murad, solicitamos ao convidado que procure responder às indagações da forma mais sucinta possível para permitir o dinamismo maior do debate.

Passo a palavra imediatamente ao Relator Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Professor Cândido, nosso convidado de hoje, demais Parlamentares presentes, quero até justificar que, após ouvir as respostas do Professor Cândido, precisarei deslocar-me, pois tenho uma reunião da Bancada para discutir os temas em pauta, como salário mínimo e reeleição da Mesa. Evidentemente, terei acesso às perguntas formuladas ao professor e às respostas.

Professor Cândido, compulsei um pouco alguns artigos e vi que V. Sª é versado em vários temas, trata da questão agrária, do desarmamento, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, tem amplo alcance nos seus estudos. Em que pese o fato de não termos concordância com suas idéias, V. Sª tem um preparo intelectual. Evidentemente, ao ouvir V. Sª como aquele que combate os princípios que regem a reforma agrária no País, de acordo com o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, teremos oportunidade de ouvir a opinião contrária à reforma agrária que V. Sª expende neste momento.

Quero, na verdade, fazer alguns questionamentos. Primeiro, V. Sª busca um referencial muito forte na economia norte-americana, que tem uma formação social, econômica e histórica bastante diversa da nossa, até mesmo na formação da propriedade da terra. Se hoje lá a propriedade está crescendo, nós sabemos como se deu isso. Aqui no Brasil, temos uma história de concentração fundiária muito forte, até hoje não resolvida. Evidentemente, V. Sª apresenta outras sugestões, segundo aspectos até atuais dos subsídios que o próprio

Governo americano despende para a sua economia agrícola. No Brasil, recentemente, o Deputado Ronaldo Caiado, que é um lídimo representante dos produtores rurais no Congresso, acompanha muito bem essa questão, conhece a luta desenvolvido pelo País, há muito tempo, inclusive nas instâncias internacionais como a OMC, com relação a esses subsídios.

Por isso, parece-me um pouco difícil traçar esse paralelo porque nós teríamos que, nesses rendimentos, talvez, incluir esses subsídios que desmentem, inclusive, a idéia de livre mercado, por conta do prejuízo que tem, além dos subsídios, as barreiras aos produtos brasileiros exportados para lá. Os produtores de suco de laranja, por exemplo, sabem da dificuldade que é entrar nos Estados Unidos, onde o irmão do Presidente americano é Governador da Flórida e disse, na imprensa, que defenderia os seus produtores até a última gota de suco de laranja – não de sangue.

Esse é um dado que queria questionar a V. Sª: dadas as diferenças históricas, sociais, econômicas, a situação de pujança da economia americana, os subsídios e barreiras tarifárias e outras impostas, temos como comparar a agricultura americana com a agricultura brasileira?

Um segundo ponto. Quando V. Sª faz os cálculos acerca dos incentivos e subsídios aqui no Brasil concedidos aos assentados do programa de reforma agrária, e compara com o sucesso da grande propriedade, leva em conta também os subsídios concedidos aos grandes proprietários, alguns deles inclusive até hoje não pagam. Recentemente a **Folha de S.Paulo** trouxe uma matéria do Governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, em que diz que o seu Banco, o Produban, não tem como cobrar dos usineiros de Alagoas e que quer entregar essa dívida para o Governo Federal para que este a execute e faça a reforma agrária.

Até parece que, nessa comparação, apenas os assentados de reforma agrária, devido aos créditos que existem, como o Procera e outros, é que recebem esses subsídios. E, ao longo da nossa história, sabemos como foi o processo. Se tivéssemos como quebrar o sigilo dos bancos públicos, principalmente, saberíamos como se deu essa transferência de renda para esse setor.

Parece-me que é como se fosse – permita-me, com todo o respeito que V. Sª merece, porque defende seu ponto de vista e argumenta – uma posição ideológica de quem quer defender a grande propriedade e encontra os argumentos favoráveis a ela, para uns usa um critério e para outros não usa.

Creio que essa comparação seria importante.

Preocupa-me quando V. Sª faz esse debate da questão da reforma agrária unicamente pelo aspecto da aritmética. V. Sª usou uma expressão "critério aritmética primário". Fazem-se as contas, estabelece um padrão da área, do preço do hectare e, dali para frente, então, chegam à conclusão que a reforma agrária é inviável.

É melhor, então, pelos cálculos que fiz, 2,6 milhões de trabalhadores do campo. Porque V. Sª disse que tem que reduzir drasticamente, que, dos 4 milhões colocados aqui como pessoas sem trabalho, teríamos que ter, no máximo, no campo – e anotei isto – 1,4 milhão.

O que vamos fazer com esse povo? Porque não é mais aritmética, é vida, é gente. A proposta não é a de se colocar todos nas pequenas cidades, pagando dois salários mínimos durante oito anos? É isso que vai resolver essa situação? Vamos ter como fazer isso ou vamos inchar ainda mais as cidades?

Os grandes centros urbanos estão hoje completamente inviáveis. Com isso, pelo menos, talvez, estejamos de acordo.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Plenamente!

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então, creio que essa é uma questão que precisa ser respondida aqui, neste debate.

A outra parte da economia, o setor de serviços tem como absorver esse grande contingente de mão-de-obra que temos que tirar da agricultura, porque estaria inviabilizado?

De alguns dados, Professor Cândido, eu me permitiria até discordar. Sou de uma região pobre; sou do Nordeste, sou cearense. E, lá, em algumas cidades do interior, o salário mínimo é classe média: R$240,00. Tanto é que a aposentadoria rural é que sustenta muitas cidades do interior do meu Estado e do interior do Nordeste como um todo.

Preocupa-me quando V. Sª estabelece o critério de rendimentos, mais uma vez, dos Estados Unidos, porque, talvez, para que pudéssemos estabelecer isso, tivéssemos que estabelecer também para a indústria; o salário dos operários da indústria. Se observarmos o critério da Europa, poderíamos estabelecer, quem sabe, a visão do Estado social dos países nórdicos, etc.

Então, me parece que a aritmética, a matemática tem uma força muito grande de argumento, mas lá no meu Estado. Um rendimento de dois salários mínimos já seria um grande rendimento, como V. Sª falou. E esse preço do hectare me parece também um tanto quanto elevado até para a nossa região.

São apenas questionamentos que faço.

Finalmente, o tamanho também da área. Nesta semana, estive no DNOCS, em uma reunião entre o DNOCS e o Incra para o aproveitamento de uma man-

cha boa de terra no Estado para tentar uma experiência conjunta de uma reforma agrária irrigada. Esse é outro problema. Muitas vezes se assenta o trabalhador em áreas em que não há condição. E, lá, o lote, nessa área irrigada, no meu Estado do Ceará, é de oito hectares. Quando V. Sª coloca 190, aí, efetivamente, torna-se inviável a questão da reforma agrária. Para mim, esse número também seria questionável.

É uma comparação que V. Sª faz, mas estamos transplantando isso de uma forma quase automática para a nossa realidade, e isso me preocupa.

Finalmente, um artigo de V. Sª fala que mais de 40% dos assentados terminam ilegalmente vendendo os lotes de terra. Eu queria saber qual é a fonte que V. Sª utilizou para o artigo que V. Sª publica sobre evasão.

Inclusive, esse número de 40% tem sido repetido, creio que o Ministro Francisco Graziano falou também nisso, e eu, justamente nessa matéria que V. Sª tem, da **Carta Capital**, disse que os resultados sobre evasão são completamente díspares. Enquanto que no Norte é 41,80% e está ligado justamente a essa questão da falta de infra-estrutura, dos problemas de saúde, como a endemia de malária, etc., no Nordeste e no Sudeste, os números estão bem abaixo. No meu Nordeste é de 15% apenas a evasão, e, no Sudeste de V. Sª, apenas 12%. Esse é um dado que queria também que V. Sª comentasse.

Finalmente, nessa tabela, a matemática da reforma agrária no Brasil, no Item 2 A, classifica quase 4 milhões de pessoas como ocupadas sem rendimento de trabalho. Quem são essas pessoas? Bóias-frias, escravos, pequenos proprietários, posseiros, ocupantes? Porque, quando se trata de pessoas responsáveis não-proprietárias, V. Sª colocou: "arrendatários, ocupantes, administradores que são mais ou menos o público desses novos empresários rurais com que V. Sª trabalhou."

Esse Item 2-A se refere a que, exatamente?

Então, são esses os questionamentos, agradecendo a contribuição de V. Sª.

Para uma CPI da reforma agrária, é importante termos esse contra-ponto e é o que V. Sª faz, exatamente sob uma visão liberal da Economia, do instituto que V. Sª, eu acredito – quero parabenizar o Deputado Onyx –, tão bem representa neste debate, no momento em que estamos realizando esta CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao convidado, para responder as questões do Relator.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Obrigado. São várias e complexas as perguntas e eu espero ter a capacidade de sintetizá-las.

Não acredito que os erros que tenham sido cometidos no passado possam justificar, de alguma forma, que se cometam, agora, novamente esses erros.

Em relação à questão dos subsídios...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Perdoe-me, só mais um dado: esse estudo que foi publicado, do NEAD, da UFRJ, que repercutiu pela **Carta Capital**, fala que a criação de emprego no campo, já que o assentamento custa 24 e não 50, e o emprego gera mais três, seria em torno de RS$8 mil, enquanto que na cidade não sai por menos de 13. Queria que V. Sª comentasse também isso.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Tentando seguir uma ordem em relação às questões muito apropriadamente postas por V. Exª, há de fato, nos Estados Unidos, e isso é um grande equívoco, a concessão de subsídios e barreiras alfandegárias para importação de agrícolas oriundos de outros países.

Esse é um equívoco e há muitos grupos, nos Estados Unidos, que vêm combatendo esse tipo de política, exatamente por ser contra os princípios da economia de mercado no qual se baseiam os Estados Unidos.

Esses subsídios estão refletidos já na própria renda que os trabalhadores rurais americanos têm. Uma parte dessa elevada renda é composta, exatamente, por transferências que são feitas do meio urbano para o meio rural. Isso significa que o problema da capacidade da agricultura de gerar renda é mais grave ainda. Se nos Estados Unidos ainda é necessário transferir um gigantesco volume de recursos para manter os agricultores 30% mais pobres, na média, do que os trabalhadores urbanos, imaginem numa economia pobre e miserável como a brasileira.

V. Exª também me pergunta, e acho que é importante dar uma resposta, quanto às evasões dos assentamentos rurais.

De fato, não conheço nenhum estudo sério feito a respeito disso. A revista comenta, inclusive, que não foi objeto desse estudo que levou dois anos para ser feito. Depois de dois anos, deveria ter pelo menos um parágrafo a respeito de evasão, porque me parece que esse é um dos aspectos mais importantes a ser tratado quando se fala em assentamentos, e se deixou, não sei se consciente ou inconscientemente, de lado essa questão, embora um dos estudiosos tenha feito, aparentemente de maneira informal, um levantamento que apontaria para uma disparidade.

De fato, temos visto, pela imprensa...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Esse dado que V. Sª usa, de 40%, nos seus artigos?

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Tem sido publicado, recorrentemente. Tenho até os recortes de jornal, de **O Estado de São Paulo, Folha de**

S.Paulo. Há diferentes estimativas e até uma publicação, cujo título não me lembro, que critica a qualidade dos assentamentos e que comenta que, na média, seriam 40%. Não existe nenhum trabalho científico e estou plenamente de acordo que não se pode fiar 100% nessas informações.

Uma outra pergunta que acho importantíssima, feita por V. Exª, é se o setor de serviços tem condições de absorver essa mão-de-obra que, inevitavelmente, vai sair do campo, com ou sem a reforma agrária. Quanto a isso não tenho dúvida. Digo que é o único setor capaz de absorver essa mão-de-obra. Por quê? Porque o setor de serviços é o único que vem crescendo no mundo nos últimos 20 anos. Nos Estados Unidos esse setor já está representando quase 80% do PIB. No Brasil, precisamente, segundo dados do IBGE, são 61% do PIB, e a indústria, 27% do PIB. Então, nem a agricultura, nem a indústria, no Brasil, que são declinantes na sua capacidade de gerar riqueza, são capazes de absorver mão-de-obra. Isso não é uma característica exclusiva do Brasil e sim uma característica de todos os países, sem exceção, que estão em processo de desenvolvimento. Afora os países miseráveis da África, que estão às voltas com problemas de natureza completamente distintos dos nossos, nos demais países que apresentam crescimento econômico, vemos uma migração intensa do campo para a cidade. Na China, nesse momento, estamos vendo acontecer – a Imprensa feito poucas publicações – o maior fluxo migratório da história da humanidade. São dezenas de milhões de pessoas, deixando os campos, na China, para viverem nas cidades. A China, em 1999 – se não me falha a memória – ainda tinha quase 70% de sua população vivendo no campo. E são 1 bilhão e 300 milhões de pessoas. Então, dezenas de milhões de pessoas não é exagero. Isso está acontecendo nos dias de hoje, e essas pessoas estão sendo absorvidas pelo desenvolvimento industrial, em parte, porque a China estava muito atrasada, e obviamente pelo setor de serviços, que é o que mais cresce.

Por fim, se é possível comparar a situação atual da agricultura brasileira com a americana...

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Permita-me. Não apenas a agricultura, mas também a situação fundiária. Algo mais complexo.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Até a economia, como um todo. Eu não estou propondo, e nem seria razoável propor, que o Brasil sofresse um processo histórico semelhante em que tentássemos reproduzir os passos históricos que os Estados Unidos enfrentaram. Não. O que estou querendo trazer aqui é a experiência histórica, o que aconteceu e qual foi o resultado obtido pelos Estados Unidos, que dão uma renda muito boa para o trabalhador, e o que precisamos fazer para lá chegar. Quero dizer que com a extensão territorial do nosso País, com a qualidade de nossas terras, não é possível haver 16 milhões de pessoas, como hoje, dependendo da agricultura. Isto é fato. O que vai acontecer, inevitavelmente, é que vamos ter que reduzir essa população, que hoje depende da agricultura, para que ela seja absorvida por outros setores, os quais existem e podem absorvê-la, mas exigem qualificação. Esse o ponto fulcral de minha mensagem. O que precisamos é qualificar a mão-de-obra, que hoje se encontra desempregada no campo, e não procurar fixá-la no campo sem nenhuma qualificação. Essa a questão. São 16 milhões de pessoas. Portanto, nem a agricultura brasileira, nem outra agricultura qualquer consegue sustentar isso. É uma questão realmente chocante. Nos últimos anos tenho participado de debates e sempre peço para me mostrarem um país que é capaz de sustentar 16 milhões de agricultores acima da linha de pobreza, ou seja, com dignidade. Mostre-me um país que consiga sustentar mais do que 10% ou 12% da população economicamente ativa na agricultura. Mostre-me. Como isso seria diferente no Brasil em um cenário em que o preço das **commodities**, aliás, esse é um fator importante que nunca é levado em conta, é declinante ao longo dos anos? Não me refiro aos últimos 10 anos e, sim, aos últimos 200 anos, e os Estados Unidos têm ótimas estatísticas a esse respeito – um americano, Excelência, quando foi feita a independência, gastava 30% de sua renda na compra de trigo. Hoje, um americano gasta uma parte infinitesimal de sua renda para comprar esse produto, porque o preço das **commodities** é declinante. O IBGE, também no anuário estatístico publicado no ano passado – Estatística do Século XX – mostra também essa realidade da queda do preço relativo das **commodities** não petróleo, que caíram, de 1900 até o ano 2000, ou seja, uma série estatística de 100 anos, bastante grande e consistente, mostra que em média as **commodities** hoje estão valendo menos da metade do que valiam 100 anos atrás.

A reforma agrária como está sendo feita hoje, sem essa reflexão, é perversa porque se está colocando e fixando as pessoas num setor da economia que está diminuindo de tamanho e cujo produto está diminuindo de preço na medida em que o tempo vai passando, com menos capacidade de sustentar essas pessoas.

O que proponho, Deputado, efetivamente, é o seguinte: se o País quer fazer uma política pública de erradicação de pobreza no campo, vamos empregar esses recursos, que sejam R$24 bilhões, como está no plano do Dr. Plínio de Arruda Sampaio, mas vamos empregá-los melhor, num amplo projeto de qualifica-

ção profissional dessas pessoas, para que elas sejam absorvidas em pequenas e médias cidades brasileiras. Essa é a proposta.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, permita-me, vou me desculpando com V. Exª, com o nosso convidado e com os demais, mas tenho realmente que ir para a Bancada do PT que vai definir algumas matérias importantes.

Parabenizo a V. Exª, mesmo discordando de boa parte do que diz, mas pelo brilhantismo e pelo preparo na apresentação dos seus argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Enquanto o Deputado João Alfredo se retira, informo ao nosso Relator que a Secretaria da Comissão manterá contato com o integrantes desta CPI para verificar os que desejam cumprir esse roteiro de viagem a Pernambuco, a partir de quarta e quinta-feira próximas. O roteiro já foi aqui divulgado.

Portanto, os Srs. Parlamentares que puderem participar desta viagem em visita a Pernambuco mantenham contato com a secretaria para as providências necessárias.

Dando prosseguimento à reunião de hoje, passo a palavra ao Deputado Jamil Murad que terá 5 minutos para as suas indagações.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, Dr. Cândido José Mendes, agradeço-lhe a presença, embora não concorde com nada da sua tese e dos seus argumentos. A tese de V. Sª é a de que não se deve fazer reforma agrária no Brasil, mas tirar as pessoas do campo trazendo-as para a cidade. Quer dizer, qualquer cidadão, não precisa ter estudo algum, pode ver que se trata de uma tese sem fundamento algum, porque na cidade já existe excesso de trabalhadores, cidadãos que buscam meios de sobrevivência. No campo, temos uma sobra de meios de produção sem nenhuma utilização ao longo desses 500 anos de Brasil.

Acredito que V. Sª se baseia em estudos de matemática e de economia. Aliás, os economistas não estão muito bem no Brasil hoje porque apresentam sempre teses que deixam o povo mais empobrecido, o Brasil mais estagnado.

Esse problema de os trabalhadores assentados dependerem de verbas é semelhante ao do proprietário rural hoje, que também depende de verbas. O Brasil é um país com grande extensão de terra agricultável, inclusive sem utilização. O Brasil sempre terá um pilar da sua economia no campo. Ele pode industrializar-se, mas seria um absurdo não aproveitarmos o imenso potencial que é a produção de riquezas no campo. A vida tem mostrado que o Brasil tem-se apoiado na produção do campo hoje para equilibrar sua balança comercial e ter superávit. Isso mostra a força da produção rural. Sou um defensor da produção no Brasil, na cidade e no campo. Por isso, tenho identidade com aqueles que defendem a produção na agricultura, que defendem a nossa indústria e o desenvolvimento.

V. Sª entende devam ser aplicados os R$ 24 bilhões que o Professor Plínio propõe para qualificar o trabalhador que vive no campo, para que ele arrume serviço na cidade. Acho que essa é outra tese furada, porque há muita gente, até mesmo com curso superior completo e pós-graduação, desempregada no Brasil hoje. Portanto, não é a falta de preparação. Conheço metalúrgicos, eletricistas e gráficos desempregados, e isso ocorre em razão do modelo econômico e não porque não eles têm preparação. Não falta preparação para que as pessoas estejam empregadas, prestem serviços ou trabalhem. É o modelo econômico que não está permitindo existir trabalho. Essa é outra tese furada que V. Sª defendeu aqui.

A produtividade do trabalho rural é baixa. No entanto, está aumentando hoje no Brasil. Quando se fala de produtor rural, o modelo atual seria de responsabilidade dos proprietários rurais. O Dr. Cândido joga em cima dos sem-terra. Entretanto, a responsabilidade pela produtividade pertence hoje aos proprietários rurais, que detêm a terra. Ele parte de um ponto de vista mais ideológico para condenar o trabalhador que gostaria de ser assentado e produzir, ou que já está assentado, mas, na verdade, ele está condenando o proprietário rural hoje, e uma parcela está produzindo e ajudando o Brasil. Então, acho que é outra tese furada.

O aumento da produtividade **per capita** tem outro caminho. D. Pedro II trouxe para o Brasil o Instituto Agronômico de Campinas um pouco antes da Proclamação da República. Por esse caminho, ele ajudou muito o desenvolvimento da agricultura, a produtividade, a produção. Atualmente, temos a Embrapa. V. Sª fala que não se deve fazer reforma agrária no Brasil, mas que se devem tirar as pessoas do campo, dando-lhes educação e formação profissional. Creio que isso é um equívoco muito grande. Deve-se aumentar o número de produtores rurais, bem como o de proprietários rurais. Por isso, defendo a reforma agrária. Com ela, aumentando o número de proprietários rurais, teremos o aumento do poder aquisitivo do brasileiro que trabalha no campo. Com isso, eles serão consumidores e ajudarão a desenvolver a indústria, porque vão consumir cadernos, roupas, televisão, geladeira, enfim, vão ser cidadãos que ajudarão a desenvolver o País. O nó do Brasil é este: são milhões de pessoas que poderiam trabalhar no campo, produzir, mas também se transformar em consumidores. Mas não têm

essa chance porque o seu poder aquisitivo não tem como ser aumentado.

Essa é uma posição ideológica para que não haja novos proprietários e produtores rurais. E é uma posição até egoísta.

Assim, para se ter um projeto de desenvolvimento nacional, com distribuição de renda, é necessário fazer a reforma agrária. Por isso, considero tão chocante e furada a tese que V. Sª defende. Neste sentido, faço a seguinte pergunta: V. Sª é advogado de entidades de proprietários rurais ou da TFP, que é uma entidade que está contra a reforma agrária?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Muito obrigado pela oportunidade de poder responder a essas perguntas, pois todos os seus questionamentos merecem uma resposta atenta.

Mas vou iniciar pelo fim: não sou advogado nem tenho vínculo com a TFP ou com nenhuma entidade que represente os produtores rurais. Sou um habitante de São Paulo que tem preocupação com essa questão da agricultura.

Em relação à questão do eventual verde ideológico que possa ter nas idéias que aqui apresentei, talvez tenha cometido dois erros. O primeiro deles talvez tenha sido escolher o país errado para comparar com o Brasil. Mas vou pegar rapidamente um outro país que vai esclarecer o meu ponto de vista. O segundo, de ter dado a impressão de que não vejo importância na agricultura. Penso que a agricultura é muito importante e vai continuar a ser um dos pilares da economia. No entanto, não posso fechar os olhos para o fato de que a importância relativa da agricultura vai ser declinante.

Hoje, nos Estados Unidos, Excelência, nunca se produziu tanto alimento, mas nunca a importância relativa da agricultura foi tão pequena. Isso não quer dizer que os US$180 bilhões e os ganhos de produtividade dos últimos anos não sejam importantes para os Estados Unidos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Em relação a essa questão, só existe emprego na área de serviços porque existe o setor produtivo, seja da agricultura, seja da indústria. Daí sai a riqueza: pega-se a matéria bruta e a transforma em um outro material que vale muito mais do que o material inicial. Por isso é que é impossível uma sociedade só de serviços. A base da sociedade, da economia é a indústria e a agricultura. Não tem outro jeito. É a produção. A área de serviços sempre vai depender da área produtiva.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Não tenho dúvidas de que vai depender, mas um economista – desculpe-me até falar de um economista, mas já se está falando na economia do ócio – Domenico De Masi, tem falado isso, mostrando exatamente essa mudança que está acontecendo na sociedade.

O que hoje ocorre, Excelência, é que é preciso menos mão-de-obra para produzir alimentos e para produzir qualquer bem material do que se precisava há 20 ou 50 anos. E isso é uma coisa muito boa porque faz com que o preço decline e as pessoas tenham cada vez mais acesso a esses bens.

E gostaria de fazer uma comparação: penso que não há a menor dúvida para qualquer pessoa que a União Soviética fez reforma agrária. Ninguém duvida que, durante 70 anos, o que mais se fez na Rússia foi dividir terra e se falar em fixação do homem no campo, enfim, fazer absolutamente tudo o que algumas das lideranças dos movimentos dos sem-terra propõem para o Brasil. Qual é o resultado hoje do campo na Rússia? Quantas pessoas existem hoje dependendo da agricultura na Rússia, depois de 70 anos de reforma agrária e de coletivização do campo, criação dos kholkhozes e sovkhozes? Existem hoje apenas 10 milhões de agricultores na Rússia, que possui a maior planície fértil do Planeta. A Rússia tem uma população rural economicamente ativa inferior à brasileira, em termos absolutos e em termos relativos.

Diante desse dado, temos a perspectiva do que se pode fazer com uma reforma agrária. A Rússia, com suas condições e seu potencial agrícola, pela concepção das pessoas que defendem a reforma agrária no Brasil, era para ter uma população rural de 150 milhões de pessoas. A extensão territorial daquele país é muito maior e as condições de agricultura também são muito superiores às nossas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, como membro do Partido Comunista do Brasil, preciso fazer uma intervenção devido à referência à antiga União Soviética.

Temos que construir o nosso modelo, não podemos copiá-lo. Eu estava na feira de agronegócios com o Presidente Lula e o Ministro Roberto Rodrigues. Não estou apenas falando, eu pratico isso. Não estou dizendo que vai desmontar o agronegócio, o setor produtivo agrícola. Estou dizendo que existe muita gente necessitando trabalhar que tem como profissão lavrar a terra e que, com a reforma agrária nas terras improdutivas, poderíamos aumentar a produção da agricultura brasileira. Ao invés de produzirmos 100 milhões de toneladas, passaríamos a ter 400 milhões de toneladas.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Não tenho dúvida da capacidade do Brasil de aumentar a sua produção agrícola. V. Exª faz uma ponderação sobre a capacidade das cidades absorverem essa mão-de-obra excedente do campo. Isso aconteceu em todos

os países em que a agricultura se desenvolveu, e as cidades também se desenvolveram. O setor de serviços desenvolveu-se na Europa, nos Estados Unidos, no Japão. Hong Kong tem mais de 80% da sua mão-de-obra dependendo de serviços.

Se não qualificarmos a mão-de-obra desqualificada que está hoje no campo, e, futuramente, o Brasil mudar de modelo econômico e for capaz de adotar um modelo que possa absorver os trabalhadores desempregados, eles somente conseguirão emprego ou ganharão mais se estiverem qualificados. Portanto, precisamos urgentemente qualificar a mão-de-obra, independentemente de o modelo de hoje estar certo ou errado. Daqui a oito anos, quando essa mão-de-obra estiver bem qualificada, independentemente do modelo vigente, ela terá melhores oportunidades para gerar renda para si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, cumprimento o Dr. Cândido não só pelo conteúdo de sua palestra, mas também pela maneira elegante e fidalga que respondeu a todas as perguntas formuladas, mostrando conhecimento profundo sobre a matéria.

Sr. Presidente, o que chamo atenção – e trabalho fortemente neste sentido – é de às vezes tentar sensibilizar as pessoas para o fato de que ninguém é dono da verdade e que dogmas não pedem estar acima da realidade.

Acabei de ouvir o discurso de um colega que respeito muito, da área de Medicina, o Deputado Jamil Murad. O discurso de V. Exª era idêntico para dizer que o dia em que vocês chegassem ao poder o salário mínimo seria de R$400, R$500 ou R$1 mil; que, no momento em que os representantes do PT, do PCdoB, do PSB chegassem ao poder, o acordo com o FMI seria alterado; que os bancos não teriam a lucratividade que têm. Isso era duramente colocado e todos os Ministros eram contestados, dizendo que o modelo era o de que não podia mais entregar o Brasil.

Sr. Presidente, o que estamos vendo hoje? A maior renda dos bancos no País nos últimos anos. Hoje, vemos uma sangria dos setores produtivos exatamente para pagar juros; vemos um salário mínimo achatado como jamais foi visto, com acréscimo de 1,2% nos últimos dois anos. O que precisamos – e V. Exª conhece bem, como médicos que somos – é ter a coragem de, ao sabermos dos sintomas, diagnosticarmos os problemas e tratá-los. Tratá-los sem preconceito. Não é uma queda de braço. O professor Cândido aqui veio e não fez críticas ao MST, ao Governo. Ele defendeu uma tese, em que mostra, com toda clareza, com dados estatísticos, que não adianta queremos levar para o campo quatro, cinco ou seis milhões de pessoas, sendo que hoje as pessoas que lá estão já estão sobrevivendo em condições quase que subumanas, mostrando que os países, sejam europeus ou os Estados Unidos e o Canadá, têm uma dose alta de subsídio para dizer que a renda não é suficiente na comercialização do produto, mas que não pode ter uma diferença tão grande entre o setor urbano e o setor rural. Com isso, existe uma política para manter, pelo menos, esses 2,7 milhões agricultores no campo. É isso que está claro. O Banco Central brasileiro não pode disputar com o Banco Central americano. Nós estamos tendo, sim, uma capacidade de produção acima daquilo em que acreditávamos, pela tecnologia, pela aparelhagem, pelo apoio científico da Embrapa na pesquisa. Tudo bem. Só que essa situação nossa não vai caminhar eternamente. Não teremos esse aumento do setor produtivo porque exatamente neste momento, além da ganância do sistema financeiro, o próprio Governo não fez nenhuma política de incentivo ao setor rural. Ao contrário, encaminhou, na última sexta-feira, a Medida Provisória nº 183, que vai retirar em torno de R$8 a R$9 bilhões do setor rural, com a determinação da cobrança da Confins sem dar o crédito presumido ao cidadão no campo no momento em que vai comercializar a sua safra.

Vejam bem as sangrias a que o setor vem sendo submetido, exatamente neste Governo que diz apoiar a agricultura brasileira.

Há um outro ponto importante que V. Sª não citou, sobre o qual gostaria muito de saber, mas acredito que nem o Incra poderá nos responder. Refiro-me ao número de assentamentos emancipados que temos no País. Bilhões e bilhões de reais já foram gastos. Ora, a transferência de uma gleba de 15 ou de 10 hectares numa área irrigada, uma realidade que todos nós conhecemos.

A produtividade e a infra-estrutura dada àquele agricultor é totalmente diferente. O expositor diz que a média necessária no Brasil é de 190 hectares, se houver preparo e apoio do Governo, no sentido de uma orientação e "tecnificação" da política rural, e também uma linha de crédito diferente da que estamos vendo, com taxas de juros crescentes.

Nós tínhamos uma taxa de juros renegociada há dois anos de 8,75% fixa, sem indexador. Hoje, a taxa de juros já sobe a patamares de 10,75%, 11% ou 12% na agricultura. Não estamos vendo no setor – que apresenta baixa rentabilidade e ainda tem de competir com o subsídio de outros países – a capacidade de suportar aumento de tributos, aumento da carga tributária.

Então, Sr. Presidente, o objetivo principal desta CPMI não é criar uma queda-de-braço, mas tentar um ponto de concórdia. Como Parlamentares, não podemos trabalhar com um processo de radicalização. Isso é o que estamos vendo no campo. É agradável ver essa situação do "abril vermelho", da violência, da agressão aos produtores rurais ou ouvir a incitação "temos mil trabalhadores para exterminar um produtor"? Não vimos isso nem na Segunda Guerra. Quer dizer, é algo inaceitável. Não podemos preparar o Brasil e entregar aos nossos filhos um clima de guerra de secessão; temos a responsabilidade de mostrar aquilo que demonstrou o Professor Cândido. Ou seja, se estamos enxergando que não adianta mais sangrar o setor rural, que não tem mais o que doar, por que não dar qualificação aos cidadãos que nasceram no campo ou implantar uma política que os prepare para fazer qualquer opção: ser médico, engenheiro, agrônomo, profissional liberal de qualquer outra área, funcionário público? Por que a necessidade de manter no campo o cidadão que não quer ficar, porque sabe que, na cidade, tem, pelo menos, melhores oportunidades de emprego e maior apoio na área da saúde?

A agricultura será como a pecuária: altamente 'tecnificada". A partir de agora, haverá uma agricultura competitiva, que se utilizará dos métodos mais modernos, seja a biotecnologia, seja o material de plantio e colheita. É o que foi demonstrado aqui pelo Dr. Cândido: para cada trabalhador rural nos Estados Unidos, são aproximadamente 90 toneladas, enquanto que, no Brasil, são duas, três ou quatro toneladas por safra.

São dados que precisamos reconhecer. Não podemos ficar vinculados a discursos e propostas que, no decorrer do tempo, foram sendo alterados pela realidade, pelo dia-a-dia.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo o espaço que me foi concedido e perguntando se o Dr. Cândido tem algum dado do Incra sobre quantos assentamentos instalados no Brasil já foram emancipados, ou seja, quantos sobrevivem sem o auxílio de repasse de verbas do Governo, quantos são auto-suficientes e vivem acima da linha da miséria. O segundo ponto é se esses assentamentos têm recebido algum apoio do ponto de vista da saúde, educação e preparo dos agricultores, porque a última estatística demonstrada pelo Ministério da Saúde mostra que os maiores focos de lepra e tuberculose no Brasil estão exatamente nessas pessoas – como V. Sª falou – que foram transferidas para o campo e lá simplesmente colocadas em condições sub-humanas. Nenhum apoio é dado a esses cidadãos. É um "distributivismo" irresponsável. Trata-se apenas de o cidadão não querer ver a favelização nas grandes cidades onde ele transita. Mas o ser humano lá, no Pará, no interior do meu Estado ou no interior de qualquer Estado, não sendo visto, pode ser sofrer todos esses problemas por que passam os assentados utilizados como massa de manobra.

Precisamos acabar com esse cunho ideológico no processo de reforma agrária. Precisamos trazer pessoas preparadas que proponham um plano de Governo. Este Governo, a toda hora, diz que recebeu o País na UTI. Está enganado. No País que ele recebeu, nós tínhamos renegociado dívidas com banqueiros, havíamos instalado o Moderfrota, que, como V. Exª citou, esteve no **Agrishow**. Assim, saímos de uma agricultura de 60 ou 70 milhões de toneladas para 110 ou 120 milhões. E esse avanço tem sido o único sustentáculo para que este Governo cumpra seus compromissos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias.Fazendo soar a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Vou concluir, Sr Presidente. E o mais importante é dizer que quem está na UTI é exatamente o Governo. Mas nós, da Oposição, não vamos desligar o respirador. Vamos deixar o Governo aí para demonstrar para o País que existe uma diferença muito grande entre discurso para atingir poder e discurso para dar governabilidade a um país. Vejam que já mudaram o discurso do FMI; já mudaram o discurso sobre o salário mínimo; já mudaram o discurso em relação aos aposentados; mudaram o discurso em relação aos pensionistas; mudaram o discurso em relação á saúde. Resistem, resistem e impõem uma política que sabem não é correta e que não produzirá resultados. Mas não têm coragem de assumir mudança, como propôs o Dr. Cândido. Não estou dizendo que todas as teses que pregou devam ser implantadas. Mas é um momento de reflexão e de buscar, neste estudo, dados que sejam consistentes com a possibilidade de avançarmos, no futuro, numa outra alternativa para o cidadão brasileiro que não seja a de prendê-lo em seu assentamento, onde vive em condições sub-humanas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – O Deputado Caiado, brilhante Parlamentar de Oposição, tem duas contradições. S. Exª é do setor de produção e o Presidente do Partido de S. Exª, o PFL, é do setor financeiro e gostaria que o juro se mantivesse bem alto. A outra contradição: o Professor Cândido atacou e diminuiu o valor da agricultura e V. Exª é grande defensor da agricultura. Até dados que ele usou...Primeiro usou um dado: 40% de abandono de assentados. Depois confessou: usou o "chutômetro". Não existe pesquisa sobre isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço ao Deputado Ronaldo Caiado que permita... V. Exª solicita a palavra pela ordem?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA) – Eu gostaria de fazer um complemento à fala do Deputado Ronaldo Caiado. É importante discutir a viabilidade econômica dos assentamentos e os resultados econômicos da política de reforma agrária. Este é um dos objetivos: que a reforma agrária possa trazer resultados para as famílias e para a economia nacional e para a economia regional onde os assentamentos ocorrem. É um debate no qual todos têm interesse. A ninguém interessa uma reforma agrária, um assentamento que não funcione economicamente, pois isso será uma frustração e um grave problema local.

É o seguinte o complemento que desejo fazer. Nessa contabilidade dos prejuízos para o País ou das possibilidades para o País, está-se levando em consideração – este é o questionamento que faço ao Dr. Cândido – as conseqüências econômicas e sociais para o nosso País em relação a todas essas famílias, a essas pessoas que estão nas periferias, inchando as grandes cidades por falta de oportunidade no campo, por falta de perspectiva no campo, a essas pessoas que não tem onde morar, aos hospitais que não conseguem atender, à violência, como conseqüência desse inchaço das nossas grandes cidades, composto basicamente por pessoas que saíram do campo sem perspectiva de vida no campo, esses dados têm sido levado em consideração nessa matemática, nesse estudo feito por V. Sª?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Cândido, para responder às questões dos dois Parlamentares.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Vou procurar ser breve e responder de forma objetiva.

Creio que, nesta sala, não há dúvida alguma de que as condições de vida nos centros urbanos no Brasil hoje são muito difíceis. Não há dúvida de que a violência é um problema gigantesco, que está afetando a expectativa de vida das pessoas que moram nos centros urbanos brasileiros. Não há dúvida alguma nesta sala de que as condições de miséria nos cinturões em torno das grandes cidades são terríveis. Creio que todos estão de acordo com esse diagnóstico.

Apesar disso tudo, acho impressionante que a expectativa de vida das pessoas que vivem nas cidades no Brasil é dois anos superior à expectativa de vida das pessoas que vivem no campo. Isso demonstra de forma insofismável que, com o simples fato de uma pessoa deixar o campo e ir morar na cidade, ela já acresce – obviamente, estou usando uma figura de linguagem –, já ganha dois anos de vida. Por pior que sejam as condições nos centros urbanos, elas ainda são melhores que as condições no campo.

O Deputado Caiado pergunta-me se tenho notícias de assentamentos emancipados. De fato, não tenho notícias e nem acredito que venhamos a ter notícias disso. Estou convicto de que a reforma agrária, da forma como está sendo feita, torna inviáveis esses assentamentos no mínimo a médio e curto prazo.

Eu não podia me furtar, depois de ter ouvido os dois brilhantes Deputados Jamil Murad e Caiado, que falaram do setor financeiro, de mencionar que, infelizmente, o setor financeiro é totalmente estatizado. Não existe banco privado no Brasil. O Dr. Olavo Setúbal talvez seja o dono do prédio onde está o Banco Itaú, o dono das ações, mas ele não consegue fazer absolutamente operação financeira alguma se não estiver autorizado pelo Banco Central. Os bancos no Brasil só fazem aquilo que o Banco Central permite que eles façam. Trata-se da atividade mais vigiada e controlada no Brasil, sem a menor sombra de dúvida.

O maior sócio dos bancos não são as pessoas que vemos nos jornais. O maior sócio dos bancos no Brasil é o Governo. Não existe atividade alguma no Brasil que tenha uma taxação tão elevada quanto os bancos. Se vimos os balanços exuberantes dos bancos nesta semana, podemos ter certeza de que o maior beneficiado desses balanços foi a Secretaria da Receita Federal. Os acionistas dos bancos brasileiros vão receber a título de dividendos uma fatia muito pequena do que foi o resultado, embora seja um resultado muito grande.

Eu não poderia me furtar de fazer esse comentário, depois de ter escutado que, de fato, há uma ganância do sistema financeiro.

Infelizmente, Deputado Caiado, não posso concordar com V. Exª. Há uma ganância do Governo mesmo, porque essa atividade é totalmente estatizada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cinco minutos, para fazer as suas indagações.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT-AC) – Sr. Presidente, como não tive a oportunidade de ouvir a explanação do convidado, vou ter que me ater ao que ouvi, depois que cheguei.

Como as preocupações do Deputado Caiado são muito fortes, do ponto de vista daquilo que S. Exª acredita e defende. Gostaria de fazer uma pequena retrospectiva do que aprendemos de acumulação de capital no Brasil.

Creio que nenhuma economia brasileira deixou de ter seu momento de vaca gorda e um fortíssimo aporte de capitais por parte do poder público. Assim se deu quando da transposição da economia agrária

para economia industrial e o mesmo durante o período tido como do milagre econômico, no Governo militar, e assim sucessivamente.

Corto essa narrativa para falar sobre o Governo Collor. Sou agricultor e, por onde andei, ouvi que a assistência técnica é considerada como um dos elos imprescindíveis para o sucesso da reforma agrária. O Collor simplesmente extirpou a Emater, transferindo a responsabilidade pública aos Governos estaduais, e hoje assistimos a um serviço tentando, pelo menos, manter um rótulo. Creio que nenhuma das Ematers realizou concurso público de lá para cá. Então, não há renovação de pessoal. Ora, quero acreditar que um extensionista tem que ter a mesma força física, capacidade e vigor físico de um agente policial, um soldado do Exército. Esse é o primeiro problema.

O segundo diz respeito ao fato de que, dentro do acumulo de capital, todos receberam grandes benefícios públicos, e hoje não temos um dos elos mais importantes para o financiamento da reforma agrária: a pesquisa. Então, tem-se a reforma agrária sem esse elo forte, para o qual seria preciso um aporte de capital que não existe. Assim, ficam todas as experiências tendo que viver por conta própria.

Outra questão: de onde parte tamanho interesse? Na luta pela sobrevivência nas cidades, as manifestações sociais às vezes surgem contra carestia ou pela falta de moradia. No campo, isso é mais profundo. Se, por um lado, há uma renovação de profissionais, o rodízio de pessoas do campo, por outro, o número de pessoas que procuram o campo no Brasil nunca deixou de ser significativo. Aí, surge a seguinte pergunta: se existem, como se vê no Programa Fome Zero, pessoas se dispondo a contribuir com o programa reduzindo a fome nas cidades, existe alguma expectativa de haver vontade da parte dos grandes proprietários de ceder parcela de suas terras como contribuição à reforma agrária e para o combate da violência no campo? Outra pergunta: se estamos aqui culpando, falando de insucessos, é possível, neste momento, haver um movimento nacional para qualquer lucro acima de um certo percentual, a exemplo do setor financeiro, que teve alguns bancos passando a ter R$2 bilhões de arrecadação, seja ele público, privado ou intermediário, para que parte desses recursos, com a ajuda de todos, possa ser destinada para o sucesso da reforma agrária?

Aqui lembro uma frase que costumo usar: "Quanto maior a riqueza de alguém, maior o muro e a valentia de seu cachorro. Não seria melhor, para a tranqüilidade dessas pessoas, amenizar essa tensão com uma distribuição financeira?"

Acredito que a reforma agrária de muitos países ocorreu pelo interesse do capital. Aprendi nos livros de História que isso ocorreu nos Estados Unidos, Japão e em tantos outros países. Se há um grande interesse do capital nacional pela prática da reforma agrária nesses países de grande desenvolvimento econômico, não seria possível utilizarmos a mesma receita para que o próprio capital no Brasil siga essa orientação para tranqüilizar a economia e a vida de tantas pessoas?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço ao Senador Sibá Machado pela participação. Estamos ouvindo o Dr. Cândido José Mendes Prunes, advogado e Doutor em Direito Econômico, autor de vários artigos que contestam os princípios de reforma agrária adotados no Brasil, a quem continuaremos ouvindo, agora respondendo as indagações do Senador Sibá Machado.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Senador, o argumento que usei esta manhã, neste Plenário, foi no sentido de que a reforma agrária no Brasil perdeu completamente o sentido, por um elenco de razões. Destacaria primeiramente que o Brasil tem um contingente populacional dependente da agricultura excessivamente grande. No Brasil, 16 milhões de pessoas trabalham na agricultura e dependem dela para sobreviver. Este número é muito alto para qualquer padrão de agricultura desenvolvida capaz de dar uma renda adequada aos trabalhadores. Procurei trazer aqui algumas informações e comparações com países de agricultura desenvolvida e até mesmo de agricultura medianamente desenvolvida em termos de renda gerada para seus dependentes, como é o caso da Argentina. Este País tem apenas um milhão e duzentas mil pessoas trabalhando no campo. Outros países de grande extensão territorial comparáveis ao Brasil, grandes produtores rurais, como, por exemplo, Austrália e Canadá, ambos são países que têm menos de meio milhão de pessoas dedicadas à agricultura.

Nas últimas décadas, ocorreu uma verdadeira revolução na produção de alimentos, por meio da mecanização das lavouras, da melhoria genética das sementes, dos transgênicos inclusive. Esta gigantesca modificação na produção de alimentos teve algumas conseqüências, como por exemplo, a redução dos preços relativos dos produtos agrícolas — eles são **commodities** com preços declinantes. Então, o agricultor enfrenta uma realidade, não importa se no Brasil ou em outro país, a de preços declinantes e margens decrescentes. Isso exige, por parte do agricultor, um grande profissionalismo. Não é mais possível conceber-se a agricultura familiar como capaz de gerar a riqueza necessária para tirar da miséria aqueles que hoje es-

tão no campo. A agricultura atualmente exige um alto profissionalismo e capacitação profissional. Eu disse, esta manhã, que é preciso qualificar a mão-de-obra que hoje está no campo, que pobre, miserável, qualificada como sem terra, para que ela tenha estudo e que possa tornar-se, como disse o Deputado Ronaldo Caiado, um profissional liberal, exercer qualquer profissão num centro urbano, ou até mesmo, um agricultor com alguma qualificação.

Os ganhos de produtividade em relação aos alimentos, e não mencionei isso hoje ela manhã, não se deu somente no lado da produção, mas também no lado da comercialização. Hoje, por exemplo, modernas técnicas de embalagem de alimentos são capazes de dar uma sobrevida enorme a um produto agrícola. Quem visitou, por exemplo, algum supermercado nos Estados Unidos ou na Europa hoje deve ter visto muitas vezes produtos agrícolas acondicionados em caixas que parecem de isopor com insufilme. Esses produtos podem durar meses na prateleira, ao contrário do que vemos aqui no Brasil, em que muitas vezes os produtos ficam expostos à temperatura ambiente, às vezes, expostos a temperaturas superiores a 30º, e os produtos se deterioram rapidamente. Como resultado desses ganhos de produtividade, desses ganhos na conservação, preservação dos alimentos e aumento da oferta, os preços acabam diminuindo.

Todas essas questões precisam ser pensadas quando se fala em reforma agrária. O Brasil hoje desperdiça enorme quantidade de recursos. Não sou contrário à idéia de se tentar ajudar essas pessoas que estão na miséria no campo. Sou contrário à forma como se faz isso, porque inviabiliza a permanência dessas pessoas no campo. Elas, mais cedo ou mais tarde, vão sair do campo porque é insustentável tal situação. Não existe país capaz de manter 16 milhões de pessoas dependentes da agricultura. A minha proposta consiste, em síntese, em usar exatamente o mesmo recurso destinado a cada família de sem-terra para a mudança dessa família para um pequeno ou médio centro urbano. As famílias poderão receber uma ajuda de dois salários mínimos mensais pelo prazo de 8 anos. Como bem falou o presidente da comissão, em algumas regiões brasileiras esse é um rendimento de classe média – e não é pouco tempo, é um subsidio a ser dado por 8 anos, sob a condição única de que essa família, durante esse período, estude, freqüente colégio. Com os recursos que hoje são destinados a uma família de assentados dá perfeitamente para se manter durante 8 anos com dois salários mínimos mensais e quatro pessoas nas escolas. Essa qualificação permitiria que a pessoa buscasse emprego em centro urbano ou até mesmo voltasse para o campo profissionalizada, com conhecimento que lhe pudesse dar um rumo mais seguro a sua vida. Essa foi, em síntese, a tese que levantei esta manhã sobre a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Ouvi atentamente a sua exposição. É uma tese interessante para se debater. Eu gostaria de ter acesso a algum documento escrito, alguma bibliografia que V. Sª tiver sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos distribuir depois o depoimento escrito para os membros da CPI.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mais do que isso, Sr. Presidente, eu me refiro a alguma publicação disponível.

Essa receita da expansão da economia industrial e de outras fontes urbanas atraiu sim essa mão-de-obra rural. Os Estados Unidos têm 5% de mão-de-obra no campo. Mas no Brasil há o reverso dessa moeda, assim como em outros países de situação econômica como a nossa. É uma situação complicada. Enquanto os mercados estavam em expansão, certamente esse setor industrial tinha crescimento e absorvia mão-de-obra. Mas vemos hoje no Brasil e em outros países industrializados o oposto. Hoje, a produção industrial competitiva é aquela altamente mecanizada e informatizada que dispensa mão-de-obra. Estamos tentando encontrar postos de trabalho para os quais apenas uma simples preparação escolar não é suficiente. Vide a explosão de universidades particulares nos últimos anos. Numa cidade como a nossa, Rio Branco, lá no Acre, de 200 mil habitantes, já existem oito universidades particulares e uma pública. Não quero discutir qualidade, mas a proliferação de diplomas de nível superior – a que certamente todo cidadão brasileiro tem direito –, mas o que discuto é um diploma em troca de posto de trabalho. Nesse caso penso que não responde pelo problema que V. Sª nos coloca, a substituição de um investimento público numa pessoa, num posto de trabalho no campo em troca de um meio de vida, de uma condição de vida na cidade garantindo escolaridade ou coisa parecida. Não me parece hoje que seja uma saída nem mesmo para os países altamente desenvolvidos tecnologicamente.

O campo brasileiro, de que fala o Deputado Ronaldo Caiado, foi financiado para isso; hoje tem sim acúmulo de capitais, e a principal pesquisa brasileira está voltada para ele: é transgenia, melhoria genética, entre outras. Esse nosso setor não recebeu financiamento, mas recebeu o acesso; entretanto, não houve continuidade. Lembro a simbologia que virou hoje a assistência técnica; é um dos elos que proíbem acesso a

alguns recursos públicos, alguns financiamentos; não há condições para isso. A transferência de tecnologia, de conhecimento é um caos. Hoje também estou confiante em que qualquer sucesso na área de economia está vinculado à inovação em pesquisa. Quanto a isso temos aqui estreita coincidência de atenção. Mas ainda para o Brasil e outros países em desenvolvimento, o campo oferece sim postos de trabalho. A transferência na China hoje pelo pouco que pude acompanhar de aumentar a tecnologia e a produtividade no campo também desempregou. Segundo uma rica reportagem da revista **Veja** de mais ou menos três anos atrás sobre esse assunto, gerou, numa tacada de seis a oito anos, 120 milhões de miseráveis no campo, que foram jogados de qualquer jeito, em detrimento daquele método usado por Mão-Tse Tung. Eu não estou querendo aqui discutir quem tem razão. Ainda hoje permanece para o Brasil a receita de que o campo é, sim, ainda um espaço de trabalho e de condições de vida.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Agradeço a sua pergunta. Infelizmente, sou obrigado a discordar do seu ponto de vista e gostaria de lhe apresentar alguns dados que dão apoio a essa minha posição. Esta manhã, tive oportunidade de comentar que, de fato, os setor industrial não tem mais condições de absorção de mão-de-obra, nem aqui no Brasil e em nenhuma parte do mundo. V. Exª está absolutamente correto nesse aspecto. Mas a agricultura apresenta rigorosamente o mesmo quadro. Aliás, é até mais grave. Hoje, a agricultura não consegue, em nenhuma parte onde as economias estão em expansão, absorver mão-de-obra, ela só consegue expelir mão-de-obra.

A realidade em relação à agricultura é ainda mais grave nos países pobres. No Brasil, por exemplo, a renda do trabalhador rural corresponde a um terço da renda do trabalhador do setor urbano. Pelo simples fato de alguém morar no campo, ele já em uma renda que vai corresponder a 33% da renda de alguém que mora na cidade.

Comentei há pouco que, apesar de todos os problemas que existem nos centros urbanos brasileiros, apesar de todas as dificuldades de vida, inclusive violência, má assistência médica, etc., assim mesmo as condições de vida na cidade são melhores, o que reflete na expectativa de vida das pessoas. Quem mora numa cidade aqui no Brasil tem dois anos de vida a mais do que uma pessoa que mora no campo. O que acontece é uma falsa impressão de que o campo poderá absorver uma mão-de-obra que hoje está lá no campo. Isso se dá imagino por duas razões. A primeira delas é que não conseguimos ver a miséria quando ela está no campo, ela é muito rarefeita. A segunda é porque fomos criados ouvindo o **slogan** de que o Brasil é um País que tem vocação agrícola. O que eu mostrei aqui é que não existe mais hoje no mundo nenhum país que possa dizer que tem vocação agrícola, porque nenhum país do mundo consegue gerar uma parte significativa do seu PIB na agricultura.

Não quero dizer com isso que a agricultura não tenha nenhuma importância. Reconheço até que, no atual momento econômico que o Brasil vive, essa geração de riqueza do setor rural está sendo muito importante, por exemplo, para o balanço de pagamentos. Mas não podemos, por outro lado, também esquecer que o setor agrícola gera somente hoje no Brasil 11% do PIB, segundo dados do IBGE divulgados ano passado. Essa realidade, Senador, vem se agravando com os anos. Em 1900, portanto, há pouco mais de cem anos, a agricultura respondia por praticamente metade da riqueza do Brasil.

Quando os Estados Unidos se tornaram independentes, no Século XVIII, a agricultura respondia por 80% das riquezas geradas no país. Hoje, representa menos do que 2%. Isso não significa que a produção agrícola americana não tenha aumentado, aumentou e muito. Mas o que aconteceu simultaneamente ao aumento da produção física, agrícola, é houve uma diminuição muito grande da população rural economicamente ativa, resultante de ganhos de produtividade da mão de obra.

Mostrei aqui que um trabalhador rural brasileiro gera em torno de 2,8 toneladas de cereais por ano, em contraposição a praticamente 100 toneladas que o trabalhador rural americano gera. Também mostrei aqui outro dado que reputo muito interessante e que mostra exatamente a minha tese, que é a comparação do PIB rural chinês com o PIB rural norte-americano. Ambos são muito parecidos. Em termos físicos, o chinês é ligeiramente maior do que o norte-americano. Em termos econômicos, o americano é um pouco maior do que o chinês. Estamos falando de algo em torno de US$180 bilhões. Nos Estados Unidos, são gerados por 2,7 milhões de agricultores e, na China, são 400 milhões de agricultores. Então, se dividirmos o mesmo resultado nos dois casos, é fácil constatar que pode auferir um trabalhador rural norte-americano é incrivelmente maior do que a renda que pode auferir um chinês.

Foi exatamente nessa linha a minha proposta. Procurei apontar aqui nesta manhã que existe ainda, infelizmente, um contingente muito grande de pessoas vivendo no campo e que a nossa política de fixação das pessoas no campo é completamente irrealista e insustentável. Estamos gastando preciosos recursos e, pior, estamos fazendo que pessoas gastem seu tempo em lutar pela terra e essas pessoas vão receber um pedaço de terra que é insuficiente para mantê-las e elas

não terão os conhecimentos necessários para mantê-las e, daqui a dois, três, cinco, dez, quinze anos, elas estarão de volta aos centros urbanos, provavelmente vivendo em uma favela miserável de uma grande cidade brasileira.

Creio, infelizmente, que esses recursos estão sendo desperdiçados e poderiam ser canalizados para melhoria e qualificação de mão-de-obra. E encerro com a sua pergunta: o setor industrial não pode absorver? Realmente não pode absorver, porque é no setor de serviços. E a única chance que essas pessoas terão no setor de serviços é se elas tiverem uma qualificação mínima. Do contrário, elas estarão completamente perdidas. E nós precisamos, evidentemente, criar as instituições aqui neste País para fazer com que ele cresça vigorosamente como a economia brasileira cresceu praticamente ao longo de todo o século XX. Com a economia brasileira crescendo a 6%, 7% ou 8%, como é capaz de crescer, o setor terciário, o setor de serviços terá plenas condições de absorver essa mão-de-obra que sai do campo, mas só fará isso se essa mão-de-obra tiver qualificada. E precisamos, urgentemente, começar a fazer isso. Não podemos postergar mais nem um dia esse dever de qualificar a mão-de-obra rural para permitir essa transição, que, no Brasil, é mais dramática.

Também aqui expliquei que a transição ocorrida nos países desenvolvidos foi menos dramática porque, primeiro, a mão-de-obra desqualificada rural foi absorvida pelas indústrias, que aceitavam uma mão-de-obra desqualificada. E elas tiveram a oportunidade, ao longo de duas ou três gerações, de se qualificarem e fazerem a transição para o setor terciário.

O Brasil não tem mais essa oportunidade. A indústria aqui no Brasil, ou em qualquer outra parte do mundo, não é mais empregadora de mão-de-obra. Então, temos que fazer esse salto direto da agricultura para o setor terciário e isso é uma questão incontornável. Isso vai acontecer, quer queiramos ou não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto e, em seguida, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT-RS) – Sr. Presidente, prezados Colegas, Senador Siba Machado, nosso convidado, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul, quero, em primeiro lugar, pedir desculpas por estar ausente aos trabalhos da nossa CPMI, tendo em vista que estava participando de um Seminário sobre Seguro Agrícola e, ao sair de lá, para vir à Comissão, havia surgido quorum na Comissão de Agricultura, onde seria apreciado um projeto de minha autoria.

Então, vim aqui mais para marcar presença e queria fazer uma pergunta a V. Exª e ao nosso convidado. Foram aqui apresentados os nossos requerimentos e não foram votados e gostaria de saber se nós, na semana que vem, poderíamos convidar algum membro desta CPMI para fazer uma visita a Alto Paraíso de Goiás, onde foi preso um major do Exército aposentado portando armas do Exército. Ele possui uma fazenda de 4 mil hectares, que se suspeita seja terra grilada.

Nós poderíamos fazer uma visita ao promotor, ao delegado para ter mais informação sobre isso. Eu queria saber de V. Exª se seria possível fazermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Primeiramente, quanto à questão do requerimento, informo a V. Exª que todos os requerimentos foram votados e aprovados, com exceção de um requerimento apresentando pelo Deputado Eduardo Seabra, convocando novamente o ouvidor agrário para responder sobre denúncias de que teria, por meio de uma interferência indevida, solicitado ao juiz da comarca de Quedas do Iguaçu, no Paraná, a liberação de um preso acusado de ter roubado soja num assentamento. Esse requerimento não foi ainda colocado em deliberação porque, no momento, não havia mais o quorum exigido. Sê-lo-á oportunamente.

Quanto à solicitação de V. Exª, a Presidência defere o pedido.

Creio que V. Exª pode consultar os membros desta CPMI para verificar aqueles que se dispõem a acompanhá-lo nessa visita a Goiás, atendendo sua solicitação.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT-RS) – Muito obrigado.

Para o nosso convidado, eu queria cumprimentá-lo, pela presença e pela explanação que está fazendo, lamentando não a ter ouvido desde o começo, porque deve ter sido rica a explicação. São pontos de vistas em que temos divergência, mas é riquíssimo quando, na democracia, podemos debater esses temas.

Preocupei-me, quando ouvi a sua intervenção, porque o seu ponto de vista não é simplesmente uma questão voltada para a reforma agrária, mas sim contra a agricultura, principalmente a familiar, que parece, sob o seu ponto de vista, não ter mais espaço, não dar renda, dar prejuízo para o País. Isso foi o que compreendi, mas talvez não seja assim.

Meu ponto de vista seria o seguinte: são dados praticamente oficiais que o recurso que gera um emprego na cidade, levando-se em conta habitação, transporte, esgoto, energia, tudo que é preciso para um trabalhador urbano, daria para gerar três empregos na roça.

Eu uso uma frase do Ministro Antônio Cabrera, que não é do meu Partido, era Ministro da Agricultura no Governo de Collor de Mello, que, numa audiência, nos disse que se o Governo, em vez de gastar, naquela época, US$1 milhão na importação de alimentos, que daria para importar cinco mil toneladas de produto, aplicasse esse mesmo valor na lavoura brasileira, em seis meses geraria 13 mil toneladas de produtos.

Isso dá uma demonstração de que os recursos aplicados na agricultura são rendáveis e que é mais econômico para o País investir no campo do que na cidade.

Para finalizar, temos, só no Rio Grande do Sul, mais de 140 mil famílias sem terras. No Brasil, temos mais de 60 mil famílias acampadas, com jovens, pessoas de meia idade e velhos, de 50, 60 anos.

Só em Alagoas e Pernambuco, nos canaviais, com a modernização da colheita da cana, já foram dispensadas mais de 300 mil pessoas.

Pergunto a V. Sª: sob esse ponto de vista que coloca, o que fazer com essas pessoas que não têm especialidade na cidade, não têm nenhuma formação? Fazer o que com eles?

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Muito obrigado, Excelência, pela sua pergunta.

Eu já tive oportunidade de debater esse tema da reforma agrária com o Sr. João Pedro Stédile em mais de uma ocasião e falei para ele, também mais de uma vez, que, no meu ponto de vista, ele estava invadindo as repartições públicas erradas. Ele tinha que invadir o Ministério da Educação. Não vejo nenhum investimento que dê maior retorno do que o que é feito na Educação.

Considero modelar o exemplo da Coréia do Sul, que, em 1950, era um país que tinha uma renda **per capita** equivalente à do Piauí. Sem nenhum recurso natural, enfrentou uma guerra, mas tinha um projeto educacional consistente. Aplicou significativas parcelas dos seus recursos na educação das pessoas e, hoje, a Coréia já tem uma renda **per capita** três vezes maior que a brasileira e cerca de dez ou doze vezes mais elevada que a do Piauí.

Sempre que vejo essas estatísticas querendo demonstrar que o investimento no campo é capaz de gerar mais empregos com a mesma quantidade de recursos que na cidade, fico muito desconfiado, porque é provado que não há nenhuma outra atividade em que se possa investir com mais retorno do que a Educação.

Essas pessoas que, hoje, se encontram acampadas, algumas na ilusão de receber um pedaço de terra, completamente desqualificadas, sem nenhum conhecimento, analfabetas na maioria das vezes, não conseguem perceber que não terão nenhuma chance como agricultores ou em qualquer outra atividade capaz de gerar uma renda razoável, pois precisam ser qualificadas.

Não propus uma questão contra a agricultura ou a agricultura familiar. Eu quis mostrar que o modelo agrícola baseado na ignorância do agricultor é inviável. Se, amanhã ou depois, alguém herdar uma fazenda grande, tiver dinheiro mas for ignorante, será mal sucedido no seu negócio, assim como se um agricultor que tenha uma pequena propriedade rural, explorada por sua família, for ignorante também não será bem sucedido no seu empreendimento.

A proposta reiteradamente exposta foi de que deveríamos canalizar esses recursos, que, hoje, estão sendo gastos na reforma agrária, na compra de terras, no assentamento de pessoas, nos mesmos montantes, na qualificação dessas pessoas, para que, indo para pequenos e médios centros urbanos, encontrem uma atividade econômica e estudem, em primeiro lugar, durante oito anos. A minha proposta é que se paguem dois salários mínimos, durante oito anos, para essas famílias que, hoje, estão buscando assentamentos, sob a condição de que elas estudem durante esse período.

Não tenho dúvidas de que, ao final de oito anos, a capacidade que terão de gerar renda será muito maior do que se tiverem um pedacinho de 24 hectares, como é proposto pelo Dr. Plínio de Arruda Sampaio, sem receber nenhum tipo de instrução ou educação.

Olhei, detida e detalhadamente, os gastos que são feitos, hoje, com reforma agrária, e não há nenhum valor designado para educação e treinamento da mão de obra que está sendo assentada. Isso é uma verdadeira tragédia.

O Brasil, que é um País já com escassez de recursos, está gastando esses poucos recursos com um programa de reforma agrária que é absolutamente inviável sob o ponto de vista econômico. Amanhã ou depois, essas mesmas pessoas estarão desqualificadas, sem renda, voltando para as cidades já mais velhas, provavelmente sem condições de voltar para os bancos escolares, e vão inchar os cinturões de miséria de São Paulo, do Rio, de Brasília e assim por diante, se insistirmos nesse tipo de investimento equivocado que vem sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero informar ao Deputado Adão Pretto que a Mesa acaba de receber mais 11 requerimentos de sua autoria e do Deputado João Alfredo. Como não há **quorum** neste momento, deliberaremos na próxima reunião desta Comissão.

Concedo a palavra ao último orador, Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, primeiro quero expressar a minha satisfação pela manhã de hoje. Conseguimos avançar no propósito original desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que era buscar alternativas para o País, numa análise onde conseguíssemos superar as diferenças ideológicas, com o objetivo de poder oferecer uma possibilidade para aqueles que vêm sendo atendidos apenas por um único caminho proposto, que é o da transferência, na minha opinião, das pessoas que têm dificuldades nas periferias das grandes cidades para o campo brasileiro.

O Dr. Cândido Prunes abre esta discussão de maneira muito clara e remete conceitualmente todos os pontos que defendeu aqui ao que está no extrato da proposta desta CPI, que é uma análise da responsabilidade que tem o Parlamento brasileiro e qualquer governo brasileiro em identificar as dificuldades que existem no campo da reforma urbana, as alternativas de soluções dentro das cidades, para evitar que, equivocadamente, o Brasil percorra um caminho que, aparentemente, possa ser solução, mas na sua execução poderá se demonstrar um extraordinário fracasso.

Cada um de nós tem a responsabilidade, respeitado o conteúdo programático e doutrinário de que cada um é possuidor, de poder oferecer ao Brasil uma contribuição importante no que diz respeito ao seu futuro.

Aqui nós ouvimos a experiência de inúmeros países que demonstram que há sim uma tendência mundial, uma referência inegável da experiência da humanidade. Seremos nós construtores de um grande fracasso a ser motivo de estudo de especialistas das universidades do mundo, de como um país não deve conduzir o seu povo, o destino de milhões de pessoas? Ou seremos capazes, ao fazer a reflexão do que já oportunizamos nas últimas décadas, quem sabe, de corrigir o rumo?

Sr. Presidente, devemos fazer esta reflexão e, ao final do nosso trabalho, apontar rumos para a condição de vida urbana das pessoas, para o horizonte que tem a agricultura, a reforma agrária, no Brasil, e principalmente a formatação de macro-linhas que possam oferecer ao País uma alternativa capaz de construir uma palavra que o Dr. Cândido Prunes falou muito rapidamente, mas que acho essencial, que é a felicidade das pessoas. Políticas públicas não podem ser adotadas de maneira irresponsável, ao cabo de anos de recursos públicos, que são escassos. O nosso Presidente já teve a responsabilidade de governar o Estado e sabe que um administrador público faz escolhas. E a manhã de hoje é de escolhas que países já fizeram e que nós estamos fazendo.

Portanto, quero agradecer muito a disponibilidade do Dr. Cândido Prunes, reconhecer de maneira muito clara que S. Sª fez uma exposição muito consistente. Aqui não houve o debate do ponto de vista ideológico ou doutrinário, não houve uma exposição tendenciosa, mas sim uma análise – na minha opinião – muito transparente da experiência da humanidade sobre a referência de que caminhos adotar. Há uma única responsabilidade nos ombros de cada um de nós e de cada um dos nossos partidos: como podemos oferecer caminhos que façam com que os brasileiros do campo ou da cidade possam ser mais felizes daqui a uma, duas ou três décadas. Esta é a nossa responsabilidade, sob o risco de que, num caminho fácil, vendido por uma conceituação simplista, para não dizer simplória, acabem nos conduzindo à construção de um dos mais caros e dramáticos fracassos que algum país possa ter construído no mundo moderno.

Portanto, quanto ao trabalho apresentado na **Carta Capital**, farei duas ou três observações antes de encaminhar a minha pergunta final. Lamento veementemente a ausência dos quatro pesquisadores. Pelo que me consta, apenas um deles estava viajando, poderia ter comparecido pelo menos um deles para fazer um contraponto neste momento.

Nesse trabalho elaborado por professores da Universidade Rural do Rio de Janeiro, consta que: "O estudo torna claro agora os benefícios que levaram boa parte do Planeta Terra, nos meados dos séculos XIX e XX, a fazer o que no Brasil ainda se discute: a reforma agrária."

O índice de Gine – indicador de concentração no que se refere ao setor fundiário no Brasil – é de 0,859. Quanto mais próximo do numeral "um", maior é a concentração. Nos países europeus, esse índice oscila entre 0,3 a 0,5. Se preferirem outro indicador, podemos dizer que 56% das terras brasileiras estão sob os pés de 13,5% dos proprietários rurais.

Mais adiante, o pesquisador chamado Sérgio Leite, faz a seguinte afirmação:

"Por isso, é surpreendente que a produção agropecuária dos assentados tenha sido igual ou maior que a de pequenos agricultores da região."

E a pesquisadora Beatriz Heredia diz:

"Eu não perguntaria se os assentamentos resultantes da reforma agrária são um fracasso, mas, sim, se as políticas públicas adotadas pelos assentamentos são um fracasso."

Nesta Mesa, apresentou-se – e isso está gravado nos Anais desta Comissão – um dado de que se estima que, dos 500 mil assentamentos, ou seja, dos

lotes distribuídos nas últimas duas décadas no Brasil, noventa mil estejam abandonados.

Eu gostaria também de ouvir um comentário sobre a afirmação constante nesse trabalho de que cada família assentada gerou, em média, três postos de trabalho na área do projeto. Depois, esse cálculo que, aparentemente, mostra para a área do projeto 13 empregos por assentamento é transferido para cada uma das famílias, dizendo que cada posto de trabalho custaria R$8 mil. Esses estudos são na área de serviços, que são empregos, normalmente, cuja geração é muito mais barata, além de serem muito mais numerosos. Ou seja, apontam-se números diferentes para esses apresentados, mas eu não gostaria de fazer juízo de valor sobre isso.

Por fim, apresenta-se um conceito no trabalho sobre o qual eu gostaria de ouvir o Professor Cândido Prunes:

"Projetos pontuais de assentamento são incapazes de produzir transformações importantes nas estruturas econômica, política e social locais."

Mais adiante, o conceito de outro pesquisador:

"A reforma agrária não foi bem sucedida no passado porque feita em assentamentos isolados, sem infra-estrutura e com baixíssima capacidade produtiva. Concentradas em grandes áreas, as famílias ganham força, a massa ganha corpo."

Por fim, há duas observações que reputo interessantes, sobre as quais acredito que podemos ouvir uma avaliação do Dr. Cândido Prunes. Essas observações são do Deputado Raul Jungmann. Sei que aprovamos um requerimento para a oitiva daquele Deputado, ex-Ministro do Desenvolvimento agrário no Governo anterior. S. Exª tem um trabalho bastante sólido neste tema.

Por isso, Sr. Presidente, requeiro, formalmente, seja agendado esse depoimento com a maior brevidade possível, em razão da extraordinária contribuição que esse Parlamentar pode dar a esta Comissão.

Ao ver de Jungman, duas mudanças, que não estão à vista seriam necessárias para modificar a estrutura fundiária em nosso País. A primeira é dotar a reforma de uma fonte fiscal, ou seja, definir um orçamento fixo, para financiar o processo existente no Brasil. Hoje, o engessamento é enorme, e qualquer acordo com o FMI capa o dinheiro disponível. A outra é descentralizar as ações, atribuindo aos Estados e Municípios o poder de desapropriar, fiscalizar e assentar.

A legislação da reforma é um entulho autoritário que o PT não fez nada para mudar de julgo. Também ele não teve força de mudar no governo anterior e, para o Deputado, o projeto de reforma agrária não ataca o problema da evasão, abandono ou venda do lote pela família. Porque não combina a desapropriação com o adequado crédito fundiário e incentivo à agricultura familiar.

Creio que esses dois pontos tocados na revista, na entrevista feita com o ex-Ministro Raul Jungman, atual Deputado e nosso Colega de Câmara Federal, eles são cruciais no entendimento e no encaminhamento do futuro do projeto de reforma agrária no Brasil.

Primeiro, uma fonte de financiamento que possa estar, de maneira permanente no Orçamento, de forma a permitir planejamento, aplicação e ação de longo prazo e, segundo, a descentralização do processo, podendo chamar principalmente os Municípios – esta era a concepção do Banco da Terra –, porque, nos Municípios se sabe e se conhece com clareza quem tem vocação, tecnologia e condições de, se houver o adequado crédito, poder ter êxito na atividade agrícola ou pecuária, mas, gostaria de ouvir um comentário a esse respeito por parte do Dr. Cândido Prunes.

Encerro, agradecendo, de maneira extraordinária a contribuição dada no dia de hoje.

Tenho a certeza de que o debate acerca da reforma agrária, a partir deste depoimento tomará novos rumos e uma nova dimensão dada à qualidade e à profundidade dos argumentos aqui trazidos por V. Sª, Dr. Cândido Prunes, a quem mais uma vez cumprimento, não apenas em nome desta Comissão, mas sim em nome do futuro deste País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Cândido Prunes.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni, pela suas gentis apreciações.

Sr. Presidente, procurarei ser breve nas respostas aos questionamentos de V. Exª, ainda que eles envolvam questões da mais alta complexidade.

O que tentei trazer, nesta manhã, a V. Exªs é a minha apreciação de que o problema rural brasileiro deixou, completamente, de ser o da concentração de terra.

A reforma agrária, no Brasil, começou, na verdade, com o regime militar de 1964. O Estatuto da Terra foi outorgado no Governo Castelo Branco. E os fracassos dos assentamentos desde então não estão ligados, evidentemente, ao fato de que eles ocorreram em áreas esparsas e nem a eventual concentração de assentamentos terá por si só o condão de trazer o sucesso para esses empreendimentos agropecuários. Eu repiso, aqui, um ponto muito importante: não adianta dar um pedaço de terra para um agricultor despreparado, ou seja, para uma pessoa que não tenha os conhecimentos necessários para levar o empreendimento adiante. E não importa a extensão que se dê. O fato é que ele não terá a capacitação e os conhecimentos

técnicos necessários para ser bem-sucedido. Quanto à questão de ter uma fonte permanente de financiamento, na minha opinião, isso é um despautério econômico dentro do cenário, hoje, da reforma agrária. Por quê? Porque, hoje, estamos repartindo terras em lotes que são de tamanho inviável, e os entregando a pessoas despreparadas, sem nenhum programa para os preparar, e, portanto, esses recursos que eventualmente venham a ser entregues a esses pessoas, daqui para o futuro, por meio dessa fonte permanente de financiamento, são recursos a fundo perdido que não trarão nenhum retorno à sociedade. Melhor seria, e insisto nesse ponto, se pegassem esses recursos adicionais e permanentes e os transferisse para um programa do Ministério da Educação, que qualificasse essa mão-de-obra, que hoje se encontra nos campos, ou acampada na beira das entradas, ou mesmo nas periferias das médias e grandes cidades brasileiras e as incluísse em um programa educacional, de longo prazo, que lhes garantisse uma renda. Já demonstrei, em um trabalho publicado, que é perfeitamente possível, com os recursos que hoje se gastam com uma família de assentados, dar para essa mesma família dois salários-mínimos mensais ao longo de oito anos, sob a condição de que seus quatro membros estudem durante esse período. Volto a repetir que não tenho dúvida de que, ao final de oito anos, essa família terá muito mais condições de gerar renda do que se tivesse recebido um pedaço de terra de 24 hectares, como está no programa do Dr. Plínio, ou de 35 hectares, que foi a média das propriedades distribuídas ao longo dos últimos anos. Essas pessoas receberam esses 35 hectares sem maior apoio e, pior, sem nenhum programa educacional atrelado ao projeto.

Não tenho dúvida que oito anos de estudo é muito melhor do que 35 hectares, mesmo com apoio de financiamento etc. que possa haver a seu pedido.

Agradeço muito pelo convite e pela oportunidade que me foi dada de falar a um grupo que tem uma responsabilidade gigantesca nas mãos de reverter essa questão da reforma agrária como está hoje encaminhada no Brasil.

Insisto: não sou contra a utilização de recursos para eliminação da pobreza; sou contra a forma pela qual esses recursos são hoje utilizados, não levando em consideração isso – o que é mais grave – todas essas informações que eu trouxe aqui a respeito da realidade rural brasileira, da realidade rural mundial, para onde a agricultura brasileira e mundial está indo, e da perda – esses são os dois pontos importantes – da perda da importância relativa da agricultura na economia em todas as partes do mundo e da inevitabilidade dos processos de urbanização. Todas as sociedades, todos os países do mundo estão em processo de urbanização, chegando a 94%, 95%, 96% de suas populações vivendo nas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, infelizmente, não pude estar aqui desde o começo porque estava presidindo a Comissão de Relações Exteriores, que ocorreu concomitantemente aos trabalhos desta CPI.

Sendo assim, Professor Cândido José Mendes, não pude ouvir toda sua exposição. Estranhei um pouco que tenha V. Sª colocado em contraposição à realização do plano de reforma agrária, como apresentado pelo professor, ex-Deputado Federal e grande especialista nesta área Plínio de Arruda Sampaio, a idéia de que seria inviável estar-se proporcionando oportunidade de trabalho às pessoas que desejam trabalhar na terra.

O professor Celso Furtado, por exemplo, tem ressaltado como as autoridades brasileiras deveriam até ver com bons olhos o fato de haver um número considerável de pessoas que deseja e tem expresso querer trabalhar no campo. Porque, afinal de contas, se há um fluxo migratório, ao longo de anos recentes, em direção às cidades – este é um fenômeno de urbanização – se, de outro lado, há pessoas que expressam desejar trabalhar na terra e, portanto, fazendo com que não venhamos a contribuir com o fluxo migratório nas grandes e médias cidades, isso poderia ser visto até como um fato positivo, o Governo proporcionar oportunidades de trabalho por meio da melhor distribuição fundiária. É possível que V. Sª já tenha externado sua opinião a respeito.

No entanto, o Brasil de hoje é um dos campeões mundiais da desigualdade, o sexto classificado segundo os últimos relatórios do Banco Mundial e/ou da ONU. Analisando as origens de nosso coeficiente de desigualdade, entre 0,58 e 0,60, ao olharmos o coeficiente de desigualdade da propriedade da terra, vemos que este é ainda mais intenso, como V. Sª deve conhecer. Obviamente, a razão de os fluxos de rendimento serem tão desiguais decorre também do fato de a propriedade da terra ser tão desigual no Brasil, por fatores históricos. Sendo V. Sª um estudioso da natureza da desigualdade de distribuição da terra, é importante estejamos a pensar na melhor maneira de trazer meios de maior eqüidade também na distribuição da terra.

Algumas pessoas expressam a sua vontade de trabalhar na terra, e há áreas que não são cultivadas da maneira mais produtiva. Há, portanto, a possibilidade de conjugar esses esforços.

Tenho certeza de que o Professor e ex-Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio considera da maior importância que haja oportunidades de educação para os trabalhadores assentados onde for realizada a reforma agrária, assim como também tem ressaltado serem necessários não apenas a distribuição da terra e os assentamentos. Estes, na medida do possível, devem receber o devido apoio creditício e de assistência técnica e educacional.

No entanto, daí a se chegar à conclusão de que a reforma agrária seria algo inviável ou que não iria contribuir... Há pouco V. Sª mencionou o fato de a civilização tender para uma situação de maior urbanização. Disso nós sabemos. Mas daí não se deve chegar à conclusão da desimportância da agricultura. Talvez eu tenha entendido mal, mas foi o que depreendi de suas palavras.

Os próprios dados divulgados recentemente revelam que, ainda que a agricultura brasileira tenha uma importância menor no peso da economia brasileira em relação à indústria, por exemplo, tem-se constituído num setor extremamente dinâmico, contribuindo para o crescimento das exportações, com um saldo que se está tornando muito significativo na área do comércio exterior e, em grande parte, com a produção da agricultura. Então, apenas manifesto o diálogo. Procurarei ler seus trabalhos e sua exposição.

Sr. Presidente, informo que, no dia 12, estarei presidindo a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ouvindo os Ministros Celso Amorim e José Viegas. Justifico a minha ausência em Pernambuco na mesma data. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência quer agradecer a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, sempre interessado nos trabalhos desta Comissão, reconhecendo a impossibilidade de ter estado presente desde o início em função da sua atribuição como Presidente da importante Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Peço escusas também ao nosso convidado porque hoje verificamos aqui uma alta rotatividade: os membros da CPI compareceram, mas alternadamente, em momentos diferentes, já que estamos, no mesmo momento, com várias atividades no Senado Federal. Várias comissões técnicas, audiências públicas, enfim, uma atividade intensa que exige das Srªs e dos Srs. Deputados Federais e Senadores a presença em vários locais ao mesmo tempo, sem que tenham o poder da onipresença. Por isso, a alta rotatividade aqui verificada. É claro, com o prejuízo da repetição, já que nosso convidado foi instado em vários momentos, várias vezes, por Parlamentares diferentes, sobre o mesmo assunto e teve que se tornar repetitivo nas respostas em atenção aos Parlamentares que fizeram as suas indagações. Mas sem prejuízo da importância da sua presença aqui, pela consistência, pelo conteúdo, pela competência com que expõe o seu projeto para o País, já que trouxe uma contribuição notável, tudo isso graças à presença do Deputado Onyx Lorenzoni, que sugeriu a sua convocação.

V. Sª trouxe um outro caminho, apresentou uma outra proposta e acenou com alternativas. Esta CPI tem, portanto, a possibilidade de estabelecer comparativos e, ao final, em um relatório conclusivo, fazer, quem sabe, a sua opção de caminho a seguir em favor do interesse nacional.

Concedo, então, a palavra a V. Sª para o encerramento da sua participação nesta CPI.

O SR. CÂNDIDO JOSÉ MENDES PRUNES – Mais uma vez, gostaria de agradecer o convite que me foi feito. Foi uma manhã extremamente rica para mim. Aprendi, obviamente, com todas as perguntas que me foram feitas. Mas gostaria de agradecer as perguntas feitas pelo Senador Eduardo Suplicy, por quem tenho uma admiração muito grande. Também quero dar uma breve explicação a respeito do ponto de vista que apresentei nesta manhã.

Embora possa ter parecido desmerecer ou diminuir a importância da agricultura para a economia nacional, considero-a como uma atividade extremamente relevante e é por isso até que me tenho dedicado a estudar a questão da reforma agrária. No entanto, alguns fatos, alguns dados e algumas informações não me podem fugir aos olhos, pois são extremamente relevantes quando se quer formar uma opinião a respeito dessa questão.

E entre estes fatos que trouxe aqui, estão os seguintes: há uma evidente diminuição da importância relativa da agricultura aqui no Brasil. E mostrei, por intermédio de dados do IBGE, que entre 1900 e 2000, a agricultura, que gerava quase metade do PIB, gera atualmente apenas 10%. Isso significa que a maior parte dos empregos deixaram de existir no setor agrícola, ou melhor, que as atividades econômicas produtivas deixaram de existir no setor agrícola e, hoje, encontram-se nas cidades, no setor industrial e de serviços. E ainda ressaltei que o setor industrial não consegue absorver mais mão-de-obra. Embora o alto industrial cresça no Brasil, a quantidade de empregos oferecido nesse setor é decrescente.

Então, o único setor da economia brasileira que oferece empregos, a exemplo de quase todas as economias desenvolvidas ou em desenvolvimento no mundo, é o setor de serviços.

Deveríamos, portanto, preocupar-nos com a qualificação da mão-de-obra, que hoje se encontra des-

qualificada no campo, para que possa ser absorvida nos centros urbanos. E ainda ressaltei o seguinte aspecto: em todos os países onde os agricultores são bem remunerados, e V. Exª teria muito gosto em ver as condições de vida do trabalhador rural, eles representam uma ínfima parcela da população economicamente ativa. Eles são agricultores que têm altíssima produtividade. E procurei demonstrar aqui como essa baixa produtividade ocorre no Brasil e ocorre muito por ignorância e desconhecimento da nossa mão-de-obra que está no campo.

Por isso, é necessário também qualificá-la, e é preciso uma série de outros fatores. Eu trouxe alguns exemplos, talvez o que chame mais atenção seja a produtividade de cereais por trabalhador rural no Brasil. O brasileiro produz 2,8 toneladas por ano de cereais, enquanto que na França e no Reino Unido esse número gira em torno de 70 toneladas e nos Estados Unidos é de quase 100 toneladas por trabalhador.

Nós precisamos fazer uma transição para uma agricultura altamente profissionalizada, capaz de gerar essas produtividades como existem nesses países, para que o agricultor tenha renda e possa viver bem. É inevitável que nesse processo as pessoas saiam do campo e que reste, lá, apenas uma mão-de-obra pequena, mas altamente qualificada. Este é o ponto, e demonstra a importância da agricultura, muito embora venha declinando ao longo dos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes de concluir os trabalhos da reunião de hoje, mais uma vez queremos destacar que essa CPI terá atividade na próxima semana no Estado de Pernambuco, mais precisamente na Capital do Estado, Recife, com reuniões técnicas com órgãos públicos, com audiências públicas na Assembléia Legislativa, ouvindo entidades patronais e de trabalhadores rurais, com visitas a assentamentos e a acampamentos no Estado de Pernambuco. E, ao final, entregando ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal Regional Federal relatório das atividades realizadas pela CPI naquele Estado.

Encarecemos mais uma vez aos Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, que manifestem a sua intenção de comparecer a Pernambuco na próxima quarta e quinta-feira para as providências administrativas.

Ao concluir, nosso agradecimento ao Professor Dr. Cândido, pela sua presença. Eu creio que algumas palavras retratam bem o que significou a sua presença; consistência, conteúdo, substância, inteligência, alternativa, diagnóstico diferenciado, e certamente uma contribuição notável aos trabalhos dessa CPI, material denso, com substância, que será certamente utilizado na proposição final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Eu não imagino o que ocorrerá ao final; se teremos um relatório consensual, ou se teremos aqui um debate em torno de dois relatórios. É claro que a complexidade do tema nos leva a desde já concluir que provavelmente teremos um embate final do Senador Eduardo Suplicy, a respeito de duas posições diferenciadas: uma, que é defendida pelo nosso convidado de hoje, com brilhantismo, que é o Dr. Cândido, e outra que já é tradicional e conhecida, que faz parte, inclusive do programa do Partido dos Trabalhadores, que está no poder atualmente no País.

Muito obrigado a todos pelo comparecimento, e até a próxima reunião a ser convocada para esse local, uma vez que na próxima semana nós estaremos no Estado de Pernambuco.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h27min.)